



# HISTÓRIA DA GRAMÁTICA

JOSÉ BORGES NETO

*Editora*  
UFPR

# HISTÓRIA DA GRAMÁTICA



**Reitor**

Ricardo Marcelo Fonseca

**Vice-Reitora**

Graciela Inês Bolzón de Muniz

**Pró-Reitora de Extensão e Cultura**

Mayara Elita Braz Carneiro

**Coordenador da Editora UFPR**

Rafael Faraco Benthien

**Assessora da Editora UFPR**

Eva Lenita Scheliga

**Conselho Editorial que aprovou este livro**

Rodrigo Tadeu Gonçalves (Presidente)

Allan Valenza da Silveira

Angela Couto Machado Fonseca

Cristina Gonçalves Mendonça

Eleusis Ronconi de Nazareno

Fabício Schwanz da Silva

Fernando Cerisara Gil

Kádima Nayara Teixeira

Margarete Casagrande Lass Erbe

# HISTÓRIA DA GRAMÁTICA

JOSÉ BORGES NETO

*Editora*  
UFPR

© José Borges Neto

# HISTÓRIA DA GRAMÁTICA

**Coordenação da Seção de Produção Editorial**

Rachel Cristina Pavim

**Revisão**

Rodrigo Tadeu Gonçalves e Luana Zacharias Karam

**Revisão final**

Do autor

**Projeto gráfico e diagramação**

Rachel Cristina Pavim

**Capa**

Marina Lúcio Mendonça

Série Pesquisa, 354

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. SISTEMA DE BIBLIOTECAS.  
BIBLIOTECA CENTRAL. SEÇÃO DA REPRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO.

B732h Borges Neto, José, 1951-

História da gramática [recurso eletrônico] / José Borges Neto.

- Dados eletrônicos. - [Curitiba] : Ed. UFPR, 2024.

1 recurso online (530 p.) : PDF. - (Série pesquisa, n. 354).

Requisitos do Sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Contém os resumos dos trabalhos apresentados nos eventos.

e-ISBN 978-85-8480-262-3.

1. Língua latina - Gramática - História. 2. Gramática com-  
parada e geral - História. 3. Língua portuguesa - Gramática  
- História. I. Título. II. Série.

CDD: 415

CDU: 81'36-112

---

Bibliotecário: Arthur Leitis Junior - CRB 9/1548

e-ISBN 978-85-8480-262-3

Ref. 1140

**Direitos desta edição reservados à**

**Editora UFPR**

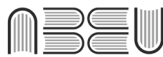
Rua Ubaldino do Amaral, 321

80060-195 – Curitiba – Paraná – Brasil

[www.editora.ufpr.br](http://www.editora.ufpr.br)

[editora@ufpr.br](mailto:editora@ufpr.br)

2024



Associação Brasileira  
das Editoras Universitárias

---

## *Agradecimentos*

Muitas foram as pessoas que me auxiliaram na confecção deste livro e dificilmente conseguiria nomear todas aqui. Recebi ajuda por meio de traduções (ou revisão de traduções que fiz), principalmente de textos em grego e latim; recebi ajuda por meio de indicações de bibliografia ou de disponibilização de bibliografia a que não conseguia acesso; recebi ajuda por meio da leitura crítica de versões iniciais de alguns capítulos. Não as cito aqui para não correr o risco de esquecer alguém. A todos, os meus mais sinceros agradecimentos.

Em especial, gostaria de fazer menção a três apoios que me foram fundamentais:

1. Quero citar, em ordem alfabética, os alunos que nos últimos quinze anos têm trabalhado comigo, em teses de doutorado e dissertações de mestrado que têm gramáticos da Antiguidade greco-latina ou Idade Média como assunto e que traduziram, como parte de seus trabalhos, algumas das obras mais importantes para a compreensão da história da gramática: Alessandro Beccari, Cleuza Cecato, Giovanna Valenza, Gissele Chapanski, Joseane Prezotto e Luana de Conto.

2. Um agradecimento ao corpo docente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), Portugal, que me recebeu generosamente e colocou à minha disposição todo o conhecimento que produziram (e continuam a produzir) sobre a história das gramáticas portuguesas, além de um imenso acervo digitalizado que contém, se não todas, a grande maioria das gramáticas produzidas em Portugal desde o século XV até o século XIX. Um agradecimento especial ao meu amigo Carlos Assunção, que não mediu esforços para que eu tivesse acesso a todas as informações disponíveis e aos docentes que produziram essas informações e que gentilmente aceitaram conversar comigo sobre as minhas questões, que não eram, necessariamente, as deles.

3. Este trabalho foi integralmente financiado com dinheiro público, seja na forma do salário que recebi (e recebo) como professor da UFPR, seja na forma de dois períodos de Bolsa de Produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – 2007-2010 e 2014-2018 – cujas “taxas de bancada” permitiram, em grande medida, viagens, aquisição de bibliografia e aquisição de todo o restante material necessário para a realização deste livro.

Finalmente, não podia deixar de agradecer ao corpo de revisores e à direção da Editora UFPR pelo trabalho competente e cuidadoso que realizaram sobre a versão que apresentei para publicação.

O objetivo deste ensino não é a história da tradição gramatical pela história da Linguística no seu sentido amplo, nem pela história da gramática tradicional em si. O seu objetivo é antes a tentativa de tomarmos consciência do porquê e de como esse tipo de reflexão sobre a língua se constituiu para avaliarmos criticamente esse “modelo” que é aquele a partir do qual – na escola – começamos a tomar consciência do que é a língua que usamos.

*Rosa Virgínia Mattos e Silva*<sup>1</sup>

1 MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989, p. 11.



---

## Lista de figuras

- Figura 1 – Folha de rosto do *Methodo* de Roboredo / 212
- Figura 2 – *Copia de palavras* (Roboredo) / 223
- Figura 3 – Folha de rosto do *Epitome da Grammatica* / 257
- Figura 4 – Epígrafe do *Epitome da Grammatica* / 258
- Figura 5 – GPLP: folha de rosto / 267
- Figura 6 – Subclassificação dos nomes adjetivos / 296
- Figura 7 – Subclassificação dos adjetivos determinativos de qualidade / 297
- Figura 8 – Subclassificação dos adjetivos determinativos de quantidade (universais) / 297
- Figura 9 – Subclassificação dos adjetivos determinativos de quantidade (partitivos) / 298
- Figura 10 – Folha de rosto da *Grammatica portugueza philosophica* / 340
- Figura 11 – Exemplo de análise sintática / 430

---

## *Lista de quadros*

- Quadro 1 – Definições das partes do discurso de Dionísio Trácio / 72
- Quadro 2 – Comparação das definições das partes do discurso em Dionísio e Prisciano / 108
- Quadro 3 – Propriedades e categorias (para Aristóteles) / 124
- Quadro 4 – Declinações do português segundo João de Barros / 166
- Quadro 5 – Conjugação (parcial) do verbo amar, segundo João de Barros / 168
- Quadro 6 – Conjugação do verbo ser em Roboredo / 218
- Quadro 7 – Lista das lições do Livro I da *Arte* de Lobato / 245
- Quadro 8 – Consonâncias / 279
- Quadro 9 – Comparação dos índices das duas gramáticas de Carneiro Ribeiro / 344
- Quadro 10 – Os adjetivos nas duas gramáticas de Carneiro Ribeiro / 349
- Quadro 11 – Os pronomes nas duas gramáticas de Carneiro Ribeiro / 350
- Quadro 12 – Classes gramaticais de Bagno / 452
- Quadro 13 – Verbos regulares da 1ª conjugação / 476
- Quadro 14 – Estrutura do substantivo (item-e-arranjo) / 487



---

# Sumário

## **Palavras iniciais / 14**

### **Introdução / 20**

- Este livro traz apenas uma narrativa possível / 23
- O objeto: a gramática tradicional / 27
- A concepção de história que conduz nosso estudo / 27
- Teoria, objeto observacional e objeto teórico / 30
- Naturalização e uso protocolar de teorias / 36
- Observações gerais / 42

### **Capítulo 1 | *As origens da gramática* / 44**

- Antigas tradições gramaticais / 44
- A tradição gramatical grega / 46
- Dionísio Trácio e o pensamento gramatical alexandrino / 65
- Apolônio Díscolo e o fim de um percurso / 84
- Conclusão / 90

### **Capítulo 2 | *A gramática latina* / 94**

### **Capítulo 3 | *A gramática na Idade Média* / 114**

### **Capítulo 4 | *A gramática renascentista* / 139**

- A gramática do castelhano de Antonio de Nebrija / 141
- As gramáticas do português de Fernão de Oliveira e de João de Barros / 145
  - A Grammatica da linguagem portuguesa de *Fernão de Oliveira* / 150
  - A Gramática da língua portuguesa de *João de Barros* / 159
- Conclusão / 171

**Capítulo 5 | A gramática no século XVII / 174**

As gramáticas dos missionários / 174

O século XVII: Port-Royal / 180

O século XVII em Portugal: Amaro de Roboredo / 210

Resumo do século XVII / 228

**Capítulo 6 | A gramática no século XVIII / 229**

A gramática francesa do século XVIII: um breve apanhado da sintaxe / 230

Jeronymo Contador de Argote (1676-1749) / 232

Antonio José dos Reis Lobato (1721?-1803?) / 238

Francisca de Chantal Álvares (1745-século XIX) / 248

Conclusão / 250

**Capítulo 7 | A gramática no século XIX / 252**

O século XIX: visão geral / 252

O século XIX: a gramática em Portugal / 254

*Antonio de Moraes Silva (1756 ou 1758-1824) / 256*

*Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816) / 264*

*Francisco Adolpho Coelho (1847-1919) / 307*

*Visão geral da gramática em Portugal no século XIX / 324*

O século XIX: a gramática no Brasil / 332

*As duas gramáticas de Ernesto Carneiro Ribeiro / 339*

*A Grammatica portugueza, de Julio Ribeiro / 352*

*Discurso e prática nas gramáticas brasileiras do século XIX / 359*

**Capítulo 8 | A gramática no século XX / 363**

A gramática brasileira do século XX: visão geral / 363

As gramáticas do período científico / 364

A NGB / 377

Gramáticas do período linguístico / 392

*A Gramática construtural da língua portuguesa / 403*

*Celso Pedro Luft e sua Moderna gramática brasileira / 425*

Conclusão / 432

**Capítulo 9 | A gramática no século XXI / 439**

**Capítulo 10 | Os três grandes módulos da gramática / 463**

Fonologia / 463

Morfologia / 470

Sintaxe / 489

**Palavras finais / 501**

**Referências / 502**

---

## Palavras iniciais

Apesar de toda a insistência dos linguistas sobre a inadequação descritiva e explicativa da gramática escolar, desde pelo menos o final dos anos sessenta do século XX, e apesar de toda a bateria de propostas pedagógicas de ensino de português como língua materna que excluem o ensino da gramática na escola, a gramática continua tendo lugar de destaque no contexto do ensino de português. Creio que há algumas razões para isso.

Em primeiro lugar, a imensa maioria dos cursos de Letras continua tendo na gramática escolar o principal meio de apresentar aos estudantes – futuros professores de português – a metalinguagem que será usada para descrever e explicar os fenômenos linguísticos. Mesmo quando apresentam outra teoria qualquer, os professores dos cursos de Letras valem-se da terminologia da gramática escolar (supostamente dominada pelo aluno) para introduzir novas noções. Assim, por exemplo, os termos da gramática escolar para as classes de palavras (substantivo, verbo, pronome, advérbio etc.) continuam sendo usados como referência para apresentar as classes de palavras mesmo em teorias como a Gramática Gerativa, aparentemente bastante distantes da gramática escolar. Não custa lembrar, por exemplo, que a noção gerativa de *pronome* não corresponde à noção tradicional de *pronome*, apesar da identidade do termo em ambas as abordagens. Não obstante, os professores de Gramática Gerativa usualmente servem-se do conhecimento da noção tradicional de pronome para, a partir dela, apresentar a nova noção.

Dessa forma, a gramática escolar mantém certa posição privilegiada no contexto dos estudos linguísticos, em nossos cursos de Letras e em nossas escolas de nível fundamental e médio.

Vale a pena observar, também, que em muitos casos, a gramática escolar é a *única* teoria linguística a que os estudantes (mesmo os de Letras) têm acesso.

Em segundo lugar, os estudantes de nossos cursos de Letras não são preparados para ensinar português de uma forma, digamos, não convencional. Explico.

Tradicionalmente (explicitamente, desde as primeiras gramáticas das línguas vernáculas, nos séculos XV e XVI, no caso de ensino de língua materna), o ensino de uma língua se confunde com o ensino da gramática dessa língua. A gramática, então, é o assunto por excelência da aula de português.

As propostas alternativas, que excluem o ensino de gramática e transformam a aula de português em aula de leitura e redação, por exemplo, pecam em não conscientizar suficientemente os alunos dos cursos de Letras – futuros professores de português – de que a metodologia de ensino e de avaliação da disciplina muda drasticamente. Numa comparação grosseira, a disciplina de português deixa de ter um “conteúdo” a ser apresentado (semelhante aos conteúdos de disciplinas como História ou Ciências) e passa a ser um lugar de *desenvolvimento de habilidades*, como é o caso da Educação Física ou da Educação Artística. Em outras palavras, não cabe mais ao professor de português *ensinar determinados conteúdos*, que serão pedidos nas provas e cuja retenção pelo aluno será objeto da avaliação; cabe a ele introduzir o aluno numa atividade e buscar conseguir que todos os alunos atinjam determinados níveis de competência, considerados satisfatórios, que os credenciem à promoção às séries posteriores. As “provas” de português, neste caso, não mais medem a presença/ausência de certos conteúdos no conjunto dos conhecimentos dos alunos, mas medem o grau de habilidade que o aluno apresenta em determinadas atividades.

Certamente, os alunos que se graduam em nossos cursos de Letras não têm plena consciência disso e, em decorrência, associam o discurso do ensino de texto à prática do ensino de gramática, mantendo vivo, nas escolas, o mito de que saber gramática ajuda a ler e escrever melhor.

Tenho claro que cabe à escola apresentar e qualificar os alunos em três conjuntos de conteúdos<sup>2</sup>: conteúdos *essenciais* (úteis, indispensáveis para a vida cotidiana das pessoas), conteúdos *culturais* (de formação geral, indicadores de identidade sociocultural), e conteúdos de *iniciação científica* (de disciplina intelectual, de compreensão do mundo).

2 Reproduzo aqui, em linhas gerais, algumas ideias do Prof. Mário Alberto Perini. Algumas dessas ideias estão em suas Gramáticas (PERINI, 1995, 2010, 2016), outras são resultado de comunicação pessoal. A interpretação final é, obviamente, de minha inteira responsabilidade.

Os conteúdos essenciais são aqueles que qualificam os indivíduos para a vida nas sociedades complexas, como a *alfabetização* e a *aritmética*, por exemplo. É fácil perceber a dificuldade que uma pessoa analfabeta (ou uma pessoa que não domina minimamente a aritmética) encontra para viver no mundo contemporâneo. Cabe à escola, então, *prioritariamente*, qualificar seus alunos nesses conteúdos. E cabe à disciplina de português uma boa fatia desta tarefa. Uma escola que não consegue alfabetizar seus alunos fracassa completamente.

Quando falo aqui em alfabetização, quero dizer mais do que simplesmente ensinar os alunos a ler e escrever seus próprios nomes (ou a traduzir em palavras um texto escrito). Estou chamando de alfabetização não só o domínio do alfabeto (que é essencial, também, e precede todo o resto), mas também a capacidade de ler, entender e escrever a maior diversidade possível de textos, ou seja, o *letramento*. Trata-se, portanto, de uma atividade cujo aprendizado não tem fim e que extrapola, por um lado, as séries iniciais da escolarização, e, por outro lado, os limites da matéria *Língua Portuguesa*. Uma das tarefas do professor de português é, durante toda a escolarização do aluno, ensiná-lo a ler novos tipos de textos (novos gêneros textuais), dos mais simples aos mais complexos, de forma a levá-lo ao ponto em que possa ler qualquer texto que se lhe apresente. Da mesma forma, os professores de outras disciplinas, como História, Biologia ou Química, por exemplo, têm como parte de suas tarefas a introdução dos alunos a determinados tipos de textos (podemos chamá-los de *textos científicos*) que normalmente não são vistos nas aulas de português. É importante lembrar que durante toda a nossa vida somos apresentados a diferentes tipos de textos novos e parte de nosso desenvolvimento intelectual consiste na capacidade de lermos (e compreendermos cada vez mais profundamente) esses textos.

Os conteúdos culturais são aqueles que, embora dispensáveis para a vida cotidiana (quem precisa saber que foi Pedro Álvares Cabral que descobriu o Brasil?), constituem os conhecimentos de fundo que identificam o indivíduo como pertencendo a uma comunidade (ou nação), que lhe dão a necessária identidade sociocultural e que o situam na grade social que segmenta e organiza a sociedade. Embora desnecessários, de um certo ponto de vista, esses conteúdos separam os indivíduos cultos dos incultos, são indicadores de escolaridade e muitas vezes determinam se o indivíduo pode ou não exercer determinadas profissões. Embora “inúteis”, são conteúdos fortemente valo-



rizados socialmente. No caso da disciplina de português, creio que o *ensino da norma culta* e o *ensino da ortografia oficial* são bons exemplos de conteúdos dessa natureza. Embora não seja absolutamente essencial dominar a norma culta ou a ortografia oficial, seu desconhecimento situa o indivíduo fora de determinados grupos e lhe dificulta o acesso a diferentes extratos sociais (e a atividades restringidas a determinados extratos sociais). Obviamente, os conteúdos culturais são menos prioritários que os essenciais, mas uma escola que não consegue dar a seus alunos o seu domínio é também uma escola que fracassa.

Finalmente, os conteúdos de iniciação científica são aqueles que oferecem aos alunos condições para entender o mundo que os rodeia (e eventualmente nele interferir). Física, Química e Biologia são os exemplos típicos de disciplinas que trabalham esse grupo de conteúdos. No caso do português, é aqui que eu colocaria o *ensino de gramática*.

Conteúdo de baixa prioridade (não adianta querer ensinar gramática se o aluno ainda não está suficientemente alfabetizado ou ainda não dominou razoavelmente a norma culta, por exemplo), o ensino de gramática, não obstante, tem seu lugar na escola. Ninguém contesta a possibilidade que o estudo da gramática nos dá de desenvolver nos alunos as habilidades de observação, de levantamento de hipóteses explicativas, de testagem e avaliação de hipóteses, de construção de sistemas explicativos etc., que são atividades próprias da iniciação científica. Ninguém contesta, também, que o desenvolvimento dessas habilidades no estudo dos fenômenos linguísticos é muito mais barato do que seu desenvolvimento em custosos laboratórios de física ou de química. A língua é uma importante faceta do mundo, pode ser objeto de curiosidade por parte dos alunos, e seu estudo pode ser um ótimo local de desenvolvimento de disciplina intelectual. Não há, então, nenhuma razão plausível para que os estudos gramaticais sejam excluídos do ensino de português, *desde que colocados em seu devido lugar*.

O problema central, então, está na consideração da gramática como o conteúdo principal (ou único) do ensino de português ou na consideração de que seu domínio levará ao domínio de habilidades, como a leitura e a redação.

Considerando, assim, que há lugar na escola para o ensino da gramática e que podemos (e devemos) realizar tal ensino, satisfeitas as condições de prioridade expostas acima, cabe uma pergunta sobre a possibilidade do ensino da gramática escolar servir aos propósitos da iniciação científica: *é possível fazer iniciação científica tomando como guia a teoria subjacente à gramática escolar?*

Creio que a resposta poderia ser positiva. A gramática escolar apresenta uma teoria das línguas naturais como qualquer outra, sujeita às mesmas condições de cientificidade e apresentando as vantagens de ter uma longa história e de se constituir no núcleo dos estudos linguísticos há mais de dois mil anos. É preciso, no entanto, que os professores se inteirem dessa história e conheçam as características epistemológicas que singularizam a gramática escolar no conjunto das teorias da linguagem. Em outras palavras, é preciso conhecer a teoria linguística que informa a gramática escolar. Só assim, o professor de português pode dar a seus alunos alguma iniciação à prática científica.

Embora seja voz corrente que a gramática escolar tem sua origem na gramática grega e que sua teoria subjacente seja, basicamente, a mesma teoria que sustentava a gramática grega, não podemos ser ingênuos em supor que a gramática escolar de nossos dias não seja depositária das inúmeras interferências, maiores ou menores, que esta teoria sofreu nos vários séculos que separam, digamos, Celso Cunha (século XX) de Dionísio Trácio (século I a.C.). Uma exposição da história da gramática escolar, então, parece ser necessária.

Em suma, a proposta deste livro se justifica pela necessidade de termos uma exposição, em suas linhas gerais, da teoria que sustenta a gramática escolar, assim como de sua história, que venha a dar suporte ao professor de português (e ao estudante de Letras) que, por desconhecer outras teorias ou por, deliberadamente, optar por conduzir sua reflexão linguística a partir dos balizamentos propostos na gramática escolar, pretenda usá-la como guia para a reflexão metalinguística na escola (ou nos cursos de Letras).

Da mesma forma, este livro pode ser de muita utilidade para aqueles que, convencidos de que a gramática escolar não é uma boa teoria das línguas naturais, pretendam refutá-la. A refutação de uma teoria supõe sempre um conhecimento profundo dos fundamentos, dos pressupostos e dos mecanismos teóricos que a constituem. Assim, podemos evitar o discurso crítico, fácil e inconsequente, que percorre a superfície da gramática escolar, discutindo sua natureza normativa (como se as outras teorias não tivessem também um viés normativo ou como se a gramática escolar não tivesse também um forte componente descritivo) ou sua inadequação empírica (como se as outras teorias não apresentassem anomalias e inconsistências).

Quero reiterar que meu propósito não é apresentar alternativas à gramática escolar, para serem usadas seja nas escolas, seja nos cursos de graduação

em Letras. Minha posição de que os estudos gramaticais não são mais do que estudos de iniciação científica tornaria esse propósito absolutamente inadequado. Nem pretendo que este livro conduza estudantes (e professores) na pesquisa linguística, como parece ser o propósito de Neves (2003, 2006), Castilho (2010), Bagno (2011) e Perini (1995, 2010, 2016). Apenas pretendo expor, da forma mais didática possível, os fundamentos de uma teoria da linguagem que foi sendo construída por mais de dois mil anos e que resultou no que hoje conhecemos como *gramática escolar*.

Finalmente, quero deixar claro que a perspectiva que assumo sobre a gramática escolar é, até certo ponto, inédita e bastante pessoal. Logo, sujeita a discussões. As discussões são extremamente bem-vindas.

Como diz Millôr Fernandes (1974, p. 48):

Discussões exaustivas de métodos, informações exaustivas de processos, troca de opiniões sobre tudo, eis a única forma possível de esclarecer teorias e melhorar o nível da prática. A discussão, mesmo quando não traz a luz, líquida com muita ideia imbecil.

---

## Introdução

Este livro vem sendo planejado – escrito e reescrito – há mais de dez anos. Em 2009, terminei uma primeira redação, que julguei, inicialmente, definitiva. Nesta primeira redação, o texto trazia uma narrativa relativamente linear da história dos estudos gramaticais e, tenho que admitir, extremamente superficial: o livro tinha pouco mais de cem páginas. Muito insatisfeito com o resultado que havia obtido, comecei a estudar com mais profundidade alguns pontos em que havia apenas tocado – pontos que começaram a multiplicar-se. A tarefa que me impus começou a parecer interminável: sempre havia algo mais a rever, a aprofundar, outros textos a ler, outras narrativas a levar em consideração.

Num certo momento, lembrei do livro *A Peste*, de Albert Camus, e particularmente do personagem Joseph Grand. Meu problema se parecia com o problema de Grand.

Em vez de tentar explicar qual era o problema, vou deixar que Camus o exponha<sup>3</sup>.

Entraram num pequeno café, iluminado por uma lâmpada pendente sobre o balcão. Fregueses falavam baixo, papagueavam, no ar espesso e vermelho. Com surpresa de Rieux, Grand pediu uma bebida alcoólica, engoliu-a de um trago, achou-a forte e logo quis sair. De novo na rua, Rieux teve a impressão de que a noite estava cheia de gemidos. Um assobio surdo nalgum ponto do céu negro lembrou-lhe a invisível debulhadora a agitar sem pausa o ar abafado.

Rieux ignorava a significação dessas palavras.

— Ainda bem que tenho o meu trabalho.

— Bom, isso é uma vantagem disse Rieux.

3 Estou citando da tradução de Graciliano Ramos (CAMUS, 1971). Nesta tradução o personagem recebe o nome *José Grand*.

E resolvido a não escutar o silvo, perguntou a Grand se gostava do trabalho.

— Acho que estou no caminho certo.

— Vai continuar nêle muito tempo?

Grand pareceu animar-se; a voz mostrou o efeito do álcool:

— Não sei, mas a questão não é essa, doutor, não é essa, não.

No escuro, Rieux percebeu que êle agitava os braços. Parecia querer dizer alguma coisa, que saiu de repente, com volubilidade:

— O meu desejo, doutor, é que, chegando o manuscrito ao editor, êle se levante depois de o ler e diga aos auxiliares: — “Meus senhores, tirem os chapéus.”

A súbita declaração espantou Rieux. Julgou que o companheiro fazia o gesto de quem se descobre, levava a mão à cabeça e estendia horizontalmente o braço. Longe o estranho silvo parecia recomençar mais forte.

— Claro, precisa ficar perfeito — murmurou Grand.

Embora desconhecendo os hábitos literários, Rieux imaginou que as coisas não se passariam de modo tão simples, que provavelmente os editôres não usavam chapéu no trabalho. Mas afinal tudo era possível; preferiu calar-se. Contra a vontade, tinha os ouvidos atentos aos ruídos misteriosos da peste. Aproximava-se do bairro de Grand, numa pequena elevação; uma ligeira brisa os refrescou, os rumôres da cidade esmoreceram. Grand continuava a falar, e Rieux não se inteirava bem do que êle queria dizer. Sabia apenas que escrevera muitas páginas de um trabalho, e que o zêlo da perfeição o torturava, levando-o a “perder noites e semanas com uma palavra, algumas vêzes simples conjunção ou advérbio”. Aqui Grand deteve o médico, segurou-lhe um botão do paletó. Da bôca desdentada as palavras saíam trôpegas.

— Quero que entenda bem, doutor. Em geral é fácil escolher entre *mas e e*; um pouco mais difícil entre *e e pois*; a dificuldade aumenta no caso de *depois e em seguida*. Mas o pior é a gente não saber se deve usar *e*.

— Sim — disse Rieux. Compreendo.

E retomou a caminhada. O outro pareceu embaraçar-se, readquiriu o aprumo.

— Queira desculpar-me gaguejou. — Não sei que tenho esta noite. Rieux bateu-lhe de leve no ombro, disse que teria prazer em ajudá-lo, que a história dêle era muito interessante.

Grand serenou. E chegando à casa, vacilou um instante, pediu a Rieux que subisse. Entraram.

Na sala de jantar, Grand convidou Rieux a sentar-se diante de uma mesa cheia de papéis cobertos de letra miudinha, riscada.

— É isso mesmo — disse Grand ao doutor, que o interrogava com os olhos. — Quer beber alguma coisa? Tenho um pouco de vinho.

Rieux, olhando as folhas de papel, recusou.

— Não veja isso. É a minha primeira frase. Põe-me doente. Doente. Também êle contemplava as folhas, e a sua mão parecia irresistivelmente impelida a uma, que apanhou. A folha, transparente à luz da lâmpada elétrica desguarnecida de abajur, tremia-lhe na mão, e Rieux notou que a testa dêle estava molhada.

— Sente-se — disse o médico. — Faça o favor de ler.

O outro sorriu agradecido:

— Sim, acho que vou ler.

Hesitando um pouco, olhando sempre a folha, sentou-se. Rieux ouviu um burburinho que parecia responder lá fora aos apitos da debulhadora. Tinha nesse momento a aguda percepção da cidade estendida a seus pés, do mundo que ela formava, dos uivos terríveis a sufocar-se dentro da noite. A voz do funcionário ergueu-se abafada: “Por uma bela manhã de maio, uma elegante amazona, cavalgando soberba égua alazã, percorria as aléias floridas do bosque de Bolonha.” Fêz-se nôvo silêncio e com êle voltaram os indistintos rumôres da cidade aflita. Grand pusera a folha sôbre a mesa e continuava a olhá-la. De repente levantou os olhos:

— Que acha?

Rieux disse que o princípio lhe despertara a curiosidade de ouvir o resto. Mas Grand respondeu animado que êsse ponto não o preocupava. Deu uma palmada nos papéis:

— Isto é apenas um esboço. Quando eu conseguir de maneira perfeita o quadro que imagino, quando a minha frase tiver a cadência daquele trote — um, dois, três; um, dois, três — o resto será mais fácil. E a ilusão será tal que logo poderão dizer: — “Tirem os chapéus.” Mas precisava trabalhar muito. Não levaria ao editor semelhante frase, pois, apesar do contentamento que lhe dava às vêzes, ainda não se ajustava bem à realidade, e de certo modo tinha aparência, embora remota, mas enfim aparência de clichê. Assim falava Grand quando se ouviu barulho de carreira perto das janelas. Rieux levantou-se.

— O senhor vai ver o que sai daqui — disse Grand.

Voltou-se para a janela, acrescentou:

— Quando isso acabar. (CAMUS, 1971, p. 128-130)

Ao contrário de Joseph Grand, abdicou da perfeição e creio que é hora de expor a minha narrativa sobre a história da gramática, imperfeita, incompleta e possivelmente equivocada em inúmeros pontos.

## Este livro traz apenas uma narrativa possível

François Châtelet abre o texto que introduz o volume 1 da *História da filosofia*<sup>4</sup> com as seguintes palavras: “a filosofia fala grego. É com razão que se tem repetido isso depois de Heidegger. Ainda assim trata-se de saber *qual língua grega*” (CHÂTELET, 1981, p. 17).

O que ele quer apontar é o fato de que a filosofia grega antiga ocupa um período histórico de cerca de 10 séculos (mil anos!) e que, certamente, nesses séculos, a língua grega não conservou uma “mesma ordem significativa”.

Seria necessária uma singular cegueira para pensar que existe uma espécie de referencial absoluto a partir do qual seria possível traduzir, confrontar, organizar em filiações manifestas ou ocultas os textos daqueles que são designados como “grandes filósofos”. (CHÂTELET, 1981, p. 17)

Em outras palavras, a filosofia grega, como era de se esperar, não é a mesma durante todos esses mil anos. No entanto, muitos estudiosos da filosofia grega, mesmo reconhecendo a heterogeneidade do pensamento, são capazes de reconhecer “parentescos” e de estabelecer alguma ordem no surgimento das várias manifestações desse pensamento. Châtelet chama esses estudiosos de “mitólogos” e mostra qual poderia ser uma das reconstruções possíveis desse passado dada como “verdadeira” pela história da filosofia. Em suas palavras:

A história moderna da filosofia da Antiguidade restabelece uma ordem, intelectualmente satisfatória para aqueles que a elaboram. No princípio, há a religião, o mito, a poesia: de Homero a Píndaro (e, passando por um desvio, até os autores clássicos da tragédia); em seguida, uma transição: os “pré-socráticos”. No mesmo “saco” são metidos os “físicos” – Tales, por exemplo – os atomistas, os médicos, os historiadores, Heráclito, Parmênides, Anaxágoras, Empédocles, os sofistas. Surge então Sócrates: tudo muda, mas de uma maneira que não é ainda radical. Com Platão, com a fundação da Academia, em 387, é instituída finalmente a ordem da racionalidade; precária, inábil, essa ordem, que estará sujeita a múltiplas modificações, determinou já seus princípios. Ao pensamento que obedece à exi-

4 Editado por P. Aubenque, J. Bernhardt e F. Châtelet (1981).

gência lendária, substitui-se uma nova lógica regulando, graças a uma estrita disciplina do discurso, a questão do direito à palavra verdadeira, isto é, eficaz. (CHÂTELET, 1981, p. 17-18)

Châtelet critica esse quadro, de certa forma organizado “progressivamente”, em direção à racionalidade<sup>5</sup>, mostrando que ele não é capaz de oferecer respostas claras a perguntas como:

Onde está o corte entre o mito e o pensamento racional? Estará ele presente nesses pensadores físicos que, como Tales, tomam por objeto da interrogação decisiva os fenômenos naturais? Ou será preciso esperar por Heráclito ou Parmênides, que são os primeiros a colocar a questão do ser e, em consequência, inauguram o problema metafísico? Será conveniente situar mais seriamente o começo da Filosofia no *escrito* platônico, preservado em sua maior parte e que coloca pela primeira vez de maneira explícita o problema da razão: o do discurso integralmente legitimado? E os atomistas? De onde vêm? Em suma, a ideia de uma gênese tranquila que conduziria do imaginário ao real, da magia à prática, da particularidade (social) ao universal (humano), do desejo ao discurso, é comprometida desde que se coloca a questão de sua articulação. (CHÂTELET, 1981, p. 19-20)

O que Châtelet mostra é que na história da filosofia grega devem contar tanto as descontinuidades quanto as continuidades: não há divisores de águas muito claros.

Isso quer dizer que não é fácil se sair bem de um empreendimento como a história da Filosofia. [...]

Do mito ao pensamento racional? Certamente. Mas aquele não é pura imaginação desordenada e este tende a se impor como um novo mito. (CHÂTELET 1981, p. 21)

Outra questão fundamental, ligada à inexistência do referencial absoluto, está relacionada à visão retrospectiva que acaba perturbando o trabalho do historiador – seja do historiador da filosofia, seja do historiador da gramática: como compreender pensamentos de outros tempos, completamente alheios à

5 Como diz Châtelet (1981, p. 19): “Em suma, para falar como Condorcet, o progresso vai bem. Lentamente, as ‘luzes’ se instalam”.



experiência do pesquisador? Como evitar a tentação de reencontrar as questões do presente no passado estudado? Como evitar a tentação de avaliar o passado pelos critérios usados para a avaliação do presente? Os objetos de investigação, os recortes epistemológicos realizados certamente não são os mesmos e, em consequência, os termos usados por filósofos da Antiguidade também não terão os significados que atribuímos a eles na contemporaneidade.

Numa história da gramática, as dificuldades não serão menores.

Embora muito menos estudada do que a história da filosofia, na história da gramática também encontramos narrativas “intelectualmente satisfatórias”, que dão uma direção – um *telos* – para o desenvolvimento dos estudos gramaticais. Um exemplo dessas narrativas pode ser encontrado no trabalho de uma das principais e mais competentes investigadoras do pensamento gramatical grego no Brasil – a professora Maria Helena de Moura Neves. Um resumo de sua proposta de narrativa, restrita ao pensamento grego, pode ser encontrado na seguinte passagem:

Percorrendo as obras que os gregos nos legaram, encontramos para ser examinado e avaliado todo um processo de considerações da linguagem que o espírito grego viveu e registrou.

A partir de uma vivência intuitiva refletida inicialmente nos poetas, o pensamento sobre a linguagem passou pelo exame filosófico, desde os pré-socráticos, e adquiriu um rigor teórico que culminou com Platão, Aristóteles e os estoicos. O *lógos* vai-se destacando do ser até constituir-se objeto de exame, como expressão conceitual das coisas. Em consequência desse exame específico, isolam-se fatos concretos de língua, e a *léxis*, ligada a uma ideia da função de eficiência da linguagem, destaca-se do *lógos* e se torna objeto à parte. Essa elocução, o dizer-bem helênico, por sua vez, enfrenta uma sistematização daqueles fatos que refletiam a língua “eficientemente composta”, o grego. A filosofia constrói toda uma teoria do signo, e isola os elementos da significação. Pelo seu próprio rigor, ela se reserva apenas o domínio do conceito – desde que a linguagem não é a imagem fiel das relações dialéticas – e o exame linguístico como tal passa a constituir um domínio específico de análise.

Levantam-se quadros de flexão como paradigmas e, paralelamente, levantam-se os desvios e irregularidades que o uso determinou. Nasce, assim, com uma função bem determinada, a gramática “tradicional”. Segundo os métodos de classificação que o exercício do pensamento teórico permitira desenvolver, os fatos de língua se sistematizam. Guardando as marcas da filosofia que, dando-lhe base teórica,

lhe dirigiu os primeiros passos, a gramática se erige em disciplina.  
(NEVES, 2002, p. 35-36)<sup>6</sup>

Como se pode ver, Neves delinea um quadro em que se passa de uma “vivência intuitiva” a uma “disciplina”, de um “exame filosófico”, conceitual, a um exame propriamente linguístico: num percurso semelhante ao “do mito à racionalidade” de que nos fala Châtelet, e tão impreciso e improvável como o apontado para o “progresso” da filosofia.

Para começar, não existe no pensamento grego esse objeto *linguagem* que pode ser vivenciado, examinado filosoficamente ou considerado linguisticamente. Não há um *pensamento sobre a linguagem* a ser considerado. Há *poemas* que podem ser fruídos e, secundariamente, estudados (contemplados, especulados, refletidos); há *questões filosóficas* que podem ser abordadas a partir de manifestações linguísticas; há *questões de usos linguísticos* que podem ser úteis para a definição da autoria de poemas; há *questões pedagógicas* ligadas ao letramento. Mas, não há *linguagem*.

Duvido que algum filósofo ou gramático grego achasse que sua atividade era dirigida à *linguagem*. Só podemos falar em *linguagem* de forma retrospectiva, projetando uma noção que temos hoje – e que foi construída historicamente – à atividade de gramáticos e filósofos do passado. Logo, a narrativa de Moura Neves, como todas as narrativas, é falsa<sup>7</sup>.

Vamos procurar, aqui, estabelecer outra narrativa, que tenta preencher os momentos de transição (que, sempre, são pouco claros) e articular o acúmulo dos conhecimentos sobre a linguagem, que constituem parte do acervo contido nas gramáticas, com as influências que o uso desses conhecimentos exerce na seleção dos conteúdos e sua organização em forma de gramáticas. Ou seja, interessam-nos, por um lado, o processo de obtenção de conhecimentos sobre a língua e, por outro lado, o uso que é feito desse conhecimento, iniciado no contexto da cultura grega e transferido, em seguida, para outros (muitos) contextos culturais. Não vou me prender a mitos, à busca de “pateridades”, à busca de racionalidade na história.

6 Esse percurso – da vivência à gramática, passando pela teorização – é detalhadamente apresentado em Neves (1987), cuja leitura é imprescindível.

7 O que não quer dizer que não seja útil, esclarecedora e verossímil, na medida em que tomemos o cuidado de não pensar retrospectivamente também.

Minha narrativa é exatamente isso: uma narrativa. Pode (deve?), portanto, ser falsa ou, pelo menos, discutível. Com a palavra, os leitores.

## O objeto: a gramática tradicional

Chama-se de *gramática tradicional* um tipo de estudo que tem origem nas reflexões filosóficas dirigidas às manifestações linguísticas pelos filósofos gregos. Por meio dessas reflexões filosóficas, foi se desenvolvendo ao longo do tempo um conjunto de noções e de uma terminologia correspondente que, por volta do início do século I a.C., resultou numa forma de “manual técnico” – a *Téchnē grammatiké* – que tratava de aspectos das manifestações linguísticas e que se destinava, basicamente, a um uso escolar. Essas *Téchnai* foram reproduzidas pelos romanos – com o nome de *artes grammaticae* – e posteriormente, já na Idade Média, passaram a ser chamadas simplesmente de *gramáticas*.

As *artes grammaticae* latinas foram a base das gramáticas das línguas vernáculas, que as seguiram – tanto quanto possível – tanto na forma e no conteúdo, quanto na destinação pedagógica.

Considerando que *gramma* é o termo grego que designava a letra, não podemos esquecer que a preocupação com a língua escrita sempre esteve na base dos estudos gramaticais da Antiguidade.

Esse modelo de gramática, que vem dos gregos e dos latinos e que se espalha por toda a Europa a partir do século XVI, é seguido ainda hoje por nossas gramáticas escolares. É a esse modelo de gramática que vamos destinar o designador *gramática tradicional* (ou, às vezes, *gramática greco-latina*).

## A concepção de história que conduz nosso estudo

Entre os anos de 1873 e 1876, Friedrich Nietzsche (1844-1900) escreveu quatro artigos que foram reunidos na obra *Considerações intempestivas*<sup>8</sup> (1976) (*Unzeitgemässe Betrachtungen*). Entre eles encontra-se, como a segunda consideração, o texto “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida” (“Vom Nutzen und Nachteil der Historie für das Leben”), escrito em 1874. Nesse artigo, Nietzsche discute o valor da história tendo como parâmetro as necessidades da vida, entendida por ele como essencialmente não histórica.

8 Uso aqui a tradução para o português de Lemos de Azevedo, que só traz os dois primeiros artigos.

Nietzsche se ocupa dos usos que indivíduos e nações fazem da história e do valor que essas utilizações assumem para esses indivíduos e nações. Em outras palavras, para Nietzsche o interessante não é exatamente a narração dos eventos do passado, mas a utilização que os homens dão a essas narrativas.

A partir dos valores que as necessidades vitais atribuem à história, Nietzsche vai propor um conjunto de formas distintas de historiografia. Ele propõe três tipos básicos de interesses de indivíduos ou de nações que induzem retomadas do passado: (1) a busca de aliados no passado que justifiquem as posições assumidas nas lutas do presente; (2) a reconstrução, o mais fiel possível, do passado; e (3) a busca, no passado, das razões de uma situação desfavorável no presente. Para Nietzsche, quem busca aliados no passado faz *história monumental*; quem busca reconstruir o passado faz *história de antiquário*, e quem busca no passado as razões que determinaram algum sofrimento presente faz *história crítica*.

Em linhas gerais, a *história monumental* é a história dos heróis, dos “monumentos” do passado que legitimam posições assumidas no presente. É a história que busca, por exemplo, os “pais fundadores”, os antecessores que justificam opiniões e comportamentos presentes. A *história de antiquário* é a história dos indivíduos ou nações que, insatisfeitas com o presente, se refugiam no passado, sempre considerado melhor que o presente e digno de conservação e reverência. E a *história crítica* é a história dos vencidos, daqueles que sofrem no presente e que buscam julgar o passado, reescrevendo-o, como forma de obter o conforto que lhes falta no presente<sup>9</sup>.

A intenção de Nietzsche não é a de classificar tipos possíveis de historiografia, mas de mostrar que uma eventual classificação dessa natureza decorre diretamente dos valores associados ao passado a partir de necessidades da vida presente. São os usos distintos da história que determinam formas distintas de historiografia. Ou seja, interesses de indivíduos ou nações formam diferentes tipos de narrativas históricas. E, ao mesmo tempo, diferentes modos de conduzir as narrativas históricas se explicam a partir dos diferentes interesses que as geram.

Para Nietzsche, porque movidos por interesses particulares, todos os três tipos de história são igualmente falsos. Só teríamos uma história verdadeira se

9 Para mais informações sobre o pensamento de Nietzsche sobre a história, ver Borges Neto (1989).

fosse possível olhar o passado desinteressadamente. Mas essa alternativa é vedada aos homens (é tarefa para o super-homem nietzschiano)<sup>10</sup>.

Devo dizer desde já que não me considero um nietzschiano – nem possuo suficiente conhecimento da filosofia de Nietzsche para julgar a distância entre o meu pensamento e o dele. Assim, não quero defender suas ideias sobre a história. Acho, no entanto, que a proposta de que a história serve à vida pode render bons frutos.

Pensando assim, minha narrativa histórica se liga a uma investigação sobre as condições que levaram a gramática a ter a forma, os objetivos e os usos que tem hoje. Não é difícil encontrar afirmações como a de Francisco Eduardo Vieira, para quem

Pode-se dizer que o PTG [paradigma tradicional de gramatização] se constituiu a partir de uma ramificação dos estudos teórico-linguísticos oriundos da filosofia grega clássica e se tornou o mentor teórico-metodológico e socioideológico do que tradicionalmente vem se entendendo por *gramática* desde os gramáticos alexandrinos da Antiguidade aos gramáticos brasileiros de hoje. Apesar das diferenças incontestáveis entre, por exemplo, a *Tékhnē Grammatiké*, de Dionísio Trácio (séc. I a.C.) e a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha & Cintra (séc. XX), há um feixe de traços compartilhados por essas duas obras e por mais tantas outras distantes entre si no tempo e no espaço. (VIEIRA, 2016, p. 21-22)

Enfim, meu objetivo é entender como esse processo histórico decorreu, por que há tantas continuidades e tantas outras descontinuidades nas gramáticas que apareceram no decorrer do tempo (e do espaço), buscar as razões que determinaram continuidades e descontinuidades na forma e nos usos das gramáticas nesses mais de dois mil anos.

10 Em Koerner (2014, p. 10-12) encontramos uma pequena resenha da concepção nietzschiana de história. Penso que Koerner não compreendeu integralmente o alcance da posição de Nietzsche, já que ele argumenta contrariamente à adequação de cada um dos três tipos de história propostos por Nietzsche, dizendo coisas como “não posso concordar com esse tipo de tratamento histórico”, ao referir-se ao uso monumental da história que Chomsky faz em seu livro *Linguística cartesiana*, ou como “uma abordagem nestes moldes é questionável”, ao referir-se à história de antiquário. A atenção de Koerner é dirigida ao produto historiográfico e não às razões, subjetivas, que implicam numa ou noutra forma de historiografia. Ao dizer que não faria este ou aquele tipo de história, Koerner está dizendo apenas que sua força vital não o leva a usar a história para este ou aquele fim, o que, certamente, não é razão para que historiadores com outros interesses não necessitem exatamente dos tipos de história que ele recusa.

Para realizar a tarefa a contento, meu trabalho não pode ser exatamente o trabalho de um historiador; um forte componente epistemológico precisa ser acrescentado.

Entre outras coisas, esse componente epistemológico vai precisar acionar algumas noções: *teoria*, *objeto observacional*, *objeto teórico*, *naturalização* e *uso protocolar*.

Na sequência, passo a apresentar cada uma dessas noções.

## Teoria, objeto observacional e objeto teórico

Começo com uma noção de *teoria*.

O termo *teoria* vem de uma palavra grega – *theōría* – que, no grego antigo, queria dizer algo como contemplação, especulação, reflexão (daí o ideal da “vida contemplativa”, que remonta a Pitágoras [c. 570-c. 495 a.C.]). Obviamente, esses termos não possuíam exatamente o significado que têm hoje. *Especulação* e *contemplação*, na Antiguidade, envolviam tanto a observação dos fenômenos, naturais e culturais, quanto a tentativa de explicá-los<sup>11</sup>.

Para a fala cotidiana de hoje, não técnica, *teoria* significa uma conjectura, uma suposição, uma explicação, de qualquer natureza, sobre algum aspecto da realidade. Nesse sentido do senso comum, por exemplo, podemos admitir como *teoria* a afirmação de que os relâmpagos são dardos arremessados por Zeus.

Uma *teoria científica* é, certamente, outra coisa. Apesar de não sabermos exatamente o que torna científica uma teoria – o problema da demarcação entre o conhecimento científico e conhecimento não científico continua aberto – sabemos, em linhas gerais, que as teorias científicas supõem, necessariamente, dois conjuntos de coisas: um conjunto de fatos observáveis e um conjunto de hipóteses verificáveis, explicativas, sobre os fatos observáveis. Além disso, para termos uma teoria, é preciso que os fatos observáveis sejam obtidos a partir de uma observação sistemática e metódica e que as hipóteses sejam adequadas a eles, ou seja, expliquem adequadamente os fatos.

A questão toda está na natureza dos fatos observáveis. Imaginar que esses fatos são neutros, objetivos, isentos de ideologia, é ignorar a natureza da atividade do cientista e toda a história da ciência.

Vamos supor que um primeiro observador preste atenção aos enunciados feitos pelos falantes de uma língua e que identifique nesses enunciados

11 Sobre o sentido grego do termo *teoria*, é interessante ver o que diz Engler (2013).

“porções” que correspondam a “coisas” do mundo ou a ideias. Esse observador nomeia essas porções de fala, digamos, significativas, de *palavras*. As palavras, então, como partes do enunciado, passam a constituir um objeto passível de teorização (é possível isolá-las, classificá-las etc.). Continuemos supondo que o observador passe à tarefa de estudar os comportamentos combinatórios das palavras (com que outras palavras elas coocorrem, que modificações elas sofrem quando em determinadas combinações etc.) e a que tipos de coisas do mundo elas correspondem (objetos concretos, propriedades, eventos, ações, números etc.). A partir dos resultados de seus estudos, nosso observador passa a reunir as palavras em *classes* e a estabelecer o conjunto de relações que ocorrem entre elas, e assim por diante. Nesse momento, as observações estão sendo submetidas a uma “teoria” e as coisas observadas (palavras e combinações de palavras) passam a ter propriedades específicas. As palavras, por exemplo, passam a ser *nomes*, *verbos*, *preposições* etc., passam a ser *variáveis* ou *invariáveis*, passam a ter *flexão* etc.; suas combinações determinam marcas de *concordância* em algumas delas, *casos* em outras etc.

Se quisermos um exemplo ligado às ciências naturais, podemos tomar a observação de Isaac Newton de que a maçã caía da árvore. Newton, num *insight*, identificou nessa queda um fenômeno – a que chamou *gravidade*. Depois de ter estabelecido e nomeado esse “objeto”, passou a teorizá-lo, considerando-o uma *força* e estabelecendo um conjunto de leis que regulavam seu funcionamento. A queda dos corpos deixa de ser uma mera observação e passa a ser uma explicação baseada num intrincado sistema de noções teóricas, como *massa*, *força* etc. e de relações entre elas.

Diante desse processo, tanto podemos dizer que o observador apreendeu as propriedades das coisas e organizou-as num sistema, quanto podemos dizer que o observador *criou* uma explicação, plausível, para os eventos observados.

É importante notar que a observação atribuída a Newton de que a maçã sofria uma queda não é uma observação pura, mas sim uma observação interpretada. Para Aristóteles, por exemplo, os corpos possuem uma tendência de se dirigirem a seus lugares naturais – para os corpos pesados, esse lugar seria o centro da Terra – e, portanto, um aristotélico não veria uma queda da maçã, mas apenas uma maçã buscando seu lugar natural. Não há forças agindo, apenas a manifestação natural de uma propriedade dos corpos pesados. Quando Newton vê o movimento da maçã e o interpreta como uma queda (os

aristotélicos diriam que o aconteceu foi uma mudança de estado), está certamente *atribuindo* propriedades aos fenômenos e não apenas reconhecendo propriedades que já estão neles. Em algum sentido, ver a maçã soltar-se da árvore e chegar ao chão não é observado da mesma maneira por Newton e pelos aristotélicos – não é o mesmo fenômeno.

Indo adiante. Se Newton viu forças na queda da maçã, Einstein viu curvaturas no contínuo espaço-tempo.

Numa charge que vi há algum tempo, um rapaz dizia para uma moça: “Meu mundo gira ao teu redor”. E a moça podia dar uma de duas respostas, conforme sua posição teórica: se newtoniana, diria “Oh, que querido! Eu também me sinto atraída por você”; se fosse einsteniana diria: “Você está dizendo que eu sou tão gorda que provoço uma deformidade no espaço-tempo?”.

Os eventos do mundo são *interpretados* pelo observador e o fenômeno, o “dado”, é criado, inventado, é resultado da interpretação. Ou seja, as palavras (e suas propriedades) podem ser apenas uma “criação”, surgida da interpretação que os filósofos gregos davam aos objetos da observação e não objetos de uma suposta realidade da língua.

Thomas Kuhn associa essa “criação” do objeto observacional à sua noção de *paradigma* e diz:

Muitos leitores certamente desejarão dizer que o que muda com o paradigma é apenas a interpretação que os cientistas dão às observações que estão, elas mesmas, fixadas de uma vez por todas pela natureza do meio ambiente e pelo aparato perceptivo. Dentro dessa perspectiva, tanto Priestley, como Lavoisier viram oxigênio, mas interpretaram suas observações de maneira diversa; tanto Aristóteles como Galileu viram pêndulos, mas diferiram nas interpretações daquilo que tinham visto. (KUHN, 1978, p. 156)<sup>12</sup>

Para Kuhn, os cientistas, os filósofos, os religiosos sempre possuem uma “imagem” mais ou menos completa do mundo, uma antevisão das coisas que o compõem e uma expectativa de como essas coisas deverão se comportar. Essa “imagem” do objeto é o que Kuhn chama de *paradigma*. Para Kuhn, quando

12 Para Priestley o “oxigênio” era apenas ar deflogistizado (sem o *flogisto*, substância combustível, hidrogênio). Para Aristóteles, o “pêndulo” era apenas um corpo oscilante que procurava atingir sua posição natural (a posição mais baixa) com alguma dificuldade.



muda o paradigma, efetivamente muda o mundo e não apenas a interpretação que o cientista dá a ele. Com o paradigma newtoniano, o mundo passa a ser diferente do que era na vigência do paradigma aristotélico, na medida em que pelo menos a ontologia desses mundos não é mais a mesma.

Não vou entrar nessa discussão. Mesmo que se trate apenas de diferentes interpretações e não de “mundos distintos”, como os paradigmas kuhnianos supõem, não se pode ignorar que o mundo tratado pelas teorias não é o mundo real – aquele cuja existência o realista ontológico supõe – mas sempre um mundo interpretado, seja qual for a interpretação dada.

Pois bem. Vou chamar de *objeto observacional* o conjunto das observações interpretadas e vou chamar de *objeto teórico* a imagem de mundo que resulta da aplicação de uma *teoria* ao objeto observacional.

O *objeto observacional* da mecânica newtoniana são as interpretações que Newton dá aos movimentos dos corpos (suas “observações”); o *objeto teórico* é o resultado do “povoamento” do objeto observacional por entidades teóricas como *forças, massa, distâncias* etc.; e a *teoria* newtoniana é o conjunto de mecanismos formais usados para explicar os fenômenos do objeto teórico (as *leis*, por exemplo). A teoria usa as entidades teóricas para formular as leis que descrevem e explicam os fenômenos “observados”.

Enfim, os  *fatos* que dão suporte à teoria não são eventos particulares e concretos, mas apenas interpretações, ideológicas e datadas<sup>13</sup>, sobre as quais se vai construir a teoria.

Para boa parte dos filósofos da ciência, ela começa pelo registro de observações (interpretações de observações), passa por sua organização (agrupamento de observações semelhantes, classificação, propostas de generalizações etc.) e, finalmente, pela proposição de um conjunto de afirmações consistentes que, de algum modo e tanto quanto possível, deve corresponder ao objeto observacional. De posse do conjunto de proposições, o cientista pode fazer previsões sobre o comportamento da realidade a partir da dedução de teoremas (novas proposições inferíveis das proposições iniciais por meio da lógica). Pela avaliação da adequação das novas proposições aos fatos observados (e observáveis), o cientista avalia a verossimilhança da teoria (a verossimilhança au-

13 “Ideológicas” porque fruto de uma interpretação condicionada por variáveis temporais e espaciais. “Datadas” porque provisórias. As interpretações mudam e o conjunto das entidades que povoam o objeto observacional se altera no tempo.

menta se os novos teoremas correspondem a novas observações e diminui se não correspondem – são falseados pelas observações)<sup>14</sup>. Note-se que falo em *verossimilhança* e não em *verdade*. As teorias são “verdades” provisórias, hipotéticas, e só permanecem assim até que outras teorias venham substituí-las.

Um exemplo interessante, pode ser encontrado na oposição de Jean Piaget e Lev Vygotsky quanto à interpretação da *linguagem egoica* das crianças. Em linhas gerais, a linguagem egoica é a fala egocêntrica, não comunicativa, que as crianças apresentam numa certa idade (falam “para si mesmas”, aparentemente, sem se importar se estão sendo ouvidas). Para Piaget, a fala egocêntrica é entendida como um estágio intermediário entre o pensamento e a fala comunicativa, é uma espécie de pensamento em voz alta; para Vygotsky, a fala egocêntrica é evidência de uma fala comunicativa que se torna pensamento, é uma espécie de fala comunicativa que assume características de fala interna. É notável que um mesmo “fato” possa ser interpretado de formas diametralmente opostas. Para Piaget, o processo de desenvolvimento linguístico das crianças começa com o pensamento e a fala comunicativa se desenvolve posteriormente; para Vygotsky, as crianças inicialmente são seres “comunicadores” (a comunicação com os outros, por meio do olhar, do choro e dos resmungos, é o primeiro estágio) e, aos poucos, essa fala comunicativa se torna “interna” e vira pensamento. E a fala egocêntrica é usada pelos dois como evidência de sua própria posição. Seja como for, o que temos aqui é um mesmo “fato” sendo interpretado de duas maneiras distintas, a partir de *posições ideológicas* dos cientistas. Obviamente, este fenômeno vai receber tratamentos distintos em cada uma das duas teorias sobre o desenvolvimento das crianças<sup>15</sup>. Não vou discutir a questão aqui, mas sempre se poderá perguntar se a fala egocêntrica é *um mesmo fato* para Vygotsky e para Piaget.

A adequação empírica de uma teoria é verificada por sua compatibilidade com os  *fatos relevantes*. Isso quer dizer que nem todo fato é relevante<sup>16</sup> para determinada teoria. Se, por exemplo, a teoria de Newton diz que os corpos

14 Einstein, por exemplo, previu a existência de ondas gravitacionais porque seu modelo cosmológico, para manter sua consistência, assim o exigia. O grande problema da física, por um século inteiro, foi o de como “observar” essas ondas, o que finalmente foi conseguido em 2015, aumentando consideravelmente a verossimilhança da teoria de Einstein.

15 Ver Vygotsky (1962). O livro discute a posição de Piaget e inclui, como separata, comentários de Piaget, feitos após a leitura dos originais de Vygotsky antes de sua publicação.

16 Vai ser explicado por alguma hipótese auxiliar.

com massa são atraídos para o centro da Terra, o fato de que as bexigas cheias de hélio sobem, e não caem, não é um fato relevante. Isso nos leva à pergunta feita por Kanavillil Rajagopalan, num texto interessantíssimo chamado “A ‘dadidade’ dos ditos dados na/da pragmática” (RAJAGOPALAN, 2014): “Em que condições um fato visível a olho nu pode se transformar em um dado relevante?”.

Citando Rajagopalan:

Talvez muitos leitores não devam se lembrar de que, até a entrada em cena da figura chamada Noam Chomsky, qualquer menção ao que o falante de uma língua intuísse era considerada não-científica. No reino da ciência, um empreendimento totalmente objetivo, coisas do tipo intuição, não têm, ou não devem ter, lugar algum. No auge do estruturalismo (leia-se linguística pré-chomskiana), qualquer apelo à intuição do falante de um idioma era motivo suficiente para que o pesquisador fosse expulso do clube dos cientistas e ridicularizado por todos. (RAJAGOPALAN, 2014, p. 68-69)

Porém, não só os “fatos” (pretensamente empíricos) que constituem o objeto observacional são resultado de uma interpretação, como os “fatos” que constituem os elementos da avaliação empírica de uma teoria são selecionados – novamente, de forma ideológica – pela própria teoria (quando não pelos cientistas).

Sírio Possenti, analisando os dados da Análise do Discurso<sup>17</sup>, chega a uma conclusão semelhante, a partir da distinção entre dois tipos de dados: os *dados rentáveis* (dados herdados) e os *dados cruciais* (dados que põem à prova a teoria). Possenti deplora que a Análise do Discurso insista em considerar em seus trabalhos, majoritariamente, os dados rentáveis, aqueles dados que aparecem em “corpora privilegiados pela tradição, os discursos tipo, emitidos em instâncias institucionais”, e não procure novos tipos de dado, mais difíceis de analisar, cuja análise não seja, de antemão, percebida como verificadora da teoria. Segundo Possenti:

[Os dados rentáveis] [s]ão dados que servem mais para a política da AD do que para o avanço do conhecimento. O dado herdado é rentável, neste sentido, mas confirma continuamente e da mesma maneira e apenas com a mesma força de antes a doutrina adotada, e por isso ele é epistemologicamente irrelevante – embora tenha

17 Ver Possenti (2002), capítulo 2 (“O dado *dado* e o dado **dado**”).

sido estrategicamente crucial: sempre que se demonstra que as coisas estão organizadas porque há uma ordem; na pior das hipóteses incorre-se em círculo vicioso, na melhor, produzem-se corroborações irrelevantes, porque elas já deram o que tinham que dar. É mais ou menos consensual em epistemologia que muitos dados confirmadores do mesmo tipo valem menos que um número menor de dados, mas de ordem diferente. Como disse Galileu, citado por Calvino em *Seis propostas para o próximo milênio*: “*Se il discorrere circa un problema difficile fosse come il portar pesi, dove molti cavalli porteranno più sacca di grano che un caval solo, io acconsentirei che i molti discorsi facessero più che un solo; ma il discorrere è come il correre, e non come il portare, ed um caval barbero solo correrà più che cento frisoli*”<sup>18</sup>. (POSSENTI, 2002, p. 31-32)

## Naturalização e uso protocolar de teorias

Entendo por *naturalização* um processo que consiste em considerar o objeto teórico construído pela teoria A como se fosse o objeto observacional de uma teoria B ou C. Ou seja, as entidades teóricas assumidas pela teoria A deixam de ser vistas como resultado de um olhar teórico específico e passam a ser entendidas, pelos seguidores da teoria B ou da teoria C, como se fossem a própria realidade objetiva.

Dou um exemplo.

Os gregos da Antiguidade desenvolveram a noção de *palavra* e estabeleceram uma classificação em oito tipos, ou classes, para ela<sup>19</sup>. Os latinos – embora houvesse “dissidentes” – acabaram por aceitar para o estudo do latim a noção (e a classificação) de *palavra* dos gregos. A gramática greco-latina, portanto, assumiu a *palavra* como um elemento fundamental: a unidade de análise. As palavras (algumas delas, na verdade) apresentavam, entre outras, a propriedade de poderem variar para veicular, secundariamente, ideias adicionais – como o número, por exemplo. Como consequência, as palavras foram divididas em dois conjuntos: *palavras variáveis* e *palavras invariáveis*.

18 “Se a discussão sobre um problema difícil fosse como carregar pesos, em que muitos cavalos carregariam mais sacas de grãos do que um único cavalo, eu concordaria que os muitos discursos fariam mais que um; mas falar é como correr, e não como carregar, e um só cavalo bérbere vai correr mais que cem frísios”.

19 A história é bastante mais complexa. Uma boa narrativa histórica para o surgimento da noção de *palavra* e para a noção de *parte do discurso* pode ser encontrada em Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 91-101).

As palavras invariáveis possuíam apenas uma forma: em todos os seus usos, a forma com que se apresentavam era sempre a mesma. As palavras variáveis, no entanto, tinham diversas formas de apresentação (uma forma se estivessem no singular e outra se estivessem no plural, por exemplo). As várias formas de apresentação de uma mesma palavra eram chamadas de *flexão*, que se distinguia da *derivação* (caso em que a mudança de forma indicava que estávamos na presença de outra palavra).

Os estruturalistas, no século XX, substituíram, como unidade de análise, a palavra pelo *morfema*<sup>20</sup>. Os morfemas eram considerados a menor parte significativa de um enunciado – lugar ocupado pela *palavra* no pensamento greco-latino<sup>21</sup>. A noção de palavra, no entanto, continuou a ser usada pelos estruturalistas, embora não mais como uma unidade atômica, mas como um conjunto de morfemas.

Essa alteração do estatuto teórico da noção de *palavra* tem algumas consequências: (i) a palavra, que, para o pensamento greco-latino, era uma “entidade abstrata”<sup>22</sup> que podia se manifestar de várias maneiras distintas, passou a ser uma entidade concreta, que só se manifesta por meio de um conjunto específico de morfemas dispostos numa ordem fixa; (ii) a noção de flexão, que cobria a variação de uma mesma palavra, perde o sentido; (iii) a distinção entre palavras variáveis e invariáveis não se sustenta mais; e (iv) a distinção entre flexão e derivação, que depende crucialmente de podermos distinguir *mudança de forma de uma mesma palavra* de *mudança de forma que “cria” nova palavra*, não pode mais ser feita naturalmente.

Mas qual foi o comportamento dos linguistas, estruturalistas e pós-estruturalistas? Passaram a estipular que: (i) alguns morfemas são flexionais e outros são derivacionais<sup>23</sup>; (ii) os morfemas flexionais não criam novas palavras; e (iii) a presença de morfemas derivacionais em uma palavra indica que ela é derivada de outra.

Essa “ginástica teórica”, com o altíssimo custo epistemológico trazido pelas estipulações, parece ter um único fim: reproduzir na teoria estrutural-

20 André Martinet (1908-1999), por exemplo. O termo usado por Martinet é *monema*.

21 A palavra – desde Aristóteles, que é explícito quanto a isso, até o final do século XIX, quando Baudouin de Courtenay (1845-1929) cria o termo *morfema* para designar as partes significativas das palavras – foi considerada uma entidade atômica, i.e., sem partes significativas.

22 No sentido de que a forma de uma palavra não era imutável, mas podia apresentar inúmeras formas alternativas. Uma mesma palavra podia chegar a ter dezenas de formas alternativas (o caso dos verbos) e a identidade do conjunto se dava por uma vaga semelhança de significação.

23 Estipular, aqui, é estabelecer arbitrariamente uma distinção, sem outro apoio que não a vontade individual (de chegar aos mesmos resultados “empíricos” que a teoria tradicional?). O que vai acontecer é que não haverá nenhum outro meio de distinguir um morfema flexional de um morfema derivacional senão através de listas.

lista exatamente o que a teoria greco-latina dizia. É como se o estruturalista tomasse os resultados teóricos do modelo greco-latino como uma descrição objetiva e fiel dos fatos da língua, como se o objeto teórico construído pela teoria greco-latina passasse a ser o objeto observacional da teoria estruturalista. Creio que estamos diante de um exemplo claro de naturalização da teoria greco-latina.

Assim como a luneta permitiu a Galileu observar as montanhas da lua, a gramática latina permitiu aos gramáticos das línguas vernáculas observarem os fenômenos de suas próprias línguas. No entanto, nada que esteja na lente da luneta pode ser confundido com o objeto que ela permite observar<sup>24</sup>. E, como estou propondo, a imagem da língua que a “luneta” da gramática latina permitia observar passou a ser a própria língua a ser observada<sup>25</sup>.

24 Esta afirmação está num texto de Sylvain Auroux (*Histoire des idées linguistiques*, 1992) citado por Maria João Marçalo (2008-2009, p. 56). Não tive acesso ao texto original.

25 Um parecerista observa que essa noção de naturalização que estou usando já está presente em outros autores, como Sylvain Auroux, por exemplo, que fala de uma indistinção entre metalinguagem e língua objeto na gramática latina. Talvez isso seja verdade, embora ache que a identificação de metalinguagem e língua objeto seja um procedimento muito mais comum do que se pensa (de certa forma, é o que se vê nos primeiros trabalhos gerativistas que atribuíam realidade psicológica às regras da gramática). De qualquer forma, não estou pretendendo ser o criador da noção de naturalização. Cheguei a ela a partir de Willard Quine e de sua proposta de naturalização da epistemologia (cf. QUINE, 1969), em que o filósofo americano propõe que a epistemologia, antes de ser um método filosófico usado para estudar os processos de obtenção de conhecimento, é um empreendimento empírico de obtenção de conhecimentos, e não a partir de Auroux (1992), obra a que, como já afirmei, não consegui ter acesso.

Considere-se, ainda, que no uso que faço da noção de naturalização a questão da terminologia está ausente. Maria João Marçalo (2009, p. 56), que parece seguir Auroux, diz que “[a] terminologia gramatical diretamente transposta da língua latina para as diferentes línguas europeias explica a relativa opacidade e comunhão de designações de conceitos gramaticais que ainda hoje se pode observar na chamada gramática tradicional”, o que parece conduzir a uma posição em que a transposição terminológica teria uma importância central na identificação dos conceitos. Não sei se concordo. Entre o grego e o latim não houve transposição terminológica. Não encontramos na gramática latina a reprodução de *termos* da gramática grega. Houve, sim, a identificação das *ontologias*: sem se preocupar com a terminologia grega, os gramáticos latinos ocuparam-se em dar novos nomes aos *objetos* que os gramáticos gregos haviam identificado em sua língua. A transposição que houve, então, foi de ontologias e não de terminologia.

Nas gramáticas renascentistas (e posteriores), manteve-se a ontologia greco-latina (palavras, sílabas, orações etc.) e, ao mesmo tempo, conservou-se a terminologia latina (traduzida). A manutenção da terminologia não é um problema. A naturalização da ontologia (que é teórica) é que precisa ser discutida. Se passássemos a chamar as palavras, na gramática portuguesa, de “wort”, por exemplo, estaríamos mudando a terminologia; mas se continuássemos a considerar que “wort” designa exatamente os mesmos objetos teóricos denominados por “palavra”, estaríamos diante de uma “continuidade teórica” absoluta. A terminologia, então, não é a questão central. O meu problema, certamente, não é de *metalinguagem*, mas de identificação dos objetos que povoam as concepções de linguagem: os nomes atribuídos aos objetos interessam muito pouco, já que são apenas indícios de que as mesmas entidades podem estar sendo denotadas.

Uma consequência do processo de naturalização da teoria greco-latina (na verdade, do objeto teórico construído por ela) é seu *uso protocolar*.

Como vimos acima, as teorias científicas partem da observação de fatos e são avaliadas a partir de sua adequação explicativa, tanto aos fatos de que partem, quanto aos novos fatos que prediz.

A filosofia da ciência positivista do início do século XX previa a existência de *sentenças protocolares* na base da investigação científica. Essas sentenças deveriam ser descrições objetivas dos fenômenos, neutras e atóricas, que serviriam de “matéria prima” para as investigações (tanto como observações pré-teóricas que conduziriam a formulação das teorias, como – e principalmente – para a avaliação empírica das hipóteses). Ou seja, a investigação científica, para garantir sua objetividade e sua imunidade a considerações teóricas preexistentes, devia basear suas análises e propostas de teorização na observação “pura” (livre de “preconceitos” teóricos) dos fenômenos. Caberia às sentenças protocolares o registro dessas observações “puras”<sup>26</sup>.

Acredito que muitos linguistas – talvez a totalidade – usam as entidades teóricas da gramática greco-latina para se referir aos fenômenos que abordam. Ou seja, atribuem um papel protocolar às entidades teóricas assumidas pela gramática greco-latina.

Por exemplo.

No volume II da *Gramática do português culto falado no Brasil*, organizado por Rodolfo Ilari e Maria Helena de Moura Neves (2008), como parte de obra gigantesca, coordenada por Ataliba Teixeira de Castilho e produzida por uma grande equipe constituída por alguns dos melhores linguistas em atividade no Brasil, Esmeralda Negrão, Ana Müller, Gelsa Nunes-Pemberton e Maria José Foltran iniciam o capítulo 4 – intitulado *Adjetivos* – dizendo<sup>27</sup>:

Para estabelecer que um item lexical pertence a uma determinada classe gramatical, é necessário reconhecer que tal item possua as propriedades que caracterizam essa classe. Nesse sentido, caracterizar um conjunto de propriedades é condição prévia para definir e delimitar uma determinada classe gramatical.

Quais são as propriedades que caracterizam os adjetivos?

(NEGRÃO *et al.*, 2008, p. 371)

26 Cf. Neurath (1986).

27 Aqui reproduzo parcialmente a análise feita em Borges Neto (2012a).

É notável que a pergunta que encerra o trecho citado contradiga o que foi dito no parágrafo anterior. As autoras revelam saber que há uma classe de palavras – os adjetivos – e, portanto, que já têm determinadas as propriedades da classe. Qual seria, então, o propósito de se perguntar sobre as propriedades que caracterizam a classe dos adjetivos?

Podemos imaginar que temos duas “coisas” paralelas e que precisamos estabelecer, com alguma precisão, a relação entre elas: de um lado temos um conjunto de propriedades que definem a classe dos adjetivos e, de outro lado, temos um conjunto de palavras que, por alguma razão incerta, chamamos (ou alguém chama) de *adjetivos*. A tarefa poderia ser, então, a de avaliar o pertencimento à classe de cada palavra dada como adjetivo, frente às propriedades que foram previamente definidas, por alguém, como caracterizadoras da classe. Ou, alternativamente, a tarefa seria a de levantar as propriedades comuns às palavras dadas como adjetivos e estabelecer, a partir delas, o conjunto de propriedades (necessárias e suficientes, suponho) que definiriam a classe dos adjetivos, ignorando a delimitação que outros eventualmente tenham feito.

Não acho que as autoras do capítulo tenham feito alguma dessas duas coisas. Aparentemente, seu trabalho é o de rever os critérios de delimitação da classe, mas com uma restrição: sem alterar (substancialmente, ao menos) a extensão da classe. Em outras palavras, o trabalho seria o de estabelecer critérios alternativos que nos permitam recuperar (de forma mais precisa, talvez) exatamente a classe de partida. Ao invés de procurar propriedades nas palavras – nas palavras, individualmente, e não nas classes já estabelecidas (certamente a partir de um conjunto de propriedades) – o que de fato se busca é a recuperação (e a revisão, na melhor das hipóteses) dos critérios que alguém, no passado, já usou para definir a classe que é tomada como ponto de partida.

Ou seja, estamos diante de um caso de naturalização da classe dos adjetivos estabelecida pela gramática greco-latina.

Isso fica ainda mais claro quando olhamos o que as autoras dizem em seguida, na mesma página:

Neste capítulo, partiremos da análise do comportamento gramatical de itens lexicais intuitivamente classificados como adjetivos, enumerando as propriedades que exibem e que determinam a classificação proposta. (NEGRÃO *et al.*, 2008, p. 371, grifo nosso)



As autoras são claras em dizer que buscam os critérios que levaram outros a proporem os limites da classe (suas propriedades e sua extensão). Mas, isso atrás do apelo a uma *intuição de classe* (o que quer que isso possa ser). Talvez analfabetos possam ter “intuições” sobre a língua; linguistas relembram análises com que tiveram contato. A classe dos adjetivos analisada, em busca de propriedades comuns (necessárias e suficientes ou, ao menos, prototípicas), é a velha classe dos nomes adjetivos presente nas gramáticas medievais e já discutida longamente por Santo Anselmo de Canterbury no século XI.

Parece claro que as autoras estão, na verdade, usando a noção tradicional de adjetivo como um meio prático e operacional de isolar um conjunto de entidades linguísticas, já definidas teoricamente, sobre o qual recairá sua nova proposta de teorização. A classe tradicional é apenas protocolar: é um meio de circunscrever, pretensamente de forma neutra, um conjunto de fenômenos.

Parece claro também que a teoria da gramática tradicional está sendo usada como uma espécie de “descrição atórica”, suposta por todos e, simultaneamente, ignorada por todos enquanto teoria. É como se o termo *adjetivo* fosse apenas um rótulo que se usa para referir determinada porção de realidade, teoricamente neutro, observacionalmente objetivo, livre de quaisquer injunções teóricas ou ideológicas. A classe tradicional dos adjetivos naturalizada<sup>28</sup>.

O uso protocolar das entidades, noções e descrições da gramática tradicional está intimamente relacionado com sua naturalização: em ambos os casos existe a suposição de que as noções tradicionais se ligam diretamente aos fenômenos e não são resultado de trabalho teórico. Podemos identificar, no entanto, dois tipos de uso protocolar: o que toma os resultados de uma teoria como ponto de partida de outra, e que pode facilitar o aprendizado ou o estabelecimento dos limites de determinados recortes teóricos, e o que, de fato, se baseia na crença de que a gramática tradicional é uma descrição neutra e atórica da língua. O primeiro – que quero crer que é o assumido por Negrão, Müller, Nunes-Pemberton e Foltran – supõe um tipo fraco de naturalização. Basta que tomemos o cuidado de não deixar que junto com a im-

28 Antes que se possa pensar que eu estou criticando especificamente o trabalho sobre os adjetivos realizado por Negrão, Müller, Nunes-Pemberton e Foltran – linguistas de competência acima de qualquer suspeita – que fique registrado que o problema que estou apontando é mais frequente do que podemos (ou queremos) imaginar. Atire a primeira pedra etc. e tal. Parte da escolha do exemplo a ser explorado dependeu crucialmente da qualidade do trabalho em que está e da qualidade, enquanto linguistas, de suas autoras.

portação terminológica venham as próprias concepções teóricas associadas aos termos e que não acreditemos nesses resultados iniciais, ou seja, que assumamos fortemente uma posição crítica quanto às teorias do passado para que os efeitos deletérios da naturalização sejam evitados. O segundo tipo de uso protocolar, porque fortemente associado ao processo de naturalização, impede que a língua seja vista sem o filtro da teoria tradicional.

## Observações gerais

Uma primeira versão deste texto – que apenas cobria o período inicial, até a Idade Média – foi utilizada por mim em um curso sobre a gramática tradicional ministrado no programa de pós-graduação em Letras da UFPR. Os alunos foram incentivados a fazer comentários e críticas sobre o que liam. Um dos principais comentários foi o de que eu não devia me ater a resumos gerais sobre os períodos, nem a tratar “abstratamente” as questões. O que eles gostariam de ter era algum contato direto com os próprios textos – originais – que eram objeto de meus comentários. Isso me levou – tanto quanto possível – a transcrever trechos das principais gramáticas de cada período, mesmo correndo o risco de tornar o texto muito longo e enfadonho. Resolvi também deixar os textos transcritos em suas ortografias originais<sup>29</sup>, no caso das gramáticas do português (portuguesas ou brasileiras) – creio que o contato com as muitas ortografias pode ser uma experiência interessante, particularmente para quem acha que ortografia é língua e para quem valoriza a correção ortográfica além do normal.

Os textos em línguas estrangeiras, na maioria, foram traduzidos por mim e citados em português. Um ou outro texto em espanhol foi mantido na língua original, desde que minha avaliação o julgasse perfeitamente compreensível pelos falantes de português.

Como última observação geral sobre as escolhas que fiz, creio que cabe uma justificativa em termos de quantidade. Nem todos os períodos analisados receberam atenção igual. Um parecerista perguntou, por exemplo, por que o volume de texto dedicado às gramáticas romanas é menor do que o dedicado

29 Sempre que o corretor automático deixou. Confesso que foi uma experiência exasperante conseguir que o corretor “entendesse” que eu não estava errando a ortografia das palavras. Se passou, pelas várias revisões feitas, alguma “correção” na ortografia original dos trechos citados, peço desculpas aos leitores e jogo boa parte da culpa ao corretor ortográfico (é sempre consolador encontrar em quem jogar a culpa de nossos enganos).

à gramática grega. Ou porque a escolha das gramáticas a serem analisadas recai em algumas e não em outras.

Minha justificativa parte, em primeiro lugar, da efetiva disponibilidade do material a ser analisado: afastada qualquer pretensão de exaustividade, as análises privilegiaram os textos que tenho em minha biblioteca.

Algumas escolhas basearam-se na disponibilidade de material analítico secundário. Por exemplo, não temos para o pensamento gramatical brasileiro a quantidade de análises de que dispomos para o pensamento gramatical português: faltam para o pensamento brasileiro obras de fôlego como Moura (2012) e Santos (2010), que tratam profundamente o pensamento gramatical português nos séculos XVIII e XIX, respectivamente. Apenas recentemente começam a aparecer trabalhos em profundidade sobre o pensamento gramatical brasileiro, como o desenvolvido na tese de doutorado de Bruna Soares Polachini, intitulada *Uma história serial e conceitual da gramática brasileira oitocentista de língua portuguesa* e defendida na USP em 2018.

Outras escolhas dependeram de razões puramente contingentes: eu já tinha análises semiprontas, feitas por mim mesmo ou desenvolvidas em trabalhos de alunos (como foi o caso das gramáticas de Ernesto Carneiro Ribeiro, analisadas por Ednei Leal em sua dissertação de mestrado, defendida na UFPR, que acompanhei de perto embora não fosse o orientador).

A semelhança teórica – e a semelhança nos propósitos pretendidos – entre a gramática grega e a gramática romana determinou o volume de texto dedicado a esta última. Com exceção dos trabalhos de Varrão (que não constituem exatamente uma *ars grammaticae*), pouco sobrou das gramáticas romanas, e as mais conhecidas (Donato e Prisciano) já são do período de declínio do Império Romano do Ocidente (Antiguidade tardia).

Enfim, de modo geral, a escolha dos textos a serem analisados foi limitada pela consideração – eventualmente equivocada – de que os textos escolhidos eram suficientes para a caracterização do período que exemplificam.

Finalmente, a seleção dos textos secundários – e a seleção das informações utilizadas destes textos – deveu-se, em grande parte, a uma avaliação, absolutamente subjetiva, da rentabilidade que cada um desses textos poderia ter para o desenvolvimento de minha narrativa. Certamente, deixei muita gente boa sem ser citada e nem sempre citei o melhor dos textos, pelo que antecipadamente peço desculpas.

# Capítulo 1

---

## *As origens da gramática*

### **Antigas tradições gramaticais**

A linguagem é objeto de estudo e reflexão desde há muitos milênios.

Até onde se sabe, desde os primeiros séculos do terceiro milênio a.C. desenvolveu-se na Babilônia uma forma de descrição gramatical que continuou sendo elaborada até o final da tradição da escrita cuneiforme, no período helenístico.

De acordo com Gragg (1995, p. 19-20), os mais antigos textos escritos no sistema cuneiforme (cerca de 3400 anos a.C.) tinham, aparentemente, finalidades administrativas: eram inventários, listas, instruções etc. Na maior parte, esses textos consistiam em colunas que relacionavam categorias como trabalhadores e rações, por exemplo.

Juntamente com esses textos administrativos, encontramos evidências da criação de uma instituição com a finalidade de desenvolver e transmitir o sistema de escrita: as escolas de escrita. Além disso, entre as mais antigas tabuletas de argila gravadas com caracteres cuneiformes, encontramos textos provavelmente criados para o uso nas escolas de escrita. Eram textos-listas que aparentemente registravam o léxico nominal do sumério; esses textos-listas foram, no decorrer dos séculos, cristalizados e redigidos como séries canônicas, acompanhadas de traduções para o acádio<sup>30</sup>. Além dessas listas léxico-filológicas, encontramos também outras áreas do conhecimento (astrologia, medicina etc.) sistematizadas na forma de listas.

30 No que poderíamos chamar de “primeiros dicionários bilíngues”.

Ainda no curso do terceiro milênio a.C., encontramos uma transformação do sistema de escrita cuneiforme de um sistema logográfico “puro” para um sistema logográfico-silábico<sup>31</sup>, o que indica a existência de reflexão gramatical e de análise fonológica relativamente sofisticada.

Do outro lado do mundo, na China, desenvolveu-se também uma tradição de estudos gramaticais quase tão antiga quanto a da Babilônia. Como dizem Wang e Asher (1995, p. 41):

[Na China,] [d]urante um período de dois milênios e meio podemos identificar uma sucessão de diferentes focos de atenção dos estudiosos da linguagem. Se alguma simplificação for permitida e se sobreposições forem ignoradas, podemos traçar uma progressão desde a especulação metalinguística, seguindo pela lexicografia e geografia dialetal, fonologia, estudo dos tons, mudança linguística e psicolinguística.

Bastante antiga, também, é a tradição de estudos fonológicos e morfológicos que se desenvolveu na Índia a partir de há três mil anos, pelo menos. Basicamente constituída como tentativa de registrar e manter a pureza do sânscrito, língua sagrada, a investigação foi submetida a procedimentos formais que se revelam, ainda hoje, exemplares.

A gramática de Panini (cerca de 350 a.C.) é a formulação mais completa das antigas investigações sobre a estrutura gramatical do sânscrito. Nas palavras de Kiparsky (1995, p. 59):

A teoria gramatical do ocidente foi influenciada por ela [a gramática de Panini] em todos os estágios de seu desenvolvimento nos últimos dois séculos. Os primeiros comparativistas do século dezanove aprenderam com ela os princípios da análise morfológica. Bloomfield baseou-se nela para escrever sua gramática do Algonquiano e a axiomatização lógico-positivista de seu *Postulates*<sup>32</sup>.

31 Um sistema de escrita logográfico “puro” apresenta um símbolo para cada palavra/ideia. Um sistema de escrita misto, logográfico-silábico, combina símbolos para determinados morfemas (raízes, por exemplo) com símbolos que representam sílabas. Enquanto os sistemas logográficos “puros” acabam por ser essencialmente semânticos (um símbolo para uma ideia/palavra), os sistemas mistos – na medida em que representam parcialmente expressões linguísticas – supõem também alguma análise gramatical (fonológica e morfológica, principalmente).

32 Cf. Bloomfield (1925, 1926, 1927).

Apesar de todas essas tradições serem mais antigas, nossas gramáticas (e, eu ousaria dizer, quase toda a nossa linguística contemporânea) descende diretamente da tradição de estudos linguísticos desenvolvida na Grécia e divulgada no mundo ocidental por Roma.

Será, então, com o pensamento gramatical grego que iniciaremos, de fato, nosso percurso sobre o surgimento da gramática.

## A tradição gramatical grega

Começo, então, com as formas de consideração da linguagem presentes no pensamento grego da Antiguidade.

Tudo começa com as *escolas de escrita*. Householder (1995a, p. 91) nos fala de escolas existentes já nos tempos micênicos (aproximadamente entre 1600 e 1000 a.C.)<sup>33</sup> e cita o historiador Tucídides (c. 460-c. 400 a.C.), dizendo que ele se refere a “uma escola numa pequena cidade (Mycalessus) na Euboea, ‘A maior de lá’. A cidade, então, deveria ter ao menos três ou quatro escolas”<sup>34</sup>.

Householder ainda nos diz que não se sabe o que professores e alunos faziam nessas escolas, mas que podemos presumir que

Depois das lições elementares, toda evidência é a de que eles liam, estudavam, copiavam, memorizavam, recitavam, e cantavam as obras dos poetas, principalmente lírica e épica, mas também jâmbica e elegíaca. (HOUSEHOLDER, 1995a, p. 91)

Antes de seguir adiante, gostaria de fazer algumas observações sobre o papel da escrita na sociedade grega mais antiga.

Segundo Rosalind Thomas (2005), a escrita alfabética – adaptada do alfabeto fenício e não relacionada ao Linear B – aparece na Grécia por volta do século VIII a. C. e, em poucos séculos, os gregos “foram capazes de deixar por escrito um corpus substancial de literatura” (THOMAS, 2005, p. 3). Aparentemente,

33 “A cultura micênica possuía uma escrita à mão silábica que denominamos Linear B, que parece ter sido usada apenas para registros palacianos” (THOMAS, 2005, p. 17). Essa escrita não sobreviveu à cultura palaciana que a sustentava. As “escolas de escrita” dos tempos micênicos de que fala Householder eram centros de formação de “escribas” (profissionais especializados em escrita) – “*scribal schools*”, nas palavras de Householder.

34 Note-se que Tucídides já pertence ao período clássico (século V a.C.). Portanto, podemos supor que essas escolas de escrita de que fala se aproximam mais de nossas escolas “de alfabetização” do que as escolas micênicas.

então, a Grécia antiga pode ser vista como “uma sociedade extensivamente apoiada na palavra escrita, que incluía um número muito grande de letrados entre sua população” (THOMAS, 2005, p. 3). Por outro lado, há muitas dúvidas sobre o uso da escrita na sociedade grega. Thomas, por exemplo, apresenta vários testemunhos que parecem mostrar que a escrita era secundária em relação à oralidade – “Ouvia-se e falava-se – em vez de escrever e ler – muito mais do que podemos imaginar” (THOMAS, 2005, p. 4). Segundo Thomas:

Por certo havia uma gama extraordinariamente sofisticada de atividade literária e intelectual nos séculos do período clássico [séc. V e IV a.C.]. A maior parte da literatura grega, porém, tinha por finalidade ser ouvida ou cantada – transmitida oralmente, portanto – e havia uma forte corrente de aversão pela palavra escrita, mesmo entre os altamente letrados: documentos escritos não eram considerados, por si mesmos, prova adequada em contextos legais até a segunda metade do século IV a.C. A política era conduzida oralmente. Os cidadãos da Atenas democrática ouviam pessoalmente os debates na Assembleia e votavam ali mesmo. Muito pouco era escrito e a palavra grega para “político” era “orador” (*rhetor*). A tragédia era assistida no teatro, e a retórica – ou a arte de falar – era uma parte importante da educação grega. Um homem civilizado na Grécia (e também em Roma) tinha de ser capaz, acima de tudo, de falar bem em público. Sócrates conduzia suas pesquisas filosóficas por meio de conversas e debates, e nada escreveu. Platão, seu discípulo, atacou a palavra escrita como um meio inadequado para a verdadeira educação e a filosofia: é possível que ele tenha publicado sua própria obra em forma de diálogo com o intuito de recriar a atmosfera do discurso e do debate orais e, próximo do fim da vida, tenha decidido não confiar nenhuma de suas concepções mais importantes à forma escrita (*Carta VII*, atribuída a Platão). (THOMAS, 2005, p. 4-5)

No período arcaico (700-500 a.C.), a escrita foi usada para inscrições privadas, para as primeiras leis escritas e para diversos propósitos religiosos. Acredita-se que os poetas desse período faziam cópias escritas de seus próprios poemas para serem recitados. Presumivelmente, a maior parte da vida era conduzida sem a palavra escrita. Políticos do período clássico cultivavam as artes da oratória, mas sem textos escritos. O general e político ateniense Péricles foi considerado o primeiro homem a ter um texto escrito consigo enquanto falava (décadas de 440 e 430). Mas ele não deixou discursos publica-

dos, e a controvérsia sobre discursos escritos prosseguiu no século IV (ver Alcidas, *Sobre aqueles que compõem discursos escritos*).  
[...]

A primeira referência a um leitor solitário de literatura (em oposição à leitura grupal) está em *As rãs* (405 a.C.), onde o deus Dionísio diz que estivera lendo *A Andrômeda* de Eurípedes para si mesmo (Aristófanes, *As rãs*, 52). Mas a leitura solitária e silenciosa era quase desconhecida. Tanto na Grécia como em Roma, textos escritos, particularmente os literários, eram geralmente lidos em voz alta. (THOMAS, 2005, p. 18-19)

Thomas aponta uma aproximação possível entre o papel da escrita na Grécia antiga e o uso feito em nossos dias das partituras musicais. Pensemos nessa analogia.

Os músicos, em princípio, devem ser capazes de ler partituras. Um músico que não lê partituras é “analfabeto” (o que não o impede de executar e compor músicas, “de ouvido”). No entanto, a leitura das partituras é, quase sempre, acompanhada da execução de algum instrumento musical. Raríssimas são as pessoas que leem uma partitura sem, simultaneamente, executar um instrumento. Talvez, apenas maestros, que estudam partituras para conceber (abstratamente) a condução de uma orquestra. Não creio que os músicos, em geral, leiam partituras como se lessem romances ou poemas, embora alguns músicos que conheço sejam capazes de fazê-lo (e as escolas de música – conservatórios – incentivem essa leitura “silenciosa” das partituras). O papel da partitura, então, é o de dar suporte mnemônico ao músico, que não precisa “saber de cor” a peça executada (quem seria capaz, por exemplo, de executar “de cor” a Quinta Sinfonia de Beethoven?). Mesmo os compositores, ao criar a partitura, costumam fazê-lo ao mesmo tempo em que a “testam” em algum instrumento musical (num piano, por exemplo).

Na Grécia antiga, então, é provável que o texto escrito tivesse principalmente uma função mnemônica e que só fizesse sentido quando lido em voz alta.

Podemos apontar alguns comentários que reforçam essa ideia:

No diálogo *Protágoras*, de Platão, encontramos a seguinte passagem:

[...] quando as crianças aprendem a ler e a escrever e passam a compreender a palavra escrita, além da linguagem falada, que era a que somente compreendiam antes, recebem obras de bons poe-



tas para as lerem em classe, tendo também que as aprender de cor. (PLATÃO, 2007-2010, v. I, p. 272, 325e, grifo nosso)<sup>35</sup>

Ora, por que aprender de cor os poemas senão para declamá-los sem o auxílio da escrita?

É de Platão, também, a designação da escrita como *phármakon* (palavra que significa *remédio* ou *veneno*, no grego antigo) que tanto pode ajudar a recordar como ser um estímulo ao esquecimento<sup>36</sup>.

Em seus comentários à noção de leitura na *Téchnē* de Dionísio Trácio, Gissele Chapanski escreve o seguinte:

O exercício de passar os olhos por um conjunto de grafemas e decifrar silenciosamente a mensagem nele contida, se não era totalmente alheio ao universo greco-latino, ao menos não lhe era habitual. Plutarco (*circa* II d.C.) narra um episódio recorrentemente evocado nas tentativas de descrição do *status* da leitura na Antiguidade grega: Alexandre Magno, tendo recebido uma carta de sua mãe, teria começado a lê-la em silêncio. Hefastião, estando a seu lado, estranha tal conduta, chega-se a ele e põe-se a ler a carta em voz alta. Então, Alexandre retira do dedo um sinete e coloca-o na boca de Hefastião (*Moralia* 340a). A prática propositalmente silenciosa de Alexandre não é entendida como leitura por seus soldados. (CHAPANSKI, 2003, p. 78)

Mais adiante, Chapanski (2003, p. 79) acrescenta que “[A] leitura silenciosa é possível, concebível, não é, contudo, o padrão, a conduta típica”. Na mesma página, Chapanski sugere uma diferenciação nas práticas de leitura, conforme o gênero do texto lido: “para cartas e bilhetes pessoais reservava-se, eventualmente, uma modalidade de leitura igualmente pessoal, enquanto a leitura de escritos de outra ordem é, normalmente, uma leitura falada, pública”.

Voltando a Thomas (2005, p. 106), encontramos a seguinte passagem:

35 Cito da tradução do volume I de Edson Bini. A página indicada é também dessa tradução (embora faça acompanhar a citação da numeração referencial de 1578, de Henri Estienne (*Stephanus*), para que outras edições possam ser consultadas).

36 Fedro 274e-275a (PLATÃO, 2007-2010, v. III, p. 103). Agradeço a Bernardo Brandão a lembrança desta passagem de Platão.

Documentos antigos têm também diversos níveis de sofisticação. Isso é mais facilmente visto no que eles omitem. Alguns documentos (por exemplo, contratos escritos) pressupõem um conhecimento que é simplesmente lembrado e não registrado por escrito. Assim, longe de serem autônomos, eles não podem desempenhar sua tarefa sem o apoio da comunicação não-escrita.

É interessante notar que essa situação de relativa indissociabilidade entre escrita e fala permanece a mesma até, pelo menos, o século IV d.C. O testemunho de Santo Agostinho (354-430 d.C.), em suas *Confissões*, é uma boa evidência.

Agostinho se revela surpreendido pelo fato de Ambrósio<sup>37</sup> ler silenciosamente. Em suas palavras:

Mas, quando lia, os olhos divagavam pelas páginas e o coração penetrava-lhes o sentido, enquanto a voz e a língua descansavam. Nas muitas vezes em que me achei presente – porque a ninguém era proibida a entrada, nem havia o costume de lhe anunciarem quem vinha –, sempre o via ler em silêncio e nunca doutro modo. Assentava-me e permanecia em longo silêncio – quem é que ousaria interrompê-lo no seu trabalho, tão aplicado? –, afastando-me finalmente. Imaginava que, nesse curto espaço de tempo, em que, livre do bulício dos cuidados alheios, se entregava a aliviar a sua inteligência, não queria se ocupar de mais nada. Lia em silêncio, para se precaver, talvez, contra a eventualidade de lhe ser necessário explicar a qualquer discípulo, suspenso e atento, alguma passagem que se oferecesse mais obscura no livro que lia. Vinha assim a gastar mais tempo nesse trabalho e a ler menos tratados do que desejaria. Ainda que a razão mais provável de ler em silêncio poderia ser para conservar a voz, que facilmente lhe enrouquecia. Mas, fosse qual fosse a intenção com que o fazia, só podia ser boa, como feita por tal homem.

(AGOSTINHO DE HIPONA, 1973, p. 111, grifos nossos)

O texto de Agostinho só faz sentido se a leitura silenciosa não fosse prática corrente.

37 Ambrósio de Milão (340-397), conhecido também como Santo Ambrósio, foi bispo de Milão e é um dos Doutores da Igreja. Foi o responsável pela conversão de Santo Agostinho e ministrou-lhe o batismo.

Ainda no espaço religioso, merece destaque o fato de que as refeições nos conventos medievais eram acompanhadas da leitura de textos religiosos (trechos da Bíblia, em geral) feitas por um dos membros da comunidade, enquanto os outros comiam. É de se supor que parte dos religiosos conhecia os textos religiosos por meio de sua audição e não por meio da leitura.

Creio que podemos concluir do que foi dito que na cultura grega e – provavelmente por imitação – na cultura romana, o texto escrito só adquiria completude quando lido em voz alta. O exemplo de Agostinho nos permite concluir, também, que ainda na Antiguidade tardia (e Alta Idade Média) a situação não teria mudado substancialmente.

E isso significa que o texto escrito, por mais importante que pudesse ser para a conservação dos conhecimentos, ainda permanecia em posição complementar com relação à fala: o texto escrito existia para ser lido em voz alta.

Fazendo um parêntese, gostaria de registrar que essa situação não se encerra no período medieval. Mesmo com a generalização da leitura silenciosa, provavelmente a partir do século XVI, a leitura em voz alta manteve sua importância. Como nos diz Márcia Abreu (2001):

Lia-se em voz alta nos salões, nas sociedades literárias, em casa, nos serões, nos cafés. Esse tipo de leitura, além de permitir o contato com ideias codificadas em um texto, era forma de entretenimento e de encontro social. Tão importante era a prática da leitura oral que um manual de leitura do século XVIII, intitulado *Petit Cours de Littérature, à l'usage de la jeunesse de l'un et l'autre sexe*, escrito pelo francês Le Texier, definia leitura como:

“A arte de bem ler não é nada além da arte de bem dizer aquilo que está escrito, ou seja, dar às frases que se tem a pronunciar e às palavras que as compõem a verdadeira expressão de que são suscetíveis. Deste ponto de vista, pode-se ver a analogia perfeita que existe entre a Arte de bem ler e aquela de bem falar”.

Embora a definição de Le Texier pressuponha a decifração da escrita, enfatiza a destinação oral desta atividade. No século XVIII e início do XIX, o conceito de leitura parece confundir-se com a fala e a audição, podendo prescindir da habilidade de decifração dos sinais gráficos de que se compõe a escrita.

Mas voltemos à questão das “escolas” na Grécia.

Além das escolas de escrita, por volta do século V a.C. surge uma forma de educação superior: as *escolas dos sofistas*, que ensinavam basicamente o que depois veio a se chamar *retórica*. Os sofistas estavam preocupados com o uso da língua, particularmente em estratégias de argumentação (habilidade fundamental nas cidades-estados gregas). Mas não só. O pensamento sofista abrangia inúmeros assuntos. Vejamos o que Kerferd (2003, p. 10-12) nos diz:

A modernidade da extensão dos problemas formulados e discutidos pelos sofistas no seu ensino é realmente espantosa, e a lista que se segue fala por si mesma. Primeiro, problemas filosóficos na teoria do conhecimento e da percepção – em que grau as percepções sensíveis devem ser consideradas infalíveis e incorrigíveis, e os problemas decorrentes nesse caso. A natureza da verdade e, acima de tudo, a relação entre o que parece ser e o que é real ou verdadeiro. A relação entre a linguagem, pensamento e realidade. Depois, a sociologia do conhecimento, que reclama por investigação, porque muito do que supúnhamos conhecer parece ser socialmente, na verdade, etnicamente, condicionado. [...] O problema de se alcançar qualquer conhecimento a respeito dos deuses, e a possibilidade de que os deuses existam apenas em nossas mentes, ou até que sejam invenções humanas necessárias para servir às necessidades sociais. [...] Natureza e finalidade da educação e o papel dos professores na sociedade. As ruinosas implicações da doutrina segundo a qual virtude pode ser ensinada, o que é apenas uma maneira de expressar, em linguagem fora de moda, o que queremos dizer quando afirmamos que pela educação as pessoas podem mudar sua situação na sociedade. Isso, por sua vez, levanta de forma aguda a questão do que deve ser ensinado, por quem e a quem deve ser ensinado. [...] Como consequência de tudo isso, dois temas dominantes – a necessidade de aceitar o relativismo nos valores e noutras coisas, sem reduzir tudo ao subjetivismo, e a crença de que não há área da vida humana, ou do mundo como um todo, que seja imune à compreensão alcançada por meio do debate racional.

Ignorando a perspectiva retroativa de Kerferd nessa passagem – em que as questões de interesse dos sofistas são apresentadas a partir de uma visada moderna – podemos ver que se tratava de um conjunto de questões em que se misturavam problemas filosóficos, sociológicos e educacionais com problemas de ordem prática.

O pensamento sofista sofreu intensa hostilidade por parte dos filósofos, particularmente Platão (c. 428-c. 348 a.C.), que retratou o sofista, segundo Kerferd (2003, p. 14), como “caçador assalariado de jovens ricos” ou como “um homem que vende ‘virtude’ e, visto que vende bens que não lhe pertencem, como um homem que pode ser descrito como mercador do ensino”. Os sofistas ainda eram acusados por Platão de manterem controvérsias do tipo chamado *erística*, ou seja, debates em que o único objetivo é vencer e não estabelecer a verdade<sup>38</sup>.

Como diz Neves (1987, p. 39):

A natureza prática da atividade sofística e, especialmente, a consideração do discurso como capaz de por si criar uma verdade e uma evidência fizeram chegar à retórica como atividade sofística por excelência. A habilidade no uso da palavra produz a aparência de grandeza, de verdade, de justiça e de força de uma causa. Não importa ter razão e defender uma causa justa, mas importa saber fazer ver como justa a causa que o discurso defende.

Um dos principais sofistas – Protágoras (c. 485-c. 411 a.C.) – deu importantes contribuições à gramática (que ainda não existia em sua época): identificou quatro tipos de sentenças (*pedido, pergunta, resposta e comando*), reconheceu na língua grega a existência de três gêneros (*masculino, feminino e “coisas”*) e de três números (*muitos, poucos e um*)<sup>39</sup>, além de reconhecer quatro “transformações” (*pathé*): *adição* (modernamente, pleonasma, redundância, epêntesis etc.), *subtração* (modernamente, elipse, elisão, aférese etc.), *substituição* (modernamente, enálage, comutação etc.) e *permutação* (modernamente, metátese, hipérbato, anástrofe etc.).

Essas contribuições de Protágoras – de que só temos conhecimento por meio de referências de Platão e Aristóteles (384-322 a.C.) – mostram claramente que os sofistas, já no século V a. C., refletiam sobre a língua como objeto

38 Arthur Schopenhauer (1788-1860), num livrinho curioso, intitulado *Eristische Dialektik: Die Kunst, Recht zu behalten* (que pode ser traduzido como *Dialética Erística: a arte de ter razão*), publicado postumamente, em 1864, define a erística como a arte de discutir de modo a vencer, por meios lícitos ou ilícitos. Para Schopenhauer, a validade objetiva de uma proposição e sua aprovação pelos ouvintes são coisas diversas e é sobre a segunda alternativa que trata o livro.

39 Provavelmente, na ordem, o *plural*, o *dual* e o *singular*.

empírico (refletiam sobre sua estrutura) e iam além das questões retóricas ou de uso da linguagem.

Platão, em seus diálogos – especialmente em *Teeteto*, *Crátilo*, *Protágoras* e *Sofista* – desenvolve alguma reflexão sobre o conhecimento gramatical que, provavelmente, já era de conhecimento geral entre os filósofos do período. Como diz Householder (1995a, p. 92), “Há inúmeras razões para acreditar que Platão não está propondo ideias inovadoras e termos de sua criação, mas meramente evitando anacronismos ao apresentar as conversas entre Sócrates e seus amigos”.

Talvez a principal contribuição de Platão à gramática que surgiria mais tarde é a distinção entre *ōnoma* e *rhēma*, que corresponderiam, respectivamente, à parte nominal da proposição (o “sujeito” ou o “nome”) e à parte predicativa da proposição (o “predicado” ou o “verbo”)<sup>40</sup>.

Já o pré-socrático Demócrito de Abdera (c. 460-370 a.C.)<sup>41</sup> dizia que as composições adequadas de vogais e consoantes nada tinham a ver com as sequências de nomes, verbos etc. Platão, em seus diálogos *Teeteto* e *Crátilo*, retoma essa observação (que, grosso modo, corresponde à ideia de dupla articulação da linguagem, só estabelecida com mais clareza cerca de cinco séculos depois, nos trabalhos de Apolônio).

Nesse período do pensamento linguístico grego – que poderíamos chamar, seguindo Maria Helena de Moura Neves, de “filosófico” – é inegável a contribuição de Aristóteles.

Allan (2007, p. 10-11) diz, numa apresentação geral e, como veremos, imprecisa do quadro:

Os filósofos gregos da Antiguidade Platão, Aristóteles e os Estoicos [...] não estudaram a linguagem por ela mesma, mas porque a linguagem é o meio pelo qual as pessoas expressam o conhecimento do mundo e a natureza das coisas que nele experienciam, bem como suas concepções de questões metafísicas. Platão e Aristóteles, ambos, parecem ter acreditado que a linguagem reflete a experiência dos falantes e as relações e estruturas que identificam nele.

40 Devido à imprecisão do texto platônico, esses termos podem ser entendidos, alternativamente, como designando algo como “sujeito” e “predicado” ou como “nome” e “verbo”. Uma noção mais clara de predicação – e, conseqüentemente, a distinção entre um “sujeito” e um “predicado” – só aparecerá mais tarde, com Aristóteles.

41 Cf. Householder (1995a, p. 92).

No caso de Aristóteles, teria sido especialmente o desenvolvimento da lógica que o levou a observar a linguagem.

Antes de seguir adiante, será relevante pensar um pouco sobre o termo grego *lógos*, de onde deriva o termo *lógica* (estudo do *lógos*), e suas múltiplas significações (aos olhos dos nossos dias). Para os gregos, o *lógos* era, simultaneamente, proporção, explicação, fundamento, discurso, argumento, regra de conduta, hipótese, razão, pensamento, raciocínio, narrativa, enunciado, debate, assunto de um poema ou narrativa, proposição, entre outras possibilidades<sup>42</sup>. Dessa forma, estudar o *lógos* era estudar tanto a razão, enquanto capacidade, quanto sua manifestação, enquanto fala; era estudar o pensamento e a linguagem; era estudar o raciocínio correto e a correção da fala. Parece pouco esclarecedor, então, dizer que os filósofos – particularmente Aristóteles – não estudavam a linguagem “por ela mesma”, uma vez que esse objeto, “a linguagem”, não estava disponível no pensamento grego: a linguagem era apenas uma das manifestações do *lógos* e estudar o *lógos* era também estudar a linguagem. Acusar o filósofo de “não estudar a linguagem por ela mesma” é não perceber que a linguagem não era um objeto de investigação, a não ser como parte indissociável do *lógos*, que – sim – era estudado. Trata-se, portanto, de uma afirmação que revela um olhar retrospectivo sobre a história e, em consequência, uma afirmação anacrônica. Sem contar que Allan, ao dizer que “Platão e Aristóteles, ambos, parecem ter acreditado que a linguagem reflete a experiência dos falantes e as relações e estruturas que identificam nele”, parece supor – falsamente – que Platão e Aristóteles tinham a linguagem como uma parte especial, autônoma, separada do *lógos*.

No desenvolvimento de sua lógica, Aristóteles se serve da língua grega para exemplificar os termos, os conectivos e as relações que constituirão seu modelo (formal) de análise dos raciocínios lógicos. A lógica de Aristóteles assume a língua grega como base concreta para a formulação de suas regras para o pensamento/fala adequado.

Na medida em que constrói o modelo de análise lógica, Aristóteles identifica cada elemento do modelo com algum elemento da língua grega. Por exemplo, o modelo lógico supõe que as proposições lógicas se compõem de

42 Cf. LIDDELL, H. G.; SCOTT, R. *A Greek-English Lexicon*. Disponível em: <http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus%3Atext%3A1999.04.0057%3Aentry%3Dlo%2Fgos>. Acesso em: 16 maio 2022.

três partes: um *sujeito*, identificado pelo nome de um particular (um nome ou um sintagma nominal), um *predicado*, identificado por um nome de propriedade (um verbo ou um nome, adjetivo ou substantivo, ou ainda um sintagma nominal) e uma *relação* (a predicação). Assim, as proposições têm a forma lógica “S é/não é P” (onde S é o particular; P é a propriedade; e “é/não é” é a relação – “é” afirma que a propriedade P existe em S e “não é” nega que a propriedade P exista em S). Embora essencialmente formal, a descrição da proposição corresponde a um conjunto de expressões (sentenças ou proposições) da língua grega, que corresponderiam, em português, a: “Sócrates é mortal”, “Algum homem é mortal”, “Todo homem é um animal racional” etc.<sup>43</sup>

Ao mesmo tempo, Aristóteles discute as propriedades das coisas representada pelos termos, S e P, e as organiza em *categorias*.

Como diz Lyons (1979, p. 286),

O termo categoria é apenas um dos termos tradicionais usados pelos linguistas e que devem sua origem ao fato de que a gramática ocidental se desenvolveu com base em um sistema filosófico muito particular que, para nossos propósitos, pode ser designado, sem muita precisão, como “aristotélico”. *Categoria* deriva de uma palavra grega que também é traduzida como *predicação*, no sentido lógico ou filosófico de “atribuir propriedades” às coisas. Na filosofia aristotélica (e escolástica), as categorias eram as diferentes maneiras, ou modos, pelos quais se podia atribuir propriedades às coisas; e partia-se do princípio de que os diferentes modos de predicação representavam diferenças no mundo objetivo, diferentes modos de “ser”.

O filósofo britânico Gilbert Ryle (1900-1976), em seu texto *Categorias* (RYLE, 1975), refletindo sobre as categorias aristotélicas, se pergunta: “Aristóteles pensava que sua lista de Categorias era uma lista de quê?” e responde que “a lista de Aristóteles pretendia ser uma lista dos tipos últimos dos predicados”. O raciocínio é o seguinte: imaginemos um conjunto de proposições, simples e singulares<sup>44</sup>, todas elas sobre um mesmo particular. A diferença entre elas será dada pelo *predicado* que cada uma atribui ao particular. Esses predica-

43 “Sócrates” nomeia um particular; “algum homem” e “todo homem” passam a equivaler, no sistema lógico aristotélico, a um particular devido à presença de um “quantificador”: *algum* e *todo*.

44 Uma proposição será *simples* se não contiver em si outras proposições e será *singular* se for acerca de um objeto particular, nomeado ou indicado por ostensão.



dos, por sua vez, são classificados num número finito de “famílias” ou “tipos” da seguinte maneira: qualquer proposição simples acerca de um particular, Sócrates, por exemplo, responde a uma suposta pergunta feita sobre Sócrates; qualquer pergunta feita sobre Sócrates determinará uma gama de respostas possíveis, de forma que algumas proposições sobre Sócrates serão respostas à pergunta e algumas proposições não o serão.

Segundo Ryle:

Existem tantos tipos diferentes de predicados de Sócrates quantas espécies irredutivelmente diferentes de perguntas existem acerca dele. Assim, a pergunta: *que tamanho?* seleciona e reúne as respostas: *um metro e oitenta de altura, um metro e sessenta de altura, oitenta quilos, sessenta quilos, etc.*, não selecionando *bastante cabeludo, no jardim* ou *um pedreiro. Onde?* seleciona e reúne predicados de localização; *que tipo?* seleciona predicados de espécie; *parecido com o quê?* seleciona qualidades, e assim por diante. (RYLE, 1975, p. 30)

Dois predicados que satisfaçam a uma mesma pergunta pertencem à mesma categoria; dois predicados que respondam a perguntas distintas pertencem a categorias distintas. Podemos fazer, sobre um objeto particular, uma série de perguntas e, cada uma delas, vai expor, em suas respostas, um conjunto de predicados possíveis do objeto particular em questão.

Por outro lado, podemos perguntar, também, sobre os predicados: *quem o possui?* ou *qual deles o possui?* e as respostas a essas perguntas vão indicar objetos particulares, como “Sócrates”, “eu”, “o filósofo” etc. Estas perguntas, então, não delimitam conjuntos de predicados e sim conjuntos de “possuidores de predicados” (*substâncias*). Nas palavras de Ryle:

Assim, Sócrates está na categoria de substância, ao passo que *de nariz chato* está na categoria de qualidade e *marido*, na categoria de relação. Como resultado dessa expansão, *categoria* não mais significava apenas *tipo de predicado*, mas *tipo de termo*, onde *termo* significa *fator que pode ser abstraído num conjunto de proposições simples e singulares*. (RYLE, 1975, p. 30)

Por esse procedimento, Aristóteles vai compor uma lista de categorias, entendidas como *tipos de termos*. Como Aristóteles sempre toma por base a linguagem natural (língua grega, no caso), tanto para listar as espécies de per-

guntas quanto para estabelecer as respostas possíveis, não é difícil entender como de seus *tipos de termos* chegamos a *tipos de expressões linguísticas* (tipos ou classes de palavras).

A contribuição de Aristóteles vai além. No tratado *Da Interpretação*<sup>45</sup>, ele principia dizendo que vai definir nome (*ōnoma*) e verbo (*rhēma*) e, em seguida, explicar o que entende por negação, afirmação, sentença e proposição. Em suas palavras:

O nome é um som que possui significado estabelecido por convenção, sem qualquer referência ao tempo, sendo que nenhuma parte dele tem qualquer significado, se considerada separadamente do todo. (*Da Interpret.* II-16a15)

O verbo é o que não apenas transmite um significado particular, como também possui uma referência temporal. Nenhuma parte por si mesma tem um significado. Ele indica sempre que alguma coisa é dita ou predicada de outra coisa. Que eu explique o que entendo por “como também possui uma referência temporal”. Por exemplo, *saúde* é um nome; *está saudável* é um verbo, não um nome, pois além de transmitir seu próprio significado, indica que o estado significado (ou seja, a *saúde*) existe agora. Portanto, o verbo é uma indicação de alguma coisa predicada de alguma coisa, quer dizer, de *alguma coisa* predicada de um sujeito ou neste encontrada presente. (*Da Interpret.* III-16b5)

A sentença é fala dotada de significação, sendo que esta ou aquela sua parte pode ter um significado particular de alguma coisa, ou seja, que é enunciado, mas não expressa uma afirmação ou uma negação. Que eu o explique mais minuciosamente. Tomemos a palavra *homem*. Com certeza esta encerra um significado, porém nem afirma nem nega; é preciso que algo lhe seja acrescentado para que possa afirmar ou negar. (*Da Interpret.* IV-16b25-30)

Entretanto, embora toda sentença tenha significado, ainda que não como um instrumento da natureza, mas, como observamos, por convenção, nem todas as sentenças podem ser classificadas como *proposições*. Chamamos de *proposições* somente as que encerram verdade ou falsidade em si mesmas. (*Da Interpret.* IV-17a1)

(ARISTÓTELES, 2005, p. 82-84)

45 Cito sempre da tradução de Edson Bini (ARISTÓTELES, 2005). As páginas indicadas são também dessa tradução (embora faça acompanhar a citação da numeração referencial de 1831, de Bekker, para que outras edições possam ser consultadas).

Como se pode ver nas citações, Aristóteles considera o nome uma expressão (um “som”) que possui um significado e considera o verbo uma expressão que além de possuir um significado possui uma referência temporal. É interessante notar que estamos diante de uma definição dinâmica de nome e verbo, que se confundem com sujeito e predicado, já que se acrescentarmos ao nome *homem* a expressão é, antecedendo-o, o nome pode ser predicado de alguma outra coisa (Sócrates, por exemplo) e passa a ser um verbo (passa a ser “alguma coisa predicada de um sujeito ou neste encontrada presente”)<sup>46</sup>. Podemos dizer que, mais do que classes de palavras, estamos diante de funções e que a definição aristotélica de *ōnoma*/nome e *rhēma*/verbo é, basicamente, sintático-semântica<sup>47</sup>.

Na construção das sentenças e proposições, além dos tradicionais *ōnoma* (nome/sujeito) e *rhēma* (verbo/predicado), já identificados por Platão, Aristóteles admite uma terceira “classe” de expressões: os *syndesmos* (conjunções), que incluíam tipos variados de expressões (conjunções, preposições, artigos etc.).

É interessante notar, também, que para Aristóteles, as palavras não possuem partes significativas: são “átomos”, desse ponto de vista, embora possam ser constituídos de sílabas (Aristóteles (2005, p. 84) no texto *Da Interpretação* (16b30), diz que as sílabas da palavra *homem* são “destituídas de significado” e acrescenta “O mesmo ocorre com a palavra *rato*, da qual *-to* não possui significado algum, não passando de som sem significação”).

Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 97) chegam a dizer, ao falar do capítulo XX da *Poética* de Aristóteles, que “Esse capítulo de duas páginas, sozinho, constitui um minitratado ‘completo’ de gramática, sem dúvida o primeiro na tradição ocidental”.

Nesse capítulo da *Poética*, Aristóteles fala das partes da elocução, dizendo “As partes da elocução, como um todo, são: letra, sílaba, conjunção, nome,

46 Note-se que a cópula “é/não é” apenas indica que o predicado (ou atributo) existe ou não no sujeito. *Sócrates* é o sujeito de “Sócrates é homem” e *homem* é o predicado que é atribuído a Sócrates.

47 A definição é semântico-referencial na medida em que nome e verbo são definidos, em isolamento, como “sons que possuem um significado”; a definição é sintático-semântica na medida em que um dado nome – “homem”, por exemplo – pode ser sujeito em uma predicação (“Todo homem é mortal”) ou pode ser predicado em outra (“Sócrates é homem”).

verbo, artigo, caso, sentença” (1456 b19-20). Passa, em seguida, por cada uma dessas partes, definindo-as e apresentando algumas de suas características<sup>48</sup>.

Coube aos estoicos – seguidores de uma escola filosófica, fundada em Atenas por Zenão de Cítio (334-262 a.C.) no século III a.C. – desenvolver, entre outras coisas<sup>49</sup>, a lógica de Aristóteles. Nessa tarefa, e para acomodar novas expressões da língua grega ao modelo de análise lógica, acabaram por criar novas distinções e novas classificações das expressões linguísticas.

Segundo Diógenes Laércio (séc. III d.C.), os estoicos Diógenes da Babilônia (c. 230-c. 150/140 a.C.) e Crisipo de Solis (c. 279-c. 206 a.C.) distinguiram cinco partes no discurso: *nome* (*ōnoma*), *nome comum* ou *denominação* (*prosegoría*), *verbo* (*rhēma*), *conetivo* ou *conjunção* (*sýndesmos*) e *artigo* (*árthron*).

Para os estoicos o *nome* (*ōnoma*) é a parte do discurso que significa uma qualidade individual, como “Sócrates” ou “Diógenes”, enquanto o *nome comum* (*prosegoría*) é a parte do discurso que significa uma qualidade comum, como “homem” ou “cavalo”.

A distinção entre *ōnoma* e *prosegoría* tem um papel relevante no estabelecimento da lógica e embora não possamos saber como se deu exatamente o raciocínio de Crisipo, a quem se atribui o estabelecimento da distinção, podemos imaginar que ele possa ter seguido, em linhas gerais, um caminho lógico como o seguinte (uso, anacronicamente, uma terminologia mais recente):

- a) Uma proposição como “Todo homem é mortal” é classificada, no sistema aristotélico, como uma *proposição afirmativa universal*.
- b) O fundamento dessa classificação está no fato de que o sujeito da proposição (“Todo homem”) contém um quantificador universal (“Todo”) que indica que o predicado (“é mortal”) é distribuído (está presente) em todos os indivíduos abrangidos pelo nome comum *homem* (o sujeito).

48 Creio que vale a pena notar a presença do *artigo* entre as partes da elocução. Não se trata exatamente da classe dos artigos que vai aparecer posteriormente na classificação dos estoicos. Para Aristóteles, seriam também “artigos” preposições, pronomes e verbos usados em parênteses. Sua definição de artigo é “O artigo é um som destituído de significação indicativo do começo ou fim, ou da divisão de uma sentença” (ARISTÓTELES, 2011, 1457 a6-7).

49 A preocupação central dos estoicos era a ética, embora suas contribuições à lógica tenham merecido mais atenção pelos filósofos posteriores.

- c) Em “Sócrates é mortal”, no entanto, temos aparentemente o mesmo tipo de proposição (*afirmativa universal*) e o mesmo tipo de distribuição do predicado, sem ter o quantificador universal no sujeito (ou seja, o predicado está presente em todos os indivíduos – um só – abrangidos pelo nome *Sócrates*).
- d) Devemos, então, distinguir os nomes que, sem quantificação, podem ser sujeito de uma proposição, dos nomes que só podem ser sujeito se forem quantificados. Os primeiros seriam *nomes próprios* (“*ōnoma*”) e os segundos seriam *nomes comuns* (“*prosegoría*”).

O caminho, no entanto, poderia ser outro. Segundo Brunschwig (1984)<sup>50</sup>, o pensamento estoico supunha que os nomes correspondiam a qualidades, antes de corresponder a objetos. A distinção entre *ōnoma* e *prosegoría* estaria ligada à natureza da qualidade relacionada a cada um dos dois tipos de nome: uma qualidade comum ou uma qualidade própria. Seria, portanto, uma distinção semântica, embora considerações de ordem morfológica (diferenças no sistema de declinação, presença ou ausência de derivados patronímicos) e de ordem sintática (possibilidade ou não de construir o nome com artigos) tenham sido levantadas em favor da distinção.

A questão toda reside, então, na distinção entre qualidade comum e qualidade própria. Brunschwig observa que a teoria das proposições dos estoicos identificava três tipos de proposição simples: as determinadas, as indefinidas e as médias ou intermediárias. As proposições determinadas são aquelas enunciadas no modo ostensivo, isto é, acompanhadas do gesto de mostrar (por exemplo, “Este está caminhando” com um gesto que mostre de quem se está falando); as proposições indefinidas são aquelas em que uma “partícula indefinida” governa o enunciado (por exemplo, “Alguém está sentado”, em que a partícula *alguém* deixa indefinido a qual dos indivíduos a que o predicado convém o falante está se referindo); as proposições médias, por sua vez, não seriam nem determinadas, nem indefinidas.

Sexto Empírico, ao expor a teoria estoica das proposições (AM VIII – Contra os Lógicos), nos dá dois exemplos de proposições médias: “Um homem está sentado” e “Sócrates está caminhando”. Essas duas proposições

50 O texto de Brunschwig procura reconstruir o raciocínio que teria levado os estoicos a distinguir nome próprio de nome comum. É um texto extremamente profundo e, quase certamente, a exposição que faço dele não lhe faz justiça.

não são indefinidas, já que determinam a espécie a que pertence o sujeito: (i) em “Um homem está sentado” a espécie é determinada por uma qualidade comum (“ser homem”), que não é idêntica “àquilo a que o predicado deve pertencer para a predicação ser verdadeira” (BRUNDSCHWIG, 1984, p. 11), ou seja, quem está sentado é um particular que apresenta a qualidade de ser homem e esse particular é referido por apresentar tal qualidade; (ii) em “Sócrates está caminhando” a situação é paralela: não há coincidência entre o que a expressão do sujeito designa (a qualidade própria) e aquilo a que o predicado pertence se a proposição é verdadeira (o indivíduo determinado que possui essa qualidade). As duas proposições também não são determinadas, já que não precisam de gestos ostensivos para determinar o sujeito. A dispensa de elementos dêiticos para a verdade de “Um homem está sentado” é claramente compreensível, mas o caso de “Sócrates está caminhando” é mais complicado: é preciso mostrar em que esta proposição difere de, por exemplo, “Este aqui está caminhando”. Segundo Brunschwig (1984, p. 11-12; 2009, p. 278),

Chega-se à ideia de uma diferença de natureza entre o dêitico e o nome próprio se se considera que a operação de referência necessita da presença (no duplo sentido espacial e temporal) de um corpo mostrado em face de um corpo que mostra; ela é então efetuada pelo dêitico, e somente por ele. Se o nome próprio não basta para tornar determinada uma proposição, não é porque ele é equívoco; é porque seu uso não necessita dessa presença, e mesmo permite falar sem equívoco das pessoas quando elas estão ausentes, ou mortas. Para os estoicos, é essencial ao nome próprio poder dispensar a dêixis (e, correlativamente, é essencial à dêixis ser aquilo que o nome próprio pode dispensar).

Ou seja, para Brunschwig a distinção entre *ōnoma* e *prosegoría* teria como fundamento a noção de dêixis.

Seja por razões semânticas, seja por razões de ordem lógica, Crisipo propõe uma subclassificação dos nomes na língua grega, o que mostra, por um lado, o aprofundamento do pensamento gramatical estoico (semântico, em particular) e, por outro lado, como as relações entre a construção do modelo de análise lógica e um modelo de análise linguística foram se influenciando mutuamente.

Teria sido Antípatro de Tarso (séc. II a.C.), filósofo estoico e discípulo de Diógenes da Babilônia, quem introduziu uma nova parte do discurso – o *particípio* (*mesôtes*, em grego)<sup>51</sup>.

Uma contribuição importante dos estoicos foi a delimitação de classes de palavras (“partes do discurso”) por critérios essencialmente morfológicos, classificação que influenciou os primeiros gramáticos, como veremos mais adiante. Os estoicos perceberam que os nomes em grego apresentavam casos, o que não acontecia com os verbos; perceberam também que os verbos possuíam tempos, o que não acontecia com os nomes. A partir dessa constatação, dividiram inicialmente as palavras em quatro classes: (i) as que tinham casos e não tinham tempos (= nomes, próprios e comuns), (ii) as que tinham tempos e não tinham casos (= verbos), (iii) as que tinham casos e tinham tempos (= participípios) e (iv) as que não tinham casos nem tempos (= “coesivos”<sup>52</sup>). Ao acrescentarmos a distinção entre *ōnoma* e *prosegoría*, chegamos às cinco classes de palavras que caracterizam o pensamento estoico.

David Blank e Catherine Atherton, num texto denominado “Contribuição estoica à gramática tradicional” (2006), afirmam que não se pode identificar algo como uma “gramática estoica”, uma área de investigação autônoma, e que as contribuições estoicas ao que posteriormente seria chamado “gramática tradicional” derivavam de outras áreas da filosofia estoica, como a lógica, por exemplo, que em sua parte “dialética” dedicava-se a estudar o pensamento racional e o discurso<sup>53</sup>. Dizem ainda que as contribuições mais importantes se relacionavam a quatro tópicos principais: a *sintaxe*, as *partes do discurso*, *casos*, e *propriedades morfossintáticas das palavras*.

Parece claro que o pensamento estoico altera substancialmente a perspectiva de Aristóteles e traz a discussão das partes do discurso – que em Aristóteles era essencialmente funcional – para um campo essencialmente categorial.

É muito difícil, no entanto, considerar o estoicismo como um movimento unitário por duas razões: a impossibilidade de distinguir as opiniões dos

51 Cf. Householder (1995b, p. 96). É importante notar que as partes do discurso propostas pelos estoicos já encaminham o raciocínio para expressões linguísticas particulares: enquanto um nome como *homem*, em Aristóteles, **não é** *ōnoma* ou *rhēma*, mas **está** *ōnoma* ou *rhēma* nesta ou naquela proposição, a distinção estoica entre *ōnoma* e *prosegoría* é claramente uma distinção categorial (*homem é prosegoría*). E o mesmo se dá com o *mesôtes* (particípio).

52 Nesta classe incluem-se as conjunções e as preposições.

53 Ver acima a discussão sobre o estudo da linguagem “por si mesma”.

diversos autores, uma vez que o faríamos muitas vezes baseados em fontes tardias, e o fato de que ele se estendeu por cerca de nove séculos (do século III a.C. ao século VI d.C.) e certamente não permaneceu inalterado durante todo esse tempo.

Embora só tenhamos conhecimento do pensamento linguístico desenvolvido no período que vai do estoico grego Crisipo (c. 250 a.C.) até o gramático romano Varrão (c. 50 a.C.) por meio das referências feitas por seus comentaristas<sup>54</sup>, podemos, com alguma segurança, dizer que já no final do século II a.C. as principais noções que vão ser usadas na gramática estavam estabelecidas e os elementos constitutivos da linguagem – na perspectiva grega – estavam identificados.

E certamente, mesmo que não seja possível assumir que tenham existido “gramáticas” como resultado de disciplina independente, podemos assumir que já deviam existir manuais (as *Téchnai*) que eram usados pelos professores das escolas de escrita<sup>55</sup>. Como nos diz Householder (1995c, p. 99):

Durante esse período (de 300 a.C. a cerca de 300 d.C.) o sistema educacional se expandiu; além da escola do *grammatikos*, havia também escolas de retórica e frequentemente escolas de filosofia. Mas as escolas gramaticais continuaram a ser importantes; sobreviveram inscrições de Chios e Teos nomeando rapazes que receberam prêmios em várias categorias – leitura (em voz alta, certamente), polimatia (i.e., história, geografia, mitologia), arte, caligrafia, canto, música com a lira etc. E certamente seus professores tinham ajudas de vários tipos. Nada que pudéssemos chamar de livro-texto usado pelos alunos é conhecido, mas as *Téchnai* certamente podem ter sido de ajuda para os professores.

As *Téchnai* são um tipo de texto que consiste basicamente num elenco de definições dos objetos abordados e de exemplificações. Encontramos, na Grécia clássica, esse tipo de “manual” relacionado a várias ciências, como a

54 Particularmente, Diógenes Laércio (?200 - ?250 d.C.), historiador e biógrafo grego de cuja vida nada se sabe, mas que deixou uma obra importante, intitulada *Vidas e Doutrinas dos Filósofos Ilustres*, Sexto Empírico (séculos II-III d.C.) e Plutarco (46-120 d.C.).

55 Os gregos distinguiam o professor de leitura e escrita (o “alfabetizador”) – o *grammatistés* – do estudioso das letras em geral, não só de questões propriamente linguísticas, mas também das questões literárias – o *grammatikós*. O trabalho do *grammatistés* era a *grammatistiké* (que podemos traduzir por gramatística, alfabetização); o trabalho do *grammatikós* era a *grammatiké* (gramática, *téchnē*, às vezes chamada também de *gramática completa*).



medicina e a retórica, por exemplo. Segundo Chapanski (2003, p. 4), “Seu uso linguístico já se verifica entre os estoicos. Diógenes da Babilônia [...] teria escrito uma *Téckne peri phonés*, um manual sobre a voz, (cf. Diógenes Laércio, VII) em que se leriam conteúdos da fonética do grego antigo”.

## Dionísio Trácio e o pensamento gramatical alexandrino

E é na forma de uma *Téchnē* que foi escrita a gramática de Dionísio Trácio (c. 160-c. 85 a.C.), intitulada *Téchnē Grammatiké* e publicada, provavelmente, por volta do ano 100 a.C. Certamente a *Téchnē* de Dionísio não é a primeira gramática, embora seja a mais antiga que conhecemos hoje<sup>56</sup>. Também não é pacífica a questão de sua autoria.

Como diz Householder (1995c, p. 99):

Embora os manuscritos atribuam nossa *Téchnē* a Dionísio Trácio (estudioso alexandrino do segundo século a.C.), é bastante possível que não seja, de fato, trabalho seu (certamente não na forma conhecida); para argumentos de ambos os lados ver Di Benedetto (1958-1959) e Robins (1986). Wouters (1979) inclui alguns fragmentos, mas todos são posteriores a 300 d.C. Sem dúvida, tudo em “Dionísio Trácio” se baseia em fontes mais antigas, algumas muito anteriores mesmo ao Dionísio Trácio real, e é praticamente impossível, ou sem sentido, atribuir qualquer data particular ao trabalho, outra que “antes de 300 d.C. e depois de 200 a.C.”<sup>57</sup>

Como já dissemos acima, as razões para que se estudasse a linguagem e que se construíssem gramáticas não eram uniformes. Enquanto Platão, Aristóteles e os estoicos usavam os estudos da linguagem para fazer filosofia e lógica,

56 Conforme Chapanski (2003, p. 4), “A *TG* de Dionísio Trácio não é, pois, de fato, a primeira gramática do Ocidente. É, antes, a única de uma série de *tékhnaí* que encontrou respaldo histórico em algum momento do tempo. Sem dúvida, é a obra modelar, na qual se inspiraram gramáticos de todos os tempos, mas, em seu tempo, é possível, no entanto, que não tenha sido o modelo, mas *seguido* um modelo pré-existente”.

57 Essa “datação alargada” se deve à existência de quem defenda a possibilidade de que a gramática de Dionísio que chegou a nós seja, de fato, o resultado de elaborações acrescentadas por outros autores nos séculos posteriores. Sobre a questão da autoria da *Téchnē*, ver Law e Sluiter (1998) – há um resumo da questão na “Introduction”. Disponível em: [https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/2373/347\\_020.pdf?sequence=1](https://openaccess.leidenuniv.nl/bitstream/handle/1887/2373/347_020.pdf?sequence=1). Acesso em: 16 maio 2022.

[o]s gramáticos alexandrinos, Dionísio Trácio (c. 160-85 a. C.) e Apolônio Díscolo (c. 80-160 d.C.) eram gramáticos pedagogos e não filósofos. Sua principal motivação era a percepção da necessidade de ensinar os significados, as formas e a pronúncia corretas do grego ático homérico de forma que a literatura clássica pudesse ser lida, declamada e entendida adequadamente. Talvez sua abordagem pedagógica tenha sido influenciada pelo fato de viverem no Egito, onde o grego era uma segunda língua. [...] Dionísio Trácio, Apolônio Díscolo [...] não eram filósofos, mas precursores da linguística aplicada na Tradição Clássica Ocidental. (ALLAN, 2007, p. 11)

Ainda seguindo Allan (2007, p. 13), vale a pena destacar que esses filósofos e pedagogos que se debruçaram sobre a linguagem, assim como seus sucessores, “tinham crenças sobre a composição e estrutura da linguagem e que seus estudos da linguagem eram motivados e tinham propósito”. Essas crenças, Allan vai denominar *Filosofias da linguagem*. Novamente vale dizer que estudar a linguagem com objetivos pedagógicos ligados ao estudo das obras literárias não é estudar a linguagem “por ela mesma”. Nesse sentido, o olhar dos alexandrinos para a linguagem não me parece essencialmente distinto do olhar de Platão, Aristóteles ou dos estoicos: o estudo da linguagem se submete a propósitos que estão fora dela.

Eu, por minha vez, mais interessado no sistema conceptual que resulta desses trabalhos todos – seja das “filosofias da linguagem” de que nos fala Allan, seja dos trabalhos de Aristóteles, dos estoicos ou de antecessores – vou tentar entendê-lo como uma *teoria* das línguas (a primeira no mundo ocidental de extração greco-latina).

A gramática, mais ou menos tal como a conhecemos hoje, é fruto de um movimento intelectual que se constituiu junto – e por causa – da famosa Biblioteca de Alexandria e que, além da gramática, desenvolveu inúmeras áreas do conhecimento, como a geometria, a astronomia e a medicina.

Dentre os sábios ligados à Biblioteca, encontram-se Aristarco (310-230 a.C. – astrônomo; quem primeiro sugeriu que os planetas – entre os quais a Terra – giravam em torno do Sol), Calímaco (310-240 a.C. – poeta e bibliotecário; criou o primeiro catálogo da Biblioteca, o que possibilitou o estabelecimento do primeiro “cânone” da história: uma relação “oficial” da literatura grega clássica), Eratóstenes (276-194 a.C. – matemático; calculou a circunferência da Terra com notável exatidão, se considerados os recursos da época), Herófilo (335-280 a.C. – médico; o primeiro a sugerir que a inteligência e as

emoções estavam no cérebro e não no coração), Galeno (c. 129-c. 217 d.C. – médico; escreveu quinze livros sobre medicina, influentes até o fim da Idade Média) e Ptolomeu.

Claudio Ptolomeu (90-168 d.C.) é reconhecido por seus trabalhos em matemática, astrologia, astronomia, geografia e cartografia. Realizou também trabalhos importantes em ótica e teoria musical. É o autor do *Almagesto*, um tratado de astronomia, uma das mais importantes e influentes obras da Antiguidade clássica. Nessa obra, Ptolomeu descreve um sistema cosmológico geocêntrico (com a Terra no centro do universo) que, apesar da complexidade e de não ser verdadeiro (como sabemos hoje), sustentou os estudos astronômicos até o surgimento do sistema heliocêntrico (com o Sol no centro do universo) de Copérnico, em 1543.

Arquimedes (Arquimedes de Siracusa – 287-212 a.C.; matemático, físico e inventor) esteve, também, ligado à Biblioteca. Ele estudou em Alexandria, quando jovem, e fez importantes contribuições na matemática (calculou o número  $\pi$ , e apresentou os primeiros conceitos de limite e do cálculo diferencial) e na física (estabeleceu o princípio da alavanca e os princípios fundamentais da estática e da hidrostática).

No meio de todos esses gênios, encontra-se Dionísio Trácio, que recolhe o conhecimento linguístico disponível em sua época e o organiza numa *Téchnē*, um *manual*<sup>58</sup>, que apresenta de forma sistemática parte das regras da língua grega.

Vivendo em Alexandria, no Egito, no século II a.C., Dionísio certamente falava um grego muito distante do grego em que as obras clássicas da literatura consagrada foram produzidas: as epopeias homéricas foram produzidas numa mistura de dialetos do grego antigo, resultando numa língua literária artificial. Dionísio, no entanto, embora certamente conhecesse o grego clássico (dialetos ático e jônico), devia falar o *koiné* (também conhecido como grego helenístico ou alexandrino) que era um dialeto derivado do grego ático, usado pelos exércitos macedônios de Alexandre, e que era a língua corrente em Alexandria no período helenístico.<sup>59</sup>

58 Maria Helena de Moura Neves, em seus trabalhos, refere-se sistematicamente à *Téchnē Grammatiké* como “o *manual* de Dionísio”. Correndo o risco de parecer incoerente, vou tratar, sem mais discussões, Dionísio Trácio como o autor da *Téchnē*.

59 Além disso, se sabemos hoje o que poucas décadas de isolamento de comunidades que falam, de partida, uma mesma língua determinam sobre as variações linguísticas, criando variedades

À época de Dionísio realizavam-se na Biblioteca estudos sobre os textos de Homero (possivelmente produzidos no século VIII a.C.). Discutia-se, na época, se Homero era o autor tanto da *Ilíada* quanto da *Odisseia* ou se era o autor só da *Ilíada*: alguns pesquisadores consideravam que os dois poemas foram escritos em épocas distintas e que, portanto, não poderiam ser obras de um mesmo autor; Aristarco da Samotrácia (c. 216-c. 144 a.C.), por sua vez, não acreditava nessa separação, mas considerava que os poemas sofreram acréscimos importantes em momentos posteriores.<sup>60</sup>

É no quadro dos estudos homéricos, então, que surge a *Téchnē* de Dionísio. Aparentemente, sua função era a de expor sistematicamente a língua grega em que foram produzidas as obras clássicas, como elemento auxiliar da crítica literária. Era preciso *ler e entender corretamente* o grego da literatura clássica para poder avaliá-la adequadamente, e as regras para isso estariam reunidas na *Téchnē*.

Como diz Maria Helena de Moura Neves (2002, p. 22), a *Téchnē* de Dionísio tinha por objetivo o “falar a língua do modo mais belo possível, isto é, nos moldes consagrados pelas obras modelares de uma literatura que, então, se examina como algo terminado, algo que cabe restaurar, por imitação”.

Encontramos, aqui, duas características fundamentais da primeira gramática, características que vão permanecer nas gramáticas seguintes, até o século XXI: (i) a gramática é vista como um conjunto de regras que permitem falar (ler e escrever) corretamente uma língua; e (ii) a gramática sistematiza uma forma de língua que é considerada mais nobre e mais correta.

Em outras palavras, a gramática nasceu *normativa*.

A normatividade, relativamente à língua, não surge com os alexandrinos, no entanto. Já Platão nos fala do sofista Pródicos de Ceos (c. 465-c. 395 a.C.), amigo de Sócrates, que se notabilizou pela insistência com que defendia o uso correto das palavras. A correção pretendida por Pródicos envolvia a distinção semântica precisa entre os termos usados. No *Crátilo*, Platão faz Sócrates dizer

que se distinguem em inúmeros pontos, é fácil imaginar o que séculos de distância e centenas de quilômetros de afastamento podiam fazer com a língua grega falada em Alexandria no século II a.C. quando comparada ao grego de Atenas dos séculos V ou IV a.C., por exemplo, *mesmo se fossem um mesmo dialeto*.

60 Nunca houve unanimidade sobre o assunto, nem entre os alexandrinos, nem entre os pensadores que posteriormente se debruçaram sobre o assunto. Inclusive, no século XVIII, com a *Ciência nova* de Giambattista Vico, surge a hipótese de que Homero sequer teria existido e que seus poemas eram compilações de poemas cantados pelos *aedos* (bardos, trovadores da Grécia antiga).

que teria se tornado um especialista no uso correto das palavras se tivesse assistido às aulas de Pródicos<sup>61</sup>.

Paralelamente ao caráter normativo, no entanto, a *Téchnē* de Dionísio apresenta um certo modo de descrever os fatos linguísticos (com base nos filósofos e lógicos de tempos anteriores, com certeza) que é original. Ou seja, para sistematizar as normas do falar correto, Dionísio precisa utilizar uma *teoria da linguagem*.

Em linhas gerais, Dionísio organiza a sua *Téchnē* em duas partes (ao menos, no que conhecemos de sua obra): um estudo da base sonora do grego e um estudo sobre as palavras (sua *classificação*, *subclassificações* e características conhecidas como *acidentes*, *atributos* ou, mais modernamente, *categorias gramaticais*). Usando a terminologia moderna, podemos dizer que a *Téchnē* tem duas partes: Fonética (ou Fonologia) e Morfologia.

Considerando seu caráter fundador, vale a pena reproduzir a definição de *gramática* que Dionísio dá em sua *Téchnē*<sup>62</sup>:

Gramática [*Téchnē Grammatiké*] é o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores. Suas partes são seis:

1. A primeira é a leitura treinada, que respeite a prosódia.
2. A segunda é a exegese dos tropos poéticos existentes.
3. A terceira é a pronta restituição do sentido das palavras estranhas e das histórias.
4. A quarta é a descoberta da etimologia.
5. A quinta, o cálculo da analogia.
6. A sexta é a crítica dos poemas, que é a mais bela das partes da arte.

(CHAPANSKI, 2003, p. 23)

No que conhecemos da obra de Dionísio, praticamente só resta a parte 5. Há, no início, após a definição de gramática, uma breve apresentação das noções de *letra* e de *sílaba* e uma apresentação geral dos sons do grego, vistos sempre na perspectiva de sua representação por letras na escrita<sup>63</sup>. Há, também, um

61 Crátilo 384b (PLATÃO, 2007-2010, v. VI, p. 36).

62 Que eu conheça, há duas traduções da *Téchnē Grammatiké* para o português: Chapanski (2003) e Martinho (2007). Vou usar aqui a tradução de Gissele Chapanski.

63 Como vimos acima, a presença dessa parte na gramática deve estar ligada à supremacia do oral sobre o escrito: os alexandrinos, para apreciar adequadamente o texto homérico, deveriam saber lê-lo em voz alta (e tanto quanto possível, presumo, o mais próximo de uma leitura feita pelo próprio Homero). Como lemos em Robins (1979, p. 18): “A base de descrição fonética

pequeno parágrafo que trata da leitura, em termos bem gerais e vagos, entre a definição e a apresentação das letras e das sílabas, de forma que podemos dizer que a primeira das seis partes da gramática também está presente no texto que conhecemos. A distância entre a forma de apresentação dessas “regras de leitura” e a apresentação sistemática do restante do texto, no entanto, é muito grande.

Todo o restante do texto trata das palavras (“partes do discurso”): sua classificação e categorias gramaticais (“atributos” das classes de palavras) associadas a cada uma das classes. Podemos dizer que esta segunda parte consiste na *analogia*, conforme o uso do termo na época. Hoje diríamos que trata de “morfologia”.

É importante destacar a classificação das partes do discurso (classes de palavras) feita por Dionísio, na medida em que praticamente todas as gramáticas posteriores (até os dias de hoje) a seguem, com pequenas modificações.

As outras partes da gramática, além da leitura treinada e da analogia, – porque essencialmente práticas – não estão presentes na *Téchnē*. Não é difícil perceber que as partes faltantes dependem de um texto-objeto (um poema a ser analisado, por exemplo) e que sua sistematização numa *Téchnē* seria bastante improvável.<sup>64</sup>

Em Neves (2002, p. 49-60) encontramos uma breve descrição dos conteúdos da *Téchnē* de Dionísio e sua leitura é recomendada a quem pretenda ter uma ideia mais geral dos assuntos tratados. Aqui, vou me restringir a uma apresentação da teoria das partes do discurso.

De qualquer forma, é interessante apresentar as palavras com que Maria Helena de Moura Neves conclui sua apresentação da *Téchnē Grammatiké*, palavras que resumem bem a natureza da obra:

Como se acaba de observar, existe no Manual de Dionísio o Trácio uma sistematização que procura recortar o campo dos elementos da língua e distribuí-los exaustivamente em um quadro organizado. As entidades se apresentam compartimentadas, submetidas a classificações e subclassificações explicitamente declaradas. O que

do grego foi o próprio alfabeto grego; daí terem os estudos assumido a forma de explicações sobre a pronúncia das letras”.

64 Além das imensas dificuldades inerentes a essas tarefas, como veremos abaixo ao abordar o pensamento de Sexto Empírico.

a obra oferece, afinal, é um sistema de unidades relacionadas, todas com abrigo nos sucessivos recortes.

Observe-se, em especial, que, entre as sistematizações gramaticais, a de Dionísio é sobre todas importante, já que, de um lado, é representativa do procedimento gramatical que surgiu na época alexandrina e, do outro, é um modelo sobre o qual se apoia a tradição da gramática ocidental. Por isso, ao procurarmos avaliar o que foi a gramática entre os gregos, oferecemos, aqui, uma síntese das formulações dessa (*Téchnē*) *Grammatiké*. Na verdade, trata-se de uma gramática descritiva, embora, pelos padrões selecionados para descrição, fique revelada uma finalidade normativa. É exatamente esse espírito que vem presidindo a organização gramatical ocidental através dos tempos, o que merece reflexão, se se pensar nas grandes diferenças nas condições de produção recentes, confrontadas com as da época helênica. (NEVES, 2002, p. 60)

Inicialmente, creio que cabe uma breve discussão dos termos “partes do discurso” e “palavras”.

Segundo Jean Lallot (1989, p. 119), os termos *palavra* (*léksis*) e *parte do discurso* (*méros lógou*) “funcionam como sinônimos em variação livre” na *Téchnē*. Chapanski (2003, p. 143) acha que isso “talvez seja simplificar a relação entre esses conceitos além do aconselhável”. Para ela, cada parte do discurso corresponde a um conjunto de características de que as palavras (*lékseis*) são instâncias (realizações “físicas”). Cada palavra (*léksis*), com base em suas características, pode ser incluída numa parte do discurso. Em suma, *parte do discurso* corresponderia mais adequadamente à noção (que não aparece na gramática grega) de *classe de palavras*.

É interessante notar, seguindo Chapanski, que o termo *palavra* identificaria uma unidade, enquanto o termo *parte do discurso* entende a unidade como parte de um conjunto e que, ao ser combinada com outras palavras, unidades de outros conjuntos, constitui o discurso (o *lógos*).

Dionísio Trácio identifica oito partes do discurso<sup>65</sup>: *nome, verbo, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção*. E as define da seguinte maneira:

65 O termo grego *meros lógou* (literalmente, “parte do lógos”) poderia ser traduzido de diversas formas, se os significados de *lógos* forem considerados. Convencionou-se traduzir por *partes do discurso*, mas poderíamos ter *partes da oração* (como parecem preferir os tradutores do latim, já que os gramáticos romanos usavam o termo *partes orationis* em suas gramáticas), ou *partes do*

QUADRO 1 – DEFINIÇÕES DAS PARTES DO DISCURSO DE DIONÍSIO TRÁCIO

Nome ( <i>ōnoma</i> )	É a parte da frase sujeita à variação de caso, que designa um corpo ou uma coisa abstrata – um corpo como em “pedra”, uma coisa abstrata como em “educação” –, que pode ter sentido geral ou específico – geral como em “homem” ou “cavalo”, específico como em “Sócrates”.
Verbo ( <i>rhēma</i> )	É uma palavra não sujeita à variação de caso, que admite tempo, pessoas, números e exprime atividade ou passividade.
Particípio ( <i>metoché</i> )	É uma palavra que participa da propriedade dos verbos e da dos nomes.
Artigo ( <i>árthron</i> )	É a parte da frase sujeita à variação de caso, preposta ou posposta à declinação dos nomes.
Pronome ( <i>antonymía</i> )	É a palavra empregada em vez de um nome e que indica pessoas determinadas.
Preposição ( <i>próthesis</i> )	É uma palavra preposta a todas as partes da frase na construção [sintaxe].
Advérbio ( <i>epírhema</i> )	É a parte da frase que não tem flexão e qualifica os verbos ou é complementar a eles.
Conjunção ( <i>syndesmos</i> )	É a palavra que liga o pensamento ordenadamente e torna evidentes dados implícitos da expressão.

Fonte: O autor (2022).

É interessante observar os critérios em jogo nessa classificação.

Se observarmos o conjunto da classificação de Dionísio, ficamos tentados a dizer que ela é basicamente *semântico-nocional* (ao menos para as classes básicas: nome e verbo), isto é, baseada nos tipos de ideias que correspondem a cada classe. Por outro lado, se prestarmos atenção à ordem em que as partes do discurso são apresentadas, podemos – num procedimento de reconstrução racional – descobrir um critério *formal* para a classificação. Vejamos.

Podemos supor (embora isso não seja explicitado por Dionísio) que, aparentemente, com base no que já era tradição em sua própria época, Dionísio parte da distinção fundamental entre *ōnoma* e *rhēma* (nome e verbo). Essas duas partes do discurso são clara e explicitamente distinguidas por um critério morfológico (presença/ausência de marcas de caso e presença/ausência de marcas de tempo) e por um critério semântico/nocional (designadores de “coisas” versus designadores de atividades).

*enunciado* ou, ainda, *partes da frase*, como propõe Chapanski. Sempre que não estiver citando um autor que use outro termo, vou preferir usar *partes do discurso*.



A solução encontrada por Dionísio, com base em seu conhecimento quase certo do pensamento estoico, poderia ser a seguinte:

- num primeiro passo ele distinguiria duas classes pelo critério morfológico da presença/ausência de caso. Com isso ele deixaria os nomes, os pronomes, os artigos e os particípios de um lado e os verbos, as preposições, os advérbios e as conjunções de outro.
- O passo seguinte seria distinguir duas classes pelo critério morfológico da presença/ausência de marcas de tempo. Por esse critério, ele deixaria os verbos e os particípios de um lado e os nomes, os pronomes, os artigos, as preposições, os advérbios e as conjunções de outro.
- Com esses dois critérios morfológicos combinados, Dionísio obteria uma distribuição das palavras em quatro classes:
  1. [+C; -T] (tem Caso e não tem Tempo): nome, artigo, pronome
  2. [-C; +T] (não tem Caso e tem Tempo): verbo
  3. [+C; +T] (tem Caso e tem Tempo): particípio
  4. [-C; -T] (não tem Caso e não tem Tempo): preposição, advérbio, conjunção
- O passo seguinte seria obter uma grade classificatória interna às classes que ainda não são singulares: a classe [+C; -T] e a classe [-C; -T].
- Para distinguir entre nomes, artigos e pronomes (a classe [+C; -T]), Dionísio iria lançar mão de critérios não morfológicos. Para distinguir nomes de artigos, o critério seria basicamente sintático (os artigos são prepostos ou postostos aos nomes). Para distinguir nomes e pronomes, o critério seria basicamente semântico/funcional: os nomes designam “coisas” e os pronomes são “variáveis” que se colocam no lugar dos nomes para designações “genéricas” das pessoas do discurso.
- Para distinguir preposição, advérbio e conjunção (a classe [-C; -T]), o critério seria basicamente sintático. O advérbio é entendido como um modificador de verbos e as preposições e conjunções como “re-latores” colocados entre as palavras para indicar modos de composição (de sintaxe, portanto). As preposições, de um lado, podem ser prepostas a qualquer das partes do discurso, enquanto as conjunções relacionam “pensamentos”. Em outras palavras, as preposições indi-

cariam relações entre palavras e as conjunções indicariam relações entre sentenças ou proposições.

Da forma como a reconstruímos acima, a classificação das palavras por Dionísio é (quase) exclusivamente *formal*. E praticamente reproduz, incluindo-a, a classificação das palavras feita pelos estoicos.

É preciso levar em conta, no entanto, que o pensamento grego sobre a linguagem é eminentemente semântico. Uma das principais discussões sustentadas pelos filósofos gregos, e latinos, que precederam Dionísio envolvia a questão do *naturalismo* em oposição ao *convencionalismo* e era uma discussão sobre a relação entre as palavras e as coisas designadas por elas no mundo. Era de se esperar, portanto, que os reflexos dessa discussão aparecessem no texto de Dionísio. Além disso, Dionísio pretenderia reunir em seu trabalho o maior conjunto disponível de conhecimentos sobre as palavras. Assim, fazer acompanhar a classificação formal de uma classificação semântica era, portanto, de certa forma, seguir a tradição.

É interessante notar ainda que o critério semântico de Dionísio só funciona para as duas grandes classes: nome e verbo. Os nomes são designadores de coisas e os verbos são designadores de atividades. As outras classes, identificadas pelos critérios formais, não recebem uma contraparte semântica<sup>66</sup>.

Quer me parecer, então, que podemos entender o critério classificatório de Dionísio como essencialmente formal, acompanhado, às vezes, de uma contraparte semântica complementar.

É importante destacar que Dionísio identifica *subclasses* para algumas das partes do discurso.

Quando fala dos *nomes*, por exemplo, Dionísio acrescenta:

Vinculam-se ao nome as “classes” que também são chamadas de espécies: próprio, designativo, adjetivo, relacional, quase-relacional, homônimo, sinônimo, diônimo, epônimo, étnico, interrogativo, indefinido, anafórico – também chamado identificativo, dêitico

66 Com a exceção clara do *pronome*, que é definido por um critério semântico/funcional (como um designador de pessoas determinadas), e, com a possível exceção do *advérbio*, que é definido como um qualificador ou complementador do verbo (acrescenta novas propriedades à significação do verbo?). É interessante observar que Marcos Martinho (2007, p. 169, grifo nosso) traduz a definição de Dionísio como “Advérbio é parte de oração indeclinável, a qual é dita acerca do verbo ou é adicionada ao verbo”.

e correspondente –, coletivo, distributivo, inclusivo, onomatopéico, genérico, específico, ordinal, numeral, absoluto, participativo. (CHAPANSKI, 2003, p. 30)

Talvez seja interessante ver como Dionísio caracteriza algumas dessas subclasses<sup>67</sup>.

O *interrogativo*, também chamado questionante, é o nome que se emprega na interrogação, por exemplo, ‘tís’ (quem?), ‘poíos’ (de que tipo?), ‘pósos’ (quanto?), ‘pelíkos’ (de qual duração?).

*Indefinido* é o empregado em oposição ao interrogativo, como ‘hostis’ (quem quer que), ‘hopoíos’ (qualquer tipo), ‘hopósos’ (quanto quer que), ‘hopelíkos’ (tão durativo que).

O *anafórico*, também chamado de equivalente, dêitico, correlativo, significa a identificação, ‘toioútos’, ‘tosoútos’, ‘telikoútos’ (tal em qualidade, tal em quantidade, tal em duratividade).

O *distributivo* é o nome que entre dois ou mais faz referência a um por um, por exemplo, ‘hekáteros’ (um e outro), ‘hékastos’ (cada um).

*Inclusivo* é o que indica que contém algo dentro dele, como ‘daphnón’ (bosque de loureiros), ‘parthenón’ (quarto das moças).

O nome *absoluto* é o concebido em si mesmo, como “deus”, “razão”. (CHAPANSKI, 2003, p. 31-32, grifos nossos)

É interessante observar que algumas dessas subclasses são definidas por critérios eminentemente semânticos, como é o caso dos *distributivos*, dos *inclusivos* e dos *absolutos* (e também de outras subclasses que não abordamos acima, como dos *próprios*, *comuns* e *coletivos*, por exemplo, cujas definições são idênticas às que encontramos nas gramáticas escolares de hoje). Outras classes são definidas por critérios sintáticos, como é o caso dos *interrogativos* e dos *indefinidos*: note-se que os interrogativos são mais ou menos equivalentes aos pronomes interrogativos de nossas gramáticas escolares, enquanto os indefinidos são as contrapartes presentes nas respostas (tratadas, nas gramáticas escolares, como conjunções). Um exemplo aproximado desta distinção poderia ser o par de expressões “Por que ...?” e “porque ...”: o primeiro seria um interrogativo e o segundo um indefinido. É interessante notar, também, que boa parte dos exemplos de *nomes* apresentados nessas subclasses não seriam reconhecidos como substantivos ou adjetivos nas gramáticas de hoje.

67 Não creio que valha a pena olhar as caracterizações uma a uma. Alguns exemplos nos bastam.

Ao tratar dos *advérbios*, Dionísio reconhece vinte e oito subclasses, todas definidas semanticamente. Só alguns poucos exemplos:

- <1> Alguns advérbios indicam *tempo*, como ‘nûn’ (agora), ‘tôte’ (então), ‘haúthis’ (novamente).
- <2> Alguns são de *meio*, como ‘kalôs’ (nobremente), ‘sophôs’ (sabidamente).
- <3> Alguns são advérbios de *maneira*, como ‘púks’ (com o punho), ‘láks’ (com os pés), ‘botrudón’ (em forma de cacho) (IL, II, 89), ‘ageledón’ (em rebanho) (IL, XVI, 160).
- <4> Alguns são de *quantidade*, como ‘pollákis’ (muitas vezes), ‘oligákis’ (poucas vezes).
- <5> Alguns significam *número*, como ‘dís’ (duas vezes), ‘trís’ (três vezes), ‘tetrákis’ (quatro vezes).
- <6> Alguns são de *lugar*, como ‘ano’ (acima), ‘kátó’ (embaixo). As relações <por eles expressadas> são três: **em** um lugar, **para** um lugar e **de** um lugar, como, por exemplo, em ‘oíkoí’ (em casa), ‘oíkade’ (para a casa), ‘oíkothen’ (de casa) (CHAPANSKI, 2003, p. 36, grifos nossos em itálico)

É interessante notar que Dionísio indica, em alguns casos, a fonte em que recolheu a forma, como em “*botrudón*” (em forma de cacho) e “*ageledón*” (em rebanho), palavras que estão presentes na *Iliada* e que, provavelmente, não eram de uso comum na Alexandria de Dionísio.

As *conjunções* apresentam as seguintes subclasses: copulativas, disjuntivas, conectivas (sinápticas), subconectivas (parassinápticas), causais, dubitativas, silogísticas e expletivas. Algumas dessas subclasses são definidas por critérios semânticos, como é o caso das *causais* (“que se empregam para indicar uma causa”), mas outras são definidas por critérios sintáticos (talvez mais do que sintáticos, textuais), como é o caso das *silogísticas*, que Dionísio caracteriza como “as que são utilizadas em conclusões e conseqüências de provas” (CHAPANSKI, 2003, p. 38).

Junto com as definições das classes (e subclasses) de palavras, Dionísio apresenta os *acidentes* (ou atributos) associados a cada uma delas. Vejamos detalhadamente os atributos associados ao *nome* e ao *verbo*.

Segundo Dionísio “Há cinco atributos do nome: gênero, espécie, forma, número, caso”, que são definidos assim<sup>68</sup>:

Há três *gêneros*: masculino, feminino e neutro. Alguns acrescentam a esses dois outros: o comum e o epiceno.

As *espécies* são duas: primitiva e derivada. A primitiva é formada por nomes em sua forma original, como ‘Gê’ (terra); a derivada é aquela que tem origem numa outra, como ‘Gaiéios’ (nascido da terra) (OD. VI, 324). As espécies derivadas são sete: patronímico, possessivo, comparativo, superlativo, diminutivo, denominativo e deverbais.

Há três *formas* de nomes: simples, composto e derivado de composto. A simples tem como exemplo ‘Mémnon’, a composta ‘Agamémnon’<sup>69</sup>, a derivada da composta ‘Agamemnonídes’<sup>70</sup>, ‘Philíppides’. Há quatro variedades de compostos: uns são feitos de dois nomes completos, como ‘Kheirísophos’, outros de dois, incompletos, como ‘Sophoklês’; outros de um incompleto e um completo, como ‘Philódemos’, outros de um completo e um incompleto, como ‘Periklês’.

Há três *números*: singular, dual, plural. Singular como ‘ho Hómeros’, dual ‘to Homero’, plural ‘hoi Hómeroi’. Há formas de singular que indicam plurais, como ‘dêmos’ (povo), ‘khorós’ (coro), ‘ókhlos’ (multidão); e há algumas formas de plural que falam de singulares ou duais: de singulares como ‘Athênai’ (Atenas), ‘Thêbai’ (Tebas); de duais como ‘amphóteroi’ (ambos).

São cinco os *casos* dos nomes: reto, genitivo, dativo, acusativo, vocativo. O caso reto é chamado nominativo e direto; o genitivo, possessivo e paternal; o dativo, epistolar; o acusativo refere-se a uma causa; o vocativo [é também chamado de] interpelativo. (CHAPANSKI, 2003, p. 28-30, grifos nossos em itálico)

Os atributos do verbo, segundo Dionísio, são oito: o *modo*, a *diátese*, a *espécie*, a *forma*, o *número*, a *pessoa*, o *tempo* e a *conjugação*. Esses atributos são definidos da seguinte maneira:

Há cinco *modos*: indicativo, imperativo, optativo, subjuntivo, infinitivo.

Há três *diáteses*: ativa, passiva, média. Da ativa tem-se por exemplo ‘túpto’ (eu firo); da passiva, ‘túptomai’ (eu sou ferido). A média

68 Tomo a liberdade de excluir, sem indicações, algumas passagens do texto de Dionísio. O leitor interessado pode recorrer ao texto de Chapanski (2003).

69 O malho de Mémnon.

70 Descendente de Agamémnon.

é a diátese que expressa por vezes a ativa, por vezes a passiva, como em ‘pépega’ (eu me fixei), ‘diéphthora’ (eu fui/estou destruído), ‘epoiesámen’ (eu faço), ‘egrapsámen’ (eu escrevo).

Há duas *espécies*: primária e derivada.

Há três *formas*: simples, composta, derivada de composta.

Há três *números*: singular, dual, plural. O singular tem por exemplo ‘túpto’ (eu firo), o dual, ‘túpteton’ (ambos – vocês ou eles – ferem), o plural, ‘túptomen’ (nós ferimos).

São três as *peçoas*: primeira, segunda, terceira. A primeira é a de que provém a sentença; a segunda, a quem se dirige a sentença; a terceira, a de que fala a sentença.

Há três *tempos*: presente, passado e futuro. Dentre eles, o passado tem quatro variedades: o imperfeito paratático, o adjacente, [o] mais-que-perfeito, [e o] aoristo.

*Conjugação* é uma flexão regular dos verbos. Há seis conjugações dos verbos barítonos. Há três conjugações dos verbos circumflexos. Há quatro conjugações de verbos terminados em –mi. (CHAPANSKI, 2003, p. 32-33, grifo nosso)

Outras classes de palavras também apresentam acidentes. Dionísio nos fala que o *particípio* “tem os mesmos atributos que o nome e o verbo, exceto a pessoa e o modo” (CHAPANSKI, 2003, p. 34). O *artigo* tem três atributos: o gênero, o número e o caso. O *pronome* tem seis acidentes: pessoa, gênero, número, caso, forma e espécie.

Para Dionísio, *preposições* e *conjunções* não apresentam atributos. E sobre o *advérbio* ele apenas nos diz que “alguns são simples, outros, compostos” (CHAPANSKI, 2003, p. 35), o que significa dizer que Dionísio reconhece o atributo da *forma* nos advérbios, embora isso não esteja explicitado.

Cerca de 300 anos depois de sua feitura, a *Téchnē* de Dionísio é severamente criticada por Sexto Empírico.

Sexto Empírico foi um médico e filósofo cético que viveu entre os séculos II e III d.C. Não se sabe de onde era originário, embora haja evidência de que viveu em Atenas, Alexandria e Roma. Recebeu o apelido de Empírico mais por sua prática médica do que por suas concepções filosóficas. Seus escritos foram muito influenciados pelas ideias de Pirro de Élis (360-270 a.C.), daí seu ceticismo ser

chamado “pirrônico”, e estão dirigidos contra a pretensão (para ele, “dogmática”) de conhecer a verdade absoluta, tanto na moral como nas ciências.<sup>71</sup>

Diferentemente dos filósofos que julgavam ter chegado à verdade (como Aristóteles) e diferentemente do ceticismo dos acadêmicos (seguidores de Platão), que consideravam que a verdade é simplesmente inalcançável, o ceticismo de Sexto Empírico admite a possibilidade de se chegar à verdade. Para Sexto, a falta de um critério para decidir entre posições contrárias é o que leva à suspensão do juízo (*epokhê*). Em outras palavras, “suspender o juízo” é assumir a impossibilidade de decidir sobre a verdade ou a falsidade das afirmações teóricas.

O ceticismo de Sexto Empírico, o ceticismo pirrônico, é uma filosofia da investigação. É uma filosofia que não duvida dos fenômenos, daquilo que aparece, mas apenas duvida daquilo que se afirma, dogmaticamente, para além dos fenômenos (duvida da *teoria*).

Com argumentos céticos, Sexto Empírico procura demonstrar a impossibilidade de conhecermos a verdade nas várias áreas do conhecimento que constituíam a base da educação grega – e, em decorrência, do que vem publicado nas *Téchnai*.

Em uma obra denominada *Adversus mathematicos*<sup>72</sup>, Sexto “dispara” seus argumentos contra os gramáticos, os retóricos, os geômetras, os aritméticos, os astrólogos e os músicos.

Interessam-nos aqui seus argumentos contra os gramáticos; particularmente a “desconstrução” que ele faz da definição de gramática de Dionísio.

Podemos reunir os seus argumentos contra a gramática em três conjuntos: a infinitude da língua e sua mudança constante; a impossibilidade de escolher entre as variantes linguísticas; e a incompetência dos gramáticos para estabelecer relações entre palavras e coisas, já que não conhecem as coisas nem as palavras.

Os dois primeiros conjuntos de argumentos – que constituem uma excelente introdução à sociolinguística, *avant la lettre* – mostram que a mudança constante das línguas e a existência de variação em todos os níveis (geográfico, social etc.) impedem liminarmente a possibilidade de se estabelecer “formas

71 Sobre os céticos gregos em geral e sobre Pirro e Sexto Empírico, em particular, ver Brochard (2009). Especificamente sobre Pirro, ver Gazzinelli (2009).

72 Título que pode ser traduzido por *Contra os professores*, entendendo-se aí “professores” como aqueles que “professam” um certo conhecimento. Em grego, a palavra *mathema* significa algo como “aquilo que é ensinado/aprendido”. Ou seja, os “*mathematicos*” seriam os professores que ensinavam os vários assuntos nas escolas gregas.

corretas” (objetivo dos gramáticos alexandrinos). O terceiro conjunto ataca a definição de gramática da *Téchnē*. Vou me ater a esses últimos argumentos<sup>73</sup>.

Se, como quer Dionísio, os conhecimentos gramaticais (a leitura em voz alta, as figuras de linguagem, os paradigmas flexionais etc.) servem de base para que se faça a crítica das obras de poetas e prosadores (obras literárias, portanto), a utilidade da gramática é nula.

Sexto Empírico parte da definição de gramática de Dionísio (que vimos anteriormente e que reproduzo aqui para conforto do leitor). Segundo Dionísio,

Gramática é o conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores. Suas partes são seis:

1. A primeira é a leitura treinada, que respeite a prosódia.
2. A segunda é a exegese dos tropos poéticos existentes.
3. A terceira é a pronta restituição do sentido das palavras estranhas e das histórias.
4. A quarta é a descoberta da etimologia.
5. A quinta, o cálculo da analogia.
6. A sexta é a crítica dos poemas, que é a mais bela das partes da arte.

(CHAPANSKI, 2003, p. 23)

A crítica de Sexto recai sobre essas “partes”, que são agrupadas por ele em três conjuntos – assuntos “técnicos”, assuntos “literários” e assuntos “históricos” – e que parecem abranger tanto “partes” reais de uma gramática como seus resultados. Ou seja, não há homogeneidade nesta “partição”. Em suas palavras<sup>74</sup>

[250] Dionísio Trácio, quando diz que a gramática tem seis partes, às quais nos referimos mais acima, de forma genérica, como três, inclui a parte ‘histórica’ entre elas. Pois diz que as partes da gramática são: a leitura treinada (*entribes*) de acordo com a prosódia; a interpretação de acordo com as figuras poéticas presentes; explicação de palavras e histórias; a descoberta das etimologias; o estabelecimento das analogias; e a crítica dos

73 Até onde eu sei, há duas traduções de *Contra os gramáticos* de Sexto Empírico para o português: a tradução de Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto de Brito, publicada pela editora da Unesp (2015) e a tradução de minha orientanda de doutorado, Josane Prezotto, que é parte de sua tese de doutorado *Sexto Empírico contra os gramáticos: Introdução, tradução e notas*, defendida na UFPR (PREZOTTO, 2015). Uso aqui a tradução de Joseane Prezotto.

74 Os números indicam parágrafos no texto original.



poemas. Uma divisão estranha, que parece apresentar alguns dos resultados da gramática, ou suas subdivisões, como se fossem partes dela.

[251] Além de obviamente tomar a leitura treinada, a explicação e a crítica dos poemas da parte que trata de poetas e escritores, e a etimologia e a analogia da parte técnica; a estas ele contrapõe a parte ‘histórica’, que trata da explicação de palavras e histórias (PREZOTTO, 2015, p. 170-171)

[...]

[254] Agora, já que a maior parte deles [outros gramáticos e comentaristas da *Téchnē* de Dionísio] concorda que o ‘histórico’ não é *técnico* e provém de material desorganizado, acabam nos liberando de um ataque mais detalhado. Mesmo assim, para não passar ao largo sem dar atenção ao assunto, levantaremos o questionamento a seguir. Ou a gramática é uma arte<sup>75</sup> ou a gramática não é uma arte. E, se não é, a questão se resolve por si mesma. Mas, se é uma arte, e as partes de uma arte são sempre elas mesmas *técnicas*, e acabou de ser acordado que a parte ‘histórica’ é anedótica, logo, a parte ‘histórica’ não poderia ser parte da gramática.

[255] E é praticamente óbvio por si mesmo que é assim de fato. Pois o médico, a partir de um método geral e de uma capacidade *técnica*, afirma de algo em particular que é saudável, e de outra coisa que é nociva; e o músico considera harmônica uma passagem e dissonante outra, e harmônica em relação a determinado acorde, mas não a outro. No entanto, o gramático não pode, do mesmo modo que eles, a partir de alguma teoria científica (*epistemonike*) geral, declarar que o ombro de Pélops era de marfim porque seu ombro mesmo foi comido por Ares ou por Deméter, ou que Hércules ficou calvo porque seu cabelo caiu quando ele foi engolido pelo monstro marinho que estava atacando Hesíone.

[256] Mas, para fazer uma exposição destas coisas, ele tem de encontrar todos os relatos (*historoumenoi*) particulares sobre elas. E repetir todos esses dados um por um, por ter consultado esses mesmos dados em relatos particulares, não é algo *técnico*. Logo, a parte ‘histórica’ não foi organizada (*methodeuo*) pelos gramáticos a partir de uma arte. (PREZOTTO, 2015, p. 172-173)

[...]

[259] Com efeito, além de todas as informações como estas serem completamente inúteis, também não evidenciam nenhuma capacidade *técnica*. De forma que tampouco explicar dados

75 Seguindo a prática dos gramáticos latinos, Prezotto usa o termo *arte* como tradução de *téchnē*.

‘históricos’ resulta de uma arte (*entekhnos*). Além disso, como demonstramos mais acima, não existe um conhecimento técnico do que é infinito ou de coisas que a todo tempo variam. (PREZOTTO, 2015, p. 174)

[...]

[265] Sendo tal a diversidade entre as histórias, e já que não existe qualquer arte que trate do falso e do inexistente (*anuparkta*), e é falso e inexistente o que se diz nos mitos e ficções, de que se ocupa principalmente a gramática em sua parte ‘histórica’, não pode haver qualquer arte para a parte ‘histórica’ da gramática. (PREZOTTO, 2015, p. 176)

Além de concluir que a terceira das partes não deveria aparecer numa Arte (*Téchnē*), Sexto vai criticar também a pretensão de Dionísio de que a parte técnica da gramática (assim como a parte histórica) sirva para a crítica dos poemas. Em suas palavras:

[300] Assim como toda composição em prosa ou poesia consiste de palavras e de coisas, ou seja, palavras que expressam coisas e coisas expressadas por palavras, o gramático, se possui a arte de analisar o que é dito por poetas e prosadores, deve conhecer ou somente as palavras, ou somente as coisas subjacentes, ou ambas juntas. E, não é preciso dizer, parece que não conhece as coisas. Com efeito, trata-se de coisas que são próprias tanto do estudo da natureza, quanto da astronomia, ou da medicina, e também da música. E convém àquele que lida com coisas da natureza, ser, obviamente, um filósofo da natureza; da música, convém ser músico; da astronomia, ser, claro, um astrônomo; e assim por diante. Mas o gramático certamente não é alguém que ao mesmo tempo é sábio em tudo e domina todas as áreas do conhecimento (*episteme*), o que, além de ser imediatamente óbvio, também se prova através de resultados.

[301] Pois onde está tão orgulhoso gramático que é capaz de entender Heráclito, ou acompanhar Platão quando ele diz:

“do que tem substância indivisível e sempre na mesma condição, e da substância que está dividida em vários corpos, misturando ambas, compôs uma terceira forma, com natureza de uma e de outra” [Timeu, 35a]

e a sequência; ou que teria força para lançar-se aos teoremas dialéticos de Crisipo, ou aos matemáticos de Eudoxo e Arquimedes?

[302] Certamente, da mesma maneira que está como cego em meio a estas coisas, também estaria em meio aos poemas escritos sobre elas [...]. (PREZOTTO, 2015, p. 189-190)

[...]

[313] Portanto, os gramáticos não compreendem as coisas a que as palavras se referem. Faltou então considerar que compreendam as palavras, o que é novamente um disparate. Primeiro, porque não possuem técnica para conhecer a palavra. De fato, não foi a partir de nenhuma arte que ficaram sabendo que os pastores em Sófocles quando dizem ‘*io ballen*’, estão dizendo ‘*io basileu*’, ou seja, ‘Ai, rei!’ em frígio, mas porque ouviram de outros. E não haverá diferença entre interpretar palavras estrangeiras ou aquelas raras, pois são igualmente incomuns para nós.

[314] Segundo, tal coisa é impossível, porque as palavras são infinitas e se formam de inúmeras maneiras diferentes, em lugares diferentes, ou são usadas para nomear coisas que sequer conhecemos. Como por exemplo: ‘falava inteiramente como um estrangeiro, com as mãos feridas’, onde ‘falar como um estrangeiro’ está por ‘tocar siringe’<sup>76</sup> (*esyryze*), pois os sírios são estrangeiros; e ‘inteiramente’ (*holon*) está por ‘todo’ (*pan*), ou seja, ‘*pan*’, que soa como Pã; e ‘ferida’ está por ‘siringe’, já que uma flauta tem aberturas como feridas. E assim a frase toda seria algo como: ‘Tocou Pã com sua siringe em mãos’. (PREZOTTO, 2015, p. 194)

[...]

[318] Portanto, se não conhecem nem as coisas e nem as palavras, e prosa e poesia são isto e nada mais, eles não teriam uma arte interpretativa do que é dito por poetas e escritores. Além disso, se fôssemos fazer uso da gramática, seria para os melhores poemas e não para os ruins. Mas, de acordo com eles, o melhor poema é o que está claro,

[319] pois a clareza é excelência (*arete*) em um poema, e aquele a que falta clareza é um poema ruim, segundo a gramática. Assim, portanto, a gramática não tem utilidade quando se trata de um poema muito bom, que não precisa de explicação porque ele está claro; nem é útil para o poema ruim, porque ele é, de imediato, ruim.

[320] E aquilo sobre que se discorda indefinidamente é inapreensível, e os gramáticos discordam indefinidamente acerca das interpretações do pensamento (*dianoia*) dos escritores. Logo, inapreensível é o pensamento dos escritores, e por isso a gramática é inútil. (PREZOTTO, 2015, p. 195-196).

Obviamente – e não sem alguma desonestidade – Sexto Empírico está esquecendo o contexto em que o estudo da gramática se dá: as escolas. Como faz todo professor de português de nossos dias ao ler um poema com os alunos, também os professores gregos deveriam instruir seus alunos quanto ao vocabulário desconhecido, às referências mitológicas ou históricas, às sutilezas de interpretações de alguns trechos etc. Certamente, o professor não precisa saber toda a história, toda a mitologia, todo o vocabulário para fazer isso; precisa apenas saber se informar sobre os casos concretos que aparecem no poema estudado. Por outro lado, Sexto Empírico está coberto de razão quando diz que boa parte dessas questões não é assunto de uma *téchnē*.

Essa longa apresentação de algumas das ideias de Sexto Empírico – além do interesse intrínseco que tem um pensamento de quase dois mil anos que se revela extremamente atual<sup>77</sup> e instigante – serve para reforçar o que dissemos no início do capítulo: uma concepção teleológica do pensamento grego sobre a linguagem encontra algumas dificuldades e a gramática alexandrina, por mais interessante que seja, deve ser encarada como apenas um passo no desenvolvimento desse pensamento<sup>78</sup>.

## Apolônio Díscolo e o fim de um percurso

Mais ou menos na mesma época em que Sexto Empírico criticava os gramáticos, surge em Alexandria um outro pensador relevante: Apolônio Díscolo.

Apolônio Díscolo (século II d.C.) é reconhecido como o gramático mais importante e influente da tradição gramatical grega. Suas posições sobre a linguagem foram consideradas, e adotadas, pelos gramáticos seguintes até o Renascimento, no século XVI.

Segundo Neves (2002, p. 63),

[O] importante lugar que Apolônio Díscolo ocupa na história das ideias gramaticais no Ocidente assenta-se, especialmente, no seu tratamento da sintaxe, que até então não merecera a atenção dos

77 A recusa de qualquer utilidade para a gramática e para seu ensino na escola é ponto de partida para o pensamento de muitos educadores e linguistas atuais. Posição que não defendo.

78 Eu não estou retirando da *Téchnē* de Dionísio a importância que teve para as gramáticas posteriores, como parece ter entendido um parecerista. Estou apenas mostrando que o caminho percorrido pelo pensamento gramatical não foi linear e que propostas teleológicas não deveriam guiar o raciocínio historiográfico.

gramáticos alexandrinos. No Manual de Dionísio o Trácio, por exemplo, a sintaxe está totalmente ausente, já que o que constitui objeto de investigação não é o relacionamento dos termos do discurso, mas, sim, o seu isolamento, com vistas a uma classificação e ao estabelecimento de paradigmas. Em Apolônio, pelo contrário, a sintaxe abarca todos os níveis, uma vez que a língua é considerada uma série de elementos relacionados, e a sintaxe é vista como o conjunto de regras que regem a síntese dos elementos.

De tudo o que Apolônio escreveu, restam-nos hoje apenas quatro obras: *Do pronomes*, *Das conjunções*, *Dos advérbios* e *Da sintaxe das partes do discurso*. Sabemos, no entanto, que sua obra foi vasta e que ele tratou de praticamente todos os fatos da língua grega.

Certamente, sua maior contribuição aos estudos gramaticais foi a introdução de reflexões sobre a *sintaxe*, entendida como as regras de combinação dos elementos (palavras, no caso) para a formação de expressões mais complexas (sentenças ou orações). Para Apolônio, a sintaxe era a parte central da investigação linguística.

Nos mais de duzentos anos que separam Apolônio Díscolo de Dionísio Trácio, certamente alguma sintaxe foi feita, porém mais ligada às expressões da lógica do que às expressões da língua grega. Na sintaxe de Apolônio, no entanto, a investigação da combinatória das partes será presidida pela busca da congruência entre as formas para chegar-se à oração perfeita (*autotelés lógos*). Em outras palavras, as partes – e sua combinação – serão sempre vistas da perspectiva da oração. A oração é o domínio da sintaxe.

Como diz Vicente Becares Botas, na introdução de sua tradução da *Sintaxe* de Apolônio (APOLÔNIO DÍSCOLO, 1987), o gramático parte de uma analogia metodológica:

A letra é para a sílaba o que a palavra é para a oração, ou seja, da mesma maneira que existe uma determinação fonética na constituição da sílaba, existe uma determinação sintática, ou de coerência (*katallelótes*) na constituição da oração. Por isso, a *syn-taxis* é uma exigência que abarca todos os níveis da linguagem. (BOTAS, 1987, p. 37-38).

Não cabe à sintaxe, para Apolônio, simplesmente ver como as partes se juntam para formar orações; cabe a ela ver como a combinação ordenada de

partes determina orações perfeitas e que papel (ou função) cada parte tem nessa empreitada.

Em linhas gerais, a sintaxe de Apolônio parte de uma relação fundamental, sem a qual não existe oração, que é a relação entre nome e verbo. Para Apolônio a oração perfeita supõe a compatibilidade dos significados das partes e, simultaneamente, a adequação gramatical das formas dessas partes. Em outras palavras, as partes que constituem a oração precisam ser semântica e sintaticamente congruentes: ao mesmo tempo em que um nome exerce uma função semântica (sujeito de uma predicação, por exemplo), ele assume uma forma específica (caso nominativo).

Ainda segundo Botas, é erro supor que para Apolônio as noções de caso (reto-oblíquo, nominativo-acusativo etc.) designavam *formas*. Na verdade, os casos não eram morfológicos, mas sintáticos. Apolônio vai dizer, por exemplo, que o *caso reto* é o que está *ordenado*, ou em *ordem coincidente*, com a pessoa do verbo (IV 46)<sup>79</sup>, enquanto o *caso oblíquo* é o que *não coincide* com a pessoa do verbo (IV 18). O critério, então, é a *concordância* e, portanto, o sujeito está no caso reto, enquanto o objeto está no caso oblíquo.

Citando Botas (1987, p. 41): “Portanto, Apolônio usa normalmente os conceitos e termos de ‘reto-oblíquo’ para designar as funções, em oposição a ‘acusativo-nominativo’ aplicados mais raramente e, em geral, para se referir a formas”. Ou seja, a “forma” referente ao sujeito está no nominativo porque a relação do sujeito com o verbo é de coincidência (caso reto), enquanto, por outro lado, a “forma” referente ao objeto, porque está no caso oblíquo, aparece no acusativo<sup>80</sup>.

Embora alguns especialistas acusem Apolônio de não ter distinguido relações sintáticas importantes, como as de concordância e regência, por exem-

79 Conforme convenção geral, a *Sintaxe* de Apolônio Díscolo se organiza em livros e parágrafos. Assim, (IV 46) indica que a passagem está no livro IV, parágrafo 46.

80 Alguns especialistas dizem que a Antiguidade nunca conheceu uma “verdadeira sintaxe”, já que se preocupavam apenas com as modificações morfossintáticas sofridas pelas palavras quando colocadas juntas (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 127). Dessa perspectiva, não poderíamos falar em “funções”, como faz Botas. Por outro lado, a questão está no que entendemos por *função*. Se supusermos que toda relação orientada estabelece papéis diferentes para seus extremos e se dissermos que esses papéis são “funções”, as afirmações de Botas fazem sentido: se assumirmos uma relação entre o sujeito e o verbo, podemos supor que o sujeito tem uma função característica na relação (função que se manifesta pela forma de nominativo) e o mesmo acontece na relação entre o objeto e o verbo: o objeto assume uma função específica na relação, que se manifesta na forma de um acusativo.

plo, suponho que fique claro, pela distinção entre reto e oblíquo, que a noção de concordância está presente em seu trabalho. Podemos ver que a concordância é uma noção importante no pensamento de Apolônio se observarmos a seguinte passagem (APOLÔNIO DÍSCOLO, 1987, p. 266):

Então, se alguém diz: “este me pegou” referindo-se a uma mulher, não há erro sintático, uma vez que obedece as regras de coerência gramatical. Mas se tratando-se de uma única mulher se dissesse: “esta me pegaram”, evidentemente comete solecismo, devido à incoerência das palavras, ainda que a atribuição de gênero seja correta. Pois a coerência ou incoerência gramaticais não reside nos conteúdos, mas na construção das palavras, as quais são suscetíveis de ir se transformando na forma adequada, mantendo sempre os conteúdos básicos. (III 10)

É importante notar que Apolônio vai tratar as palavras como entidades linguísticas variáveis, “suscetíveis de ir se transformando na forma adequada, mantendo sempre os conteúdos básicos” como resultado das interações sintáticas que mantêm com as outras palavras na oração. Dito de outro modo, uma mesma palavra pode alterar sua forma conforme seja sujeito (vai estar na forma nominativa) ou objeto de uma oração (quando estará na forma acusativa).

Botas (1987, p. 42) vai dizer que é possível identificar em Apolônio dois tipos de relação – que Botas denomina “relações *syn-*” e “relações *epi-*” – que se expressam em dois verbos fundamentais na sintaxe de Apolônio: *symphéro* e *epiphéro*. O primeiro designa relações de igualdade ou acordo, como sujeito-verbo ou artigo-nome; o segundo, relações de dependência ou regência, como as de verbo-objeto.

Como diz Neves:

Uma questão importante na investigação de Apolônio Díscolo é a consideração de dois níveis, o do conteúdo e o da forma. A “oração completa” é definida pela “congruência dos significados” (*Da sintaxe*, 12; IV 16), mas ao mesmo tempo se considera que a congruência ou a não-congruência gramatical reside na construção das palavras, “que vão tendo sua forma adequadamente transformada, enquanto mantêm os conteúdos básicos” (*Da sintaxe*, III 10). Isso implica a consideração de que a congruência da oração se obtém de uma adequação formal (*Da sintaxe* III 27) dos elementos da oração, segundo os acidentes: gêneros, números, casos e pessoas (*Da sintaxe*, III 13).

A oração se define, pois, por determinações da congruência do conjunto, ou do significado, mas também por determinações da forma e da função das palavras. (NEVES, 2002, p. 70-71)

Ainda nas palavras de Maria Helena de Moura Neves (2002, p. 69):

Apolônio não tentou, como os filósofos gregos que trataram problemas linguísticos, uma teoria da linguagem. Não se arriscou nas controvérsias que buscavam a origem da linguagem (naturalismo ou convencionalismo) e as relações entre linguagem e pensamento (analogia ou anomalia). Nem mesmo buscou definir a natureza da gramática (ciência ou arte), questão à qual filósofos e gramáticos se tinham dedicado. Aliás, ele já tinha uma tradição gramatical atrás de si: a gramática alexandrina já possuía representatividade, embora não nas questões de sintaxe. Ele foi, na verdade, o único gramático antigo que escreveu uma obra completa e independente sobre sintaxe, a qual, segundo Egger (1854, p. 55), testemunha uma disciplina gramatical já solidamente constituída.

Encerramos aqui nosso percurso sobre a origem da gramática. Como diz Neves, já nos primeiros séculos de nossa era havia “uma disciplina gramatical solidamente constituída”.

Mas essa disciplina gramatical tem características herdadas de seu uso na escola grega, meio em que se desenvolveu. Como afirma Botas (1987, p. 44), “A escola é, em boa medida, a causadora da associação de gramática e estudos literários”. A finalidade da escola era o ensino da fala e da escrita corretas, isto é, a fala e a escrita descritas pela gramática, norma gramatical que era obtida nas obras da literatura clássica. Dessa forma, a escola privilegiou a descrição e o morfológico sobre o sintático, produzindo uma indistinção entre categorias morfológicas e funções sintáticas. Situação agravada, talvez, “pelo fato de que já desde a antiguidade se havia produzido na filosofia tal confusão, ao designar como *ōnoma* e *rhema* (“nome” e “verbo”) as palavras que funcionam como sujeito e predicado oracionais, as únicas que possuem significado independente” (BOTAS, 1987, p. 45).

Outra questão relevante é a da alteração semântica que os termos criados pelos filósofos sofreram com o passar do tempo. Como lemos em Neves (1987, p. 122):



O exame das partes do discurso, porém, é característico do tratamento ontológico e lógico e, assim, é a grande construção da filosofia, no que concerne à linguagem. A gramática, procurando examinar *atos de língua*, faz a história virada: trata as *partes do discurso* como *classes de palavras*.

Ou seja, as reflexões dos filósofos tinham raízes lógicas e ontológicas, na medida em que viam as expressões linguísticas como exteriorizações dos pensamentos e estes como representações do mundo exterior – as palavras correspondem a ideias e as ideias correspondem às “coisas” do mundo. A gramática tem preocupações mais concretas: “a gramática retoma a formulação oriunda da filosofia e a formaliza em um sistema de classificação que tem como base a materialidade linguística das palavras, i.e., sua morfologia” (FORTES, 2008, p. 1159).

Essa mudança de perspectiva altera o significado dos termos (ressignifica os termos) e embora o que era nome ou verbo na visão dos filósofos continue sendo nome ou verbo na visão dos gramáticos, a *natureza* das noções se torna outra.

O mesmo acontece com as categorias aristotélicas, como vimos, que de *tipos de predicados* passam a ser *tipos de palavras*.

Para finalizar, quero justificar brevemente a ausência de menções à questão dos debates entre *anomalistas* e *analogistas*<sup>81</sup>, presentes na quase totalidade das apresentações do pensamento grego antigo sobre a linguagem.

O relato “padrão” sobre a gramática grega assume que, a partir do século II a.C., teria havido uma cisão entre os alexandrinos, seguidores de Aristarco de Samotrácia (c. 216-c. 144 a.C.) e defensores da *analogia* (ou regularidade linguística), e os “críticos” de Pérgamo, seguidores do estoico Crates de Malos (180-150 a.C.) e defensores da posição de que a linguagem se definia pela *anomalía* (ou irregularidade linguística). Nas palavras de Prezotto (2015, p. 79),

A importância do conflito entre analogistas e anomalistas, largamente enfatizada com base na obra de Varrão e Aulo Gélíio foi primeiro colocada em perspectiva por Fehling (1956). Fehling demonstrou que Crates teria simplesmente diminuído o papel da analogia como critério do *hellenismos* (‘correção linguística’) e colocado

81 Para essas noções, ver Valenza (2010).

*sunetheia* ('uso comum') em seu lugar, de forma que o tal conflito analogistas x anomalistas não teria sequer existido<sup>82</sup>.

A questão, no fundo, como Prezotto afirma em nota (2015, p. 79, nota 163), não é que não tenha havido debates sobre o papel da analogia e da anomalia com relação à “metodologia” gramatical. O debate existiu e dele temos registros (embora, principalmente, de gramáticos latinos). O que não existiu foram *gramáticos anomalistas*, que contrapusessem ao “método gramatical” analogista um “método” anomalista alternativo.

## Conclusão

Segundo Robins (1979), a terminologia gramatical criada e desenvolvida pelos gramáticos gregos, usada inicialmente para descrever a língua grega, determinou os rumos dos estudos gramaticais até os nossos dias. Em suas palavras:

[E]sta terminologia, traduzida e adaptada ao latim, passou a constituir os fundamentos de quase dois mil anos de teoria gramatical e de ensino e estudo do grego e do latim. Com base numa língua que nunca antes fora usada para materializar formulações metalinguísticas rigorosas, os gregos forjaram, através de estágios que podemos em grande parte reconstituir, um pormenorizado e bem articulado vocabulário técnico para a descrição gramatical. (ROBINS, 1979, p. 31)

Creio que Robins se equivoca num pormenor, o que não invalida o restante de suas palavras. Eu diria que mais do que uma terminologia, o que os gregos criaram foi uma *teoria* para o estudo da língua grega: o reconhecimento de um conjunto de entidades teóricas (palavras, orações, relações de concordância e dependência etc.) e de uma grade classificatória para elas que, nomeadas, vão resultar numa terminologia. Ou seja, mais do que cunhar termos como nome ou verbo (*ōnoma* e *rhēma*, respectivamente), o que os gregos fizeram foi identificar “elementos linguísticos” que, por suas propriedades morfológicas e sintáticas, podiam ser reunidos e chamados de *nomes* ou de *verbos*. Em outras

82 Como diz Robins (1979, p. 37), Varrão, uma das principais fontes sobre a controvérsia, pode ter exagerado “ao representá-la como um estado de permanentes ataques e contra-ataques acadêmicos e não como uma situação mais provável de coexistência de tendências e atitudes opostas”.

palavras, como acontece com todas as terminologias, a terminologia gramatical grega supõe uma ontologia. E, da mesma forma, os séculos posteriores não ficaram apenas reaplicando a “terminologia” grega aos dados de outras línguas – particularmente o latim – mas interpretando os dados de suas línguas à luz da teoria da linguagem (e da ontologia) criada pelos gregos, usando suas noções e traduzindo os nomes dados a elas.

Como vimos acima, ao tratar deste conceito, uma teoria pode ser entendida como um conjunto de afirmações que procuram descrever e explicar um determinado objeto observacional. Dentre as afirmações que constituem a teoria da gramática grega encontramos, por exemplo, as seguintes<sup>83</sup>:

1. A linguagem é a exteriorização do pensamento e pensamento é “linguagem interna”<sup>84</sup>.
2. O pensamento é constituído de ideias (ou conceitos) organizadas que formam juízos (ou pensamentos); a fala é constituída de palavras que, organizadas, formam orações (proposições ou sentenças); as palavras correspondem às ideias e as orações correspondem aos juízos.
3. A “oração perfeita” é a que apresenta adequação e conveniência tanto nas ideias quanto nas palavras (APOLÔNIO *apud* NEVES, 2002, p. 71).
4. A palavra é a unidade significativa: não tem, portanto, partes significativas<sup>85</sup>.
5. A palavra tem uma significação básica (ideia ou conceito), à qual podem (ou não) ser acrescentadas ideias secundárias, denominadas *acidentes*.

83 Essas afirmações não têm uma única fonte nem, até onde sei, foram apresentadas em seu conjunto por algum gramático grego. Parece-me, no entanto, que são assumidas, de forma geral, por todos eles.

84 “**Sócrates:** Ótimo. E quanto ao pensar? Tu o defines como eu?”

**Teeteto:** E como o defines?

**Sócrates:** Como o diálogo que a alma tem consigo mesma acerca de qualquer objeto por ela considerado. O que digo não deve induzir-te a crer que conheço o que estou dizendo a ti. Mas essa é a espécie de imagem que tenho dela. A mim se afigura que a alma, ao pensar, simplesmente empreende um diálogo no qual dirige a si mesma perguntas e as responde ela mesma, afirmando e negando. E quando ela alcança algo definido, não importa se por um processo gradual ou graças a um salto repentino, e quando finalmente afirma algo coerentemente, sem alimentar dúvida e sem encontrar desacordo, dizemos que está então de posse de sua opinião.” (PLATÃO, *Teeteto*, 189e-190a. Diálogos I, p. 119-120).

“Os sons emitidos pela fala são símbolos das paixões da alma, [ao passo que] os caracteres escritos [formando palavras] são os símbolos dos sons emitidos pela fala.” (ARISTÓTELES, *Da Interpret.* I 16a1-5)

85 “O nome é um som que possui significado [...] sendo que nenhuma parte dele tem qualquer significado, se considerada separadamente do todo.” (ARISTÓTELES, *Da Interpret.* II 16a15-20)

6. Cada palavra corresponde a um conjunto de formas alternativas (uma forma para cada acidente acrescentado) e este conjunto pode ser apresentado por meio de lista de formas alternativas (um “paradigma”)<sup>86</sup>.
7. As ideias podem ser agrupadas em categorias.<sup>87</sup>
8. As palavras (algumas, ao menos) podem ser agrupadas em classes conforme o tipo de ideia (categoria) a que correspondam<sup>88</sup>.
9. A forma de uma palavra pode mudar também conforme a função sintática que a palavra exerça numa oração<sup>89</sup>.

Essas afirmações têm múltiplas fontes. Algumas já estão em Platão (século V-IV a.C.) e Aristóteles (século IV a.C.), enquanto outras só vão ser explicitadas em Apolônio Díscolo (século II d.C.). Nem estão organizadas num sistema axiomático, como parece acontecer com as proposições das teorias científicas. Não se trata, portanto, de uma teoria “pronta”, mas de um esboço que foi se desenvolvendo durante os séculos, com inúmeras contribuições distintas. À época de Apolônio, já estava bem desenvolvida, mas ainda não é possível dizer que estava *pronta*: os séculos seguintes vão alterá-la em vários aspectos, embora seu cerne seja sempre preservado, como veremos.

Ao lado do estabelecimento de uma teoria da linguagem, não podemos esquecer que a gramática grega surge, principalmente, no contexto escolar. As contribuições dos filósofos são relevantes, mas é a prática pedagógica dos *grammatikói* que vai definir sua forma e seus conteúdos: interessados, ao fim e ao cabo, no estudo literário, esses gramáticos vão selecionar os assuntos a serem abordados e sua ordem de apresentação, dando origem, então, ao que se passou a conhecer como a *gramática grega*.

Os “produtos” dessa teoria da linguagem grega assumem uma forma básica relativamente estável: abrem com um “capítulo” de leitura em voz alta (como se devem pronunciar as “letras” e as expressões para que se consiga ler adequadamente, em voz alta, os textos) e seguem com um “capítulo” sobre as

86 Por exemplo, a palavra “menino” se apresenta sempre como uma de suas formas alternativas *menino, menina, meninos, meninas*. Os casos de derivação, como *meninice, meninada* etc. também podem ser incluídas na lista, já que a derivação também é considerada um *acidente*. O mesmo ocorre com as formas conjugadas de um verbo. O que se percebia é que uma mesma palavra/ideia podia apresentar formas/significações secundárias, conforme se alterasse o número, o gênero, o caso, o grau, o tempo etc.

87 Cf. o livro *Categorias* de Aristóteles. Para consulta, usei uma edição portuguesa de 1982.

88 Classes de palavras (definidas semanticamente, sempre que possível).

89 No grego e no latim, essas funções sintáticas se manifestavam morfológicamente nos *casos* e eram consideradas, também, como acidentes das ideias/palavras.

partes do discurso (classes de palavras e seus acidentes). Algumas ainda acrescentam informações sobre estilo, figuras de linguagem e pontos de correção linguística (*hellenismos*). Com o trabalho de Apolônio, chega-se a uma última parte, que trata da sintaxe. Não é evidente que a educação dos jovens gregos envolvesse o estudo das *téchnai*, mas como vimos acima, certamente os professores delas se serviam, como material de apoio.

A reflexão lógico-filosófica de Platão, Aristóteles e dos estoicos, entre outros, contida nas *téchnai* – particularmente, as produzidas no período alexandrino (helenístico) – associada ao seu uso escolar, nos estudos literários, resultou no produto que denominamos *gramática tradicional* – um gênero textual bastante específico tanto na forma quanto na destinação.

Obviamente, seria ingênuo dizer que a gramática grega tinha exatamente a forma e o uso das gramáticas de períodos posteriores, já que são escassos os exemplos que conhecemos hoje, mas, a teoria gramatical que a sustentava teve (e tem!) uma longa vida: espetacularmente bem sucedida, moldou (e ainda molda) os estudos gramaticais até os nossos dias.

# Capítulo 2

---

## *A gramática latina*

Os romanos reconheceram a superioridade das realizações intelectuais dos gregos e, de bom grado, as adotaram. No campo dos estudos gramaticais não foi diferente. A gramática latina foi, em grande parte, uma adaptação da gramática grega ao latim.

A semelhança tipológica entre grego e latim (são línguas “irmãs”) permitiu o surgimento, entre os romanos, de um princípio – o *utraque lingua* – que consistia na assunção de que qualquer descrição de um fenômeno que fosse estabelecida para uma delas devia valer para as duas. Esse princípio resultou numa semelhança notável entre as gramáticas gregas e latinas, de forma que podemos sempre pensar numa *gramática greco-latina*.

A inserção dos estudos gramaticais em Roma é relatada por Suetônio (70-130 d.C.) nos seguintes termos:

Portanto, ao que pensamos, o primeiro a introduzir em Roma o estudo gramatical foi Crates de Malos, coetâneo de Aristarco, que tinha sido enviado ao senado pelo rei Átalo, entre a segunda e a terceira guerra púnica, perto da morte de Ênio. Por ter caído em uma vala de esgoto perto da região do Palatino, quebrou sua perna e, durante o período de convalescença, com assiduidade proferiu palestras e dissertou, servindo-nos como exemplo a ser imitado<sup>90</sup>. (SUETÔNIO, *De grammaticis et rhetoribus* 2, 1-3, *apud* FORTES, 2012, p. 94, nota 66)

90 São conhecidas como “guerras púnicas” as guerras entre Roma e Cartago. A segunda guerra ocorreu entre 218 e 202 a.C. e a terceira ocorreu entre 149 e 146 a.C. O rei Átalo, provavelmente, é Átalo II, rei de Pérgamo, que reinou entre 160 e 138 a.C. Quinto Ênio (Quintus Ennius), poeta e dramaturgo romano, faleceu em 169 a.C. Portanto, o evento narrado por Suetônio deve ter ocorrido logo após o ano 160 a.C.

Robins (1979, p. 36-37) reproduz a informação de Suetônio (sem indicar a fonte) nos seguintes termos:

A introdução dos estudos linguísticos em Roma está registrada numa dessas pitorescas anedotas que dão luminosidade à narrativa do historiador. Crates, filósofo e gramático estoico, veio a Roma como membro de uma delegação política nos meados do século II a.C.; quando percorria a cidade como turista, caiu num bueiro e quebrou a perna, tendo de ficar preso a uma cama. Enquanto se recuperava, passava o tempo fazendo palestras sobre temas literários para ouvintes interessados no assunto.

É provável que Crates, por ser estoico, tenha ensinado principalmente a doutrina estoica. Nessa época, porém, pensadores gregos e a erudição grega introduziam-se de modo crescente no mundo romano; já no tempo de Varrão (116-27 a.C.), as opiniões dos estoicos e alexandrinos sobre a linguagem eram conhecidas e discutidas.

Segundo Taylor (1995a, p. 103), os estudos linguísticos e literários da Roma mais antiga são mais diversificados do que normalmente se supõe. Lívio Andrônico, falecido em 240 a.C., considerado o primeiro poeta romano, nasceu na Grécia e seu primeiro trabalho foi uma tradução para o latim da *Odisseia* de Homero. Segundo Taylor, essa tradução tinha propósitos didáticos, já que “seus alunos romanos não tinham nada para ler em sua língua nativa”.

Os primeiros debates sobre a língua latina envolviam questões ortográficas e questões de “correção” com respeito às variedades identificadas no latim da época.

O mais antigo estudioso conhecido da língua latina é Lucius Aelius Stilo Praeconinus (c. 154-74 a.C.)<sup>91</sup>, que recebeu a alcunha de “*stilo*” (“caneta”, “lápis”) porque escrevia discursos para outras pessoas e recebeu a alcunha de “*praeconinus*” por causa da profissão de seu pai (*praeco* = “arauto”, “anunciante”), ficou famoso por suas interpretações e comentários de hinos e documentos legais, edições de poemas, e explicações etimológicas. Realizou, também, uma tentativa de identificar as verdadeiras comédias de Plauto<sup>92</sup>. Seu pensa-

91 Também conhecido como “Estilião”.

92 Tito Macio Plauto (c. 254 a.C.-184 a.C.), dramaturgo romano. Sobre suas peças e sobre o trabalho de Lucius Aelius sobre elas, Aulo Gélio (século II d.C.) diz o seguinte: “Há em circulação, sob o nome de Plauto, cerca de cento e trinta comédias; mas Lúcio Élio, um estudioso eruditíssimo, estimou que apenas vinte e cinco eram de Plauto” (HUNTER, 2010, p. 18).

mento linguístico foi muito influenciado pelo pensamento alexandrino (consta até que conheceu pessoalmente Dionísio Trácio).

Por volta de 100 a.C. as principais condições formativas de uma ciência da linguagem latina estavam presentes nos círculos intelectuais romanos: uma tradição literária, que era essencialmente bilíngue; coexistência de dialetos, horizontais e verticais, e a consciência da diversidade linguística; um sistema educacional que enfatizava a leitura e a redação, com atenção às questões de forma e estilo; e familiaridade com a linguística e a filologia grega, em ambas as versões estoica e alexandrina. (TAYLOR, 1995a, p. 103)

Os dois discípulos mais importantes de Lucius Aelius foram Cícero (Marco Túlio Cícero – 106-43 a.C.), político, orador e escritor romano, e Varrão.

Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) é o primeiro gramático latino importante cuja obra conhecemos (mesmo que parcialmente). Quintiliano (39-95 d.C.) o descrevia como *vir romanorum eruditissimus* (“o homem mais erudito entre os romanos”) e sua obra exerceu influência marcante em vários autores contemporâneos e posteriores a ele.

Como lemos em Valenza (2010, p. 4),

É provável que Varrão tenha escrito mais de 600 livros, mas podemos ter contato com o texto de poucos deles. Por meio de citação de outros autores, podemos saber que os assuntos desses livros variavam entre línguas, direito, filosofia, agricultura, poesia, teatro (principalmente as peças de Plauto), negócios urbanos e até mesmo mares dos oceanos.

[...]

As duas obras com livros praticamente completos que chegaram até nós foram um tratado sobre agricultura, chamado *De re rustica* [“Sobre a ciência rural”], e outro sobre a língua latina, o *De lingua latina* [...] Há ainda cerca de 600 fragmentos de suas *Sátiras Menipeias*, em que o autor mistura prosa e poesia, porém tais fragmentos são compostos de 12 palavras cada, o que impossibilita um estudo mais aprofundado.

Interessa-nos aqui, obviamente, o que ele escreveu sobre a língua latina.

Seu pensamento linguístico foi exposto na obra *De lingua latina*, publicada entre 47 e 45 a.C., com vinte e cinco livros, dos quais restaram apenas seis – os



livros de 5 a 10 – e alguns poucos fragmentos dos outros. Desses seis livros restantes, três tratam de etimologia e três de morfologia<sup>93</sup>. A obra foi dedicada a seu amigo Cícero.

O pensamento gramatical de Varrão, embora seja original em inúmeros pontos, é fortemente baseado nos pensamentos estoico e alexandrino. A influência estoica vem de seu mestre, Estilião, e a influência alexandrina pode ser vista em sua definição de gramática, que é quase uma cópia da definição de Dionísio: “[gramática é] o conhecimento sistemático do uso linguístico da maioria dos poetas, historiadores e oradores”<sup>94</sup>.

Os livros VIII, IX e X do *De lingua latina* tratam da morfologia. Toda a discussão é conduzida a partir da oposição entre a *analogia* e a *anomalia*. No livro VIII, Varrão apresenta e critica os argumentos dos anomalistas (aqueles que são contra o princípio de regularidade da língua); no livro IX, os argumentos dos analogistas (aqueles que defendem o princípio de regularidade da língua) são apresentados e criticados; no livro X, enfim, Varrão admite a validade (parcial) das duas posições e a necessidade de usar ambas na descrição da língua latina.

Como diz Valenza (2010, p. 14),

O processo da analogia (regularidade) trata a linguagem como criação convencional e permite sistematizar a língua. A analogia permite mostrar uma forma flexionada de qualquer palavra, se esta se encaixar no paradigma regular de flexão. Se esse princípio não existisse, como ressalta Varrão, saberíamos muito menos palavras, pois teríamos que decorar todas as formas flexionadas delas (VIII, 3).

Os anomalistas, ao contrário, consideravam que

A anomalia é a verdadeira lei da natureza, pois nela só existe o individual (não há dois seres semelhantes). Assim, é a *dissimilitudo* (diferença) a base da vida. É a anomalia que preside a arte, a moral e a linguagem, que tem por finalidade a utilidade. [...] a analogia é uma quimera, que é inútil e prejudicial e só existe na imaginação dos analogistas. (VALENZA, 2010, p. 16-17)

93 Ver tradução para o português dos três livros que tratam da morfologia em Valenza (2010).

94 Cf. Robins (1979, p. 37).

Analisando os argumentos de ambas as posições à luz dos dados linguísticos do latim, Varrão percorre os fenômenos morfológicos, descrevendo-os, e estabelece uma distinção que vai ser incorporada, nem sempre nos mesmos termos, às gramáticas da posteridade: a distinção entre *declinatio naturalis* e *declinatio voluntaria*.

Nas palavras de Varrão:

[Algumas palavras] são declinadas a partir da vontade, outras a partir da natureza. Eu chamo vontade quando, a partir de um nome, alguém impõe um nome a outra coisa, como *Romulus* a partir de *Roma*. E chamo de natureza quando todos aceitamos o nome de algo e não perguntamos a quem o impôs de que modo ele queria que o nome fosse declinado, mas o declinamos de um mesmo modo, como *huius Romae*, *hanc Roman* e *hac Roma*. Sobre essas duas partes, a declinação voluntária se refere ao consenso e a natural ao sistema da língua (X-15)<sup>95</sup>. (VALENZA, 2010, p. 121-122, sublinhado nosso)

Sua solução “conciliatória”, então, consiste em propor que na declinação voluntária há mais anomalia e na natural há mais analogia.

No início do livro X (VALENZA, 2010, p. 115), Varrão nos diz:

Muitos questionam se nas declinações das palavras a disciplina de falar deveria seguir o princípio da anomalia ou da analogia. Daí a razão de chamar analogia aquilo que surge a partir da semelhança, e de anomalia a outra parte: deste assunto eu tratei no primeiro livro, dando argumentos que levam a aceitar a analogia como guia, e, no segundo livro, argumentei contra esse princípio, mostrando que convém preferir a anomalia. Então, como fundamentos não foram postulados por ninguém, como deveria ter sido feito, nem sua ordem e natureza foram apresentadas, como manda o assunto, eu delinerei um esquema sobre ele.

95 As formas *huius Romae*, *hanc Roman* e *hac Roma* são respectivamente formas singulares de genitivo, acusativo e ablativo. A sentença grifada no trecho citado, no original, é “*De his duabus partibus voluntaria declinatio refertur ad consuetudinem, naturalis ad rationem*”, e a tradução mais precisa de “*naturalis ad rationem*” poderia ser “e a natural à razão”. O termo *analogia* deriva do grego *logos* (*analogon* = “de acordo com o *lógos*”).

Na sequência, Varrão faz uma discussão sobre as noções de semelhante e diferente, sobre o *logos*, sobre o que significa a relação de proporção que os gregos chamam de *analogon* e sobre o que é o uso.

Embora assumo que a analogia e a anomalia são, ambas, inerentes à linguagem, Varrão parece preferir – ao menos metodologicamente – que o estudo da língua latina principie pelo estabelecimento da analogia, onde for possível, e em momento posterior ao levantamento dos casos de anomalia (conforme o trecho abaixo).

Assim, se alguém tiver estabelecido o princípio da analogia mais nos casos naturais do que nas forma impostas, não muitas coisas desproporcionais ocorrerão no consenso. A vontade humana é corrigida a partir da natureza, não a natureza a partir da vontade, pois aqueles que gostariam de seguir a imposição farão o contrário (X-61). (VALENZA, 2010, p. 143)

Segundo Taylor (1995a, p. 104), a teoria linguística de Varrão consistia em algumas proposições (nem todas originais em seu pensamento):

- A palavra é a unidade atômica da língua.
- Há dois tipos de palavras: as que variam em forma (“variáveis”) e as que não variam (“invariáveis”).
- A variação morfológica (ou *declinatio*) é um processo binário: as palavras variam conforme a vontade (*voluntas*) arbitrária dos falantes ou a partir da natureza (*natura*) sistemática das línguas<sup>96</sup>.
- A *declinatio voluntaria* é investigada por meio da etimologia, que explica a relação entre a forma (oral ou escrita) e o significado lexical.
- A *declinatio naturalis* é investigada pelo relacionamento entre a forma (oral ou escrita) e o significado gramatical.
- A teoria das partes do discurso herdada da gramática grega deve ser abandonada<sup>97</sup>. Uma nova teoria deve surgir a partir das noções de semelhança e diferença.
- Os critérios para a determinação da semelhança (*similitudo*) na *derivativo naturalis* são apenas dois: *figura* ou *vox*, isto é, forma fonológica (ou escrita) e *res* (substância gramatical, como caso, tempo etc.).

96 “Varrão foi o primeiro gramático, grego ou romano, a fazer tal distinção” (TAYLOR, 1995a, p. 104).

97 Cf. “[E]le evita esse assunto e trata a morfologia como tabula rasa” (TAYLOR, 1995a, p. 104).

- Para serem legitimamente comparadas, e classificadas juntas, as palavras devem manifestar uma analogia que seja *duplex et perfecta* (dupla e perfeita). Essas analogias podem ser captadas por meio de proporções aritméticas, como, por exemplo, *rex : regis :: lex : legis*<sup>98</sup>.
- Pela comparação das palavras com base em suas formas fonológicas e substância morfológica, Varrão conclui que há apenas quatro *partes orationis* (= partes do discurso).

Essa classificação das palavras em quatro partes do discurso é, talvez, a proposta mais conhecida do trabalho de Varrão. Em suas próprias palavras:

Elas são divididas em quatro partes: primeira, as que têm caso, mas não têm tempo, como *docilis* [dócil] e *facilis* [fácil]; segunda, as que têm tempo, mas não têm caso, como *docet* [ele ensina] e *facit* [ele faz]; terceira, as que têm ambos, como *docens* [que ensina] e *faciens* [que faz]; quarta, as que não têm nem um nem outro, como *docte* [sabiamente] e *facete* [elegantemente] (X-17). (VALENZA, 2010, p. 122)

Ou seja, com base nos exemplos, podemos classificar as palavras que se flexionam em quatro tipos (ou classes):

Palavras com flexão de caso e sem flexão de tempo:	<i>Nomes</i>
Palavras com flexão de tempo e sem flexão de caso:	<i>Verbos</i>
Palavras com flexão de caso e tempo:	<i>Particípios</i>
Palavras sem flexão de caso e tempo:	<i>Advérbios</i> <sup>99</sup>

Como já vimos, este também é o fundamento da classificação das partes do discurso feita pelos estoicos e, como sugerimos acima, em nossa reconstrução racional do raciocínio de Dionísio Trácio para o estabelecimento de parte das classes de palavras (embora na *Téchne* de Dionísio isto não esteja explicitado).

A classificação de Varrão foi discutida e comentada nos séculos seguintes, mas a classificação que se fixou na tradição latina – e que deu forma à classificação de nossas gramáticas atuais – foi a das oito partes do discurso de Dionísio.

98 “Varrão é o único cientista da linguagem da Antiguidade a formular modelos abstratos” (TAYLOR, 1995a, p. 104).

99 E, certamente, preposições e conjunções.

Como diz Taylor (1995a, p. 106):

As realizações de Varrão na prática etimológica e na teoria morfológica são muitas, mas são difíceis de caracterizar, em parte pelo desaparecimento da maior parte do que escreveu e em parte porque nenhum de seus trabalhos jamais atingiu o estatuto de livro-texto [*textbook*] no sistema educacional romano, o que seria equivalente a se tornar parte da tradição linguística romana. Essa tradição nunca esqueceu seus débitos com Varrão, embora nunca tenha especificado esses débitos. É suficiente dizer que a qualidade das etimologias de Varrão e de sua teoria linguística tornaram a gramática um pouco mais científica e um esforço mais autônomo e, em consequência, um companheiro mais adequado para a lógica e a retórica na hierarquia intelectual da Antiguidade. Depois de Varrão, a gramática se torna a primeira das artes liberais, e a perspicácia gramatical um sinalizador do indivíduo educado. Varrão se tornou a mais importante *auctoritas* (autoridade) da ciência da linguagem romana e, nesse sentido, o responsável pelo estabelecimento da tradição gramatical romana.

Nos primeiros dois séculos da era cristã, os estudos gramaticais se espalharam pelo império romano, “dando emprego a seus profissionais e atraindo a atenção da elite educada, poetas, homens de letras, e mesmo imperadores” (TAYLOR, 1995b, p. 107). Nesse período aparece o primeiro dicionário de Latim<sup>100</sup> e a primeira *ars grammatica*<sup>101</sup> (atribuída a Quintus Remmius Palaemon (primeira metade do séc. I d.C.), de cuja vida e obras quase nada sabemos.

Juvenal (Decimo Junius Juvenalis, poeta romano do século II, autor das *Sátiras*) faz da *ars* de Palaemon personagem de um de seus poemas. Juvenal satiriza as mulheres que expõem seu conhecimento gramatical em festas e jantares e que consultam a *ars* de Palaemon, citam suas regras e prescrições etc.<sup>102</sup> Segundo Taylor (1995b), “de forma bastante instrutiva para historiadores da linguística”.

Outra fonte para o conhecimento da obra de Palaemon é Quintiliano.

100 Provavelmente, o *De verborum significatu* (“Sobre o significado das palavras”) de Verrius Flaccus (c. 55 a.C.-c. 20 d.C.).

101 O termo *ars grammatica* é o equivalente para o latim do grego *téchnē grammatiké*, e mantém basicamente o mesmo significado.

102 Cf. Taylor (1995b, p. 107).

Marco Fábio Quintiliano (35-95 d.C.) foi um estudioso da retórica, largamente utilizado em sua época, na Idade Média e no Renascimento. Sua obra principal recebeu o nome de *Institutio Oratoria* (publicada por volta do ano 95). Quintiliano tratou brevemente de gramática uma vez que a considerava apenas uma disciplina auxiliar da análise literária (opinião compartilhada por Dionísio Trácio e seus contemporâneos, como vimos). Seus estudos sobre o sistema de casos do latim foram objeto de muitas discussões entre os gramáticos latinos subsequentes.

Consta que Quintiliano foi discípulo de Palaemon e que seus comentários gramaticais se baseiam em sua *ars*.

A importância de Quintiliano é, certamente, mais visível em questões de retórica e oratória, assim como, particularmente, em questões de educação<sup>103</sup>. O trabalho de Quintiliano pode ser visto como um tratado de didática voltado para a retórica e a oratória.

Como dizem Harris e Taylor (1997, p. 74):

O grande catálogo de tópicos gramaticais de Quintiliano ilustra o fato de que no mundo greco-romano, embora a gramática tenha começado com especulações filosóficas sobre a natureza da linguagem, à medida em que o tempo passou tornou-se mais e mais uma questão de experiência pedagógica. Os interesses do Quintiliano gramático não eram os interesses de Platão e Aristóteles, ou dos estoicos. Seu assunto era a prática escolar eficiente: para o que, apesar de tudo, ele era pago. O teste para seu ensino era simplesmente ver se seus alunos adquiriam ou não habilidades práticas; e as habilidades práticas eram aquelas que Quintiliano menciona: ser capaz de ler corretamente, em voz alta, os poetas clássicos, analisar os versos palavra por palavra e parafrasear e comentar os textos. Em suma, a gramática é ligada ao letramento e à literatura.

Na abertura de seu texto sobre a *ars grammatica* romana, o linguista norueguês Even Hovdhaugen (1995, p. 115) diz o seguinte:

A *ars grammatica* romana compreende os trabalhos gramaticais escritos entre o terceiro e o sexto século d.C. Todos eles pretendem ser livros-textos para as escolas ou manuais para o uso dos pro-

103 Sobre o pensamento educacional e gramatical de Quintiliano, ver Pereira (2000).

fessores. A maioria consiste de descrições da morfologia do latim com foco nas classes de palavras (“partes do discurso”), mas muitos trabalhos também incluem tratamentos da fonologia, métrica e estilística que, em alguns casos, são considerados pelos autores como tão importantes quanto os assuntos puramente gramaticais. Esses livros-textos da *ars grammatica* romana (especialmente as duas gramáticas de Donato, do século quarto d.C.) vão ser a base para o ensino e para a escrita de gramáticas na Europa por mais de mil anos.

Vários autores se incluem nessa lista de gramáticas: Marius Plotius Sacerdos (século III d.C.), Flavius Sospater Charisius (século IV d.C.), Diomedes (terceiro ou quarto século d.C.), entre outros. Mas, certamente, o mais influente é Donato.

Donato (Aelius Donatus) foi um gramático romano do século IV, provavelmente de origem africana, extremamente influente em sua época (foi cognominado “*clarissimus*”) e nos séculos posteriores.

Sua obra principal é a *Ars grammatica*, renomada na Antiguidade e referida pelos medievais e renascentistas. A primeira parte da obra – breve e simples – era dedicada aos que se iniciavam nos estudos gramaticais e tratava das oito partes do discurso. A segunda parte – mais complexa e mais completa – tratava também de fonética, métrica e estilística. Essas duas partes da obra ficaram conhecidas, respectivamente, como *Ars minor* e *Ars maior* e muita gente as considerou obras distintas.

A *Ars minor*, escrita como um diálogo, inaugurou uma espécie de “gênero” gramatical que foi seguido por inúmeros outros gramáticos (pelo português Jeronymo Contador de Argote, que publicou uma gramática em 1725, por exemplo). Foi usada como texto de iniciação ao estudo do latim até o Renascimento.

Donato abre sua *Ars minor* com perguntas sobre as partes do discurso. “As partes da oração são quantas? Oito. Quais? Nome, pronome, verbo, advérbio, participípio, conjunção, preposição e interjeição”<sup>104</sup> (DONATO *apud* DEZOTTI, 2007, p. 181).

A exposição dos fatos gramaticais por Donato (*apud* DEZOTTI, 2007) segue o mesmo padrão por todo o texto. Alguns exemplos:

104 Uso aqui a tradução de Lucas Consolin Dezotti (2007). As páginas citadas são dessa tradução.

*Nome é o quê?* É a parte da oração com caso que significa um corpo ou uma ideia de modo próprio ou comum.

*O nome tem quantos acidentes?* Seis. *Quais?* Qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso.

(DEZOTTI, 2007, p. 181)

[...]

*Pronome é o quê?* É a parte da oração que, empregada no lugar do nome, significa quase o mesmo e às vezes traz a pessoa.

*O pronome tem quantos acidentes?* Seis. *Quais?* Qualidade, gênero, número, figura, pessoa e caso.

(DEZOTTI, 2007, p. 185)

[...]

*Advérbio é o quê?* É a parte da oração que, colocada junto do verbo, esclarece a completa significação dele.

*O advérbio tem quantos acidentes?* Três. *Quais?* Significação, comparação e figura.

*A significação dos advérbios em que consiste?* É que há advérbios de lugar, de tempo, de número, de negação, de afirmação, de demonstração, de desejo, de exortação, de ordem, de interrogação, de semelhança, de qualidade, de quantidade, de dúvida, pessoais, de interpelação, de resposta, de separação, de juramento, de escolha, de reunião, de proibição, de eventualidade, de comparação.

(DEZOTTI, 2007, p. 196)

[...]

*Particípio é o quê?* É a parte da oração que traz parte de nome e parte de verbo: de nome, gêneros e casos; de verbo, tempos e significações; de ambos, número e figura.

(DEZOTTI, 2007, p. 198)

[...]

*Interjeição é o quê?* É a parte da oração que significa um afeto da mente por meio de uma voz confusa.

*A interjeição tem que acidente?* Apenas significação.

*Em que consiste a significação da interjeição?* É que ou significamos alegria, como em **euax**, ou dor, como **heu**, ou admiração, como **papae**, ou medo, como **attat**, entre outras semelhantes.

(DEZOTTI, 2007, p. 204)

Na *Ars maior*, que não é escrita em forma de diálogo, a apresentação que Donato faz das partes do discurso é mais elaborada. Vale a pena reproduzi-la aqui.

São oito as partes da oração: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição, interjeição. Delas, são duas as mais importantes: o nome e o verbo. Os latinos não consideram o arti-



go. Os gregos, a interjeição. Muitos consideram um número maior de partes, muitos, um menor. De fato, de todas, são apenas três que se flexionam em seis casos: o nome, o pronome e o particípio. (DONATO, *Ars*, GL IV, 368, 1-5, *apud* FORTES, 2012, p. 113-114)

Juntamente com Prisciano, Donato foi a base do estudo de latim durante toda a Idade Média.

Antes de seguir em frente, creio que podemos fazer um pequeno resumo das principais características da *ars grammatica* romana<sup>105</sup>.

Esse conjunto de obras possuía dois objetivos principais: funcionar como “material de apoio” do currículo escolar romano e ser guardião da língua, da cultura e dos textos. Apresentava uma estrutura tripartite: uma primeira parte que tratava dos sons da língua (sempre estudados a partir dos sinais gráficos: como *pronúncias* desses sinais); uma segunda parte que tratava das *partes orationes*; e uma terceira parte que tratava dos estilos dos textos poéticos (principalmente, figuras de linguagem e vícios de linguagem).

Ao mesmo tempo, introduziam os estudantes na *teoria* grega das línguas, apresentando noções, como letra, sílaba e pés, e discutindo questões “filosóficas” quanto às partes da oração no latim, e tornavam mais precisos os limites da *latinitas*, que podemos definir, seguindo Diomedes (final do séc. IV d.C.) como:

*Latinitas* é o cuidado com o falar de forma incorrupta, de acordo com a língua romana. Consta, além disso, conforme afirma Varrão, destas quatro propriedades: natureza, analogia, uso e autoridade. [...] A analogia da linguagem produzida de acordo com a natureza é, segundo os especialistas, não outra coisa que a distinção entre uma língua bárbara e uma erudita, como a prata se separa do chumbo. (DIOMEDES, *Diom.*, GL, I, 439, 10, *apud* FORTES, 2012, p. 123-124)<sup>106</sup>

O outro gramático latino que merece destaque é Prisciano, cuja obra marca o ápice e o fim da *ars grammatica* romana.

Priscianus Caesariensis (século V) nasceu na Cesareia Maurítânia, na atual Argélia, e trabalhou como professor de latim em Constantinopla.

105 Baseio-me principalmente em Fortes (2012, p. 157-160).

106 A *latinitas* é o equivalente romano do *hellenismo* grego.

Autor de muitos trabalhos, notabilizou-se pela publicação das *Institutiones grammaticae*, uma exposição sistemática da gramática do latim.<sup>107</sup>

É interessante destacar que a própria escolha do título da obra já revela a consciência de Prisciano de que seu trabalho não era mais uma *ars*. Como lemos em Fortes (2012, p. 212-213), as *artes grammaticae* obedeciam a fins práticos e representavam um saber oriundo da experiência (conhecimento empírico, portanto)<sup>108</sup>. A escolha do termo *institutiones* por Prisciano mostra que via seu trabalho como um sistema organizado de fatos sobre o latim (conhecimento teórico, portanto). Nas palavras de Fortes:

[P]arece-nos apropriado reconhecer, em Prisciano, uma importante diferença de concepção em relação às *artes*. Em primeiro lugar, a obra de Prisciano não se intitulou uma *ars*, mas tinha em seu título a amplitude do termo *institutio*. Das acepções reconhecidas pelo *Oxford Latin Dictionary* para o termo latino, destacamos as de “organização, sistema” e a de “(método de) instrução, educação”, significados que já revelam o caráter da obra, que se tratava, com efeito, de um sistema organizado de fatos sobre a língua latina, vasto e exaustivo o suficiente para permitir que desempenhasse o papel de tratado desse tipo de educação. (FORTES, 2012, p. 213)

A obra de Prisciano é uma espécie de síntese, organizada e sistemática, de tudo que a investigação linguística greco-latina havia alcançado. Além disso, podia ser usado como um “manual avançado” para o ensino e a pesquisa dos fenômenos linguísticos.

As *Institutiones grammaticae* são constituídas de dezoito livros: os dezesseis primeiros tratam basicamente dos sons, da formação de palavras e das flexões do latim; os dois últimos (que constituem quase um terço da obra toda) tratam de sintaxe.

Seu tratamento da morfologia do latim, segundo Hovdhaugen (1995, p. 117), “é uma das mais amplas e bem-documentadas descrições morfológicas

107 Além das *Institutiones grammaticae*, Prisciano escreveu também a *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, trabalho que trata da morfologia destas três classes de palavras (ver CONTO, 2012) e as *Partitiones*, glosas gramaticais do primeiro verso de cada um dos doze livros da *Eneida*, escrito na forma de perguntas e respostas acerca das palavras presentes nos versos. Prisciano também escreveu tratados sobre métrica e retórica.

108 Não podemos deixar de notar que a definição que Dionísio Trácio nos dá de *Téchnē* é justamente a de “conhecimento empírico do comumente dito nas obras dos poetas e prosadores” (sublinhado nosso).

que temos de qualquer língua”. Prisciano usa uma série de regras que iniciam com uma forma básica (o nominativo) e, a partir dela, derivam as outras (genitivo ou dativo, por exemplo).

Seu tratamento da sintaxe do latim é único entre os gramáticos latinos (exceto, talvez, por algum dos trabalhos perdidos de Varrão, segundo Hovdhaugen).

Prisciano é claramente “orientado-pelos-dados” (*data-oriented*) em seu trabalho. Mesmo na morfologia ele constantemente busca na literatura latina exemplos que atestem as formas que ele apresenta em seus paradigmas (especialmente para os casos raros). Por outro lado, ele é muito mais aberto que seus predecessores em tomar considerações semânticas na discussão de certas classificações ou arranjos dos dados. (HOVDHAUGEN, 1995, p. 117)

Uma das obras de Prisciano merece atenção à parte: a *Institutio de nomine et pronomine et verbo*, trabalho escrito com fins claramente didáticos que, como já dissemos, trata da morfologia do nome, do pronome e do verbo.

Constantinopla era a segunda cidade mais importante do Império Romano (era a capital do Império Romano do Oriente). Independentemente desse seu estatuto, a língua predominante era o grego, e não o latim. Uma das tarefas a que devia se dedicar Prisciano era a de ensinar latim para falantes de grego que almejassem alguma posição na administração do Império, e parece ser exatamente a essa tarefa que serve sua *Institutio*. Trata-se de uma apresentação detalhada da morfologia do nome, do pronome e do verbo latinos claramente destinada a falantes de grego<sup>109</sup>.

Todos os comentadores afirmam ser clara a influência de Dionísio Trácio e de Apolônio (e, provavelmente, de seu filho Herodiano<sup>110</sup>) na obra de Prisciano.

Embora se apoie muito em seus predecessores latinos, o seu objetivo era transferir da melhor maneira possível para o latim o sistema gramatical delineado na *Téchnē* de Dionísio e nos escritos de Apolônio. (ROBINS, 1979, p. 44)

109 Ver tradução para o português em Conto (2012). Nesse trabalho, Luana de Conto faz uma longa discussão sobre quais poderiam ser os objetivos de Prisciano com sua *Institutio*. Talvez se possa dizer que se trata da primeira obra destinada especificamente ao ensino de uma língua “estrangeira” (L2).

110 Sabe-se de Herodiano por meio de comentários de terceiros. Nenhuma de suas obras chegou a nós.

Um exemplo da influência de Dionísio na obra de Prisciano está na lista das partes do discurso: como para Dionísio, as classes de palavras de Prisciano são oito: *nome, verbo, participio, pronome, preposição, advérbio, conjunção e interjeição*. Há quem diga que, diante da ausência dos artigos no latim, os latinos criaram a classe das interjeições só para que o número de classes permanecesse oito<sup>111</sup>.

As relações entre Dionísio e Prisciano, quanto às partes do discurso, podem ser vistas no seguinte quadro comparativo<sup>112</sup>:

QUADRO 2 – COMPARAÇÃO DAS DEFINIÇÕES DAS PARTES DO DISCURSO EM DIONÍSIO E PRISCIANO

Classe:	Dionísio	Prisciano
<i>ōnoma/nomem</i>	É uma parte da frase sujeita à variação de caso, que designa um corpo ou uma coisa abstrata – um corpo como em “pedra”, uma coisa abstrata como em “educação” -, que pode ter sentido geral ou específico – geral como em “homem” ou “cavalo”, específico como em “Sócrates”.	É característica do nome indicar substância ou qualidade, atribuindo uma propriedade comum ou particular a todo objeto corpóreo ou coisa.
<i>rhēma/verbum</i>	É uma palavra não sujeita à variação de caso, que admite tempo, pessoas, números e exprime atividade ou passividade.	É propriedade do verbo indicar uma ação que se pratica ou que se experimenta; tem formas modais e temporais, mas não possui flexão de caso.
<i>metoché/participium</i>	É uma palavra que participa da propriedade dos verbos e da dos nomes.	Classe de palavras morfologicamente ligadas ao verbo; possui categorias do verbo e do nome (tempos e casos) e por isso se distingue de ambos. Esta definição está de acordo com a que foi dada pelos gregos.
<i>árthron</i>	É uma parte da frase sujeita à variação de caso, preposta ou posposta à declinação dos nomes.	
<i>antonymía/pronomem</i>	É a palavra empregada em vez de um nome e que indica pessoas determinadas.	É característica do pronome substituir os nomes próprios, especificando a pessoa do discurso.
<i>próthesis/praepositio</i>	É uma palavra preposta a todas as partes da frase na construção [sintaxe].	É característica da preposição poder ser usada como elemento independente diante de palavras declináveis e como elemento prefixado a palavras que tenham ou não flexão de caso.

Continua

111 Como Mounin ([19--], p. 97) e Buescu (1983, p. 148), por exemplo.

112 As definições de Dionísio Trácio foram retiradas de Chapanski (2003) e as definições de Prisciano foram retiradas de Robins (1979, p. 45).

Classe:	Dionísio	Prisciano
<i>epírrhema/ adverbium</i>	É uma parte da frase que não tem flexão e qualifica os verbos ou é complementar a eles.	É propriedade do advérbio subordinar-se semântica e sintaticamente ao verbo.
<i>sýndesmos/ coniunctio</i>	É uma palavra que liga o pensamento ordenadamente e torna evidentes dados implícitos da expressão.	É propriedade das conjunções unir sintaticamente dois ou mais vocábulos das outras classes, estabelecendo entre eles certo tipo de relacionamento.
<i>interiectio</i>		Classe de palavras, sintaticamente independente do verbo, que indica sentimento ou estado de espírito.

Fonte: O autor (2022).

A influência de Apolônio na obra de Prisciano é tão importante que Maria Helena de Moura Neves, ao falar de Apolônio, diz o seguinte:

[S]ua doutrina se reconstitui facilmente com a leitura de Prisciano, que [...] o cita e o retoma em toda a sua obra. Lembre-se que Prisciano diz claramente que segue a autoridade de Apolônio (*Institutiones grammaticae* XVII 1 e 2: “in plerisque Apollonii auctoritatem sumus secuti”). E sabemos, pela leitura de Apolônio, que Prisciano, muitas vezes, o estava traduzindo, simplesmente. (NEVES, 2002, p. 62)

O tratamento que Prisciano dá à sintaxe do latim é notável em vários pontos, entre os quais o tratamento das estruturas com subordinação (analisadas como estruturas coordenadas equivalentes) e o tratamento de estruturas elípticas (que são analisadas com a recuperação das estruturas completas).

E é particularmente a presença da sintaxe na obra que a torna diferente das *artes* latinas precedentes. Com Prisciano, a estrutura tripartite das *artes* – sons da língua, partes da oração e estilo dos textos poéticos – é substituída por outra divisão – também tripartite – que vai ser usada nos séculos seguintes: sons da língua, partes da oração e construção das orações<sup>113</sup>. Nas suas palavras:

Tratamos, portanto, no que ficou dito acima, dos vocábulos individuais das expressões, como pedia a sua lógica; agora, porém, falemos sobre a ordenação deles, resultando na construção da oração completa, do mesmo modo que as letras adequadamente reunidas

113 Que corresponderiam às partes que conhecemos hoje como, respectivamente, *fonologia, morfologia e sintaxe*.

fazem as sílabas e as sílabas, as palavras, assim também as palavras compõem a oração. (PRISCIANO, *Inst. Gram.*, XVII, GLII, 108, 5-9, *apud* FORTES, 2012, p. 215).

Como diz Fortes (2012, p. 219):

A terceira parte das *artes* voltava-se, em geral, para a análise dos conceitos de *figurae* e *vitia sermonis* [“figuras” e vícios de linguagem], preocupação, de resto, comprometida com a antiga função do gênero gramatical como propedêutica de estudos avançados em retórica e de leitura dos textos poéticos, preocupação, em suma, associada à noção de norma configurada pela *Latinitas*. Em Prisciano, a terceira parte é o tratado *De constructione*, um desdobramento intertextual da obra de Apolônio Díscolo sobre a sintaxe, arranjo ou ordem das palavras, nas respectivas línguas. [...] [A] existência de uma reflexão dessa natureza, menos comprometida com o conceito de *Latinitas*, e mais definida em termos de *ratio* (“organização lógica”, “sistema”), sinaliza que o saber produzido por Prisciano, de fato, deixa de ser uma *ars* e assume o caráter de *scientia*.

É preciso ficar claro, no entanto, que o trabalho de Prisciano conjuga a *ratio* com o *usus*. Ao lado das explicações lógicas e sistemáticas dos fatos linguísticos, Prisciano deu destaque à amostra empírica dos fatos da língua latina, atestando, sempre que possível as construções analisadas na obra dos autores clássicos (gregos e romanos).

O trabalho de Prisciano não só busca estabelecer a sistematicidade das línguas (grego e latim – pelo princípio do *utraque lingua*) como busca descrever, de forma pormenorizada, o latim usado pelos autores clássicos (*auctoritas*). Seu trabalho é amplo e profundo, e se constituiu na obra mais importante para o estudo do latim durante a Idade Média.

Como diz Robins:

A sua descrição serviu durante oito séculos como base das teorias gramaticais e ainda permanece em nossos dias como fundamento do ensino da língua latina. Os acréscimos e correções que as gerações seguintes tiveram de realizar, especialmente no campo da sintaxe, podem facilmente incorporar-se ao esquema inicial que ele procurou configurar.  
[...]

A obra de Prisciano representa algo mais do que o final de uma era: constitui a ponte entre a erudição linguística da Antiguidade e a da Idade Média. As suas *Institutiones Grammaticae*, sem dúvida o texto gramatical de mais largo uso, atingiram mais de mil manuscritos e constituíram a base da gramática latina e da filosofia linguística medievais [...] A gramática de Prisciano é fruto de um longo período de unidade greco-romana, que já não existia quando ele escreveu sua obra. Os séculos que então se seguiram iriam testemunhar no mundo ocidental a evolução e a fragmentação do latim até o ponto de não mais poder ser identificado. No tumulto da época, coube aos gramáticos, aos seus estudos e ensinamentos desempenhar importante missão, pois tem-se neles reconhecido uma das principais defesas da herança clássica na Idade das Trevas. (ROBINS, 1979, p. 48)

Em Fortes (2008, p. 1156-1161), no entanto, encontramos sugestões de que os termos gramaticais gregos, essencialmente surgidos das reflexões dos filósofos, estejam ressignificados no pensamento de Prisciano. Em suas palavras:

Com efeito, observando-se de perto as considerações metalinguísticas dos gramáticos latinos, o confronto com suas fontes gregas torna-se inevitável e também a conclusão de que, do ponto de vista semântico, entrou em jogo, nos séculos que separaram as formulações iniciais dos filósofos e gramáticos gregos e as obras gramaticais produzidas no seio da latinidade, um emaranhado de *ressignificações*, que tiveram, como consequências principais, as diferenças conceituais que separam o projeto inicial de discussão sobre a linguagem, desenvolvido pelos gregos, e o programa implementado pelos latinos em suas obras. Esse fato desafia a afirmação, comumente aceita, de que a contribuição dos latinos foi a transmissão isenta e imparcial dos trabalhos da Grécia antiga, como se os gramáticos de Roma em nada tivessem alterado as formulações originais. (FORTES, 2008, p. 1157)

Concordo com Fortes, mas creio que o pensamento grego que chegou às gramáticas romanas não foi, diretamente, o pensamento dos filósofos, mas o dos gramáticos. Assim, boa parte das ressignificações de que ele nos fala já haviam ocorrido quando do surgimento da gramática grega. O que, obviamente, não impediria novas ressignificações.

Chegamos, assim, ao final de nosso percurso histórico sobre a origem da gramática greco-latina. Como vimos, trata-se de um longo percurso – de

quase dez séculos – em que as diversas contribuições teóricas à compreensão da natureza das línguas se associam às propostas sobre seu ensino, seja como atividade ligada ao aperfeiçoamento do domínio da língua materna (particularmente de suas formas escritas), seja como atividade ligada ao ensino, e ao aperfeiçoamento, de segunda língua.

Creio que será útil um resumo das principais características da gramática greco-latina, características que moldaram o processo de construção de gramáticas até os nossos dias.

- A gramática grega foi a base dos estudos gramaticais latinos<sup>114</sup>.
- O modelo greco-latino de gramática organiza os assuntos tratados inicialmente em três partes: fonologia, morfologia e “figuras e vícios de linguagem”. A partir dos trabalhos de Apolônio, para o grego, e de Prisciano, para o latim, acrescenta-se uma parte de sintaxe (a parte que tratava de linguagem figurada e vícios de linguagem mantém-se na maior parte das gramáticas, na maior parte das vezes incluída na sintaxe, mas, fora da atividade pedagógica, perde centralidade).
- A “fonologia” se destina, particularmente, à tarefa de apresentar as letras e as sílabas na escrita e “ensinar” como esses elementos da escrita são pronunciados (é parte da “leitura em voz alta” de Dionísio).
- A morfologia estuda as palavras, suas flexões (declinações, conjugações) e os processos de derivação de novas palavras. A palavra é considerada a menor parte significativa da linguagem.
- A sintaxe estuda as regras de combinação de palavras para a obtenção de orações (expressões de sentido completo). Não há níveis intermediários entre palavra e oração. As palavras correspondem a ideias e as orações correspondem a pensamentos completos, que são arranjos adequados de ideias.
- A gramática tem um objetivo normativo e se baseia no uso dos literatos para estabelecer o ideal de correção linguística (*Hellenismus* ou *Latinitas*). Simultaneamente a esse respeito pela autoridade dos clássicos, a gramática se constrói como um estudo descritivo sistemático

114 Não se pode descartar, no entanto, eventuais ressignificações dos termos gramaticais gregos no uso basicamente pedagógico da *ars grammaticae* latina. Como não tenho evidências claras dessas ressignificações, vou falar sempre em *gramática greco-latina*, como se ela fosse uma.



dos fatos da língua. Ou seja, o aspecto normativo é acompanhado, indissociavelmente, do aspecto descritivo.

- A descrição contida nas gramáticas é fruto de uma “teoria da linguagem” que, entre outras coisas, estabelece unidades (letras/sons e palavras/ideias), identifica dois modos de articulação dessas unidades (uma articulação não significativa que reúne letras/sons em sílabas e sílabas em palavras e uma articulação significativa que reúne palavras/ideias em orações), classifica essas unidades (letras vogais e consoantes, e partes do discurso), estabelece relações entre as unidades (ordem, nas letras e sílabas; ordem nas construções; concordância; regência), organiza as unidades em paradigmas, baseados na analogia. E assim por diante.

# Capítulo 3

---

## *A gramática na Idade Média*

Entende-se por Idade Média o período compreendido entre a queda do Império Romano (476) e a queda de Constantinopla (1453). Obviamente, essas datas são convencionadas pelos historiadores para fins descritivos e correspondem vagamente a mudanças – paulatinas – na vida cotidiana e cultural dos moradores do antigo império. A data de 476 corresponde à tomada de Roma pelo rei germânico (da tribo dos hérulos) Odoacro e a data de 1453 corresponde à tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos.

Nestes cerca de mil anos, os historiadores identificam, também, dois períodos: a *Alta Idade Média*, que compreende os séculos V a X, e a *Baixa Idade Média*, que vai do século XI ao século XV.

Para o que nos interessa aqui, o dado relevante é que o latim foi a língua falada, como língua franca<sup>115</sup>, em todo o período medieval, no espaço geográfico do antigo Império Romano do Ocidente, e a “língua oficial” no Império Romano do Oriente (com Constantinopla como capital). Temos, assim, cerca de mil anos de hegemonia do latim como língua de cultura, mesmo após a queda de Roma, na área que constitui a Europa, parte da Ásia e norte da África de nossos dias.

As invasões bárbaras no império do ocidente alteraram significativamente as relações de poder e causaram o desaparecimento dos padrões de vida, segurança e civilização que se desfrutavam no império romano. Muitas das tribos germânicas invasoras, no entanto, adotaram a religião cristã (que

115 *Língua franca* é a língua que um grupo de pessoas, falantes de línguas diferentes, adota para que todos consigam comunicar-se entre si.

era a religião oficial do Império Romano desde 391, por determinação de Teodósio I) e procuraram integrar-se à civilização romana. A adoção do latim como língua geral fez parte desse processo de integração.

A literatura clássica, em boa parte, foi irremediavelmente perdida e a Igreja adquiriu maior prestígio, no espaço propriamente religioso ou por se estabelecer como lugar de estímulo do saber e da educação. Os mosteiros, abadias e igrejas – e posteriormente, a partir do final do século XI, também as universidades<sup>116</sup> – eram os únicos centros de educação e preservação do saber.

O latim teve seu prestígio aumentado também por ter sido assumido como a língua da Igreja. Os estudos gramaticais do latim acompanharam esse prestígio adquirido pela incorporação da língua latina pela Igreja<sup>117</sup>.

A educação medieval era constituída pelo estudo das *sete artes liberais*: gramática, lógica e retórica (*trivium*); música, aritmética, geometria e astronomia (*quadrivium*).

A gramática, então, foi base dos estudos medievais, tanto como uma das artes liberais quanto por ser disciplina indispensável para a leitura e a escrita do latim “correto”, isto é, o latim clássico.

Segundo Robins, durante a Idade Média,

Os estudos realizados foram sobretudo de ordem prática e normativa; Prisciano e Donato eram as principais autoridades em gramática, e suas teorias e sistematizações pouco foram modificadas. Produziram-se numerosos escritos sob a forma de comentários e de glosas; também se fizeram trabalhos de cunho etimológico e lexicográfico, entre os quais um dos mais conhecidos é de autoria de Santo Isidoro de Sevilha (século VII). (ROBINS, 1979, p. 55)

Em suma, durante a Idade Média prevaleceu o modelo de gramática estabelecido pelos gregos, na adaptação feita pelos latinos. As *Institutiones grammaticae* de Prisciano foram a obra de referência mais importante do período; a *Ars grammatica* de Donato foi a obra básica no ensino do latim.<sup>118</sup>

116 A universidade mais antiga do Ocidente é a Universidade de Bolonha, Itália, fundada em 1088.

117 A Bíblia cristã teve sua versão canônica estabelecida em 363, no Concílio de Laodiceia (com pequenas alterações em 367), e São Jerônimo a traduziu para o latim entre 382 e 420 (a versão latina ficou conhecida como Vulgata).

118 No que segue, uso basicamente as informações constantes em Beccari (2007, 2013).

As sucessivas invasões bárbaras, e o caos social, econômico e político que se seguiu, tiveram como consequência o desaparecimento do sistema de ensino romano. A transmissão da cultura letrada, por volta do século VII, já havia sido praticamente interrompida em todo o território do antigo Império do Ocidente, com raras exceções. Havia pequenos núcleos “de resistência” no sul da Itália, na Espanha e nas Ilhas Britânicas.

Nas Ilhas Britânicas – particularmente em York – formou-se o que se pode chamar de principal núcleo irradiador das letras clássicas, responsável pela retomada do contato da Europa medieval com a sua herança cultural romana.

*A História Eclesiástica do Povo Inglês*, escrita por Beda, o venerável, conta o início dessa aventura cultural: “em 596, o Papa Gregório enviou Agostinho à Bretanha com muitos monges, para pregar a palavra de Deus aos ingleses” (Beda, *apud* Gilson 1998, p. 214), Beda relata também que, cinco anos depois, em 601, o mesmo Gregório Magno enviou a esses monges “também muitos códices” (*id.*). A gramática de Donato provavelmente figurava entre esses códices. Sessenta anos depois da chegada dos primeiros missionários, o papa designou um monge grego, chamado Teodoro, como bispo da Cantuária, e um africano, de nome Adriano, como abade do mosteiro de São Pedro da Cantuária. Esses dois religiosos não eram apenas responsáveis pelas almas dos fiéis ingleses, mas também pela educação formal do clero anglo-saxão. O fato é que nos 50 anos que se seguiram formou-se no interior da igreja romana da Inglaterra uma comunidade que, segundo o testemunho do mesmo Beda (por volta do ano 700), tinha o grego e o latim por línguas nativas. (BECCARI, 2007, p. 27)

Teodoro e Adriano implantaram na Cantuária um sistema de educação clássica, nos moldes da *puerilis institutio* (educação infanto-juvenil) romana. Esse sistema sobreviveu e tornou a Inglaterra um dos poucos focos de cultura clássica desses inícios da época medieval.

Segundo Gilson (1998, p. 216), no início do século VIII, era a Inglaterra que começava a fornecer missionários para a Europa: os *scotti peregrini* (missionários britânicos – irlandeses, ingleses e escoceses – que viajavam ao continente para evangelizar e educar). A denominação *scotti peregrini* (peregrinos escoceses) não faz justiça ao papel desempenhado pelos irlandeses, que funcionaram como motor do processo. Os pictos, que habitavam a área que hoje é a Escócia e

eram pagãos, foram convertidos por missionários irlandeses liderados por São Columba (521-597). Esses missionários, conhecidos como os 12 apóstolos da Irlanda, fundaram uma importante abadia em Iona. A partir da Escócia, iniciou-se a conversão dos outros territórios da Grã-Bretanha. É preciso destacar, também, que um de seus discípulos, o também irlandês São Columbano (543-615), no final do século VI e partindo da Escócia, evangelizou francos e lombardos, criando importantes centros religiosos na atual França e no norte da atual Itália. A denominação *scotti peregrini*, portanto, é indicativa da Escócia como centro irradiador e não do lugar de nascimento dos missionários<sup>119</sup>.

No ano 800, estabeleceu-se o Sacro Império Romano, sob o domínio de Carlos Magno (747-814), ocupando aproximadamente os territórios atuais da França, da Itália, da Áustria e da Alemanha. Numa tentativa de desenvolver e melhorar a qualidade intelectual e espiritual de seu povo, Carlos Magno executou uma grande reforma educacional: pediu ao monge Alcuíno de York (735-804)<sup>120</sup> que desenvolvesse um projeto de escola e recomendou, em todo o império, a restauração das antigas escolas e a criação de novas. A estrutura institucional desse sistema de ensino previa escolas *monacais* (junto a mosteiros), escolas *catedrais* (junto a bispados) e escolas *palatinas* (junto às cortes).

Alcuíno, enquanto conselheiro do Imperador Carlos Magno, fundou uma escola palatina (*Aula Palatina*) junto à corte de Aix-la-Chapelle, sede do Sacro Império Romano, onde se ensinavam as sete artes liberais.

Esse momento é conhecido como o *Renascimento Carolíngio*.

Do ponto de vista dos estudos da linguagem, os novos interesses literários e intelectuais da renascença carolíngia se refletem nas mudanças que se efetuaram no currículo escolar para o ensino da gramática. Há uma grande variedade de atividades de cunho gramatical associada ao círculo de Alcuíno de Iorque, a figura intelectual mais saliente do período, e também com as gerações de gramáticos que se seguiram a esse círculo e sofreram sua influência. Alcuíno escreveu uma gramática na tradição insular: em forma de diálogo. Apesar dessa gramática ser, de certa forma, uma continu-

119 Agradeço a José Luiz da Veiga Mercer esta informação, entre outras, sobre o papel dos missionários irlandeses na evangelização da Escócia, e posteriormente, da Grã-Bretanha.

120 Santo Alcuíno de York (735-804), monge beneditino inglês, estudou na escola catedral de York, instituição em que também lecionou por quinze anos. Criou em York uma das melhores bibliotecas da Europa, tendo transformado a escola em um dos maiores centro do saber da época. É o santo patrono das universidades cristãs.

ação da tradição das gramáticas insulares, ela contém duas diferenças importantes em relação a elas: 1) baseia-se nas *Instituições Gramaticais* de Prisciano e não nas *Artes Maior e Menor* de Donato; 2) seu tratamento das partes do discurso coloca lado a lado as definições da lógica e da gramática para as classes de palavras (Luhtala, 1995, p. 127). Dessa forma, Alcuíno inaugurou uma nova tendência na abordagem dos problemas da linguagem ao fazer uso do instrumental da lógica no estudo das classes de palavras, e abriu, assim, a possibilidade do emprego das definições da lógica nos estudos da linguagem. Além disso, ao recuperar a gramática de Prisciano, cuja terminologia é acentuadamente filosófica, Alcuíno possibilitou a consideração da gramática à luz da metafísica. [...]

Durante o renascimento carolíngio, houve um interesse renovado pela arte da lógica, que se reflete no estudo das traduções que Boécio (século VI) fizera do *Isagoge* [de Porfírio] e do *Da Interpretação* de Aristóteles (e também de uma paráfrase da teoria das categorias de Aristóteles encontrada num texto avulso denominado *Dez Categorias*). (BECCARI, 2007, p. 29)<sup>121</sup>

A prática de aplicar definições da lógica nos estudos gramaticais tem origem, então, no século IX, na Corte de Carlos Magno, entre os *scotti peregrini*.

Foram esses missionários ingleses, escoceses e irlandeses, depositários da fé cristã e da cultura clássica, que deram o impulso definidor do desenvolvimento da pesquisa filosófica e da transmissão da cultura letrada, inclusive da gramática, na França e no norte da Europa nos séculos que a eles se seguiram. (BECCARI, 2007, p. 28)

Uma mudança nos estudos da linguagem pode ser percebida: preocupações teóricas mais que pedagógicas e mais semânticas que morfológicas. Como diz Beccari (2013, p. 65-66):

Essas preocupações teóricas, possuidoras de um caráter incipiente de análise gramatical filosófica, podem ser pensadas em quatro momentos: 1) uma busca da *raison d'être* das partes do discurso; 2) essa razão é explicada a partir de uma assimilação de noções da lógica pela gramática: por exemplo, a combinação “sujeito-predicado”, da lógica aristotélica, passa a ser vista como equivalente da combinação

121 As gramáticas escritas pelos monges britânicos, baseadas, em forma e conteúdo, na *ars* de Donato, porque originárias das Ilhas Britânicas, são conhecidas pelo nome geral de *gramáticas insulares*.

“nome-verbo” da gramática tradicional; 3) estabelece-se uma tradição de análise gramatical de textos a partir do modelo das *Partitiones* de Prisciano\*; 4) começam a aparecer reflexões filosóficas sobre categorias linguísticas e estas tornam-se alternativas aos interesses pedagógico ou exegetico. Essas preocupações podem ser constatadas a partir da observação dos métodos de análise que aparecem em textos originários do contexto carolíngio. Por exemplo, durante os sécs. IX e X são feitas diversas tentativas no sentido de se analisarem as palavras de acordo com as dez categorias da lógica aristotélica.

\* As *Partitiones* e as *Institutiones* de Prisciano são redescobertas pelos carolíngios ao mesmo tempo em que textos sobre a lógica aristotélica começam a ser estudados. Disso resultam: 1) a criação do método *parsing*, que consiste numa série sistemática de perguntas e respostas sobre a razão de ser de uma parte do discurso em um determinado texto; 2) questões sobre a lógica da sintaxe que levarão à assimilação gradual de conceitos da lógica pela gramática. As implicações filosóficas da gramática de Prisciano começavam a ser desenvolvidas.

Um dos *scotti peregrini*, Sedúlio Escoto (gramático irlandês do século IX que lecionou em Liège e que escreveu comentários sobre a gramática de Prisciano), apresenta desta forma as possíveis definições de *nome*:

Os tipos de definição, de acordo com os gramáticos, são em número de seis. A primeira é a definição de acordo com a substância: o nome é uma classe de palavras com caso. A segunda é a definição de acordo com o som: o nome é um tipo de nota. A terceira é a definição de acordo com as propriedades específicas: o nome pode significar um objeto ou um conceito e pode ser próprio e comum. A quarta é a definição de acordo com os acidentes: o nome tem seis acidentes. A quinta tem a ver com a quantidade: o nome é uma das oito partes do discurso. A sexta é a definição de acordo com a etimologia, por exemplo, *homo* [“homem”] é assim chamado porque vem de *humus* [“terra, solo, chão”] e *humus* vem de *humor* [“umidade”]. (SEDÚLIO ESCOTO, *apud* LUHTALA, 1995, p. 127)<sup>122</sup>

É fácil ver que as gramáticas começam a receber influências também do pensamento cristão medieval: é só ver a etimologia de “homem” proposta por

122 Segundo Luhtala, a responsável pela tradução para o inglês foi Vivien Law (Luhtala não indica a fonte da publicação). No texto de Luhtala, os significados de *homo*, *humus* e *humor* não constam.

Sedúlio Escoto para perceber que a narrativa bíblica da criação do homem a partir da lama está presente (essa narrativa não estava presente nos mitos da criação do homem de gregos ou romanos).

Por volta do século XII começam a aparecer trabalhos de revisão das gramáticas clássicas – revisão na teoria gramatical que as fundamentava, mais especificamente. Guilherme de Conches (1080-1154) e Pedro Helias (1100-1166, aproximadamente), seu discípulo, por exemplo, investigam as razões lógicas que justificavam as regras gramaticais apresentadas por Prisciano e criticam sua insuficiência explanatória<sup>123</sup>.

Boécio da Dácia (século XIII) criticou Prisciano justamente por essa deficiência:

Como Prisciano não explica a gramática por meio do conhecimento de seu funcionamento interno, sua teoria é muito limitada. Daí que tire muitas conclusões gratuitas, que justifica recorrendo à autoridade dos gramáticos antigos. (BOÉCIO DA DÁCIA, 1270, Questão 9, *apud* BECCARI, 2007, p. 40)

A segunda parte da Idade Média, então, do ponto de vista de uma história da gramática, é muito mais interessante do que a primeira. É o período da Filosofia Escolástica que, entre outras coisas, deu destaque aos estudos gramaticais. Durante a Alta Idade Média, período da Filosofia Patrística, os estudos gramaticais tinham basicamente objetivos pedagógicos (o ensino do latim) e quase nenhuma originalidade: simplesmente reproduziam Prisciano e Donato.

Na Baixa Idade Média, os estudos gramaticais passaram a ter uma característica mais filosófica e lógica, portanto.

No contexto da Escolástica, a mera descrição do latim, como a que foi traçada por Prisciano e Donato, era considerada inadequada, ainda que fosse de grande utilidade do ponto de vista pedagógico. Os comentaristas já tinham começado a ir mais além da simples explicação e exegese; a opinião que passou a prevalecer era a de que Prisciano realizara um trabalho superficial, pois não havia inves-

123 Pedro Helias, por exemplo, escreveu em 1150, aproximadamente, um manual sobre as *Institutiones grammaticae* de Prisciano, denominado *Summa super Priscianum constructionum*. Segundo Beccari (2013, p. 72), “a premissa básica desse tratado é que todos os fenômenos linguísticos descritos por Prisciano deveriam ser explicados, semanticamente, de acordo com sua função na língua latina”.



tigado e justificado a teoria subjacente aos elementos e categorias que empregara. (ROBINS, 1979, p. 59)

É importante destacar que em nenhum momento a autoridade de Prisciano e de Donato, no que diz respeito à descrição das formas clássicas do latim, esteve em questão. Sempre se achou que a descrição do latim presente nas *Institutiones* de Prisciano era irretocável. O que se propunha era a necessidade de ir além da mera descrição e estabelecer uma *teoria* da gramática com base na lógica. Em outras palavras, pretendia-se logicizar a teoria gramatical greco-romana.

Daí por diante, o filósofo passou a desempenhar importante papel no campo dos estudos gramaticais. A base teórica da gramática, diferenciada da mera exposição linguística de caráter didático, passou a ser matéria de discussão filosófica: “a descoberta da gramática não é da competência do gramático e sim do filósofo, pois a ele cabe considerar cuidadosamente a natureza específica das coisas.” “Assim como o estulto está para o sábio, o gramático desconhecedor de lógica está para o versado em lógica.” (ROBINS, 1979, p. 60)

O resultado é que se passou a ter uma situação dicotômica: por um lado, a descrição de Prisciano e Donato permaneceu respeitada como fonte do latim clássico e o ensino de latim continuou sendo feito com base na autoridade desses autores; por outro lado, as investigações lógicas e filosóficas dos fundamentos da teoria gramatical que dava suporte a essas gramáticas passaram a ser o objeto dos gramáticos medievais e, em decorrência disso, passamos a ter outro tipo de gramática coexistindo com as gramáticas, digamos, “convencionais”. Em outras palavras, de um lado tínhamos as gramáticas clássicas, descritivo-normativas, voltadas ao ensino de latim e, de outro lado, tínhamos as gramáticas lógico-filosóficas, voltadas para uma investigação teórica (poderíamos dizer, anacronicamente, “científica”) do latim.

Surge a concepção de que todas as línguas possuem uma gramática universal subjacente e que é tarefa do gramático expor essa base universal das línguas<sup>124</sup>.

124 “[Roger] Bacon [1214-1294], autor de uma gramática grega e um dos primeiros gramáticos especulativos, insistiu na importância do estudo do árabe e do hebreu, declarando que a gramática é em essência a mesma para todas as línguas e que as diferenças aparentes existentes entre elas são simples variações acidentais” (ROBINS, 1979, p. 60).

Talvez o mais importante resultado desse novo modo de pensar as línguas e suas gramáticas sejam as *gramáticas especulativas*, produzidas entre 1200 e 1350, aproximadamente.

Essas gramáticas – das quais um conjunto importante ficou conhecido como *gramáticas modistas* (tratados *De modis significandi*<sup>125</sup>) – iam muito além do que era necessário ao ensino do latim, o que demonstra que seu objetivo era outro. A teoria básica empregada nessas gramáticas – compartilhada no essencial por todos os especulativos – era altamente complexa, embora coerente e logicamente elaborada.

De um modo geral, o modismo se caracteriza por: 1) uma recepção das categorias morfológicas das gramáticas de Prisciano e Donato, em que é feita uma tentativa de dar uma explicação lógico-metafísica (nocional) para as classes de palavras; 2) uma sistematização da sintaxe, que é a parte originalmente modista da teoria, por ser a primeira teoria ocidental em que se apresenta a noção de dependência sintática. (BECCARI, 2013, p. 83)

No sistema modístico, as coisas, como seres existentes, possuem várias propriedades ou modos de ser (*modi essendi*). O sujeito apreende as coisas por meio dos modos de compreender ativos (*modi intelligendi activi*), aos quais correspondem os modos de compreender passivos (*modi intelligendi passivi*), i.e., as qualidades das coisas tal como são apreendidas pela mente. Quanto à linguagem, o sujeito atribui aos sons vocais (*voces*) os modos de significar ativos (*modi significandi activi*), em virtude dos quais aqueles se convertem em palavras (*dictiones*) e partes do discurso (*partes orationis*) e significam as qualidades dos objetos; estas qualidades passam então a ser representadas pelos modos de significar passivos (*modi significandi passivi*), i.e., as qualidades das coisas tal como são significadas por palavras.

[...]

Os *modi significandi* são os termos-chaves do sistema. Cada parte do discurso, ou classe de palavras, se caracteriza por representar a realidade de um modo particular ou de um determinado ponto de vista; cada categoria [*acidente* ou *atributo*] é em si mesma um modo de representação, contribuindo com sua própria carga semântica para a classe de palavras a que se aplica. (ROBINS, 1979, p. 62)

125 Tratados “sobre os modos de significar”.

Conhecemos hoje cerca de trinta autores e cerca de cem tratados e comentários sobre os modos de significar, muitos dos quais anônimos. Há também um número considerável de “doutriniais” (comentários sobre Donato e Prisciano) que apresentam forte influência modista.

São sete os gramáticos modistas mais representativos do movimento: Boécio da Dácia (c. 1240-1280), Michel de Marbais (?-c. 1280), Martinho da Dácia (1220-1304), Siger de Courtrai (1280-1341), Radulfo Brito (c. 1260-1309) e Tomás de Erfurt (?-c. 1310).

As ideias linguísticas dos modistas irradiaram-se para o norte da Europa a partir da Universidade de Paris, embora seus principais “mestres de artes” fossem oriundos de lugares diversos: dinamarqueses (como Martinho e Boécio<sup>126</sup>), franceses (como Radulfo Brito – também conhecido como Raoul le Breton – e Siger de Courtrai) e alemães (como Tomás de Erfurt). Os mestres das primeiras universidades eram, no mais das vezes, “temporários” e passavam a vida lecionando, sucessivamente, em variadas instituições.

A *Grammatica speculativa* de Tomás de Erfurt é uma síntese organizada das ideias modistas e depois de sua publicação não houve mais avanços significativos na pesquisa modista<sup>127</sup>.

Segundo a *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, quase nada se sabe sobre a vida de Tomás de Erfurt, exceto que foi professor e filósofo do início do século XIV. Pelo nome, supõe-se que nasceu na cidade de Erfurt (atualmente na Alemanha). Seu trabalho mostra a influência de Radulfo Brito e Siger de Courtrai, o que sugere que foi educado na Universidade de Paris. É possível que tenha retornado à Universidade de Paris por várias vezes, mas não há registros disso. Seu principal trabalho – *Tractatus de modis significandi seu Grammatica speculativa* – veio a público, aproximadamente, no ano de 1310.

Para os modistas, em geral, e para Tomás de Erfurt, em particular, o estabelecimento dos modos de significar de uma palavra seguem um processo em que:

- É preciso identificar os modos de ser (*modi essendi*) de um certo objeto, i.e., as propriedades físicas de determinada “coisa”;

126 Durante a Idade Média, o topônimo *Dania*, referente à Dinamarca, era frequentemente confundido com *Dácia* (referente ao território da atual Romênia).

127 Em Beccari (2013) encontramos uma tradução para o português da gramática de Tomás de Erfurt, juntamente com um longo, e importante, comentário histórico-linguístico. A tradução (em apresentação bilíngue) e um resumo do comentário, foram publicados pela Editora UFPR (ver BECCARI, 2017).

- É preciso correlacionar esses modos de ser do objeto com os modos pelos quais a mente entende as propriedades associadas a ele (*modi intelligendi*); esses modos de entender as propriedades, somados, constituem o conceito;
- Os modos de significar de uma palavra (*modi significandi*) resultam da correlação entre as propriedades físicas do objeto e os modos de entender essas propriedades.

Segundo Beccari (2013, p. 98):

Os modistas fazem uso das dez categorias da lógica aristotélica para fazer essas correlações: cada modo de uma coisa ser no mundo (cada uma de suas propriedades) corresponde a uma proposição que se enquadra em uma das dez categorias de Aristóteles. A soma das proposições lógicas (ou modos de entender) que perfazem um conceito corresponde a soma dos traços semânticos (ou modos de significar) que constituem uma palavra. Ambas, proposições e traços, correspondem às propriedades físicas das coisas no mundo (ou modos de ser).

Num exemplo. Tomemos uma “coisa” no mundo: o indivíduo Sócrates. Esse indivíduo possui propriedades, que são seus modos de ser (*modi essendi*). Pensemos em algumas dessas propriedades: é um homem, tem 80 quilos, é calvo, é casado com Xantipa, vive em Atenas, no século V a.C., faz filosofia e é admirado por seus discípulos. Cada uma dessas propriedades corresponde a uma categoria aristotélica, como podemos ver no seguinte quadro comparativo:

QUADRO 3 – PROPRIEDADES E CATEGORIAS (PARA ARISTÓTELES)

Propriedade	Categoria
É homem	Substância (o que é?)
Tem 80 quilos	Quantidade (é quanto?)
É calvo	Qualidade (é como?)
É casado com Xantipa	Relação (que relação?)
Vive em Atenas	Local (está onde?)
No século V a.C.	Tempo (está quando?)
É filósofo	Ação (faz o quê?)
É admirado pelos discípulos	Paixão (“sofre” o quê?)

Fonte: O autor (2022).

Obviamente, são possíveis respostas distintas (propriedades distintas) para as perguntas relacionadas a cada categoria. Por exemplo, à pergunta “É quanto?”, relacionada à categoria da Quantidade, poderíamos obter “tem um metro e setenta”, além de “tem 80 quilos”; no caso da categoria da Relação, poderíamos ter, também, “É mestre de Platão”, “É discípulo de Anaxágoras”, “É filho de Sofronisco” ou “É pai de Lamprocles”.

Para cada modo de ser do indivíduo Sócrates, vai corresponder um modo de entender. Por exemplo, se um de seus modos de ser é “ser calvo”, um dos modos de entender o indivíduo Sócrates é a proposição “Sócrates é calvo”.

O indivíduo Sócrates é a soma de todas as suas propriedades (seus *modi essendi*); o entendimento de todas as propriedades (os *modi intelligendi*) constituirá o conceito “Sócrates”; e a significação da palavra *Sócrates* reunirá em si todas as propriedades do indivíduo tal como entendidas pela mente.

A categoria principal dentre as dez categorias aristotélicas é a Substância. No pensamento de Aristóteles, a categoria da Substância exprime a característica essencial de uma entidade, enquanto as outras categorias incluem apenas propriedades acidentais ou contingentes: o indivíduo Sócrates pode deixar de ter 80 quilos, de ser admirado pelos discípulos ou de ser casado com Xantipa, mas não pode deixar de ser homem (ser humano).

As categorias aristotélicas constituem um dos dois principais pressupostos da teoria modista. O outro pressuposto é o da antecedência lógica da Substância com relação aos acidentes. Como diz Beccari (2013, p. 102),

[A] existência de uma entidade (ou substância) precede quaisquer modificações/acidentes que a ela sobrevenham, metafisicamente: ENS → ESSE (leia-se: o *ens* (o ser da entidade/da substância) precede fisicamente o *esse* (o ser isto ou aquilo, o ser neste ou naquele estado, neste ou naquele momento))

Para os modistas, deve haver um suposto (um nome) que faz referência a uma substância no mundo que anteceda logicamente seus apostos (predicados), que se referem a propriedades acidentais dessa substância. É daí que surge a teoria medieval da suposição (*Suppositum* → *Appositum*) que tantas discussões causou frente ao estabelecimento das condições de verdade de sentenças que parecem não ter o suposto, como a clássica sentença de Bertrand Russell (1872-1970) “O atual rei da França é calvo” (se não há “rei da França”,

a sentença não é nem verdadeira nem falsa, ou seja, não é verdadeiramente uma proposição)<sup>128</sup>.

Na medida em que o suposto é um nome, entende-se que a classe dos nomes é anterior (logicamente) às outras classes, que são “predicativas”.

Voltando a Beccari (2013, p. 103), temos:

Na teoria modista, as classes de palavras denotam propriedades que são instâncias das categorias de Aristóteles. Dessa forma, o nome é a classe de palavras que significa, acima de tudo, a estabilidade (o estado) ou permanência das coisas no mundo, que é a característica mais geral da categoria da substância. Ademais, embora o nome corresponda prioritariamente à categoria da substância, a classe dos nomes pode significar uma propriedade não só das coisas individualmente, mas também de conjuntos de coisas semelhantes. Os medievais chamavam esses conjuntos de coisas semelhantes de espécies: “árvore”, “animal”, “pedra”, “montanha”, etc., eram entendidos como nomes que fazem referência a espécies (classes). Nesse sentido, enquanto o nome “Sócrates” refere-se a uma única substância, o nome “cavalo” refere-se a uma espécie de substâncias.

Os nomes de espécies – como “cavalo” – incluem tanto a categoria da Substância, já que são nomes de coisas, como a categoria da Qualidade, porque indicam uma propriedade (uma qualidade) compartilhada por um conjunto de substâncias. A atribuição das qualidades, no entanto, pode acontecer de vários modos. As palavras *sábio*, *verde* e *ateniense* são um bom exemplo<sup>129</sup>. Em *sábio* encontramos a qualidade de uma substância individual que participa de um universal: a sabedoria (o *sábio* é um homem, uma substância individual, que apresenta a qualidade da sabedoria). Em *verde* temos a referência a uma qualidade comum que depende de uma substância, já que a cor verde não se apresenta diretamente a nós, mas sempre associada a uma substância: *folha verde* ou *toalha verde*, por exemplo. No caso de *ateniense*, temos uma qualidade específica que se restringe a um grupo determinado de substâncias: os nativos da cidade de Atenas.

Para os modistas, essas três palavras têm em comum o fato de serem nomes de qualidades, mas nomeiam as qualidades de forma diferente porque possuem diferentes modos de significar. No caso de *sábio*, por exemplo, pode-

128 Cf. Russell (1905, 1974), para uma solução lógica para a questão.

129 Essas palavras são analisadas por Beccari (2013, p. 104). Reproduzo aqui sua análise.

mos identificar quatro modos de significar: (i) o modo de um ente, em que sábio denota uma substância (“o sábio” como designador de Platão); (ii) o modo da apreensão determinada, que é a capacidade de atribuir a propriedade “ser um sábio” a uma substância específica no mundo (“sábio” como propriedade de Platão: Platão é sábio); (iii) o modo da comunicação de uma espécie, como nos casos em que é usada para designar a classe (“os sábios estudam muito”); e (iv) o modo de aderir a uma substância (como adjetivo), como no exemplo “o homem sábio dá bons conselhos”. Por apresentar esses quatro modos de significar, os modistas classificam *sábio* como *nome comum adjetivo*.

A correspondência “mundo-intelecto-linguagem” aponta para uma completa dependência da linguagem na estrutura da realidade na forma que lhe é veiculada pelas categorias mentais. A linguagem explícita, portanto, a relação entre as coisas e o que se pode entender delas. [Tomás de Erfurt] identifica as oito classes de palavras como o produto final desse processo (bursill-hall, 1971, p.114-24). Ademais, na exposição de sua metalinguagem, o autor da *Grammatica speculativa* demonstra que os modos de significar tanto permitem a distinção das propriedades das coisas que são designadas pelas classes de palavras quanto explicam sua interação sintática. (BECCARI, 2013, p. 110)

Tomás de Erfurt reconhece oito classes de palavras: *nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição*, exatamente como Prisciano.

No entanto, em nenhum momento se preocupa em aprofundar o estudo da morfologia dessas classes: sua preocupação é essencialmente semântica.

Na *Grammatica speculativa*, depois de apresentar os diversos modos (*essendi, intelligendi e significandi*), passa a ver as classes de palavras e as combinações sintáticas entre elas a partir dos modos. Em suas palavras:

Consideraremos, portanto, todos esses modos de significar: em primeiro lugar, como princípios formais da parte do discurso em sentido absoluto; em segundo lugar, de que maneira pertencem ao estudo das classes de palavras.

Em seguida, apresentaremos os modos enquanto princípio intrínseco da construção de uma parte com outra, de acordo com o estudo da sintaxe. Ademais, visando determinar esses modos enquanto formas da parte do discurso, primeiramente consideraremos o nome, em seguida o pronome e assim sucessivamente com as outras partes, de acordo com Donato. (ERFURT, GS VII-14, *apud* BECCARI, 2017, p. 125)

Duas coisas chamam a atenção nesta passagem: a referência a Donato e a distinção entre classes de palavras e partes do discurso.

É notável que Erfurt não se dê ao trabalho de listar as classes: remete, tanto a listagem como a ordem de abordagem de cada uma delas, ao que está estabelecido em Donato, cuja *Ars grammatica* era de conhecimento geral nesses princípios do século XIV.

A outra questão levantada pelo trecho citado é um pouco mais complexa. O que Erfurt quer dizer é que os modos de significar podem ser aplicados às palavras isoladamente e também às construções. Como vimos acima, os modos de significar revelam as sutilezas semânticas de palavras isoladas. O que Erfurt nos diz agora é que as palavras, enquanto partes de uma construção sintática, também apresentam diferentes modos de significar.

Erfurt abre seu capítulo VI (intitulado “Que ordem têm estes termos mutuamente: o signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo”) com uma discussão acerca da significação desses termos.

*O signo [signum], o vocábulo [dictio], a parte do discurso [pars orationis] e o termo [terminus]. Acerca do que já foi dito, é necessário observar que o signo, o vocábulo, a parte do discurso e o termo coincidem e diferem entre si. Coincidem no sujeito e no objeto, porque podem ser encontrados no mesmo sujeito, como na relação entre signo e designado. Diferem, entretanto, em suas disposições, porque o signo é assim denominado por sua disposição de assinalar ou de representar de forma direta, mas o vocábulo é assim denominado formalmente em virtude de ter recebido uma disposição de significar que é adicionada à palavra, porque o vocábulo [dictio] é a palavra [vox] que tem significado. A parte do discurso, por sua vez, existe formalmente por meio de um modo de significar ativo, que é adicionado ao vocábulo, porque a parte do discurso é o vocábulo enquanto possui um modo de significar ativo. O termo, na verdade, diz respeito ao uso de termos na resolução do silogismo, uma vez que o dialético divide o silogismo em proposições e estas em sujeito e predicado, que são chamados de termos, segundo os lógicos. (ERFURT, GS VI-11, apud BECCARI, 2017, p. 121)*

Além das distinções maiores entre *signum*, *dictio*, *pars orationis* e *terminus*, é relevante prestar atenção também à distinção entre *vox* e *dictio*, que Beccari traduziu, respectivamente, como “palavra” e “vocábulo”. Erfurt não se ocupa da palavra enquanto som, como se pode ver na seguinte passagem:



Igualmente, é necessário saber que a palavra, enquanto som, não é levada em consideração pelo gramático, mas somente enquanto signo, porque a gramática versa sobre os signos das coisas. (ERFURT, GS VI-12, *apud* BECCARI, 2017, p. 121)

Razão pela qual não há uma “fonologia” na *Grammatica speculativa*.

Com relação à distinção entre *dictio* e *pars orationis*, é interessante notar que, para Erfurt, o vocábulo isolado funciona como um item do dicionário e não possui papel sintático. Mas, uma vez colocado junto a outros vocábulos, ativam-se modos de “co-significar” (modo de significar ativo) e o vocábulo passa a ser entendido como *pars orationis*. Assim, a parte do discurso é o vocábulo que desempenha papel sintático na oração (por meio de seus modos de significar particulares).

Para encerrar esta apresentação, rápida e superficial, da gramática mo-  
dista, creio que cabem algumas poucas palavras sobre a sintaxe.

Eram reconhecidas duas estruturas básicas N+V e N+V+N<sup>130</sup>. A ordem dos elementos era considerada natural: o primeiro N era o suposto e o V (ou o V+N) era o aposto<sup>131</sup>.

*Os princípios da construção.* Primeiramente, vejamos quais são esses princípios de um modo geral: os princípios essenciais para a construção de um discurso gramatical e completo são quatro, a saber: o material, o formal, o eficiente e o final.

*Material.* O princípio material da construção são os construtíveis [*constructibilia*], porque, assim como o sujeito está para o acidente, da mesma forma os construtíveis estão para a construção. Mas o sujeito é a matéria do acidente, porque o acidente não tem matéria “de que”, mas “em que”. Portanto, os construtíveis são a matéria da construção. E para uma construção não existem mais ou menos que dois construtíveis, porque, como ficará claro, a construção é causa da dependência de um construtível no outro, mas essa dependência não existe senão entre dois elementos, a saber: o dependente e o determinante. Portanto, em uma construção não existem senão dois construtíveis principais, a saber: o dependente e o determinante. (ERFURT, GS XLV-89, *apud* BECCARI, 2017, p. 323)

130 N = nome; V = verbo.

131 O termo “ordem” não é equivalente a “colocação”: a ordem física dos elementos na sentença era irrelevante (o latim substituíu a colocação pela presença dos casos morfológicos).

Trata-se, portanto, de uma sintaxe assentada na relação de dependência. Mais ainda, numa relação que se dá entre dois, e apenas dois, elementos da construção.

Mas continuemos lendo Erfurt.

Disso fica claro o erro dos que dizem que esta construção é uma: *homo albus currit bene* (“O homem pálido corre bem”). Porque aqui existem diversas dependências: uma, em que o adjetivo depende do substantivo; outra, em que o verbo depende do sujeito; uma terceira, em que o determinante depende do determinável. Portanto, não haverá aqui uma única construção. Da mesma maneira, quando se diz: *Socrates percutit Platonem* (“Sócrates bate em Platão”), por causa das diversas dependências do verbo para com o sujeito, antes de si, e para com o objeto, depois de si, não pode haver uma única construção, como fica autoevidente. (ERFURT, GS XLV-89, *apud* BECCARI, 2017, p. 325)

As relações numa sentença como “*Homo albus currit bene*” seriam as seguintes: (i) uma relação entre o determinante *Homo* e o dependente *albus* (o homem é pálido); (ii) uma relação entre o determinante *Homo* e o dependente *currit* (o homem corre); (iii) uma relação entre o determinante *currit* e o dependente *bene* (corre bem). Ou seja, o adjetivo (*albus*) depende do nome (*homo*), o verbo (*currit*) depende do nome (*homo*) e o advérbio (*bene*) depende do verbo (*currit*)<sup>132</sup>.

As classes principais nas orações são nome e verbo e, entre elas, o nome é mais central do que o verbo.

Segundo Beccari (2013), o desaparecimento dos estudos gramaticais modistas coincide – e provavelmente tem neles sua causa – com o fortalecimento da filosofia nominalista de Guilherme de Ockam (1285-1347), entre outros, e com a divulgação da filosofia humanista de Dante Alighieri (1265-1321), cujas ideias linguísticas estão apresentadas particularmente na obra *De vulgari eloquentia*, e por seus seguidores Petrarca (1304-1374) e Boccaccio (1313-1375), ambos escritores.

Em suma, a Idade Média apresentou uma situação de coexistência entre dois modos de entender a gramática: um modo “pedagógico”, herdeiro direto da tradição greco-latina das *artes grammaticae*, e um modo “filosófico”, que

132 Outra característica notável das gramáticas modistas – que as diferencia das gramáticas de Donato e Prisciano – é a desimportância conferida aos autores clássicos. Enquanto Donato e Prisciano buscam suas regras na autoridade dos escritores clássicos, Erfurt cria seus próprios exemplos (em que textos literários ele poderia encontrar exemplos como “*O homem pálido corre bem*” ou “*Sócrates bate em Platão*”?).

superando o objetivo propriamente escolar passava a investigar a linguagem com um olhar teórico (lógico). É interessante destacar que essa situação desconsidera o caráter teórico da gramática greco-latina, que fica reduzida a um mero mecanismo descritivo.

Santos (2010, p. 1000-1001) aponta que

[F]oi, exactamente, a partir da primeira metade do século XIII – período da gramática pré-modista, em que Jordan da Saxónia, incorporando a então vigente noção aristotélica de *ciência* ao entendimento da *gramática*, propôs a noção de *gramática universal*, sob o fito de consolidar o seu estatuto científico (cf. Stéfani, 1977: 101), em consonância, aliás, com o pensamento linguístico undecentista de William of Conches, de que tinha sido eco, não tão amplamente, porém, quanto este teria desejado, Petrus Heliae, o qual definiria, precisamente, a *gramática* como “la ciencia de hablar y escribir correctamente” (*Summa grammaticae*, trad. cast. apud Arens, 1975: I, 58) – que os gramáticos se viram na necessidade de distinguir a *grammatica* tradicional, que passaram a designar por *grammatica positiva*, ou *impositiva*, ou *practica*, ou *usualis*, dedicada aos usos particulares (cf. Rosier-Catach, 2000: 542), da *grammatica regularis*, ou *speculativa*, ou *theorica* (cf. Rosier-Catach, 2000: 542; cf. Grondeux, 2000: 598), sendo esta considerada como uma *ciência* e aquela como uma *arte* (cf. Grondeux, 2000: 605), não obstante o espírito dessa diferenciação tivesse existido, segundo Grondeux, já no século XII (cf. Grondeux, 2000: 601).

A gramática “pedagógica” (positiva, prática) tinha objetivos didáticos claros e, como no pensamento original grego e romano, ligava-se intimamente aos estudos literários<sup>133</sup>. A gramática “filosófica” (regular, especulativa, teóri-

133 Vivien Law (1986) nos fala de dois estilos de gramáticas do latim na Alta Idade Média: a *Schulgrammatik* (gramática de escola) e as *Regulae* (gramáticas de regras). A *Schulgrammatik* apresentava uma estrutura lógica, hierárquica, era organizada em capítulos, numa simulação da organização lógica que se pressupunha existir na língua latina e trazia longas e detalhadas definições das partes do discurso, em detrimento dos paradigmas, e exemplos de autoridades literárias. As *Regulae*, por outro lado, destacavam as formas das palavras, apresentavam poucas e breves definições e apresentavam o sistema morfológico por meio de paradigmas flexionais. Ao contrário da *Schulgrammatik*, os critérios organizacionais das gramáticas *regulae* eram diversos: ordem alfabética, paradigmas flexionais organizados por classes de palavras, conjugações etc. “[A]s gramáticas estilo *regulae* floresceram justamente em sociedades bilíngues a partir do século V, quando o Império Romano já abrigava a diversidade das línguas dos povos bárbaros além do latim e do grego” (CONTO, 2012, p. 45). A *Ars maior* de Donato e as *Institutiones grammaticae* de Prisciano são exemplos de *Schulgrammatik*, enquanto a *Ars minor* de Donato e a *Institutio* de Prisciano seriam gramáticas *regulae*.

ca) não tinha objetivos pedagógicos e ligava-se a estudos ditos “científicos” (no sentido que o termo assumia no interior do pensamento escolástico). É interessante notar, no entanto, que esse modo “filosófico” também encontra suas raízes na Antiguidade grega, já que se aproxima muito da atividade dos filósofos gregos, como Aristóteles, por exemplo, e, particularmente, do pensamento estoico.

Nenhum desses dois modos chegou a obter o predomínio: de certa forma, eles se especializaram: um para o ensino de línguas (latim, em particular) e outro para a investigação da lógica subjacente às línguas.

Creio que cabe ainda uma observação sobre uma das consequências dessa distinção entre uma gramática “pedagógica”, essencialmente descritiva, e uma gramática “teórica”, que buscava uma explicação lógica para os fenômenos.

Na medida em que as gramáticas teóricas dos especulativos não discutiam a descrição presente nas gramáticas “pedagógicas” clássicas e as assumiam inteiramente, a *teoria* gramatical greco-latina, responsável pelo fato de a descrição ter sido feita desta ou daquela maneira, com o uso destas ou daquelas noções, era *naturalizada* pelos especulativos. Ao ignorar que a descrição greco-latina resultava também de uma visada teórica (e, portanto, de um certo modo de ver os fenômenos), os especulativos consideravam que essas gramáticas correspondiam adequadamente aos fenômenos. *Sua teoria, então, tratava – teoricamente – não os fenômenos linguísticos propriamente, mas os fenômenos linguísticos já constituídos teoricamente pela teoria greco-latina.* Em outras palavras, a base empírica das gramáticas especulativas não eram os fenômenos, mas, de fato, o que a gramática greco-latina dizia sobre os fenômenos. É como se a teoria especulativa visse a língua latina por meio do filtro da gramática precedente.

A principal consequência desse procedimento, então, é a naturalização do modo greco-latino de ver a língua, que vai contaminar os estudos sobre a linguagem até os nossos dias.

\*\*\*

Depois dessas observações de cunho geral, creio que cabem ainda algumas observações sobre o pensamento gramatical medieval no território português.

Segundo Gonçalo Fernandes, na Baixa Idade Média, as escolas portuguesas ensinavam o latim e, certamente, a gramática latina. Os principais autores medievais também eram lidos e citados. Em suas palavras:

[N]o território que viria a constituir Portugal, houve uma considerável atividade pedagógica a partir das igrejas paroquiais, das séc catedrais, das colegiadas e dos mosteiros das ordens religiosas (Carvalho 1986: 16), sendo que as mais importantes foram os Cónegos Regrantes de Santo Agostinho (*Sacer et Apostolicus Ordo Canonicorum Regularium Sancti Augustini*), que fundaram o Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra nos anos de 1131-1132, e os Monges de Cister (*Ordo Cisterciensis*), que fundaram o Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça ou Real Abadia de Santa Maria de Alcobaça em 1153.

Quer nas escolas catedrais quer nos mosteiros, além da formação estritamente religiosa, estudavam-se as sete artes liberais, divididas em *trivium* (gramática, retórica e dialética/lógica) e *quadrivium* (aritmética, música, geometria e astronomia). Contudo, não há prova evidente de que todas as artes liberais tenham sido estudadas concomitantemente em Portugal, sendo a gramática a única disciplina universalmente ensinada (Saraiva 1950: 90). O termo gramática significava, contudo, (ensino do) Latim “and many people expressed the view that grammatical regulation of a vernacular dialect was a difficult if not impossible venture” (Percival 1975: 247-248). [...]

Na Idade Média em Portugal estudaram-se quer os *grammatici juniores*, como Isidoro de Sevilha (c. 560-636), Papias Vocabulista da Lombardia (fl. 1050), Petrus Helias (c. 1100-post 1166), Alexandre de Villedieu (c. 1170-c. 1250), Evrard de Béthune (?-c. 1212), Ugucione da Pisa (1130/1140-1210), Robert Kilwardby (1215-1279) e Giovanni Balbi de Génova (fl. 1286-1298), quer os gramáticos latinos tardios ou *grammatici antiqui*, como Élio Donato (fl. séc. IV) e Prisciano da Cesareia (fl. séc. V) (Torres 1998: 45-48, 105-107). (FERNANDES, 2012a, p. 124)

Podia-se esperar, no entanto, que não apenas se lessem textos de autores canônicos, mas que também se produzissem textos gramaticais em Portugal. E Fernandes aponta dois desses textos: as “*Reglas pera enformarmos os menços em latin*” (escritas no final do século XIV) e os “*Notabilia gramaticais alcobacenses*” (escritos em 1427). Ambos os textos, segundo Fernandes, foram produzidos no mosteiro cisterciense de Alcobaça<sup>134</sup>.

As *Reglas*, de autor desconhecido, constituem um manual para o ensino elementar do latim. O manual está escrito em português e deve ter sido escrito no final do século XIV. As regras são extraídas, majoritariamente, do *Doctrinale*

134 Ver Fernandes (2010, 2012a, 2012b).

de Alexandre de Villedieu (1175-1240) e não demonstram qualquer influência dos especulativos. Seu interesse é a correção na construção das frases e adota um tom fortemente didático. Em outras palavras, é um manual claramente ligado ao “modo pedagógico”, tal como o caracterizamos acima.

Segundo Fernandes, “seu maior mérito é o facto de, pela primeira vez na história portuguesa, as *Reglas* utilizarem toda a metalinguagem latina em português” (2012a, p. 130).

Os *Notabilia* (*Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis*), por outro lado, têm autor identificado – o castelhano Juan Rodríguez de Caracena, monge pertencente à comunidade do mosteiro de Alcobaça – e “foram redigidos em Latim para ensinar Latim aos estudantes do mosteiro de Alcobaça e o seu autor teve a preocupação de ir explicitando em ‘romancio’ os vários exemplos” (FERNANDES, 2012a, p. 128). O mais interessante, porém, são algumas evidências de que os *Notabilia* teriam sido escritos com influência modista. Nas palavras de Fernandes (2012a, p. 129):

Embora ainda estejamos numa fase incipiente do seu estudo, parece que o autor dos *Notabilia* sofreu influência dos *De re grammatica Notabilia* do italiano Giovanni da Soncino (?-c. 1363), o introdutor do modismo na Universidade de Bolonha, de dois gramáticos/filósofos especulativos de Paris, Robert de Kilwardby (1215-1279) e Petrus Helias (c. 1100-*post* 1166), e da *Grammatica Proverbiandi* espanhola (Calvo Fernández 1995 e 2000).

Os *Notabilia* estão divididos em 31 capítulos, que analisam questões de morfologia, como os nomes verbais terminados em -or e -bilis, a formação dos verbos, os pretéritos, gerúndios e participios, de sintaxe, como o ablativo absoluto, o nominativo, figuras como a prolepse e a sinédoque, e temas de natureza especulativa, que hoje classificaríamos como semânticos, como a conceção das pessoas e do gênero, por exemplo.

Essas evidências da influência especulativa e/ou modista nos *Notabilia* são apresentadas por Fernandes em trabalho posterior, em que afirma:

Interessante é ainda o uso de expressões próprias da gramática modista e/ou especulativa e a aproximação dos conceitos da gramática à lógica. Localizei por 37 vezes o sintagma *modus / modo / modi significandi*, maioritariamente entre os fólhos 41v e 43v (18 vezes), no capítulo referente à regência verbal (“*Sequitur de regimine*”), voltando a

surgir apenas na parte final dos *Notabilia*, entre os fólhos 75r e 87v, nos capítulos respeitantes à sinédoque (“de sinodochica figura”), à “de relacione explicita” (ff. 77r- 83v) e à “de materia participiorum” (ff. 83v-88v), ou seja, em matérias fundamentalmente sintáticas.

Há inclusivamente um exemplo em que o autor refere que, especificamente no respeitante ao género, “se diz de outro modo como na lógica”:

*Alio modo .idest. quod exploraciom sexus que fit per uocem. Scilicet auctus jn nomine uel jn pronomjne et difinjtur sic genus. Secundum. id. quod percam jnteligitur ut demonstratur. Alio modo dicitur ut jn logica. Iste terminus animal predicatur de homine. Isto modo difinjtur sic. genus est quod predicatur. de pluribus et-cetera ut animal predicatur de homine et de ceteris animalibus* (Rodríguez de Caracena 1427: 25v).

Interessante é também a exploração, ainda que forma bastante incipiente, dos modos de significação ou *modi significandi*. Há inclusive uma passagem sobre a regência verbal em que, para além da referência explícita ao *modus significandi*, o autor “cita” Robert de Kilwardby e usa um vocabulário claramente especulativo, como “ratio”, “essentia” e “accidentia”:

*uerbum non rregit nominatiuum casum major tenet asuficiente. mjnor probatur. quod uerbum non rregatur nominatiuum ratione uocis que ut dicit rrobertus. Rregimen fit rratione qualitatis con uerbis deponentis et uox est signum. ergo signum non dependit. que tunc alique partes oracionis rregerent uocatiuum non rratione significati que cum idem significatum rreperiatur jn ifinitiuo et jn gerundijs et jn perticipis quod in uerbo finjto. sequeretur quod jnfinjtius rregeret nominatiuum et gerundia et supina quod est falsum non rratione modj significandi que qujdem modus significandi est duplex. Scilicet. essencialis et actidentalibus non rratione modj significandi essencialis quedem modus est dupliciter. Scilicet. generalis et specialis non rratione modj significandi. essencialis generalis que est significare per modum fluxus et fieri* (Rodríguez de Caracena 1427: 41v-42r). (FERNANDES, 2014, p. 190-191)<sup>135</sup>

O que os trabalhos de Gonçalo Fernandes nos mostram é que se produziram textos gramaticais no Portugal medieval e textos produzidos tanto com intuito pedagógico como textos de carácter mais filosófico.

135 Os itálicos presentes nas citações de Rodríguez de Caracena estão no texto de Fernandes. Não achei relevante traduzir essas citações porque não acrescentam nada ao que Fernandes já diz sobre o argumento de que havia um pensamento gramatical influenciado pelos especulativos no Portugal do século XV.

Quero terminar este capítulo sobre a gramática na Idade Média com uma longa citação de Robins (1979), em que ele comenta a transição entre os dois modos medievais de estudar a linguagem: o das gramáticas de Donato e Prisciano, voltadas para a atividade pedagógica e ligadas à literatura, e o das gramáticas dos especulativos, voltadas particularmente para a investigação filosófica.

Os que viveram nessa época estavam conscientes dessa alteração que sofreu o papel reservado à investigação linguística. Antes, os estudos gramaticais estavam voltados para os *auctores*, i.e., para os escritores da literatura clássica; agora, procuravam apenas firmar sua posição entre as *artes*, i.e., as sete artes liberais, em que não havia lugar para a literatura pagã, a não ser que, como os escritos filosóficos de Aristóteles, tivesse sido autorizadamente incorporada a uma doutrina vigente.

[...]

Esta espécie de oposição entre as *artes* e os *auctores* não era novidade na Europa cristã; algo de semelhante pode ser observado em S. Jerônimo (e em outros), ao indagar se no seu íntimo era culpado de preferir Cícero às Sagradas Escrituras. O advento, porém, da gramática especulativa tornou mais nítida essa oposição, colocando-a diretamente em contato com os estudos linguísticos. Isto chegou a ser tema de uma alegoria bem conhecida, *A Batalha das Sete Artes*, segundo a qual os *auctores*, os escritores clássicos desde Homero, estão reunidos em Orleans, lugar em que se haviam entrincheirado a erudição e a literatura clássicas, e daí saem para lutar contra os filósofos e representantes das Sete Artes em Paris, um dos principais centros de estudo de lógica e de gramática especulativa. É irônico que Prisciano, cuja metodologia tanto deve aos modelos aristotélicos e cuja gramática latina foi a base da teoria gramatical medieval, seja apresentado como o herói dos *auctores* de Orleans, defrontando-se no combate alegórico com Aristóteles, paladino das *artes*, a quem se atribuem os fundamentos lógicos das regras e conceitos gramaticais e que se tornou fonte de inspiração da filosofia escolástica.

Na alegoria as *artes* vencem, mas no final da narrativa se profetiza que no correr do tempo a verdadeira gramática dos textos clássicos voltará em triunfo. Isto na verdade aconteceu, mas como parte integrante das muitas correntes de pensamento que marcaram de modo profundo o lado intelectual e cultural do Renascimento, que representou, simultaneamente, o pleno ressurre-



gimento da erudição clássica e o começo do mundo moderno. (ROBINS, 1979, p. 70-71)<sup>136</sup>

Enfim, chegamos ao término de um longo período de estudos gramaticais.

No final da Idade Média temos consolidados os estudos de gramática no conjunto das artes liberais e vemos coexistir dois tipos distintos de gramática.

Em um dos tipos, aproximadamente com o mesmo caráter que apresentava já na Grécia – caráter que foi aprimorado pelos latinos – a gramática era um gênero de textos com funções pedagógicas e normativas: uma arte destinada ao ensino de uma forma de língua considerada “correta”.

Os latinos, em particular, darão à gramática o estatuto de “livro didático”, num sentido bastante próximo de como entendemos nossas gramáticas escolares hoje. A gramática greco-romana, então, segundo Luana de Conto (2012, p. 35), “misturava um viés filológico, de preservação e escrutínio de textos literários, e um viés pedagógico, de ensino normativo de uma variedade que precisava ser afirmada”.

E, considerando que as gramáticas latinas vão se constituir no cerne dos estudos gramaticais no período medieval, esse caráter pedagógico e normativo vai se manter até o final do século XV. O formato das gramáticas é basicamente o mesmo para todas: elas se organizavam a partir de quatro assuntos centrais: fonologia, morfologia, sintaxe e estilística. A fonologia estudava as letras (os elementos do alfabeto com seus sons correspondentes e a estrutura da sílaba); a morfologia estudava as palavras isoladas (suas classes, seus paradigmas flexionais e os processos derivacionais); a sintaxe estudava a construção de orações a partir das palavras (a classificação das orações, os mecanismos de organização das palavras em orações); e a estilística se ocupava das formas mais elegantes de se construir orações (como evitar barbarismos e solecismos, como seguir os exemplos dos “bons autores”).

Paralelamente a essas gramáticas (que podem ser consideradas, já à época, como “tradicionais”), surge, na Baixa Idade Média, um novo tipo de gramática: as gramáticas especulativas. Com caráter teórico (“filosófico”, como se

136 Como se pode ler em Libera (2004, p. 311): “Ainda no começo do século XIII, em *A batalha das sete artes* de Henrique de Andeli, os professores escolásticos de Orléans levantarão contra os lógicos de Paris a bandeira da gramática e da retórica. Ocorrendo entre metrópoles de saber e disciplinas autônomas, o conflito será soldado pelo fracasso do humanismo literário. Até o humanismo do século XV, a vitória será da *Dama Lógica*”.

dizia), as gramáticas especulativas perdem sua função pedagógico-normativa e passam a ser vistas como instrumentos e repositórios de um tipo de investigação que poderíamos chamar – anacronicamente – de científica.

A atenção dos especulativos se restringia, de modo geral, à sintaxe e à semântica e sua abordagem era essencialmente lógica (na morfologia e na sintaxe). E, em consequência, pouca, ou nenhuma, atenção dedicavam à fonologia e à estilística.

Este é o quadro que chega aos renascentistas do século XVI, que veremos no próximo capítulo.

# Capítulo 4

---

## *A gramática renascentista*

O Renascimento foi um movimento cultural que afetou profundamente a vida intelectual europeia nas artes, na ciência, na política, na filosofia e na religião.

Os historiadores registram vários “renascimentos” localizados. Fala-se, por exemplo, no “renascimento carolíngio” do século IX, na França e do “renascimento italiano” do século XIV. Mas, o termo *renascimento* (por vezes *renascença*) é, no mais das vezes, utilizado para nomear particularmente o período que tem a queda de Constantinopla, em 1453, como o marco de seu início.

A tomada de Constantinopla pelos turcos otomanos teve duas consequências principais: o Império Romano desaparecia de forma completa e parte importante dos intelectuais bizantinos mudava-se para a Europa, fugindo dos conquistadores otomanos, levando com eles um grande número de textos clássicos, até então desconhecidos no Ocidente.

Além disso, o início das grandes navegações permitiu o contato dos europeus com novas culturas e novas línguas. E a invenção da imprensa com tipos móveis por Gutenberg (1398-1468), por volta de 1439, popularizou o livro e permitiu uma disseminação da cultura como nunca antes se havia visto.

Enfim, novos ares, novos conhecimentos alteraram consideravelmente o panorama cultural europeu. O retorno às formas artísticas clássicas, a recuperação do pensamento de filósofos gregos, como Platão e Aristóteles, por exemplo, sem a “adaptação” medieval, tudo inspirava os intelectuais da época a esquecer a tradição medieval e a voltarem-se à cultura greco-latina renovada.

Como já se disse, qual Janus, o homem renascentista olhava simultaneamente para o futuro e para o passado. Os descobrimentos resultantes das na-

vegações abriam portas para o futuro. O redescobrimento do mundo clássico abria portas para o passado.

Os estudos linguísticos não ficaram imunes. Também neles se pode perceber essa atitude bifronte. O pensamento renascentista – conhecido também como *humanismo renascentista* – é um pensamento de transição e os estudos gramaticais por ele gerados são particularmente interessantes por trazerem em si as marcas dessa transição.

O pensamento linguístico humanista incluía tanto um “humanismo clássico” quanto um “humanismo vernacular”, para usar os termos de Juan Zamora (1995, p. 157). O humanismo clássico consistia em recuperar o latim clássico, deturpado por um suposto uso descuidado dos contemporâneos; o humanismo vernacular consistia em atribuir dignidade às línguas vernáculas e em aplicar a elas os mesmos ideais de correção que se reconheciam no latim clássico.

Como se sabe bem, o latim falado nas várias regiões do Império foi sofrendo variações que se intensificaram durante a Idade Média. Nos últimos tempos do período medieval, já começava a haver divergências tão grandes entre os “dialetos” locais que podemos considerar que o que se encontrava eram novas “línguas”, distintas do latim. O que havia na maior parte do território do antigo Império Romano do Ocidente era uma situação de bilinguismo: falava-se um “romance” (língua local, originada no latim) e, entre as pessoas “cultas”, obviamente, o latim clássico (ou algo que procurava se aproximar dele). O galego-português já era falado (e escrito) nos atuais territórios de Portugal e da Galícia por volta do século XIII. Não obstante, era o latim a língua da cultura.<sup>137</sup>

No fim do século XV começam a aparecer textos gramaticais que reconhecem, timidamente, o estatuto de língua para os romances e que se dedicam a gramatizá-los parcialmente.

Não pretendo abordar todas as tentativas de gramatização das línguas locais surgidas na área do antigo império romano. Vou me ater às propostas que nos interessam mais numa história que tem por objetivo a compreensão das gramáticas da língua portuguesa (particularmente no Brasil). Vou abordar, en-

137 Não estou interessado particularmente na história da língua portuguesa e, portanto, não vou entrar em detalhes sobre sua formação. Aos interessados, indico os livros: *Do latim ao português* de Edwin Williams (WILLIAMS, 1975), *História da língua portuguesa* de Paul Teyssier (TEYSSIER, 1982) e *História concisa da língua portuguesa* de Renato Basso e Rodrigo Tadeu Gonçalves (BASSO; GONÇALVES, 2014).

tão, apenas três gramáticas: a *Gramática sobre la lengua castellana*, de Antonio de Nebrija, a *Grammatica da linguagem portuguesa*, de Fernão de Oliveira, e a *Gramática da lingua portuguesa*, de João de Barros.

## A gramática do castelhano de Antonio de Nebrija

A primeira gramática para uma língua romance é a *Gramática sobre la lengua castellana*<sup>138</sup>, publicada em 1492, por Antonio de Nebrija (1444-1522).

Seu nome verdadeiro era Antonio Martínez de Cala y Xarana, mas quis ser conhecido como Élio Antonio de Nebrija Gramático (Aelius Antonius Nebrissensis Grammaticus). Em suas palavras:

[*Aelius Antonius Nebrissensis Grammaticus*] ut Aelius sit praenomen, Antonius nomen, Nebrissensis cognomen, Grammaticus vero agnomen ex professione sumptum, quattuor proprii nominis species (NEBRIJA, 1999, pref., f. a2v)

Segundo o estudo de Carmen Lozano, que acompanha a edição da Real Academia Española da Gramática de Nebrija (2011, p. 345),

A composição desse nome de autor, inspirada nos três nomes que todo cidadão romano ostentava, bem como no sobrenome que alguns ganharam como distintivo de dignidade, nos é explicada detalhadamente pelo próprio Nebrija. Diz adotar o “prenome” [*praenomen*] Élio por sentir-se herdeiro, com certos direitos, dos antigos Élios romanos que se assentaram em sua terra natal. Antonio é seu primeiro nome [*nomen*], também romano, ainda que devido apenas a uma feliz coincidência neste caso. O cognome [*cognomen*] Nebrissense indica o lugar de nascimento (hoje Lebrija), que o autor associa à localidade hispano-romana Nebrissa Veneria e põe em relação com certos mitos cantados por historiadores e poetas da Antiguidade alusivos à origem de tal topônimo. Por último, o apelido [*agnomen*] gramático faz referência à dignidade pela qual Nebrija quer ser dis-

138 O título original, em latim, é *Grammatica Antonii Nebrissensis*. Por muito tempo, foi denominada de *Gramática de la lengua castellana*, mas a edição crítica da Real Academia Española, de 2011, decidiu adotar o título de *Gramática sobre la lengua castellana*. Mais informações podem ser obtidas na página da Real Academia Española (disponível em: [www.rae.es/obras-y-publicaciones/bcrae/gramatica-sobre-la-lengua-castellana-de-antonio-de-nebrija](http://www.rae.es/obras-y-publicaciones/bcrae/gramatica-sobre-la-lengua-castellana-de-antonio-de-nebrija)). Acesso em: 2 set. 2019.

tinguido, não encontrando epíteto mais honroso quem tivesse a melhor opinião da ciência que ensinava.

Antonio de Nebrija foi um gramático excepcional. Ele foi o primeiro a cobrir todos os campos de interesse e todas as línguas que interessavam aos renascentistas. Ele escreveu gramáticas do latim – inclusive, a pedido da rainha Isabel I de Castela (1451-1504), uma gramática do latim escrita em castelhano –, uma gramática do castelhano, um dicionário bilíngue latim/castelhano e estudos de ortografia e pronúncia do latim clássico, do grego e do hebraico. Nebrija também escreveu dicionários do latim jurídico e de terminologia médica, um livro de história e arqueologia da Espanha e vários poemas em latim clássico.

Seu primeiro trabalho importante foi uma gramática do latim – intitulada *Introductiones latinae* – publicada em 1481, quando lecionava na Universidade de Salamanca. Esta gramática foi utilizada para o estudo do latim na Espanha até o século XVIII.

Conta-se que Nebrija foi chamado pela Rainha Isabel, a Católica<sup>139</sup>, e solicitado a escrever uma gramática do latim *em castelhano* para uso das freiras reclusas, que não podiam ter contato com homens<sup>140</sup>. Na realização dessa tarefa, Nebrija teve consciência de que o castelhano também poderia ser gramatizado e, terminada a gramática do latim encomendada pela rainha, dedicou-se a escrever uma gramática do castelhano que, publicada em agosto de 1492<sup>141</sup> com o título de *Grammatica Antonii Nebrissensis*, foi dedicada à rainha.

Nebrija foi fortemente influenciado por Prisciano, embora sua terminologia seja relativamente original. Excelente observador e gramático de capacidade excepcional, Nebrija não aplicou simplesmente os conceitos da gramática latina ao castelhano, mas reconheceu fenômenos linguísticos peculiares ao castelhano e os descreveu de forma original.

No Prólogo da gramática, Nebrija diz que quer fazer com a língua castelhana o que Zenódoto<sup>142</sup> fez com a língua grega e que Crates<sup>143</sup> fez com a latina.

139 A mesma Rainha Isabel que financiou as primeiras viagens de Cristóvão Colombo ao Novo Mundo. E também a responsável pela expulsão do povo judeu da Espanha.

140 A tarefa era a de escrever, em castelhano, uma versão de suas *Introductiones latinae*.

141 Cerca de dois meses antes da descoberta da América por Colombo.

142 Zenódoto de Éfeso (c. 323 a.C.-260 a.C.), primeiro diretor da Biblioteca de Alexandria e primeiro “editor” (*diorthotes*) das epopeias de Homero.

143 Crates de Malos (180 a.C.-130 a.C.), bibliotecário da Biblioteca de Pérgamo e introdutor dos estudos gramaticais em Roma (ver capítulo 1, acima).

Diz ainda que estes não foram superados pelos que escreveram gramáticas depois deles e que a glória deles – de serem os primeiros “inventores de obra tan necesaria” – será a sua.

Ainda no Prólogo, Nebrija justifica sua gramática do castelhano como um passo na direção do domínio da gramática do latim. Em suas palavras:

Porque depois que conhecerem bem a arte do castelhano, o que não será difícil porque é sobre a língua que eles já conhecem, quando passarem ao latim não haverá coisas tão obscuras que não lhes pareçam simples. (NEBRIJA, 2006, p. 16)

Essa função “auxiliar” da gramática do castelhano no estudo da gramática do latim será retomada por João de Barros, na gramática do português, como veremos adiante. A atitude de Nebrija mostra o quanto arraigada à cultura renascentista estava ainda a língua latina.

Sua gramática do castelhano inclui seções sobre sintaxe e sobre o ensino de castelhano para estrangeiros, além das seções tradicionais sobre ortografia, pronúncia, prosódia e morfologia.

A seção sobre ortografia se justifica na medida em que Nebrija estava diante de uma língua que não era mais o latim e que ainda usava as letras latinas. Nebrija nos diz que comparando o castelhano e o latim podemos perceber que, das letras latinas em uso “sobran algunas” e “faltan otras”. Para resolver este problema, Nebrija vai apresentar um estudo contrastivo entre os valores do alfabeto latino no latim e no castelhano (capítulos IV e V) e propor um “remedio que se puede tener para escribir puramente el castellano” (título do capítulo VI). Este “remédio” consiste em estabelecer, normativamente, os valores que as letras, como “c”, “g”, “l”, “n”, entre outras, deveriam ter em castelhano (com acréscimos de diacríticos, como o “til”; de “cedilha”; ou da escrita dobrada, como “ll”, “rr” ou “ss”, por exemplo).

Na parte destinada às partes do discurso, Nebrija se afasta um pouco da tradição greco-latina ao propor que deveríamos reconhecer no castelhano dez partes da oração: *nome, pronome, artigo, verbo, particípio, gerúndio, nome participial infinitivo, preposição, advérbio e conjunção*. Ou seja, Nebrija assume as oito classes de Dionísio (recusa a classe das interjeições, de Prisciano) e acrescenta o gerúndio e o nome participial infinitivo, tornando “partes da oração” as formas conhecidas hoje como formas nominais do verbo (infinitivos, particípios e gerúndios).

Suas definições das partes da oração não se afastam muito das definições greco-latinas: às vezes são completamente iguais, como no caso dos nomes que são definidos como: “Nome é uma das dez partes da oração que se declina por casos, sem tempo, e significa corpo ou coisa: digo corpo como ‘homem’, ‘pedra’ ‘árvore’; digo coisa como ‘Deus’, ‘alma’, ‘gramática’” (NEBRIJA, 2006, p. 65), definição que reproduz quase que integralmente a de Dionísio Trácio.

Em outros momentos, Nebrija revela grande lucidez ao perceber que nem tudo que acontece no latim acontece (da mesma maneira, ao menos) em castelhano. É exemplar seu tratamento das vozes do verbo.

Assim como em muitas coisas a língua castelhana abunda sobre o latim, assim pelo contrário, a língua latina sobra ao castelhano, como no caso da conjugação. O latim tem três vozes: ativa, verbo impessoal, passiva; o castelhano não tem senão apenas a ativa. O verbo impessoal é suprido pelas terceiras pessoas do plural do verbo ativo do mesmo tempo e modo, ou pelas terceiras pessoas do singular, fazendo nelas reciprocidade e retorno com este pronome se; e assim para o que em latim se diz “curritur”, “currebatur”, nós dizemos correm, corriam, ou corre-se (*córrese*), corria-se (*corriase*); e assim para todo o restante da conjugação. A passiva é suprida por este verbo sou (*soy*), és (*eres*) e o particípio do tempo passado da mesma passiva; assim como faz o latim nos tempos em que faltam a mesma passiva; assim que para o que o latim diz “amor”, “amabar”, “amabor”, nós dizemos: eu sou amado, eu era amado, eu serei amado, por rodeio (*rodeo*) deste verbo sou, és, e deste particípio amado; e assim de todos os outros tempos. (NEBRIJA, 2006, p. 81-82)

A sintaxe de Nebrija se aproxima da sintaxe de Prisciano e discute rapidamente questões de ordem dos elementos, concordância e regência. O interessante é que no livro que trata de sintaxe (Livro V), Nebrija acrescenta informações sobre barbarismos, solecismos e figuras de linguagem, na melhor tradição das *artes grammaticae* latinas.

Depois do aparecimento da gramática de Nebrija começaram a surgir gramáticas para outras línguas românicas.<sup>144</sup>

144 Não tenho a pretensão de fazer uma história mais ampla das gramáticas renascentistas: meu foco são as gramáticas do português. Mas não posso deixar de dizer que, entre a gramática de Nebrija e as duas gramáticas do português que veremos a seguir, apareceram gramáticas de outras línguas românicas. Alexandre Barclay, mais conhecido como poeta, publicou *Introductory to write and to pronounce Frenche* (1521) e John Palsgrave publicou *L'esclaircissement de la langue*



A *Gramática sobre la lengua castellana* de Nebrija foi influência determinante nas primeiras gramáticas da língua portuguesa. Em 1536 aparece a *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira (1507-1581) e, em 1540, aparece a *Gramática da língua portuguesa* de João de Barros (1496-1570), ambas publicadas em Lisboa.

## As gramáticas do português de Fernão de Oliveira e de João de Barros

Antes de entrarmos no estudo mais detalhado dessas gramáticas, cumpre notar que o século XVI vê aparecerem, em Portugal, além das gramáticas de Fernão de Oliveira e de João de Barros, dois outros trabalhos importantes: as *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*, de Pero Magalhães de Gândavo, publicada em 1574, e a *Ortografia e origem da língua portuguesa*, de Duarte Nunes de Leão, publicada em 1576. Como demonstram os títulos, os trabalhos de Gândavo e de Nunes de Leão são dedicados à ortografia e seus autores são mais conhecidos, então, como *ortógrafos* e não como gramáticos. A existência dessas obras se deve à mesma razão que apontamos acima quando falamos da ortografia de Nebrija: a necessária adaptação do alfabeto latino às novas línguas.

A gramática de Fernão de Oliveira é, na maior parte, dedicada à análise fonético/fonológica da língua portuguesa. Juntamente com a apresentação de um sistema ortográfico (que curiosamente não é empregado na própria gramática que o sugere<sup>145</sup>), é feita uma análise minuciosa da pronúncia de cada

*françoise* (1530). Curiosamente, dois ingleses – que escreveram em inglês (apesar do título, o trabalho de Palsgrave foi escrito em inglês) e que publicaram seus trabalhos na Inglaterra – escreveram gramáticas do francês. A primeira gramática do francês, escrita por um francês e publicada em Paris, foi *In linguam Gallicam isagoge* (1531), de Jacobi Sylvi, curiosamente escrita em latim. O caso do italiano é mais complicado, já que a questão de qual seria a “língua” a ser gramatizada estava presente: já há gramáticas do toscano desde o século XV (Leon Battista Alberti escreveu em 1440 uma gramática do toscano que não foi publicada. Apenas no século XIX foi (re)encontrada e seu manuscrito está guardado no Vaticano.) Há certo consenso de que as primeiras gramáticas publicadas na Itália seriam: *Prose nelle quali si ragiona dela volgar lingua* de Pietro Bembo (1525) e a *Grammatichetta* de Gian-Giorgio Trissino (1529).

145 Não importa que sistemas ortográficos os gramáticos idealizassem, os textos eram impressos com os tipos móveis de que os impressores dispunham – os tipos adequados para a impressão de textos em latim. De certa forma, foram os impressores quem estabeleceram os sistemas ortográficos das línguas românicas e os tornaram muito parecidos com o sistema latino. Agradeço essa informação a Maria Carlota Rosa.

“letra”. Há alguns poucos capítulos dedicados ao léxico e praticamente nada sobre a sintaxe. Oliveira afirma que está escrevendo outro livro em que tratará com mais detalhes o que falta nesta sua gramática (livro que, ao que se sabe, nunca foi escrito)<sup>146</sup>.

A gramática de João de Barros é mais completa. Há dois capítulos dedicados à fonética: um sobre as letras e outro sobre a sílaba; há cinquenta e oito capítulos dedicados à morfologia; e onze capítulos dedicados à sintaxe. No final da gramática, há nove capítulos sobre a ortografia.

Há, entre os estudiosos, um debate sobre as qualidades e defeitos das duas primeiras gramáticas do português. Muitos acham que a gramática de Fernão de Oliveira é original, enquanto João de Barros é submisso ao modelo gramatical latino. Creio que vale a pena pensar um pouco sobre isso.

O projeto de Fernão de Oliveira, aparentemente, não é um projeto pedagógico, no sentido estrito do termo. A postura de Oliveira tem mais a ver com uma política do idioma (e sua obra tem parcialmente uma vocação de manual para ensino de português para estrangeiros) do que, propriamente, com o ensino de (gramática do) português para lusitanos. O projeto de João de Barros, ao contrário, é clara e explicitamente pedagógico: João de Barros quer ensinar gramática para as crianças lusitanas. Podemos ver isso em algumas passagens em que as posições contrárias se revelam. Começamos com Fernão de Oliveira.

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a glória da terra em que florem, porque Grécia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando se-nhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a elles sojeitas aprender suas línguas, e em ellas escreviam muitas boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par’ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso.

Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tivera toda sua valia e preço. (OLIVEIRA, 2007, p. 86, sublinhado nosso)

146 Sobre a Gramática de Fernão de Oliveira, ver Abaurre, Pfeiffer e Avelar (2009). O livro recolhe trabalhos apresentados em evento ocorrido no ano de 2007 em comemoração aos 500 anos de nascimento do autor.

Por este trecho, podemos supor que o projeto de Oliveira era o de levar a outros povos a língua e a cultura portuguesas (um projeto “imperialista”, portanto). A estratégia de Oliveira para tornar a língua portuguesa digna de receber uma gramática não é apontar coincidências descritivas com o latim, como faz João de Barros, por exemplo, mas mostrar que o povo português encontra-se numa posição de poder equivalente à de Roma (senhores da Guiné, como os romanos foram senhores de Portugal) e que, portanto, a atitude a ser assumida deve ser, também, equivalente. Para ele, não importa que o português seja parecido ou não com o latim (ele, aliás, mostra a cada momento – num procedimento descritivo digno dos maiores louvores – que o português não é o latim), importa que o povo lusitano esteja numa posição de poder tal como Roma já esteve.

João de Barros, ao contrário, abre sua *Gramática* com as seguintes palavras:

Em a cartinha passada, démos árte pera os mininos facilmente aprenderem a ler, com toda a diversidade de sílabas que a natureza de nossa linguagem padéce. E assi lhe[s] apresentámos os preceitos da lei e os mandamentos da Santa Mãre Igreja, com o tratado da Missa, em as quáis cousas convém serem eles doutrinados porque, como diz San Bernardo, non é cousa menos piadosa ensinár o ânimo com sapiência que dár mantimento ao corpo. Fica agóra darmos os preceitos da nossa Gramática, de cujo título intitulamos a cartinha, como fundamento e primeiros elementos da Gramática. E, por que os mininos das escólas de ler e escrever, tomáram a outra parte e nam ésta, por ser o primeiro leite de sua criaçam, parece-nos que ficáva ésta sem fundamento, nam declarando aos que virem ésta sómente que na primeira é o princípio, onde está dedicáda ao príncipe, nosso senhor. (BARROS, 1971, p. 292)

Nesta introdução, João de Barros está mostrando que sua Gramática se integra à *Cartinha* (“cartilha de alfabetização”), numa espécie de “pacote pedagógico” destinado à instrução das crianças portuguesas. Na verdade, a *Gramática* é parte de um conjunto de textos pedagógicos que inclui, além da *Cartinha*, dois diálogos: o *Diálogo em louvor de nossa linguagem* e o *Diálogo da viciosa vergonha*. Com esse conjunto de obras, Barros pretendia cobrir a educação linguística (e moral) das crianças lusitanas.

Assim, os objetivos de Barros e de Oliveira eram distintos e a forma de suas gramáticas sofre consequências dessas escolhas iniciais. A comparação entre as

duas gramáticas fica prejudicada se não tivermos consciência da distância ideológica que as separa e se não levarmos em conta as perspectivas divergentes.

A *Gramática* de João de Barros (na verdade, o seu “pacote pedagógico”) tem ainda outra característica. Assim como Nebrija – em quem se apoia fortemente –, João de Barros assumia que o aprendizado da gramática do latim envolvia duas dificuldades para os meninos portugueses: uma primeira dificuldade era a língua (que já não era falada em casa pelos meninos lusitanos) e a outra era o sistema gramatical (termos, conceitos, procedimentos analíticos etc.). Ora, se os meninos fossem, inicialmente, submetidos ao estudo da gramática portuguesa, enfrentariam apenas uma dificuldade (o sistema gramatical, já que a língua era conhecida); no passo seguinte, aprenderiam o latim já sabendo a gramática. A existência de uma gramática do português fazia parte, então, de uma estratégia pedagógica com vistas ao conhecimento do latim e de sua gramática (que era ainda a língua de cultura e permaneceria assim até o século XVIII). Esta estratégia pedagógica está explicitada por João de Barros no seguinte trecho do *Diálogo em louvor de nossa linguagem*:

P<ÁI> — Certo é que nam [h]á i glória que se póssa comparár a quando os mininos etíopas, persianos, indos, d’aquém e d’além do Ganges, em suas próprias térras, na força de seus templos e pagódes, onde nunca se ouviu o nome romano, per ésta nóssa árte aprenderem a nóssa linguágem, com que póssam ser doutrinádos em os preçeitos da nóssa fé, que néla vam escritos.

F<ILHO> — Pois quanto ao proveito dos próprios portugueses, eu e ô que for espermentádo ô póde julgar, cá, se nam soubera da gramática portuguesa, ô que me vossa mercê insinou, paréçe-me que em quatro anos soubéa da latina pouco, e déla muito menos. Mas, com saber a portuguesa, fiquei alumiádo em ambas, ô que nam fará quem soubér a latina.

P<ÁI> — Eu quéro confirmár essa tua verdáde, com testemunho dô que já vi em algũas escólas da gramática latina. Por os méstres nam saberem as régras da nóssa, lhe[s] era tam dificultoso achár as matérias da latina, que tinham cartipáçios de latins em linguágem, por onde ôs dávam aos moços, como frácos prègadores, sermonários pera todo o ano.

F<ILHO> — Nam se poderia insinár ésta gramática portuguesa aos mininos, na escola de ler e escrever, pois é tam leve de tomar, e daí iriam já gramáticos pera a latina?

(BARROS, 1971, p. 405-406, sublinhados nossos)

Como se pode ver, para João de Barros, a função da gramática era a de tornar “gramáticos” os meninos lusitanos, antes de tomarem contato com a gramática latina, e de servir de apoio aos professores de latim que, por não saberem a gramática do português, encontravam dificuldades para ensinar o latim. Da mesma forma, a gramática do português poderia servir para o ensino dessa língua a outros povos (persas, etíopes etc.) que, aparentemente, no entender de Barros, não precisariam aprender o latim<sup>147</sup>.

Obviamente, essa estratégia pedagógica só teria resultado se a gramática do português fosse construída à imagem e semelhança da gramática do latim. E é isso que João de Barros faz: escreve uma gramática do português que reproduz, até onde é possível (e às vezes até onde não seria mais possível), a gramática latina, reconhecendo no português praticamente todos os fenômenos identificados no latim pelas gramáticas latinas.

Considerando o projeto pedagógico de João de Barros, a acusação que lhe é feita de falta de originalidade e de submissão ao modelo gramatical latino não passa de rematada bobagem.

Creio que há, ainda, mais um ponto a destacar quanto à natureza das gramáticas renascentistas: o desprezo pelas teorias gramaticais da Baixa Idade Média (a gramática especulativa, em particular).

Se o homem renascentista fixava o olhar na cultura clássica greco-romana e considerava os cerca de mil anos que o separavam do fim da civilização romana do Ocidente como uma “idade de trevas”, o que mais se poderia esperar senão o retorno triunfante dos *auctores* e o esquecimento das *artes*, conforme a alegoria (*A batalha das sete artes*) que citamos acima?

As gramáticas renascentistas foram particularmente exemplares na tarefa de “enterrar” o pensamento especulativo e de retomar o espírito descritivo-normativo das gramáticas latinas (particularmente, Donato e Prisciano).

João de Barros é explícito com relação a isso:

147 Tanto Fernão de Oliveira quanto João de Barros revelam um projeto “imperialista” que, certamente, se devia ao “clima de opinião” da época, que movia a sociedade portuguesa quinhentista às grandes navegações, não só pela conquista de riquezas (provavelmente, a razão de maior peso) mas também pela difusão “civilizadora” da cultura europeia e da religião cristã. Considerando que Fernão de Oliveira foi, também, preceptor dos filhos de João de Barros e que, portanto, os dois eram relativamente próximos, não se pode afastar a possibilidade de que tenham eventualmente trocado ideias entre si.

Gramática é vocábulo grego: quer dizer ciência de letras. E, segundo a definição que lhe os gramáticos deram, é um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos. (BARROS, 1971, p. 293, sublinhado nosso).

Na falta de uma literatura canônica para a língua portuguesa emergente, João de Barros vai achar sua “norma” na fala da elite. Em outras palavras, a língua descrita por João de Barros, a língua “correta”, é a língua dos “barões doutos”, sucedâneo dos clássicos latinos ou de Homero.

E, porque a máis pequena destas partes é a letra, donde se totalas dições compõem, vejamos primeiro dela e desi das outras três, nam segundo convém à ordem da Gramática especulativa, mas como requere a preceitiva, usando dos termos da Gramática latina cujos filhos nós somos, por nam degenerár dela. (BARROS, 1971, p. 294, sublinhado nosso)

João de Barros é explícito na recusa da gramática especulativa e na adoção da gramática normativa (*preceitiva*) clássica. Ou seja, antes de ser uma gramática descritiva (“científica”), a gramática de João de Barros pretende ser uma gramática normativa, cujo destino é registrar as formas de uma língua particularmente “correta”. João de Barros é explícito também quanto à utilização da terminologia (e do sistema conceitual associado a ela) consagrada pela gramática latina.

Vejamos cada uma dessas duas gramáticas com mais detalhes.

## A Grammatica da linguagem portuguesa de *Fernão de Oliveira*

Como já dissemos acima, quase a metade da gramática é dedicada à fonética e à ortografia (24 dos 50 capítulos).

Oliveira começa dizendo que “letra é figura de voz” e que podemos chamar as letras de *sinaes* (diferentemente dos gregos, que as chamavam de “caracteres”, e dos latinos, que as chamavam de “notas”<sup>148</sup>). Diz ainda que as letras podem ser divididas em *consoantes* e *vogais*. Consoantes e vogais são assim definidos: “As vogaes têm em si voz; e as consoantes não, senão junto com as

148 Termo que permaneceu usado para as “letras” da escala musical (inclusive com a ambiguidade entre o som [a voz] e o sinal que a registra [a figura, a nota]).

vogaes. Como *a*, que é vogal; e *b*, que é consoante e não tem voz, ao menos tão perfeita como a vogal” (OLIVEIRA, 2007, p. 89)<sup>149</sup>.

Antes de seguir adiante, cabe uma observação, mais geral, sobre uma afirmação frequente de que “os antigos” não distinguiam letras de sons. Fernão de Oliveira é exemplo claro de que essas afirmações são falsas. O que acontecia era que sons e letras (fala e escrita) eram entendidos como as duas faces de um mesmo fenômeno, mais abstrato, que tanto podia ser chamado de letra como de som. Eugênio Coseriu reconhece isso, dizendo:

Na realidade, não se trata de uma ‘não distinção’ nem de uma confusão mas de um nível de abstração mais alto: *littera* é, a rigor, na linguística mais antiga, a unidade fônica, na medida em que pode ser representada por uma letra e, ao contrário, a unidade gráfica, na medida em que corresponde a uma determinada unidade fônica de uma língua, quer dizer, um conceito universal para som + letra (ou seja, fonema + grafema). (COSERIU, 1991, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 34, nota 17)<sup>150</sup>

Para Oliveira, as letras latinas não são completamente adequadas ao registro escrito do português, uma vez que “há hi muita diferença nas letras, porque também a temos nas vozes” (OLIVEIRA, 2007, p. 90). Sua preocupação, no entanto, não é a de substituir o alfabeto latino por algum outro alfabeto mais adequado, mas de ver como podemos usar as letras latinas, no que for possível, e ajustar as diferenças. Em suas palavras:

E agora, quando a cada vogal quasi muda a sua voz, não diremos logo que temos as mesmas letras, nem tantas como os latinos; mas temos tantas figuras com’elles e quasi as mesmas ou imitação dellas. E contudo não deixa d’haver falta nesta parte porque as nossas vozes requerem que tenhamos trinta e duas ou trinta e três letras, como se mostrará adiante. (OLIVEIRA, 2007, p. 90)

149 Todas as citações da gramática de Fernão de Oliveira serão feitas a partir de Oliveira (2007), edição crítica, semidiplomática e anastática de Amadeu Torres e Carlos Assunção. As páginas indicadas serão sempre da edição crítica.

150 O texto de Coseriu foi escrito em alemão em 1975. Traduzido para o português por Maria Christina da Motta Maia, foi publicado no Rio de Janeiro em 1991 (ver COSERIU, 1991). O texto traduzido foi recolhido em Oliveira (2007, p. 29-60). As páginas citadas são referentes a essa última recolha.

Para estabelecer, então, as vozes da língua portuguesa e para propor um alfabeto que as represente adequadamente, Oliveira parte para um estudo – detalhado – da “melodia da nossa língua”. Um estudo que toma todas as vozes do português, cada uma por si, “vendo em ellas quantos diversos movimentos faz a boca com também diversidade do som, e em que parte da boca se faz cada movimento, porque nisto se pode discutir mais destintamente o proprio de cada lingua” (OLIVEIRA, 2007, p. 91). Ou seja, Oliveira parte de um minucioso estudo de fonética articulatória.

Obviamente, sem exemplos de estudos anteriores e sem instrumental – teórico e “tecnológico” – para realizar a tarefa, a fonética articulatória de Oliveira nos parecerá, hoje, muito primitiva (quase “folclórica”).

Vejamos inicialmente a distinção que Oliveira faz entre *vogais grandes* e *vogais pequenas*. Em suas palavras:

Na nossa lingua podemos dividir; antes é necessario que dividamos, as letras vogaes em grandes e pequenas, como os gregos, mas não já todas, porque é verdade que temos *a* grande e *α* pequeno, e *ε* grande e *e* pequeno, e também *ω* grande e *o* pequeno. Mas não temos assi diversidade em *i* nem *u*. Temos *a* grande como *Almada* e *α* pequeno como *alemanha*; temos *ε* grande como *fEsta* e *e* pequeno como *festo*; e temos *ω* grande como *fermωsos* e *o* pequeno como *fermoso*. E conhecendo esta verdade havemos de confessar que temos oito vogaes na nossa lingua, mas não temos mais de cinco figuras, porque não queremos saber mais de nós que quanto nos ensinam os latinos, aos quaes diz Plinio que é pouco saber escoldrinhar as cousas alheas não nos entendendo a nós mesmos. (OLIVEIRA, 2007, p. 91, sublinhado nosso)<sup>151</sup>

Segundo Maria Bernadete Abaurre (2009, p. 62), a escolha dos termos “grande” e “pequeno” para caracterizar a distinção entre vogais [+baixas] e [-baixas] seria motivada “pela percepção dessa diferença, por Fernão de Oliveira, como sendo de quantidade (breve/longo)”<sup>152</sup>.

151 Este trecho reproduz o que se lê na edição crítica da gramática de Fernão de Oliveira. Na edição semi-diplomática, o trecho grifado é “Temos a grãde como almada e α pequeno como alemanha”. Na edição anastática, no entanto, o termo “almada” é escrito com as duas primeiras vogais grandes e apenas a terceira como pequena. Ou seja, segundo a edição anastática, a palavra “almada” deveria ter sido transcrita como *almada*.

152 Deve-se levar em conta que a distinção breve/longo era relevante (era *fonológica*) em latim.



Abaurre continua:

Ao propor que a distinção deve se aplicar também ao /a/, Fernão de Oliveira leva em conta um critério distribucional. Para ele, as vogais *a* e *α* ocorrem no mesmo ambiente (diante de /l/, nos exemplos dados), não sendo, portanto, previsíveis, segundo ele, a partir do contexto de ocorrência. O autor deixa de considerar, no entanto, a posição da lateral ora em coda (*Almada*), ora em ataque silábico (*alemanha*), e também deixa de observar que a vogal ocorre em final átono, no segundo exemplo por ele oferecido.<sup>153</sup> (ABAURRE, 2009, p. 63)

Parece claro que o raciocínio de Fernão de Oliveira é fonológico, *avant la lettre*, como afirma Abaurre. E o próprio gramático justifica essa conclusão ao dizer o seguinte<sup>154</sup>:

E isto porque nos não podemos salvar com os latinos dizendo que a consoante ou consoantes e letras que vão adiante fazem grande ou pequena a letra vogal que fica; mas vemos que com hũa mesmas letras soa hũa vogal grande às vezes e às vezes pequena, segundo o costume quis e não mais. (OLIVEIRA, 2007, p. 92)

Fernão de Oliveira apresenta todas as vogais juntamente com suas “figuras”, isto é, faz acompanhar a descrição das vozes de uma descrição dos *sinaes* que as representam. Um exemplo:

Esta letra *e* pequeno tem figura de arco de besta com a polgueira de cima de todo em si dobrada, ainda que não amassada; a sua voz não abre já tanto a boca e descobre mais os dentes. A figura do *ε* grande parece hũa boca bem aberta com sua lingua no meio; e tão-pouco não tem outra diferença da força do *e* pequeno, senão quanto enforma mais seu espírito. (OLIVEIRA, 2007, p. 95)

As consoantes começam a ser apresentadas no capítulo XIII, que se intitula “Do modo de pronunciar as consoantes”. Oliveira ainda vai apresentar a

153 E também no primeiro exemplo, se considerarmos que na edição anastática a transcrição deveria ser *almada* (ver nota 152, acima).

154 O trecho também é citado por Abaurre.

pronúncia de consoantes (que trazem questões especiais quando comparadas ao latim) nos próximos três capítulos. Sua forma de apresentação é bastante divertida e revela intenções didáticas. Vamos a um pequeno exemplo:

Pronuncia-se a letra *b* antr’os beijos apertados, lançando para fora o bafo com impeto e quasi com baba.

*c* pronuncia-se dobrando a língua sobre os dentes queixais, fazendo hum certo lombo no meio dela diante do papo, quasi chegando com esse lombo da lingua ò ceo da boca e empedindo o espirito, o qual por força faça apartar a lingua e faces e quebre nos beijos com ímpeto.

[...]

A pronunção do *l* lambe as gengivas de cima com as costas da lingua achegando as bordas dela òs dentes queixais.

A pronunção do *m* muge antre os beijos apertados apanhando para dentro. (OLIVEIRA, 2007, p. 96)

Além da descrição notavelmente acurada, considerando-se os conhecimentos da época, percebe-se no texto a tentativa de repetir a letra (e a voz, durante a leitura em voz alta) o maior número de vezes possível, técnica usada extensivamente em cartilhas de alfabetização até os nossos dias<sup>155</sup>.

Mas deixemos a fonética/ortografia de Fernão de Oliveira e passemos à sua “morfologia”.

No início do capítulo XXX (“Das dições”), Fernão de Oliveira apresenta sua definição de palavra (“Dição, vocabolo ou palavra, tudo quer dizer hũa cousa”):

E podemos assi dar sua definição: palavra é voz que sinifica cousa ou auto ou modo, cousa como artigo e nome, auto como verbo, modo como qualquer outra parte da oração, as quaes como sinificam e que cousas, autos ou modos são estes que sinificam di-lo-emos em outra parte onde falaremos das partes da oração. (OLIVEIRA, 2007, p. 118)

É muito interessante a “classificação” que Oliveira faz das *dições*, segundo cinco critérios<sup>156</sup>:

155 As sequências *b* [...] *baba*, *l* [...] *lambe* e *m* [...] *muge*, trazem à nossa lembrança cartilhas do tipo “Eva viu a uva” e “A ema comeu a lima”.

156 Mais detalhes podem ser obtidos em Coseriu (1991, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 45 e seguintes). Baseio-me aqui, fortemente, em Coseriu.

Por um critério etimológico, Oliveira distingue: palavras *nossas*, *alheias* e *comuns*. As palavras *nossas* são próprias da língua portuguesa, “naceram antre nós” (incluem-se nessa classe as palavras primitivas próprias e as criadas por derivação ou composição); As palavras *alheias* são os empréstimos reconhecíveis e as palavras estrangeiras em uso; e as palavras *comuns* são “aquellas que em muitas línguas servem igualmente; e o tempo em que se mudaram d’hũa lingua para outra fica tão longe de nós, que não podemos facilmente saber de qual para qual lingua se mudaram” (OLIVEIRA, 2007, p.123).

Por um critério diacrônico, associado a um critério de uso corrente, Oliveira distingue: palavras *velhas*, palavras *novas* e palavras *usadas*. Respectivamente, seriam os arcaísmos, os neologismos e as palavras de uso corrente.

Por um critério semântico, Oliveira distingue: palavras *próprias* e palavras *mudadas*. As *próprias* seriam as palavras de significado não-metafórico e as *mudadas* teriam sentido metafórico.

Por um critério morfológico derivacional, Oliveira distingue: palavras *primeiras* de palavras *tiradas*. As *primeiras* seriam primitivas e as *tiradas* seriam derivadas.

Finalmente, por um critério morfológico composicional, Oliveira distingue: palavras *apartadas* de palavras *juntas*. As *apartadas* são as palavras simples (“a que os latinos chamam simprezes ou singelas”, OLIVEIRA, 2007, p. 124), “aquellas cujas partes não podem ser dições inteiras, mas dividem-se somente em sillabas e letras” (OLIVEIRA, 2007, p. 124). As palavras *juntas*, por outro lado, seriam as palavras compostas.

O processo de composição é, inicialmente, apresentado em termos de autonomia dos elementos – o exemplo de Oliveira para as palavras compostas é *contrafazer*, que pode ser dividido em *contra* + *fazer*, e que tem os elementos da composição como “dições inteiras”. Mas diante de casos como *refazer* e *desfazer*, cujos elementos *re* e *des* não são “dições inteiras”, Oliveira tem que lançar mão do expediente de considerar que esses elementos da composição são originalmente “palavras virtuais”.

Alghũas partes ou vozes temos na nossa lingua, as quaes são partes por si mas não sinificam cousa alghũa, e portanto não lhe chamaremos partes da oração ou da lingua, como são o nome e verbo e outras. Mas todavia fazem ajuntamento ou composição, porque de seu nacimiento ellas são apartadas, mas têm por officio servir sem-

pre em ajuntamento e nunca as achamos fora delle. E são estas as partes *re, es e des*, as quaes se ajuntam assi: *revender, estorvar, desconcertar*. E porém, em que não sinifiquem apartadas por si, fazem sinificar as dições com que se ajuntam mais ou menos em contraio. (OLIVEIRA, 2007, p. 125-126).

## Segundo Coseriu,

O critério finalmente alcançado por Oliveira é, portanto, a ‘analisabilidade’ segmental da significação lexical, isto é, a possibilidade de se atribuir significação lexical aos segmentos de uma forma, que podem por isso ser considerados como componentes da significação lexical da forma inteira. Esta possibilidade de análise evidencia-se na língua através de equações proporcionais como con-chegar/con-juntar, re-fazer/des-fazer, nelh-ures/alg-ures, independentemente do facto de os elementos ocorrerem ou não isolados, como palavras autônomas. (COSERIU, 1991, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 49)

Ainda segundo Coseriu, essa “teoria” da composição de palavras de Oliveira é a primeira que conhecemos na história da linguística românica.

Ao tratar das partes do discurso, Fernão de Oliveira vai tratar dos artigos, dos nomes, dos pronomes e dos verbos, sempre muito rapidamente<sup>157</sup>.

No caso dos nomes, é interessante notar que Oliveira lhes dedica dois capítulos: um – o capítulo XLIV – vai tratar mais especificamente do gênero, enquanto o outro – capítulo XLV – vai tratar do número. Nos dois casos, sua preocupação está mais *na forma* em que se marca o gênero e o número do que em sua significação. Oliveira tenta associar o gênero e o número à presença/ausência de certas terminações, dizendo coisas como:

[As palavras terminadas] Em **az** são masculinos, como *rapaz, cabaz*. E em **ez** com **e** grande, como *enxedrez*, e em **ez** com **e** pequeno, como *pez*, também são masculinos. Mas em **iz**, delles são masculinos, como *juiz, almofariz*, e delles femininos, como *boiz, raiz, perdiz*. (OLIVEIRA, 2007, p. 144)

157 A abordagem das partes do discurso de Fernão de Oliveira é tão rápida que ficamos sem saber quais são as partes que ele reconhece. Supondo que sejam as mesmas da gramática latina, ele nada diz sobre participípios, preposições, conjunções e interjeições.

Considerando o grande número de terminações possíveis para cada gênero e a impossibilidade de associar, de forma clara, terminações a gêneros (e a números), Oliveira conclui que

Porque era longo compreender tanta variedade de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quaes sempre ou as mais vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os generos desses nomes. (OLIVEIRA, 2007, p. 145)

É notável, ainda, a clareza de Oliveira quanto às limitações de seu trabalho – e de seus interesses. No final do capítulo em que são tratados os gêneros dos nomes, encontramos o seguinte:

Não dixemos aqui quantos nem quaes eram os generos dos nomes, nem tão-pouco que cousa é nome, como também fizemos aos artigos e faremos nos verbos, porque do intento desta parte da grammatica que agora tratamos não é mais que só dar noticia das vozes, e não difinções ou determinadas declarações das cousas. (OLIVEIRA, 2007, p. 145)

Ou seja, mesmo quando trata das partes da oração, Fernão de Oliveira age principalmente como um fonólogo (que dá notícias das vozes).

Sobre o número, ele diz:

Visto como variam os nomes seus plurais podemos dizer que temos quatro declinações, como em a saber: a primeira, que somente acrescenta letra, como *moço, moços*; e a segunda, que acrescenta syllaba, como *pavês, paveses*; a terceira muda letra, como *animal, animais*; e a quarta também muda syllaba, como *almeirão, almeirões*. (OLIVEIRA, 2007, p. 148)

Merece destaque também a clareza de Fernão de Oliveira sobre a mudança linguística, a existência de dialetos no português, já naquela época, e a existência de jargões.

Sua análise dos plurais dos nomes terminados com o ditongo nasal *ão*, fundamentada na diacronia, é exemplar:

Mas porque dixemos que os nomes de nações faziam no plural em ãos, *alemão* não faz assi, mas faz *alemães*, e *bretão*, *bretões*, e assi haverá outros muitos. A parte desta regra que mais compreende é dos nomes que mudam todo o ditongo, como *lição*, *lições*; *podão*, *podões*; *melão*, *melões*. Estes nomes, posto que parecem mudar mais que nenhuns dessoutros que já dissemos, todavia, se olháremos ao singular antigo que já tiveram, não mudam tanto como agora nos parece, porque estes nomes todos, os que se acabam em *ão* ditongo, acabavam-se em *om*, como *liçôm*, *podom*, *melom*, e acrescentando *e* e *s* formavam o plural *lições*, *podões*, *melões*, como ainda agora fazem. E outro tanto podemos afirmar dos que fazem o plural em *ães*, como *pães*, *cães*, dos quais antigamente era o seu singular *pã*, *cã*, cujo testemunho aind’ agora dá Antre-Douraminho.

Outros nomes que fazem o plural em ãos, como *cidadãos*, *cortesãos*, assi tiveram sempre o seu singular acabado em *ão* como agora têm *cidadão*, *cortesão*. Estes guardam sua antiguidade em tudo, e aquelloutros só no plural, cuja mudança assi como doutras muitas cousas não estranhemos, porque também o falar tem o seu movimento, diz Marco Varrão, e muda-se quando e como quer o costume. (OLIVEIRA, 2007, p. 147, sublinhado nosso)

### Nas palavras de Coseriu:

Como Dante, mais de duzentos anos antes, e como o seu contemporâneo Bovillius, Oliveira assinala repetidamente a variedade, isto é, a diversificação interna da língua histórica. Nas suas considerações a esse respeito, Oliveira é, porém, mais completo que Dante e Bovillius e, sobretudo, muito mais preciso que este último. Não se contenta em estabelecer diferenças diacrônicas e ‘diatópicas’ (diferenças no tempo e no espaço), mas acentua também expressamente, a diversidade social do falar e da língua e chega mesmo a assinalar, pelo menos no âmbito do vocabulário, a existência de ‘línguas especiais’.<sup>158</sup> (COSERIU, 1991, *apud* OLIVEIRA, 2007, p. 59)

Enfim, o que se percebe no trabalho de Fernão de Oliveira é a presença de um investigador – talentoso – dos fenômenos linguísticos: um foneticista minucioso, um observador preciso das relações entre a língua, e suas variedades, os períodos temporais e os ambientes geográficos e sociais.

158 Carolus Bovillius ou Charles de Bovelles (1475-depois de 1566) foi um matemático e filósofo francês, que escreveu o *Liber de differentia vulgarium linguarum et gallici sermonis varietate* (“Livro sobre a diferença das línguas vulgares e a variedade da língua francesa”), publicado em 1533.

Muito mais um “cientista da linguagem” do que um pedagogo. Talvez por isso sua gramática pareça muito mais interessante para os linguistas de nossos dias do que a de João de Barros.

## A Gramática da língua portuguesa de João de Barros

Como era de se esperar, considerando seu “projeto” pedagógico, João de Barros começa sua *Gramática* com uma definição de gramática e de suas partes. Ele vai organizá-la exatamente como o fazem os gramáticos latinos:

Os quães [os latinos] pártem a sua gramática em quátro pártes: em Ortografia, que tráta de lêtera; em Prosódia, que tráta de sílaba; em Etimologia, que tráta da diçám, e em Sintáxis, a que responde a construçám. À imitaçám dos quães (por termos as suas pártes), dividimos a nóssa Gramática. (BARROS, 1971, p. 294)

É interessante notar que o estudo das letras – a Ortografia – vai tratar de “três cousas”: nome, figura e poder. Nas palavras de Barros:

Nome, porque à primeira chamam A, à segunda Bê, à terceira Çê.  
Figura, porque se escrevem désta maneira: A, B, C.  
Poder, pola valia que cada ãa tem, porque quando achamos ésta lêtera A, já sabemos que tem sua valia: e per semelhante módo podemos julgár das outras, que em número sam vinte e três, como âs dos Latinos de quem âs nós recebemos. (BARROS, 1971, p. 295)

O estudo da *lêteras*, no entanto, é feito em dois momentos na *Gramática*: há uma pequena introdução (de cerca de 40 linhas) logo no início e um estudo mais detalhado (de 21 páginas), encerrando-a.

Nessa parte final – que é intitulada “Da Ortografia” – Barros apresenta um conjunto de normas ortográficas, que vão de regras gerais, como “escrever todalas dições com tantas lêteras com quantas â[s] pronunçiamos, sem poer consoantes oçiósas”, até regras particulares para cada letra.

A função desta parte final parece ser a de apresentar uma ortografia adequada ao português. Note-se a seguinte passagem, em que trata das vogais:

E bem sei que, por ser novidade e o uso estár em contráiro, será cousa trabalhosa serem logo éstas nóvas figuras reçadas em nóssa

ortografia, mas o tempo às fará tam próprias como sam as outras de que usamos.

E paréçe cousa mui justa tratármos délas, pois a perfeição da nóssa gramática consiste em conhecermos e usarmos das lêteras que temos, as quáes sam grandes e pequenas, pois de todas usamos, senám em figura, ao menos em prolaçam, como podemos ver nos exemplos que particulàrmente daremos a cada ùa. (BARROS, 1971, p. 375)

Fica claro, no trecho citado, que Barros considera sua ortografia original e inovadora. Embora adote a posição de aproximar o mais possível a ortografia da fonética da língua, Barros reconhece que alguns casos de pronúncia (*prolaçam*) não recebem sinais (*figuras*) distintos.

Não vou me alongar no assunto, mas gostaria de apresentar a questão das vogais *grandes* e *pequenas*, que já discutimos acima quando falamos da gramática de Fernão de Oliveira<sup>159</sup>.

Começo com a apresentação que João de Barros faz das vogais portuguesas:

Os Latinos, de quem às nós reçebemos, tem sòmente éstas çinquo: *a*, *e*, *i*, *o*, *u*. Nós, como já vimos, temos oito: *á* (grande), *a* (pequeno), *é* (grande), *e* (pequeno), *i* (comum), *ó* (grande), *o* (pequeno), *u* (comum). (BARROS, 1971, p. 374)

A análise fonética que está por trás desse inventário de vogais é idêntica à de Fernão de Oliveira, mas a solução gráfica é completamente distinta: em vez de propor novos sinais gráficos – como Oliveira – Barros vai usar diacríticos. Assim, as vogais grandes (abertas) receberão um “acento agudo” e as vogais pequenas (fechadas) mantêm-se não acentuadas (embora, por vezes, Barros as acentue com um circunflexo)<sup>160</sup>.

Note-se que vogais abertas (grandes), em casos de derivação, como *sòmente* ou *particulàrmente*, por exemplo, por não estarem em posição tônica, recebem, por vezes, um “acento grave”.

159 Maria Leonor Carvalhão Buescu, afirma que o uso dos termos “grande” e “pequeno” se deve à influência de gramáticos italianos – como Angelo Claudio Tolomei (1492-1556) e Benedetto Varchi (1503-1565) – que também usam esses termos (cf. BARROS, 1971, p. 374, nota 2).

160 A “convenção” só é parcialmente seguida na gramática. Os acentos são usados também para indicar a sílaba tônica das palavras – como em *número* ou *sílaba*, em que não há vogais grandes ou pequenas nas sílabas tônicas.



Passando à parte que Barros denomina “Prosódia” (que trata da sílaba), vemos que ele reconhece que a sílaba “tem três açidentes: número de letras; espaço de tempo; acento alto ou baixo”.

Na abordagem do primeiro “acidente”, ele estabelece os padrões silábicos do português (sílabas CV<sup>161</sup>, CCV e CCVC). Os exemplos usados são as sílabas da palavra *livro*, que tem uma sílaba CV (*li*) e outra CCV (*vro*), e de seu plural, cuja segunda sílaba seria CCVC (*vros*). Ele ignora outras possibilidades de estrutura silábica, mas o que acontece, de fato, é que sua noção de sílaba é restritiva. Para Barros, a sílaba deve combinar consoante(s) e vogal: “E porque às vezes ãa só letra vogal serve de sílaba, pròpriamente a ésta tál nam chamaremos sílaba mas àquela que for compòsta de vogal e consoante” (BARROS, 1971, p. 297). Mesmo assim, nada encontramos sobre as sílabas com padrão VC – como em “as”.

O segundo “acidente”, o espaço de tempo, tem a ver com sílabas “curtas” e “longas”. Embora ele diga que latinos e gregos “sentem milhór o tempo das sílabas [...] do que ô nós sentimos” e que, portanto, esse “acidente” tem a ver com a quantidade (ou duração) que se transforma em tonicidade em português, o exemplo usado deixa algumas dúvidas sobre o que ele estaria pensando. Seu exemplo é *Bárbara* e ele diz que a primeira sílaba, *Bár*, é longa enquanto as outras duas, *bo* e *ra*, são breves. Estaria Barros levando em conta o fato de que a sílaba *Bár* é longa porque é travada (de estrutura CVC)? Ou por que é tônica, enquanto as outras duas são átonas?

Aparentemente, a tonicidade (que opõe sílabas fortes a sílabas fracas) é o terceiro “acidente”, que ele trata como a oposição entre *alto* e *baixo*. Trata-se, obviamente, de oposição de volume (forte e fraco) e não de frequência (agudo e grave), embora o trecho abaixo, por fazer uma associação com a música, permita pensar em frequência.

O terceiro açidente da sílaba, é canto alto ou baixo, porque como os músicos levantam e abaixam a voz cantando, assi nós temos a mesma ordem, como nésta diçam *lemos* que na primeira sílaba levantamos e na segunda abaixamos. (BARROS, 1971, p. 297-298)

A terceira parte da gramática – A Etimologia – trata das palavras (*dições*). Barros, de saída, diz que não vai se preocupar com o estabelecimento das ori-

161 C = consoante; V = vogal.

gens das palavras do português (“questões sem fruto”) e que basta saber que temos palavras latinas, árabes e de outras nações “que conquistámos e com quem tivémos comércio”. E passa direto à análise de cada uma das partes da oração.

É interessante notar que João de Barros reconhece exatamente as mesmas partes da oração reconhecidas pelas gramáticas latinas (com o acréscimo dos artigos), como era de se esperar. Sua apresentação das classes de palavras, no entanto, é bem curiosa:

E como pera o jogo de enxedrez se requérem dous reies, um de ùa cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leis do que cada ùa déve fazer (segundo o ofício que lhe foi dádo): assi todalas linguágens tem dous reies, diferentes em género, e concórdes em ofício: a um chamam Nome e ao outro Vérbo. Cada um destes reies tem sua dama: â do Nome chamam Pronome e à do Vérbo, Avérbio. Particípio, Artigo, Conjunçám, Interjeçám, sam peças e capitães prinçipais que debaixo de sua jurdiçám tem muita pionágem de dições, com que comumente sérvem a estes dous poderosos reies, Nome e Vérbo. Assi que podemos daqui entender ser a nóssa linguágem compósta destas nóve pártes: Artigo – que é próprio dos Gregos e Hebreus –, Nome, Pronome, Vérbo, Advérbio, Particípio, Conjunçám, Preposiçám, Interjeçám que tem os latinos.<sup>162</sup> (BARROS, 1971, p. 293-294)

Como podemos ver, Barros reconhece nove partes da oração: *nome, artigo, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição*. Neste aspecto, então, Barros se afasta de Nebrija, que reconhecia dez partes.<sup>163</sup>

A primeira parte da oração apresentada é o *nome*, definido de forma notavelmente semelhante à que encontramos na *Téchnē* de Dionísio Trácio (e na gramática de Nebrija):

Nome (segundo a difinçám dos gramáticos) é aquele que se declina per cásos sem tempo, significando sempre algũa cousa que tenha

162 Note-se que João de Barros designa os advérbios uma vez como “avérbio” e outra como “advérbio” (isso acontece na edição original, de 1540). No restante da gramática, a forma usada é sempre “avérbio”.

163 Carvalhão Buescu afirma: “As partes do discurso constituíram um dos mais graves pontos de divergência entre os Gramáticos, a partir de Quintilhano. A divisão oscilava entre 8 (e 8 são as consideradas por J[oa]o de B[arros] nos *Grammatices Rudimenta*), 9 e 10 partes, segundo os autores” (BARROS, 1971, p. 294, n. 1).

corpo ou sem corpo: que tenha corpo, como hómem, páu, pédra; sem corpo, Gramática, çiência, doutrina. E cada um dos Nomes tem estes açidentes: Calidáde, Espéçia, Figura, Género, Número, Declinaçám per cásos; dos quáes açidentes vejamos particularmente. (BARROS, 1971, p. 299)

Os acidentes do nome são:

(i) *Calidáde* (qualidade), que se divide, na verdade, em três oposições: nome próprio vs. nome comum; nome substantivo vs. nome adjetivo<sup>164</sup>; e nome relativo vs. nome antecedente. Como as duas primeiras oposições são bem conhecidas, creio que cabe alguma observação sobre a terceira oposição. Nas palavras de Barros:

E chamamos relativo aquéla páрте que fáz lembrança de algum nome que fica atrás; e este tál se chama antecedente per semelhante exemplo: Os hómens que amam a verdáde fólgam de â tratár em seus negócios. Os hómens estám aqui por antecedente deste que, o quá é relativo dos hómens por fazer deles lembrança e relaçám. E, assi, a verdáde também é antecedente deste relativo – â – que fáz dela relaçám: porque, em dizer: de â tratár, digo de tratár a dita verdade.<sup>165</sup> (BARROS, 1971, p. 301-302)

É interessante, no entanto, que os relativos sejam considerados nomes, tanto por Nebrija quanto por Barros, e não pronomes, como a posteridade veio a tratar.

(ii) *Espéçia* (espécie), que é a propriedade da palavra ser primitiva ou derivada. Barros reconhece oito tipos de nomes derivados: patronímicos, possessivos, diminutivos, aumentativos, comparativos, denominativos, verbais e adverbiais. Sua análise é idêntica à de Prisciano, exceto pela ausência do *superlativum*, que Barros inclui nos comparativos.

164 Os adjetivos já são identificados por Dionísio Trácio como uma subclasse dos nomes. A distinção entre *nome substantivo* e *nome adjetivo*, nesses termos, só aparece na Idade Média. A distinção entre substantivos e adjetivos como partes diversas do discurso só vai ser formulada no século XVIII.

165 A gramática do castelhano de Nebrija tem uma passagem bastante semelhante. Diz Nebrija: “Podemos también llamar calidad aquello porque el relativo se distingue del antecedente. Antecedente se llama, porque se pone delante del relativo; relativo se llama, porque hace relación del antecedente, como ‘el maestro lee, el cual enseña’, ‘maestro’ es antecedente, ‘el cual’ es relativo” (NEBRIJA, 2006, p. 67).

(iii) *Figura*, que opõe palavras simples a palavras compostas. Sua abordagem é muito mais superficial e menos sofisticada que a de Fernão de Oliveira (que vimos com algum detalhe acima): seus exemplos são todos da forma “guárda-pórta, que é composto deste vérbo guardar e deste nome pórtá”. Os poucos casos em que a transparência não é absoluta são aqueles em que os elementos compostos são facilmente reconhecíveis, como *arquibanco* ou *torçicólo*.<sup>166</sup>

(iv) *Género*, “é ùa distinçám per que conheçemos o mácho da fêmea e o neutro de ambos”. Barros insiste em identificar três gêneros no português e o faz pelo recurso às significações das palavras: o critério da concordância do artigo é complementar, para ele.

Os Latinos conhecem o género dos seus nomes uns pela significacám, outros pela terminacám, dos quães fazem estes sete géneros: masculino, feminino, neutro, comum a dous, comum a três, duvidoso e confuso. Os Gregos, dádo que tenham éstas diferenças de género, conhecem-nô per artigos. Os Hebreus, per artigos e terminacám. Nós nam sòmente conhecemos o nósso género per significacám [sic], como os Latinos, mas per artigo, como os Gregos. (BARROS, 1971, p. 308)

Após apresentar regras que, de alguma forma, associam gênero a sexo, Barros termina com a seguinte regra:

Todo nome que se nam conhece per significacám e nam entra em algũa déstas régras per este artigo – o – será masculino e per este – a – será feminino, assi como: O çéo é habitacám dos anjos e a térra moráda dos homens. (BARROS, 1971, p. 309)

(v) *Número*, que “é aquéla distinçám per que apartamos um de muitos”. Além de apresentar os casos canônicos de singular e plural, Barros lista uma série de irregularidades, como nomes que só tem singular ou só plural. A mais interessante dessas irregularidades apontadas está no reconhecimento de que os nomes massivos (“cousas que tem medida e peso”), como azeite, vinho, mel, ouro etc., não têm plural.

166 Ao tratar das *figuras* do verbo, no entanto, Barros traz o seguinte exemplo: “conheço é simples; desconheço, composto, que se compôs désta diçám des e conheço” (BARROS, 1971, p. 329).

(vi) *Declinaçám per cásos*, que é a propriedade da palavra indicar sua função sintática na oração. Nos termos de Barros:

Cásos sam os termos per onde os nomes, pronomes e participios podem andár, os quáes termos, dádo que nam mudem a sustância do nome, govérnam a órder da òraçám, mediante o vérbo. E (como já disse), por sermos filhos da Língua Latina, temos tanta conformidade com éla, que convém usármos dos seus termos, prinçipalmente em cousas que tem seus próprios nomes, dos quáes nam devemos fogir. (BARROS, 1971, p. 311)

Como era de se esperar, os casos do nome português serão os mesmos da língua latina: nominativo, genitivo, dativo, acusativo, vocativo e ablativo. Barros ainda acrescenta um sétimo caso, que nomeia de *Efectivo*, e que define da seguinte maneira:

E se dissér: Eu tiro muita doutrina dos livros com meu trabálho, fica este nome trabálho – em outro caso, sétimo, a que os Latinos chamam Efectivo. Este caso se rege désta preposiçám *com*, e nele está o instrumento com que obramos algũa cousa, per o exemplo de cima. (BARROS, 1971, p. 312-313)

É interessante ainda ver como Barros separa o caso dos nomes de sua manifestação linguística. Em suas palavras: “Declinaçám, àçerca da nóssa linguágem, quér dizer variaçám, porque, quando variamos o nome de um caso ao outro *em seu artigo*, entám ô declinamos” (BARROS, 1971, p. 315, grifo nosso). Ou seja, o reconhecimento do caso de um nome deve ser feito pela análise do artigo que o acompanha. Podemos dizer que João de Barros reconhece os casos pela *regência*, ao contrário dos latinos, que os reconheciam pela *terminação*.<sup>167</sup>

Vejamos como isso é feito.

Barros identifica duas declinações em português: a dos nomes terminados em vogal e a dos nomes terminados em consoante. E as apresenta da seguinte forma:

167 Cf. Comentário de Carvalho Buescu (BARROS, 1971, p. 311, nota 1).

QUADRO 4 – DECLINAÇÕES DO PORTUGUÊS SEGUNDO JOÃO DE BARROS

Primeira declinaçám a, e, i, o, u			
Número singular		Número plurár	
Nominativo	- a rainha	Nominativo	- as rainhas
Genitivo	- da rainha	Genitivo	- das rainhas
Dativo	- à rainha	Dativo	- às rainhas
Acusativo	- a rainha	Acusativo	- as rainhas
Vocativo	- ó rainha	Vocativo	- ó rainhas
Ablativo	- da rainha	Ablativo	- das rainhas
Segunda declinaçám l, m, r, s, z			
Número singular		Número plurár	
Nominativo	- o cardeál	Nominativo	- os cardeáes
Genitivo	- do cardeál	Genitivo	- dos cardeáes
Dativo	- ao cardeál	Dativo	- aos cardeáes
Acusativo	- o cardeál	Acusativo	- os cardeáes
Vocativo	- ó cardeál	Vocativo	- ó cardeáes
Ablativo	- do cardeál	Ablativo	- dos cardeáes

Fonte: Barros (1971).

Se olharmos com atenção o quadro das declinações veremos que as diferenças de forma nos “artigos”<sup>168</sup>, que supostamente identificam os casos, ligam-se ao gênero dos nomes (*rainha*, feminino; *cardeal*, masculino) e não à terminação por vogal ou consoante. Uma palavra de gênero masculino terminada em vogal (*rei*, por exemplo) deveria ser declinada como *cardeál*. Parece que o estabelecimento de duas declinações para o português se deve à necessidade (pedagógica?) de mostrar que, como o latim, também o nome em português teria mais de uma declinação.

168 Nebrija é mais cuidadoso e preciso do que Barros (cf. NEBRIJA, 2006, p. 75). Ele diz que o nominativo é marcado “solamente con el artículo del género”, enquanto o genitivo recebe também “esta preposición ‘de’”. Para ele, o dativo e o acusativo recebem a preposição ‘a’ (obrigatória para o dativo e opcional para o acusativo) e o vocativo é antecedido “con este adverbio o, sin artículo”. Nebrija não reconhece o caso ablativo nem o caso efectivo (“redúcese a los otros cinco”) e, embora mencionado, o efectivo (o sétimo caso) simplesmente desaparece no esquema de Barros. Carvalhão Buescu (cf. BARROS, 1971, p. 321, nota 1) aponta para a confusão feita pelos gramáticos renascentistas entre artigo e preposição, o que não é de surpreender uma vez que ambos são “partículas” prepostas.

Passemos ao verbo.

Vérbo (segundo definçám de todos gramáticos) é ùa vóz ou palá-vra que demóstra obrár algũa cousa, o qual nam se declina, como o nome e pronome, per cásos, mas conjuga-se per modos e tempos, como veremos per suas conjugações.

Os Latinos pártém os seus vérbos em substantivos e ajetivos.

Dos primeiros temos este só vérbo, *sou*, ao qual chamamos sustantivo porque demóstra o ser pessoál da cousa, como quando digo: eu sou criatura raçónál.

Vérbo ajetivo podemos chamar todos outros.

Repártem máis os Latinos os seus vérbos em pessoáes e impessoáes: vérbo pessoál é aquele que tem números e pessoas. E todos eles trazem consigo estes oito açidentes: género, espécia, figura, tempo, módo, pessoa, número, conjugaçám. (BARROS, 1971, p. 325)

A primeira observação a fazer é que Barros distingue *declinação* de *conjugação*, o que não era comum à época<sup>169</sup>. Maria Leonor Carvalhão Buescu, a este respeito, nos diz o seguinte:

Prisciano afirma (VIII, 1): “Verbum est pars orationis cum temporibus et modis, sine casu” [O verbo é uma parte da oração com tempos e modos, sem casos]; tal afirmação é, porém, desvalorizada com sua definição de *Conjugação* (VIII, 93): “Conjugatio est consequens verborum declinatio” [A conjugação é consequência da declinação do verbo]. Parece isto, pois, significar que, embora os gramáticos latinos houvessem já pressentido a diferença *Conjugação-Declinação*, só os gramáticos do Renascimento viriam esclarecê-la, e entre nós João de Barros distingue perfeitamente as duas noções. (BARROS, 1971, p. 325-326, nota 1)

A segunda observação é que Barros assume a distinção clássica entre verbos substantivos e verbos adjetivos, feita pela primeira vez por Prisciano<sup>170</sup>, e presente nas gramáticas especulativas.

Dos acidentes do verbo, vamos nos ater ao tempo, modo e conjugação.

169 Nebrija, por exemplo, reproduzindo Prisciano, diz que o verbo “se declina por modos y tempos, sin casos” (NEBRIJA, 2006, p. 79).

170 Note-se que esta distinção está ausente da gramática de Nebrija.

Quanto ao *tempo*, Barros reconhece cinco tempos verbais no português (“como os Latinos”, ele destaca): *presente, passado por acabar, passado acabado, passado máis que acabádo e vindouro* (ou *futuro*).

Quanto ao *modo*, ele reconhece também cinco (como os latinos): *indicativo, imperativo, outativo, subjuntivo, infinitivo*.

O derradeiro aidente do vérbio, nésta nóssa órdem, é a conjugaçám, a qual [sic] se póde chamár discurso ou jornáda que o vérbio fáz per todas as pessoas, números, tempos e módos, assi como vimos que o nome discurria per todo los cásos e números. (BARROS, 1971, p. 331)

Barros reconhece, em português, três conjugações: *vérbos que no infinitivo acábam em ár*, *vérbos que acabám em er*, e *vérbos que acábam em ir*.

As conjugações são apresentadas em quadros, dos quais só reproduzirei um, como exemplo.

QUADRO 5 – CONJUGAÇÃO (PARCIAL) DO VERBO AMAR, SEGUNDO JOÃO DE BARROS

Módo pera demonstrar <sup>171</sup>	
Tempo Presente	
Singulár	Plurár
amo – amas – ama	amamos – amáies – amam
leo – les – le	lemos – ledes – lem
ouço – ouves – ouve	ouvimos – ouvis – ouvem
sou – és – é	somos – soes – sam

Fonte: Barros (1971, p. 332).

Barros passa pelas partes da oração, vendo cada uma delas – artigos, pronomes, advérbios, preposições, e interjeições, além dos nomes e verbos, que já vimos – não abrindo capítulos para duas: participios e conjunções.

Curiosamente, as únicas referências aos participios se dão na parte dedicada ao verbo, em que ele diz:

171 O “módo pera demonstrar” é, obviamente, o indicativo. Barros não usa nos quadros os termos que nomeiam os modos, mas termos da explicação. Ele diz, na explicação do indicativo (o “primeiro modo”): “Ao primeiro chamam indicativo, quér dizer, demonstrador, porque por ele demostramos a óbra que fazemos” (BARROS, 1971, p. 330). O modo imperativo é chamado, nas tabelas, de “módo pera mandár”; o optativo (*outativo*), de “módo pera desejár”; o subjuntivo (*subjuntivo*), de “módo d’ajuntár”; e o infinitivo de “módo infinito”.



Os verbos da primeira conjugação fazem no pretérito perfeito do modo demonstrador em *ei* e no particípio em *ádo*, como: *amo* – *amei*, *amado*.

Todo verbo da segunda conjugação faz no pretérito em *i* e no particípio em *ido*, como *leo* – *li*, *lido*. [...]

Todo verbo da terceira conjugação também faz no pretérito em *i* e no particípio em *ido*. Tiram-se desta regra alguns que fazem no particípio em *érto* como: *ábro*,  *cubro* com seus compósitos, ca dizemos: *abérto*, *cubérto*, *descubérto*, e *encubérto*.

Outros verbos temos os quães totalmente nam séguem éstas régras a que podemos chamar irreguláres, como alguns que os Latinos tem. Estes sòmente sejam por exemplo: *venho* e *ponho*, com seus compósitos, ca uns fazem no pretérito em *im* e *us* e no particípio em *indo* e *osto*, como: *venho* – *vim*, *vindo*; *ponho* – *pus*, *posto*.

Isto bástes pera conhecimento dos pretéritos e particípios em geral: venhamos às suas formações e dos outros tempos e modos. (BARROS, 1971, p. 342)

Pela leitura do trecho citado (que contém *tudo* que João de Barros escreve sobre o particípio em sua gramática) podemos ver que ele trata os particípios como formas da conjugação do verbo, e não como uma parte do discurso autônoma, embora liste o *Particípio* entre suas nove partes.

Sobre as conjunções, Barros abre um parágrafo (intitulado “Da Conjunção”) – dentro da parte da gramática que trata da *Construção* (Construção ou sintaxe) – onde diz o seguinte:

Se [h]ouvéssemos de tratár de quantas espécies i [h]á de conjunção, seria curiosidade enojosa aos ouvintes. Basta saber que temos duas conjunções mais comuns. A ã chamam copulativa, que quer dizer ajuntador, porque ajunta as partes antre si; e a outra, disjuntiva, a qual, mais propriamente, se deve chamar disjunção que conjunção, porque divide as partes. (BARROS, 1971, p. 355)

O restante do parágrafo se limita a elencar alguns exemplos de conjunção copulativa (o “e”) e de conjunção disjuntiva (o “ou”), além de dizer que para evitar repetições, as conjunções podem ser substituídas por vírgulas (coordenações assindéticas, diriam os gramáticos de hoje). Em seus termos:

E, por causa de elegância, e nam repetirmos tantas vezes a conjunção *e*, com ã só, pósta ante a derradeira parte, ajuntamos totalas

outras precedentes, entre as quâes éla fica entendida. Como: Alexandre, Çésar, Hanibál, Pompéo e Pirro foram grandes capitães. (BARROS, 1971, p. 356)

Passemos, então, à quarta parte da gramática, a *Sintáxis*, que, segundo João de Barros, trata das construções. Iniciemos com sua noção de *Construicám*.

Ésta, segundo difinçám dos gramáticos, é ùa conveniência entre pártes póstas em seus naturáes lugáres, per as quâes vimos em co-nhiçimento dos nósos conçeitos. E, bem como ao hómem é natural [sic] a fála, assi lhe é natural a conveniência déstas pártes: nome sustantivo com ajetivo, nominativo com vérbo, relativo com antecedente. (BARROS, 1971, p. 349)

Em outras palavras, João de Barros considera a “construção” como uma espécie de adequação das partes do discurso quando colocadas juntas numa expressão mais complexa.

“Duas cousas aquêcem à construicám: concordância e regimento” (BARROS, 1971, p. 350): a concordância é uma adequação entre duas partes do discurso colocadas juntas quanto ao número, ao gênero, ao caso ou à pessoa; a regência (*regimento*) é a situação em que a junção de duas palavras com número, gênero, caso ou pessoa distintos, “sòmente per ùa espeçíal natureza”, obriga a segunda palavra a estar em algum caso determinado.

Barros vai apresentar: casos de concordância de gênero, número e caso entre nomes substantivos e adjetivos; exemplos de concordância de número e pessoa entre o nominativo e o verbo; e exemplos de concordância de gênero, número e pessoa entre o relativo e o antecedente.

Ao tratar dos verbos, vai distingui-los em *peçoáes* (aqueles que têm números e pessoas) e *impeçoáes*. Os *peçoáes* ainda vão ser divididos em dois grupos: transitivos e intransitivos (que Barros denomina *neutros*).

Estes vérbos peçoáes ou pássa a sua auçám em outra cousa ou nam. Ôs que passam, chamam-lhes os Latinos transitivos, que quer dizer pa[ ]adores, como: Eu amo a çiência; a auçám do quál vérbo, amo, pássa na çiência. Estes transitivos tem divérso regimento, porque uns régem genitivo outros dativos, outros acusativo, outros dativo e acusativo. (BARROS, 1971, p. 352)

Barros ainda apresenta casos de verbos bitransitivos:

Ôs que régem genitivo ou ablativo depois do acusativo sam todolos que sinificam encher ou vazár algũa cousa como: Eu enchi a cása de trigo e vazei a bolsa de dinheiro. [...]

Outros, depois do acusativo quérem dativo como: Eu dou graças a Deos, fáço bem aos próves, empresto dinheiro a meus amigos e nam dou logro aos onzeneiros, etc. (BARROS, 1971, p. 353)

Finalmente, na melhor tradição da *ars grammatica* latina, Barros usa 12 páginas de sua gramática para falar das figuras de linguagem: barbarismos e solecismos<sup>172</sup>.

Figura, segundo difinçám de Quintiliano, é ùa fóрма de dizer per algũa árte nóva.

Éstas figuras se dividem em dous géneros, de que dependem muitas espécias.

Ao primeiro viço [*sic*] chamamos barbarismo e ao segundo solecismo. (BARROS, 1971, p. 357)

Nas 12 páginas dedicadas às figuras, Barros discorre brevemente sobre cada um dos tipos (*espécias*) de barbarismos (próstesis, aféresis, epêntesis etc.) e de solecismos (prolépsis, zeugma etc.).

## Conclusão

Creio que apresentamos um panorama razoavelmente detalhado das preocupações dos gramáticos renascentistas (embora com olhos só para os gramáticos ibéricos, e sem pretensões de exaustividade), seus modos de abordar as línguas e suas relações com os gramáticos dos períodos anteriores.

Pudemos ver que, de certa forma, o conhecimento gramatical produzido na Baixa Idade Média foi desprezado (embora não desconhecido) e que as diretrizes para o estudo das línguas foram absorvidas dos gramáticos latinos – particularmente de Prisciano.

172 Como já vimos (mas não custa repetir): *barbarismos* são “erros” de escrita (erros ortográficos) ou de pronúncia; *solecismos* são “erros” na construção das expressões complexas (orações).

Acredito que essa postura dos renascentistas – humanistas, enfim – tenha a ver com os objetivos pretendidos pelos gramáticos: o ensino das línguas vernáculas (como meio para o estudo da língua e da literatura latina – objetivo final e mais nobre). Mesmo que a gramática de Fernão de Oliveira não seja claramente pedagógica, não se pode negar, de forma absoluta, que a pretensão didática esteja ausente.

Ao lado da tentativa de manter, o mais possível, a descrição da língua vernácula próxima da descrição do latim (Prisciano como referência principal) encontramos momentos de reflexão teórica e observação empírica de alta qualidade. Antonio de Nebrija, por ser pioneiro na utilização do instrumental teórico-descritivo greco-latino no estudo de uma língua românica, teve que tomar decisões de toda ordem frente aos fatos “relutantes”: criou terminologia, reviu análises, reanalisou fenômenos e conseguiu estabelecer uma gramática para o castelhano bastante inovadora em muitos pontos. João de Barros, baseado no exemplo de Nebrija, embora divirja em muitos pontos tanto de Nebrija quanto dos latinos, conseguiu escrever uma gramática suficientemente adequada aos propósitos pedagógicos que o moviam, a qual influenciou decisivamente os gramáticos portugueses posteriores. Fernão de Oliveira, com seu evidente talento de foneticista e sua capacidade de observação dos fenômenos, embora tenha tido menos impacto no desenvolvimento dos estudos gramaticais posteriores, deixou uma obra descritiva que serve de marco para os estudos da língua portuguesa.

Enfim, os gramáticos renascentistas foram fundamentais para que os propósitos da gramática de gregos e romanos prevalecessem após o período medieval: o objetivo da gramática é pedagógico, sua natureza é basicamente normativa e o estudo da gramática é parte da preparação necessária para a apreciação da literatura canônica.

De um ponto de vista mais técnico, a maior inovação das gramáticas renascentistas está na fonologia. A morfologia e a sintaxe são bastante próximas da que se pode encontrar nas gramáticas greco-latinas<sup>173</sup>.

173 Embora, certamente, haja diferenças morfológicas e sintáticas entre o latim e as línguas vernáculas que pediram soluções inovadoras. De qualquer forma, as soluções encontradas mantiveram a teoria greco-latina tanto quanto possível inalterada. As diferenças fonológicas, frente ao alfabeto latino, no entanto, forçaram a criação de toda uma área de estudos.

Embora a fonologia mantenha o procedimento clássico de partir dos sinais gráficos e investigar as pronúncias associadas, a utilização, no castelhano e no português, de um alfabeto criado para o latim colocou problemas particularmente difíceis e forçou os gramáticos renascentistas a uma investigação fonético-fonológica que inexistia para os latinos. Creio que podemos ver aqui o momento inicial de um descolamento entre a ortografia e a fonologia.

# Capítulo 5

---

## *A gramática no século XVII*

Antes de entrar propriamente no século XVII, duas observações são necessárias. Primeiramente, é preciso entender que os limites baseados em datas ou eventos importantes são profundamente precários e que dificilmente servem para definir mudanças culturais, que, em princípio, são graduais e lentas. A segunda observação é que os séculos XVI, XVII e XVIII, no que respeita os estudos gramaticais, são muito mais parecidos entre si do que as delimitações cronológicas parecem admitir. No decorrer desses séculos há muita continuidade, embora, também, momentos claros de descontinuidade.

Creio que o leitor compreenderá se eu, à medida que for avançando na história da gramática, com base numa datação que leva em consideração os séculos, não respeitar completamente essa datação, mas a utilizar apenas como uma referência mais ou menos precisa de localização temporal.

### **As gramáticas dos missionários**

Nos séculos XVI e XVII, os missionários cristãos (jesuítas, em boa parte) escreveram gramáticas e dicionários de várias línguas não europeias, de locais que eram sucessivamente “descobertos” pelos navegadores europeus (particularmente, portugueses) e outros exploradores.

Eram gramáticas e dicionários escritos primordialmente com objetivos internos, isto é, para auxiliar no aprendizado dessas línguas pelos próprios missionários, que buscavam a conversão dos povos colonizados e a transmissão de textos catequéticos em suas próprias línguas (embora muitas tenham sido publicadas por grandes casas editoras).

No início do livro *Historiografia linguística portuguesa e missionária*, Maria do Céu Fonseca nos diz o seguinte:

Paul Teyssier (1990: 1-26) evidenciou dois tópicos fundamentais do humanismo português, um de raiz nacional, outro importado de Itália, que têm de ser articulados com a acção dos nossos primeiros gramáticos. Comece-se pelo autóctone. Não sobeja lembrar a coincidência de valorização do vernáculo com a produção editorial respeitante às Descobertas e com o desenvolvimento da cartografia europeia. O traçar das fronteiras entre os reinos e os levantamentos corográficos e topográficos das regiões do mundo actuaram no sentido da consencialização da individualidade linguística. Sabe-se que os primeiros textos gramaticais do português, de Fernão de Oliveira e de João de Barros, reflectem o papel universal da língua e, por acréscimo, evangélico na doutrinação dos povos africanos: lembre-se o movimento de jovens congueses e malabares em trânsito por Portugal, a fim de receberem educação literária e cristã (cf. Barros, J. 1971: 240). Por outro lado, a codificação gramatical do português, ao lado de um corpo doutrinal da didáctica do latim, estiveram ao serviço do contacto permanente que se manteve com a Europa culta, em virtude da grande safra de novidades colhida das Descobertas (Teyssier 1990: 13-21). Além disso, não se pode esquecer e pormenorizar-se-á na continuação deste trabalho, o tributo devido à acção dos gramáticos missionários no estudo das chamadas línguas “exóticas”, que originou desde meados do século XVI uma intensa produção gramatical e lexicográfica em português, cujo trânsito pelo mundo se avalia da actual dispersão geográfica desse património bibliográfico. (FONSECA, 2006, p. 17-18)

No Brasil, por exemplo, José de Anchieta (1534-1597) publicou a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* em 1595, e Luís Figueira (1573-1643) publicou, provavelmente em 1621, a *Arte da língua brasílica*. No final do século XVII, em 1699, Luís Vincencio Mamiani (1652-1730) publicou a *Arte de gramática da língua brasílica da nação kiriri*, uma língua indígena falada no nordeste do Brasil e já extinta<sup>174</sup>.

Como se pode ver pelos próprios títulos, tratava-se de gramáticas escritas a partir do modelo das *artes grammaticae* latinas.

Batista (2004, p. 13-14) nos diz:

174 Todos os três eram jesuítas.

Essas gramáticas foram elaboradas para facilitar, por meio da aprendizagem das línguas então chamadas de exóticas, o contato entre jesuítas e indígenas, tendo em vista a missão catequizadora e o processo de colonização. Eram obras escritas por missionários não falantes nativos das línguas e dedicadas a outros missionários. É ponto pacífico na historiografia linguística que esses autores seguiram a tradição greco-latina, com a adoção do modelo das oito partes do discurso, da sua metalinguagem descritiva e da centralidade no conceito de PALAVRA (unidade fundamental de análise).

O procedimento básico dos gramáticos jesuítas era o de encontrar (ou construir) equivalências entre a língua objeto da gramática e as línguas conhecidas por eles (principalmente, o português, o espanhol e o latim). Voltando ao que diz Batista (2004, p. 15):

A busca de equivalências favorecia o enquadramento da língua nos modelos de descrição oferecidos pela gramática tradicional. As línguas indígenas foram descritas a partir desse filtro greco-latino, sem que houvesse, de maneira ampla, preocupações ou mesmo adequações ao tipo estrutural das línguas em descrição, ainda que comentários dos gramáticos aparecessem em alguns momentos sobre a não pertinência do uso do modelo diante de particularidades estruturais do tupi antigo e do quiriri.

Ainda no Brasil, encontramos uma gramática de uma língua africana: a *Arte da língua de Angola*, escrita na Bahia pelo jesuíta Pedro Dias, mas publicada em Lisboa em 1697. A *arte* do padre Pedro Dias descreve o quimbundo, língua banta que era falada na região do rio Cuanza (essa região – norte da Angola atual – juntamente com o sul do Congo era chamada de Angola pelos portugueses da época). No século XVI, havia a recomendação de que os jesuítas aprendessem o tupi e que era importante que houvesse alguns que conhecessem a língua de Angola e, portanto, o objetivo de Pedro Dias é claro: permitir o contato dos missionários com os escravos trazidos ao Brasil, com fins de catequese e conversão. Não se sabe quase nada sobre Pedro Dias, nem quando e como aprendeu o quimbundo sem nunca ter pisado em Angola. Provavelmente, o conhecimento da língua foi adquirido no contato com escravos



falantes de quimbundo e por troca de informações com outros missionários, que tinham estado em Angola (ou que ainda lá estavam)<sup>175</sup>.

Línguas nativas de outros lugares também receberam gramáticas feitas pelos missionários. Vejamos algumas.

No Peru, então colônia espanhola, entre os séculos XVI e XVII escreveram-se nove gramáticas da língua quéchua<sup>176</sup>. As três primeiras foram: a *Grammatica o arte de la lengua general de los indios de los reynos del Peru*, publicada em 1560, pelo Frei Domingo de Santo Tomás (1499-1570); a *Arte, y vocabulario de la lengua general de Peru llamada quichua, y en la lengua española: el mas copioso y elegante que hasta agora se ha impresso*, publicada em 1586, de autor anônimo; e a *Gramatica y arte de la lengua de todo el Peru, llamada lengua quichua, o lengua del Inca*, publicada em 1607 por Diego Gonzáles Holguín (c. 1552-1618).

No México, em 1571, o franciscano Alonso de Molina (1513-1579) publicou a *Arte de la lengua mexicana y castellana, compuesto por el muy reverendo padre fray Alonso de Molina de la orden de San Francisco*. E em 1645, o jesuíta italiano Horacio Carochi (1586-1666) publica a *Arte de la lengva mexicana con la declaracion de los adverbios della*.

Henrique Henriques (1520-1600), jesuíta português, publica em 1549 a *Arte malauar*, a primeira gramática da língua tâmil (falada no sul da Índia e no Ceilão<sup>177</sup>). Ele também publica um dicionário tâmil-português<sup>178</sup>.

Em 1699, um pastor protestante holandês, de nome Joannes Ruëll, ligado à Companhia Holandesa das Índias Orientais, publica uma outra gramática da

175 Maria Carlota Rosa (2013) traz o texto integral de Pedro Dias, precedido de extensa e excelente introdução.

176 Cf. Ragi Cordeiro (2014).

177 Atual Sri Lanka.

178 Existe, ainda, um exemplar único de uma *Cartilha em tamul e português*, impressa originalmente em 1554 por ordem do rei D. João III, na biblioteca do Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em Lisboa. Adquirida no início do século XX por José Leite de Vasconcelos, então diretor do Museu (que se chamava, à época, Museu Etnográfico Português), a *Cartilha* é um catecismo que “contem brevemente ho que todo christão deve aprender para sua salvação”, como se lê na folha de rosto, e foi traduzida para o tâmil por Vicente de Nazareth, Jorge Carvalho e Thome da Cruz que, apesar dos nomes portugueses, eram indianos, supervisionados pelo franciscano Frei de Vila do Conde. Além do conteúdo religioso, a *Cartilha* também traz o abecedário do português e – a parte mais interessante – a adaptação do alfabeto latino à língua tâmil. A *Cartilha* servia, assim, não só para ensinar português aos falantes de tâmil como também para ensinar tâmil aos falantes de português. O exemplar arquivado no Museu pertenceu originalmente a D. Theotônio de Bragança (1530-1602), Arcebispo de Évora, que o deixou em testamento, juntamente com toda sua biblioteca, para a Cartuxa de Évora. Desta *Cartilha* se publicou, em 1970, em Lisboa, uma edição fac-similar (de que possui um exemplar).

língua falada no Ceilão, a *Grammatica of Singaleesche Taal-kunst, zynde een korte methode om de voornaamste Fondamenten van de Singaleesche Spraak te leeren* (Gramática do cingalês, um método rápido para aprender os princípios básicos da língua cingalesa).

Entre 1604 e 1608, o jesuíta João Rodrigues (c. 1560-c. 1633) publicou, em Nagasaki, Japão, a *Arte da Lingoa de Iapam composta pelo padre portugues da Cõpanhia de IESV dividida em três livros*, a primeira gramática do japonês. Publicou também, em 1620, a *Arte breve da lingoa iapoa tirada da arte grande da mesma lingoa, pera os que começam a aprender os primeiros principios della*. Em 1603, o Padre Rodrigues publicou o *Vocabvlario da Lingoa de Iapam*, o primeiro dicionário de japonês-português.

Temos também, no século XVII, gramáticas das duas principais línguas das Filipinas: o tagalog e o ilocano. Em 1610, Frei Francisco Blancas de San José (1560-1614) publica a *Arte y reglas de la lengua tagala* e em 1690, Andrés López publica a *Arte de la lengua Pangasinan*<sup>179</sup>.

O georgiano, língua da Geórgia, país do Leste Europeu<sup>180</sup>, também conheceu uma gramática e um dicionário no século XVII. Em 1643, o monge teatino italiano Francesco Maria Maggio (1612-1686) publicou a *Syntagmata Linguarum Orientalium ouae in Georgiae regionibus audiuntur, Liber Primus, Complectens Georgiana, faulberica vulgaris lingua institutiones Grammaticas*, como parte da *Propaganda Fide*, congregação criada em 1622 pelo Papa Gregório XV para dar apoio aos missionários católicos. Em 1629, Stefano Paolini e Niceforo Irbachi publicaram, em Roma<sup>181</sup>, o *Dittionario Gioigiano-Italiano*.

Finalmente, cabe destacar que o primeiro dicionário português-chinês foi escrito no final do século XVI (provavelmente entre 1583 e 1588) pelos jesuítas italianos Matteo Ricci (1552-1610) e Michele Ruggieri (1543-1607).

Embora essas gramáticas dos missionários não pertençam à linha hereditária que conforma a ascendência das gramáticas da língua portuguesa – nosso objetivo central –, sua existência, e as características que nelas são percebidas

179 O tagalog é falado nas regiões meridionais das Filipinas, enquanto o ilocano é falado nas regiões setentrionais, particularmente na Província de Pangasinán.

180 A Geórgia é uma das repúblicas do Cáucaso e sua língua, o georgiano, não é indo-europeia.

181 Niceforo Irbachi era embaixador da Geórgia em Roma.

pelos estudiosos<sup>182</sup>, mostram claramente a predominância do modelo gramatical greco-latino no pensamento gramatical dos séculos XVI, XVII e XVIII<sup>183</sup>.

É importante destacar, no entanto, que boa parte desses missionários que escreveram gramáticas e dicionários eram excelentes linguistas, que percebiam nas línguas sob descrição características que escapavam do modelo greco-latino e que tentavam descrever esses fatos “exóticos” a partir de mecanismos teóricos novos (nem sempre adequados e quase sempre pouco elaborados teoricamente). Quando olhamos essas gramáticas, podemos perceber, de um lado, as insuficiências do modelo greco-latino como teoria universal das línguas humanas e, de outro lado, se analisamos os “puxadinhos” teóricos que usavam para a descrição dos fatos “exóticos”, podemos perceber antecedentes claros de mecanismos que só vão aparecer séculos depois nas teorias linguísticas<sup>184</sup>. Além disso, segundo Zwartjes (2011), as informações que essas gramáticas e dicionários continham serão inestimáveis para o desenvolvimento posterior dos estudos tipológicos. De qualquer forma, apesar da excelência das intuições linguísticas mostradas por muitos desses missionários, suas propostas teóricas inovadoras foram completamente ignoradas (porque desconhecidas ou porque não compreendidas em seu alcance) pelos gramáticos que se dedicavam ao estudo das línguas europeias, que continuaram a tratá-las basicamente a partir das artes latinas.

Creio que é interessante ver o que Zwartjes, Hovdhaugen e Schrader-Kniffki dizem na introdução do livro que editam:

O propósito da linguística missionária é principalmente didático. Talvez sem exceção, gramáticas e dicionários foram compostos por missionários para missionários. Tem-se dito que esse trabalho pioneiro não é interessante de um ponto de vista linguístico, uma vez que os missionários sempre seguiram estritamente o modelo gramatical greco-latino, até mesmo impondo esse sistema a línguas que eram

182 Ver, por exemplo, Ragi Cordeiro (2014) sobre as gramáticas do quéchua e Rosa (2010, 2013) sobre a gramática da língua de Angola e sua relação com a gramática do latim de Manuel Álvares (1572).

183 Para mais informações sobre as gramáticas de línguas não europeias no século XVII, ver Zwartjes, Hovdhaugen e Schrader-Kniffki (2004), Fonseca (2006), particularmente o Capítulo II da primeira parte (p. 79-154), e Zwartjes (2011).

184 Confesso que não tenho muita familiaridade com os estudos de linguística missionária e devo agradecer a Otto Zwartjes por ter me mostrado, num breve curso que ministrou na USP em outubro de 2018, a importância desses estudos para a compreensão de uma história das ideias linguísticas.

completamente diferentes tipologicamente. No entanto, em estudos recentes, linguistas e historiadores da linguística passaram a prestar mais atenção a esses estudos e o resultado dessas pesquisas recentes demonstram que o oposto parece estar mais perto da verdade: muitos trabalhos são escritos num “diálogo” com seus predecessores, muitos missionários, se não a maioria, tinham um excelente domínio dessas línguas “exóticas”. Esses pioneiros não apenas adotaram, mas muitas vezes adaptaram, ou eventualmente abandonaram em parte o modelo greco-latino, num movimento “revolucionário”, atentando para características idiossincráticas das línguas nativas. É também um fato estabelecido que o trabalho desses missionários foi pouco conhecido no Velho Mundo. Na maioria dos manuais e monografias sobre teoria gramatical no Renascimento europeu, a linguística missionária sequer é mencionada ou tratada de modo satisfatório. Na linguística moderna, com técnicas mais elaboradas e sofisticadas, o trabalho dos antigos missionários é geralmente negligenciado. (ZWARTJES; HOVDHAUGEN; SCHRADER-KNIFFKI, 2004, p. 2)

Feita essa digressão pelas gramáticas de línguas não indo-europeias, podemos voltar às nossas questões centrais.

## O século XVII: Port-Royal

O século XVII vê surgirem na Europa grandes alterações culturais, científicas e filosóficas. É o século de Descartes (1596-1650), de Galileu (1564-1642), de Newton (1643-1727), de Spinoza (1632-1677), de Hobbes (1588-1679), de Locke (1632-1704) e de Leibniz (1646-1716). É também o século da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal.

A abadia de Port-Royal-des-Champs, fundada em 1626 nas proximidades de Paris, foi a sede de um movimento teológico denominado *jansenismo*<sup>185</sup>. O jansenismo teve origem nos trabalhos do teólogo holandês Cornelius Otto Jansen (1585-1638), no contexto da contrarreforma, e foi declarado herético pelo Papa Inocente X em 1665. Entre os jansenistas de Port-Royal, encontramos pensadores destacados como Antoine Arnauld (1612-1694), Pierre Nicole (1625-1695), Blaise Pascal (1623-1662), Claude Lancelot (1615-1695) e o matemático, poeta e dramaturgo Jean Baptiste Racine (1639-1699). Os jansenistas se identificavam com o pensamento teológico de Santo Agostinho, mas foram

185 Sobre o jansenismo, ver Lahud (1992).

acusados de calvinistas pelos jesuítas, seus maiores opositores. Depois da declaração de heresia, a abadia de Port-Royal foi fechada e seus monges presos e exilados<sup>186</sup>.

Além dos trabalhos teológicos, os senhores de Port-Royal nos deixaram duas obras muito importantes: um livro de lógica e uma gramática do francês. Intimamente relacionados, esses dois livros foram muito influentes na época e nos séculos seguintes.

Publicada em 1662, a *Lógica de Port-Royal*, como ficou conhecido o livro originalmente denominado *La logique, ou l'art de penser* (ARNAULD; NICOLE, 1662), foi um manual de lógica extremamente popular – e usado até o século XX. Pode-se dizer que é na *Lógica de Port-Royal* que o sistema lógico inaugurado por Aristóteles consegue sua mais completa e melhor apresentação. Embora publicada anonimamente, a *Lógica* tem Antoine Arnauld e Pierre Nicole como seus principais autores<sup>187</sup>.

A *Gramática de Port-Royal* (denominada originalmente *Grammaire générale et raisonnée contenant les fondements de l'art de parler, expliqués d'une manière claire et naturelle*) foi publicada em 1660 e teve Antoine Arnauld e Claude Lancelot como seus autores<sup>188</sup>. Escrita em francês, a Gramática de Port-Royal foi trabalho pioneiro em filosofia da linguagem e recuperou muitas das ideias dos gramáticos especulativos da Baixa Idade Média. O argumento central da Gramática de Port-Royal é que a gramática é um conjunto de processos mentais universais e que, em consequência, a Gramática, como representação desses processos, é universal (geral e racional).

O pensamento de Port-Royal mantém ainda a ideia greco-latina de que pensamento e linguagem são faces de uma mesma moeda: daí a existência de uma lógica (entendida como “arte de pensar”) e uma gramática (entendida como “arte de falar”) integradas.

186 Claude Lancelot (1615-1695) foi exilado na Inglaterra. Arnauld escondeu-se num mosteiro até 1676, quando foi perdoado pelo Papa Clemente IX (entre 1683 e 1685, participou de uma célebre polêmica com Nicolas Malebranche sobre as relações entre a teologia e a metafísica. Cf. MOREAU, 1999).

187 Há quem diga que partes importantes do texto foram escritas por Blaise Pascal (cf. *Stanford Encyclopedia of Philosophy*, verbete *Blaise Pascal*).

188 Uso aqui a tradução para o português feita por Bruno Bassetto e Henrique Murachco (ARNAULD; LANCELOT, 1992).

Num certo sentido, podemos dizer que a Gramática de Port-Royal, num movimento pendular, retoma as *artes*, em detrimento dos *auctores*<sup>189</sup>, isto é, trata-se de uma gramática filosófica e não pedagógica, e que ignora os estudos literários.

Por outro lado, a gramática surge no contexto das *Petites Écoles* dos Senhores de Port-Royal, que eram escolas criadas no espírito do jansenismo (“o único fim é conservar nas crianças a Graça do batismo”<sup>190</sup>), e um de seus autores – Claude Lancelot – escreveu o *Nouvelle méthode pour apprendre la langue latine*, em 1644, cuja característica fundamental era sempre partir do francês para chegar ao latim<sup>191</sup>. Lancelot escreveu ainda, seguindo o mesmo método, livros para o ensino do grego, do italiano e do espanhol. Esses dados nos permitem supor que Claude Lancelot era, basicamente, um professor, cujas preocupações centrais eram de cunho didático.

E mesmo a literatura não estava ausente do ensino nas Escolinhas de Port-Royal. Como dizem Bassetto e Murachco, no prefácio à edição brasileira:

Na tentativa de apagar a impressão de estarem os alunos às voltas com alfarrábios poeirentos e autores ultrapassados, os preceptores de Port-Royal faziam a leitura e a tradução dos textos latinos em voz alta, dando-lhes vida e ênfase.  
(BASSETTO; MURACHCO, 1992, p. xxiv)

Antoine Arnauld, por outro lado, era um homem voltado à racionalidade.

O Grande Arnauld desenvolveu um ramo do cartesianismo a que o próprio Descartes não havia se dedicado: o estudo e a análise da linguagem em geral, partindo da hipótese de ser ela de natureza racional. Esse ramo de estudo foi implantado e naturalizado em Port-Royal, cujo fruto é esta *Grammaire générale et raisonnée*. (BASSETTO; MURACHCO, 1992, p. xxv)

189 Conforme a alegoria medieval *A batalha das sete artes* que vimos acima.

190 Como dizem Bruno Bassetto e Henrique Murachco no prefácio à edição brasileira da *Gramática de Port-Royal* (BASSETTO; MURACHCO, 1992, p. xxi).

191 Curiosamente, o mesmo “método” proposto por Antonio de Nebrija e João de Barros, o que sugere que era resultado de ideias de circulação geral no período. Bassetto e Murachco (1992, p. xxiv) dizem que o método surgiu por sugestão de Blaise Pascal.

Se considerarmos seus autores, com suas formações e interesses, podemos dizer que a *Grammaire* conjuga em si tanto a perspectiva pedagógica quanto a perspectiva filosófica. A verdade, no entanto, é que a perspectiva filosófica prevalece.

O modo como se dá essa conjugação de talentos e interesses distintos é explicitado num prefácio escrito por Claude Lancelot (embora não assinado por ele) onde encontramos a seguinte narrativa:

O compromisso com que me empenhei, mais por acaso do que por escolha própria, de trabalhar nas Gramáticas de diversas línguas, muitas vezes me levou a buscar as razões de várias coisas que são ou comuns a todas as línguas, ou particulares a algumas delas: tendo, porém, encontrado por vezes dificuldades que me faziam parar, comuniquei-as, em nossos encontros, a um de meus amigos [Arnauld], que, embora nunca se tivesse dedicado a esse ramo da ciência, logrou dar-me muitas aberturas para resolver minhas dúvidas; minhas perguntas foram causa para que ele fizesse diversas reflexões sobre os verdadeiros fundamentos da arte de falar, com os quais me entreteve durante as conversas; achei-os tão sólidos que decidi não permitir que se perdessem, uma vez que não havia visto nem nos antigos Gramáticos nem nos novos nada mais curioso ou mais justo sobre essa matéria. Foi por isso que obtive sua condescendência para comigo que me ditasse durante horas incontáveis; e assim, depois de as ter recolhido e ordenado, compus com elas este pequeno Tratado. Os que apreciam obras de raciocínio, sem dúvida encontrarão nele alguma coisa que poderá satisfazê-los e não menosprezarão seu assunto, porque, se a palavra é uma das grandes vantagens do homem, não deve ser algo menosprezável possuir toda a perfeição que convém ao homem, isto é, ter não apenas seu uso mas conhecer-lhe as razões e fazer cientificamente o que os outros fazem apenas por costume. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 5)

Com esse prefácio, aprendemos muitas coisas: que a GGR<sup>192</sup> surge de questões levantadas por Lancelot e respondidas por Arnauld; que as questões de Lancelot surgem de uma insatisfação com as “explicações” gramaticais contidas nas outras gramáticas; que o conteúdo básico da GGR tem parcela de autoria de Arnauld, mas que a redação final é de Lancelot; e que, finalmente, a GGR não é uma gramática pedagógica ou descritiva, mas uma

192 GGR = *Grammaire générale et raisonnée* ou *Gramática geral e razoada*.

investigação sobre os fundamentos racionais da linguagem humana (traz uma *teoria das línguas*).

Vejamos, então algumas das características da gramática de Port-Royal. A *Gramática geral e razoada* abre com a seguinte introdução:

A Gramática é a arte de falar.

Falar é explicar seus pensamentos por meio de signos que os homens inventaram para esse fim. Achou-se que os signos mais cômodos eram os sons e as vozes.

Como, porém, esses sons se esvaem, inventaram-se outros signos para torná-los duráveis e visíveis, que são os caracteres da escrita, que os gregos denominam *grámmata*<sup>193</sup>, de que proveio o termo Gramática.

Assim, podem-se considerar duas coisas nesses signos. A primeira: o que são por sua própria natureza, isto é, enquanto sons e caracteres. A segunda: sua significação, isto é, o modo pelo qual os homens deles se servem para expressar seus pensamentos. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 3)

Michel Foucault (1967) alerta para o fato de que, ao contrário da tradição das *artes* (e das gramáticas quinhentistas, em geral), a GGR não pretende ser uma arte do *bem falar* – assim como a *Lógica não é uma arte do bem pensar* –, mas a *arte de falar* (e a *Lógica, a arte de pensar*). Falar mal é simplesmente não falar: “uma fala efetiva é uma fala correta”.

Daí uma consequência importante: a gramática não será entendida como prescrições de um legislador que dá enfim à desordem das palavras sua constituição e suas leis; ela não pode ser entendida como um conjunto de conselhos dados por um corretor vigilante. Ela é uma disciplina que enuncia as regras que ordenam uma língua para que ela possa existir. Ela não deve, ao definir a correção de uma língua, pretender nem que seja seu ideal, nem seu melhor uso, nem o limite que o bom gosto não permita atravessar, mas a forma e a lei interior que lhe permita simplesmente ser a língua que é. (FOUCAULT, 1967, p. 7)

A GGR vem dividida em duas partes: a primeira, intitulada “Onde se fala das letras e dos caracteres da escrita”, é dedicada aos assuntos que moderna-

193 O termo está em caracteres gregos no original francês e na tradução para o português.



mente chamamos de fonologia e de ortografia; a segunda, intitulada “Onde se fala dos princípios e dos motivos sobre os quais se baseiam as diversas formas da significação das palavras”, é dedicada à morfologia e à sintaxe, sempre entendidas como meios de expressar o pensamento (numa perspectiva basicamente semântica, então)<sup>194</sup>.

A primeira parte – a “fonologia e ortografia” – é constituída por seis capítulos em que se trata, sucessivamente, na ordem: “Das letras como sons e primeiramente das vogais”; “Das consoantes”; “Das sílabas”; “Das palavras enquanto sons, onde se fala do acento”; “Das letras consideradas como caracteres”; e, no último capítulo, “De uma nova maneira de aprender a ler facilmente em todos os tipos de língua”.

É interessante notar, desde já, que tanto as *letras* quanto as *palavras* são entendidas como entidades abstratas, que podem se manifestar como som; as letras, além da manifestação sonora, também podem se manifestar como caracteres; as palavras, além da manifestação como som e como caracteres, podem se manifestar como signos. Não se trata de uma concepção nova, como já vimos ao abordar a gramática de Fernão de Oliveira, acima.

A distinção entre vogais e consoantes é estabelecida articulatoriamente: as vogais são sons produzidos pela simples abertura da boca, enquanto as consoantes dependem de outras partes da boca, como os dentes, os lábios, a língua e o palato.

Arnauld e Lancelot falam em cinco letras comuns (a, e, i, o, u), que podem ser longas ou breves, mas acrescentam que “se for averiguada a diferença dos sons simples, segundo as diversas aberturas da boca, poder-se-ia acrescentar ainda quatro ou cinco vogais às cinco precedentes”<sup>195</sup> (p. 9)<sup>196</sup>. No final do capítulo I, vão chegar a um inventário de dez vogais, assim registradas: *a, ê, é, i, o, ô, eu, ou, u* e *e mudo*<sup>197</sup>.

194 Não posso deixar de notar que “formas da significação das palavras” lembra muito os “modos de significar” das gramáticas medievais, embora as teorias em jogo não sejam iguais.

195 Algumas dessas “outras vogais” vão ser representadas na escrita por duas letras: “*Eu*, como em *feu* (“fogo”), *peu* (“pouco”) perfaz ainda um som simples, embora o escrevamos com duas vogais” (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 10). O par /u:/ü/ tem a seguinte representação: o /u/ é representado, na escrita, como “ou”, enquanto o /ü/ é representado como “u”.

196 Salvo indicação em contrário, todas as citações que farei nesta apresentação da Gramática de Port-Royal são retiradas da edição brasileira (ARNAULD; LANCELOT, 1992). Farei apenas a indicação da página nas citações.

197 Com exceção do “e mudo”, as vogais reconhecidas corresponderiam, no IPA, a: [a], [e], [ɛ], [i], [ɔ], [o], [ô], [u], [ü].

Uma curiosidade, que merece destaque, diz respeito ao *e mudo*. Nas palavras de Arnauld e Lancelot:

Resta o *e mudo* ou feminino, que em sua origem não passa de um som surdo, ligado às consoantes, quando se deseja pronunciá-las sem vogal, como quando são seguidas imediatamente por outras consoantes, da mesma forma que na palavra *scammum*: é o que os hebreus denominam *scheva*, sobretudo quando inicia a sílaba. Esse *scheva* se encontra necessariamente em todas as línguas, embora não se note porque não há um sinal gráfico para representá-lo. Mas algumas línguas usuais, como o alemão e o francês, marcaram-no pela vogal *e*, acrescentando esse som aos outros que ela já tinha: ademais, fizeram com que esse *e* feminino formasse uma sílaba com sua consoante, como é a segunda em *netteté* (“clareza”), *j’aimerai* (“eu amarei”), *donnerai* (“darei”) etc., o que não fazia o *scheva* nas outras línguas, embora muitos cometam esse erro ao pronunciar o *scheva* dos hebreus. E o mais notável é que esse *e mudo*, em francês, constitui por si só uma sílaba, ou antes uma semissílaba, como *vie* (“vida”), *vue* (“vista”), *aimée* (“amada”). (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 10)

Segundo Christophe Rey (2007), essa identificação do *e mudo* com o *schwa* aparece pela primeira vez na gramática de Port-Royal, embora os gramáticos franceses do século XVI já reconhecessem o *e mudo* e o descrevessem. É curioso, também, que gramáticos posteriores, como Dumarsais (em seu artigo “Consonne” na *Encyclopédie*) e Beauzée (na sua *Grammaire Générale*, e também no artigo “Scheva” da *Encyclopédie méthodique*<sup>198</sup>), no século XVIII, não tenham endossado a identidade entre *e mudo* e *schwa* proposta por Arnauld e Lancelot.

Outra curiosidade está na completa ausência de referência às vogais nasais. Segundo Yves Charles Morin (2002), o francês, no século XVI, sofreu uma mudança (que deve ter se iniciado já no século XIII) que determinou duas normas: uma, mais conservadora e de prestígio decrescente, que manteve a nasa-

198 É preciso não confundir a *Encyclopédie méthodique* com a *Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers*, editada por Diderot e D’Alembert entre 1751 e 1772. A *Encyclopédie Méthodique*, também conhecida como *Encyclopédie Panckoucke*, é uma enciclopédia monumental (com mais de 200 volumes), baseada na enciclopédia de Diderot e D’Alembert, que tinha o objetivo de a completar e melhorar, dividindo as matérias em volumes específicos (algumas matérias eram tratadas em apenas um volume enquanto outras eram tratadas em dezenas de volumes: por exemplo, a gramática é tratada em três volumes, enquanto a história natural é tratada em quatorze volumes). A *Encyclopédie Méthodique* começou a ser publicada em 1782 e chegou ao fim em 1832.

lização das vogais antes de consoantes nasais, e outra, de prestígio crescente, que oralizou essas vogais (com exceção do [ɔ]). Morin ainda acrescenta que as diferenças entre as duas normas não são registradas, geralmente, nas ortografias baseadas no latim, mesmo quando elas são reformadas para representar as pronúncias. Suponho que isso justifique parcialmente a ausência de menção às vogais nasais na gramática de Port-Royal<sup>199</sup>, embora essa ausência só estaria completamente justificada se *todas* as vogais nasais tivessem sido oralizadas. Não vou me aprofundar aqui nessa questão que, a meu ver, precisaria ainda de uma explicação consistente.

No capítulo referente às consoantes, o que encontramos é uma grande tabela que inclui as consoantes latinas, gregas e hebraicas, além de algumas poucas das “línguas usuais”<sup>200</sup>, como, por exemplo, o *gn* e o *ch* do francês e o *ñ* do espanhol. A tabela é seguida de um conjunto de notas em que se apontam características das pronúncias associadas a cada consoante e por comentários sobre as pronúncias das consoantes incomuns no francês. Por exemplo: “O *q* e o *k* equivalem ao *c*, pronunciado no som que *lhe* é natural”, ou ainda “O duplo *W* das línguas do Norte é o *u* romano, isto é *ou* (para os franceses), quando é seguido de vogal, como *winum*, *vinum*; ou o *v* consoante, quando seguido de uma consoante” (p. 13)<sup>201</sup>.

Sobre as sílabas, o que encontramos é um conjunto de observações mais ou menos convencionais: que as vogais isoladas podem constituir uma sílaba, que duas vogais numa mesma sílaba constituem um ditongo, que as consoantes não acompanhadas de vogal não podem constituir sílabas, e coisas assim. Cabe destaque apenas à observação de que palavras como *beau* (“belo”) e *Dieu* (“Deus”) não são tritongos “como alguns pretenderam afirmar, porque *eu* e *au* equivalem, no som, a uma vogal simples e não a duas” (p. 15): passagem que mostra que Arnauld e Lancelot percebiam a diferença entre ditongos e tritongos no nível da fala e não se deixavam enganar pelas idiosincrasias da escrita.

199 Agradeço ao Prof. João Arthur Pugsley Grahl, da UFPR, a indicação de bibliografia sobre o francês seiscentista e seu tratamento nas gramáticas da época.

200 Para as línguas em uso, isto é, outras línguas que não o grego, o latim e o hebraico (que seriam “línguas clássicas”), Arnauld e Lancelot usam a expressão “*langues vulgaires*”, que Bassetto e Murachco traduziram por “línguas usuais”.

201 É interessante notar que a pronúncia do *c*, tal como era feita pelos romanos (sempre como uma plosiva velar), é entendida por Arnauld e Lancelot *como seu som natural*.

No capítulo em que falam das palavras “enquanto sons”, encontramos uma primeira definição de *palavra*, como “o que se pronuncia em separado e se escreve em separado” (p. 17), antecipando, *grosso modo*, a noção estruturalista de palavra como *forma livre*.

Embora Arnauld e Lancelot considerem que o acento é “o que há de mais notável na pronúncia das palavras” (p. 17), quase nada dizem sobre os acentos nas palavras do francês, apenas falam em acentos agudos, graves e circunflexos (sempre do ponto de vista acústico) e dos acentos do grego, do latim e do hebraico (curiosamente, remetendo aos *Nouvelles méthodes pour les langues grecque et latine*).

Sobre a ortografia, propriamente dita, os autores só apresentam algumas regras gerais e discutem alguns pontos mais ou menos polêmicos. Eles começam dizendo que “os sons foram tomados pelo homem para serem signos dos pensamentos e que eles inventaram também certas figuras para serem signos desses sons” (p. 19). Continuam dizendo que essas figuras (notas ou caracteres) não significam nada mais que os sons, embora aconteça que “os homens derivam muitas vezes seus pensamentos dos caracteres à própria coisa significada pelos sons” (p. 19). Ou seja, os registros escritos podem significar diretamente, sem a intermediação da fala (justificando, assim, a leitura silenciosa).

Este ponto é interessante porque supõe a autonomia da escrita com relação à fala: uma autonomia “prática”, embora não ontológica.

Na continuação, os Senhores de Port-Royal ainda acrescentam que os caracteres da escrita podem ser vistos de duas maneiras: “significando simplesmente o som” ou “ajudando a conceber o que o som significa” (p. 19). Vistos pela primeira maneira, seria desejável que a relação som/figura fosse um-a-um, isto é, que só houvesse um som para cada figura e uma figura para cada som<sup>202</sup> e que só se escrevesse o que se fala – “que não se escrevesse nada que não se pronunciasse” (p. 19)<sup>203</sup>. Vistos pela segunda maneira, no entanto, os autores consideram ser vantajoso que essas regras não sejam sempre seguidas.

202 Arnauld e Lancelot admitem as letras duplas: “Pois não é contra a perfeição da escrita que haja letras duplas, já que elas, abreviando-a, a tornam também mais fácil” (p. 19).

203 Às páginas 19 e 20, Arnauld e Lancelot apresentam um conjunto de regras – quatro regras – que permitiriam que essa relação se apresentasse “em sua perfeição máxima”.

Vejamos alguns argumentos. Primeiramente um argumento a favor de figuras que não correspondem a sons:

Pois acontece muitas vezes, sobretudo nas línguas derivadas de outras, que haja certas letras que não se pronunciem, sendo assim inúteis quanto ao som, mas que não deixam de nos servir para a compreensão daquilo que as palavras significam. Por exemplo, nas palavras *champs* (“campos”) e *chants* (“cantos”), não se pronunciam o *p* e o *t*, que são contudo úteis para a significação, porque ficamos sabendo por aí que o primeiro vem do latim *campi* e o segundo, do latim *cantus*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 20)

Os autores também apresentam um argumento em favor da existência de mais de uma figura para um mesmo som:

A diferença entre as letras maiúsculas e minúsculas também parece ser contrária à quarta regra, que determina que um mesmo som seja sempre grafado pela mesma figura. Realmente isso seria totalmente inútil, caso se atribuísse aos caracteres a finalidade única de marcar os sons, já que uma letra maiúscula e uma minúscula têm o mesmo som. [...]. Contudo, essa distinção é muito útil para começar os períodos e para distinguir os nomes próprios de outros. Há também, numa mesma língua, diferentes tipos de escrita, como o românico e o itálico na impressão do latim e de muitas línguas usuais, que podem ser usados de modo útil para o significado, fazendo distinção entre certas palavras ou certos discursos, ainda que isso não altere nada na pronúncia. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 20-21)

Embora levante esses argumentos em favor do descolamento entre a escrita e a pronúncia, Arnauld e Lancelot não deixam de apontar casos de “abusos” (“corrupção que se infiltrou nas línguas”):

Pois é um abuso ter-se dado, por exemplo, ao *c* a pronúncia do *s* diante do *e* e do *i*; de se ter pronunciado de forma diferente o *g* diante dessas duas vogais em relação às outras; de se ter sonorizado o *s* entre duas vogais; de se ter dado também ao *t* o som de *s* diante de *i* seguido de uma outra vogal, como *gratia*, *actio*, “ação”. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 21)

Arnauld e Lancelot não apresentam uma ortografia para o francês, o que nos leva a supor que adotam uma ortografia já consagrada – e de conhecimento geral – precisando apenas de comentários que apontem eventuais incoerências (do sistema ortográfico ou dos comentários que o ataquem ou, mesmo, defendam)<sup>204</sup>.

Finalmente, no último capítulo desta primeira parte da gramática – o capítulo que apresenta *uma nova maneira de aprender a ler* – encontramos apenas um esboço de um método de alfabetização que consiste, em linhas gerais, em ensinar as crianças a ler (falar em voz alta) as letras separadamente a partir do “nome de sua pronúncia” (p. 23).

Parece, portanto, que o caminho mais natural, como algumas pessoas cultas já perceberam, seria que os alfabetizadores inicialmente ensinassem as crianças a conhecer as letras apenas pelo nome de sua pronúncia; e assim, para aprender a ler em latim, por exemplo, que não se desse senão o mesmo nome de *e* ao *e* simples, ao *ae* e ao *œ* porque são pronunciados do mesmo modo; e do mesmo modo ao *i* e ao *y*, bem como ao *o* e ao *au*, conforme são pronunciados hoje na França, pois os italianos fazem de *au* um ditongo.

Que não se nomeassem também as consoantes a não ser por seu som natural, acrescentando-se a isso apenas o *e mudo* que é indispensável para pronunciá-las: por exemplo, que se desse o nome de *b* à que se pronuncia na última sílaba de *tombe* (“cai”); de *d* à da última sílaba de *ronde* (“redonda”); e às outras que só têm um som.

Que para as que têm vários, como *c*, *g*, *t*, *s*, fossem denominadas por seu som natural e mais comum, que para o *c* é o som de *que*, para o *g*, o som de *gue*, para o *t* o som da última sílaba de *forte* e para o *s*, o da última sílaba de *bourse* (“bolsa”).

Em seguida, seriam ensinados a pronunciar à parte e sem soletrar as últimas sílabas *ce*, *ci*, *ge*, *tia*, *tii*. E os faria compreender que o *s* entre duas vogais se pronuncia como um *z*, *miséria*, *misère* como se fosse *mizeria*, *mizère* etc. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 23-24)

Como se pode ver, a primeira parte da GGR, apesar de uma ou outra observação mais interessante (destaque-se a relação entre som, figura e signifi-

204 Eles dizem: “Alguns imaginaram que poderiam corrigir essa falha nas línguas usuais, inventando novos caracteres [...]. Mas eles deveriam considerar que, além de ser muitas vezes desvantajoso para as línguas usuais [...] estariam tentando uma coisa impossível; porque não se pode imaginar que seja fácil fazer uma nação inteira mudar tantos caracteres aos quais estava acostumada há tanto tempo” (p. 21).

cado, por exemplo), não se destaca do que se fazia geralmente nas gramáticas latinas e gramáticas renascentistas das línguas vernáculas quando da discussão dos fatos fonético-fonológicos e da ortografia. Ao contrário, a GGR é extremamente “econômica” ao discutir esses assuntos.

Considerando ainda as inúmeras referências aos *Nouvelles Méthodes*, podemos supor que o autor principal dessa primeira parte é Claude Lancelot, e que o “estudo das razões” a que alude Lancelot no prefácio deve ser buscado na segunda parte da gramática.

Passemos, então a ela.

Nessa segunda parte que, como vimos, se intitula “Onde se fala dos princípios e dos motivos sobre os quais se baseiam as diversas formas da significação das palavras”, os Senhores de Port-Royal se dedicam a explorar as diferentes classes de palavras e, conseqüentemente, investigar as maneiras pelas quais os homens conseguem expressar seus pensamentos, isto é, os *modos de significar*, para usar os termos da gramática especulativa medieval.

Arnauld e Lancelot abrem essa segunda parte com algumas reflexões ligadas à Lógica (à arte de pensar). Eles dizem que não se pode compreender os diferentes tipos de significação se, antes, não se compreenderem os pensamentos, “pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecer” (p. 27).

Partem, então, de três operações presentes em “nosso espírito”: *conceber*, *julgar* e *raciocinar*.

*Conceber* é isolar uma coisa qualquer no mundo, seja intelectualmente (como quando concebemos o *ser*, a *duração*, o *pensamento*, *Deus*), seja por “imagens físicas” (como quando “imaginamos” um *cavalo* ou um *círculo*).

“Julgar é afirmar que uma coisa que concebemos é tal ou não é tal: como quando afirmo, depois de ter concebido o que é a *terra* e o que é *redondo*, que a *terra é redonda*” (p. 28).

*Raciocinar* é usar dois julgamentos para chegar a um terceiro. O exemplo é o seguinte: a partir dos julgamentos de que *toda virtude é louvável* e de que *a paciência é uma virtude*, chego ao julgamento de que *a paciência é louvável*.

A expressão linguística de um julgamento é a *proposição*. Toda proposição, então, contém dois termos<sup>205</sup>: o *sujeito* (*terra*, por exemplo) e o *atributo* (*re-*

205 *Necessariamente*, dois termos, dizem Arnauld e Lancelot.

*donda*, por exemplo), além de um elemento de ligação (*é*)<sup>206</sup>. Sujeito e atributo resultam da operação de conceber e o elemento de ligação é a manifestação da operação de julgar (a “ação de nosso espírito”).

Disso se deduz, que tendo os homens necessidade de signos para exteriorizar tudo o que se passa em seu espírito, é indispensável que a distinção mais geral seja que uns signifiquem os objetos do pensamento e outros a forma e o modo de nossos pensamentos, embora esses signos não estabeleçam só a maneira, mas também o objeto, como o demonstraremos.

As palavras do primeiro tipo são as que foram denominadas *nomes*, *artigos*, *pronomes*, *particípios*, *preposições* e *advérbios*; as do segundo são os *verbos*, as *conjunções* e as *interjeições*; todas foram inferidas, como uma consequência necessária, da maneira natural pela qual expressamos nossos pensamentos, como iremos mostrar. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 29)

O ponto de partida, então, é uma distinção entre dois papéis exercidos pelas palavras: a representação dos objetos do pensamento e a representação das operações do pensamento. Note-se que os termos usados por Arnauld e Lancelot para identificar as palavras relacionadas a uma e a outra função são exatamente os mesmos que encontramos nas gramáticas greco-latinas. Podemos admitir, então, que, ao menos de início, a gramática de Port-Royal assume 9 (nove) classes de palavras: *nomes*, *artigos*, *pronomes*, *particípios*, *preposições*, *advérbios*, *verbos*, *conjunções* e *interjeições* (as oito classes de Dionísio Trácio mais as interjeições da gramática latina).

Começemos com os *nomes*.

Para os Senhores de Port-Royal, seguindo a tradição aristotélica, é preciso distinguir as coisas (*substâncias*) das maneiras das coisas (*acidentes*). Tanto as coisas (como *terra*, *madeira* etc.) quanto as maneiras das coisas (como *redondo*, *vermelho* etc.) são objetos de nossos pensamentos.

A partir da distinção entre substâncias e acidentes, vão diferenciar *nomes substantivos* e *nomes adjetivos*. Em suas palavras:

206 Os autores caracterizam o sujeito como “aquilo de que se afirma algo” e o atributo como “aquilo que se afirma” do sujeito.



É isso que fez a principal diferença entre as palavras que significam os objetos dos pensamentos: pois, os que significam as substâncias foram denominados *nomes substantivos*; e os que significam os acidentes, designando o sujeito ao qual esses acidentes convêm, *nomes adjetivos*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31)

Assim, se *terra* designa uma substância, será um nome substantivo; se *redonda* designa um acidente, será um nome adjetivo.

Antes de ir adiante, é interessante ver o que Arnauld e Lancelot querem dizer com “designando o sujeito ao qual esses acidentes convêm” (p. 31).

Na metafísica aristotélica, o termo *sujeito* denota a coisa, a substância, a que se atribuem os acidentes. Os acidentes, enquanto *maneiras das coisas*, supõem sempre uma substância que os suporta. Assim, os nomes adjetivos, na medida em que designam acidentes, supõem, necessariamente, uma substância, um sujeito, que manifesta o acidente designado. E esta suposição do sujeito do acidente faz com que os nomes adjetivos designem, juntamente com o acidente o seu sujeito.

Creio que explico melhor usando um exemplo que Santo Anselmo de Cantuária (1033-1109) dá em seu texto *O gramático*.

*M[estre]*. — O que é que acontece, se vês perto um do outro um cavalo branco e um boi preto, e se alguém te diz a respeito do cavalo: “Bate nele”, mas sem indicar com algum sinal a que animal se refere? Saberias, porventura, que ele se refere ao cavalo?

*D[iscípulo]*. — Não.

*M.* — Mas se a ti, que ignoras e perguntas: “Qual?”, te for respondido: “O branco”, entendes a que animal ele se refere?

*D.* — Pelo nome de branco entendo o cavalo.

*M.* — Por conseguinte, o nome de branco significa para ti o cavalo.

*D.* — Significa, sem dúvida.

*M.* — E não percebes que significa de um modo diferente do que o nome de cavalo?

*D.* — Percebo. Na verdade, o nome de cavalo, ainda mesmo antes de eu saber que o próprio cavalo é branco, significa para mim a substância do cavalo por si mesma e não por intermédio de alguma outra coisa. Ao contrário, o nome de branco significa a substância do cavalo não por si mesma, mas indiretamente, isto é, por isso que eu sei que o cavalo é branco. Com efeito, uma vez que nada mais signifique este nome de *branco* do que esta proposição *que tem brancura*,

assim como esta proposição por si mesma me proporciona o significado de brancura e não o daquela coisa que tem a brancura, assim, também, o nome. Mas porque eu sei que a brancura existe no cavalo e sei disso por outro meio que não pelo nome de branco, ou seja, por meio da vista, uma vez compreendida a brancura por esse nome, compreendo o cavalo por saber que a brancura está no cavalo, isto é, por uma outra coisa diferente do nome de branco, pelo qual, todavia, o cavalo é chamado. (ANSELMO DE CANTUÁRIA, 1973, p. 195)

Para Anselmo, todos os nomes são *designadores de objetos dos pensamentos*, mas enquanto os nomes substantivos designam pela substância, os nomes adjetivos designam pelos acidentes.

Num raciocínio próximo do de Santo Anselmo, Arnauld e Lancelot vão explicar:

Assim, a significação distinta de *rouge* (“vermelho”) é *rougeur* (“vermelhidão”); mas o termo *a* significa, designando o sujeito dessa qualidade de modo confuso, donde se vê que ele não subsiste por si só no discurso, porque é preciso expressar ou subentender a palavra que indica esse sujeito. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 32)

O que tem como consequência o equívoco “de quem deu menos atenção à significação que à maneira de significar” (p. 31) em considerar que o nome substantivo é aquele que subsiste por si mesmo no discurso, sem que tenha a necessidade de outro nome, mesmo que signifique um acidente, e que, ao contrário, os nomes adjetivos são aqueles que devem estar junto com outros nomes no discurso. Ou seja, modernizando o pensamento dos autores, a distinção entre nome substantivo e nome adjetivo deixou de ser semântica para passar a ser sintática.

Arnauld e Lancelot retomam o caminho semântico, dizendo que o que faz com que um nome não possa subsistir por si mesmo no discurso é a presença de uma significação confusa (de *substância*) junto com a significação distinta (de *acidente*). Mostram ainda que de um nome adjetivo pode-se criar um nome substantivo (de *rouge* se faz *rougeur*; de *dur* [“duro”], *dureté* [“dureza”] etc.), desde que se passe a considerar o acidente como uma das coisas que podem ser objetos do pensamento. E, ao contrário, que é possível criar nomes adjetivos de nomes substantivos (de *homme* [“homem”] se faz *humain* [“humano”] por exemplo), desde que se acrescente ao termo que designa uma substância a

“significação confusa de uma coisa à qual essas substâncias se referem” (p. 32). Num belo exemplo de como se constrói um pensamento racional e coerente, Arnauld e Lancelot mostram que os processos de adjetivação de substantivos e substantivação de adjetivos podem se aplicar sucessivamente, resultando em graus de abstração crescentes.

Despojando-se esses adjetivos formados de nomes de substância de sua conotação<sup>207</sup>, formam-se com eles novos substantivos, chamados abstratos ou separados. Assim, de *homme* (“homem”) se formou *humain* (“humano”), de *humain* se formou *humanité* (“humanidade”) etc. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 32)

Há ainda uma observação sobre nomes como *filósofo*, *pintor*, *soldado*, que “passam por substantivos embora sejam de fato adjetivos” (p. 33). Esses nomes são adjetivos porque significam uma forma accidental; passam por substantivos porque só podem ter como sujeito o homem, “que pode ser subentendido sem qualquer confusão” (p. 33).

Nos capítulos seguintes, Arnauld e Lancelot vão tratar da distinção entre nomes próprios e nomes comuns (chamados de *apelativos* ou *gerais*); dos números e dos gêneros dos nomes. Vou destacar, aqui, apenas alguns pontos mais interessantes.

Ao falar dos números, os autores vão dizer que os nomes adjetivos sempre têm plural, “já que faz parte de sua natureza encerrar sempre uma certa significação vaga de um sujeito, que faz com que possam convir a muitos” (p. 38). Os nomes substantivos, por outro lado, nem sempre têm plural: os nomes próprios, que se caracterizam por designar o individual, em princípio, não apresentam plural; os apelativos, que podíamos esperar que tivessem sempre plural, nem sempre o apresentam. Os exemplos apresentados de nomes comuns sem plural são os nomes de metais – *ouro*, *prata*, *ferro*. E a razão para essa ausência é dada nos seguintes termos:

Assim, os nomes dos metais – ouro, prata, ferro – não o têm [o plural], em quase todas as línguas; a razão disso é, segundo penso, que a semelhança tão grande existente entre as partes dos metais faz

207 O termo *conotação* designa a significação confusa que serve de sujeito (de substância) da significação distinta de um nome de acidente.

que se considere comumente cada espécie de metal, não como uma espécie que se sobreponha a muitos indivíduos, mas como um todo que apenas tem muitas partes. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 38)

É notável a percepção dos autores da distinção, moderna, entre termos *contáveis* e *massivos*: os contáveis denotam uma espécie que se constitui de um conjunto enumerável de indivíduos, e os massivos, embora possam ter partes, não admitem indivíduos. Arnauld e Lancelot acrescentam ainda que a eventual existência de plural em apelativos “massivos” vai implicar alteração do significado original: “Diz-se corretamente *fers* (“ferros”) no plural, mas é para significar “cadeias” e não apenas uma parte do metal denominado *ferro*” (p. 38).

Ao tratar do gênero dos nomes, os autores partem da ideia de que os nomes adjetivos passaram a receber marcas de gênero conforme se aplicavam aos homens ou às mulheres. Na medida em que os adjetivos precisavam ser aplicados a outros seres, que não homens e mulheres, “classificaram todos os outros nomes substantivos como *masculinos* ou *femininos*” (p. 39). O notável nesse tratamento do gênero está em considerar que só os nomes adjetivos apresentam variação de gênero: alguns nomes adjetivos recebem gênero masculino porque o sujeito é majoritariamente homem (ou porque são “ofícios de homens”); outros serão femininos porque o sujeito subentendido é mulher.

Note-se a passagem abaixo:

Se as coisas sempre fossem consideradas separadamente uma das outras, não se teriam dado aos nomes senão as duas modificações que acabamos de assinalar, isto é, a do número para todos os tipos de nome e a do gênero para os adjetivos. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 43, sublinhados nossos)

Pelo que lemos nesse trecho, Arnauld e Lancelot não estão verdadeiramente discutindo o número e o gênero *das coisas*, mas a presença ou ausência de modificações *nas palavras* relacionadas com o número e o gênero das coisas.

O trecho acima introduz a discussão sobre a noção de *caso*. Para Arnauld e Lancelot, os casos são necessários na medida em que não consideramos as palavras isoladamente, mas “nas diversas relações que têm umas com as outras” (p. 43). Ou seja, os casos são modificações nas palavras impostas pela sintaxe (pela *construção*, para usar seus termos).

Seguindo o método de Prisciano, Arnauld e Lancelot consideram o nominativo a forma básica e os outros casos são obtidos a partir dele. Chegam a dizer que o nominativo “não é propriamente um caso, mas a matéria com a qual se formam os casos” (p. 44).

O interessante na apresentação dos casos é que a exemplificação é sempre feita no latim e apenas num último pequeno parágrafo se apresenta o francês. Todos os casos (*vocativo, genitivo, dativo, acusativo e ablativo*, nesta ordem) seguem um mesmo tipo de apresentação. Vejamos algumas passagens.

Ao apresentar o vocativo, Arnauld e Lancelot dão, inicialmente, uma definição e alguns exemplos (em latim):

Quando se nomeia a pessoa a quem se fala, ou a coisa à qual se dirige, como se fosse uma pessoa, esse nome adquire com isso uma nova relação, marcada às vezes por uma nova terminação, que se denomina *vocativo*. Assim, do nominativo *Dominus* (“Senhor”) se fez *Domine* no vocativo; de *Antonius*, *Antoni*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 44)

No final do item referente ao vocativo, encontramos a seguinte observação sobre o francês:

Em nossa língua, como nas outras usuais, esse caso é expresso pela supressão do artigo dos nomes comuns, quando esse artigo acompanha o nominativo: *O Senhor é minha esperança. Senhor, vós sois minha esperança*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 45)

A mesma organização das afirmações é encontrada na apresentação do dativo, que é definido da seguinte forma: “Há ainda outra relação, que é da coisa em proveito ou prejuízo da qual se relacionam outras coisas” (p. 47); os exemplos de dativo são: *Commodare Socrati* (“emprestar a Sócrates”); *utilis reipublicae* (“útil ao Estado”); *perniciosus Ecclesiae* (“prejudicial à Igreja”); *promittere amico* (“prometer ao amigo”) etc.; e traz, ao final a seguinte observação: “As línguas usuais indicam este caso por uma partícula, como é o à em francês” (p. 47).

No tratamento do acusativo, os autores mesclam exemplos do latim com exemplos do francês e dizem que “distingue-se o nominativo do acusativo pelo fato de que o nominativo comumente está antes do verbo e o acusativo depois” (p. 48). Encontramos a seguinte oposição como exemplo: *Le roi aime la reine* [“o rei ama a rainha”], *La reine aime le roi* [“a rainha ama o rei”], onde se mostra que *roi* é nominativo no primeiro caso e acusativo no segundo.

Enfim, os casos são sempre caracterizados por um tipo de relação entre as palavras (às vezes por um conjunto de “relações especiais” que são listadas), nem sempre bem caracterizados (algumas definições são vagas), e o francês, apenas como uma das muitas “línguas usuais” que instanciam uma gramática geral, é visto superficialmente em poucos exemplos<sup>208</sup>.

Note-se, no entanto, que os autores têm clareza de que a forma como os casos se apresentam em francês é radicalmente distinta do que acontece no latim. A gramática latina parece ser o modelo seguido quando se trata do tipo do fenômeno gramatical, mas não quanto à sua manifestação linguística.

Como vimos acima, Arnauld e Lancelot separam as classes de palavras em dois grupos: as classes de palavras ligadas à significação dos objetos do pensamento e as classes de palavras ligadas à forma e ao modo de nossos pensamentos.

Dentre as classes ligadas aos objetos do pensamento, a classe dos nomes, obviamente, tem papel central. Por isso dedicamos tanto tempo a ela. As outras classes desse grupo (artigos, pronomes, participípios, preposições e advérbios) vão receber um tratamento mais enxuto.

Os *artigos* são tratados como determinadores dos nomes. Segundo os autores, os nomes comuns têm significação vaga e a função dos artigos é a de precisar essa significação. Para eles, os artigos apresentam dois modos de determinar a significação dos nomes apelativos e, em consequência, podem ser separados em duas subclasses: os *artigos definidos* e os *artigos indefinidos*<sup>209</sup>.

Após uma longa discussão sobre a existência ou não de casos nos artigos (em que eles concluem que não, contrariamente ao entendimento dos renascentistas), eles apresentam um quadro em que opõem sentenças com e sem artigo e com artigo definido e com artigo indefinido. Antes do quadro, dizem o seguinte:

Dissemos que em geral o uso dos artigos era para determinar a significação dos nomes comuns; é difícil, porém, assinalar com precisão em que consiste essa determinação, porque isso não é uniforme em todas as línguas que possuem artigos. Eis o que assinala na nossa:

208 Os tradutores acrescentam uma nota (nota 14, p. 45) à definição do genitivo, que diz: “A falta de uma definição clara do genitivo levou os autores a arrolar uma série de relações, sem descer ao conceito básico de genitivo”. No item referente ao ablativo, os tradutores acrescentam a seguinte nota: “Toda essa descrição do ablativo peca pelo descritivismo, sem aprofundamento algum” (nota 17, p. 48).

209 Creio que esta é a primeira vez que alguma gramática apresenta essa distinção nesses termos. O procedimento usual era o de considerar que apenas os *definidos* eram artigos.

O nome comum, como *roi* (“rei”)

Sem artigo	$\left\{ \begin{array}{l} \text{ou tem significação} \\ \text{bem confusa:} \\ \text{ou tem uma determi-} \\ \text{nação pelo sujeito da} \\ \text{oração:} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Il a fait un festin de roi.} \\ \text{Ils ont fait des festins de rois.} \end{array} \right.$	
		$\left\{ \begin{array}{l} \text{Louis XIV est roi.} \\ \text{Louis XIV et Philippe IV sont} \\ \text{rois.} \end{array} \right.$	
Com o artigo <i>le</i>	$\left\{ \begin{array}{l} \text{ou a espécie em toda} \\ \text{sua extensão} \\ \text{ou um ou vários sin-} \\ \text{gulares determinados} \\ \text{pelas circunstâncias} \\ \text{de quem fala ou do} \\ \text{discurso} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Le roi ne dépend point des} \\ \text{ses sujets.} \\ \text{Les rois ne dépendent point} \\ \text{de leurs sujets.} \end{array} \right.$	
		$\left\{ \begin{array}{l} \text{Le roi fait la paix : isto é, o} \\ \text{rei Luís XIV, por causa das} \\ \text{circunstâncias do tempo.} \\ \text{Les rois ont fondé les princi-} \\ \text{pales abbayes de France : isto} \\ \text{é, os reis da França.} \end{array} \right.$	
Com o artigo	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Un no} \\ \text{singular} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Significa} \\ \text{um ou} \\ \text{vários} \\ \text{indivíduos} \\ \text{vagos:} \end{array} \right.$	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Un roi détruira Constanti-} \\ \text{nople.} \\ \text{Rome a été gouvernée par} \\ \text{des rois (ou) par des grands} \\ \text{rois.} \end{array} \right.$
	$\left\{ \begin{array}{l} \text{Des ou de} \\ \text{no plural} \end{array} \right.$		

(ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 53-54)

Os *pronomes* são tratados como substitutos dos nomes. Arnould e Lancelot identificam três subclasses de pronomes: os pessoais, os possessivos e os relativos. Essa posição é tradicional já no século XVII. O tratamento dado aos relativos, no entanto, é inovadora e merece uma apresentação mais detalhada.

Em primeiro lugar, os autores aproximam os relativos dos outros pronomes a partir da ideia de substituição do nome, que lhes é comum. Por outro lado, mostram que seu comportamento é bastante peculiar. Vejamos.

O que ele [o *relativo*] tem de próprio pode ser considerado de duas maneiras:

A primeira é que sempre tem relação com outro nome ou pronome, que se chama antecedente, como *Deus que é santo*, *Deus* é antecedente do relativo *que*. Contudo, esse antecedente é às vezes subentendi-

do e não expresso, principalmente na língua latina, como se mostra em *Nouvelle Méthode* para essa língua.

A segunda coisa que o relativo tem de próprio e que ainda não foi observada por ninguém, que eu saiba, é que a proposição na qual entra (que se poderia chamar *incidente*) pode fazer parte do sujeito ou do atributo de uma outra proposição, que pode ser chamada principal. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 63, sublinhado nosso)

Arnauld e Lancelot explicam as noções de proposição principal e proposição incidente por meio de alguns exemplos, entre os quais o bem conhecido *Deus invisível criou o mundo visível*, que contém três julgamentos distintos: *Deus é invisível*; *o mundo é visível* e *Deus criou o mundo*: os dois primeiros são incidentes e o terceiro é o principal.

Ora, essas proposições incidentes estão muitas vezes em nosso espírito sem ser expressas por palavras, como no exemplo dado. Mas por vezes são claramente expressas; e é para isso que serve o relativo, como quando reduzo o mesmo exemplo a estes termos: *Deus, que é invisível, criou o mundo, que é visível*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 64, sublinhado nosso)

A descoberta é notável, por duas razões: primeiramente por expor com clareza a ideia de subordinação e de oração relativa; em segundo lugar, por propor um duplo papel para o relativo: o de pronome e o de conjunção. Como se lê na *Grammaire*:

O que dissemos sobre os dois empregos do relativo, um de ser pronome e outro de indicar a união de uma proposição com outra, serve para explicar várias coisas, a respeito das quais os gramáticos encontram dificuldades na busca de explicação.

Inclui-las-ei aqui em três classes e darei alguns exemplos de cada uma. A primeira, em que o relativo está por uma conjunção e um pronome demonstrativo.

A segunda, em que faz o papel de uma conjunção apenas.

E a terceira, em que desempenha o papel de um demonstrativo e não tem mais nada de conjunção. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 66)

O exemplo da primeira classe (conjunção e pronome) é tirado de Tito Lívio: *Is quum primores civitatis, in quibus fratrem suum ab avunculo interfectum*



*audisset* (“Esse, logo que os principais da cidade, entre os quais ouviu que seu irmão fora morto pelo tio...”). O raciocínio é o seguinte: “é visível que *in quibus* está aí por *et in his*; de modo que a frase é clara e inteligível se for assim expressa: *Quum primores civitatis, et in his fratrem suum interfectum audisset*” (p. 66-67). Ou seja, *in quibus* substitui *et in his* (é pronome) e liga duas proposições (é conjunção). Segundo Arnauld e Lancelot, esse seria o emprego “padrão” do relativo.

Entre os exemplos da segunda classe (conjunção apenas) está *Dico quod tellus est rotunda* (“Digo que a terra é redonda”) em que o *quod* não tem antecedente. Há também exemplos do francês:

É isso que poderíamos explicar também falando do infinitivo dos verbos, onde mostraremos igualmente que esse é o modo de resolver o *que* dos franceses (que vem desse *quod*), como quando se diz: *Je suppose que vous serez sage; je vous dis que vous avez tort* (“Suponho que sereis sábios; digo-vos que não tendes razão”). Pois esse *que* aí está de tal modo despojado de sua natureza de pronome, que só exerce sua função de ligação, a qual demonstra que essas proposições: *Vous serez sage, vous avez tort* – constituem apenas parte das proposições completas: *Je suppose etc., je vous dis etc.* (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 69)

A terceira classe (só pronome) é exemplificada com o latim, sem exemplos do francês. Os autores dizem que se trata de um modo de falar latino “que não se poderia traduzir para as línguas usuais senão por um pronome demonstrativo, porque a força do relativo como ligação, tendo sido perdida quase totalmente nesses casos, seria estranho se empregasse algum” (p. 69). A exemplificação é feita com longos textos de Plínio e de Cícero, que me absterei de reproduzir aqui.

As *preposições* são entendidas como indicadores de relações entre as coisas, ou seja, exatamente a mesma função que é atribuída aos casos. As *preposições* são listadas de acordo com a relação percebida. Por exemplo, as *preposições* *chez, dans, en* e *à* (entre outras) indicam relação de lugar; as *preposições* *avant, pendant* e *depuis* indicam relação de tempo; as *preposições* *par, de* e *pour* indicam causa<sup>210</sup>; *par* indica causa eficiente (exemplo: *Maison bâtie par un architecte* – “Casa construída por um arquiteto”), *de* indica causa material (exemplo: *de pierre* – “de pedra”) e *pour* indica causa final (exemplo: *pour y loger*

210 Numa remissão direta às quatro causas que Aristóteles discute em sua *Metafísica*.

– “para morar ali”). E assim por diante. Os autores lamentam que as línguas não sejam racionais o suficiente para que cada preposição designasse apenas uma relação e que cada relação fosse designada por apenas uma preposição: o que se vê é uma mesma preposição designando mais de uma relação (exemplificam com *en* e *à*) e uma mesma relação sendo designada por mais de uma preposição (exemplificam com *dans*, *en* e *à*).

Finalmente, os *advérbios* são tratados em poucas linhas (cerca de 25) e entendidos como modos de abreviação do discurso:

[J]á que a maior parte dessas partículas serve apenas para significar, numa só palavra, aquilo que não se poderia indicar senão por uma preposição e um nome, como *sapienter* – sabiamente, por *cum sapientia*, com sabedoria; *hodie* por *in hoc die* – hoje. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 83)

Arnauld e Lancelot encerram sua curta exposição dos advérbios com a seguinte observação:

Como, porém, essas partículas se juntam comumente ao verbo, para modificar ou determinar a ação, como *generose pugnavit* – “combateu corajosamente”, isso fez com que fossem chamados *advérbios*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 83)

Passemos, então, às classes de palavras que significam a maneira do pensamento: *verbos*, *conjunções* e *interjeições*.

Começemos com o *verbo*. Nas palavras de Arnauld e Lancelot:

O conhecimento da natureza do verbo depende do que dissermos no começo deste discurso, que o julgamento que fazemos das coisas (como quando digo: A terra é redonda) contém necessariamente dois termos: um chamado sujeito, que é aquele de que se afirma, como *terra*; e outro chamado atributo, que é o que se afirma, como *redonda*; além disso, a ligação entre esses dois termos, que é propriamente a ação de nosso espírito, que afirma o atributo do sujeito. [...]

E exatamente isso é o verbo, uma palavra cujo principal emprego é significar a afirmação, isto é, indicar que o discurso, em que essa palavra é empregada, é o discurso de um homem que não concebe somente as coisas, mas que as julga e as afirma. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 85)

Por este raciocínio, o verbo não deveria ter outro emprego a não ser o da ligação, mas apenas o verbo *ser* “conservou essa simplicidade e pode-se ainda dizer que ele só se conservou assim, propriamente, na terceira pessoa do presente, é, e em determinadas situações” (p. 86). Apelando novamente à ideia de que os homens procuram sempre abreviar suas expressões, Arnauld e Lancelot vão dizer que os homens “acrescentaram à afirmação outras significações numa mesma palavra” (p. 86).

Essas “outras significações” vão ser organizadas em três tipos:

1. *Acréscimo do atributo*. Quando digo *Pedro vive*, estou dizendo, na verdade, *Pedro está vivo*. Essa possibilidade de acrescentar o atributo à afirmação é a razão para que as línguas tenham um número imenso de verbos. Se o verbo significasse apenas a ligação, só seria preciso um único verbo.
2. *Acréscimo do sujeito*. Quando digo *Vivo*, estou dizendo *Eu estou vivo*. Assim, a forma verbal *vivo* contém em si o sujeito (eu), o atributo (vivo) e a afirmação (estou). A concordância verbal traz para dentro do verbo o sujeito.
3. *Acréscimo do tempo*. Quando eu digo *Cantei*, afirmo três coisas: que o sujeito é *eu*; que o atributo é o *canto* e que a ação se realizou no *passado*.

Numa crítica à tradição, Arnauld e Lancelot afirmam o seguinte:

A diversidade dessas significações reunidas numa só palavra impediu muitas pessoas, aliás muito capazes, de conhecer bem a natureza dos verbos, porque não os consideraram segundo o que é essencial, que é a *afirmação*, mas segundo essas relações, que lhes são acidentais enquanto verbos.

Assim, Aristóteles, atendo-se à terceira das significações acrescentadas àquela que é essencial ao verbo, definiu-o *Vox significans cum tempore*, “uma palavra que significa com tempo”.

Outros, como Buxtorf<sup>211</sup>, tendo acrescentado a segunda, definiu-o *Vox flexilis cum tempore et persona*, “uma palavra que tem diversas flexões com tempo e pessoa”.

Outros, atendo-se à primeira dessas significações acrescentadas, que é a do atributo, e considerando que os atributos juntados à afirmação

211 Johannes Buxtorf (1564-1629), estudioso da cultura hebraica, nascido na Alemanha, publicou, em 1602, uma gramática do hebraico e do caldeu (*Manuale Hebraicum et Chaldaicum*).

em uma mesma palavra são ordinariamente ações e paixões, julgaram que a essência do verbo consistia em significar ações e paixões. Finalmente, Júlio César Escalígero<sup>212</sup> acreditou ter encontrado um grande mistério, em seu livro *Principes de la langue latine*, ao dizer que a distinção das coisas *in permanentes et fluentes*, “em o que permanece e o que passa”, constituía a verdadeira origem da distinção entre os nomes e os verbos; os nomes significam o que permanece e os verbos, o que passa.

Mas é fácil ver que todas essas definições são falsas e não explicam a verdadeira natureza dos verbos. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 87)

Em suma, há um único verbo “puro”, que significa a afirmação, o verbo *ser*, que vai ser chamado de *verbo substantivo*, e há uma infinidade de outros verbos, todos obtidos por acréscimo de outras informações (dos atributos, das pessoas e dos tempos), que serão chamados de *verbos adjetivos*<sup>213</sup>.

Arnauld e Lancelot chegam, então, a duas definições de verbo, cada uma adequada a um dos dois tipos de verbo: o verbo substantivo é definido como *Vox significans affirmationem, cum designatione personae, numeri et temporis* (“Uma palavra que significa a afirmação, com designação da pessoa, do número e do tempo”) enquanto o verbo adjetivo é definido como *Vox significans affirmationem alicujus attributi, cum designatione personae, numeri et temporis* (“Uma palavra que marca a afirmação de algum atributo, com designação da pessoa, do número e do tempo”).

Nos capítulos seguintes, eles vão tratar detalhadamente das pessoas, números e tempos dos verbos. Não vou apresentar esses tratamentos aqui. Quero, no entanto, tocar num ponto cuja ausência, certamente, algum leitor já deve ter notado: *os participípios*.

Como vimos acima, os participípios constituem uma das classes de palavras ligadas aos objetos do pensamento, como os nomes, pronomes etc. No

212 Júlio César Escalígero (1484-1558) foi um médico e humanista italiano que publicou, em 1540, *De causis linguae latinae*. Dizem que foi o primeiro gramático a usar princípios e métodos científicos em sua gramática.

213 Note-se que as denominações *substantivo* e *adjetivo* estão sendo usadas, com profunda coerência, porque o verbo “puro” designa a essência do verbo (sua “verbalidade”), a afirmação, enquanto os verbos adjetivos, além da afirmação, incluem informações acidentais. À luz dessa noção de “verbo puro”, o verbo *estar* do português, na medida em que acrescenta ao *ser* a significação de temporalidade, deve ser entendido como um verbo adjetivo. Se voltarmos ao tratamento dos nomes – que apresentamos acima – veremos que o critério para distinguir o *nome substantivo* do *nome adjetivo* é exatamente o mesmo.

entanto, a discussão dos participípios só vai aparecer na GGR no interior do tratamento dos verbos.

Para os Senhores de Port-Royal,

Os participípios são verdadeiros nomes adjetivos e por isso aqui não seria o lugar para falar deles, a não ser por causa da ligação que eles têm com os verbos.

Essa ligação consiste, como dissemos, no fato de que significam a mesma coisa que o verbo, exceto a afirmação que lhes foi tirada e a designação das três pessoas diferentes, que segue a afirmação. [...]. Assim, o que o participípio retém do verbo é o atributo, como também a designação do tempo, havendo participípios do presente, do passado e do futuro, principalmente em grego. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 117)

Os gerundivos (e o supino) são tratados de modo semelhante (e, também, no interior da discussão sobre os verbos). Os gerundivos são tratados como nomes substantivos (assim como o supino):

Em latim, contudo, se formam ainda dois nomes substantivos; um em *-dum*, chamado gerundivo, que tem diversos casos: *-dum, -di, -do - amandum, amandi, amando*, mas que tem um só gênero e um só número; nisso difere do participípio em *-dus: amandus, amanda, amandum*. E um outro em *-um*, chamado supino, que tem também dois casos: *-um, -u - amatum, amatu*, que não apresenta nenhuma diversidade de gênero nem de número, no que difere do participípio em *-us: amatus, amata, amatum*. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 119)

Porque ligados ao verbo pela significação, participípios, gerundivos e supino serão chamados pelos autores de *nomes verbais, adjetivos* (os participípios) e *substantivos* (o gerundivo e o supino).

Outro caso interessante é o dos infinitivos. Os autores consideram o infinitivo “uma inflexão para o verbo” (p. 105), ou seja, uma forma verbal. A razão para isso é que, ao menos por vezes, o infinitivo conserva a afirmação. Muitas vezes, no entanto, parece perder a afirmação e se comporta como um nome.

Com essas pressuposições, pergunta-se o que é propriamente o infinitivo, já que não é nome e conserva sua afirmação, como no exemplo: *Scio malum esse fugiendum* [“Sei que se deve fugir do mal”]. Não sei se alguém já notou o que vou dizer; é que me parece que o

infinitivo representa entre os outros modos do verbo aquilo que o relativo é entre os outros pronomes. Como dissemos que o relativo tem, a mais que os outros pronomes, a propriedade de ligar a proposição na qual entra a uma outra, creio igualmente que o infinitivo tem, além da afirmação do verbo, esse poder de ligar a proposição em que está a uma outra: pois, *scio* tem o valor de uma proposição apenas e se se acrescenta *malum est fugiendum*<sup>214</sup>, seriam duas proposições separadas; colocando-se, porém, *esse* no lugar de *est*, faz-se com que a última proposição não seja senão parte da primeira. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 105)

Arnauld e Lancelot vão dizer que isso também ocorre em francês – como no caso de *Il croit savoir toutes choses* (“Crê saber todas as coisas”<sup>215</sup>) – embora o mais frequente seja o uso da partícula *que*, como em *Je sais que le mal est à fuir* (“Eu sei que deve-se fugir do mal”).

Haveria muitas outras coisas interessantes ainda a dizer sobre o verbo, mas acho que devo parar por aqui.

Para encerrar a apresentação das classes de palavras, resta-nos apenas ver o que Arnauld e Lancelot dizem sobre as conjunções e as interjeições. Abro com mais uma citação:

O segundo tipo de palavras que significam a forma de nossos pensamentos e não propriamente os objetos de nossos pensamentos são as conjunções, como *et, non, vel, si, ergo* (e, não, ou, se, portanto). Re-fletindo-se sobre elas, ver-se-á que essas partículas significam apenas a operação de nosso espírito, que agrupa e desagrupa as coisas, que as nega, que as considera de modo absoluto ou condicional. Por exemplo, não há nenhum objeto no mundo fora de nosso espírito que corresponde à partícula *não*; mas é claro que ela não indica outra coisa além do julgamento que fazemos de que uma coisa não é a outra. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 135, sublinhado nosso)<sup>216</sup>

214 Na tradução para o português, encontramos *malum esse fugiendum*, o que, obviamente, não corresponde ao raciocínio desenvolvido pelos autores. A forma *malum est fugiendum* é o que consta no original francês (p. 352 da edição de 1803, da Biblioteca Nacional da França, coleção Gallica. Disponível em: gallica.bnf.fr).

215 Na tradução para o português, a sentença aparece como “Crê saber todas as noites”, o que é um equívoco evidente (provavelmente, erro de composição tipográfica).

216 O interessante aqui é a inclusão de *não* entre as conjunções. Essa inclusão não deve surpreender quem conhece um pouco de lógica, já que o *não* pode ser considerado um operador (um conetivo) que opera sobre proposições. Parece claro que essa classificação do *não* é resultado da formação lógica de Arnauld.

Sobre as interjeições, os autores só dizem que “elas nada significam fora de nós” e que indicam “movimentos de nossa alma” (p. 136).

Antes de seguir adiante, creio que cabem algumas palavras que sintetizem o tratamento dado por Arnauld e Lancelot às classes de palavras.

Numa perspectiva clara e explicitamente racional, as classes de palavras são divididas em dois grupos: o das palavras ligadas aos objetos do pensamento e o das palavras ligadas à forma dos pensamentos. No primeiro grupo estão as palavras que designam as coisas, como os *nomes*, que serão *substantivos* quando designarem substâncias e *adjetivos* quando designarem acidentes; os *artigos*, que determinam e especificam nomes comuns; os *pronomes* que, por serem substitutos dos nomes, designam exatamente as mesmas coisas que eles; as *preposições*, que indicam uma relação – espacial, temporal, causal etc. – entre duas palavras, determinando-as; os *advérbios*, que acumulam a relação de uma proposição com um atributo e que são, geralmente, determinantes da ação verbal; e, finalmente, os *particípios*, que são, na verdade nomes verbais adjetivos e que têm, portanto, a mesma função semântica dos nomes adjetivos (designam acidentes). No segundo grupo, estão os *verbos*, que designam a afirmação, a ligação entre um sujeito e um atributo, e que podem ou não incluir atributos, tempos e pessoas (se não incluem nada, e significam apenas a ligação, serão *verbos substantivos*; se incluem alguma outra informação, serão *verbos adjetivos*); as *conjunções*, que agrupam, desagrupam, negam objetos de nossos pensamentos e revelam a forma desses pensamentos; e as *interjeições*, que revelam movimentos de nossa alma.

A caracterização desses grupos e a delimitação de cada uma das classes de palavras que a eles pertence é feita numa perspectiva universalizante, isto é, na perspectiva de uma *gramática geral*, voltada para a linguagem e não para línguas particulares. Os exemplos são retirados de várias línguas (particularmente, latim, francês, grego e hebraico, que são línguas dominadas pelos autores) e as conclusões obtidas, em princípio, são consideradas válidas para todas as línguas. Arnauld e Lancelot não ignoram diferenças tipológicas, mas acreditam que há uma mesma gramática geral informando as línguas todas.

Há inovações claras no trabalho. O tratamento do pronome relativo e do infinitivo (assim como a relação percebida entre eles), por exemplo, não encontra precedentes na história da gramática.

Para encerrar a apresentação da Gramática de Port-Royal só nos resta ver o que os autores dizem no capítulo sobre a sintaxe.

Para os autores, a sintaxe estuda “a construção das palavras em conjunto” (p. 137). Eles distinguem dois tipos de relações que determinam a “ordem natural”<sup>217</sup> das palavras quando colocadas numa construção: a *conveniência* (“concordância”) e o *regime* (“regência”).

A explicação dos fenômenos de concordância e regência segue os princípios gerais usados nas outras partes da gramática. Os autores começam pela concordância que, para eles, é mais fácil porque “em sua maior parte, é a mesma em todas as línguas” (p. 137). Para eles a concordância é a necessidade de que palavras colocadas juntas “devem convir entre si” (p. 137).

Vamos ver, como exemplo, o raciocínio dos autores para a concordância nominal de número:

Assim, a distinção dos dois números, singular e plural, obrigou a concordar o substantivo com o adjetivo em número, isto é, de colocar um no singular ou no plural, conforme estiver o outro; pois o substantivo, sendo o sujeito confusamente indicado, embora diretamente, pelo adjetivo, se o substantivo indica vários, há vários sujeitos da forma marcada pelo adjetivo e por isso ele deve estar no plural: *Hominis docti* (“homens doutos”). (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 137)

Se o nome substantivo – *homens*, por exemplo – está no plural, seu significado consiste em vários indivíduos que compartilham uma mesma substância. O nome adjetivo – *douto*, por exemplo –, como vimos, indica um atributo (acidental) de alguma substância. Quando colocadas juntas as palavras *homens* e *douto*, o substantivo *homens*, que passa a ser a substância em que o adjetivo *douto* indica a presença do acidente, vai forçar que o adjetivo *douto* passe a ser também plural: *doutos*. Se a substância indica vários, os acidentes indicados na substância também devem ser acidentes de vários. O raciocínio é impecável<sup>218</sup>.

217 Uma construção está na “ordem natural” quando “todas as partes do discurso são expressas de modo simples e não há nenhuma palavra demais nem uma palavra de menos e está conforme à expressão natural de nossos pensamentos” (p. 140).

218 Ao menos para línguas que, como o francês, marcam concordância.



O outro tipo de relação – a regência – acontece quando, em duas palavras colocadas juntas, “uma das duas causa uma variação na outra” (p. 138)<sup>219</sup>.

A sintaxe de regime, ao contrário, é quase toda arbitrária e por isso se encontra muito diferenciada em todas as línguas: pois umas fazem o regime através de casos, outras, em vez de casos, empregam apenas pequenas partículas que os substituem, não indicando senão um pouco desses casos, como em francês e em espanhol só se dispõe de *de* e de *à*, que indicam o genitivo e o dativo; os italianos acrescentam *da* para o ablativo. Os outros casos não têm partículas, mas o simples artigo, que nem sempre está presente. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 138)

Na sequência, os autores vão apresentar alguns “princípios gerais”, que são considerados “de largo uso em todas as línguas”. Esses princípios são em número de cinco. Acredito que valha a pena reproduzir aqui a formulação que Arnauld e Lancelot dão a esses princípios.

O primeiro, que nunca existe um nominativo que não tenha relação com algum verbo expresso ou subentendido, porque não [se] fala só para indicar o que se concebe, mas para expressar o que se pensa sobre aquilo que se concebe, o que se indica pelo verbo.

O segundo, que não há também verbo que não tenha seu nominativo expresso ou subentendido, porque sendo próprio do verbo afirmar, é indispensável haver alguma coisa de que se afirme, que é o sujeito ou o nominativo do verbo, embora diante dos infinitivos esteja no acusativo: *Scio Petrum esse doctum* (“Sei Pedro ser douto”)<sup>220</sup>.

O terceiro, que não pode haver adjetivo que não tenha relação com um substantivo, porque o adjetivo indica confusamente um substantivo, que é o sujeito da forma marcada distintamente por esse adjetivo: *doctus* (“douto”) relaciona-se com qualquer um que seja sábio.

O quarto, que não há genitivo no discurso que não seja regido por um outro nome; pois esse caso, indicando sempre o que é conforme o possuidor, é preciso que seja regido pela coisa possuída. [...]

219 Observando a citação abaixo, podemos ver que esta “definição” de regência é vaga e imprecisa, e só serve para línguas como o latim e o grego, que são línguas com sistema de casos. Não obstante, os autores mostram-se conscientes das várias formas de manifestação dessa relação de regência.

220 A melhor tradução de *Scio Petrum esse doctum* talvez fosse “Sei que Pedro é douto”. Obviamente, Bassetto e Murachco preferiram uma tradução – menos corrente, mas também possível em português – que reproduzisse também a estrutura da expressão latina. Em outras palavras, não se trata de uma “tradução ruim”, como me disse alguém, mas de uma tradução “estruturalmente literal”.

O quinto, que o regime dos verbos muitas vezes assume diversas espécies de relacionamento contidas nos casos, segundo o capricho do uso, o que não altera a relação específica de cada caso, mas demonstra que o uso escolheu este ou aquele a seu bel-prazer. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 138-139)

No final do capítulo sobre a sintaxe, seguindo a tradição das *artes grammaticae* latinas, Arnauld e Lancelot abrem um item denominado “Das figuras de construção”. Neste item, apresentam as noções de *silepse*, de *elipse*, de *pleonasm*o e de *hipérbato*. Como o item não traz maiores inovações, exceto pela justificativa de que são resultado de os homens muitas vezes seguirem “mais o sentido de seu pensamento que as palavras das quais se servem para expressá-los” (p. 140), vou me abster de maiores comentários.

Com isso, encerro esta apresentação – longa e, provavelmente, maçante – da *Grammaire générale et raisonnée*. Achei relevante expor longamente o pensamento dos Senhores de Port-Royal na medida em que seu modo de abordar os fatos da linguagem determinou largamente o pensamento gramatical posterior – ao menos até meados do século XIX.

## O século XVII em Portugal: Amaro de Roboredo

Merece destaque no Portugal seiscentista a publicação em Lisboa, no ano de 1619, do *Methodo grammatical para todas as linguas*, de Amaro de Roboredo<sup>221</sup>.

Roboredo era professor de latim e defensor de que o ensino da língua latina devia ser feito na língua materna dos estudantes. Com exceção da *Arte de grammatica, pera em breve saber latim*, de Pedro Sánchez, publicada em 1610, que apesar de ser, de fato, a primeira gramática do latim a ser escrita em português, ficou praticamente desconhecida por seus contemporâneos<sup>222</sup>, e a *Verdadeira grammatica*

221 Amaro de Roboredo nasceu, provavelmente, entre 1580 e 1585 e faleceu depois de 1653. Maiores informações biográficas e outras informações referentes às obras de Amaro de Roboredo podem ser encontradas na introdução que Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes fazem à edição fac-similar do *Methodo* (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007), em Fernandes (2002a, 2005b), em Kossarik (1997, 2002) e em Verdelho (2000).

222 Há uma edição fac-similar da *Arte* de Pedro Sánchez (2008), com prefácio de Amadeu Torres e estudo introdutório de Rogelio Ponce de León, Carlos Assunção e Gonçalo Fernandes, publicada pelo Centro de Estudos em Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). Mais informações sobre Pedro Sánchez e sua *Arte* podem ser obtidas em Fernandes (2002b, 2005a).

*latina para se bem saber em breve tempo, scritta na lingua portuguesa com exemplos na latina*, publicada em 1615 por Amaro de Roboredo, pode ser considerada a primeira gramática do latim escrita em português que obteve repercussão.

Roboredo, na verdade, não escreveu exatamente uma gramática do português: seu foco sempre foi a língua latina. Além da *Verdadeira grammatica latina*, de 1615, publicou ainda, em 1623, *Porta de linguas* (um dicionário trilingue, com entradas em latim e traduções em português e castelhano) e a *Grammatica latina*, em 1625.

Segundo Kossarik (1997, p. 431), o ponto de partida de Roboredo é “a problemática da apologia das línguas nacionais, característica de toda a época renascentista”, que, entre outras coisas, defende as línguas vernáculas como línguas de instrução e de ciência. Nesse sentido, Roboredo adota posição semelhante à de João de Barros e de Antonio de Nebrija: é preciso ensinar a gramática da língua materna antes de ensinar a gramática de línguas estrangeiras. Para Kossarik (1997, p. 432), “da apologia da língua materna, surge a necessidade da comparação de línguas”.

Ao contrário de João de Barros, no entanto, que escreveu uma gramática da língua portuguesa como recurso intermediário para chegar à gramática do latim, e movido pela necessidade de comparar as línguas, Roboredo preferiu apresentar o português e o latim de forma conjunta. Por exemplo:

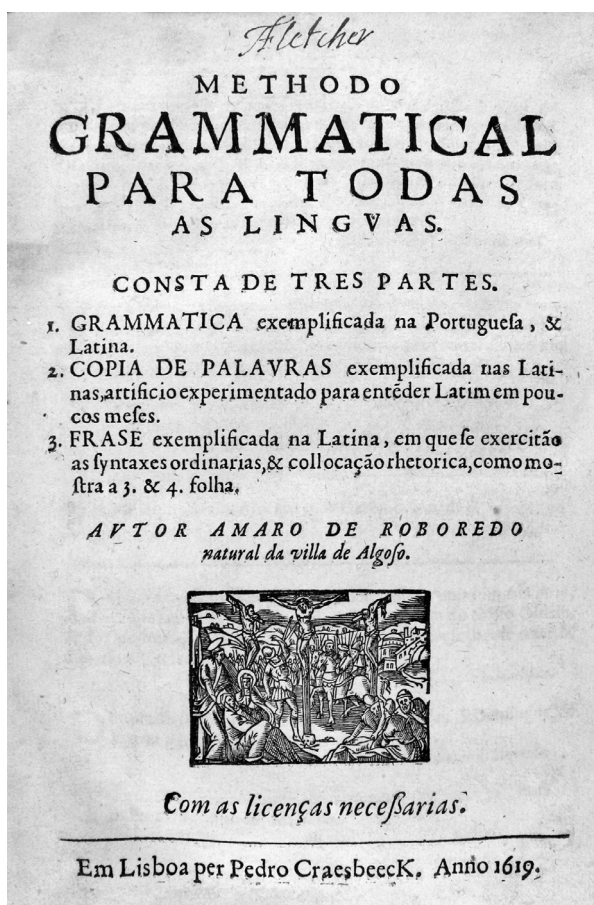
Para os Nomes, ha na Portuguesa tres Declinações, & na Latina cinco. Em cada Declinação ha dous Numeros; *Singular*, para hũa cousa, *Plural*, para muitas. Cada Numero tem seis casos, que as ultimas vogaes fazem diversos, ou semelhantes, segundo a propriedade da lingua pag. 65.66<sup>223</sup>  
Os Nomes ou são Sustantivos, como *Calor*; ou Adjectivos, como *Alto*, *Alta*. Os Sustantivos, na Portuguesa, ou são Masculinos, ou Femininos: & na Latina ou são Masculinos, ou Femininos, ou Neutros: segundo as terminações dos Adjectivos, que na lingua houver; como na Portuguesa há duas, como *Alto*, *Alta*: & assi há dous Generos. E na Latina há três terminações: como *Altus*, *Alta*, *Altum*: & assi há três Generos. Pag. 6.66.71. (ROBOREDO, 1619, p. 2)

Como se pode ver, as características gramaticais da língua portuguesa são apresentadas paralelamente às características da língua latina: quando há identidade, a descrição não se refere a nenhuma das línguas; quando há divergência, esta é anotada.

223 Os números indicam as páginas em que o assunto é retomado e aprofundado.

Comparando português e latim, Roboredo não se concentra nas proximidades estruturais, ligadas ao parentesco genético das duas línguas, no que difere de Duarte Nunes do Leão. A sistemática representação paralela de duas línguas (esporadicamente surge também a comparação com a grega e outras) dá-nos razões para caracterizar a obra de Roboredo como um dos primeiros exemplos de descrição linguística comparativa no próprio sentido da palavra. Na obra de Roboredo, a comparação chega a ser um objetivo especial, e isto constitui mais um passo em direção à formação da tipologia de línguas, depois das gramáticas de vernáculos e de línguas exóticas, nas quais a comparação ainda está presente como modelo de descrição de uma língua com base no cânone gramatical de outra. (KOSSARIK, 1997, p. 433)

FIGURA 1 – FOLHA DE ROSTO DO *METHODO DE ROBOREDO*



Fonte: Roboredo (1619/2002).

Como se pode ver na reprodução da folha de rosto acima, o *Methodo* tem três partes.

A primeira parte é chamada “GRAMMATICA exemplificada na portuguesa e latina”. Esse título nos permite concluir que Roboredo já considerava a gramática como um sistema universal abstrato, que poderia ser instanciado em várias línguas concretas. Nesse sentido, o *Methodo* pode ser entendido como uma gramática universal, na esteira dos trabalhos dos modistas.

Como os seus precursores (autores de gramáticas especulativas, Linacre, Sánchez<sup>224</sup>), Roboredo vê as bases do universalismo linguístico na razão, que deve ser revelada nas gramáticas:

*Grammatica depende da razão* (M, b)<sup>225</sup>;

*Havia hũa so lingua quando a razão era mais unida a qual como vinculo dos entendimētos, & artes i.é, gramáticas importa ir ao menos per divisões descobrindo* (M, b4v)<sup>226</sup>;

*Nella [na Grammatica latina] o Mestre achará regras novas; porem mui ajustadas com a razão* (GL, Prol., 3).

Conforme à concepção racionalista de língua, Roboredo realiza a descrição a partir do significado universal para as formas de línguas particulares, utilizando o português como língua de explicação do significado, ou seja, como metalíngua. Roboredo não só realiza esse princípio na prática, como também o explicita: “Inquiri as regras pela natureza dos significados, ainda nas línguas que não sei” (M, b4). (KOSSARIK, 1997, p. 434)

Como se pode ver, há no pensamento de Roboredo a ideia de que a razão é vínculo entre o entendimento e a gramática (a arte), que é racional, antecipando assim a posição dos Senhores de Port-Royal. Em seu *Methodo*, no

224 Thomas Linacre (1460-1524), humanista inglês, professor de grego; Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600), conhecido também como El Brocense, Franciscus Sanctius Brocensis, ou apenas Sanctius, foi um humanista espanhol, autor da *Mínerva sive de causis linguæ Latinæ*, gramática do latim, publicada em 1587, que influenciou muito os gramáticos posteriores (não confundir com Pedro Sánchez, autor da *Arte de grammatica, pera em breve saber latim*, de 1610, a quem nos referimos acima).

225 Essas siglas indicam a fonte da citação: M = *Methodo*; GL = *Grammatica Latina*. As letras indicam as folhas do prólogo do *Methodo* (o ‘v’ indica verso). As duas citações do *Methodo* estão, respectivamente, nas páginas 17 e 24 da edição fac-similar de 2007.

226 A citação correta é: “Havia hũa so lingua quando a razão era mais unida a qual como vinculo dos entendimētos, & artes, importa ir ao menos per divisões descobrindo”. A expressão “i.é, gramáticas” deve ter sido um comentário inserido por Kossarik que acabou sendo formatado como parte da citação.

entanto, não fica esclarecida essa relação que, ao contrário, é claríssima no pensamento de Port-Royal, com sua obra dupla: a *Grammaire* e a *Logique*.

Amaro de Roboredo, trinta e cinco anos antes da saída dos prelos da *Grammaire Générale et Raisonnée* de Port-Royal, havia apelidado o *Methodo grammatical para todas as linguas* como gramática “general” (Roboredo 1625: “Dedicatória”, 1) [...] Essa designação só foi apresentada uma vez, mas deixa perceber as intenções do seu autor: se, por um lado, pretendia criar um método de ensino que fosse universal à aprendizagem de todas as línguas, como o título da obra demonstra, por outro, deixa antever uma tentativa de sistematização do que seria comum a todas as línguas (por si) conhecidas. Por isso, podemos considerar a obra roborediana como precursora da gramática geral, isto é, de uma gramática universal (para todas as línguas), que procura formular “observações que convêm a todas as línguas” [...].

É contudo, evidente que o gramático português Amaro de Roboredo, que – recorde-se – publicou o *Methodo Grammatical para todas as linguas* antes do *Novum Organum* de Francis Bacon, bem como do *Discours de La Méthode* de René Descartes, e ainda da *Grammaire Generale et Raisonnée* de Port-Royal, tem uma perspectiva dos universais linguísticos ainda muito incipiente, mas já com uma enorme coerência lógica. Com efeito, para o transmontano seiscentista, o conceito de gramática aparece já como um sistema abstracto universal que pode ser ilustrado com exemplos de várias línguas concretas, no caso o português e o latim:

Foramos certamente collegindo per esta ordem a differença, & conveniencia natural das linguas. *Omnium est natura communis* [Cicer., *De Fin*]. Porque acho grande confusão nas artes, ou Syntaxes, que teem misturado, o que he particular de hũa lingua, com o que he commun a muitas, ou a todas (Roboredo, 1619: b 1v.- b 2r).

(ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. xxx-xxxi)

A primeira coisa que o *Methodo* de Roboredo nos ensina, então, é que algumas das ideias que desembocaram na Gramática de Port-Royal – sob formas menos elaboradas, certamente – já circulavam pela intelectualidade do início do século XVII.

Mas vamos ver como o *Methodo* trata o assunto. Começo pela definição de gramática.

GRAMMATICA he arte de fallar, que tem por fim a Oração bem concertada: a qual he hũa coherente disposição de palavras, de que consta, como de partes. Procedese para a Oração per Letras, Syllabas, & Dicções, ou Palavras. (ROBOREDO, 1619, p. 64)

Há várias coisas a dizer sobre essa definição.

A primeira delas é a ideia de que a gramática é a “arte de fallar”. É preciso notar que uma gramática que se pretende universal – para todas as línguas – não pode estar pensando num “falar correto” sujeito a critérios estéticos, de prestígio, dialetais ou o que for: critérios extralinguísticos, no fundo. Necessariamente, deve estar pensando em critérios racionais, lógicos, para a adequada significação dos pensamentos transformados em fala – critérios internos à função significativa das línguas. Embora isso não fique completamente especificado no *Methodo*, podemos supor que a posição de Roboredo sobre o conceito de “oração bem concertada” está muito próxima da posição de Arnauld e Lancelot. Roboredo não alude à lógica (talvez lhe faltasse um “Arnauld” português), mas as alusões à racionalidade e à universalidade do método certamente conduzem a esta conclusão.

Sua ideia de “oração bem concertada”, do mesmo modo, deve conduzir a um critério de correção interno: uma oração bem concertada, ligada à ideia de “hũa coherente disposição de palavras”, tem mais a ver com coerência semântica do que com correção a partir de critérios externos, estilísticos. Certamente, essa noção encontra precursores em Prisciano e nos especulativos medievais.

Outro indício importante de que a concepção de gramática de Roboredo é mais próxima da concepção de Port-Royal do que das anteriores a ela está no fato de que encontramos no *Methodo* duas conceituações de “gramática”: ao lado da definição apresentada acima (p. 64 do *Methodo*), de ordem, digamos, “racional”, encontramos uma explicação do termo que remete mais diretamente à tradição greco-latina: “Grammatica significa a arte de letras, derivada de *gramma*, que em grego significa, letra” (ROBOREDO, 1619, p. 1). A definição de gramática como *arte de letras* é recorrente na história precedente, mas certamente não é, no *Methodo*, senão uma observação terminológica.

Ainda na mesma direção, cabe observar que as informações sobre a fonética (ou fonologia, ou leitura em voz alta) são bastante escassas: não têm

mais de vinte e poucas linhas de texto. O *Methodo* destaca as partes do discurso e a sintaxe.

No entanto, apesar dessas semelhanças claras entre o *Methodo* de Roboredo e a *Grammaire* de Arnauld e Lancelot, há diferenças também claras entre eles.

Para Roboredo, o *Methodo* servia para o aprendizado de várias línguas, ou seja, dada a suposta universalidade da gramática, um estudante poderia utilizar o *Methodo* para aprender qualquer língua (na verdade, o português e o latim, que são as únicas línguas apresentadas no *Methodo*). Seu procedimento era indutivo – partia de exemplos concretos e procurava chegar a regras gerais – e seu objetivo era claramente didático.

Para Arnauld e Lancelot, a *Grammaire* já era uma espécie de resumo das regras gerais, que se aplicariam, dedutivamente, aos fenômenos linguísticos de qualquer língua. O equivalente port-royalino do *Methodo* de Roboredo seriam, talvez, as várias versões do *Nouvelle méthode pour le langue...*, de Claude Lancelot<sup>227</sup>. A questão da didática de línguas – embora certamente presente também na gramática de Port-Royal – não tem, para Arnauld e Lancelot, o mesmo peso que tem para Roboredo.

Finalmente, quero discutir um pouco a questão da relação entre as duas gramáticas.

Com base na proximidade de um conjunto de ideias que fundamentam ambos os trabalhos e com base na cronologia das publicações, podemos encontrar pesquisadores que consideram Roboredo um “precursor” da gramática de Port-Royal<sup>228</sup>.

Creio que há duas maneiras de entender a noção de *precursor*. A primeira é considerar que o precursor é aquele que teria apresentado uma ideia antes no tempo; nesse sentido, Roboredo seria precursor de Port-Royal. Creio, no entanto, que esta noção de *precursor* não é muito útil. A outra maneira de entender o termo *precursor* é considerar a influência direta que o mais antigo teve sobre o mais novo: o precursor abre um caminho que o seguidor trilhará. Para entender Roboredo como precursor de Port-Royal, seria preciso mostrar que a

227 De qualquer forma, o *Methodo* de Roboredo precede no tempo o *Nouvelle méthode* de Lancelot, que só aparece em 1644.

228 Como podemos ler em Volpe (2015, p. 76), que diz: “apesar de as obras terem origem em diferentes países com um espaço de tempo de mais de trinta e cinco anos entre a dos gramáticos de Port-Royal e a de Roboredo, uma pode ser considerada precursora da outra”.



trilha aberta por Roboredo foi também percorrida por Arnauld e Lancelot – e não há suficientes indícios que sustentem isso. Teria Lancelot lido Roboredo? Teria Lancelot escrito seus *Nouvelles méthodes* com base nas ideias de Roboredo? Minha primeira resposta seria que não.

Prefiro pensar, então, que a semelhança entre certas ideias de Roboredo e de Arnauld e Lancelot se deve ao “espírito da época”<sup>229</sup>, isto é, seriam ideias que, de certa forma, circulavam entre a intelectualidade e que foram aproveitadas pelos autores. Mais do que uma relação de precursor, creio que há, entre Roboredo e Port-Royal, uma relação de coincidência (apesar dos cerca de quarenta anos que os separam). Obviamente, essa minha posição não desmerece Roboredo; muito pelo contrário, destaca seu claro ineditismo no aproveitamento dessas ideias para pensar a gramática das línguas, mesmo que não o torne *precursor* de ninguém.

Voltando às três partes do *Methodo* de Roboredo, a primeira – que traz a *arte* – é dividida em três livros: “Livro Primeiro. Explicação compositiva das partes da oração Portuguesa, & Latina”; “Livro Segundo. Dos nomes, e verbos irregulares, e defectivos, Latinos, & algũs Portugueses correspondentes” e “Livro Terceiro. Da universal explicação resolutiva, & compositiva das partes da oração exemplificada na língua Latina”.

No “Livro Primeiro” Roboredo trata apenas de nomes e verbos, e de seus acidentes (números, gêneros e declinações dos nomes e conjugações dos verbos). Há também um capítulo sobre as preposições, que são tratadas como partículas que suprem a falta dos casos latinos na língua portuguesa.

No “Livro Segundo”, que é o menor deles (com apenas dez páginas), Roboredo trata de irregularidades na declinação de alguns nomes, de comparativos e superlativos irregulares e de verbos defectivos e irregulares, sempre apresentando casos do português e do latim.

Estes dois livros são constituídos, basicamente, de quadros e listas de palavras. Um pequeno exemplo:

229 Que os alemães denominam *Zeitgeist*.

QUADRO 6 – CONJUGAÇÃO DO VERBO SER EM ROBOREDO

*Do verbo substantivo, Sum, que nem he Activo nem Passivo.*

Este Verbo, *Sum*, he como fundamento de todos; & com elle per rodeio supprimos as vozes passivas que lhes faltão. He irregular; & significa substancialmente, ser ou star; & compõe destas preposições, *Ad, Ab, De, Inter, Ob, Præ, Pro, Inter*, que causão varios significados; & quando se compõe destas, *In, Sub*, Não toma o primeiro preterito nem seus derivados

*Primeira cabeça.*

1. Presête.	Eu sou,	Ego sum, es, est.	Plur. Sumus, estis, sunt.
2. Presêt.	Eu seja	Ego, sim, sis, sit.	Plur. Simus, sistis, sint.
1. Imperf.	Eu era.	Ego eram, eras, erat.	Plur. Erâmus, erâtis, érant.
2. Imperf.	Eu seria, fora & fosse.	Ego, essem, esses, esset.	Plur. Essemus, essetis, essent.
1. Futuro	Eu serêi.	Ego, ero, eris, erit.	Erimus, eritis, erunt.

Fonte: Roboredo (1619, p. 30)<sup>230</sup>

Há uma pequena apresentação geral do elemento gramatical – no caso o verbo substantivo *ser* – seguida de um quadro de sua conjugação.

É interessante destacar a passagem em que Roboredo diz que o verbo *ser*, “per rodeio” supre a falta das formas passivas no verbo português: “Na Portuguesa não há mais voz Passiva, que o Participio, & Gerundio em, Do.” (ROBOREDO, 1619, p. 13). O que ele quer dizer é que, ao contrário do latim, em português não temos formas verbais específicas de passiva (como *ducor*), mas suprimos essa falta usando o verbo *ser* associado ao participio (como *sou conduzido*): dizemos em latim *Duco, non ducor*<sup>231</sup> o mesmo que dizemos em português com a expressão *Conduzo, não sou conduzido*. Ambas as línguas permitem dizer as duas coisas, mas as formas de fazê-lo são distintas.

No terceiro e último livro, Roboredo vai abordar as partes da oração e a sintaxe. Ele reconhece apenas cinco partes da oração: *nome, preposição, verbo, advérbio e conjunção*.

O nome é definido como “palavra participante de Numero casual com Genero: como *Homo, Ille, Amans*” (ROBOREDO, 1619, p. 65). Roboredo vai dizer que o nome pode ser substantivo ou adjetivo e caracteriza o substantivo como aquele que “significa sustancia” (1619, p. 66). Não há, no entanto, caracterização do ad-

230 O quadro está transcrito apenas parcialmente. O termo “cabeça” indica forma verbal da qual se derivam formas de outros tempos e modos. A repetição da preposição *Inter* é do original. Os acentos nas palavras latinas (Erâmus etc.) são do original.

231 Com a ordem invertida, “*Non ducor, duco*” a afirmação está presente no brasão da cidade de São Paulo.

jetivo, apenas é dito que ele “se ajunta ao Substantivo” (1619, p. 66), permitindo que se conclua que o adjetivo significa algum acidente de uma substância. A impressão que se tem é que Roboredo trata essas noções de forma bem simplificada, como se fossem, de antemão, de conhecimento geral.

Roboredo ainda vai falar de nomes próprios, ou singulares, e nomes comuns e dos números e gêneros dos nomes.

Quanto aos adjetivos, Roboredo vai estabelecer dez subclasses: *pronomes, participios, interrogativos, relativos, partitivos, numerais, possessivos, positivos, comparativos e superlativos*. Essa classificação é interessante porque inovadora, apesar de usar de critérios pouco claros. Vejamos alguns casos (talvez os mais interessantes):

1. Pronome he nome Adjectivo, do qual usamos em lugar de Substantivo Singular, ou Proprio; como são: *Ilic, Iste, Ille, Ipse, Is*, que são Primitivos, & irregulares: outros são Derivados, como *Idem, Meus, Tuus, Suus, Noster, Vester, Nostras, Vestras*. Mas *Ego, Tu, Sui* são Pronomes Substantivos, Primitivos, & irregulares.
2. Participio he Adjectivo derivado de Verbo, do qual participa tempo em algũas línguas.  
[...]
7. Possessivo, he Adjectivo, com que significamos cousa possuída do Nome Primitivo, donde se deriva: como de, *Pater, Paternus*; de *Mater Maternus*, etc. [*sic*] de *Mei, Tui, Sui*, se derivão, *Meus, Tuus, Suus*. Aqui pertencem os Adjectivos, que significão materia, da qual se faz algũa cousa: como, de *Argentum, Argenteus*: de *Lignum, Ligneus, Lignarius* etc. E pertencem os Adjectivos Patrios: como, de *Lusitania, Lusitanus*: de *Hispania, Hispanus*: de *Italia, Italus*. E para significar cousas dos taes Reinos: como, *Lusitanicus, Hispanicus, Italicus*, etc. E os Patronímicos: como, de *Peneus, Peneius* etc. E *Nostras, Vestras, Cuias*. (ROBOREDO, 1619, p. 67)

Algumas observações.

Apesar da caracterização do adjetivo como aquele que “se ajunta ao Substantivo”, vemos que também pode ser adjetivo aquele que *substitui* o substantivo, apesar de alguns pronomes serem caracterizados por Roboredo como substantivos e não como adjetivos.

Os participios, identificados como nomes adjetivos, podem conter tempo. Roboredo retoma, assim, em parte, o critério de identificação dos participios como uma parte do discurso autônoma por “participar” da natureza do

nome e do verbo. É interessante observar que Roboredo se decide pela inclusão dos participios na classe dos nomes (adjetivos), exatamente como fizeram Arnauld e Lancelot na *Grammaire*. Pode-se suspeitar (não mais do que isso) que, para Roboredo, a característica verbal reconhecida nos participios (o tempo) provém do fato de serem derivados de verbos.

É interessante, também, a noção de possessivo<sup>232</sup>. Os casos que Roboredo considera possessivos já estavam assim classificados em Prisciano<sup>233</sup> e foram assim considerados, por exemplo, na gramática de João de Barros. Por outro lado, João de Barros distingue *pronomes possessivos* (*meu, teu*, etc.) de *nomes possessivos* (*Cristo, cristão; Algarve, algarvio*), o que Roboredo não faz.

Ao tratar das preposições, Roboredo diz o seguinte:

Preposição he palavra, que carece de Numeros, & rege Casos, a que se antepõ, & faz composição com outra palavra; como, *Incidit in foveam, quam struxit* [“Caiu no buraco, que cavou”].  
Em algũas línguas há tambem Preposições, que regem Genitivo, & Dativo; como na Portuguesa, & Grega; mas na Latina regem soamente Accusativo, & Ablativo. Em qualquer lingua he limitado o numero dellas. (ROBOREDO, 1619, p. 68)

Destaque para as propostas de que as preposições regem casos, fazem composição de palavras e de que seu número é sempre limitado.

É interessante a distinção feita por Roboredo entre as preposições e as conjunções: enquanto as preposições regem casos, as conjunções carecem “de Numero, & Regencia”; enquanto as preposições ajuntam palavras (numa relação de regência), as conjunções ajuntam “semelhantes”, e esses semelhantes podem ser nomes (de mesmo caso), verbos (de mesmo tempo) ou orações (cf. ROBOREDO, 1619, p. 70).

Sobre o advérbio, Roboredo diz que “altera as outras palavras, a que se ajunta como Adjectivo” (1619, p. 70). Essas “outras palavras” a que o advérbio se ajunta são verbos, adjetivos e advérbios.

232 Na gramática de Port-Royal, por outro lado, o termo *possessivo* só é usado para pronomes (como *meu, teu* etc.).

233 “*Possessivum est quod cum genitivo principalis significat aliquid ex his qui possidentur, ut ‘Evandrius ensis’ pro ‘Evandri ensis’*” [“O possessivo é o que, com o genitivo do primitivo, exprime alguma das coisas possuídas por ele, como ‘a espada evândrica’ no lugar de ‘a espada de Evandro’”]. (PRISCIANO, *Inst. Gram.* 2, 68, 8 – leia-se: livro 2, p. 68, linha 8).

Finalmente, passemos às observações de Roboredo sobre a sintaxe – que ele faz em três capítulos, III, IV (que ele registra como IIII) e V. No capítulo III, denominado “Da Composição das cinco partes da Oração, que se faz per Concordia, & Regencia. As quatro Concordias”, Roboredo apresenta quatro tipos de concordância: nome substantivo e adjetivo; relativo e antecedente; nominativo e verbo; e pergunta e resposta.

A primeira é a concordância nominal (de gênero e número). A segunda é, basicamente, a concordância, também de gênero e número, entre relativo e antecedente, além de alguns casos especiais do latim e do grego. A terceira é a concordância verbal (de número e pessoa, entre nome e verbo). E a quarta, mais interessante porque ultrapassa o limite da oração e, em consequência, é mais rara, merece um olhar mais detalhado.

Para Roboredo, pergunta e resposta concordam em caso, tempo, número e pessoa. Seus exemplos, todos do latim, são: “*Quæ oratio est optima? Est Dominica. Cujus est hæc oratio? Christi.*” [“Qual é a melhor oração? A dominical. De quem é essa oração? De Cristo.”], entre outros. Sobre essas possibilidades de concordância, encontramos a seguinte observação:

Se a Pergunta se fezer per terceira Pessoa, a direita Resposta recorre aa terceira Pessoa; como se vê. Porem quando a Pergunta, ou modo de perguntar se faz per Mândativo, ou per hum Verbo, & a Resposta per outro, não concordão sempre em Tempo; *ut, Cur non audietis? Iam audiamus, vel audivimus. Quî scis? Ego observabam, vel observavi.* [por exemplo, Por que não ouvís? Já ouvimos (presente) ou ouvimos (perfeito). Como sabes? Eu observava ou observei]. (ROBOREDO, 1619, p. 72-73)

Essa passagem mostra que Roboredo tem alguma percepção de fenômenos transfrásticos e que tenta estabelecer algumas regras para eles. Considerando que toda a tradição herdada por Roboredo tomava a oração como unidade gramatical máxima<sup>234</sup>, a observação desses fenômenos merece destaque.

Ainda no capítulo III, Roboredo apresenta uma descrição dos casos, usando o procedimento de Prisciano: parte do nominativo e vai apresentando os outros casos a partir dele.

234 Acima da oração só havia o texto, que não era assunto da gramática, mas da retórica ou da literatura.

Nos capítulos IV e V, Roboredo apresenta questões de linguagem figurada (figuras como elipse, pleonasma, zeugma etc.) e um conjunto de regras para evitar os solecismos. Suas nove regras (dirigidas ao “pricipiante”) têm a seguinte forma (reproduzirei só três, como exemplo):

1. Quando para tua Oração tomares hum nome considera se he Adjectivo; & sendo este olha com que Sustantivo vai concordado: & guarda a primeira Concordia, & sendo Relativo, a segunda.
  2. Quando tomares Verbo Pessoal não o ponhas na Oração sem primeiro veres, qual he seu Nominativo, para o por no mesmo Numero segundo a terceira Concordia. Nem ponhas Sustantivo em Nominativo sem ver primeiro qual he seu Verbo Pessoal. Se ocorrer na prosa pergunta, ocorre tu aa quarta Concordia.
- [...]
9. Advirte que intervindo Conjunções de hūas Orações para outras os Verbos dellas se correspondem em Tempos: como os Presentes respondem a Presentes; Preteritos a Preteritos; Futuros a Futuros: & que se o Verbo que antes fica significa de futuro, como Timeo, Spero, Vereor etc. que obriga o seguinte Verbo a significar de futuro. Advirte sobre tudo o uso. (ROBOREDO, 1619, p. 77-78)

O que se percebe de forma geral no texto de Roboredo é a falta de uma “teoria geral” que dê sustentação à gramática, como a que temos na gramática de Port-Royal. Não obstante, seu *Methodo* apresenta um tratamento inovador – e, infelizmente, episódico – de vários fenômenos raramente tratados em gramáticas anteriores.

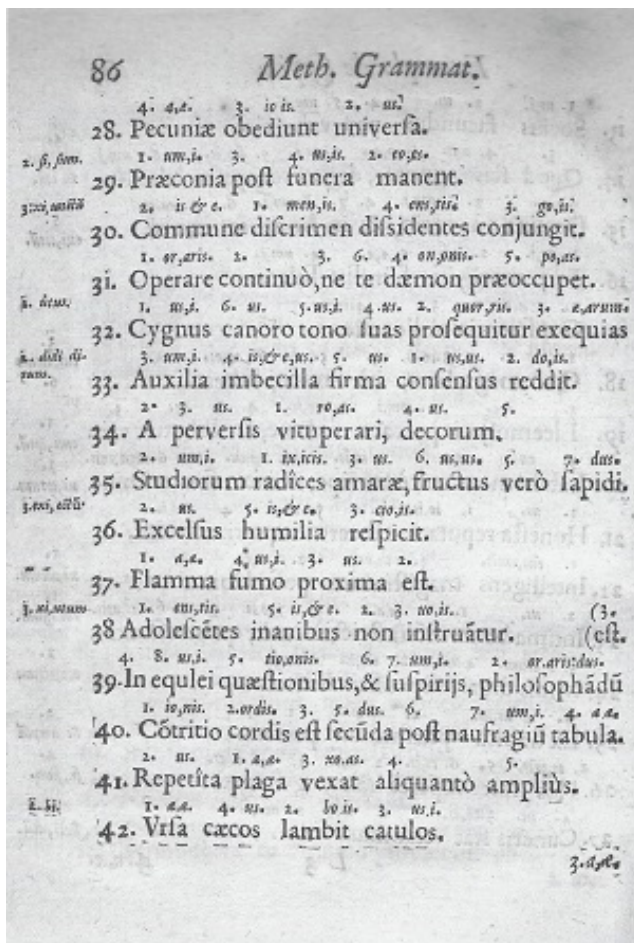
Com isso, encerro a apresentação da primeira parte do *Methodo*: a parte da *Grammatica, exemplificada na portuguesa e latina*.

Restam-nos ainda as outras duas partes, sobre as quais serei breve.

A segunda parte do *Methodo* é constituída por um conjunto de mil e duas sentenças em latim que é conhecido como *copia de palavras*. Trata-se de um “corpus anotado” para ser usado pelos mestres de latim no ensino dessa língua. Como se pode ver na reprodução de uma das páginas abaixo, as sentenças são numeradas e cada uma delas tem uma série de anotações na parte de cima. As anotações são de dois tipos: os números estabelecem a ordem direta das orações (ou a ordem em que as palavras devem ser tomadas para o estabelecimento adequado da significação). Assim, por exemplo, a sentença 35 (“*Studiorum radices amarae, fructus vero sapidi*”) [“as raízes da aprendizagem são

amargas, mas os frutos são agradáveis”), na ordem direta seria: *Radices studio- rum amarae, vero fructus sapidi*. As outras anotações indicam a declinação a que pertencem as palavras (sua “cabeça”).

FIGURA 2 – COPIA DE PALAVRAS (ROBOREDO)



[118]

Fonte: Roboredo (1619/2002).

A terceira, e última, parte do *Methodo* – denominada “Exemplo latino da frase. Terceira parte do *Methodo grammatical para todas as linguas*, colhido dos autores classicos. Fica sendo segunda parte da copia” – consiste num conjunto de exemplos retirados de autores latinos clássicos. Assim como a *Copia* dirigida

sua atenção para as palavras, o *Exemplo latino da frase* dirige sua atenção às construções. Da página 206 à página 227<sup>235</sup>, encontramos 187 frases que, numa apresentação bilíngue, mostram correspondências entre o português e o latim. O *Exemplo* discute também casos em que não há correspondência entre o latim e o português (“propriedades da Frase Latina & Portuguesa entre si repugnantes”), como, por exemplo, a dupla negação, que em latim é uma afirmação e em português é uma negação. Apresenta também um conjunto de comentários, acompanhados de exemplos, sobre o acento quantitativo latino e exercícios de escansão.

O *Methodo* termina com duas listas – de adjetivos e verbos – que, em linguagem figurada, admitem certos casos (com indicações das frases que os exemplificam).

Encerro minha apresentação do *Methodo* de Roboredo por aqui. Embora não exaustiva, acredito que esta apresentação pode dar uma boa ideia tanto do método de ensino de línguas proposto por Roboredo quanto da “teoria de fundo” que dá suporte às suas propostas. Quanto a este segundo ponto, destaco o fato de que algumas das ideias centrais do racionalismo francês, ilustrado na *Grammaire* e na *Logique* de Port-Royal, já circulavam em Portugal no início do século XVII – e Amaro de Roboredo é prova disso.

Antes de encerrar a apresentação das ideias linguísticas de Roboredo, quero falar um pouco de outro trabalho seu: a *Porta de línguas*.

Em 1623, quatro anos depois da publicação do *Methodo*, Amaro de Roboredo publica em Lisboa, pela casa Pedro Craesbeek, um compêndio denominado *Porta de línguas ou modo muito accommodado para as entender publicado primeiro com a tradução Espanhola. Agora acrescentada a Portuguesa com numeros interliniais, pelos quaes possa entender sem mestre estas línguas o que as não sabe, com as raizes da Latina mostradas em hum compendio do Calepino, ou por melhor do Tesouro, para os que a querem aprender, e ensinar brevemente; e para os estrangeiros que desejão a Portuguesa, e Espanhola*<sup>236</sup>.

A *Porta de línguas* é tradução da *Janua linguarum* dos jesuítas irlandeses e, embora respeite a ordenação original, “contribui com números interlineais, a

235 Na edição fac-similar de 2007, páginas 238 a 259.

236 *Calepino* é referência a Ambrogio Calepino (1440-1510), lexicógrafo italiano que publicou um dicionário de latim em 1502 (com cerca de 18 edições ainda no século XVI). Pela importância de seu dicionário, o termo *Calepino*, ao menos em Portugal, foi identificado, por metonímia, à noção de dicionário.



enunção de substantivos e adjetivos e a conjugação dos verbos, para, mais facilmente, os alunos as entenderem melhor” (ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2007, p. xxii).

A *Janua linguarum* (*Janua linguarum sive modus maxime accomodatus, quo patefit aditus ad omnes linguas intelligenda* [Porta de línguas ou modo mais adequado de tornar claro o entendimento de todas as línguas]) era uma obra de caráter didático, escrita pelos jesuítas do Real Colégio de Nobles Irlandeses de Salamanca (Espanha) e publicada em 1611.

Segundo os seus autores/compiladores, esta obra destinava-se a facilitar o estudo das línguas clássicas (hebraico, grego e latim) e vernáculas (castelhano, francês, italiano e alemão) aos estudantes de várias nacionalidades e auxiliar os missionários e confessores espalhados pelo “novo” mundo. Diz o Prólogo que,

“Ingenti communis utilitatis spe adducti hoc opusculum, quantumcunque est, typis mandare decrevimus: [...]. Hoc enim maxime viris Apostolicis in infidelium regionibus, qui seminandae fidei navant operam, ad barbaras, et peregrinas addiscendas linguas conducet: hoc etiam confessariis, ut exterarum gentium arcana pectoris sensa cognoscere possint, commodum erit, in iis praesertim locis, quos alienigenae viri maxime frequentant”. (IESU, 1611: 7).

[“Movidos com grande esperança da utilidade comum, determinamos imprimir esta obrazita tal qual é: [...]. Porque isto principalmente convirá para aprender as línguas bárbaras e peregrinas, aos varões Apostólicos que se empenham em espalhar a fé nas regiões dos infiéis. Isto também será cómodo para os Confessores, para poder conhecer os secretos pensamentos do peito das gentes estrangeiras, naqueles lugares principalmente que frequentam muitos varões forasteiros”.]

(FERNANDES, 2004a, p. 166)<sup>237</sup>

Fernandes descreve a obra e apresenta as vantagens que os jesuítas viam no método utilizado com as seguintes palavras:

A edição princeps da *Janua Linguarum*, de que se conhece apenas um exemplar na posse da Biblioteca da Universidade de Salamanca (Signatura: 34.898), é constituída na totalidade por 215 páginas, en-

237 A tradução dos textos em latim é de Gonçalo Fernandes e aparecem em seu texto sempre como notas.

globando o prefácio/“proemium” (pp. 7-10 e 25-27), dez capítulos doutrinários (pp. 11-24 e 28-39), doze centúrias de frases/ “sentenças”, em latim e castelhano (pp. 41-127), uma (proposta de) tradução parafrástica (livre) da duodécima centúria (pp. 128-130), um apêndice de palavras ambíguas/equívocas (pp. 132-139) e um índice/dicionário das palavras “familiares” fundamentais da língua latina utilizada na *Janua*, com indicação da “sentença”/frase em que a mesma é utilizada (pp. 141-215). Cada centúria é constituída por 100 frases (?) ou sentenças, com exceção da undécima, na qual apenas existem 41 frases, já que entre as sentenças 1.042 e 1.200, inclusive, as frases estão propositadamente em branco, para serem preenchidas por quem entendesse, na opinião de Amaro de Roboredo. No prefácio ou “proemium”, os autores defendem o valor e as vantagens do método adoptado, referindo que a sua utilização traz muitos benefícios para os estudantes e que estes conseguem atingir melhores resultados em três meses, especialmente na aquisição vocabular, que outros estudantes que usem um outro método durante três anos:

“Hoc potissimum iam aetate provectis, qui taedio grammatices a sacris ordinibus deterrentur, subveniet: hoc molestum voluendi toties vocabularii laborem minuet: hoc piis eorum desideriiis succurret, qui ad sola Evangelia, precesque intelligendas, mediocres aliquando subirent labores, communes vero tam intricatos nunquam: hoc foecundiores verborum segetem grammaticis, & rhetoribus uno trimestri, quam aliud quidvis toto triennio subministrabit, idque maxime in linguis non vulgaribus, Hebraica, Graeca, & Latina”.

[“Isto servirá de socorro principalmente aos já provecos em idade, que por tédio da gramática se desviam das Ordens sagradas. Isto diminuirá o pesado trabalho de revolver o Vocabulário tantas vezes. Isto socorrerá aos desejos piedosos daqueles que para só entenderem os Evangelhos e as preces passaram algumas vezes os trabalhos medianos, mas os comuns e tão intrincados nunca. Isto dará aos gramáticos, e retóricos mais fértil campo de palavras num trimestre que qualquer outra coisa em todo um triénio, isto especialmente nas línguas não vulgares, a Hebraica, a Grega e a Latina”].

(FERNANDES, 2004a, p. 168-169)

O método proposto pelos autores da *Janua linguarum* consistia basicamente em não propor regras para o latim, mas deixar que as regras fossem obtidas, indutivamente, pelos aprendizes a partir do contato com as sentenças apresentadas e analisadas.

“Omnia enim quae in Grammatica regulis praescribuntur, possunt etiam sententiis commode doceri, ita ut facilius, citius, & certius animis inhaereant, quam nudis regulis Grammaticalibus per se fieri queat. Et hoc ad finem, & proprium institutum addiscendi linguam sufficiet, idque maxime in linguis vulgaribus, in quibus non est necesse scientificè percipere quae ad methodum Grammaticalem pertinent” (IESU 1611: 19).

[“Todas as coisas que na Gramática se compreendem em regras podem ser ensinadas comodamente por sentenças, de tal modo que mais facilmente, com maior certeza e mais depressa se fixem nos íntimos do que se possa fazer somente pelas nuas regras da Gramática. E isto bastará para o fim, e próprio instituto de aprender a língua, especialmente nas línguas vulgares, em que não é necessário perceber cientificamente as coisas que pertencem ao método gramatical”.]

(FERNANDES, 2004a, p. 170)

Esse método de ensino de línguas, criado pelos jesuítas de Salamanca, teve várias traduções para outras línguas: em 1615 aparece uma tradução para o inglês (de William Welde, que elimina a língua espanhola) e em 1617,

Jean Barbier fez uma nova edição, combinando as duas anteriores e acrescentando uma tradução francesa, ou seja, este manual, intitulado *Janua Linguarum, Quadrilinguis, or a Messe of Tongues: Latine, English, French, and Spanish*, combinava quatro das línguas mais faladas na Europa (GAMERO, s.d.: 71-73). Depois da tradução portuguesa [de 1623], ainda se publicaram mais algumas (O'MAHONY, 1981: 131): em 1629, Habrecht edita a *Janua Linguarum Silinguis*, em Strasbourg; em 1631, Coménio melhora a edição original e publica a *Janua Linguarum Reserata et Aperta*, em Lissa; e, em 1637, Gaspar Sciopius modifica levemente a edição original e publica a *Mercurius Quadrilinguis*, em Pádua, uma das melhores adaptações, segundo Padley, “with parallel sentences in Latin, Greek, Hebrew and Italian” (PADLEY, 1985: 340).

(FERNANDES, 2004a, p. 179)

Segundo Fernandes (2004a, p. 179), a edição de Comenius – a mais conhecida de todas – deve ter contribuído para que a obra original, dos jesuítas irlandeses de Salamanca, ficasse esquecida pelos historiadores da linguística.

Para encerrar este item, quero destacar que a *Janua linguarum* dos jesuítas de Salamanca recebe dois tratamentos por parte de Amaro de Roboredo:

o primeiro é sua inclusão, quase integral<sup>238</sup>, em seu *Methodo grammatical para todas as linguas*, com a denominação de *Copia de Palavras*, em 1619, e o segundo é sua edição da *Porta de linguas* com 1.263 sentenças latinas com as respectivas traduções portuguesa e castelhana, publicada em 1623.

## Resumo do século XVII

Como pudemos ver, o século XVII, depois do predomínio quase total da perspectiva pedagógica nos estudos gramaticais do século anterior, vê surgir uma nova perspectiva filosófica, “teórica”, com a gramática de Port-Royal: uma teoria da linguagem logicamente consistente que propunha uma nova abordagem para os fenômenos linguísticos a partir de princípios gerais, universais, bem fundamentados lógica e filosoficamente.

Como já apontamos ao tratar o pensamento medieval, o tratamento teórico seiscentista se sobrepõe a uma base descritiva que nunca é posta em questão. No caso do latim, de certa maneira, a descrição dos fenômenos que encontramos em Prisciano, bem como a primeira teorização que a sustenta, é respeitada. Apesar da sofisticação teórica, os fatos linguísticos continuam a ser tratados com os mesmos “rótulos”, e segundo a mesma categorização, que recebiam na gramática greco-latina. Os gramáticos seiscentistas continuam falando em nomes, verbos, preposições, sujeitos e predicados, substâncias e acidentes, palavras e orações, concordâncias e regências como se essas noções não fossem resultado de uma “teoria” gramatical; como se fossem, alternativamente, representações fiéis e transparentes dos próprios fenômenos sob investigação. Como já dissemos antes, a teoria gramatical greco-latina estava *naturalizada*.

Ao mesmo tempo, vemos aparecer novas metodologias para o ensino de línguas, reforçando a destinação pedagógica das gramáticas. A *Porta de linguas* de Roboredo mostra isso no que respeita a língua latina e a língua portuguesa (além da língua castelhana).

O *Methodo* de Roboredo fica a meio caminho entre as duas perspectivas: por um lado avança na formulação de uma teoria da linguagem, lógica e universal, enquanto, por outro lado, tem clara vocação pedagógica.

238 Sem as traduções para o espanhol.

# Capítulo 6

---

## *A gramática no século XVIII*

O século XVIII vê – por quase toda a Europa – a consolidação das ideias da Gramática de Port-Royal e, portanto, a consolidação de um modo de entender a gramática parcialmente distinto da tradição greco-latina. A tradição das gramáticas dos *autores*, isto é, da gramática ligada aos estudos literários ou ao “bem-falar” dá lugar a uma gramática das *artes* (que recupera, em parte, o pensamento especulativo). Tal movimento, em Portugal, apesar da existência do *Methodo* de Roboredo, só vai se completar no século XIX, com o surgimento da gramática de Jerônimo Soares Barbosa. Em Portugal, o século XVIII é um período que pouca coisa acrescenta aos estudos gramaticais do século XVII, embora os gramáticos passem a citar Port-Royal e a se dizerem influenciados por suas ideias (influência que, de modo geral, não é óbvia).

De qualquer forma, quero destacar dois exemplares dos estudos gramaticais setecentistas em Portugal: a gramática de Jeronymo Contador de Argote e a gramática de António José dos Reis Lobato<sup>239</sup>. Finalizo o capítulo com uma notícia do *Breve compendio da gramatica portugueza*, de Francisca de Chantal Álvares, a primeira mulher autora de uma gramática a aparecer nesta história.

239 Há outros gramáticos no Portugal do século XVIII. Teresa Maria Teixeira de Moura, em sua tese de doutorado intitulada *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII* (MOURA, 2012) aborda, além de Argote e Lobato: João Joaquim Casimiro, autor do *Methodo grammatical resumido da lingua portugueza*, publicado em 1789; Pedro José da Fonseca, autor de *Rudimentos da grammatica portugueza, commudos á instrucção da mocidade, e confirmados com selectos exemplos de bons authores*, publicado em 1799; Pedro José de Figueiredo, autor da *Arte da grammatica portugueza*, publicada em 1799; e um anônimo que publica, em 1804, o *Compendio da grammatica portugueza*.

Antes de entrar nas gramáticas portuguesas, acho interessante fazer um breve panorama do pensamento gramatical que se desenvolveu na França na sequência do pensamento de Port-Royal.

## **A gramática francesa do século XVIII: um breve apanhado da sintaxe**

A abordagem de Arnauld e Lancelot, como vimos, entendia a linguagem como um lugar de encontro de duas ordens de fenômenos: um conjunto de operações do espírito e suas representações pelas línguas. O tópico central era a operação mental do julgamento e sua representação por meio de proposições: julgar é fundamentalmente afirmar alguma coisa sobre alguma outra coisa e, portanto, as proposições deviam consistir na relação entre dois termos: o sujeito e o atributo. Essa relação é representada linguisticamente pelo verbo *ser* (o verbo substantivo), que afirma que o atributo existe no sujeito.

Na medida em que existem outros verbos, além do *ser*, nas línguas, esses verbos são entendidos como amálgamas do verbo substantivo e algum atributo. Por exemplo, o verbo *cantar* deve ser entendido como a reunião do *ser* com o atributo *cantor* e, em consequência, a proposição “Pedro canta” possui, de fato, a estrutura “Pedro é cantor”. Esses verbos que possuem uma estrutura “oculta”, que precisa ser exposta, são os verbos adjetivos.

A estrutura típica das proposições é “Sujeito + verbo *ser* + Atributo” e toda proposição que manifeste estrutura diferente desta deve ter sua estrutura lógica básica, subjacente, exposta.

Ocorre que boa parte das proposições parecem ter mais do que apenas o sujeito e o atributo em sua estrutura lógica. A proposição “João beijou Maria” não parece poder ser exposta numa estrutura típica: sua estrutura lógica seria “João é beijador de Maria”, ou algo assim. E isso coloca problemas especiais para a sintaxe de línguas como o francês ou o português: o atributo parece ter uma estrutura interna.

A simples análise das relações morfológicas, baseadas nos casos do latim, é insuficiente para expor as relações funcionais entre os elementos percebidos no interior dos atributos: o que fazer com a forma “de Maria”?

Para dar conta desse tipo de problema, gramáticos franceses do início do século XVIII introduzem novos conceitos analíticos. Segundo Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 177), o Padre Buffier, autor da *Grammaire française sur*

un plan nouveau, publicada em 1709, introduz o conceito de *modificador*<sup>240</sup>. Os modificadores são palavras que expressam circunstâncias que especificam a significação da palavra que modificam. Assim, em “Pedro é beijador de Maria”, a expressão “de Maria” é um modificador de *beijador*, que restringe o significado do atributo: Pedro não é mais um simples beijador, mas um beijador de Maria. A análise lógica das estruturas torna-se mais complexa.

Esses modificadores vão receber, mais tarde, o nome de *complementos*. Nicolas Beauzée (1717-1789), no artigo “Complément” da *Encyclopédie Méthodique*, vai definir complemento como “o que juntamos a uma palavra para determinar a significação, de alguma maneira que isso possa ser” (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 179). Nesse artigo, Beauzée atribui essa noção a César Chesneau Dumarsais (1676-1756).

Se olharmos para o trabalho de Dumarsais, vamos encontrar algumas distinções relevantes. Ele observa, por exemplo, que certos complementos introduzem uma determinação não necessária, que “não influi em nada na essência da proposição gramatical”. Segundo Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 179-180), “[e]les constituem os adjuntos que exprimem sem dúvida uma circunstância (a escolha desse termo está destinada a grande sucesso) de sentido importante, mas que não afeta a construção da proposição”. Dumarsais, Beauzée e outros gramáticos franceses do século XVIII vão construir um sistema de oposições que vai ser muito importante nos estudos gramaticais posteriores. Por exemplo: (i) *complementos* são exigidos pela estrutura lógica da proposição e *adjuntos* são acessórios; (ii) complementos podem ser *diretos* (não vêm introduzidos por preposição) ou *indiretos* (são introduzidos por preposições). Os adjuntos também são chamados, no período, de *complementos circunstanciais*.

Enfim, o pensamento gramatical francês do século XVIII foi adiante na investigação da estrutura lógica da proposição, reconhecendo funções gramaticais internas ao sujeito e ao atributo e cunhando um conjunto de noções e de termos que ainda hoje são utilizados nas gramáticas e nas teorias linguísticas.

Como toda proposição tem necessariamente um sujeito e um atributo (na medida em que representa a operação de julgar), essas duas funções (essas duas partes do discurso) são consideradas *essenciais*<sup>241</sup>. Os elementos funcionais

240 “Modificativo”, na tradução para o português da obra de Colombat, Fournier e Puech (2017).

241 Sempre é interessante lembrar que em francês, ao contrário do português, não se pode construir sentenças sem a posição de sujeito estar preenchida.

internos ao sujeito ou ao atributo, por mais importantes que sejam, não são essenciais: se *complementos*, integram a significação do nome ou do verbo (são *integrantes*); se adjuntos, indicam circunstâncias não necessárias (são *acessórios*).

Como veremos a seguir, as principais gramáticas portuguesas do século XVIII ignoram esses desdobramentos dos estudos sintáticos realizados na França.

## **Jeronymo Contador de Argote (1676-1749)**

D. Jeronymo Contador de Argote, filho de Luiz Contador de Argote, desembargador na Relação do Porto, e de D. Maria Josefa Lobo da Gama Maldonado, de estirpe nobre, iniciou seus estudos na cidade do Porto, indo ainda menino estudar com os jesuítas em Lisboa. Aos 12 anos (em 22 de janeiro de 1688), tornou-se Clérigo Regular da Ordem dos Teatinos (ou Ordem dos Clérigos Regulares da Divina Providência). Além de gramático, foi historiador, tendo sido membro da Academia Real de História.

Em 1721, publicou, em Lisboa, uma gramática denominada *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. Essa gramática, segundo Rolf Kemmler (2012a, p. 75), merece atenção por duas razões particulares: é a primeira gramática da língua portuguesa publicada no século XVIII e é a primeira de todas as gramáticas portuguesas a ter mais do que uma edição enquanto o autor estava vivo.

Durante a vida do autor, as *Regras da lingua portugueza* foram publicadas duas vezes: a primeira publicação, em 1721, tendo como autor Caetano Maldonado da Gama, pseudônimo assumido por Argote, numa combinação dos nomes de São Caetano e dos sobrenomes da família de sua mãe. A segunda edição, de 1725, já foi feita sob a autoria de Jeronymo Contador de Argote.

As duas publicações não são idênticas, sendo a segunda um pouco mais extensa. Segundo Kemmler (2012a, p. 84), seria necessário um trabalho cuidadoso de comparação entre as duas edições para que pudéssemos ter uma posição mais segura sobre as diferenças entre elas – trabalho que ainda não foi feito.

Todos os meus comentários a seguir são feitos a partir da segunda edição – de 1725.

O título e a dedicatória da gramática revelam seus objetivos. Vejamos:



Contêm esta Grammatica a analogia, que se encontra entre a lingua Portugueza, e a Latina, e hum methodo facil, e claro para pelas regras da primeyra conhecer, e praticar os preceyτος da segunda. (ARGOTE, 1725)<sup>242</sup>

No prólogo, Argote acrescenta:

A presente Grammatica he Portugueza no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso a mayor parte das regras, que contêm, guardão ou total, ou parcial harmonia com as Latinas, e as demais, em que a Grammatica Portugueza discorda inteiramente da Latina, as reputa como Idiotismo, e assim as deyxta para aquelles, que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda a sua extensão. (ARGOTE, 1725)

Podemos dizer, com base nestas poucas palavras, que as *Regras* de Contador de Argote – embora ele reconheça, ao contrário de João de Barros, que há diferenças importantes entre o latim e o português – seguem o projeto pedagógico inaugurado em Portugal por João de Barros: trata-se de uma gramática do português que se pretende meio para se chegar ao latim, a língua que, ao fim e ao cabo, é a meta da educação linguística portuguesa (ainda no século XVIII). Isso se revela completamente quando vemos as seguintes palavras da “Introducçam á presente Grammatica”, em que Argote diz:

A Lingua Latina he universal em toda a Europa, e necessaria para as occupaçoens da Republica; por isso muytos a aprendem, mas poucos a sabem sufficientemente, e raros com perfeçãõ. Em a aprender gastaõ os meninos a mayor parte da Puericia, e ainda da Adolescencia. Para evitar essas demoras, de que procedem graves danos, se tem proposto por alguns Varoens sabios diversos arbitrios. Entre estes o que se tem achado ser mais facil, util, e seguro, (ao menos para as Naçoens, cujas línguas vulgares são filhas da Latina, assim como a Portugueza, Castelhana, Italiana, e Franceza) he ensinar aos rapazes primeyro a Grammatica da sua lingua vulgar, e depois ensi-

242 A parte preliminar das *Regras* não tem numeração de páginas. A dedicatória segue a página de rosto; o prólogo tem apenas duas páginas e antecede as licenças; a introdução tem 11 páginas. Este trecho abre a dedicatória; os trechos da introdução citados mais abaixo estão nas páginas 1-2, 4 e 11.

narlhes a Grammatica Latina; porque assim viraõ a aprendella facil, e brevemente, segundo mostra a experiẽncia, e a razaõ.

[...]

Este pois he o intento desta Arte ensinar as regras da lingua Portu- gueza para facilitar aos meninos a percepçaõ, e o uso da Grammati- ca Latina. (ARGOTE, 1725)

Percebe-se, também, alguma influência da gramática de Port-Royal nas explicações gramaticais apresentadas por Argote (embora não haja uma influência perceptível da *filosofia da linguagem* que sustenta a gramática de Port-Royal, a não ser a de um “universalismo” incipiente, que supõe que as regras do português e do latim são, em boa parte, as mesmas). Note-se a passagem seguinte, ainda da introdução:

Tambem advirto que alguns poderaõ estranhar a explicação, que dou a alguns pontos da Grammatica Portugueza, porẽm os que forem versados na liçaõ do novo methodo dos Padres da Congregaçaõ de Portroial, e da Grammatica discursada do Padre Lami, veraõ que na explicação da Grammatica Portugueza observo a mesma doutrina, que elles observãraõ a respeyto da Latina. (ARGOTE, 1725)<sup>243,244</sup>

Não vou fazer aqui nenhuma apresentação mais detalhada das *Regras* de Argote. Vale a pena, no entanto, reproduzir um pequeno trecho.

243 Há dúvidas sobre o que seria “o novo methodo dos Padres da Congregaçaõ de Portroial”: seria a *Grammaire général et raisonnée* ou seriam os *Nouvelles méthodes*? Kemmler (2012a) apresenta alguns argumentos em favor de que este “novo método” seria mesmo o *Nouvelle méthode pour apprendre la langue latine*, publicado por Lancelot em 1644.

244 Sobre a referência à *Grammatica discursada do Padre Lami* é interessante destacar que na edição de 1721 das *Regras*, assinada com pseudônimo, Argote fala na “Arte de fallar do Padre Lami” e na edição de 1725 passa a falar na “gramática discursada”. É interessante ver o que diz Kemmler (2012a, p. 92-93) sobre o assunto: “Para identificar a ‘Arte de fallar do Padre Lami’, convém prestar atenção ao tratado de retórica *De l’art de parler*, publicado anonimamente em 1675 (cf. Lamy 1675). É somente desde a quarta edição que a autoria vem sendo atribuída ao oratoriano francês Bernard Lamy (1640-1715) debaixo de um título algo alterado: *La rhétorique ou l’art de parler*. Cremos, por isso que Argote, em 1721, está a falar de uma das edições primitivas da obra *De l’art de parler* (de 1675, 1676 e 1679). Dado que Argote (1725: [XXIII-XXIV]) passa a falar ‘da Grammatica discursada do Padre Lami’, as suas informações deixam de fazer sentido, porque a obra de Lamy não reúne as caraterísticas em questão, pois fica evidente que a retórica de Lamy se encontra redigida em pleno texto expositivo, sem qualquer recurso ao método dialogístico. Julgamos, pois, que se trata de duas obras distintas de dois autores diferentes”.

M[estre]. Dizeyme, e que cousa he lingua Portugueza?  
D[iscípulo]. Lingua Portugueza são as palavras; e o modo de fallar, de que os Portuguezes entre si usaõ na pratica; ou conversaçãõ, ou quando escrevem.  
M. E de que consta a pratica ou conversaçãõ?  
D. Consta de palavras, ou Oraçoens.  
M. E que cousa he Oraçãõ?  
D. São as palavras, que hum homem diz a alguem, ou lhe escreve.  
M. Dizey exemplos.  
D. *Já estou saõ; Tenho sede; saõ Oraçoens.*  
M. E quantas castas de palavras tem a lingua Portugueza, e as suas Oraçoens?  
D. Oyto.  
M. Quaes saõ?  
D. Nome, Pronome, Verbo, Particípio, Adverbio, Preposiçãõ, Conjunçãõ, e Interjeçãõ.  
(ARGOTE, 1725, p. 2)

Por este trecho podemos ver que as *Regras* de Argote são redigidas em forma dialogal, dentro, portanto, da tradição iniciada por Donato e seguida pelas gramáticas insulares.

Podemos ver, também, que as classes de palavras são exatamente as mesmas que encontramos em Prisciano.

A língua portuguesa, no entanto, ao contrário do latim, possui *artigos*. Assim, a ausência da classe dos artigos na lista das classes de palavras parece sugerir que Argote ignorava essas palavras. É interessante ver, então, que isso de fato não acontecia: para Argote, os artigos não seriam palavras, mas *partículas* (“palavrinhas”) cuja função era exprimir casos, números e gêneros. Nas suas palavras:

M. Dissestes menino, que o nome se declinava por casos, & que cousa he declinar o nome por casos?  
D. He repetir o nome com seu artigo, e com as mudanças do artigo. Isto he na lingua Portugueza, que na latina não he assim.  
M. E que cousa he artigo?  
D. Artigo he huma palavrinha, ou particula, que se poem antes do nome.  
M. Dizey exemplos.  
D. A *virtude*. A particula *A* posta antes do nome *Virtude* he artigo. *O amor* a particula *O* posta antes do nome *Amor* he artigo.  
M. E quantos artigos ha na lingua Portugueza?

D. Dous.  
M. Quaes são?  
D. São O, & A.  
[...]  
M. E os artigos tem numeros, & declinaõ-se por casos?  
D. Sim.  
(ARGOTE, 1725, p. 5)

Além da sua não existência em latim, os artigos colocavam o problema de terem suas definições muito semelhantes às definições de preposição. Creio que pode ser interessante ver como Argote trata as preposições:

M. Qual he a sexta casta de palavras, que ha na lingua Portugueza?  
D. As Preposiçoens.  
M. Que cousa he Preposiçaõ?  
D. Preposiçaõ he huma palavra, que se poem antes das outras palavras, ou junta, ou separada.  
M. Dizey exemplos.  
D. *Para Roma*. A palavra *Para* he Preposiçaõ, e esta posta antes do nome *Roma*. *Condiscipulo*. A palavra *Con* he Preposiçaõ, e esta junta ao nome *Discipulo*.  
[...]  
M. E as Preposiçoens regem caso?  
D. As separadas sim.  
M. E que casos regem?  
D. Accusativo, e Ablativo.  
M. E quaes são as que regem Accusativo e Ablativo?  
D. Isso diremos na Syntaxe.  
(ARGOTE, 1725, p. 172 e 173)

Note-se que tanto preposições quanto artigos são inicialmente definidos pela posição anteposta com relação a outras palavras (e, pelos exemplos, se comprova que tanto artigos como preposições podem se antepor a nomes e, portanto, a palavras de uma mesma classe). Assim, esse primeiro critério definidor torna-se inútil. A alternativa é procurar critérios adicionais que façam a identificação, e o recurso, aparentemente, era apresentar suas distintas funções: aos artigos caberia a manifestação dos casos dos nomes e às preposições caberia, ao menos em parte, estabelecer a regência dos nomes a que são antepostas.

No final, no entanto, ficamos sem saber se os artigos são ou não “palavras” e porque não constituem para Argote uma classe de palavras, se o são. Nem ficamos sabendo qual é a função da totalidade das preposições. A apresentação de Argote é superficial e pouco clara. Muito diferente do que vemos em outras gramáticas (especialmente se comparamos com a gramática de Port-Royal).

Sobre a distinção – nunca bem esclarecida – entre palavra e partícula, creio que posso fazer algumas especulações. Por um lado, posso arriscar a dizer que o tratamento dos artigos como partículas (palavrinhas) tem origem na tentativa de Argote de tornar o português “espelho da língua latina”, como diz no título de suas *Regras*, e dada a ausência de artigos em latim – e a consequente ausência de uma classe de palavras correspondente – decidiu não incluir, também, essa classe em sua obra. Por outro lado, levando em conta o que vemos em algumas gramáticas de missionários que trataram de línguas não europeias, posso supor que a noção de partícula se associava a uma noção, intuitiva e não teórica, de morfema: “pedacinhos” significativos que se associavam às verdadeiras palavras para lhes acrescentar novos significados. A ausência dos artigos em latim e o reconhecimento de que os “artigos” em português eram significativos pode ter levado Argote a denominá-los partículas. Como não tenho nenhum elemento que justifique, de um jeito ou de outro, a decisão de Argote (evidências de que teria lido alguma gramática dos jesuítas, por exemplo), isso fica no nível da pura especulação.

Segundo Leite (2011, p. 667):

A gramática [de Argote] organiza-se em quatro partes: a primeira, com onze capítulos, trata de morfologia; a segunda, com oito capítulos, trata de sintaxe; a terceira, com sete capítulos, trata de sintaxe figurada; e a quarta, acrescentada na edição de 1725, trata da variação linguística. Essa edição, a segunda, é, por isso, diferente da primeira, porque trouxe essa quarta parte com três capítulos, sendo o primeiro “Dos dialectos da lingua portugueza”; o segundo sobre a “Construção da lingua portugueza”; o terceiro sobre “Pratica da regencia da lingua portugueza”, acompanhado da análise, apresentada como exercício de uma carta, inédita naquela época, do Padre Antonio Vieira.

É preciso destacar a presença de toda uma parte da gramática de Argote dedicada à variação linguística. Assunto bastante raro nas gramáticas, só tinha

sido abordado com alguma demora por Fernão de Oliveira, quase duzentos anos antes. Marli Leite considera que os estudos de Argote sobre os dialetos, regionais e sociais, permitem que conheçamos melhor não só o português praticado na época, como o estágio em que se encontravam os estudos linguísticos (LEITE, 2011, p. 666).

As *Regras* de Argote exemplificam, no século XVIII, aquele tipo de manual de gramática muito frequente no período medieval: as *regulae*. O título da obra é revelador dessa natureza.

As *regulae* (ou *gramáticas de regras*), como já vimos no capítulo 3, eram gramáticas destinadas a estudantes que não tinham o latim como língua materna e assumiam o caráter de obras de consulta<sup>245</sup>. Segundo Weedwood (2002, p. 39-42) – que retoma a distinção feita por Vivien Law, que vimos mais acima –, as *regulae* se opunham (enquanto gênero gramatical) à *Schulgrammatik* (ou *gramática de escola*), que continha “uma exposição sistemática das categorias gramaticais, exemplificadas por meio do latim”. Ou seja, as *regulae* se opunham às *gramáticas*, propriamente ditas, tal como as conhecemos hoje.

## Antonio José dos Reis Lobato (1721?-1803?)

A *Arte da gramática da língua portuguesa* de Antonio José dos Reis Lobato, publicada em 1ª edição em 1770, é uma gramática claramente normativa e destinada ao uso escolar. Como encontramos na introdução que Carlos Assunção faz à edição crítica da *Arte* de Lobato (ASSUNÇÃO, 2000, p. 61)<sup>246</sup>:

Estamos perante uma concepção de gramática cuja finalidade é manifestamente prática, o *usus*. Na verdade, Lobato logo no início da Introdução à sua *Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa* dá-nos essa visão: “Por duas razões se faz indispensavelmente precisa a notícia da grammatica da lingua materna: primeira, para se fallar sem erros; segunda, para se saberem os fundamentos da lingua, que se falla usualmente”.

245 Algo parecido com os “guias de dificuldades da língua X” que encontramos hoje.

246 Em Assunção (2000), encontramos o texto integral da *Arte* de Lobato, em edição crítica, entre as páginas 113 e 372. Todas as citações de Lobato serão feitas a partir dessa edição crítica.

A principal inovação do trabalho de Lobato não está propriamente no conteúdo da gramática, mas em sua distribuição. Nas palavras de Assunção (2000, p. 102-103):

Há mais de dois séculos, quando a *Arte da gramática da língua portuguesa* viu a luz pela primeira vez, foi com o intuito de servir a todos os portugueses na sua instrução e de uniformizar, porque imposta pelo reino, todo o ensino da língua materna. E é esta talvez a maior inovação da obra de Lobato.

Carlos Assunção chega a admitir que é possível que Antonio José dos Reis Lobato nunca tenha existido e que o nome seja apenas um pseudônimo usado por alguém (a serviço do Marquês de Pombal, já que a gramática é dedicada a ele?) que escreveu uma gramática de referência, de cunho claramente didático<sup>247</sup>, para os estudos da língua portuguesa<sup>248</sup> nas escolas. Leite de Vasconcelos (1929, p. 867, *apud* MOURA, 2012, p. 163, n. 237) chega a afirmar que “Reis Lobato (1721) foi em gramática um instrumento do Marquês de Pombal”.

O fato de ter tido, entre 1770 e 1869, 40 edições e reimpressões mostra que a iniciativa teve êxito<sup>249</sup>.

Certamente, a determinação real de que a gramática de Lobato fosse usada em todas as escolas do reino foi fator essencial para esse êxito. Como podemos ler num alvará, assinado por D. José I, rei de Portugal, em 30 de setembro de 1770:

Conformando-me Eu com o exemplo destas, e de outras nações illuminadas, e desejando, quanto em Mim he, adiantar a cultura da lingua Portuguesa nestes Meus Reinos, e Dominios, para que nelles possa haver Vassallos uteis ao Estado: Sou servido ordenar, que os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os discipulos para lha ensinarem, os instruaõ previamente por tempo de seis mezes, se tantos forem necessarios para a instrução dos Alumnos, na Grammatica Portuguesa, composta por Anto-

247 Assunção (2000, p. 103) chega a dizer que a gramática de Lobato é “a gramática mais didáctica até então escrita em língua vernácula”.

248 Provavelmente, uma tentativa pioneira de uniformizar terminologia e modos de tratamento dos fatos linguísticos, ou seja, de realizar a tarefa a que se destinam as “gramáticas de Academias” ou “listas de termos gramaticais”, como a Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB) e a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP).

249 Na edição crítica, de 2000, Carlos Assunção apresenta uma lista das 40 edições da gramática de Lobato.

nio José dos Reis Lobato, e por Mim aprovada para o uso das ditas Classes, pelo methodo, clareza, e boa ordem, com que he feita. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 27-28)<sup>250</sup>

Considerando seu caráter “uniformizador” e a natureza oficial da *Arte* de Lobato, creio que vale a pena gastar algum tempo vendo mais alguns detalhes dessa gramática.

No que diz respeito ao aparato conceitual usado em sua construção, a gramática de Lobato não se afasta muito da tradição latina, e embora cite os gramáticos de Port-Royal, não parece usar adequadamente seus conceitos. No geral, como o próprio título indica, estamos diante de um descendente direto da *ars grammatica* latina.

O maior influenciador de Lobato, em vários aspectos, parece ser Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600), gramático espanhol, autor da *Minerva sive de causis linguae latinae*, gramática do latim publicada em 1587, em Salamanca. Sánchez procurou construir sua gramática sem basear-se no *usus scribendi*, como era a prática comum dos gramáticos renascentistas, mas em basear o estudo gramatical na *ratio*, na melhor tradição dos especulativos<sup>251</sup>.

Na introdução de sua *Arte*, Lobato diz:

[...] não posso deixar de persuadir-me, de que a presente Grammatica se acha cheia de erros, os quaes sem dúvida seriam maiores, senão fosse o grande cuidado, e trabalho com que pretendi formar hum systema, que fosse util para a instrução da mocidade Portugueza; pois para esse fim com larga especulação examinei as causas, e usos da lingua Portugueza, seguindo as doutrinas de Sanches, Porizonio, Vossio, Sciopio, e Lancelloto, por excederem estes célebres Grammaticos aos antigos em examinare filosoficamente as materias; pois he certo, que sem o socorro da Filosofia se não póde conhecer perfeitamente a natureza das partes da oração. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 138)

Os nomes citados – Sanches, Porizonio, Vossio, Sciopio, e Lancelloto – são clara indicação da filiação teórica de Lobato: o Sanches citado é Sánchez

250 Assunção, em nota (n. 39) na página 28, informa que este alvará está depositado na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, como Manuscrito 1504.

251 Para saber mais sobre Sánchez e a *Minerva*, consultar Fernandes (2004a, 2006, 2007a, 2007b).



de las Brozas; Porizonio, Vossio e Sciopio são seguidores e comentadores de Sánchez<sup>252</sup>; e Lancelloto é, certamente, Claude Lancelot, um dos autores da gramática de Port-Royal.

A citação indica que Lobato leu alguma coisa de Lancelot. Poderia ter sido um contato com o *Nouvelle méthode*, já que anteriormente Lobato, ao analisar a gramática de Argote, fala nas “doutrinas do Methodo dos Padres da Congregação de Port-Royal”. O *Nouvelle méthode*, no entanto, não consiste exatamente num “exame filosófico das matérias”, como é a *Grammaire*.

Na *Arte del romance castellano dispuesta segun sus principios generales i el uso de los mejores autores*, publicada em Valência no ano de 1769, o padre Benito de San Pedro escreveu:

Este es el método que me e propuesto seguir imitando al de Francisco Sanchez de las Brozas en su Minerva sobre la union de las partes de la oracion Latina, por la cual mereció ser llamado Padre de las Letras, i Restaurador de las Ciencias, i en el dia es seguido universalmente con singular honor i gloria de nuestra Nacion de todos los Estrangeros, i hombres sabios de nuestro Siglo: aviendolo casi copiado Vossio, i explicado Sciopio i Perizonio: como tambien el cèlebre Lanceloti Autor del nuevo methodo de Puerto Real. (SAN PEDRO, 1769, p. xi)

Além da citação dos nomes de Vossius, Scioppius e Perizonius, San Pedro cita Lancelot como o autor do “nuevo methodo” de Port-Royal. Penso que isso significa que o trabalho pedagógico de Lancelot (o *Nouvelle méthode*) era mais conhecido do que seu trabalho filosófico, que resultou, com a parceria de Arnauld, na *Grammaire* de Port-Royal. Indica, ainda, que Lobato pode ter tido acesso apenas ao *Nouvelle méthode*, embora isso seja apenas especulação de minha parte.

252 Kaspar Schoppe (1576-1649), conhecido como Scioppius, é autor de comentários que foram incorporados ao texto de todas as edições da *Minerva* a partir de meados do século XVII. Porizonio (na verdade, Perizonius) é o nome latino adotado por Jakob Voorbroek (1651-1715), filólogo holandês que incluiu notas à *Minerva*, na edição de 1687, notas que foram mantidas nas edições seguintes. Scioppius e Perizonius foram os responsáveis pela edição de 1760 da *Minerva*. Gerhard Johannes Voss, conhecido pelo nome latino de Gerardus Vossius (1577-1649), filólogo e teólogo holandês, é o autor de *Aristarchus, sive de arte grammatica*, publicada em 1635, obra que cita reiteradamente a *Minerva* de Sánchez (cf. RADEMAKER, 1992, p. 118).

Para Lobato, a gramática é “a Arte, que ensina a fazer sem erros a oração portuguesa”<sup>253</sup>, definição que não passa de uma paráfrase da definição de Sánchez, na *Minerva*. Observe-se o seguinte trecho da *Minerva*:

[L]a gramática es el arte de hablar correctamente. Cuando digo arte, entiendo disciplina; y es que disciplina es la ciencia que adquiere el que aprende. Añado después: su objetivo es la oración lógicamente construida. Esta oración consta de palabras o dicciones; las palabras a su vez de sílabas; las sílabas de letras; y, puesto que ya no avanzamos más en la división, llamamos letra al conjunto de un sonido individual. Dividimos, pues, la oración en palabras o dicciones, y a éstas las llamamos partes de la oración. En la clasificación de estas últimas hay tanta veleidad en los gramáticos, que nada seguro nos pudieron dejar. [...]

Pues bien, puesto que el objetivo del gramático es la oración, veamos de qué consta la oración, de manera que no haya entre ello nada que no pueda estar en la oración. Son tres las cosas: nombre, verbo y partícula. (SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, 1995, sublinhados nossos)<sup>254</sup>

Ao contrário de Sánchez, que identifica apenas três partes do discurso: *nomes*, *verbos* e *partículas*, Lobato identifica nove classes de palavras: *artigo*, *nome*, *pronome*, *verbo*, *particípio*, *preposição*, *advérbio*, *conjunção* e *interjeição*, conforme a tradição das artes latinas. Como diz Assunção (2000, p. 66):

Esta divisão já vem da tradição latina proposta por Prisciano a que se acrescentou a categoria morfológica do artigo, que não existia no latim. Se em França aparece pela primeira vez em Port-Royal (1660) e na Espanha em 1769, na obra de Benito de S. Pedro, em Portugal os grandes pioneiros são Contador de Argote e Reis Lobato, se excepuarmos as gramáticas latinas.

Quando trata do nome, a apresentação que faz é bastante geral e a riqueza da argumentação lógica que encontramos em Arnauld e Lancelot está ausente. Vejamos.

253 Pode-se ler na edição crítica (ASSUNÇÃO, 2000, p. 143) que na edição de 1838 (a vigésima sétima edição presente na cronologia proposta por Assunção), uma nota é apensada a esta definição, com o seguinte teor: “Desta definição se collige, ser a oração Portuguesa o fim das regras da Grammatica Portuguesa”.

254 A tradução, neste formato eletrônico, não tem paginação.

Nome he huma voz, com que se nomeão as cousas, e suas qualidades, assim como *Esmeralda*, que significa huma cousa; e *Verde*, que desta cousa, ou de outra semelhante significa a qualidade de ter a côr verde.

O Nome ou he Substantivo, ou Adjectivo.

Substantivo he aquelle, que por si só, isto he, sem dependencia do Adjectivo, significa completamente huma cousa, assim como *Ceo*, *Terra*. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 151-152)

Embora, mais à frente, Lobato venha a dizer que o nome adjetivo significa qualidade da coisa significada pelo nome substantivo, “pelo que delle depende para fazer sentido completo”, fica claro que Lobato não está usando exatamente a mesma distinção formulada por Arnauld e Lancelot. Note-se que apesar de distinguir, na primeira parte da definição, nomes que nomeiam coisas de nomes que nomeiam qualidades, ao distinguir nomes substantivos de nomes adjetivos, Lobato usa um critério sintático (presença/ausência do adjetivo). Além disso, que eu saiba, ninguém defendeu a ideia de que o substantivo pudesse depender do adjetivo. A ideia de que as qualidades (nomeadas pelos nomes adjetivos) só podem subsistir quando apostas a uma substância (nomeadas pelos nomes substantivos) já está clara no pensamento de Aristóteles e é reiterada na *Grammaire* de Port-Royal. A afirmação de Lobato de que o nome substantivo significa “sem dependencia do Adjectivo” me parece sintoma de que ou não leu a *Grammaire* ou seu entendimento da distinção era apenas superficial.

O mesmo acontece na definição de verbo.

Verbo he huma palavra, que na oração affirma alguma cousa, como v. gr. nesta oração: *Pedro ama as virtudes*, onde a palavra *ama* he verbo, porque affirma a acção, que Pedro faz de amar as virtudes. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 197)

Aqui, novamente, encontramos indícios de que não leu ou de que sua compreensão da definição constante na Gramática de Port-Royal era limitada (ou, ainda, que sua exposição da definição não é clara). Para Arnauld e Lancelot o verbo significa, essencialmente, uma afirmação. Mas o verbo de que estão falando é o verbo substantivo – o verbo *ser* (o único verbo puro). Palavras como *amar* e *cantar* são verbos adjetivos, que significam algum atributo extra, além de terem a função de afirmar. É só pensar na definição de Lobato: o que é que

*ama* afirma, em *Pedro ama as virtudes*? Certamente, segundo Arnauld e Lancelot, não afirma uma ação. O verbo substantivo *ser*, que está contido em *ama*, afirma que o amor pelas virtudes está presente (é propriedade) de Pedro. O amor pelas virtudes é o atributo que o verbo *ser* afirma estar em Pedro (que é o sujeito). Portanto, *ama* não afirma nada. Moura (2012, p. 326-327) chega a essa mesma conclusão e mostra que o “erro” interpretativo de Lobato é exatamente um dos equívocos condenados por Arnauld e Lancelot: a atenção dos gramáticos se volta para a significação do atributo contido no verbo adjetivo e passam a dizer que os verbos significam ações ou paixões.

No “Proêmio” da gramática de Lobato encontramos a afirmação de que a gramática portuguesa consta de quatro partes: *ortografia*, *prosódia*, *etimologia* e *sintaxe*. Apesar disso, não encontramos em Lobato nenhuma discussão sobre a ortografia e apenas algumas poucas palavras sobre a prosódia.

Na verdade, a *Arte* de Lobato se divide apenas em duas partes: “Etymologia” e “Syntaxe”. A parte dedicada à etimologia é constituída por seis livros e a parte dedicada à sintaxe é constituída por quatro livros. Todos os livros são divididos em lições. Como diz Assunção (2000, p. 62), a ortografia e a prosódia “dá-no-las mais sucintamente”.

Ainda no “Proêmio”, Lobato trata rapidamente da oração, das palavras que a constituem, das sílabas e das letras. Depois dessa rápida apresentação, Lobato conclui dizendo:

Do que temos dito se collige, que as palavras se compõem de syllabas, e as syllabas de letras; e que de letras, syllabas, e palavras se compõe a oração.

Na lingua Portugueza ha nove especies de palavras, de que como partes pôde constar a oração Portugueza; a saber: *Artigo*, *Nome*, *Pronome*, *Verbo*, *Participio*, *Preposição*, *Adverbio*, *Conjunção*, *Interjeição*. Destas as primeiras cinco são declinaveis, por variarem a terminação, isto he, a ultima syllaba com mudanças, ou accrescentamento de letras; e as outras são indeclinaveis, por conservarem sempre a mesma terminação. De todas trataremos por sua ordem. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 149)

A página seguinte já inicia com a Parte I da gramática: a *Etymologia*.

O livro I, dessa primeira parte, trata do *artigo*, do *nome* e do *pronome* e consta de doze lições, que podem ser resumidas no quadro abaixo:

QUADRO 7 – LISTA DAS LIÇÕES DO LIVRO I DA ARTE DE LOBATO

<b>Livro I</b>	<i>Do Artigo, Nome, Pronome, e suas diferenças e declinações</i>
Lição I	Da natureza do Artigo e do Nome, e suas diferenças
Lição II	Da declinação dos Artigos
Lição III	Da declinação dos Nomes Substantivos
Lição IV	Da declinação dos Nomes Adjectivos
Lição V	De algumas especies do Nome Adjectivo
Lição VI	Da Natureza, e diferenças do Pronome
Lição VII	Da declinação dos Pronomes Demonstrativos
Lição VIII	Do Pronome Reciproco
Lição IX	Do Pronome Possessivo
Lição X	Do Pronome Relativo
Lição XI	Do Pronome Interrogativo
Lição XII	Da formação do Numero plural dos Nomes

Fonte: Assunção (2000, p. 43-44).

Os outros livros tratam dos seguintes assuntos: O livro II (em quatro lições) trata do gênero dos nomes substantivos; o livro III (em quinze lições) trata do verbo e suas conjugações; o livro IV (em cinco lições) trata dos pretéritos e dos participios pretéritos dos verbos; o livro V (em quatro lições) trata das partes indeclináveis da oração (preposições, advérbios, conjunções e interjeições); e o livro VI (em seis lições) trata da prosódia<sup>255</sup>.

E como se pode ver, nada há sobre a ortografia.

Na Parte II – “Da Syntaxe” – também encontramos um *proemio* em que o autor apresenta rapidamente uma definição de syntaxe<sup>256</sup> e algumas outras noções, como *syntaxe simples* ou *figurada*, *concordância* e *regência*. Esta Parte II é dividida em quatro livros: “Da Syntaxe de Concordancia” (com duas lições), “Da Syntaxe de Regencia” (com sete lições), “Da Syntaxe Figurada” (com oito lições) e “Das Figuras da Dicção” (com sete lições).

255 Vou me dispensar de apresentar as listas de lições, como fiz do livro I, para não aborrecer demais o leitor.

256 “Syntaxe he a recta composição das partes da oração entre si” (ASSUNÇÃO, 2000, p. 314).

Todo o tratamento da sintaxe é bastante superficial – a Parte II, toda, consiste em apenas 57 páginas, das 229 que compõem a gramática. As lições são sempre muito curtas e boa parte consiste apenas no registro de uma regra de uso. Correndo o risco de aborrecer demais o meu leitor, talvez um exemplo seja interessante.

## LIVRO I

### *Da Syntaxe de Concordancia*

#### LIÇÃO I

#### *Da Concordancia do Substantivo com outros Substantivos e da Concordancia do Adjectivo com Substantivo.*

##### REGRA I

Quando na oração concorrem dous, ou mais substantivos continuados pertencentes para a mesma cousa, sem que entre elles possa mediar a conjunção e, concordão todos em caso, isto he, põem-se todos no mesmo caso, em que está o primeiro, a quem pertencem, ainda que sejam de diverso genero, e número. A mesma regra ha na Syntaxe Latina.

Exemplo. *Tito delicias de Roma foi pai da patria.* Nesta oração são substantivos continuados *Tito*, e *delicias* pertencentes a huma mesma cousa, por se afirmar *delicias de Tito*; e por isso concordão em caso por estarem ambos em nominativo, mas não em genero, por ser *Tito* masculino, e *delicias* feminino; nem tambem em número, por estar *Tito* no singular, e *delicias* no plural.

##### REGRA II

O nome adjectivo concorda com o seu substantivo em genero, número, e caso. A mesma regra há na Syntaxe Latina.

Exemplo. *O homem sabio aborrece os vicios.* Nesta oração o adjectivo *sabio* concorda com seu substantivo *homem* masculino em genero, por estar na terminação masculina, e em número, e caso, porque ambos estão no número singular, e em nominativo. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 317-320)

Na melhor tradição das *artes grammaticae* latinas, Lobato inclui em sua gramática observações sobre vícios de linguagem (barbarismos e solecismos) e linguagem figurada. Vejamos o que ele diz sobre os vícios de linguagem (lição que encerra o Livro II, que trata da *syntaxe de regencia*):

## LIVRO II

### LIÇÃO XVII

#### *Do Barbarismo, e Solecismo.*

Depois de tratar da recta composição das partes da oração, me pareceo tambem necessario tratar dos dous vicios, que fazem a oração defeituosa, para que os evite quem quizer fallar com toda a propriedade e perfeição.

Os vicios da oração são Barbarismo, e Solecismo.

Barbarismo he o uso vicioso de alguma palavra na oração, commette-se por varios modos.

Quando se pronuncia a palavra sem o devido accento, como v. gr. quando se diz: *Espirito* em lugar de *Espirito*; ou quando se não profere com letras devidas, como v. gr. quando se diz: *Gazula* em lugar de *Gazua*; *Trouve* em lugar de *Trouxe*; *Diata* em lugar de *Dieta*.

He o Barbarismo menos vicioso, que o Solecismo, pois este póde vi-  
ciar toda huma oração, e aquelle huma só palavra; porém sem embargo disso he mais estranhavel, e se dissimula menos.

Solecismo he huma viciosa composição das partes da oração. Commette-se, quando algumas partes na oração não guardão a devida concordancia, como v. gr. dizer: *Homem honesta* por *homem honesto*. *As aves canta* por *as aves cantão*; ou quando as mesmas partes não guardão a devida regência, como v. gr. dizer: *Amo ás letras* por *amo as letras*.

Commette-se tambem, quando na oração falta alguma palavra, como v. gr. dizer: *Sei aprendeis Filosofia* por *sei, que aprendeis Filosofia*; ou quando na oração sobra alguma palavra, como v. gr. *He justo de amar a Deos* por *he justo amar a Deos*.

Ha com tudo huma certa composição da oração, que parece Solecismo, e na realidade não he viciosa, por ser composição figurada, que se reduz ás regras da Grammatica regular, como veremos no seguinte Livro. (ASSUNÇÃO, 2000, p. 350-351)

Os dois últimos Livros – o Livro III e o Livro IV – tratam, respectivamente de figuras ligadas à sintaxe da oração (“quando na oração faltão, sobraão, ou se transpõem palavras”), como a elipse, o pleonasma e o hipérbato, e figuras ligadas às dicções (“quando na palavra se tira, ou acrescenta letra, ou se põe huma letra por outra”), como a aférese, a apócope e a prótese.

Concluindo, cabe dizer que a *Arte da grammatica* de Reis Lobato não traz nenhuma inovação em termos de teoria gramatical e sua importância se deve mais à quantidade que à qualidade: porque de uso obrigatório em todo o terri-

tório de domínio português (na América, na África e na Ásia, além do território europeu) e porque multiplicada nas muitas edições, tornou-se modelo para muitas gramáticas que a sucederam.

## Francisca de Chantal Álvares (1745-século XIX)

Como dizem Sónia Coelho e Susana Fontes (2018, p. 38), a história das mulheres é marcada pelo silêncio e pela exclusão social dado o estatuto de subordinação tradicionalmente atribuído a elas na sociedade portuguesa.

Não obstante, encontramos, já no século XVI, mulheres fazendo traduções. O caso de D. Leonor de Noronha (1488-1536), que dominava várias línguas – em particular o latim –, é exemplo disso. D. Leonor traduziu para o português as crônicas, intituladas *Enneades sive Rhapsodia historiarum*, escritas originalmente em latim entre 1498 e 1504, de Marcantonio Coccio Sabellico (1436-1506), historiador italiano<sup>257</sup>.

A escritura de gramáticas, no entanto, teve que esperar até o século XVIII.

Pouco conhecida, temos em 1786 a publicação da primeira gramática escrita para ser usada por mulheres e, o mais importante, escrita por uma mulher. Trata-se do *Breve compendio da gramatica portugueza para uso das meninas que se educaõ no Mosteiro da Vizitação de Lisboa* (1786).

Formalmente de autoria anônima, o *Breve compendio* apenas diz, na página de rosto, que a obra foi escrita “Por huma Religioza do mesmo mosteiro”.

Segundo Zulmira Santos (2004, p. 988), “a Ordem da Visitação nasceu em Annecy, na Saboia, em 1610, sob os auspícios de S. Francisco de Sales e da sua discípula Joana Frémyot de Chantal”. O Mosteiro da Visitação, em Lisboa, começou a funcionar apenas em 1784.

O *Breve compendio* apresenta dois prefácios: o primeiro dirigido “Às Religiozas encarregadas da educação das Meninas” e o segundo, dirigido “Às Meninas Educandas”. O primeiro prefácio, claramente escrito pela autora da obra, se encerra com as seguintes palavras<sup>258</sup>:

Para facilitar a intelligencia na Lingua Franceza, que quereis ensinar por principios, e na Italiana, e na Latina, mostra a experiencia que o methodo mais facil, suave, e util, he começar pela Gramatica da Lingua

257 Ver Sabellico (1550, 1553).

258 Os dois prefácios não recebem números de paginação.



materna; na qual he facillimo advertir na Organizaçã das partes da Oraçaõ, que compoem a boa Linguagem que nenhum ignora; conhecida pois esta Organizaçã das partes da Oraçaõ, he facillimo depois applicar as regras geraes e transcendentas a qualquer outra Lingua estranha. Deste modo me mostra a experiencia que os passos sã suavisimos, e que o adiantamento he grande. Para esse fim compilei dos bons Grammaticos que há, hum brevisimo rezumo, para as vossas discipulas, que espero que seja mui util, ao menos não vos será desagradavel o desejo que tenho em facilitar a instrucçaõ das que a vem buscar no nosso Mosteiro, para utilidade sua, e gloria de Deos, que he e deve ser o fim das nossas açoens. (F.C., 1786)<sup>259</sup>

O segundo prefácio, também escrito pela autora, traz, entre outras coisas, o seguinte:

Esta Grammatica vos fará conhecer melhor a vossa Lingua nacional, e escrever com acerto, falar propriedade [sic]; e tambem vos dispoem para saberdes por principios a Lingua Franceza, Italiana, e Latina, se disso fizerdes gosto: daqui se segue o tomares gosto á liçaõ dos bons Livros, e receber delles a utilidade que tiraõ as pessoas bem instruidas. (F.C., 1786)

E se encerra com a seguinte anotação: “Desta que muito vos ama em J.C.”, acompanhada das iniciais F.C., como assinatura.

Com a ajuda dos estudos de Zulmira Santos e da *História da fundação do Mosteiro da Vizitação em Lisboa: no anno de 1784* (HFMLV), Kemmler, Assunção e Fernandes (2010) concluem que a autoria do *Breve compendio* deve ser atribuída à irmã Francisca de Chantal Álvares. Na HFMLV, encontramos a seguinte passagem:

Seguiu-se a quarta Noviça que hé a Irmã Francisca de Chantal Alvares que no seculo se chamára Anna Ignacia do Coraçã de Jesus, de quem já falámos no principio desta Historia; porque Deos muitos annos antes a tinha preparado para a Vizitação, como então vimos. Esta Religioza destinada a ensinar Meninas educandas, além de todas as obras de mãos, que pertencem a huma educaçaõ perfeita, como

259 Kemmler, Assunção e Fernandes (2010), de onde retiro as informações básicas sobre o *Breve compendio*, dizem em nota que “D.S.B.” deve ser a fórmula de encerramento “Deus seja bendito”.

hé o bordar de branco, de oiro, e de matizes; renda e todas as mais curiosidades, lhes fez huma Gramatica Portugueza para lhes ensinar a lingua materna com perfeição, e lhes ensina o Francez, o Italiano, e o Latim. A guerra que o Demonio fez a esta Noviça foi na escuridade interior, e na saude fraquissima. Em 1800 foi eleita superiora. (HFMVL, *apud* KEMMLER; ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2010, p. 381)

Ainda segundo Kemmler, Assunção e Fernandes (2010, p. 382), “Francisca de Chantal Álvares não só elaborou a gramática, mas também chegou a dedicar-se ao ensino linguístico das pensionistas enquanto ainda era noviça”. O que os levou a investigar onde ela poderia ter adquirido os conhecimentos linguísticos que mostrava possuir. E descobrem, com a ajuda da HFMVL, que ela teve um irmão mais velho, de nome Manuel Álvares Queirós, padre da Congregação do Oratório (ou Ordem de São Filipe Néri) no Porto, “homem douto”, que a iniciou nos estudos gramaticais. Como se pode ler na HFMVL:

[O] Padre Manuel Alvares se applicou a ensinar a sua irmã a Lingua Francesa, e depois a Italiana, e depois traduzir o Latim. Era esta donzella prendada nas obras das suas mãos, e nada via, que com a sua reflexão, e estudo não pudesse imitar: porem o que com maior gosto, e maior ardor aprendia de seu irmão, era a virtude solitária. (HFMVL, *apud* KEMMLER; ASSUNÇÃO; FERNANDES, 2010, p. 383)

O *Breve compendio* nada tem de inovador e seu destaque tem mais a ver com o gênero da autora e das destinatárias. O fato de ser a primeira gramática do português escrita por uma mulher e destinada ao ensino de mulheres concede-lhe os méritos suficientes para que se faça aqui menção a ela.

## Conclusão

A julgar pela nossa amostragem, podemos dizer que o século XVIII português nada trouxe de novo para os estudos gramaticais. Basicamente, as gramáticas do período destinaram-se mais à questão do ensino da língua materna e menos a uma abordagem científica ou filosófica. O latim e sua gramática continuaram a ser a principal referência para as gramáticas portuguesas e a vocação pedagógica das *artes grammaticae* latinas influenciou fortemente a produção gramatical portuguesa. Como diz Teresa Moura, baseada num *corpus*

substancialmente maior do que o que apresentamos acima, “estas gramáticas são essencialmente normativas e descritivas, pretendendo fixar as regras da língua portuguesa a partir do uso” (MOURA, 2012, p. 473).

Não só os gramáticos portugueses se mantiveram fiéis aos objetivos da gramática greco-latina (a arte que ensina a falar e escrever corretamente) como consolidaram na tradição portuguesa a terminologia (e, mais importante, o conjunto de noções teóricas que sustentam a terminologia) dessa estirpe de gramáticas. Em suma, os estudos gramaticais setecentistas em Portugal não conseguiram ver a língua portuguesa senão a partir do filtro teórico da gramática greco-latina.

# Capítulo 7

---

## A gramática no século XIX

### O século XIX: visão geral

Vou começar a abordagem dos estudos gramaticais do século XIX com uma citação de Robins (1979, p. 132):

Já é lugar comum a afirmação de que o século XIX foi a época do estudo comparativo e histórico das línguas, sobretudo das línguas indo-europeias. Esta afirmação é plenamente justificável, mas não significa que antes não se tenham feito estudos históricos baseados na comparação de línguas nem que os demais domínios de investigação linguística tenham sido esquecidos durante o século XIX.

Um desses “demais domínios de investigação linguística” de que nos fala Robins – e que é o nosso assunto central – é o dos estudos gramaticais.

O que encontramos no século XIX é um cenário parecido com o da Baixa Idade Média: paralelamente aos estudos gramaticais (na Idade Média, representados principalmente pelas *Institutiones* de Prisciano e pela *Ars* de Donato), passa a existir a abordagem especulativa, logicizante, das regras gramaticais. A gramática de Prisciano – que nunca é rejeitada – segue paralela ao outro tipo de investigação, dita “filosófica”.

No século XIX, a gramática feita ao modo tradicional passa a ter a seu lado um outro tipo de investigação: o estudo histórico das línguas. O prestígio dos estudos gramaticais não é questionado pelos historiadores das línguas e os novos caminhos da pesquisa linguística – agora ditos “científicos” – seguem paralelos aos estudos gramaticais tradicionais.

Em suma, tal como na Idade Média, encontramos no século XIX, um cenário de bifurcação: ao mesmo tempo em que se mantêm fortes os estudos gra-

maticais no estilo tradicional (grego-latino, ou mesmo segundo o pensamento gramatical dos séculos XVII e XVIII, ditos “filosóficos”), outra forma de investigar a linguagem – a abordagem histórica ou “filológica” – é desenvolvida.

O que não significa dizer que a gramática passou incólume pelo período de predomínio dos estudos históricos e comparativos nesse século. Ao contrário, a gramática recebeu forte influência da linguística histórico-comparativa que, em simultâneo, se fazia. Da mesma forma, a investigação histórica nunca abandonou a abordagem tradicional (suas noções básicas, classificações etc.) como base para seus estudos.

As relações entre os dois tipos de estudo é, infelizmente, um assunto pouco investigado embora deva trazer questionamentos essenciais para o entendimento do desenvolvimento dos estudos linguísticos posteriores.

O século XIX vê surgirem as primeiras gramáticas do português escritas por brasileiros. A primeira delas – *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva (nascido no Rio de Janeiro entre 1756 e 1758 e falecido em Pernambuco em 1824) – foi escrita em 1802 e publicada em 1806 em Lisboa<sup>260</sup>.

Destaque-se que Antonio de Moraes Silva é também o autor do primeiro dicionário monolíngue escrito em Portugal, que é também o primeiro dicionário escrito por um brasileiro – o *Diccionario da lingua portugueza*, publicado em Portugal no ano de 1789. Sobre esse dicionário, Verdelho (2003, p. 473, 474) nos diz o seguinte:

O *Diccionario da Lingua Portugueza*, de Antonio Moraes Silva, constitui a mais importante referência na história da lexicografia portuguesa. Como dicionário geral da língua, podemos dizer que desencadeou o início da dicionarística monolíngue moderna portuguesa. Estabeleceu as origens e deu fundamento a toda a genealogia lexicográfica desenvolvida ao longo dos últimos 200 anos.

[...] o Dicionário de Moraes Silva ocupa um lugar determinante. Desde logo como factor de relativa harmonia linguística e de sinergia entre Portugal e o Brasil. Um dicionário contribuiu naturalmente para a homogeneidade e normalização da língua, e nesta conjuntura luso-brasileira, dificilmente se poderia esperar um contributo mais adequado e eficaz para essa harmonia linguística, do que o de um dicionário publicado em Portugal por um natural do Rio de Janeiro.

260 É interessante notar que, por ter nascido no Brasil e por ter publicado seus trabalhos em Portugal, Moraes Silva aparece tanto na lista de gramáticos portugueses como na lista de gramáticos brasileiros. Não se pode esquecer, também, que pelo menos até o 7 de setembro de 1822, todos os brasileiros eram, oficialmente, portugueses.

Poucos anos depois da publicação do *Epitome* de Moraes Silva, surgia em Portugal a *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, de Jerônimo Soares Barbosa.

Há controvérsias envolvendo as datas relacionadas com a *Grammatica philosophica* de Soares Barbosa. A edição de 1822 é a primeira, embora a gramática já esteja pronta em 1803. Não vou me envolver com esta questão aqui, mas retomo o assunto mais abaixo.

Explicitamente baseada na gramática de Port-Royal, a *Grammatica philosophica* de Soares Barbosa recoloca na ordem do dia a perspectiva logicizante sobre os fatos gramaticais: a perspectiva das gramáticas gerais francesas. Como fica claro no próprio subtítulo (“Principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem”), a tarefa a que se dedica Soares Barbosa é a de aplicar à língua portuguesa o modelo descritivo apresentado pelos Senhores de Port-Royal em sua gramática geral e razoada (*Grammaire générale et raisonnée*) de 1660. Embora não seja a primeira gramática filosófica produzida em Portugal – antes dela encontramos, por exemplo, a *Grammatica philosophica e orthographia racional da lingua portugueza*, de Bernardo de Lima e Melo Bacellar, publicada em 1783, além de várias outras gramáticas que, sem se dizerem “filosóficas”, foram influenciadas pela *Grammaire* de Port-Royal – é certamente a que melhor realiza a tarefa proposta e a que maior influência exerceu em seus contemporâneos e nas gerações seguintes.

Além do *Epitome* de Moraes Silva – escrita por um brasileiro, mas publicada em Portugal – surge no Brasil, no século XIX, uma série de gramáticas, escritas e publicadas no Brasil por brasileiros, de que trataremos mais abaixo.

Não podemos esquecer que até a chegada da família real ao Brasil, em 1808, a publicação de livros, folhetos, jornais e revistas era proibida. Também não existiam, no Brasil, cursos superiores que demandassem pesquisa gramatical: para as poucas escolas aqui existentes, as gramáticas portuguesas eram suficientes.

## O século XIX: a gramática em Portugal

Em ordem cronológica, no século XIX, publicam-se em Portugal, pelo menos, as seguintes gramáticas<sup>261</sup> (além de muitos outros trabalhos de natureza gramatical, como comentários, dicionários, textos didáticos etc.):

261 A lista não pretende ser exaustiva. Ela traz as doze gramáticas mais representativas do período e corresponde à escolha feita por Helena Santos (2010) para a caracterização das ideias gramaticais em Portugal no século XIX.

- 1804 - Manoel Dias de Souza – *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- 1806 - Antonio de Moraes Silva – *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- 1818 - João Crisóstomo do Couto e Melo – *Gramática filosófica da linguagem portugêza*, Lisboa: Imprensa Régia.
- 1819 - Francisco Soares Ferreira – *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melhores grammaticos, para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*, Lisboa: Imprensa Régia.
- 1822 - Jerônimo Soares Barbosa – *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, Lisboa: Typographia da Academia.
- 1862 - Bento José de Oliveira – *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores*, Coimbra: Imprensa da Universidade.
- 1864 - Francisco Júlio Caldas Aulete – *Grammatica nacional (curso elementar)*, Lisboa: A. M. Pereira.
- 1870 - Augusto Epiphania da Silva Dias – *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*, Porto: Typographia do Jornal do Porto.
- 1881 - Augusto Epiphania da Silva Dias – *Grammatica portugueza elementar*. Porto: Magalhães & Moniz Editores.
- 1882 - Francisco José Monteiro Leite – *Nova grammatica portugueza para uso dos lyceus e das escholas normaes conforme os programmas officiaes*, Porto: Clavel & C.<sup>a</sup> A. J. da Silva Teixeira.
- 1887 - Francisco José Monteiro Leite – *Grammatica portugueza dos lyceus, em que se contém toda a doutrina exigida pelo ultimo programma official, organizado pelo Conselho Superior d’Instrucção Publica*, Porto: Eduardo da Costa Santos.
- 1891 - Francisco Adolpho Coelho – *Noções elementares de grammatica portugueza*, Porto: Lemos e C.<sup>a</sup>, Tip. de Arthur José de Sousa & Irmão.

A primeira coisa a observar sobre esta lista é a possibilidade de agrupá-la em dois períodos: no primeiro, que abrange aproximadamente a primeira metade do século, encontramos gramáticas fortemente influenciadas pelo pensamento gramatical francês e, no segundo, que se inicia por volta da década de 1860, encontramos gramáticas influenciadas pelo pensamento linguístico alemão.

Dias de Souza (1804), Moraes Silva (1806), Couto e Melo (1818), Ferreira (1819), Barbosa (1822), Oliveira (1862) e Aulete (1864) constroem suas gramáticas à luz das ideias dos gramáticos de Port-Royal e dos enciclopedistas franceses, como Condillac, Beauzée e Dumarsais. Num certo sentido, são gramáticas que reproduzem as ideias iluministas do século XVIII.

Por outro lado, Epiphânio Dias (1870 e 1881), Monteiro Leite (1882 e 1887) e Adolpho Coelho (1891) são influenciados pelo pensamento linguístico alemão de, entre outros, Bopp, Schuchardt e Schleicher e pelo método histórico-comparativo.

Não vou me estender em comentários sobre todas as gramáticas. Vou procurar caracterizar os dois períodos (o “francês” e o “alemão”) a partir de uns poucos comentários sobre um ou dois gramáticos de cada período.

Creio que vale a pena começar com Antonio de Moraes Silva, o gramático português/brasileiro.

### *Antonio de Moraes Silva (1756 ou 1758-1824)*

Começo com uma pequena biografia, retirada da obra monumental de Maria Helena Pessoa Santos (2010, p. 251, n. 123):

Nascido no Rio de Janeiro (Brasil) da década de 50 do século XVIII (1756 ou 1758), Moraes Silva, depois de se haver bacharelado em Direito pela Universidade de Coimbra, ter-se-á exilado em Inglaterra, em virtude de lhe haver sido instaurado um processo inquisitorial, em 1779, desencadeado por uma denúncia de um colega e sustentado em alegadas declarações suas de cariz deísta e racionalista. Em 1788, de regresso a Portugal, terá publicado três tomos de uma *História de Portugal, composta em inglez por uma Sociedade de Litteratos, trasladada em vulgar com as addições da versão franceza, e notas do traductor português*, e terá iniciado a publicação, que se prolongaria até 1792, dos cinco tomos da tradução de uma obra de um escritor francês, Arnaud, *Recreações do homem sensível, ou collecção de exemplos verdadeiros e patheticos, nos quaes se dá um curso de moral practica, conforme as maximas da sã philosophia*. Entretanto, em 1789, publica o *Diccionario da Lingua Portuguesa, composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado* – aliás, a autorização de impressão tinha sido dada, em 1786 e em 1787, às suas compilações manuscritas, apresentadas sob o título *Vocabulario da Lingua Portuguesa [...]* (cf. MENÉNDEZ, 1997: 248) –, em que teria estado a trabalhar em Londres, a partir dos dez volumes da obra lexicográfica de Rafael Bluteau (1638-1734), *Vocabulário Portuguez e Latino (1712-1728)*, cuja informação textual ou é integralmente retomada, por Moraes Sil-



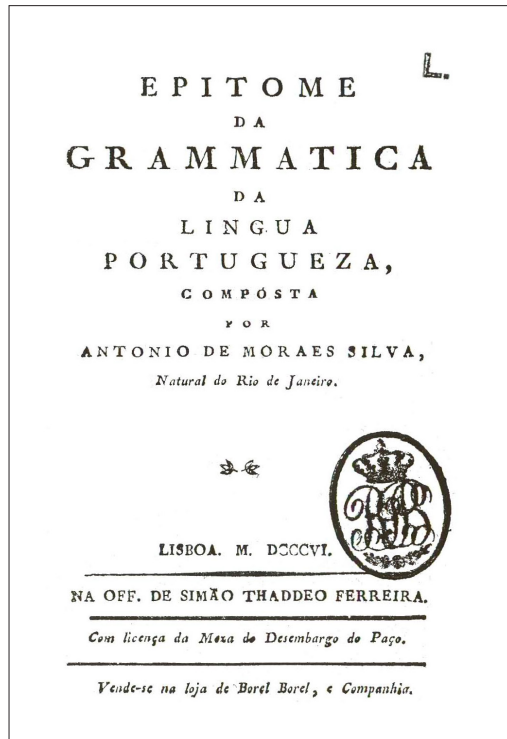
va, o que acontece com “apenas 5%, ou talvez menos, dos artigos” (VERDELHO, 2002: 476), ou é, simplesmente, por si “retexualiza-d[a], reduzid[a], aumentad[a] ou parcialmente reescrit[a]” (VERDELHO, 2002: 477). Em 1813 ainda dirige a segunda edição do seu *Diccionario da Lingua Portuguesa [...]* (cf. SILVA, 1858: 209).

Em 1806, Moraes Silva publica, em Lisboa, seu *Epitome da grammatica da lingua portugueza*. O trabalho, segundo palavras do próprio autor, já estava pronto desde 1802: no final da gramática (p. 163), seguindo a expressão “FIM” e antecedendo o índice, encontramos as seguintes palavras: “Acabou-se este Epitome da Grammatica Portugueza no Engenho novo da Moribeca em Pernambuco, aos 15 de Julho de 1802”.

O *Epitome* consta de uma “Introdução” (6 páginas) e de dois livros (o “Livro I” com 67 páginas e o “Livro II” com 81 páginas).

Antecedendo o texto do *Epitome*, propriamente dito, há uma folha de rosto (ver fig. 3, abaixo), uma epígrafe (ver fig. 4, abaixo) e uma advertência, de 6 páginas numeradas em algarismos romanos, denominada “Ao Leitor Benevolo”.

FIGURA 3 – FOLHA DE ROSTO DO *EPITOME DA GRAMMATICA*



Fonte: Moraes Silva (1806).

A epígrafe é a seguinte citação de Condillac<sup>262</sup>:

FIGURA 4 – EPÍGRAFE DO *EPITOME DA GRAMMATICA*

Nous avons compliqué nôtre Grammaire, parce que nous l'avons voulu faire d'après les Grammaires Latines. Nous ne la simplifierons, qu' autant que nous rappellerons les expressions aux élémens du discours.

Condillac, Gramm. p. 2. chap. 21. note (\*) pag. 205. édit. de 1780. à Genève.

Fonte: Moraes Silva (1806).

Segundo Santos (2010, p. 148-149), Moraes Silva se declara influenciado por Condillac. Santos mostra que, em vários momentos, o *Epitome* retoma questões e soluções apresentadas por Condillac em sua *Grammaire*. Como se pode ver na epígrafe (fig. 4), Condillac rejeitava o costume de se ver a gramática de outras línguas a partir da gramática latina, rejeição que era compartilhada por Moraes Silva.

Como diz Assunção (1999b, p. 1):

Escrita em 1802 e publicada, pela primeira vez, em 1806, em Lisboa, na Off. de Simão Thaddeo Ferreira, a gramática de Moraes é uma pedrada no charco das ideias gramaticais rotineiras, ainda muito arreigadas à gramática latina, desenvolvidas pelos gramáticos portugueses setecentistas. Com efeito, Moraes, influenciado por Condillac, que em 1780 condenava fazer-se gramática francesa pela latina, e pela corrente logicista portroialina, corta quase definitivamente a ligação à gramática latina ao afirmar que em português não havia casos latinos e mostra-se muito mais actualizado que Reis Lobato, primeiro gramático oficial da língua portuguesa. Também não dividiu a gramática como soía fazer-se com base na gramática latina (Etimologia, Sintaxe, Ortografia e Prosódia), nem se limitou a fazer uma descrição/enumeração de itens de cada uma dessas partes, e a omitir quase por completo a sintaxe, tendência usual nesse tempo.

E, na advertência ao “leitor benévolo”, Moraes Silva faz uma crítica aos gramáticos que o precederam e, de certa forma, prepara o leitor para a propos-

262 Étienne Bonnot de Condillac (1714-1780), filósofo francês. Suas posições filosóficas ficaram conhecidas como *sensualismo*: as faculdades mentais não eram mais do que sensações transformadas e não havia nada na mente que já não tivesse antes passado pelos sentidos. Pertenceu ao grupo de filósofos que Napoleão denominou de *ideólogos*.

ta – entendida como inovadora – que apresentará na sequência. Como exemplo, notem-se as palavras com que ele abre a advertência:

Propuz me nesta Grammatica dar te idéyas mais claras, e exactas, do que cõmummente se achão nos livros d’este assumpto, que tenho visto no nosso idioma; tanto á cerca das Partes Elementares da Oração, como da sua emendada composição.

Nelles não se explica por exemplo o que é artigo; dizem te que se ajunta aos nomes para mostrar os numeros, e os casos. Mas os nomes Portuguezes, exceptos *Eu, Tu, e Elle*, não tem casos; e estes não se usão com artigos. Demais, sendo o artigo um adjectivo, quem fala, ou escreve deve saber o genero do nome, a que o artigo precede, para usar delle na variação correspondente ao genero, e numero do nome, como se faz com qualquer outro adjectivo.

Nenhum Grammatico, á excepção de Duarte Nunes do Lião (a) te diz quando debes usar do artigo, e quando omitti-lo. Ensinão te que se não diz v. g. *navego Tejo* sem preceder o a *Tejo*, porque soaria mal. Mas os nossos bons Poetas dicerão: = *Tejo* leva na mão o gran Tridente ,, e ,, *Guadiana* atras tornou as aguas ,, sem o artigo (b).

(a) Na Ortografia da Língua Portuguesa, pag. 306 e seg. da edição de 1784.

(b) Ferreira, Egloga 1. e Camões na Lusíada, 4. 28.

(MORAES SILVA, 1806, p. iii)<sup>263</sup>

Passando agora para o *Epitome*, propriamente dito, é interessante notar, primeiramente, que a introdução e todos os capítulos dos dois livros têm os parágrafos numerados sequencialmente.

Na “Introdução” (MORAES SILVA, 1806, p. 9), ele apresenta os conceitos de gramática com que trabalha. Creio que vale a pena reproduzi-los aqui.

1. A Grammatica é arte, que ensina a declarar bem os nossos pensamentos, por meyo de palavras.
2. A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.
3. A Grammatica Particular de qualquer lingua v. g. da Portugueza, aplica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, segundo os usos adotados polos que melhor o falão.

263 Embora o uso não seja consistente por todo o *Epitome*, Moraes Silva usa o sinal de igualdade (=) e as vírgulas duplas („,) para indicar início e fim dos exemplos.

4. Trata pois a Grammatica das Sentenças (isto é, ensina a fazer proposições, ou sentidos perfeitos), e das diversas partes de que ellas se compõem.

Pontos a destacar: (i) linguagem como manifestação de pensamento; (ii) distinção entre gramática universal e gramática particular (esta última baseada, com viés prescritivo, no *bom uso*); e (iii) o objetivo da gramática é a oração perfeita (posição já presente em Sánchez de las Brozas e em Reis Lobato, entre outros, como vimos).

No parágrafo 5 da “Introdução”, encontramos o seguinte: “As sentenças constão de *Palavras*; as *Palavras* de *Sillabas*; as *Sillabas* de *Sons Elementares*, e suas *modificações*; e estes representam se aos olhos com *Lettras*” (MORAES SILVA, 1806, p. 9-10).

Vale destacar que, junto ao parágrafo 5, Moraes Silva (1806, p. 10) acrescenta uma nota em que define *palavra*:

A *palavra* é uma quantidade de som articulado, que significa algum conceito em qualquer idioma: o som continuo não articulado, insignificante, não é objecto da Grammatica, nem o são *palavras*, ou *partículas*, que por si nada significão, como alguns chamão ao adverbio, interjeição, preposição, &c.

É interessante o conceito de *palavra* apresentado: o critério definidor é clara e exclusivamente semântico e deveria excluir, a princípio, um grande número de itens que eram tradicionalmente tratados como palavras (como algumas preposições, por exemplo). Creio que se pode ver também uma crítica ao uso que se faz do termo *partícula* nas gramáticas precedentes.

Os parágrafos restantes da “Introdução” fazem uma rápida apresentação dos sons elementares e suas modificações, e de ortografia.

O Livro I tem por título “Das palavras per si sós ou partes da Sentença”. Após breve introdução, se decompõe em nove capítulos, em que são apresentadas as classes de palavras e seus acidentes.

Não fica bem claro quantas são as classes de palavras que Moraes Silva reconhece. Numa primeira contagem, podemos pensar que são seis: *nomes*, *adjetivos*, *verbos*, *advérbios*, *preposições* e *conjunções*. Ao observarmos que ele não apresenta um tratamento geral e único para os *adjetivos*, mas apresenta dois

tratamentos distintos (e dedica dois capítulos distintos, o II e o III) ao que ele chama de *adjectivos articulares* e *adjectivos attributivos*, podemos elevar o número a sete: *nomes, adjectivos articulares, adjectivos atributivos, verbos, advérbios, preposições e conjunções*.

Para Moraes Silva, os adjectivos articulares são aqueles

[q]ue ajuntamos aos nomes, para determinarem a extensão individual, a que se applica um nome commum, v.g. o homem, falando dos individuos da especie humana; este homem, aquella casa, um pomo, toda pessoa, nenhũ homem, &c. (MORAES SILVA, 1806, p. 15)

Os adjectivos atributivos, por sua vez, seriam aqueles

[q]ue ajuntamos aos nomes, para significar os attributos, propriedades, qualidades, e accidentes das coisas, v.g. homem bom, fruta doce, seda azul, homem moral, &c. (MORAES SILVA, 1806, p. 15)<sup>264</sup>

Aparentemente, então, não estamos diante de *subclasses* da classe dos adjectivos, mas de duas classes de palavras distintas.

Mas, na página 33, na abertura do capítulo IV, encontramos a seguinte passagem:

Os nomes, e os adjectivos, que os modificão, varião de terminações, quando significamos mūitos objetos; v.g. *um dia, dois dias, este pomo verde, aquelles pomos doces*; isto é: ir o nome, ou adjectivo ao plural.

Passagem que nos deixa, novamente, com a impressão de que *articulares* e *atributivos* são apenas subclasses do adjectivo, já que *um, dois, este* e *aquelles* seriam adjectivos articulares e *verde* e *doces* seriam adjectivos atributivos. E, assim, voltamos à ideia de que as classes de palavras, para Moraes Silva, seriam seis.

Também as interjeições recebem um tratamento pouco claro.

264 Esta distinção retoma o pensamento de Beauzée (1767) e de Condillac (1775). Condillac, por exemplo, segundo Maria Helena Santos, diz que “‘les adjectifs modifient, en général, de deux manières’: uns ‘développent l’idée que nous voulons exprimer par un substantif, et ils y ajoutent quelques accessoires’; outros, ‘laissant au substantif la signification qu’il a’, ‘se bornant à faire connoître si nous prenons la signification d’un substantif dans toute son étendue, ou si nous la restreignons’, razão pela qual afirma ‘qu’ils modifient en déterminant’ (Condillac, 1947: Cours d’études, II – Grammaire, partie II, chap. II, 463, col. 2)” (SANTOS, 2010, p. 359-360).

No início do Livro I (p. 15 e 16), Moraes Silva apresenta, rapidamente, as classes de palavras (na ordem: nomes, adjetivos articulares, adjetivos atributivos, verbos, advérbios, preposições e conjunções); no primeiro parágrafo da página seguinte, ele diz:

Éstas são as palavras, de que usamos na linguagem analisada, e discursada. As paixões também se exprimem ás vezes com uma só palavra, v.g. *ai, guai, hui*, que equivalem a „*eu tenho dor*„, *eu lastimo*, e *me compadeço*„, *eu me admiro*. Éstas palavras pois equivalem a sentenças sentimentáes; e tál vez se arrojão, ou entremettem com as da linguagem analisada, v.g. *ai de mim! guai do tirano!* e por isso se chamão *Interjeições*. (MORAES SILVA, 1806, p. 17)

Num certo sentido, Moraes Silva está incluindo as interjeições nas classes de palavras; em outro sentido, ele as está excluindo, já que as considera diferentes de todas as outras: *expressam* paixões (não as significam) e equivalem a sentenças. As interjeições não seriam *significativas*, pelo menos não do mesmo jeito que as outras palavras<sup>265</sup>.

De qualquer maneira, Moraes Silva apresenta uma lista de classes de palavras bastante original: as classes tradicionais dos artigos, dos pronomes e dos participios desaparecem e a classe tradicional dos nomes é dividida em três: nomes (substantivos), adjetivos articulares e adjetivos atributivos. As palavras tradicionalmente tratadas como artigos e pronomes (ao menos, parte deles) vão ser incorporadas à classe dos adjetivos articulares e os participios vão ser incorporados ao verbo.

O Livro II denomina-se “Da Composição das partes da Sentença entre si, ou Syntaxe” e é constituído por quatro capítulos.

No Capítulo I, ele trata de *syntaxe de concordância*, *syntaxe de regência* e *syntaxe de colocação* (que ele chama *posição*).

No parágrafo referente à *syntaxe de concordância*, Moraes Silva trata da concordância nominal (entre substantivos e adjetivos, sem especificar de que tipo de adjetivo se trata) e verbal (entre o sujeito da sentença e o verbo).

Ao tratar da regência, Moraes Silva diz que

265 Destaque para a justificativa, etimológica, que Moraes Silva dá para a escolha do termo “interjeições”: elas “se entremettem com as [palavras] da linguagem analisada”.

As relações dos nomes mostram-se pelos casos em *Me, Te, Se, Lhe, Nos, Vos, Lhes*, sem preposições; pelos casos em *Mim, Ti, Si, Migo, Tigo, Sigo, Nós, Vós, Nosco, Vosco*, acompanhados de preposição. As relações dos nomes, que não tem casos, indicão-se pelo lugar que tem na sentença; ou por preposições, que significão a relação, em que o nome regido, ou o segundo termo de uma relação, está com seu antecedente só, ou acompanhado de adjetivo, ou verbo. (MORAES SILVA, 1806, p. 88-89)<sup>266</sup>

Como podemos ver, Moraes Silva prevê três “indicadores” da regência entre dois termos: o caso, as preposições e a colocação.

No Capítulo II, ele trata da *sintaxe figurada*, que conceitua com as seguintes palavras:

Quando na composição não observamos as regras expostas, a sentença é incorreta. Mas às vezes a incorreção é aparente, e dá uma nova figura, ou apparencia á composição, que por isso, se diz figurada. (MORAES SILVA, 1806, p. 103)

Essa ideia de *sintaxe figurada* – já presente nas gramáticas latinas – é bastante reveladora, na medida em que indica que as regras sintáticas propostas pela gramática nem sempre eram seguidas: as “regras” não eram, na verdade, regras verdadeiras. Se a sentença que infringia a regra fosse produzida por um “bom autor”, era necessário descobrir alguma razão legítima para a infração; se não fosse produzida por um “bom autor”, seria apenas um erro (ou um *vício de linguagem*).

No Capítulo III, ele trata de *composições viciosas*, que são aquelas que, por mal construídas, deixam ambiguidades (“anfibologias”) ou cometem barbarismos, solecismos ou cacofonias.

Finalmente, no Capítulo IV, que se chama “Dos Sináes Ortograficos, e da Pontuação”, Moraes Silva vai tratar de alguns pontos de ortografia. É notável que sua escolha recaia particularmente em pontos ligados à *sintaxe*, como o uso da vírgula, do ponto e vírgula e do ponto, ou à representação da prosódia

266 Uma curiosidade ortográfica: neste mesmo parágrafo, Moraes Silva escreve “acôpanhados” e “acompanhado”. Não se trata de erro de transcrição, mas de demonstração que, ainda neste início do século XIX, a variação ortográfica era frequente não só entre gramáticos diversos, mas também na escrita de um mesmo gramático.

na escrita, como os sinais que ele chama de “accentos oratorios” (os pontos de interrogação e exclamação) e os parênteses.

No final do *Epitome*, Moraes Silva apresenta um conjunto de tabelas (“Taboas”) com a conjugação dos verbos auxiliares e dos verbos regulares e irregulares.

Segundo Carlos Assunção (1999b, p. 1), o *Epitome* foi aparentemente escrito “para professores, pois apresenta uma linguagem bastante densa não direccionada para o ensino/aprendizagem de crianças e adolescentes”. Assunção ainda acrescenta que o *Epitome*:

Seguindo uma orientação purista, defende que se fale e escreva com correcção, [...] e exemplifica as regras com os bons autores clássicos, citando sempre as fontes, o que revela erudição para o seu tempo: “*Não te contentes [...] com as noções elementares deste compêndio; sirvam-te somente de guia para leres os bons autores [...]. Deles tirei os exemplos que te propus, neles te exercita. Conversa-os [sic] de dia e de noite, porque, se basta o estudo de um ano para saberes meamente um idioma estrangeiro, quando quiseres saber a língua patria perfeita e elegantemente, debes estudar toda a vida e com muita perfeição os autores clássicos, notando principalmente as analogias peculiares ao genio do nosso idioma. [...]. E deste modo poderás imitá-los, não repetindo [...] as suas palavras e frases [...], mas dizendo coisas novas sem barbarismos, sem galicismos, italianismos e anglicismos, como mui vulgarmente se lêem*” (p.v). (ASSUNÇÃO, 1999b, p. 1)

Ainda segundo Assunção (1999b, p. 1), Moraes Silva “faz o melhor estudo de sintaxe que se conhece até ao tempo”.

### *Jerônimo Soares Barbosa (1737-1816)*

Jerônimo Soares Barbosa nasceu aos 24 de janeiro de 1737<sup>267</sup>, em Ansião, no Concelho de Coimbra. Foi educado no seminário episcopal de Coimbra e ordenado presbítero em 1762. Em 1766, passou a lecionar Retórica e Poética no Colégio das Artes de Coimbra e, dois anos depois, formou-se em Cânones.

267 O dia do nascimento não é preciso, embora consensual. Amadeu Torres, em seus comentários à edição fac-similar da *Gramática filosófica* de Barbosa (BARBOSA, 2005, p. xiv), indica o dia 24; Sónia Coelho, no estudo que acompanha a edição crítica da *Gramática filosófica* (COELHO, 2013, p. 17) apenas diz que Soares Barbosa nasceu “em finais de janeiro de 1737”. Segundo Rolf Kemmler (2012b, p. 102), o dia do nascimento não se encontra em nenhuma documentação. Há registro apenas, no assento de batismo, de que ele foi batizado em 2 de fevereiro de 1737.



Em 1792, foi nomeado visitador das escolas de primeiras letras de Coimbra. No ano seguinte, 1793, foi encarregado de “promover e dirigir as edições dos autores clássicos para uso das escolas. Posteriormente, em 1800, foi nomeado deputado da Junta de Diretoria Geral dos Estudos, sendo já, por esta altura, professor jubilado da cadeira de Retórica e Poética” (COELHO, 2013, p. 17)<sup>268</sup>.

Jerônimo Soares Barbosa escreveu cerca de trinta obras, sobre vários assuntos, entre as quais se encontram a *Eschola Popular das Primeiras Letras* (Coimbra, 1796), *As duas línguas* ou *Grammatica philosophica da lingua portugueza comparada com a latina, para ambas se aprenderem ao mesmo tempo* (Coimbra, 1807) e a *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (Lisboa, 1822).

A *Eschola Popular das Primeiras Letras* é “uma coleção de quatro opúsculos dedicados à ortoépia, catecismo, ortografia e escrita, bem como aritmética” (KEMMLER, 2011, p. 203). *As duas línguas* parece ser uma versão, condensada e preliminar, da *Grammatica philosophica*, escrita com intuítos principalmente didáticos. A *Grammatica philosophica*, obra principal de Soares Barbosa, por sua vez, é uma proposta de aplicação à língua portuguesa das ideias da gramática geral francesa (tanto da obra pioneira que Arnauld e Lancelot publicaram em 1660, quanto de seus desdobramentos aparecidos no século XVIII)<sup>269</sup>.

Como afirmam Kemmler, Assunção e Fernandes (2009, p. 215):

No que concerne ao relacionamento d'*As duas Línguas* com a *Grammatica Philosophica*, tudo leva a crer que a obra publicada em 1807 estava destinada ao ensino escolar, ao passo que a outra obra mais extensa obviamente visava preencher o papel de uma ‘gramática científica’, que consta ter existido em forma manuscrita quando foi realizada a impressão da gramática publicada em 1807. O que fica, porém, mais óbvio, é que as duas obras deverão ser sujeitas a um estudo comparativo mais detalhado que permita confirmar ou rejeitar o grau de parentesco entre as duas obras a que os nossos estudos nos levaram a presumir.

A referência de Kemmler, Assunção e Fernandes à existência “em forma manuscrita” da *Grammatica philosophica* quando da publicação de *As duas línguas*, entre outras coisas, deve-se ao fato de que a introdução que Soares Bar-

268 Para maiores informações biográficas de Soares Barbosa, ver Trindade (1989) e Coelho (2013).

269 Mais informações sobre as duas gramáticas de Soares Barbosa (*As duas línguas* e *Grammatica philosophica*) podem ser obtidas em Kemmler, Assunção e Fernandes (2009).

bosa faz à *Grammatica* vem encerrada com uma indicação de local e data onde se lê: “Coimbra, 24 de junho de 1803”. Procede, portanto, a suspeita de que a *Grammatica philosophica* já estava pronta e acabada em 1807.

Soares Barbosa faleceu, em Coimbra, em 5 de janeiro de 1816.

Interessa-nos aqui particularmente a *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*, publicada originalmente em 1822 em Lisboa pela Typographia da Academia de Sciencias.

A *Grammatica philosophica* teve, além da edição *princeps* de 1822, mais seis edições (todas em Lisboa e sempre pela Academia de Ciências): 1830, 1862, 1866, 1871, 1875 e 1881. Em 2005, Amadeu Torres publica uma edição fac-similar pela Universidade Católica Portuguesa, em Braga, e, em 2013, Sónia Coelho publica a edição crítica, acompanhada de estudo e notas, inicialmente como parte de sua tese de doutoramento, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), em Vila Real.

A *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (doravante, GPLP) está organizada em quatro livros: O Livro I trata da fonologia (e intitula-se “Da Ortoepia, ou boa pronunçiação da Lingua Portugueza”) e consiste em 53 páginas divididas em oito capítulos; o Livro II trata da ortografia (e tem por título “Da Ortografia, ou boa Escripura da Lingua Portugueza”) e conta com 40 páginas divididas em quatro capítulos; o Livro III trata das palavras (e intitula-se “Da Etimologia, ou partes da Oração Portugueza”) e se organiza em seis capítulos que, no conjunto, somam 263 páginas; o Livro IV trata da sintaxe (e intitula-se “Da Sintaxe, e Construcção”) e tem 90 páginas, distribuídas em seis capítulos. A organização da GPLP pode ser vista nas palavras que abrem o texto:

GRammatica é a arte de falar e escrever correctamente a propria Lingua. A Lingua compõe-se de orações, as orações de palavras, as palavras de sons articulados, e tudo isto se figura aos olhos, e se fixa por meio da escriptura.

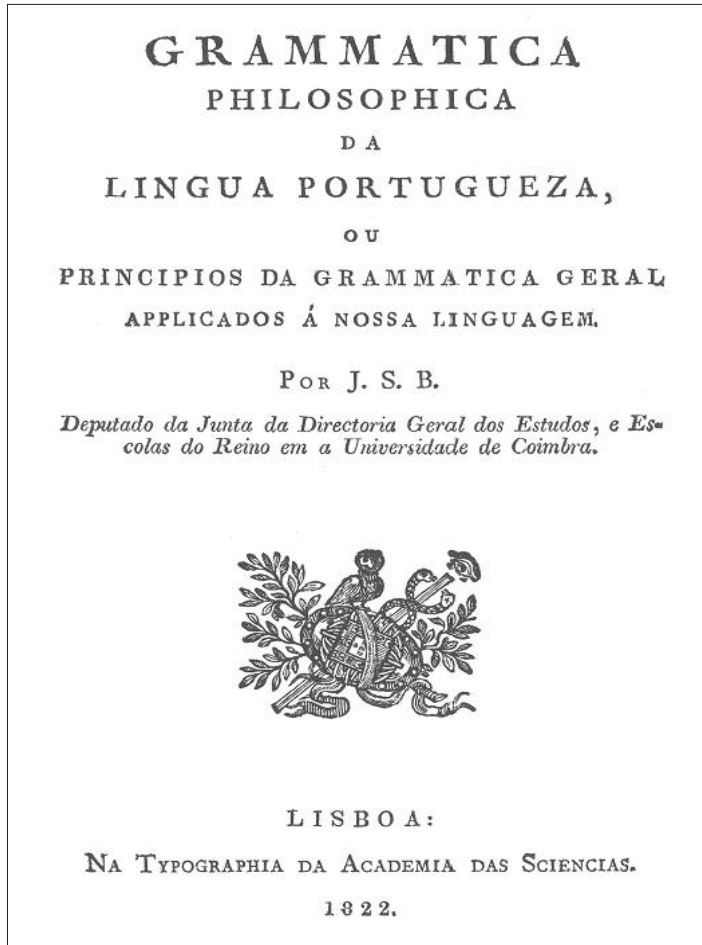
Daqui as quatro partes naturaes da Grammatica, a saber: a Ortoepia, que ensina a distinguir, e a conhecer os sons articulados, proprios da Lingua, para bem os pronunciar;

A *Ortografia*, que ensina os signaes litteraes, adoptados pelo uso, para bem os representar;

A *Etimologia*, que ensina as especies de palavras, que entram na composição de qualquer oração, e analogia de suas variações e propriedades geraes;

E a *Sintaxe* finalmente, que ensina a coordenar estas palavras e dispo-las no discurso de modo, que façam um sentido, ao mesmo tempo distincto, e ligado: quatro partes da Grammatica Portugueza, que farão a materia dos quatro Livros desta obra. (BARBOSA, 1822, p. 1 [229])<sup>270</sup>

FIGURA 5 – GPLP: FOLHA DE ROSTO



Fonte: Barbosa (1822).

270 Uso aqui a edição crítica feita por Sónia Catarina Gomes Coelho (2013) como parte de sua tese de doutoramento. A edição crítica está inserida na publicação da tese, entre as páginas 208 e 686, mas mantém registrada a numeração original. Vou adotar o seguinte critério: sempre que citar diretamente a *Grammatica* de Soares Barbosa, vou indicar a página do original seguida da página do trabalho de Coelho (entre colchetes).

Além dos quatro livros, a GPLP tem uma “Introdução”, no início, e um Índice, no final. Ao todo, contando a partir da página de rosto, a GPLP tem 475 páginas.

Na “Introdução”, há um pequeno histórico dos estudos gramaticais precedentes, que me parece particularmente interessante.

Barbosa começa com um conceito de gramática que é, simultaneamente, convencional e surpreendente, se considerarmos que ele apresenta esse conceito já no final do século XVIII/início do século XIX. Convencional, porque aparece em quase todas as gramáticas que o precederam; surpreendente, porque o conceito só vale para um período da história em que não havia gramáticas. Soares Barbosa diz, no início:

*A Grammatica*, (que quer dizer *Litteratura*) não foi ao principio outra couza, senão a sciencia dos caracteres, ou *reaes*, representativos das couzas, ou *nominaes*, significativos dos sons e das palavras. Toda a sciencia do homem Letrado, ou *Grammatico*, se reduzia naquelles primeiros tempos a saber ler e formar, ou com o ponteiro, ou com a penna, estes caracteres. (BARBOSA, 1822, p. i [215])

Nesses princípios, *gramática* seria apenas o estabelecimento de um sistema de escrita e *gramático* seria o homem alfabetizado.

Na sequência, Soares Barbosa fala dos “estados desta especie de *Litteratura* e *Grammatica*”: a *pintura* (“ainda presentemente a escriptura dos selvagens do Canadá”); os *hieróglifos*; a *escrita simbólica* (“de que ainda agora se estão servindo os Chinos”); e, finalmente, a *escrita alfabética* (BARBOSA, 1822, p. i-ii [215-216]).

Barbosa diz que o inventor das letras é o primeiro gramático e que “seus cuidados” restringiram-se a estabelecer uma relação entre os sinais gráficos e os sons articulados que compõem a fala, descuidando-se do que “os vocábulos tem de logico e espirital como sinaes que são das nossas ideias e pensamentos” (BARBOSA, 1822, p. iii [217]).

Os homens ao principio contentaram-se com pintar aos olhos e fixar por meio dos caracteres escriptos os sons fugitivos [...] sem entrarem ainda na análise miuda do discurso para descobrirem e determinarem ao justo as diferentes classes e especies de palavras que o compunham; nem na sua combinação e ordem para poderem achar as regras da Etimologia, e da Sintaxe. (BARBOSA, 1822, p. iii-iv [217-218])

Para Soares Barbosa, essas indagações surgiram muito posteriormente, primeiro com os gregos e depois entre os romanos. Ele menciona Protágoras, Platão, Aristóteles, Teodectes, Crisipo, Palemon, Cícero, Ennio e Quintiliano, e, aparentemente, na maioria dos casos, a partir de Diógenes Laércio (primeira metade do séc. III), autor da obra *Vidas e doutrinas dos filósofos ilustres*, e de Suetônio (69-c.123), autor da obra *Gramáticos ilustres*.

So depois de descoberta a arte de separar em partes elementares e communs a massa confusa dos vocabulos [...] é que o espirito humano podia dar os passos que deo para analisar o discurso e descobrir nelle a analyse de seus próprios pensamentos, que antes não percebia. (BARBOSA, 1822, p. vi [220])

Soares Barbosa estabelece, assim, uma ordem para o desenvolvimento da gramática: em primeiro lugar, a “parte mecanica das Linguas”; em segundo lugar, o que elas têm de lógico e discursivo.

Na parte lógica e discursiva, a ordem é: primeiro as palavras, “que são signaes assim das ideias que fazem o objecto de nossos pensamentos” e, em segundo lugar, “considerar estas mesmas palavras combinadas e coordenadas entre si em ordem a exprimirem o pensamento” (BARBOSA, 1822, p. vii [221]). A justificativa para que assim fosse, é que primeiro é preciso conceber e exprimir as ideias, compará-las e classificá-las, antes de olhá-las unidas em discurso.

Mas Barbosa não pensa que esse caminho deixou de encontrar percalços. Segundo ele, se o processo de desenvolvimento da gramática tivesse sido dirigido por homens como Platão, Aristóteles, Crisipo ou Palemon, entre outros, o resultado poderia ter sido melhor, “com mais lustre”:

Porêm, deixada pelos filósofos nas mãos de homens, ou ignorantes, ou pouco habeis, se reduzio a um sistema informe e minucioso de exemplos e regras, fundadas mais sobre analogias apparentes, que sobre a razão [...]. Daqui nascêram todas estas artes enfadonhas de Grammatica Latina, cheias de mil erros, e tantas excepções, quantas são as regras. O que tudo repetido e copiado cegamente de idade em idade, sem nunca ter sido submettido a exame; sem o mesmo também foi servilmente applicado às Grammaticas das Linguas vulgares. (BARBOSA, 1822, p. x-xi [224-225])

É interessante notar a crítica que Soares Barbosa faz às gramáticas que seguem o modelo das artes latinas: enfadonhas, cheias de erros, de exceções às regras. Aqui, certamente, Soares Barbosa está se referindo à característica normativa dessas gramáticas e em sua fundamentação na “boa linguagem” dos autores de literatura. Como o *corpus* em que se baseia o ideal de correção assumido pelas artes é o cânone literário e como é próprio da literatura, enquanto atividade artística, romper criativamente com as regras, não se poderia esperar outra coisa senão um número muito grande de “exceções”. A questão de que essas gramáticas estão “cheias de erros” pode ter, ainda, uma dupla interpretação: por um lado, na medida em que estão voltadas ao ensino da “língua correta” preocupam-se em apresentar os “erros” mais frequentes: os barbarismos e os solecismos; por outro lado, porque não passam de apanhados dos usos linguísticos feitos pelos escritores, trazem “erros” de interpretação dos fatos linguísticos e pouca sistematicidade. É notável, também, a percepção que Soares Barbosa mostra ter de que, em grande parte, as artes acabam sendo cópias “servis” das artes precedentes mais prestigiadas, sem exame da adequação das regras e cegas para a realidade das línguas.

Mas, o quadro começa a se alterar quando as gramáticas começam a guiar-se pelo pensamento lógico e, segundo Soares Barbosa, isso se inicia com a *Minerva* de Sánchez, no século XVI. Em suas palavras:

Mas felizmente aconteceu em nossos tempos, que Sanches principiasse [...] a sacudir o jugo da autoridade [...] introduzindo na Grammatica Latina as luzes da Filosofia, [...] que até então, ignoradas, ou não advertidas, tinham enchido esta materia de confusão e desordem [...] e que, seguindo depois o seu exemplo outros grandes homens e filosofos, tractassem pelo mesmo metodo e reformassem a Grammatica das Linguas vivas, pondo primeiro e estabelecendo principios geraes e razoados da linguagem, e applicando-os depois cada um á sua Língua. Este trabalho, que depois foi continuado, começaram Mr. Arnauld na Língua Franceza, Wallis e Harris na Ingleza, e Lancelot na Hespanhola e Italiana. (BARBOSA, 1822, p. xi [225])<sup>271</sup>

271 Curiosamente, Soares Barbosa atribui a Arnauld o estudo da língua francesa (pela *Grammaire* de Port-Royal, suponho) e a Lancelot o estudo do espanhol e do italiano (pelos *Nouvelle méthodes*, suponho). Ele, assim, ignora o trabalho conjunto dos dois autores na criação de uma gramática geral. O nome Wallis é referência a John Wallis (1616-1703), matemático reconhecido e autor de uma gramática do inglês. Harris é certamente James Harris, de quem falaremos mais adiante.

A posição de Soares Barbosa pode ser aproximada do conflito entre as gramáticas dos *auctores* e as gramáticas das artes que vimos acima quando falamos da Batalha das Sete Artes, alegoria medieval escrita por Henrique de Andeli no começo do século XIII. De certa forma, embora Barbosa não se refira a isso, a questão que ele coloca é justamente a fragilidade das gramáticas dos *auctores*, representadas pelas *artes grammaticae* latinas, frente à robustez das gramáticas informadas pela lógica (como a de Sánchez ou a de Port-Royal). Ou seja, aparentemente, na visão de Soares Barbosa, vivia-se em seu tempo uma reedição de um confronto ideológico medieval: a defesa de uma gramática lógica frente a uma gramática fundada no uso dos escritores que, realizando a profecia de Henrique de Andeli, havia voltado em triunfo com o humanismo renascentista.

Com relação às gramáticas da língua portuguesa que precederam a sua, Barbosa cita Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540), Amaro de Roberedo (1619), Bento Pereira (1672), Jeronymo Contador de Argote (1721) e Antonio José dos Reis Lobato (1770). Sobre elas afirma:

Mas todas estas Grammaticas, além de muitos erros e defeitos particulares, [...] tem o commum de serem uns sistemas meramente analogicos, e fundidos todos pela mesma fôrma das Grammaticas Latinas. (BARBOSA, 1822, p. xi [225])

Para finalizar, Soares Barbosa comenta a intenção de D. José I, O Reformador, rei de Portugal entre os anos de 1750 e 1777, que determinou que a aprendizagem da língua portuguesa, no reino e nas colônias, incluísse um estudo de gramática. Em suas palavras:

Para esta instrução se propunha então a Grammatica de Antonio Jose dos Reis Lobato. Mas depois daquelle tempo tem saído outras Artes á luz e esta agora para o publico escolher a que melhor lhe parecer. Em todas ellas ha couzas que so os mestres devem estudar para as explicar a seus discipulos; outras que estes devem aprender, como os usos particulares e idiotismos da Lingua; e muitas, que devem decorar, como são os paradigmas todos das partes da oração e regras de suas terminações, conjugações, e syntaxe. As regras mesmas da boa pronunciação e escriptura devem entrar no ensino da Grammatica para emendar muitos vicios, que os mestres das primeiras letras, pela maior parte idiotas, não são capazes de corrigir. Em um homem bem criado releva-se mais, e é menos vergonhoso

um erro de sintaxe, que um erro de pronúncia ou de ortografia; porque aquela póde nascer da inadvertência; estes são sempre feitos da má educação. (BARBOSA, 1822, p. xiv [228])

É interessante notar que Soares Barbosa reconhece a existência de outras gramáticas, posteriores à de Reis Lobato, mas não as cita, com exceção da sua própria. É interessante, também, perceber que para Barbosa a gramática tem dois objetivos no campo pedagógico: instruir os mestres, considerados, em sua maioria, idiotas (isto é, pessoas de poucos conhecimentos); e instruir os alunos, pela apresentação dos conteúdos que devem aprender ou decorar.

Este é um rápido resumo da história da gramática que Soares Barbosa nos apresenta. Sobre ela quero fazer dois comentários.

O primeiro comentário tem a ver com a proximidade temporal desta história com o *Tableau des progrès de la science grammaticale*, de Jean-François Thurot (1768-1832), publicado em 1796 como uma introdução (*Discours préliminaire*) à tradução para o francês do *Hermes, a philosophical inquiry concerning universal grammar*, de James Harris (1709-1780). Apenas sete anos separam a publicação do *Tableau* da finalização da *Grammatica* de Soares Barbosa (1803). As duas “histórias” são, portanto, praticamente contemporâneas.

O trabalho de Thurot é certamente muito mais sofisticado do que o trabalho de Soares Barbosa. Não fosse por outra razão, o seria pelo espaço dedicado à história: o *Tableau* de Thurot tem sessenta e cinco páginas, enquanto a “Introdução” de Barbosa tem apenas quatorze. Tamanho não é documento, mas permite uma narrativa mais detalhada e fundamentada em inúmeras citações de outros autores. Por exemplo, o *Tableau* tem quarenta e quatro notas de rodapé, a maioria indicando bibliografia complementar, e sete notas biográficas no final do texto, que tratam, cronologicamente, de Platão, Aristóteles, Quintiliano, Apolônio, Poggio (Gian Francesco Poggio Bracciolini, humanista italiano do séc. XV), Francis Bacon e John Locke. Nada semelhante é encontrado no texto de Soares Barbosa.

Não tenho nenhuma evidência de que Soares Barbosa tenha lido o texto de Thurot, embora isso possa ter acontecido, já que Soares Barbosa cita James Harris e suponho que tenha lido seu *Hermes*. Se o fez, é possível que o tenha feito pela tradução francesa e, conseqüentemente, tenha tido contato com o *Tableau* de Thurot. Mas, repito, isso é só uma suposição.



No entanto, a linha argumentativa dos dois textos é bastante semelhante: a gramática se desenvolve a partir do pensamento dos filósofos gregos e, a partir de certo momento, degenera-se, passa a ser um mero repositório de usos recolhidos nos “bons escritores” (ou na linguagem dos “barões doutos”, como diz João de Barros). Para ambos os autores, a revitalização dos estudos gramaticais se dá pelo retorno da atenção dos filósofos/lógicos às questões da linguagem. O ponto culminante – também para ambos os autores – é o surgimento das gramáticas filosóficas, gerais e racionais.

O segundo comentário tem a ver com a função exercida por essa incursão pelo passado na economia de uma gramática da língua portuguesa. Em outras palavras, o que, exatamente, pretendia Soares Barbosa com sua pequena história dos estudos gramaticais? E, considerando a semelhança da linha argumentativa, o que pretendia Thurot com seu *Tableau*?

Creio que a função dessas histórias introdutórias é fundamentalmente retórica: é preciso, inicialmente, desconstruir a concepção de gramática vigente antes de propor o que lhes pareceria uma inovação. Tanto Thurot quanto Soares Barbosa estão envolvidos numa luta contra os estudos gramaticais em vigor e em defesa de uma gramática geral e racional. Para Thurot, o *Hermes* de James Harris é exemplo para o futuro dos estudos gramaticais; para Soares Barbosa, que desqualifica os estudos gramaticais que o antecedem, sua própria gramática seria esse exemplo.

Nos dois casos, temos exemplos ótimos de *histórias monumentais*, aquelas histórias que têm como função principal uma revisão do passado para que propostas inovadoras possam ser bem aceitas pela comunidade do presente. Numa história monumental, reorganiza-se o passado de forma que a inovação que se defende pareça um passo “natural” e previsível na direção do futuro.

Passemos, então, ao conteúdo dos quatro Livros. Começo olhando, de forma mais ou menos conjunta, os Livros I e II; ou seja, a fonologia e a ortografia.

Soares Barbosa inicia o Livro I com as seguintes palavras:

PARA bem pronunciar é preciso distinguir, e conhecer os sons articulados, próprios da Língua, que se fala. Estes sons articulados, ou são *fundamentaes*, assim chamados, porque fazem a base da boa pronúnciação, como são as vozes e as *consonancias*, os *ditongos*, e as *sillabas*; ou *accidentaes*, assim chamados, porque se ajuntam aos primeiros, e os modificam, ja extendendo, mais ou menos, a sua duração; ja augmentando ou diminuindo a sua elevação: e *taes* são as

modificações *prosodicas*, acrescentadas aos mesmos sons fundamentaes, ou pela *quantidade*, ou pelo *accento*.

Os sons fundamentaes, ou são simples, ou compostos. Os simples não tem mais que um som elementar. Taes são as vozes e as *consonancias*: os compostos contêm dois ou mais sons em uma so emissão. Taes são os *ditongos* e as *sillabas*. De todos estes passamos a tractar nos capitulos seguintes. (BARBOSA, 1822, p. 2 [229])

Como se pode ver, Soares Barbosa tem clareza quanto à distinção entre fala e escrita e sua *Ortoepia* se apresenta como um estudo essencialmente fonológico, distinto da ortografia (note-se que ele não fala em *pronunciação das letras*, ou coisa semelhante; diz que o estudo da *ortoepia* é importante para a boa pronunciação dos sons).

Ele começa, como vemos na citação acima, distinguindo *sons fundamentais* de *sons acidentais*. Os sons fundamentais seriam as vozes<sup>272</sup>, as consonâncias, os ditongos e as sílabas. Os acidentais seriam resultado da presença de fatores suprasegmentais acrescentados aos sons fundamentais, como a duração e o acento. Vamos nos ater aos sons fundamentais. Começemos pelas vozes.

CHAMAM-SE vozes as diferentes articulações e modificações, que o som confuso, formado na glottis, recebe na sua passagem, das diferentes aberturas, e situações immoveis do canal da bocca. Este canal bem como um tubo ou corda, póde ser tocado em diferentes pontos e aberturas desde sua extremidade interior até á exterior; e daqui a multidão e variedade de vozes nas Linguas das Nações. As letras, que na Escripura as figuram, chamam-se *vogaes*. (BARBOSA, 1822, p. 2-3 [230-231])

Pela observação das “vinte situações diferentes que a boca toma para as pronunciar” (i.e., um estudo de fonética articulatória semelhante ao proposto

272 Note-se que, ao contrário de Fernão de Oliveira, para quem voz era a parte sonora da letra (em oposição à *figura*), para Barbosa, voz é um tipo de som, com uma articulação típica (o termo *vogal* será reservado para o sinal gráfico que registra na escrita uma voz). O termo *letra* será usado por Barbosa para designar o grafema (equivalente à *figura* de Oliveira). Podemos dizer que Barbosa, em sua *Ortoepia*, não está tratando de *letras* no sentido clássico (grafema + fonema), mas apenas de fonemas. Os sons fundamentais podem ser vozes ou *consonancias*; as *letras* podem ser *vogais* ou *consoantes*.

por Fernão de Oliveira), Barbosa vai concluir que a língua portuguesa tem vinte vozes: doze orais e oito nasais<sup>273</sup>.

As vozes orais seriam: duas qualidades de *a* (o *a* grande e o *a* pequeno), três qualidades de *e* (o *e* grande aberto, o *e* grande fechado e o *e* pequeno), três qualidades de *o* (o grande aberto, o grande fechado e o pequeno), o *i* e o *u*<sup>274</sup>.

Ao apresentar as três qualidades de *o*, Barbosa (1822, p. 3 [231]) apresenta os seguintes exemplos: “O *ó grande aberto*, como em *só*, adjectivo, e em o substantivo *avó*, feminino”; “O *ô grande fechado*, como no substantivo *avô*, masculino”; “O *o pequeno*, como o *o*, artigo masculino”<sup>275</sup>. Ou seja, aparentemente, Barbosa está distinguindo duas formas grandes (*ó grande aberto* e *ô grande fechado*), presentes em sílabas tônicas, de um *o* pequeno, presente em sílabas átonas.

O caso das duas qualidades de *a* é apresentada nestes termos:

1<sup>o</sup>. *á grande*, como *á* primeira letra do abecedario, e o *á* do adjectivo feminino do plural *más*.

2<sup>o</sup>. *a pequeno*, como *a* artigo feminino, e o *a* da conjunção *mas*.  
(BARBOSA, 1822, p. 3 [231])

O interessante neste caso é que a diferença identificada por Soares Barbosa entre as duas qualidades de *a* caracterizaria alguma diferença fonética, ligada à tonicidade da sílaba, e não uma diferença fonológica. A diferença reconhecida entre as qualidades de *e* e de *o* é parcialmente fonológica (a diferença entre *grande aberto* e *grande fechado* é uma diferença entre fonemas) e parcialmente fonética, já que a distinção entre os grandes e o *pequeno* não é fonológica.

Se, por um lado, Barbosa parece ter tido um bom ouvido para diferenças fonéticas e possuísse o que Sapir chamava de *intuição fonêmica*, não possuía ainda instrumental teórico que permitisse um tratamento mais refinado. O uso dos termos *grande* e *pequeno*, como podemos ver, parece ser consistente: a distinção entre eles é sempre apenas fonética e não fonológica.

273 “A Lingua Portuguesa conta por todas, vinte vozes, segundo as vinte situações diferentes que a boca toma para as pronunciar, independentemente da sua quantidade e accento. Doze destas são oraes, e oito nasaes. As primeiras são as que se formam no canal direito da bocca, e as segundas as que se formam no mesmo e junctamente no canal curvo do nariz, por onde refluê parte do ar sonoro” (BARBOSA, 1822, p. 3 [231]).

274 A ordem de apresentação na gramática é *a, e, i, o, u*, conforme o alfabeto latino/português e conforme a ordem tradicional de apresentação das letras vogais.

275 Os exemplos para os três tipos de *e* são: “*Sé*” (nome), “*Sê*” (verbo) e “*se*” (conjunção).

Soares Barbosa reconhece explicitamente ter tomado João de Barros como fonte para sua caracterização das vozes orais<sup>276</sup>. A diferença entre os dois gramáticos está em Barbosa reconhecer como voz “autônoma” o *e* e o *o* átonos (os *pequenos*, em seus termos), enquanto João de Barros usa os termos *grande* e *pequeno* de forma não consistente (para o caso do *a*, a diferença é só fonética; para os casos de *e* e *o*, a diferença é também fonológica).

Barbosa reconhece também duas vozes “ambíguas”, que descreve da seguinte maneira:

A Lingua Portugueza porêm toca mais dois pontos ou vozes na sua corda vocal; uma entre o *e* *pequeno* e o *i* *commum*; e outra entre o *o* *pequeno* e o *u* *commum*, as quaes, por serem surdas e pouco distintas, se podem chamar *ambíguas*, e por isso não tem signal litteral proprio, e se notam na escriptura, a primeira ja com *e* ja com *i*, e a segunda ja com *o* ja com *u*. Taes são as que mal se percebem, quando estas mesmas vogaes se acham em qualquer palavra, ou antes de alguma voz grande immediata, ou depois da mesma nos ditongos, e no fim das palavras. Assim *e* parece ter o mesmo som que *i* nas palavras *cear*, e *ciar* (ter zelos) e nos ditongos destas *paes*, *pai*; e pelo mesmo modo *o* tem o mesmo som confuso que *u* nas finaes de *Paulo*, *justo*, *amo*, e nas palavras *soar*, e *suar*, e nos ditongos, como em *paõ Paulo*, *seo seu*. (BARBOSA, 1822, p. 3-4 [231-232])

É notável a percepção que Barbosa tem da redução das vogais altas e das médias fechadas em determinados ambientes (átonas finais e ditongos), o que reforça o que eu disse acima sobre sua competência como foneticista.

O repertório das vozes orais para Barbosa, então, consiste em dois *a*, três *e*, um *i*, três *o*, um *u* e duas vozes ambíguas. Um total de doze vozes orais.

[N]ossa ortografia não tem para as distinguir senão cinco letras vogaes, a saber: *a*, *e*, *i*, *o*, *u*. Porêm servindo-se das mesmas figuras *a*, *e*, *o*, distingue-as, quando são grandes, ou dobrando-as, como faziam nossos antigos, escrevendo *maa* em lugar de *má*, *see* em lugar de *sé*, *leer* ou *ler* em lugar de *lêr*, *sóo* em lugar de *só*, e *avoo* em lugar de *avô*; ou marcando-as com os accents vogaes, ja agudo para as abertas, ja circunflexo para as fechadas, como se vê acima. (BARBOSA, 1822, p. 4 [232])

276 Ele diz, nas páginas 3 e 4 da sua gramática: “Esta divisão das vozes Portuguezas é a mesma com pouca diferença, que a de João de Barros na sua Grammatica da edição de Lisboa 1785 pag. 186.” Ver, também, Coelho (2013, p. 693, n. xix).

Na ortografia, então, recursos adicionais (figuras dobradas ou acentos gráficos) são necessários para a adequada representação das doze vozes por apenas cinco sinais gráficos. É o tipo de recurso que vemos já em Fernão de Oliveira e em João de Barros.

As oito vozes nasais reconhecidas por Soares Barbosa são divididas em dois grupos: as vozes *nasais claras* e as vozes *nasais surdas*. Em suas palavras:

Destas oito vozes *nasaes*, cinco são *claras*, porque a nasalidade cae toda sobre ellas, e por isso se costumam escrever, ja com *til* por cima, ja com *n*, ou *m* adiante, sendo *finaes*, ou seguindo-se consoante, o que então val o mesmo que o *til*. Taes são, por exemplo, o *a til*, nasal claro, em *sã* ou *sam*, *irmã* ou *irmam*; o *e til*, nasal claro, em *têpo* ou *tempo*, *dête* ou *dente*; o *i til* nasal, como em *sĩ* ou *sim*, *lido* ou *lindo*; o *o til*, nasal claro, como em *sô* ou *som*, *pôto* ou *ponto*; e o *u til* nasal, como em *ũ* ou *um*, *ũto* ou *unto*.

Outras tres são *nasaes surdas*, ou menos sensíveis. Porque, achando-se com o *accento agudo* e predominante, e sendo seguidas immediatamente de alguma das tres consoantes *nasaes m, n, nh*, pertencentes á sillaba seguinte; participam destas alguma parte da sua nasalidade, qual um ouvido fino percebe no *a* da primeira sillaba de *ama*, *Anna*, *sanha*; no *e* da primeira sillaba de *penna*, *temo*, *tenho*; e no *o* da primeira sillaba de *somma*, *sonho*. (BARBOSA, 1822, p. 5 [233])

O notável neste trecho é a evidência da percepção por Soares Barbosa de um processo de assimilação de nasalidade em vogais que antecedem consoantes nasais. Como o instrumental teórico necessário para explicar esse processo só vai aparecer mais de um século depois de seu tempo, com a distinção entre fonética e fonologia, Barbosa fica só na constatação do fenômeno, exatamente como no caso das vozes orais ambíguas e das vozes pequenas, que vimos acima.

Passemos, então, às *consonancias*.

ASSIM como as vozes articulam e modificam o som confuso ou estrondo, formado pela glottis; assim também as *consonancias* articulam e modificam as vozes mesmas, que sendo continuadas fariam igualmente um som indistincto e confuso. As *consonancias* portanto são as articulações, e modificações da voz, que reprezada na bocca, e largada de repente, recebe na passagem as impressões do movimento oscilatório das partes moveis da mesma bocca.

Os Grammaticos modernos chamam *articulações* a estas *consonancias*. E com effeito o são. Mas, como as vozes também são articu-

lações, não é este nome proprio para distinguir umas das outras. O de *consonancias* caracteriza melhor a natureza particular destas modificações, que nunca soam per si, mas so junctas ás vozes, que modificam; e é outrossim mais analogo á nomenclatura ja recebida das vozes; as quaes, chamando-se assim porque as letras, que as figuram, se chamam *vogaes*; tambem aquellas se devem chamar *consonancias*; porque as letras, que as representam, se chamam *consoantes*. (BARBOSA, 1822, p. 7 [235])

A descrição “reprezada na bocca, e largada de repente” nos leva a pensar que apenas as plosivas seriam consonâncias. Ao diferenciar as vozes das consonâncias, Barbosa diz que “[o som das consonâncias] sempre é instantaneo, como o movimento dos orgãos, que reprezam e largam a voz. Solta esta, a consonancia desaparece, e a voz fica” (1822, p. 8 [236]), reforçando essa impressão. Mas não é isso o que ocorre; acredito que se trata apenas de imprecisão descritiva.

Barbosa distingue dois grupos de consonâncias, conforme o órgão ativo que as produz: as *consonancias labiaes* e as *consonancias linguaes*.

As primeiras ou são *labiaes puras*, produzidas por ambos os beiços, que se unem para interceptar a voz, e se abrem para a soltar; ou são *labiaes dentaes*, produzidas pela interceptação do beijo inferior com os dentes superiores. As primeiras são tres, a saber: uma *labial branda*, porque o seu toque é menos forte como *b* em *bála*; outra *labial forte*, assim chamada, porque não tem diferença da primeira senão no gráo maior de força, com que se exprime, como *p* em *pála*; e a terceira enfim *labial nasal*; porque o seu mecanismo faz refluir pelo nariz parte do som, que sae pelo canal da bocca, tal como *m* em *mála*. As *labiaes dentaes*, são so duas, uma *branda* como *v* em *viga*, e outra *forte* como *f* em *figa*. Estas *consonancias* chamam-se *infantis*; porque, sendo de um mecanismo o mais facil, por ellas principiam as crianças a fazer os primeiros ensaios da linguagem articulada. (BARBOSA, 1822, p. 8 [236])

É importante notar que Barbosa distingue os pares [p]:[b] e [f]:[v] por meio da tensão muscular e não por ausência/presença de sonoridade (as sonoras são ditas *brandas* e as surdas são ditas *fortes*). Cabe notar, também, o uso de pares mínimos na caracterização das oposições.

As *consonancias linguas*, por sua vez, são classificadas em dentais, palatais e guturais, conforme o ponto de articulação (conforme a língua toque nos dentes superiores ou em partes diferentes (anterior ou posterior) do palato. As *linguas palataes* são ainda classificadas como *sibilantes*, *chiantes*, *palatais nasais*, *palatais puras*, e *palatais tremulantes*, todas com uma voz branda (às vezes chamada *líquida*) e outra forte<sup>277</sup>. Com isso, Barbosa chega a um inventário de 21 consonâncias para o português, dispostas no quadro seguinte<sup>278</sup>:

QUADRO 8 – CONSONÂNCIAS

TABOIA ou TECLADO		
<i>Das 21 consonancias da Lingua Portugueza, 5 labiaes, e 16 linguas.</i>		
Tecla labial pura	{	Branda B <i>Bála</i> Forte P <i>Pála</i> Nasal M <i>Mála</i>
Tecla labial dental	{	Branda V <i>Vála</i> Forte F <i>Fála</i> <sup>2</sup>
Tecla lingual guttural	{	Branda G, GU <i>Gálla, Guêto</i> Forte C, QU <i>Cálla, Quêdo</i>
Tecla lingual dental	{	Branda D <i>Dála</i> Forte T <i>Tála</i>
Tecla lingual palatal sibilante	{	Branda S, Ç <i>Sácco, Çumo</i> Forte Z <i>Záco</i>
Tecla ling. palat. chiante	{	Líquida S <i>Sciencia</i> Forte X <i>Xára</i> Branda J, G <i>Járra, Gêso</i> Forte CH <i>Chárra</i> <sup>3</sup>
Tecla ling. palat. nasal	{	Branda N <i>Náfete</i> <sup>4</sup> Forte NH <i>Nháfete</i>
Tecla ling. palatal	{	Pura <sup>5</sup> { Líquida L <i>Lama</i> Forte LH <i>Lhama</i> Tremolante <sup>6</sup> { Líquida R <i>Caro</i> Forte RR <i>Carro</i>

Fonte: Barbosa (1822, p. 11 [239]).

277 O termo *palatal* é usado para referir o contato da língua com qualquer área do palato. A distinção entre *branda* e *forte*, como era de se esperar, parece estar substituindo a distinção entre *sonoro* e *surdo*.

278 Destaque para a aproximação feita com a linguagem musical: os pontos de articulação das consonâncias são denominados *teclas*.

Barbosa continua sua descrição dizendo que as consonâncias ainda podem ser divididas em outros grupos: a distinção entre consonâncias mudas e consonâncias semivogais é uma dessas divisões.

As primeiras [as mudas] são aquellas, em que a voz se intercepta totalmente, de sorte que não se sentem, senão ao abrir da bocca, taes como estas treze *b, p, m, v, d, t, g, c, n, nh, ch, l, lh*. As segundas [as semivogais] são aquellas, em que o som se intercepta so parcialmente, de sorte que seu sonido se faz perceber surdamente ainda com o orgão meio fechado, e taes são o *f*, as duas sibilantes *s, z*, as tres chiantes *s, x, j*, e as duas tremolantes *r, rr*. (BARBOSA, 1822, p. 11-12 [239-240])

Outra divisão possível das semivogais é a que se dá entre as consonâncias líquidas e as consonâncias fixas:

Ainda ha outra differença notavel entre estas consonancias. Umas são *liquidas*, isto é, *correntes*; porque seu mecanismo é tão facil, e para assim dizer, tão fluido, que na composição das sillabas complexas se associam tão amigavelmente com as outras consonancias, que parecem fazer com ellas um mesmo corpo. Taes são, o nosso *s* solitário (quando não tem vogal diante), e as duas palataes brandas *l* e *r*. Outras porêm são *fixas*, assim chamadas, porque seu mecanismo não soffre associação immediata com outras da mesma especie para fazer sillaba com ellas; e taes são afóra as tres liquidas, todas as mais. (BARBOSA, 1822, p. 12 [240])

É interessante notar que Barbosa extrapola o nível estrito das vozes, trazendo informações sobre a estrutura da sílaba, ao propor a distinção entre líquidas e fixas. As líquidas podem aparecer em posição pré-vocálica acompanhadas de outra consoante, como em /'pra.to/ ou /'pla.ka/, além de poderem constituir, em algumas línguas, o próprio núcleo da sílaba. É notável que Soares Barbosa, ao falar do “s solitário”, entenda que palavras como “escreve” ou “estão” são pronunciadas sem a vogal inicial – /s.'cre.ve/ e /s'tãw/ – resultando nas formas escritas “screve” e “stãw”<sup>279</sup>.

279 Na exemplificação da ortografia de pronúnciação que ele faz nas páginas 77-80 [305-308] de sua *Grammatica*, Barbosa usa formas ortográficas como 'stãw, 'scritura, 'scuzado e 'screve.



Para encerrar a apresentação das consonâncias, Barbosa acrescenta algumas observações sobre suas relações com a escrita:

Finalmente cumpre advertir que todas estas consonancias Portuguezas são sons simples, quer se escrevam com uma letra so, quer com duas, quer com as letras dobradas dos Gregos, e Romanos. Taes são as tres *ch, lh, nh* (que os nossos antigos Grammaticos chamavam *prolações*); as duas *gutturaes gu, qu*, que assim se escrevem quando vêm antes de *e* e *i*; a *tremolante forte rr*, quando no meio das palavras se acha entre vogaes; e as duas *palataes fortes z, e x*, que entre os Gregos, e Romanos eram dobradas.

Nem as primeiras, por levarem *h*, são por isso aspiradas, ou fazem um som composto; nem as segundas tem outro som, escriptas com duas letras, do que tem, escriptas com uma so, como *g*, e *c* antes de *a, o, u*. Da mesma sorte a tremolante forte, quando no meio das palavras se escreve com dois *rr*, e no principio das mesmas com um so *r*; e bem assim, quando o *s* sibilante se escreve com *c*, ou cedilhado ou sem cedilha antes das vogaes *e* e *i*; e o *j* chiante se escreve com *g* antes das mesmas vogaes: não se segue que sejam differentes consonancias; mas sim que são differentes escripturas do mesmo som, que o uso introduzio, e que podéra não ter introduzido, se quizesse; nem talvez devêra, se fosse mais coherente consigo mesmo. Quanto ás dobradas *x* e *z*, ellas não o são na nossa Lingua, excepto quando pronunciamos o *x* á Latina em lugar de *cs* como em *reflexão* etc. (BARBOSA, 1822, p. 12-13 [240-241])

Passando ao Livro II, que trata da ortografia, creio ser necessária uma pequena apresentação do quadro geral que envolvia as questões ortográficas no tempo em que a *Grammatica* foi escrita.

No século XVIII, há em Portugal um grande debate sobre a questão ortográfica. Havia duas posições em confronto: uma que defendia o princípio fonético (a representação gráfica deve ser a mais próxima possível da pronúncia), defendida, entre outros, por Luís António Verney (1713-1792), autor do *Verdadeiro metodo de estudar*, publicado em 1746, e uma que defendia o princípio etimológico (a representação gráfica devia conter um componente etimológico, isto é, a grafia devia evidenciar também a história da palavra), proposta, entre outros, por João de Moraes Madureira Feijó (1688-1741), autor de um livro intitulado *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portugueza*, publicado em 1734.

Soares Barbosa, em sua *Grammatica philosophica*, define ortografia da seguinte maneira:

*A orthographia é a arte de escrever certo, isto é, de representar exactamente aos olhos por meio dos caracteres litteraes do alfabeto nacional, os sons, nem mais nem menos, de qualquer vocabulo, e na mesma ordem, com que se pronunciam no uso vivo da Lingua: ou bem assim os que o mesmo vocabulo em outro tempo teve nas Linguas mortas, donde o houvemos.*

Assim o vocabulo *ortografia*, escripto por este modo, representa ao justo os sons de sua pronunção viva na Lingua Portugueza. Porém escripto, como se vê ao principio, representa, não so os sons, que tem presentemente, mas tambem os que teve em outro tempo no uso vivo da Lingua Grega, donde o houvemos.

A primeira *ortografia* chama-se da *pronunção*; porque não emprega caracteres alguns ociosos e sem valor: mas tão somente os que correspondem aos sons vivos da Lingua. A segunda chama-se *etimologica*, ou de *dirivação*; porque admite letras, que presentemente não tem outro prestimo senão para mostrar a origem das palavras. Entre estas duas *ortografias* caminha a *usual*, assim chamada, porque não tem outra auctoridade senão a do uso presente e dominante; ja para seguir as etimologias, e introduzir arbitrariamente escripturas mui alheas da pronunção presente; ja para não fazer caso da dirivação mesma, e incoherente em seus procedimentos escrever, por ex.: *he, huma* com *h*, que não ha na origem Latina; e *filosofia*, e *física* com *f* e *z*, que não ha nas palavras Gregas. (BARBOSA, 1822, p. 56-57 [284-285])

Segundo Kemmler (2012c, p. 314),

[...] é precisamente esta introdução formal do sistema misto, que oscila entre os dois sistemas “clássicos” da teoria ortográfica, que deve ser considerada uma das maiores inovações da *Grammatica philosophica* em matéria ortográfica.

Como diz Sónia Coelho:

Após a apresentação dos três sistemas ortográficos, o gramático reflete sobre o acesso da população a cada um deles. Considera que ao alcance do *Povo illitterato* só está a ortografia da pronunção, uma vez que para escrever segundo este sistema não é necessário conhe-

cer o funcionamento das línguas grega e latina, bastando apenas distinguir bem os sons de cada palavra:

Ja se vê que as Orthographias, *Etymologica* e *Usual* estão totalmente fóra do alcance do Povo illitterato. Porque nenhuma regra segura se lhe póde dar, ou elle perceber para deixar de errar a cada passo, que não seja a de largar a penna a qualquer palavra, que queira escrever, para consultar o vocabulario da Lingua.

Porêm a Orthographia da *Pronunção* não he assim. Rectificada que seja esta; não tem elle mais do que distinguir os sons, quer simples, quer compostos, de que consta qualquer palavra, e figural-os com os caracteres proprios, que os Alphabetos Nacionaes para isso lhe dão (Barbosa 1822: 57).

Se, por um lado, esta modalidade é a mais acessível àqueles que não têm conhecimentos acerca das línguas clássicas, por outro,

ou por facil, ou por estranha ao uso presente da Nação<sup>280</sup>, não he do gosto dos homens Litteratos, que não tendo a mesma difficuldade que tem os idiotas, para escreverem segundo as *Ety-mologias*, julgarião ter perdido seus estudos, se por isto se não distinguissem do vulgo imperito (Barbosa 1822: 57).

(COELHO, 2013, p. 69)

O problema com a ortografia usual está na possibilidade de que conduza a uma situação anárquica. Nas palavras de Kemmler (2001, p. 250):

Temos de reconhecer que não é fácil expor as ideias ortográficas de um ortógrafo que adere à corrente usual. Face às palavras do gramático torna-se claro porquê: o sistema é uma mistura de dois sistemas antagónicos. Como tal, o resultado da mistura podia e devia ser diferente de um ortógrafo para o outro e, naturalmente, de um indivíduo para o outro.

Numa tentativa de superar as divergências entre os proponentes das ortografias distintas (fonética, etimológica ou usual), Barbosa vai organizar o livro de sua gramática que trata da ortografia a partir do seguinte princípio: “Eu, para satisfazer a todos, porei primeiro as regras communs a todas as orto-

280 Neste ponto, Sónia Coelho (2013, p. 69) acrescenta uma nota em que se lê: “Através dessas palavras, fica claro que a ortografia da pronunção era um modelo ‘estranho’ à prática da nação, o que nos permite concluir que as várias propostas de implementação deste sistema não surtiram os efeitos desejados”.

*grafias*, e depois as próprias a cada uma dellas. Quem quiser poderá escolher” (BARBOSA, 1822, p. 57-58 [285-286]).

De maneira inovadora, Barbosa divide a ortografia em duas partes: na primeira, que ele chama de “*ortografia*, tomada em um sentido mais restricto”, ele vai estudar “a união bem ordenada das letras de qualquer vocabulo, correspondentes aos sons, e á sua ordem na boa pronunção do mesmo”; na segunda, que ele chama de *pontuação*, vai estudar “a separação dos mesmos vocabulos e orações na escriptura continuada, segundo a distincção, e subordinação das ideas e sentidos, que exprimem” (BARBOSA, 1822, p. 58 [286]).

Digo que a distincção é inovadora, porque reúne sob um mesmo rótulo coisas bem diferentes: de uma parte a ortografia tradicional e, de outra parte, um assunto que normalmente era tratado (quando era) na sintaxe. Provavelmente, a distincção se fundamenta na ideia de que a pontuação é parte da escrita (como as letras e sílabas) e serve para a leitura em voz alta “correta”. É como se ele dissesse que a leitura em voz alta depende não só da correção na pronunção das letras, mas também da correção na separação das palavras, das orações e na prosódia das enunciações.

Primeiramente, Barbosa apresenta as “Regras communs a todas as ortografias”. Essas regras – em número de doze – são apresentadas da seguinte forma:

#### REGRA I

*Todos convem que, para escrever as palavras, que são proprias e nativas da Lingua Portugueza, não se deve usar de outros caracteres, senão dos que o uso da nação adoptou para isso.*

O uso da nação adoptou para isto 31 caracteres fundamentaes, a saber: 5 vogaes *oraes* *a, e, i, o, u*; 5 *nasaes* *ã, ê, ã, õ, û*; e 21 consoantes *b, p, m, v, f, g, c, d, t, s* (com vogal diante) *z, s*, (sem vogal diante) *x, j, ch, n, nh, l, lh, r, rr*, como se póde ver no Livro I. da *Ortoepia*, cap. I, e II. Para exprimir as duas gutturaes antes de *e* e *i* ajuntou ás consoantes simples as duas prolações *gu, qu*, e usa muitas vezes do *ç* cedilhado em lugar do *s*, e do *g* em lugar do *j* antes de *e* e *i*.

Este é o verdadeiro abecedario do uso nacional. O abecedario vulgar, ou tipografico de 23 letras, a saber: *a, b, c, d, e, f, g, h, i, k, l, m, n, o, p, q, r, s, t, u, x, y, z*, por uma parte é incompleto e falto não menos que de onze letras, a saber: das cinco *nasaes* *ã, ê, ã, õ, û*; das duas consoantes *j, e v*, e das quatro prolações *ch, nh, lh, rr*, que são umas verdadeiras consoantes, posto que figuradas com duas letras: e por outra parte o mesmo abecedário vulgar é sobejo de tres letras, a saber: o *k, e y*, que são Gregas, e o *h*, que, ainda sendo signal de

aspiração, não deve ter lugar entre as consoantes, mas sim entre os accentos prosódicos, aonde pertence. Não falo ja na desordem fortuita do mesmo abecedario vulgar, em que as vozes se vêem misturadas com as consoantes, e estas sem ordem alguma entre si; antes contra toda a serie de sua geração, e dos órgãos, a que pertencem. (BARBOSA, 1822, p. 58-59 [286-287])

A regra I, na verdade, estabelece o alfabeto que deve ser usado para escrever em português. Dois detalhes são importantes: o primeiro é a atribuição da escolha deste alfabeto ao “uso da nação”, o que significa que Barbosa está adotando uma perspectiva descritiva, mais do que uma perspectiva normativa (embora esta, obviamente, não esteja completamente ausente); o segundo é o estatuto do *h*, que embora conste do alfabeto, não é, para Barbosa, uma verdadeira letra, mas um “accento prosodico”. É notável, também, a crítica que faz à ordem dos elementos do alfabeto, que é absolutamente arbitraria e irracional.

Todas as regras de Soares Barbosa têm a mesma estrutura: há um *caput* (em itálico), que contém a regra propriamente dita, seguido de um comentário que dá mais informações e/ou justifica a regra.

Não creio muito pertinente apresentá-las todas. Vou dar apenas mais um exemplo.

#### REGRA VI.

*Para na escriptura distinguir as vozes, que na pronunciação são surdas e ambiguas, e saber se havemos de escrever i ou e, o ou u: ou estas vozes vêm antes da sillaba aguda, ou depois. Se vem dantes, não ha outro meio para as conhecer e determinar se não o de variar com outra formação, ou declinação a mesma palavra de sorte que a voz ambigua passe a ser uma das grandes; e então o seu som confuso se fará distincto para se escrever com a sua vogal propria.*

Assim, para eu saber com que vogal hei de escrever as primeiras vozes surdas dos dois verbos *cear*, e *ciar*, e dos dois *soar* e *suar*; não tenho mais do que po-las no presente do indicativo *cêo*, *cío*, *sôo*, *súo*, e logo vejo a vogal com que os devo escrever nas mais fórmulas dos mesmos verbos. O mesmo succede nos nomes. Assim, por ex.: *asseado*, *fôfice* sei que se hão de escrever deste modo; porque digo *assêo*, *fôfo*, donde os primeiros se dirivam.

Se porêm as dictas vozes surdas vêm depois da sillaba aguda; a que sôa como *i*, deve-se escrever com *e* como *coíme*, *prudênte*, *sângue*, *tê-nue*; e a que sôa como *u* deve-se escrever com *o* como *Antônio*, *Márcos*, *affécto*, *amamos*, *lemos*, *ouvimos*; e sendo duas as que soam como *u*, a

primeira deve-se escrever de ordinario com esta vogal, e a segunda com o, como *continuo, assiduo, arduo*. Nos ditongos o uso mesmo não tem feito escrupulo em escrever as subjunctivas surdas de um mesmo ditongo ja com e, ja com i em *bôi, poes*; e ja com o ja com u, como *eu, mêo, têo*. Mas da ortografia destes ditongos falaremos logo. (BARBOSA, 1822, p. 62-63 [290-291])

Note-se que aqui não se trata mais de estabelecer como as letras devem ser lidas em voz alta, mas de estabelecer como determinados sons (*ambíguos*, em sua terminologia) devem ser escritos, particularmente a grafia das vogais médias fechadas, que de há muito tinham entrado em flutuação em sílaba fraca. É importante notar também que não se trata de uma mera relação de aproximação da fala e de escritura de palavras, já que o paradigma associado às palavras tem papel importante na determinação da forma “correta” de se escrever determinadas formas das palavras (se digo e escrevo, *assêo*, devo escrever *asseado* e não *assiado*, por mais que o som a ser grafado seja foneticamente, de fato, um [i]). Ou seja, não se trata mais de *pronúnciação*, nem de *etimologia*.

Após apresentar as “Regras communs”, Barbosa passa a apresentar regras específicas.

Com relação às ortografias etimológica e usual, ele apresenta uma única regra geral (especificada, depois, em vários pequenos comentários sobre casos específicos). Em suas palavras:

Regras proprias da Ortografia Etimologica, e Usual.

REGRA UNICA GERAL.

Toda a palavra Portugueza, que for dirivada ou da Lingua Grega, ou da Latina, deve conservar na escriptura os caracteres da sua origem, que se podem representar pelos do nosso alfabeto, e forem compatíveis com a nossa pronúnciação. Mas o uso faz nesta regra todas as exceções, que quer. (BARBOSA, 1822, p. 68 [296], grifos nossos)

É importante notar que Barbosa restringe a utilização dos caracteres das línguas grega e latina apenas aos que podem ser representados pelo alfabeto português, isto é, nem todos os caracteres presentes nas palavras de origem grega ou latina devem estar representados na ortografia etimológica (cf. Regra I). É importante notar também que, segundo Barbosa, todas as regras propostas para a ortografia etimológica podem ser violadas pela ortografia usual.

Finalmente, ele propõe também apenas uma única regra geral para a ortografia da pronúncia:

Regras próprias da Ortografia da Pronúncia.

REGRA UNICA GERAL.

Qualquer palavra, que se queira escrever, pronuncie-se primeiro bem, e distinguidos todos os sons, de que é composta, estes se escrevam pela mesma ordem com os caracteres, que lhes competem nos abecedarios completos, e exactos, que ficam lançados nos capitulos I. e II. da Ortoepia, e no cap. I. regra I. da Ortografia, e a palavra assim escripta ficará sem erro de Ortografia. (BARBOSA, 1822, p. 77 [305])

Como bem aponta Luís Carlos Cagliari (1985, p. 94), Soares Barbosa faz aqui um uso do abecedário do português como *alfabeto de transcrição fonética*, além do uso ortográfico comum. E isso se pode ver na “Aplicação da Regra geral ás vozes, e ditongos da lingua portugueza”, de que transcrevemos um pequeno trecho abaixo:

Os omens doutos tem na analogia das palavras dirivadas do Latim com as Latinas, dados, pelos quaes determinam fasilmente a escolha da vogal surda, que ão de preferir, e a que ão de rejeitar. Os que não são letrados stão privados deste socorro. Podem pois seguir as saidas, que lhes demos na regra VI. cap. I.

Mas se asim mesmo ficarem ainda indesizos sobre se ão de uzar de *e* ou *i*, e de *o* ou *u*; qualquer das duas vogaes que eles escolham, terão desculpa na mesma impossibilidade, onde se acham para escolher melhor. Pelo menos o screver o som do ô grande fechado, ou asim ou com *ou*, é couza indifferente para o ouvido, que não sente differença alguma, quer se screva *louvár*, quer *lôvar*. Quando porêm ao ô se segue alguma das liquidas *l*, *r*, *s* como *taes*, é melhor uzar do ô do que do *ou*, e screver *louvôr*, *sôldo*, *gôsto* do que *louvour*, *souldo*, *gousto*. (BARBOSA, 1822, p. 78 [306])

Como se pode ver, o trecho está apresentado numa espécie de *transcrição fonológica* (mais do que transcrição fonética).

Quero crer que isso mostra que estamos mesmo diante de um modelo de fonologia/ortografia distinto dos anteriores, em que a escrita prescinde da fonologia (porque, ao menos em parte, é etimológica) e esta é realizada (quase) sem o auxílio da ortografia.

Creio que posso dizer que, com Soares Barbosa, a separação entre a fonologia e a ortografia, entendidas como verdadeiros estudos autônomos, quase se completa.

Passemos, então, ao Livro III – Da Etimologia – que é o mais volumoso de todos.

Soares Barbosa abre esse livro com as seguintes palavras:

NOS dois livros antecedentes da *Ortoepia* e da *Ortografia* tractámos da parte mecanica da Lingua Portugueza, considerando nella as partes da oração so pelo que tem de fisico e material, como meros *vocabulos*, compostos de sons articulados, ou so pronunciados para serem ouvidos, ou tambem representados aos olhos para serem vistos; mas sem respeito algum ao que significam.

Nestes dois livros, que se seguem tractaremos da parte logica da mesma Lingua, considerando as mesmas partes da oração, pelo que tem de metafisico e espirital, não como *vocabulos*, mas como *palavras* isto é, como *signaes* de nossas ideas e de nossos pensamentos, ou considerados separadamente para exprimirem aquellas, o que é objecto da Etimologia, ou junctas em oração para formarem estes, o que é objecto da Sintaxe e Construção. (BARBOSA, 1822, p. 97-98 [325-326])

É interessante notar que Barbosa assume a posição universalista, lógica, ao tratar das palavras e das orações. Ele diz, na melhor tradição das gramáticas racionais:

Estas ideas, e estas combinações, é verdade que são representadas por diferentes *signaes* segundo as diferentes Linguas dos povos. Porém a differença está toda no material dos *vocabulos*, e não na significação das palavras, a qual é a mesma em todas as Linguas. Porque todas tem as ideas por objecto, e por fim a sua combinação e comparação. *Conceber*, e *Julgar* são duas operações do entendimento, comuns a todos os povos ainda selvagens. (BARBOSA, 1822, p. 99 [327])

Barbosa começa seu tratamento das palavras dividindo-as em dois grupos: as palavras *interjectivas* (ou *exclamativas*) e as palavras *discursivas* (ou *analíticas*). O primeiro grupo contém apenas as *interjeições*.

As *interjeições* são umas particulas, desligadas do contexto da oração, exclamativas, e pela maior parte monosyllabas e aspiradas, que exprimem os transportes da paixão, com que a alma se acha occupada. Ellas são a linguagem primitiva, que a natureza mesma ensina a todos os homens, logo que nascem, para indicarem o estado, ou



de dôr, ou de prazer interior, em que sua alma se acha: e por isso devem ter o primeiro lugar na ordem das partes da oração, e antes mesmo dos nomes, e mais partes discursivas, que os Grammaticos costumam pôr primeiro. (BARBOSA, 1822, p. 100-101 [328-329])

O segundo grupo – das palavras discursivas ou analíticas – contém as palavras que resultam da associação entre as coisas do mundo (indivíduos e relações) e as coisas do nosso espírito (ideias e combinações ou comparações).

Na natureza não existe outra couza mais do que *individuos*, e as *relações*, que os mesmos tem ou consigo mesmos, olhados por diferentes lados, ou com outros diversos, nascidas das suas mesmas propriedades, ou naturaes, ou accidentaes: as quaes relações fazem com que muitos de taes seres individuaes formem diferentes series parciaes, cada uma com seu fim particular a que tendem, e todas estas series parciaes formem uma cadeia e ordem geral, com um fim commum, a qual se chama *ordem do universo*.

Do mesmo modo em nosso espirito não ha senão duas couzas, que são: 1.º *Ideas*, ou *sensíveis* e *directas*, nascidas das impressões, que os objetos causam nos nossos sentidos e que são as unicas imagens naturaes dos mesmos objectos; ou *reflexas*, formadas pela nossa alma; ja por meio da *abstracção*, com que a mesma dá mais attenção a uma parte, ou qualidade do objecto do que a outra; ja por meio da *comparação*, que a mesma faz das propriedades de diferentes objectos, fixando sua attenção sobre o que elles tem de commum e semelhante entre si.

[...]

A 2ª couza, que ha em nosso espirito, é a *combinação*, ou *comparação*, que elle faz destes mesmos objectos e ideas, ou consigo mesmas, olhando-as por diferentes faces, ou com outras diferentes, para perceber as diversas relações, que umas tem com outras ou de *identidade*, ou de *determinação*, ou de *nexo* e de *ordem*.

[...]

Ora não sendo as palavras senão signaes dos nossos pensamentos, não podem constituir outras classes geraes que não sejam as destes mesmos pensamentos; e como estes não são senão *ideas*, ou *combinações* das mesmas: as *palavras discursivas*, que os exprimem, de necessidade se devem tambem reduzir a duas classes geraes, como nos metodos analíticos do calculo; umas que caracterizam e nomeiam as ideas, e outras que as combinam entre si. As primeiras se podem chamar *nominativas*, e as segundas *combinatorias* ou *conjunctivas*.

Como porêm as ideas, que se nomeiam, são de diferentes generos, e as combinações tambem de diferentes especies; as duas classes

mais geraes das palavras discursivas se subdividem em diferentes especies, cujo numero é preciso determinar para se saber quaes são exactamente as *partes elementares* e indispensaveis do discurso. Neste ponto tem havido quasi tantas opiniões, quantos são os Grammaticos. (BARBOSA, 1822, p. 103-106 [331-334])

Soares Barbosa aplica um raciocínio analítico na caracterização das palavras: ele vem dividindo as palavras em subconjuntos, sempre usando critérios de ordem semântica. Ao chegar nos subconjuntos das palavras discursivas – palavras nominativas e palavras combinatórias – não encontra mais respaldo na tradição para seguir adiante. Sua estratégia, então, é estabelecer algumas características que suportem logicamente propostas de novas subdivisões. Para estabelecer as *partes elementares* do discurso (classes mínimas de palavras), ele propõe três características:

[P]ara qualquer especie de palavras se reputar elementar da oração [deve] ter estes três caracteres.

1.º Que seja *simples* e *irresoluvel*, quero dizer, que a sua expressão não contenha em si clara ou implicitamente outras palavras, pelas quaes se possa resolver, e explicar; antes pelo contrario, nella se venham a resolver todas as expressões compostas, ainda que á primeira vista pareçam simples.

2.º Que seja *necessaria* e *indispensavel* á enunciação dos nossos pensamentos, e de tal sorte que não haja lingua alguma, que a não tenha.

3.º Que exercite no discurso uma *função essencialmente diferente* das que exercitam as outras partes elementares do mesmo; e tal que não possa ser exercitada por nenhuma dellas. Esta função, bem se vê que não póde ser outra senão a de caracterizar e propor as diferentes especies de ideas, que entram no painel do pensamento, e as diferentes especies de relações, que as unem para dellas fazerem um todo lógico. (BARBOSA, 1822, p. 106 [334])

Ou seja, as classes mínimas de palavras devem ser *irreduzíveis, universais e ter função própria e específica*. Considerando as três características, Soares Barbosa vai estabelecer cinco classes de palavras. Em suas palavras:

Ora estes tres caracteres não concorrem todos junctos senão em cinco especies de palavras, que são: *nome substantivo, nome adjectivo, verbo substantivo, preposição, e conjunção*, cinco partes elementares discursivas, que com a *interjeição*, unica parte não discursiva, for-

mam o sistema completo dos *elementos da oração*, ao qual se reduzem todos os vocabulos, de que póde constar o dicionário de qualquer Língua, antiga ou moderna, e o da nossa por consequencia. Os *substantivos* propõem as ideias principaes. Os *adjectivos* as accessorias, como objectos dos nossos discursos para se combinarem e compararem. O *verbo substantivo* combina e ajunta a ideia accessoria com a principal, o attributo digo, com o sujeito da proposição. A *preposição* combina entre si duas ideias principaes, fazendo de uma complemento de outra; e a *conjunção* combina, liga, e ordena as orações entre si. (BARBOSA, 1822, p. 107 [335])

Portanto, para Soares Barboza, as partes do discurso elementares, em qualquer língua, são: *nome substantivo, nome adjectivo, verbo substantivo, preposição, conjunção e interjeição*. As cinco primeiras são *discursivas* (ou analíticas) e a sexta, *exclamativa*<sup>281</sup>.

Se levarmos em conta apenas as palavras discursivas, poderíamos dividi-las em *nominativas* (nomes substantivos e nomes adjectivos) e *conjunctivas* ou *combinatórias* (o verbo substantivo, as preposições e as conjunções).

Quanto às classes de palavras que outros gramáticos apontam, e que Soares Barbosa desconsidera, encontramos na *Grammatica philosophica* passagens como as seguintes:

Constituindo pois os *adjectivos* uma espécie elementar de palavras, distincta da dos nomes substantivos; é facil reduzir a ella os *pronomes*, o *artigo*, e os *participios*.

Todo o nome, que se ajunta a um substantivo para o modificar, ou determinando-o, ou explicando-o, ou restringindo-o, é para mim um nome adjectivo quer seja declinavel, quer indeclinavel. Esta é a ideia, que leva consigo todo o nome adjectivo, isto é, a de uma ideia accessoria, que modifica outra. (BARBOSA, 1822, p. 109 [337])

Quanto aos *adverbios*, estes são umas *expressões* compostas, equivalentes a uma preposição com seu complemento, que costuma ser um substantivo ou so, ou acompanhado de um adjectivo. Devem-se portanto reduzir a estes elementos, dos quaes se compõem, e em que por fim se resolvem. Os advérbios de qualidade formados

281 À página 110 [338], Soares Barbosa diz: “Disto tudo se conclue que seis, nem mais, nem menos, são as *partes elementares* da oração portugueza, a saber: tres *variaveis*, quaes são os *substantivos*, os *adjectivos*, e o *verbo*; e outras tres *invariaveis*, quaes são as *preposições*, as *conjunções* e as *interjeições*”.

da terminação feminina dos adjectivos com a adição *mente*, como *claramente*, *prudentemente*, e que nos vieram do Latim corrupto da inferior idade *clara mente*, *prudente mente* etc. entendendo-se-lhes a preposição Latina *cum*, são uma prova disto, ainda que não houvesse outras. (BARBOSA, 1822, p. 110 [338])

Seguindo a gramática de Port-Royal, Barbosa trabalha com a ideia de que só há um verbo substantivo: o verbo *ser*. Todas as demais palavras que os gramáticos chamam de *verbo* seriam uma composição do verbo *ser* com algum atributo. No entanto, ao tratar do verbo, ele o define:

O verbo é uma parte conjunctiva do discurso, a qual serve para atar o attributo da proposição com o seu sujeito debaixo de todas suas relações pessoais e numeras, enunciando por diferentes modos a coexistencia e identidade de um com outro por ordem aos diferentes tempos, e maneiras de existir. (BARBOSA, 1822, p. 191 [419])

Barbosa admite que o verbo substantivo pode assumir ideias acessórias (pessoa, número, modos de existir, tempos e estados da existência) sobrepostas à significação básica de existência. Dessa forma, podemos identificar nas línguas: *verbos auxiliares*, que seriam aqueles que “servem ao verbo substantivo para o ajudarem a exprimir os diferentes modos de existencia, ou começada, ou continuada, ou acabada” (BARBOSA, 1822, p. 192 [420])<sup>282</sup>, e *verbos adjectivos*, que seriam as composições do verbo substantivo com algum atributo (por exemplo, *ser amante* = *amar*).

É curioso que Barbosa apresente uma distinção tripartite para os verbos: verbo substantivo, verbos adjectivos e verbos auxiliares. De algum jeito, *modo*, *tempo* e *aspecto*, para usar uma terminologia moderna, não seriam atributos do sujeito, mas atributos da existência, atributos do verbo substantivo? Provavelmente, se pensamos na matriz portroyalina assumida por Barbosa, os verbos auxiliares deveriam ser inscritos num subconjunto especial dos verbos adjectivos, já que são composições do verbo substantivo com uma ideia acessória (adjetiva, portanto), mas isso não fica claro na gramática.

Soares Barbosa vai abordar cada uma das partes elementares da oração. Não vamos reproduzir aqui todas as suas análises. Creio que um olhar mais

282 Os *modos de existir* seriam indicados pelos modos do verbo; e os *estados da existência* seriam indicados pelos verbos auxiliares (*aspecto*, diríamos hoje).

atento e demorado a uma das partes – a dos *nomes adjectivos* – pode bem exemplificar o pensamento do autor.

Comecemos com uma citação do autor.

JA dissemos no capitulo antecedente que o *adjectivo é um nome, que exprime uma couza como accessoria de outra, para ser sempre o attributo de um sujeito claro, ou occulto, sem o qual não pôde subsistir*. Expliquemos esta definição com um exemplo.

*Homem, virtude*, são dous substantivos, cujas ideas existem cada uma separadamente no nosso espirito. Ambos são sujeitos, e como sustentaculos, de um certo numero de qualidades, e não se modificam um a outro. Mas se digo *homem virtuoso*, ou *virtude humana*; esta fórma de discurso faz desaparecer de repente um dos dous sujeitos; e na primeira expressão reúne no substantivo *homem* todas as ideas incluídas no substantivo *virtude*; e na segunda reúne no substantivo *virtude* todas as ideas incluídas no substantivo *homem*.

Comparando-se pois os dois nomes *virtuoso* e *virtude*, e bem assim *humano* e *homem*, se vê claramente a diferença dos adjectivos aos substantivos; a qual está no nosso diferente modo de conceber os objectos, e na ordem analitica do pensamento. Nesta o substantivo exprime sempre uma idea principal, que é como o sujeito de certas qualidades, que nelle existem e o modificam: e o adjectivo pelo contrario não exprime senão certas qualidades, e ideas accessorias, que supõem sempre outra idea principal, na qual como em sujeito possam existir, e a quem sirvam de attributo para a modificar.

Todo *adjectivo* pois tem duas significações, uma *distincta*, porêm indirecta, que é a do attributo; e outra *confusa*, porêm directa, que é a do sujeito. Esta palavra *branco* significa directamente um sujeito qualquer indeterminadamente, que tem brancura; e indirectamente, mas com toda clareza e distincção, a qualidade da côr. Portanto todo adjectivo indica um sujeito, qualquer; e exprime uma qualidade, que lhe attribue. (BARBOSA, 1822, p. 137-138 [365-366])

Soares Barbosa diz que as qualidades denotadas pelos adjectivos só podem se aplicar a nomes comuns<sup>283</sup>. Em seguida, pergunta-se sobre quantas formas

283 “Ora está claro que o sujeito indicado não pôde ser senão um substantivo; porque sobre este so é que podem cair as qualidades, que per si não podem subsistir. Este substantivo tambem não pôde ser um nome proprio, ou de individuo. Porque como este tem em si mesmo todas as determinações, e modificações necessarias para ser o que é; não pôde ser modificado, nem por consequencia admittir um adjectivo, que o modifique” (BARBOSA, 1822, p. 138-139 [366-367]). Curiosamente, ele ignora que um nome próprio pode receber atributos em construções como “Pedro é alto”. Ele parece pensar só na impossibilidade de casos como “Pedro alto”.

de “modificação” um nome comum admite, o que vai lhe permitir saber quantas as espécies de adjetivos existem. Em suas palavras:

Um so exemplo aclarará tudo. Neste, *Todo homem é racional, mas nem todos os homens são razoados*, o adjectivo *todo* é determinativo; porque não explica, nem restringe o nome appellativo *homem*; mas determina-o so, e applica-o a todos os indivíduos da classe humana distributivamente; e o mesmo adjectivo *nem todos*, que val o mesmo que *alguns*, determina e applica o mesmo nome a uma parte delles. O artigo *os* tambem é determinativo; porque indica que o nome *homem* se toma alli em um sentido individual e substantivo, e não como especie e adjectivamente. O adjectivo *racional* é explicativo; porque desenvolve uma qualidade essencial ao homem, ja incluida na idea do mesmo; e o adjectivo *razoado* é restrictivo; porque ajunta á idea do homem uma qualidade accidental, que a mesma idea não comprehendia, e que por isso a limita e reduz a uma classe muito menor, qual é a dos *homens razoados* em comparação com a dos racionaes. Estas tres especies de adjectivos tem diferentes propriedades e usos; e por isso vamos a tractar de cada uma dellas separadamente nos tres artigos seguintes.  
(BARBOSA, 1822, p. 140-141 [368-369])

Ou seja, o nome comum pode ser modificado em sua *compreensão* ou em sua *extensão*<sup>284</sup>. A compreensão de um nome é a ideia geral que ele denota (a *noção*, o *conceito*); sua extensão é o conjunto de indivíduos que abrange. Por exemplo, o nome comum *homem* tem como compreensão a ideia de homem (as propriedades que tornam um indivíduo parte do conjunto dos homens) e como sua extensão o conjunto dos indivíduos que possuem as propriedades associadas à ideia de homem (o conjunto dos homens).

Os adjetivos, então, podem modificar a compreensão ou a extensão de um nome comum. Se modificam a extensão, são chamados *adjetivos determinativos*; se modificam a compreensão, serão ditos *adjetivos explicativos* ou *adjetivos restritivos*.

Os *explicativos* não accrescentam á significação de seu substantivo idea alguma nova, e o que fazem so, é desenvolver as que o mesmo substantivo contêm na sua noção, ainda que confusamente. Os *restrictivos* porêm accrescentam ao appellativo uma idea nova, não comprehendida na sua significação, pela qual esta fica

284 Barbosa não usa esses termos.

restringida a um menor numero de individuos. Quando por ex. digo: *Deos justo*; o adjectivo *justo* é explicativo; porque modifica o substantivo *Deos* com uma idea, que ja tinha. Quando porém digo: *Homem justo*; o mesmo adjectivo ja não é explicativo, mas restrictivo; porque a idea de justiça não se contém necessariamente na idea de homem; e portanto restringe a classe mais geral dos *homens todos* á mais particular dos *homens justos*, que são poucos. (BARBOSA, 1822, p. 178-179 [406-407])

Fazendo um parêntese, embora não seja explicitado no texto, o exemplo de Barbosa para distinguir explicativos de restritivos nos leva a uma conclusão inescapável: a distinção entre explicativos e restritivos não é categorial, mas relacional. Explico. Se eu tomar o adjectivo *justo* e perguntar se ele pertence à categoria dos adjectivos restritivos ou à categoria dos adjectivos explicativos, nenhuma resposta é possível, já que no sintagma *Deos justo* ele é explicativo e no sintagma *Homem justo* ele é restritivo. Restrição e explicação parecem ser propriedades da relação entre substantivo e adjectivo e não subclasses (categorias) de adjectivos. Curiosamente, as gramáticas continuam, ainda hoje, a propor restrição e explicação como propriedades dos adjectivos e não dos sintagmas. Voltemos, então, às ideias de Soares Barbosa.

Os adjectivos determinativos, por sua vez, apresentam três características que os distinguem dos explicativos e restritivos: (1) não causam mudança na significação do nome comum; (2) sempre precedem o nome comum na oração; e (3) não recebem graus (aumentativo, diminutivo ou superlativo).

Os determinativos ainda podem receber novas subclassificações. Soares Barbosa começa por dividi-los em *determinativos de qualidade* e *determinativos de quantidade*.

Quando digo: *Um de meus irmãos*; o adjectivo *meus* determina o appellativo *irmãos* pela qualidade de me pertencerem; e o adjectivo *um* determina o mesmo pela quantidade numerica de um entre outros. (BARBOSA, 1822, p. 142 [370])

Os determinativos de qualidade ainda podem ser de dois tipos: os *gerais* e os *especiais*.

Os geraes são os que junctos a qualquer nome commum, indicam que elle se toma individualmente em um sentido determinado, sem contudo elles mesmos o determinarem per si; e taes são os nossos dous artigos, um vago e *indefinito*, como *um homem*, e outro *definito*, como *o homem*.

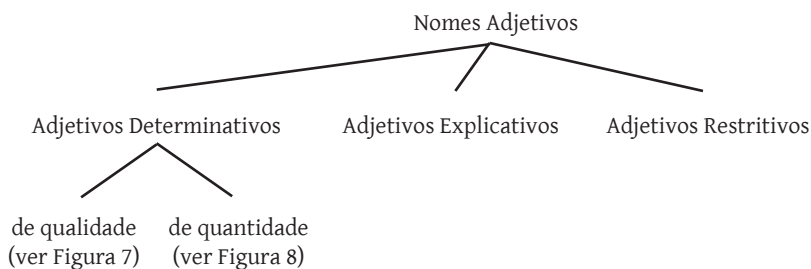
Os especiaes porêm determinam ja per si mesmos o nome commum, individuando-o por alguma qualidade, ou circumstancia particular, quer seja *pessoal*, como *eu Antonio, tu Pedro, elle Sancho, nossos pais, vossos avós*; quer *local*, que os mostra, como *este homem, aquella mulher, o qual sujeito*; que por isso os primeiros se chamam determinativos *pessoaes*, e os segundos *demonstrativos*. (BARBOSA, 1822, p. 143 [370])

Da mesma maneira, os determinativos de quantidade podem ser divididos em *universais* e *partitivos*.

Os primeiros são os que applicam o nome commum á totalidade dos individuos, quer affirmando-a, como *todo homem*, chamados por isso *positivos*; quer negando-a *nenhum homem*, chamados então *negativos*. Os segundos são os que applicam o nome commum a uma quantidade parcial de individuos, ou vaga como *muitos homens, alguns homens*, e estes chamam-se vagos; ou exacta e determinada, como *um, dous, tres homens, o primeiro, o segundo rei*; e estes chamam-se *numeraes*. (BARBOSA, 1822, p. 143 [371])

Para resumir, a classificação dos adjetivos feita por Soares Barbosa nos deixa com a seguinte árvore classificatória (que vou expandir em quatro por questões de espaço):

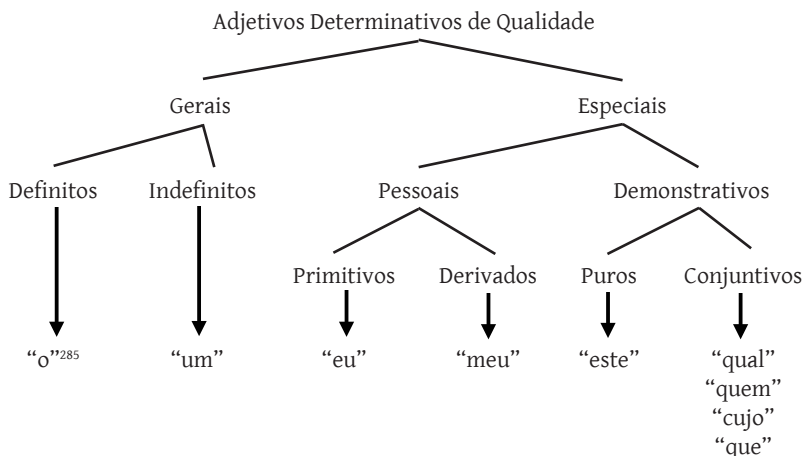
FIGURA 6 – SUBCLASSIFICAÇÃO DOS NOMES ADJETIVOS



Fonte: o autor (2022).

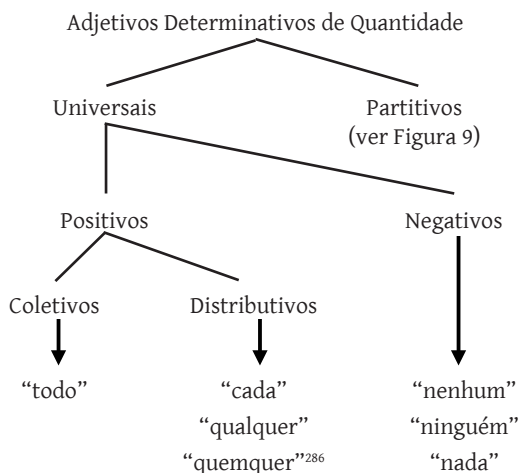


FIGURA 7 – SUBCLASSIFICAÇÃO DOS ADJETIVOS DETERMINATIVOS DE QUALIDADE



Fonte: o autor (2022).

FIGURA 8 – SUBCLASSIFICAÇÃO DOS ADJETIVOS DETERMINATIVOS DE QUANTIDADE (UNIVERSAIS)

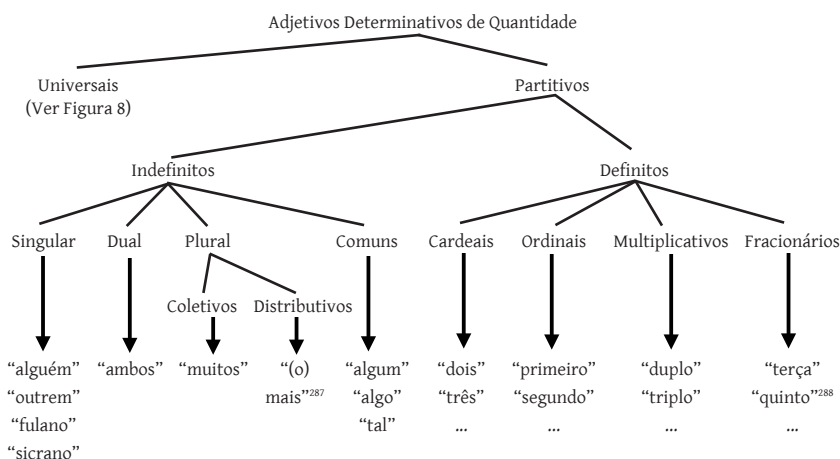


Fonte: o autor (2022).

285 Nos exemplos apresentados nas últimas linhas das árvores, vou ignorar as flexões de gênero e número.

286 Ao descrever os determinativos universais positivos distributivos, Soares Barbosa diz: “Os *universaes distributivos* são tres, um simples e indeclinavel, que serve so para o singular e para todos os generos, que é *cada*, e dous compostos dos demonstrativos *quem*, *qual*, e de *quer*, terceira pessoa do presente do indicativo do verbo *querer*, a saber: *Quemquer* e *qualquer*. *Quemquer* é indeclinavel, tem so singular, e diz-se so de pessoas; *qualquer* diz-se tanto de pessoas, como de couzas, e é declinavel por numeros somente, como *qualquer pessoa*, *quaesquer couzas*” (BARBOSA, 1822, p. 171-172 [399-400]).

FIGURA 9 – SUBCLASSIFICAÇÃO DOS ADJETIVOS DETERMINATIVOS DE QUANTIDADE (PARTITIVOS)



Fonte: o autor (2022).

Como se pode ver, estamos diante de uma grande – e complexa – grade classificatória. É interessante, no entanto, que Soares Barbosa continue usando os termos tradicionais em vez dos termos que resultam de seu processo classificatório (*artigo* e *pronome*, por exemplo, em vez de *adjetivo determinativo geral* e *adjetivo determinativo especial pessoal*, respectivamente, ou *numeral* em vez de *adjetivo determinativo partitivo definido*)<sup>289</sup>.

De qualquer maneira, não se pode deixar de admirar a busca de consistência e de rigor lógico na classificação apresentada. A partir de distinções básicas, como as de *compreensão* e *extensão* dos nomes substantivos, e de uma noção – vaga – de *modificação*, Barbosa altera substancialmente a grade classificatória tradicional das chamadas *partes do discurso* da língua portuguesa. Sua proposta classificatória influenciou grandemente os gramáticos, portugueses e brasileiros, que se seguiram, como veremos mais adiante.

O Livro IV trata da sintaxe e abre com as seguintes palavras:

287 Como no exemplo “De cem soldados, cinquenta ficaram mortos no campo; os *mais* fugiram” (adaptado de BARBOSA, 1822, p. 175 [403]). Este adjetivo *mais* vem sempre antecedido de artigo.

288 Em casos como “a terça parte” ou “o quinto reclamado”, por exemplo.

289 Tal uso nos permite supor que – como já temos apontado em gramáticos de outros períodos – Barbosa, mesmo que inconscientemente, considera que a classificação tradicional – com artigos, pronomes etc. – corresponde à realidade das línguas e que sua classificação é apenas um modo alternativo de agrupar as classes tradicionais a partir de um critério pretensamente mais lógico e adequado. Altera-se a teoria das partes do discurso ao mesmo tempo em que se assume a teoria tradicional, naturalizada, como base empírica.

*Sintaxe* quer dizer *coordenação*; e chama-se assim esta parte da Grammatica, que das palavras separadas ensina a formar e compor uma oração, ordenando-as segundo as relações ou de conveniencia, ou de determinação, em que suas ideas estão umas para as outras. Os Grammaticos, traduzindo com mais liberdade a palavra Grega *syntaxis*, lhe dão o nome de *construcção*. Mas esta palavra tem mais extensão que a de *sintaxe*. A *sintaxe* é uma ordem sistemática das palavras, fundada nas relações das couzas que ellas significam; e a *construcção* uma ordem local, auctorizada pelo uso das Linguas. Assim a *construcção* póde ser ou direita ou invertida, e ter contudo a mesma *sintaxe*. Nestas duas orações: *Alexandre venceo a Dario*, e *a Dario venceo Alexandre*, as *construcções* são contrarias; porém a *sintaxe* é a mesma.

Ambas ellas enquanto conduzem para a maior ligação das ideas e clareza da enunciação, são do foro da Grammatica em geral, e da Lingua Portugueza em especial, que entre os signaes das relações conta tambem a *construcção* local dos vocabulos. Tractaremos pois de uma e de outra separadamente. Mas para bem se entender a *sintaxe* e *construcção* das partes da oração, é preciso saber primeiro distingui-las: o que vamos a fazer pela analise da oração em geral e das varias especies della, que entram na composição do discurso. (BARBOSA, 1822, p. 362-363 [590-591], sublinhado nosso)

Várias coisas distintas podem ser observadas nestas palavras. Por exemplo: (i) que *sintaxe* e *construcção* são dois conceitos distintos: a *sintaxe* é “uma ordem sistemática das palavras”, universal, baseada no significado da oração e a *construcção* é uma ordem local, particular de alguma língua (ver trecho sublinhado na citação acima); (ii) que numa língua, como o português, *construcções* distintas podem apresentar a mesma *sintaxe*.

Soares Barbosa está supondo que a *oração* veicula um *pensamento* e que o *pensamento* é constituído por *ideias*, que se relacionam ou por *conveniência* ou por *determinação*.

Como a *sintaxe* da oração reflete a ordem das ideias no pensamento e as ideias são associadas a palavras específicas, a ordem das palavras na oração é reflexo da ordem das ideias no pensamento. E as relações entre as ideias apresentam relações equivalentes às que se dão entre as palavras. Assim, a *sintaxe* de Soares Barbosa é, no fundo, a realização no plano linguístico de uma “*sintaxe*” do pensamento. Em suas palavras:

*Oração*, ou *proposição*, ou *frase* (pois tudo quer dizer o mesmo) é qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras. Ora não sendo qualquer discurso outra coisa senão ou um juízo, ou uma serie delles; todo elle não é tambem senão ou uma oração ou uma continuação de orações: e assim o que aqui dissermos da oração em geral, será applicável a cada uma dellas em particular. (BARBOSA, 1822, p. 363 [591])

Como já era bem sabido no tempo de Barbosa, um mesmo pensamento pode ser veiculado por orações bem distintas em línguas diferentes (por exemplo, a expressão latina *ducor* e a expressão portuguesa *sou conduzido* refletem o mesmo pensamento, embora o latim use uma flexão no verbo principal e o português use um verbo auxiliar e a forma de particípio do verbo principal). O mesmo pode acontecer no interior de uma mesma língua, como Barbosa nos mostra com os exemplos “Alexandre venceu a Dario” e “A Dario venceu Alexandre”. Como o termo *sintaxe* acaba por denotar, preferencialmente, a ordem das ideias no pensamento, era necessário um novo termo para indicar a ordem das palavras na oração e o termo escolhido foi *construção*.

Para esse autor, então, é necessário conhecer bem tanto a sintaxe, universal, quanto as construções possíveis na língua particular para obtermos “maior ligação das ideas e clareza da enunciação” (BARBOSA, 1822, p. 363 [591]). E esta é a tarefa da gramática.

Para o nosso gramático, a oração tem necessariamente três termos: um *sujeito*, que exprime a pessoa ou coisa de que se declara algo, um *atributo*, que exprime o que se declara do sujeito, e um *verbo*, que exprime a existência do atributo no sujeito.

Toda oração pois é composta de um sujeito, de um attributo, e de um verbo, os quaes se exprimem ou com tres palavras *eu sou amante*; ou com duas equivalentes ás tres *sou amante*, ou com uma so, que concentra em si as tres, como: *Amo*. (BARBOSA, 1822, p. 363-364 [591-592])

A estrutura tripartite *sujeito-verbo-atributo* seria universal e própria da sintaxe. As estruturas *Eu sou amante*, *Sou amante* e *Amo* são construções próprias da língua portuguesa e, apesar de fonológica e lexicalmente distintas,

têm exatamente a mesma sintaxe. Poderíamos dizer que a estrutura sintática tripartite é uma espécie de “estrutura profunda”, comum a um conjunto de “estruturas superficiais”, que seriam as construções<sup>290</sup>.

O Livro destinado à sintaxe está, como já vimos acima, organizado em seis capítulos, que são, na ordem: Da Oração em geral; Sintaxe de Concordância; Sintaxe de Regencia; Da Construção Direita da Oração Portuguesa; Da Construção Invertida da Oração Portuguesa e Aplicação dos princípios desta Grammatica ás duas primeiras Estanças do Canto 1. dos Lusíadas de Camões.

No primeiro capítulo, Barbosa apresenta a estrutura tripartite das proposições e discute os mecanismos que fazem uma oração complexa de mais de uma oração simples. Ele vai dizer que uma oração que só tem um sujeito e um atributo é *simples*, enquanto orações com mais de um sujeito ou mais de um atributo são *compostas*. Seu exemplo é “Eu e tu somos amantes, e estimadores da virtude”.

Esta oração é composta de dous sujeitos *eu*, e *tu*; e de dous attributos *amantes*, e *estimadores*; e contêm em si não menos que quatro juizos correspondentes aos seus quatro termos, que são: *eu sou amante*, *tu es amante*, *eu sou estimador*, *tu es estimador*. O mesmo verbo, posto entre os varios sujeitos e attributos, serve de copula a cada um delles, e val tanto como se se repetisse. (BARBOSA, 1822, p. 364 [592])

Soares Barbosa ainda vai dizer que tanto o sujeito quanto o atributo também “podem ser compostos e complexos, isto é, modificados por vários acessórios” (1822, p. 364 [592]). Esses “acessórios” podem ser um substantivo antecedido de preposição (homem *de honra*), ou um adjetivo (homem *honrado*) ou mesmo uma oração (homem *que é honrado*).

290 É preciso não confundir com as estruturas profundas e superficiais da Gramática Gerativa de Noam Chomsky, em suas versões mais antigas. As estruturas tripartites de Barbosa têm um caráter essencialmente semântico (ou cognitivo), ou seja, surgem das propriedades fundamentais do juízo (do “pensamento”) e sua origem está na lógica de Aristóteles e dos estoicos. Muita gente boa tem procurado (e, pior, pretensamente encontrado) as ideias de Chomsky nos gramáticos influenciados por Sánchez de las Brozas ou pelos gramáticos de Port-Royal, sem perceber que essas “filiações ideológicas” são sempre muito frágeis, e raramente adequadas. As eventuais semelhanças são acompanhadas de tantas dissemelhanças que as relações de “paternidade” sempre ficam comprometidas.

Essas orações que modificam o sujeito ou o atributo de uma outra oração serão chamadas de *orações parciais*.

As orações ou proposições *parciais* são de dous modos, ou *incidentes* ou *integrantes*. As primeiras são as que modificam qualquer dos termos da proposição total, ou explicando-o, ou restringindo-o. Por exemplo nesta proposição total: *Os sabios, que são mais instruidos, que o commum das homens, deveriam tambem excede-los em virtude*; a parcial *que são mais instruidos que o commum dos homens* é uma incidente explicativa do sujeito *sabios*; e em estoutra a *honra, que vem da virtude, é mais solida que aquella, que vem do nascimento*, as duas incidentes *que vem da virtude* e *que vem do nascimento* são restrictivas, a primeira da significação geral do appellativo *honra*, sujeito da proposição total; e a segunda da significação indeterminada do mesmo appellativo, e do demonstrativo *aquella*, attributo da mesma. (BARBOSA, 1822, p. 365 [593])

A segunda especie de orações *parciais* são as *integrantes*, assim chamadas, porque não so inteiram o sentido da proposição fatal [*sic*], como as incidentes; mas tambem a sua Grammatica, completando a significação relativa do attributo da mesma, a qual sem isto ficaria incompleta e suspensa. O attributo pois de uma significação relativa, exprimido pelo adjectivo, ou so, ou mettido no verbo adjectivo, é quem determina e demanda estas orações *integrantes*, as quaes se enunciam ou pelos infinitos impessoaes, quando o sujeito do verbo determinante é o mesmo que o do verbo determinado, como: *Quero amar-te*; ou pela linguagem indicativa, quando o verbo determinante afirma com asseveração e certeza, como: *Creio que me amas*; ou pela subjunctiva, quando o verbo determinante afirma com receio e incerteza, como: *Quero que me ames*. Onde as orações *amar-te, que me amas, que me ames*, são *integrantes* não so do sentido dos verbos determinantes *quero* e *creio*, mas ainda de sua syntaxe; pois são complementos necessarios de sua acção, que não póde ficar suspensa. (BARBOSA, 1822, p. 366 [594])

No capítulo 2, Barbosa vai tratar da *concordância* que, para ele, é “a conformidade dos signaes, que o uso instituiu para indicar as correlações das ideias, com essas mesmas correlações” (1822, p. 370 [598]). Ou seja, a concordância entre as palavras serve para representar, no nível linguístico, uma relação entre as ideias que as palavras representam. Essa “conformidade dos signaes”, isto é, o fato de que concordam, tem fundamento na *identidade* entre as ideias (as

ideias compartilham propriedades como número, gênero, pessoa etc.): identidade entre a ideia do atributo com a ideia do sujeito, identidade das ideias acessórias com as ideias dos elementos que são modificados etc.<sup>291</sup>

No capítulo 3, Barbosa trata de *regência*, que ele define com as seguintes palavras:

*REger quer dizer determinar, e demandar alguma couza. E como em todas as linguas ha umas palavras, cuja significação é transitiva, ou relativa, e que por isso requerem se lhes complete para não ficar suspensa; daqui veio dizer-se que, assim como a relação de *identidade* entre as ideas é o fundamento da sintaxe de concordancia, assim a relação de *determinação* entre as mesmas é o fundamento da sintaxe de regência. (BARBOSA, 1822, p. 392-393 [620-621])*

Assim como a ideia de *bejar* determina a existência de algo ou alguém beijado, o verbo adjetivo “bejar” deve ser transitivo, isto é, determina a existência de um objeto direto: o algo ou alguém que é beijado.

Embora diga que a regência é uma relação própria das palavras transitivas, Soares Barbosa (1822, p. 393 [621]) admite que há palavras “cuja significação é intransitiva e absoluta” que são “susceptíveis de varias determinações e circunstancias”. Estas palavras não são regentes, mas regidas “e daqui duas especies de regencias, umas correlativas, e outras simplesmente relativas”.

A diferença entre a regência correlativa e a relativa, então, reside no fato (semântico) de que em alguns casos o termo regente é simultaneamente regido, enquanto na regência relativa isso não acontece. Por exemplo, em *Amo a Deus*, o verbo *Amo* pede um complemento, “mas tambem o complemento a Deos pede um antecedente, qualquer que elle seja” (BARBOSA, 1822, p. 393 [621]). Isso vai acontecer sempre que o termo regente tiver significação transitiva e o termo regido seja introduzido por preposição, segundo Barbosa.

Já as palavras de significação absoluta (intransitivas) não exigem complemento, embora possam ser determinadas e modificadas por termos introduzidos por preposição, e estes termos requerem um antecedente que os complete. Por exemplo, na expressão *O amor de Deus*, “o appellativo *amor* per si nada pede; porêm o complemento *de Deos* pede infallivelmente um antecedente” (BARBOSA, 1822, p. 394 [622]).

291 Ver Barbosa (1822, p. 370 [598]).

Soares Barbosa diz que se há regência, deve haver *partes regentes e partes regidas*. E vai concluir:

As partes regentes, propriamente falando, não são senão duas, a saber: O adjectivo de significação relativa, e a preposição; porque no adjectivo vai incluído o verbo adjectivo, e o adverbio mesmo de significação relativa; pois que elles não tem esta significação senão do attributo relativo, que levam consigo. *Depender de Deos, dependente de Deos, dependentemente de Deos*, é tudo a mesma idea relativa de *dependencia*, que se reproduz debaixo destas diferentes formas. A preposição tambem de sua natureza é relativa, e pede não so um termo consequente, que complete sua relação, mas tambem um antecedente, a quem ella mesma com seu consequente sirva de complemento. Quando digo: *A Deos*; a preposição *a* não so requer o nome que tem adiante, mas um antecedente de significação relativa, a que sirva de complemento, v. g. *Rogo a Deos*.

*Partes regidas* podem ser todas as que compõem a oração; ou um nome, quer proprio, quer appellativo, *livro de Pedro*, onde *Pedro* é regido da preposição, e *livro* regido outrosim da mesma preposição com seu complemento: ou um verbo v. g. *quero amar, para amar*: ou um adverbio, como: *d'onde, por onde, para onde*: ou qualquer outra parte substantivada, como: *Com outro eu, querer o justo, o bom; lançar aís; dizer pro e contra; sem senão*, etc. (BARBOSA, 1822, p. 394 [622])

Segundo Barbosa, a língua portuguesa apresenta as mesmas relações entre regente e regido que a língua latina, embora não as mostre pelos mesmos mecanismos: enquanto o latim geralmente manifestava essas relações por meio de casos, o português as manifesta por meio de preposições.

Ora todas estas relações se reduzem geralmente a quatro, correspondentes aos quatro casos Latinos. Porque ou a parte regida está em razão do *objecto* para a parte regente; e lhe daremos o nome de *complemento objectivo*, que corresponde ao accusativo Latino; ou em razão de *termo*, e lhe chamaremos *complemento terminativo*, que corresponde em parte ao dativo Latino. Ambos estes completam a significação relativa das partes regentes.

Ha outros dous complementos, que não completam, mas mudam a significação vaga e absoluta das partes, que não regem; outros ou restringindo-a, ou explicando-a. Ao primeiro dou o nome de *complemento restrictivo*, que corresponde ao genitivo Latino; e ao segundo o de *complemento circumstantial*, que corresponde ao ablativo Lati-



no. Os primeiros dous são regidos pelas partes regentes: estes dous segundos não são regidos, nem determinados pelas palavras a que servem de complementos; mas elles são os que propriamente as regem e determinam. (BARBOSA, 1822, p. 395 [623])

Após discorrer sobre as *construcções direitas e construcções invertidas* na língua portuguesa, nos capítulos IV e V, Soares Barbosa passa a aplicar, no capítulo VI, os princípios da *Grammatica* na análise das duas primeiras estrofes dos Lusíadas, de Camões.

Essa “aplicação” consiste numa análise sintática detalhada do seguinte texto<sup>292</sup>:

I.

As armas, e os varões assinalados,  
Que da occidental praia Lusitana  
Por mares nunca d’antes navegados  
Passarão inda além da Taprobana;  
Em perigos e guerras esforçados  
Mais do que promettia a força humana;  
E entre gente remota edificarão  
Novo Reino, que tanto sublimarão;

II.

E tambem as memorias gloriosas  
Daquelles Reis, que forão dilatando  
A Fe, o Imperio, e as terras viciosas  
D’Africa, e d’Asia andarão devastando;  
E aquelles, que por obras valerosas  
Se vão da lei da morte libertando;  
Cantando, espalharei por toda parte:  
Se a tanto me ajudar o engenho, e arte.  
(CAMÕES *apud* BARBOSA, 1822, p. 435)

Soares Barbosa divide a análise em duas partes: uma “Análise Geral” e uma “Análise Particular”.

Na “Análise Geral”, ele diz coisas como:

Estas duas estanças não formam senão um período de dous membros, ou proposições totaes. O primeiro membro, ou proposição corre des-

292 Mantive a ortografia usada por Soares Barbosa.

de o principio até o fim do penultimo verso da segunda estança *Cantando espalharei por toda parte*. O segundo contém-se no ultimo verso da mesma estança, que é: *Se a tanto me ajudar o engenho e arte*.

Estas duas proposições totaes, que compõem o periodo, estão na ordem direita; a affirmativa primeiro, enunciada pelo futuro imperfeito do indicativo *espalharei*, a qual é a principal; e a condicional em segundo lugar, enunciada pelo futuro imperfeito do subjunctivo *ajudar*, a qual é a subordinada; tudo segundo a regra, que diz: que as proposições principaes dos periodos são sempre indicativas, e que as subjunctivas são sempre subordinadas.

A primeira proposição, e a principal está toda na ordem invertida, e por isso vai suspensa até o fim, principiando e continuando pelos complementos objetivos da acção do verbo *espalharei*. A ordem direita seria: *Cantando espalharei por toda parte, As armas, e os varões assinalados*, etc. A segunda e subordinada tambem está invertida na construcção, sendo o verbo *ajudar* precedido dos complementos de sua acção, a saber, o terminativo *a tanto*, e o objectivo *me*; e seguido dos sujeitos ou agentes da mesma acção, que são: *O engenho e arte*. A ordem direita seria: *Se o engenho e arte me ajudar a tanto*. Esta pequena inversão ainda na prosa seria permitida; porém a primeira não. Contudo ella faz no verso, e aqui especialmente, um effeito maravilhoso pela suspensão em que tem os leitores, esperando pelo desfecho de acontecimentos tão raros. (BARBOSA, 1822, p. 435-436 [663-664])

Na “Análise Particular”, Barbosa diz coisas como:

Para melhor se perceber a analyse de cada uma destas orações, tomalas-emos em sua ordem direita, principiando pelas ultimas, e destas subindo ao principio da primeira estança para daqui discorrer outra vez até o fim.

Cantando espalharei por toda parte,  
Se a tanto me ajudar o engenho e arte,  
As armas, e os varões assinalados, etc.

Estes versos contém tres orações, segundo os tres verbos, que nos mesmos se vêem; duas totaes, constitutivas do periodo, que são, a principal *espalharei por toda parte*; a sua subordinada *Se a tanto me ajudar o engenho e arte*; e uma parcial, exprimida pelo participio imperfeito activo do verbo *cantar*.

*Cantar* é um verbo activo da 1.<sup>a</sup> conjugação portugueza. *Cantando* fórmula uma oração parcial incidente, subordinada ao verbo principal *espalharei*, porque tem o mesmo sujeito, e val tanto como eu,

*cantando, espalharei por toda parte.* Estas orações parciais, formadas pelos participios, activo e passivo do infinito, exprimem a acção particular, que serve ou de modo, ou de meio, ou de motivo, ou de circunstancia á acção principal, exprimida pelo verbo da oração total; e como taes fazem parte della, tendo o mesmo sujeito.

*Espalharei* é o futuro imperfeito indicativo do verbo *espalhar*, pertencente tambem á 1.<sup>a</sup> conjugação. Elle não tem conjuncção alguma suspensiva, que lhe prenda o sentido. Está absoluto, e por isso faz a proposição principal do periodo.

*Por toda parte* é um complemento circumstancial do lugar *por onde*, que explica a significação do verbo *espalharei*, não como verbo adjectivo, mas substantivo. A preposição *por* mostra a relação do espaço, ou do meio e instrumento, pelo qual se passa a um fim ulterior.

*Toda parte* é o consequente da preposição. *Parte* é um substantivo appellativo do genero feminino, cuja significação indeterminada se acha determinada pelo colectivo universal affirmativo *toda*, que com elle concorda em genero e numero. Está antes do substantivo, porque todos os adjectivos determinativos precedem ordinariamente aos appellativos para indicar, que elles se tomam em sentido individual, e não no de especie, que elles significam. Esta é a razão, por que *parte* excusa aqui artigo, que muitos erradamente lhe põem, qual não excusaria, se não tivesse o determinativo *toda*, com o qual se não ajunta o artigo, quando significa o mesmo que *cada*, como aqui succede. (BARBOSA, 1822, p. 438-439 [666-667])

Em suma, a análise geral é a decomposição do período composto em suas orações e a análise particular consta da classificação das orações constituintes, segundo sua função na proposição total, e da análise morfológica de seus vocábulos.

Com isso, encerro esta apresentação das ideias centrais de Jerônimo Soares Barbosa, gramático que influenciou enormemente os estudos gramaticais em Portugal e no Brasil até o final do século XIX e que reputo como um dos mais brilhantes gramáticos da língua portuguesa.

### *Francisco Adolpho Coelho (1847-1919)*

Como nos diz Helena Santos (2010, p. 178), Adolpho Coelho pertenceu a uma geração de que fizeram parte, entre outros, Gonçalves Viana, Augusto Epiphanyo da Silva Dias, Oliveira Martins, Eça de Queirós, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Cândido de Figueiredo e Antero de Quental, conhecida como

a *Geração de Setenta* (ou *Geração de Coimbra*), origem de um movimento acadêmico que procurou revolucionar a cultura portuguesa, da política à literatura.

Ainda segundo Santos (2010, p. 179), essa geração “filtrará, de forma heterogênea, um conjunto substancial de influências de origem germânica e francesa, a nível da filosofia e da ciência moderna”. Recebiam influência do pensamento de Hegel, “que conheciam a partir de pequenos resumos, escritos em língua francesa” e de Proudhon, o teórico do anarquismo. Eram influenciados também pelo *positivismo* de Auguste Comte.

Tornava-se, portanto, inevitável que a chamada *geração de Setenta* revelasse uma particular obsessão pela indagação e compreensão do sentido da História de Portugal e do Universo, missão profética claramente reivindicada para os intelectuais, e, particularmente, para os poetas, a partir da eclosão da *Questão Coimbrã* (1865-1866), que “tem necessariamente de ser entendida como um dos momentos decisivos de uma atitude que visava criar um novo *poder espiritual* e que terá a sua realização politicamente mais empenhada e pública nas célebres Conferências Democráticas do Casino” (Catroga e Carvalho, 1996: 157). Curiosamente, Francisco Adolpho Coelho, a convite de Antero de Quental, não só proferiu a que viria a ser a última das Conferências Democráticas previstas, sob o título “A questão do ensino”, publicada um ano depois, como participou, ao lado de Antero de Quental, Augusto Soromenho, Augusto Fuschini, Eça de Queirós, Germano Vieira de Meireles, Guilherme de Azevedo, Jaime Batalha Reis, J. P. Oliveira Martins, Manuel de Arriaga, Salomão Sáraga e Teófilo Braga, na redacção do prospecto-programa das mesmas, distribuído a 17 de maio de 1871. (SANTOS, 2010, p. 180)

As Conferências do Casino tratavam de múltiplos assuntos, sempre na perspectiva de que era preciso “regenerar a organização social”, “[l]igar Portugal com o movimento moderno, fazendo-o assim nutrir-se dos elementos vitais de que [vivia] a humanidade civilizada”, “[a]gitar na opinião pública as grandes questões da Filosofia e da Ciência Moderna” para que a transformação política, religiosa e econômica de Portugal pudesse acontecer<sup>293</sup>.

293 Ver Santos (2010, p. 180). Nesta passagem, Helena Santos está citando José Bruno Carreiro (1981, I, p. 404).

Uma das questões centrais da filosofia nesses meados do século XIX era a de estabelecer a cientificidade das ciências humanas e sociais (sua *positividade*, segundo Comte). Era necessário estabelecer uma metodologia que desse a essas ciências o mesmo valor de positividade que a matemática, a astronomia, a física, a química e a biologia já haviam atingido. No caso dos estudos da linguagem, esse método só poderia ser experimental e comparativo e, essencialmente, evolutivo. Era preciso “que se demonstrasse que era possível basear na linguagem o princípio da evolução, porque ela própria estaria sujeita a esse princípio” (SANTOS, 2010, p. 180).

Não é surpresa, portanto, que Adolpho Coelho vá ler, entre outros, Franz Bopp, August Schleicher, Wilhelm von Humboldt, Jacob Grimm e Friedrich Diez.

Efectivamente, não obstante haver sido um autodidacta, foi F. Adolpho Coelho quem tornou conhecidas em Portugal algumas importantes obras dos linguistas alemães, de que traduzia, não raro, passagens significativas, com uma fidedignidade acentuada. (SANTOS, 2010, p. 182)

O primeiro trabalho linguístico publicado por Adolpho Coelho foi *A lingua portugueza: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*, de 1868.

Não obstante o anunciado no título, a obra trouxe apenas a parte dedicada à fonologia (“Livro Primeiro”). As outras partes nunca foram publicadas. A importância do trabalho está particularmente nas propostas metodológicas apresentadas, tanto na “Prefação” (prefácio) e na parte denominada “Preliminares”, que iniciam o livro, quanto na forma em que a fonologia do português é exposta.

No prefácio, Adolpho Coelho apresenta uma concepção de gramática revolucionária, considerando-se o estado dos estudos gramaticais portugueses da época. A ideia de que a língua é um objeto com história, que se altera constantemente, e que sua natureza só pode ser observada se vista nesse viés diacrônico, está claramente registrada já nos primeiros parágrafos do prefácio, onde se lê:

O organismo da lingua portugueza não é senão uma modificação no som, forma, funcção e syntaxe do organismo da lingua latina: portanto o seu estudo bem comprehendido não consiste no fundo em mais do que saber como e em que se operou essa modificação. Mas,

é mister observá-lo, essa modificação não se realizou unicamente antes de o portuguez começar a ser escripto: tem continuado a realisar-se até os nossos dias, com quanto muito lentamente. Ha portanto não só diferenças entre a grammatica latina e a portugueza, mas ainda entre a grammatica de D. Diniz e a de Garrett: para que nosso estudo fosse completo era necessario indicar essas diferenças, ainda que em geral pequenas. (COELHO, 1868, p. iv)

A proposta de estudo histórico da língua portuguesa feita por Adolpho Coelho vai se basear nos estudos filológicos desenvolvidos particularmente na Alemanha. Em suas palavras:

Limitar-nos-hemos a indicar aqui as investigações d'um philologo, que nos foram de particular auxilio para composição do presente livro. Frederico Diez, professor na Universidade de Bonn, foi de todos os philologos da nova eschola o que se occupou mais largamente das linguas romanas. Tendo dedicado toda a sua vida ao estudo das linguas e litteraturas modernas da Europa latina e das linguas e litteraturas que sobre estas lançam luz, trabalhando no meio d'um grande movimento scientifico, tornou a sua *Grammatik der romanischen Sprachen* (3 Theil., *Erste Ausgabe* — 1836 - 1844, *2.<sup>te</sup> Ausg.* 1856 - 1860) um dos mais valiosos trabalhos da philologia allemã. Nessa obra estuda elle o portuguez ao lado dos outros membros da familia romana, e offerece-nos ricos materiaes para o estudo do organismo da nossa lingua e da sua formação. Mas, como o seu trabalho só a tinha por objecto parcial, não a tractou com a minudencia que exige uma monographia. Traduzir o que na sua *grammatica* se acha a respeito do portuguez seria insufficiente, mas aproveitando-o, desenvolvendo-o com novos materiaes, esclarecendo os pontos que tracta de leve ou passa em silencio, reunindo alem d'isso os resultados das investigações de outros philologos, que venham ao nosso proposito, podia-se fazer um livro que satisfizesse a uma necessidade que todos reconhecem. Tentámos fazel-o, ainda que apezar de tantos recursos a empreza fosse laboriosa. (COELHO, 1868, p. vi-vii)

Além da apresentação que faz da tarefa a ser executada, nessa *prefação*, Adolpho Coelho ainda faz uma crítica ao atraso dos estudos gramaticais portugueses da época. Num tom panfletário, ele nos diz:

Quando começámos a conhecer os trabalhos dos modernos philologos estrangeiros, vimos tristemente que a philologia portugueza

era completamente alheia aos progressos que a sciencia da linguagem, a *glottica*, para usarmos da melhor das denominações que lhe têm sido dadas, tinha realizado em as nações que outro tempo acompanhámos no seu desenvolvimento intellectual. Portugal está em philologia pouco mais ou menos no ponto em que essas nações estavam no começo d'este seculo. O elementar mesmo da *glottica* é aqui ignorado, a julgar pelo que se escreve e se ensina, e se ás vezes se falla nessa sciencia, é ao modo por que no seculo XV se fallava do Prestes João das Indias. (COELHO, 1868, p. vii)

Antes de seguir adiante na apreciação do livro de Adolpho Coelho, creio que cabe um parêntese sobre sua fundamentação teórica.

Para Helena Santos (2010, p. 183 e seguintes), poderíamos ver nas passagens citadas acima a influência da leitura de uma das obras de August Schleicher, *Compendium der Vergleichenden Grammatik der Indogermanischen Sprachen* (Compêndio de Gramática Comparada das Línguas Indogermânicas), publicada nos anos 1861-1862, obra que é citada por Coelho. A adoção do termo *glottica* para designar a ciência da linguagem nos remete a Schleicher, uma vez que foi ele quem usou primeiramente esse termo para designar uma disciplina que, distinta da filologia, podia ser colocada entre as ciências naturais. Botânico de formação e influenciado pelas ideias de Darwin, Schleicher concebia a língua como um *organismo natural* que apresentava um ciclo de evolução, do nascimento à morte, em que as línguas passariam por um processo de aperfeiçoamento que as levaria de um estado *isolante* para um estado *aglutinante* até chegar ao estado *flexivo*, o estado superior. Atingido o estado flexivo, as línguas entrariam num processo de decadência que as levaria à morte<sup>294</sup>.

Em trabalho posterior, no entanto, Adolpho Coelho se afasta das ideias de Schleicher. O termo *glottica*<sup>295</sup> passa a ser usado por ele para designar, de forma restrita, “a expressão do pensamento por meio de sons produzidos pelos órgãos vocaes (movimentos acusticos d’expressão)” (COELHO, 1887, p. 9), e a ciência da linguagem passa a ser designada pelo termo *glottologia* – “a sciencia

294 Em linhas gerais: uma língua *isolante* tem a maioria das palavras constituída por um único morfema; uma língua *aglutinante* constrói as palavras como conjuntos de morfemas e cada morfema corresponde claramente a um único significado; uma língua *flexiva* indica novos significados por meio de alterações (flexões) na forma das palavras. A maior parte das línguas europeias é flexiva (latim e grego clássico incluídos); o chinês é uma língua isolante e o turco é uma língua aglutinante.

295 Pronuncia-se “glótica”.

que tem por objecto a expressão do pensamento por meio de signaes e especialmente por meio de movimentos acusticos (glottica)” (COELHO, 1887, p. 10).

Também a sua interpretação da língua como *organismo* difere da de Schleicher: depois de confessar que a opinião, sustentada por alguns escritores, de que a glotologia constituiria uma ciência natural só se explicaria “por falta d’exame logico da questão” (COELHO, 1887: 20-14), F. Adolpho Coelho parece partilhar, então, da opinião daqueles que se reviam na classificação das ciências prevalecente na altura, segundo a qual a Glotologia se integraria, juntamente com a Filologia, entre outras, no âmbito das Ciências Históricas, que, por sua vez, ao lado da Psicologia, da Lógica, das Ciências Sociais (Demografia, Ética Social, Ciências Económicas, Direito) e da Etnologia, por ele tida como ciência geral, uma das bases (a outra base que teria em mente seria, provavelmente, a Psicologia) das Ciências Históricas e Sociais, fariam parte integrante das Ciências do Espírito. Tal perspectivação contrapunha-se, claramente, à visão de Schleicher que, na linha de Hegel, não entendia a língua como um fenómeno social. Opostamente, F. Adolpho Coelho, muito embora apologizando, certamente por influência de Étienne Bonnot de Condillac, a ideia da elevação do homem acima do estado da animalidade pela “transformação de gritos espontaneos em signaes theoricos do pensamento” (COELHO, 1887: 15) enquanto “obra evolutiva do espírito [do mundo]” (COELHO, 1887: 15), não perspectiva a língua nem como um ser vivo nem como um produto orgânico, concebendo-a, antes, como “uma fôrma da atividade psychica do homem na sociedade, como o direito, a poesia, a religião, sujeit[a] como essas outras manifestações a uma evolução puramente histórica e não mais dependente que ellas das condições naturaes” (COELHO, 1887: 15). (SANTOS, 2010, p. 183-184)

No entanto, ao tratar da classificação das línguas, no livro de 1887, Adolpho Coelho parece retornar a Schleicher. Ele rejeita critérios classificatórios “externos”, como os geográficos, etnológicos e ligados à presença/ausência de literatura e adota um critério morfológico (“interno”, portanto). Com base na forma das palavras, Coelho propõe a divisão das línguas em três grupos: *radical* (ou monossilábico), *aglutinante* e *flexivo*.

Enfim, Adolpho Coelho, na melhor das hipóteses, parece ter mudado de opinião mais de uma vez em sua vida.

Fechemos este parêntese e voltemos à exposição do livro *A lingua portugueza*.



Na parte que Adolpho Coelho chama de “Preliminares”, é apresentada, sucintamente, uma história (externa) da língua portuguesa, com uma longa discussão sobre as mudanças sociais que levaram ao surgimento do português a partir do latim e sobre as relações entre o latim vulgar falado em Portugal, as línguas bárbaras (principalmente o visigodo) e o árabe.

É interessante notar que Coelho assume a ideia de que a mudança é degeneração, seguindo os comparatistas alemães<sup>296</sup>. Em suas palavras:

Em todo este livro primeiro se mostram os resultados d’um processo a que obedecem todas as linguas conhecidas no curso de sua vida: a *decadência phonetica*, processo submettido não aos caprichos do acaso senão a leis constantes, que tornam possível analysarmol-o scientificamente. (COELHO, 1868, p. 32)

Sua *phonologia* também é inovadora. Embora o recorte dos assuntos, objeto da fonologia, seja absolutamente convencional (“Por *phonologia* entendemos aqui a parte da grammatica que tracta dos sons constitutivos da palavra e da prosódia” [COELHO, 1868, p. 31]), o modo de abordagem desses “sons” e da prosódia não é, certamente, convencional.

No estudo scientifico d’uma lingua não pode a phonologia limitar-se á mera enumeração ou classificação dos sons d’ella: olha-os como um resultado actual, como um momento numa serie de transformações de que tracta de descobrir o fio. Tal problema é resolvido partindo dos sons das linguas fontes, isto é, d’aquelas, donde a que se estuda recebeu elementos, para os d’esta. Á phonologia d’essas linguas fontes pertence ainda determinar a natureza anterior d’esses sons, que num trabalho sobre um dialecto secundario se tomam como ponto de partida.

Para o portuguez as principaes linguas fontes são o latim, o teutonico, o arabe. (COELHO, 1868, p. 31)

296 Franz Bopp (1791-1867), por exemplo, dizia, em 1816, ao estudar a conjugação verbal, que “Devemos [...] conhecer o sistema de conjugação do hindu antigo, percorrer, comparando-as, as conjugações do grego, do latim, do germânico e do persa; perceberemos, assim, sua identidade e, ao mesmo tempo, reconhecemos a destruição progressiva e gradual do organismo linguístico simples [...]” (*apud* LEROY, 1971, p. 33, grifo nosso).

Na realização da tarefa, então, Adolpho Coelho vai organizar seu estudo da fonologia do português em três partes: 1. Partindo dos sons das línguas fontes, vê como eles são representados no português; 2. Partindo dos sons do português, vê quais seriam os sons correspondentes nas línguas fontes (“buscando assim a etymologia de cada um d’elles” [1868, p. 32]); 3. Estuda a prosódia – acento e quantidade – pela comparação dos sistemas prosódicos do latim e do português.

Na parte que toma os sons das línguas fontes como ponto de partida (“Seção Primeira”), a maior parte do texto diz respeito aos sons do latim (73 páginas de um total de 91 páginas), restando aos sons teutônicos 11 páginas e aos sons do árabe apenas 7 páginas.

A análise se faz da seguinte forma (vou registrar apenas uns poucos exemplos):

1. Ao tratar dos sons do latim:

A vogal accentuada ou se conserva immudavel ou é substituída por a que lhe fica mais proxima no som (e por i, i por e, o por u, u por o), o que depende da *quantidade*, da *posição*, e da *influencia d’outras letras*. (COELHO, 1868, p. 38)<sup>297</sup>

A

Quer longo, quer breve, quer na posição, conserva-se o a, como a mais pura das vogaes inalterado, se outra letra sobre elle não influe: *base, barba, callo, claro, dado* (datum), *damno, fabrica, face, fama, fano, habil, largo, nado* (natus), *palma, ramo, salvo, tal, vacca*. Uma excepção unica nos oferece *fome* (fames), em que a mudança do a em o resultou talvez de se querer evitar a homonymia com *fama* mais largamente do que permittiam as vogaes finaes. Nos Ineditos de Alcobaca e outros escriptos antigos encontra-se ainda *fame*. (COELHO, 1868, p. 38-39)

Influencia d’outras letras sobre o a. 1) O a pode attrahir uma vogal (geralmente i) da syllaba immediata, e da sua mutua influencia pode resultar o diphtongo *ei*: *celleiro* (cellarius), *eira* (area), *primeiro* (primarius), *caldeira* (caldaria), *dinheiro* (denarius), *janeiro* (januarius), *beijo* (basium), *queijo* (caseus), *cereijo* adj. (ceraseus); mas tambem o diphtongo *ai* apparece no mesmo caso em *aipo* (apium) *raiva* (rabium), e nas formas hoje populares mas frequentes nos antigos es-

297 Destaque para o uso do termo *letra* como designador de segmento sonoro, que parece um retorno à noção tradicional de *letra* como conjunto de fonema + grafema.

criptos *aversairo* (adversarius), *contrairo* (contrarius), *vairo* (varius) conservada em desvairar, etc. 2) A dissolução do *c* atrás de *t* em *i* produz também, se essa vogal se acha em contacto com *a*, o diphthongo *ei*: *feito* (factus), *leite* (lactis). 3. Também o *a* passa a ser diphthongo antes das duplas *x* (*cs*) e *sc*, o que resulta da dissolução d'uma d'ellas em vogal (a aspera gutural): *feixe* (fascis) por meio de uma forma \**faxis*, *eixo* (axis), *freixo* (fraxinus), *seixo* (saxum), *teixo* (taxus). 4. Em *alegre* (alacris) o *e* da syllaba final reagiu, como observa Diez (I, 136) sobre o segundo *a* original. (COELHO, 1868, p. 39)

## 2. Ao tratar dos sons teutônicos:

Como a parte principal dos conquistadores germânicos da Hespanha eram godos, é no gótico que deve buscar-se a forma original dos elementos teutônicos da nossa língua, postos de parte os que ella recebeu mais tarde em virtude das suas relações politicas e commerciaes com as nações teutonicas e mesmo com as romanas. (COELHO, 1868, p. 105-106)

É desnecessaria uma tabela dos sons do gótico, porque elle tinha os mesmos que o latim e a mais que este a aspirada dental *th* e a spirante dental branda *z* e o *u* (*w*) spirante. O gótico, como as outras linguas teutonicas, apresenta um numero muito mais consideravel de combinações consonantae do que o latim. Nesses idiomas, como se sabe, a consoante tem grande superioridade sobre a vogal. Passemos agora a examinar por que modo se acham representados no port. os sons teutonicos. (COELHO, 1868, p. 107)

### Consoantes explosivas asperas

K. A tenue guttural teutonica não é tractada como a tenue guttural latina: atrás de *e*, *i* não degenera em spirante dental; medial não abranda na media, senão excepcionalmente.

Em altall.<sup>298</sup> o *k* mudou-se, quando medial e final, em *ch*; nos exemplos que seguem deve-se pois suppôr onde está um aaltall. *ch* um got. *k*; *camarlengo* (*kamarlinc*), *coifa* (*kuphja*), *quilha* (*kiol*), *Fradique* (got. *Frithareiks*), *estaca* (angsax. *staca*), *espeque* (holl. *spaecke*), *escarpado* (anors. *skarp*), *escanção* (*skenkan*), *Ricardo* (*Richart*), *ascua* (*ascâ?*), *balcão* (*palcho*), *estrinque* (*stiricke*), *esquina* (*skina*), *branco* (*blanch*), *tas-car* (*zascôn*), *marca* (*marcha*), *fresco* (*frisc*), *renque* (ing. *rank*), *ar-ran-*

298 altall = alto alemão; aaltall = antigo alto alemão; maltall = médio alto alemão; got. = gótico; ang sax = anglo-saxão; holl = holandês; anors. = nórdico antigo (islandês); ing. = inglês; blat. = baixo latim; ant frisico = antigo frísio.

car (maltall. *renken*), escote (blat. *scotum*, ant. frisico *skot*), *escuma* (*skâm*), *en-rocar* (anors. *krucka*). Media em *barriga* (*baldrich*), *fisgar* (got. *fiskon*), *Rodrigo* (*Rodrich*), *esgrima* (*skirm*), *garfo* (*krapfo krafo*). (COELHO, 1868, p. 109)<sup>299</sup>

### 3. Ao tratar dos sons árabes:

Dois pontos ha que considerar previamente pelo que toca a esta parte da phonologia portugueza: 1) que os sons arabes taes como eles se nos apresentam no dialecto litterario não eram necessariamente reproduzidos com fidelidade pela população musulmana da Hespanha, i.e., que esta tinha um dialecto proprio; 2) que a essa primeira alteração dos sons arabes se veiu junctar a que a população godo-romana produziu nas palavras que recebeu do idioma dos musulmanos. (COELHO, 1868, p. 116)

#### Vogaes

A. No *dv.*<sup>300</sup> era o *a* breve muitas vezes pronunciado como *e* e *á* geralmente como *i* e algumas vezes como *é*: assim *menzel* por *manzil*, *sebeja* por *sabadj*, *gezira* por *djazira*, *bîb* por *bâb*, *licín* por *licân*, *bilíd* por *bilád*, *ricela* por *riçála*, *zeyet* por *zaiát* em Alcalá. Exemplos portuguezes em que se dá uma semelhante mudança phonetica são *azeviche* (*as-sabadj*), *algemas* (*al-djâmi'a*), *azemela* ou *azemola* (*az-zammâl*), *acetre* (*as-satl*), *alfageme* (*al-hadjâm*), etc. Muitas vezes porém o *ar.*<sup>301</sup> *a* apparece inalterado no port.: *achaque* (*ach-chacâ*), *alarde* (*al'-ardh*), *alçaçova* (*al-caçaba*), *alcatea* (*al-catî'*), *alface* (*alkass*), *aldrava* (*adh-dhabba*). (COELHO, 1868, p. 117)

#### Consoantes

##### Ordem gutural

C. - Q. O *cafe* e o *quaf* são tractados como se fossem um mesmo som e pronunciados como *k* quer iniciaes, quer mediaes, quer finaes: *cafila* (*cáfila*), *calibre* (*calib*), *quintal* (*quintár*), *quilate* (*quîrât*); *alçaçarias* (*al-caiçariya*), *alcaide* (*al-câ'îd*), *alcaparra* (*al-cabbâr*), *alcatifa* (*al-catifa*), *requife* (*raquib*). Atrás de *e*, *i* não degeneram em sibilante como o lat. *c*: *mesquinho* (*meskîn*), *Quelfes* nome de logar (*Kelfes*). Algumas

299 As relações etimológicas dadas por Adolpho Coelho nem sempre são confiáveis (algumas são, no mínimo, polémicas): *barriga* obviamente vem de *barrica* e esta do francês *barrique*; *garfo* é provavelmente de origem árabe (de *garfa*, “punhado”), embora essa origem não seja clara.

300 O sinal “*dv.*” indica o dialeto árabe da Espanha. As formas dentro dos parênteses são do árabe literário.

301 “*ar.*” = artigo.

vezes abrandam em *g*: *almondega* (al-bondoc), *azouque* (az-zauca). (COELHO, 1868, p. 118)

Quando inverte a direção do estudo, partindo dos sons do português para os sons das línguas fontes (“Seção Segunda”), Adolpho Coelho estabelece uma “etimologia” para os sons do português. É importante notar que a falta de uma noção como a de *fonema* força Adolpho Coelho a usar a noção de *letra* como elemento capaz de tornar o conjunto de variantes sonoras manipulável numa abordagem que se pretende científica. Ao dizer, à página 126, que “as vogaes *a*, *e*, *o* são susceptíveis de varias gradações: podem ser abertas, fechadas e mudas”, Coelho está usando as letras (os grafemas) como critério para um agrupamento mínimo de sons, diferentes em vários sentidos, de forma a obter um conjunto fechado de unidades (pretensamente sonoras) sobre as quais vai erigir sua fonologia. E, ao assumir que o *e* e o *o* podem ser fechados (*e*, *o*) e abertos (*ε*, *ο*) comete um “erro” classificatório, induzido pela proximidade ortográfica. De qualquer forma, ele não tinha como saber disso.

Sua “etimologia” dos sons portugueses tem a seguinte aparência:

#### Vogaes

- A. 1. O *a* nasce geralmente d’uma das línguas fontes.
2. Em *varrer* (*verrere*), *regelar* (*regelere*) representa o port. *a* o lat. *e*.
3. Em *canastra* (*canistrum*) representa o *e* lat. accentuado na posição [*sic*].
4. Em *agosto* (*augustus*), *agouro* (*augurium*) provém do diphtongo lat. *au* e em *arame* (*aeramen*) do diphtongo lat. *ae*.
5. Algumas vezes provém do diphtongo teut. *ei* (*ai*), como em *gala* (*geil*), *lastar* (*leistan*). (COELHO, 1868, p. 132)

#### Consoantes

##### explosivas ásperas

C. Q. O *c* é guttural adiante de *a*, *o*, *u*, *r*, *l*; adiante de *e*, *i* é a ténue guttural expressa por *qu* nas palavras de origem latina, teutonica e arabe. A ténue guttural provém do mesmo som do latim e teutonico, de *caf* e *quaf* do arabe; raro tem outra origem. *Ch* como guttural e *k* indicam d’onde decorrem. (COELHO, 1868, p. 135)

Infelizmente, assim como faltam os outros livros que seguiriam o “Livro Primeiro”, que tratariam de outros assuntos que não a fonologia, falta também a “Seção Terceira”, em que Adolpho Coelho prometia tratar da prosódia.

Apesar dessas lacunas, *A lingua portugueza*, de Adolpho Coelho, inaugura um novo tratamento gramatical em terras lusitanas, com grande impacto também em terras brasileiras.

Em obra posterior – *Noções elementares de grammatica portugueza* – publicada em 1891, Adolpho Coelho expõe suas ideias sobre a morfologia e a sintaxe do português.

Talvez pela destinação proposta<sup>302</sup>, as *Noções elementares* são muito mais convencionais do que se poderia supor, dada a ousadia mostrada quando da publicação do primeiro livro em 1868. Podem-se encontrar, no entanto, algumas peculiaridades interessantes.

A definição de *gramática*, embora bastante próxima do que se encontra em outros autores, só é apresentada na “Conclusão”. Ele diz:

GRAMMATICA d’uma lingua é o conjuncto de sons, d’elementos de formação de palavras e processos de sua combinação, e processos de formação de proposições d’essa lingua.

Chama-se tambem GRAMMATICA d’uma lingua a exposição ou estudo do conjuncto d’esses factos que se observam numa lingua.

Este livro é pois uma grammatica da lingua portugueza.

A grammatica comprehende tres partes:

Uma que trata dos sons e sua representação pela escripta ou PHONOLOGIA;

Outra que trata da formação das palavras ou MORPHOLOGIA;

Outra que trata da formação das proposições ou SYNTAXE.

(COELHO, 1891, p. 126)

Logo a seguir à definição de gramática, Coelho acrescenta algumas razões para que se estude a gramática na escola: um conjunto de três razões, digamos, “formativas” e uma razão que ele denomina “prática”. Em suas palavras:

Na escola primaria estuda-se ella principalmente: 1.º para levar os alumnos à primeira reflexão sobre a linguagem, indispensavel para

302 Trata-se de obra de caráter essencialmente pedagógico. Coelho acrescenta, na página de rosto, a seguinte observação: “Obra que contém as materias dos exames d’ensino primario elemental e de admissão aos lyceus”.

o conhecimento do que somos; 2.<sup>a</sup> para facilitar a intelligencia do que outrem diz ou escreve; 3.<sup>a</sup> para fallarmos e escrevermos em conformidade com o uso correcto da lingua.

No ponto de vista pratico, o conhecimento da grammatica da lingua, só ou combinado com o do vocabulario, permite que se evitem os dois principaes vícios de linguagem: O BARBARISMO E O SOLECISMO. (COELHO, 1891, p. 127)

Adolpho Coelho abre suas *Noções elementares* com uma curta “Prefação”, de cerca de duas páginas, onde afirma que “este livrinho” está cheio de inovações “já na doutrina, já na exposição” e que essas inovações são apenas um primeiro passo na direção das que “convém realisar no dominio do ensino grammatical, logo que o terreno esteja sufficientemente preparado”.

Coelho ainda indica, na “Prefação”, algumas das fontes de que se utilizou com as seguintes palavras:

Aproveitámo-nos para o nosso trabalho das publicações dos grammaticos que teem tido por objetivo a lingua portugueza e dos quaes mencionaremos em particular os snrs. Epiphanio Dias e Julio Ribeiro, comquanto as doutrinas que elles adoptam nos fossem pela maior parte conhecidas ha muito das fontes a que recorreram; é certo porém que esses dois autores averiguaram muitos factos da lingua de modo mais completo que seus predecessores e que o primeiro apresentou pela primeira vez entre nós modos de ver que se oppunham á velha rotina em que se immobilisara o ensino grammatical e contribuiu sobretudo para a organização da syntaxe. (COELHO, 1891, p. v-vi)

A menção a esses dois gramáticos – um português e outro brasileiro – é digna de nota, uma vez que o pensamento de ambos se aproximava muito do que Coelho havia proposto em 1868 e, aparentemente, estava propondo em sua gramática.

O livro, seguindo o exposto na definição de *gramática*, também é dividido em três partes: “Dos sons e das letras”, “Da formação das palavras” e “Da formação das proposições”. Os termos, mais técnicos, *phonologia*, *morphologia* e *syntaxe*, só aparecem no final do livro.

Antes de entrar na “Primeira Parte”, em que trata sucintamente de fonologia e ortografia, há uma seção – denominada “Preliminares” – em que trata de morfologia e syntaxe, numa espécie de resumo do que se verá no restante do livro.

Ele inicia os “Preliminares” com a noção de *proposição*.

1. Por meio da falla ou linguagem comunicamos aos nossos simi-  
lhantes:
  1. o que observamos e pensamos,
  2. o que pretendemos saber.
  3. o que ordenamos se faça.
  4. o que desejamos ou rogamos se faça ou suceda.

Exemplos

1. Carlos lê. Carlos é bom. Chove.
2. Carlos lê? Carlos é bom? Chove?
3. Carlos, lê! Está quieto! Vem!
4. Deus nos acuda! A sorte te favoreça! Chova!

Temos aqui doze ligações de palavras ou palavras isoladas, cada uma das quaes fórma sentido e, como todas as analogas, se chama PROPOSIÇÃO ou ORAÇÃO. (COELHO, 1891, p. 1)

A partir disso, Coelho (1891, p. 2) classifica as proposições em *enunciativas*, *interrogativas*, *imperativas* e *optativas*, acrescentando que “É pelo tom que na linguagem fallada se distinguem essas especies de proposições (tom afirmativo ou enunciativo, interrogativo, imperativo, optativo, rogativo)”.

É interessante destacar que essa classificação das orações não é comum nas gramáticas do período e a proposta de que se distinguem por diferentes perfis melódicos, ainda hoje, não aparece claramente nas gramáticas.

Em seguida ele passa a apresentar uma série de noções gramaticais, a partir de uma escolha e uma ordenação bastante inusual: *sujeito e predicado*, *vocativo*, *verbo*, *substantivo*, *adjetivo*, *verbo de ligação*, *pronomes*, *número*, *numeral*, *artigo*, *gênero*, *proposição*, *complementos*, *advérbio*, *conjunção* e *interjeição*.

Note-se que ele “mistura” classes de palavras (como verbo e substantivo, por exemplo) com categorias gramaticais (como número e gênero) e com funções sintáticas (como sujeito e predicado).

Na apresentação dessas noções, Adolpho Coelho parece seguir sempre da proposição para seus elementos constitutivos, quase sempre usando os exemplos que apresentou no primeiro parágrafo (que transcrevemos acima). Para exemplificar o procedimento, vou apresentar apenas dois pequenos exemplos.

#### DO VOCATIVO

8. Nas proposições: *Carlos, lê! Salta, tu! Carlos, tu* não são sujeitos, mas sim expressões com que chamamos a atenção daquelle a quem



ordenamos, com que indicamos que é a elle que se dirige a ordem, que é elle o sujeito da oração. Essas expressões chamam-se VOCATIVOS ou PALAVRAS EMPREGADAS VOCATIVAMENTE, o que quer dizer – palavras para chamar, e que podem ser precedidas da palavra ó: *Ó Carlos! Ó tu!*

9. Os vocativos empregam-se tambem quando não ha proposição imperativa, ex.: *Carlos, teu irmão dorme.*

#### DO VERBO

10. Comparemos as proposições seguintes:

*Eu* — *leio*  
*Tu* — *lês*  
*Elle/Carlos* — *lê*

A primeira refere a acção expressa pelo predicado *leio* á pessoa que falla (*eu*); a segunda refere a mesma acção á pessoa a quem se falla (*tu*); a terceira refere a mesma acção a uma pessoa distincta da pessoa que falla e da pessoa a quem se falla (*elle, Carlos*). D'ahi vem distinguirem-se TRÊS PESSOAS do discurso ou falla: a *primeira*, que falla de si e das outras duas, a *segunda*, a quem se falla e de quem tambem se falla e a *terceira* distincta das duas primeiras e da qual falamos sem nos dirigirmos a ella.

11. Podemos supprimir as palavras que designam as pessoas: *eu, tu, elle*, e são sujeitos das proposições acima, sem que deixe de ser fácil subentender esses sujeitos, por isso que o predicado, nesses casos, indica só por si, por sua forma differente, de que pessoa se falla: *leio, lê, lê*, isto é, contém referencia á pessoa do discurso.

12. Comparemos agora as proposições seguintes:

*Leio. Li. Lerei.*  
*Lês. Leste. Lerás.*  
*Lê. Leu. Lerá.*

*Leio, lê, lê*, não só contêm a expressão d'uma acção, e a indicação da pessoa a que se refere, mas ainda a indicação do tempo em que se dá a acção, do PRESENTE; *li, leste, leu*, contêm tambem a expressão da acção, a indicação da pessoa a que se refere e a indicação do tempo em que a acção se deu, do PASSADO; *lerei, lerás, lerá*, contêm também a indicação da pessoa a que se refere e a indicação do tempo em que a acção se ha de dar, do FUTURO.

13. Chama-se VERBO a palavra que significa uma acção, estado ou mudança de estado e contém a indicação da pessoa do discurso a que se refere e do tempo.

#### Exercicio

Distinguir nas proposições seguintes, os verbos e as pessoas e os tempos (presente, passado, futuro) d'esses verbos, dizendo se elles significam uma acção, um estado ou mudança de estado:

*Tu brincas. Eu choro. O cão ladra. O gato miou. Cairás. Dormiste? O sol desaparece. A terra reverdece. O vento sopra. Choverá. Tu empallideces. O menino corou. Gritas. A fonte murmura. Morrerei.*

Construir proposições semelhantes.

14. Na maior parte das proposições o predicado é um verbo.

(COELHO, 1891, p. 4-5)<sup>303</sup>

Como se pode ver, trata-se de uma exposição de carácter essencialmente didático, de uma primeira aproximação aos fatos gramaticais, perfeitamente adequada ao público a que se destinava. Na apresentação de todas as outras noções gramaticais, o procedimento é semelhante e mantém o mesmo nível baixo de complexidade.

Na “Segunda Parte” do livro, onde trata da formação das palavras, Adolpho Coelho aprofunda as noções que apresentou nos “Preliminares”, sem alterar a complexidade da exposição. Para mostrar o que ocorre, vou reproduzir aqui algumas das informações sobre o verbo que aparecem no parágrafo 86 (COELHO, 1891, p. 37):

## 2. DO VERBO

86. Sabemos já que no verbo se distinguem pessoa, numero e tempo. Comparemos agora as fórmulas verbaes seguintes:

<i>eu amo</i>	<i>eu ame</i>	<i>eu amaria</i>		
<i>tu amas</i>	<i>tu ames</i>	<i>tu amarias</i>	<i>ama tu</i>	
<i>vós amaes</i>	<i>vós ameis</i>	<i>vós amarieis</i>	<i>amae vós</i>	

e notaremos nelas diferenças que correspondem não só a pessoa, numero, tempo, mas ainda ao modo mesmo de conceber a acção, por isso essas diferenças constituem o que se chama MODOS do verbo; assim *eu amo* exprime a acção como dando-se realmente, *eu ame* exprime a acção como possível, desejada, etc. *eu amaria* exprime a acção como dependendo d’uma condição; *ama* exprime a acção como ordenada. Podemos pois agora definir o VERBO como uma palavra que exprime a acção com referencia a modo, tempo, numero e pessoa.

Trata-se, enfim, verdadeiramente, de um conjunto de *Noções elementares de grammatica portugueza*.

303 A partir dos “Preliminares”, os parágrafos são numerados sequencialmente: do 1 ao 209.

Resta-nos, enfim, dizer alguma coisa sobre a sintaxe de Adolpho Coelho. Ele começa pela distinção entre *proposição simples* e *composta*. Sobre a proposição simples, ele diz:

161. Na proposição simples temos de considerar:  
A) Os elementos que a formam,  
B) O modo de ligação d'esses elementos,  
C) A collocação ou modo de sucessão d'esses elementos.  
(COELHO, 1891, p. 105-106)

Ou seja, em (A), considerar seus *constituintes primários*, que são o *sujeito* e o *predicado*, e considerar seus *constituintes secundários* (constituintes dos constituintes primários), que são os *determinantes* do substantivo, do verbo e do adjetivo, o *vocativo* e a *conjunção* (“já ligando termos da mesma proposição, já a proposição em que se acha a outra” [COELHO, 1891, p. 111]). Em (B), considerar a *coordenação*, a *dependência* e a *concordância*. E, em (C), a *ordem* dos elementos, que para Adolpho Coelho pode ser *directa* ou *inversa*.

Creio que cabe uma breve apresentação dos *modos de ligação* (B).

182. A coordenação dá-se sempre que ha elementos seguidos que exercem a mesma função, quer estejam expressas conjunções coordenativas, quer não; ex.: *Carlos e Pedro estudam. Paris, Londres, Vienna, Berlim são as principaes capitais da Europa*. A coordenação pode dar-se entre quaesquer elementos da proposição que sejam da mesma natureza, quer primarios, quer secundarios.

[...]

183. Chama-se DEPENDENCIA a relação entre um complemento e a palavra a que se liga. Exteriormente a dependencia exprime-se, como já vimos, na maior parte dos casos pela preposição. O complemento directo em geral e em certos casos alguns complementos circumstanciaes não têm preposição (vid. § 54). Diversas fórmias pronominaes são sempre complementos sem preposição (vid. §§ 54, 141).

[...]

187. Chama-se CONCORDANCIA a correspondencia de genero e numero ou de numero e pessoa entre diversos elementos da proposição: p. ex.: *O bom Carlos é estudioso. Estes dois meninos são estudiosos*. (COELHO, 1891, p. 111-113)

Vou me dispensar de apresentar a sintaxe das proposições compostas. Basta dizer que Adolpho Coelho as classifica em *proposições compostas por coordenação, por subordinação ou por coordenação e subordinação*.

De resto, a sintaxe apresentada por Adolpho Coelho nas suas *Noções elementares* é bastante esquemática e evita raciocínios complexos, exatamente como acontece nas partes que vimos anteriormente.

Como palavra final, gostaria de dizer que a gramática de 1891 absolutamente não atende às expectativas de quem leu o livro de 1868 de Adolpho Coelho. Parece que Coelho foi um filólogo que ao escrever uma gramática pedagógica rendeu-se aos ditames dos programas escolares e à tradição dominante no domínio da gramática.

### *Visão geral da gramática em Portugal no século XIX*

Podemos, então, passar a um breve resumo do estado dos estudos gramaticais no século XIX em Portugal. Vou usar as “Conclusões” do livro da professora Maria Helena Pessoa Santos (2010) como guia<sup>304</sup>.

Começo com as concepções de *gramática*.

Como vimos anteriormente, o pensamento gramatical português do século XIX pode ser dividido em dois grandes períodos: o período “filosófico” e o período “científico”. Conquanto esses dois períodos sejam bem distintos em termos de fundamentação dos estudos gramaticais, eles se aproximam em diversos pontos.

Como vimos no capítulo 3, já na Baixa Idade Média havia a distinção entre uma gramática “tradicional” – que era designada por gramática *positiva* ou *impositiva* (normativa), ou ainda como gramática *prática* ou *usual* – e uma gramática “científica”, que era designada por gramática *regular, especulativa* ou *teórica*. O primeiro tipo de gramática era considerado *arte* e o segundo, *ciência*.

Uma distinção semelhante, entre uma *gramática prática* (entendida como *arte*) e uma *gramática teórica* (entendida como *ciência*), vai ser assumida por praticamente todos os gramáticos portugueses do século XIX. E em muitos deles, exposta de maneira clara.

Volto a Santos (2010, p. 1001):

304 Certamente, as afirmações que farei, embora baseadas, em boa parte, em Santos (2010), são de minha inteira responsabilidade, já que a perspectiva que me move não é exatamente a que moveu Helena Santos.

Influenciado por quadros epistemológicos distintamente informados, na sua essência, pela filosofia racionalista de René Descartes e pela filosofia sensualista de John Locke, Jerônimo Soares Barboza refere-se à *gramática* como “sistema metódico de regras resultantes das observações feitas sobre os usos e factos das línguas” (cf. Barboza, 1862 [1822]: “Introdução”, XI), às quais afecta uma parte mecânica e uma parte lógica, faz a distinção entre *gramática geral* e *gramática particular* e entende que uma e outra são susceptíveis de assumir a forma de *gramática prática* e *rudimentar* ou de *gramática filosófica* e *razoada*, asseverando que qualquer *gramática particular* e *rudimentar* deve fundamentar-se na dita *gramática geral* e *razoada*, que diz ser “científica”, e constituir uma “lógica prática” que, ao mesmo tempo que ensine a falar, ensine a pensar.

Ou seja, de uma forma ou de outra, a distinção de que nos fala Soares Barbosa entre uma *gramática prática* e uma *gramática filosófica* está por detrás do pensamento dos gramáticos oitocentistas, ao menos durante o primeiro período.

É o que vemos, por exemplo, na gramática de Moraes Silva (1806, p. 9), em que encontramos, na “Introdução”, a distinção entre *gramática geral* (universal) e *gramática particular*.

A Grammatica Universal ensina os methodos, e principios de falar communs a todas as linguas.

A Grammatica particular de qualquer lingua v.g. da Portugueza, applica os principios communs de todos os idiomas ao nosso, seguindo os usos adoptados polos que melhor o falão.

Considerando que se trata de uma gramática da língua portuguesa, podemos dizer que Moraes Silva escreve uma gramática prática (porque destinada ao ensino da língua portuguesa “correta”), particular, embora baseada numa gramática geral.

No segundo período, influenciado pelo pensamento histórico comparativo, o quadro não se altera. Podemos ver isso se olharmos a distinção feita por Epiphanyo Dias (1870).

Descobrir as leis, segundo as quaes se operaram as modificações, que fizeram surgir o organismo de uma lingua de um organismo an-

terior, e investigar a natureza dessas leis, tal é o objecto da grammatica scientifica de uma lingua.

Subir, pela comparação das grammaticas scientificas das linguas, ás leis supremas, que presidem á fixação e manifestação do pensamento pela palavra e illuminar essas leis com a luz da psychologia, é o alvo da grammatica geral.

Colligir as regras, que em um dado periodo se observam no emprego de uma lingua, é o fim modestíssimo da arte chamada grammatica practica.

A grammatica, practica, porem, como qualquer arte, supõe especulação, supõe uma theoria. No ensino da grammatica practica portugueza, a primeira estudada nos lyceus, é que essa theoria há-de ser apresentada. [...]. Cumpre, pois, que as noções especulativas da grammatica tenham precisão; que haja certo systema; que a logica seja respeitada; que o rigor didactico seja cuidadosamente observado e que as noções e explicações dos factos, indispensaveis para lhes estabelecer nexos, não façam suppor, que a grammatica scientifica da lingua não existe e que ainda não se adquiriram dados para a grammatica geral. (DIAS, 1870, p. 3-4, grifos nossos)

Os dois “modelos” de gramática estão citados, como se pode ver, tanto em obras de gramáticos do início do século XIX (Moraes Silva, em 1806 e Barbosa, em 1822) quanto nas de gramáticos da parte final do século (Dias, em 1870, e Francisco José Monteiro Leite, em 1882<sup>305</sup>). A diferença entre os dois períodos reside em que a teoria que sustenta a universalidade está, no primeiro período, assentada na lógica e, no segundo período, assentada na natureza histórica das línguas e no método (universal) do comparativismo histórico.

Se olharmos para outras características das gramáticas oitocentistas, podemos ver que praticamente todas possuem um capítulo (parte ou livro) dedicado à *fonologia* (às vezes integrado com a *ortografia* e, às vezes, não), um capítulo dedicado à *morfologia*, e um capítulo dedicado à *sintaxe*.

A terminologia é bastante variada: o capítulo de fonologia é chamado de *ortologia* (por Manoel Dias de Souza, 1804), *ortoépia* (por João Crisóstomo do Couto e Melo, 1818, e Soares Barbosa, 1822), *prosódia* (por Francisco Soares Ferreira, 1819, Epiphanyo Dias, 1870, e Caldas Aulete, 1864), *fonologia* (por Adolpho Coelho, 1868, Epiphanyo Dias, 1881, e Monteiro Leite, 1882). O capítulo de

305 Segundo Santos (2010, p. 996), Leite “[d]iferencia *grammatica geral*, que ‘tracta dos principios communs a todas as linguas’, de *grammatica particular*, que ‘ensina as normas para intender, falar e escrever a lingua nacional’ (Leite, 1882: ‘Primeiro anno do curso normal: Preliminares’, 1)”.

morfologia é denominado “Palavras por si sós, ou Partes da Sentença” (Moraes Silva, 1806), *etimologia* (Couto e Melo, 1818, Francisco Soares Ferreira, 1819, Soares Barbosa, 1822, e Epiphanio Dias, 1870), *lexiologia* (Bento José de Oliveira, 1862), *lexicologia* (Caldas Aulete, 1864) e *morfologia* (Epiphanio Dias, 1881, Monteiro Leite, 1882 e 1887, Adolpho Coelho, 1868 e 1891). O capítulo de sintaxe é denominado de *sintaxe* por todos os gramáticos visitados, sem exceção, o que faz, de longe, o termo *sintaxe* ser o de maior estabilidade.

O gramático que mais se desvia desse “padrão” é Moraes Silva, que divide sua gramática em apenas duas partes, por influência de Condillac, que divide sua *Grammaire* da mesma maneira: *analyse du discours* (equivalente à sintaxe) e *éléments du discours* (equivalente à morfologia). Como aponta Santos (2010, p. 1011):

Moraes Silva adapta, assim, de certo modo, o modelo de organização das matérias plasmado na *gramática* de Condillac, tomando a iniciativa de separar o tratamento da sintaxe do das “partes da sentença” e recuperando observações tecidas pelo autor francês na primeira parte da sua obra. Digno de destaque, entretanto, é o facto de, diferentemente de Condillac, o gramático português incluir apontamentos de carácter prosódico e ortográfico no seio da sua gramática.

Destaque-se que Moraes Silva não apresenta capítulo dedicado à fonologia ou à ortografia. As noções de fonologia do português estão inseridas no início da “Introducção”.

É importante notar, ainda, que o uso de termos diferentes para nomear capítulos com mesmo assunto não implica necessariamente em mudança no tratamento dos fatos e, ao mesmo tempo, o uso de um mesmo termo não implica que os fatos abrangidos são os mesmos nem que o tratamento é semelhante. Como diz Helena Santos:

De salientar é a diferença existente entre o que cada um dos autores entende por “*etimologia*”, termo empregue por Soares Barbosa e Soares Ferreira, ou “*lexiologia*”, no caso de Bento de Oliveira, que sinonimiza esse termo com aqueloutro, ou, ainda, “*lexicologia*”, termo preferido por Caldas Aulete. Em 1822, ou, mais exactamente, em 1803, Soares Barboza contempla, nessa parte da *gramática*, o estudo das “especies de palavras, que entrão na composição de qualquer Oração” e da “analogia de suas variações e propriedades geraes” (Barboza, 1862[1822]: “*Grammatica philosophica da lingua*

portuguesa”, 1), na senda do que havia feito, entre nós, o setecentista Reis Lobato (cf. Lobato, in Assunção, 2000: “Proemio”, 144[2]); em 1819, Soares Ferreira inclui no âmbito dessa rubrica o estudo da “origem, diferença, e propriedade das palavras” (Ferreira, 1819: “Noções preliminares”, 8); Bento de Oliveira começa por lhe consignar, em 1862, o estudo da “natureza e [d]as diferentes espécies de palavras” (Oliveira, 1862: “Introdução”, 3), para a entender, em 1864, como “a primeira parte da grammatica, que tracta da *origem e natureza* das palavras” (Oliveira, 1864: parte I, 3); por fim, em 1874, Caldas Aulete afecta a essa parte da *gramática* o tratamento “da classificação das palavras, das suas modificações e da sua origem” (Aulete, 1874: “Introdução”, 15). (SANTOS, 2010, p. 1013)

Outra questão interessante diz respeito ao número de classes de palavras identificadas pelos gramáticos portugueses do século XIX. Esse número oscila entre cinco e dez classes.

Em linhas gerais, podemos dizer que os sistemas “mais completos”, de dez classes, reconhecem: *nome, artigo, adjetivo, pronome, particípio, verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição*. Mas, se o número de classes é o mesmo, a lista das classes pode variar. Se para Manuel Dias de Souza (1804), Bento José de Oliveira (1862) e Francisco José Monteiro Leite (1882 e 1887) a lista das dez classes é exatamente a mesma (a indicada acima), para Adolpho Coelho (1891) a lista de classes é: *substantivo, adjetivo, pronome, artigo, numeral, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*, lista que exclui o particípio e inclui o numeral<sup>306</sup>.

Não é o que acontece, no entanto, com gramáticos que admitem apenas nove classes de palavras. Francisco Soares Ferreira (1819), Caldas Aulete (1864) e Epiphanio Dias (1881) admitem nove classes, mas não as mesmas: Soares Ferreira apresenta a seguinte lista: *nome, artigo, pronome, particípio, verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição*. Caldas Aulete propõe: *substantivo, pronome, adjetivo, artigo, verbo, preposição, advérbio, conjunção e interjeição*. Epiphanio Dias, por sua vez, propõe: *substantivo, adjetivo, pronome, verbo, numeral, preposição, advérbio, conjunção e interjeição*.

Ignorando as escolhas terminológicas irrelevantes (como *nome* ou *substantivo*), vemos que Ferreira inclui o *particípio*, que é ignorado pelos outros

306 A alteração *nome/substantivo* é irrelevante, já que há apenas a escolha do segundo termo para designar o velho conhecido *nome substantivo*, provavelmente para tornar a escolha simétrica com o que se fez com o velho conhecido *nome adjetivo*.



dois; Aulete distingue *substantivos* e *adjetivos*, como Epiphanio Dias, distinção que é ignorada por Ferreira; e Dias inclui o *numeral* na lista, excluindo o *particípio*, listado por Ferreira, e o *artigo* da lista de Aulete<sup>307</sup>.

Moraes Silva (1806), por sua vez, vai admitir oito classes de palavras: *nome* (ou *substantivo*), *adjetivo articular*, *adjetivo atributivo*, *verbo*, *advérbio*, *preposição*, *conjunção* e *interjeição*. Se entendermos que os *adjetivos articulares* são simplesmente os *artigos*, e os *adjetivos atributivos* são simplesmente os *adjetivos*, fica faltando em sua lista a classe dos *pronomes* para que sua classificação seja equivalente à de Caldas Aulete.

Jerônimo Soares Barbosa (1822) vai defender uma lista com seis classes de palavras: *interjeições*, *nomes substantivos*, *nomes adjetivos*, *verbos*, *preposições* e *conjunções*.

E, finalmente, João Crisóstomo do Couto e Melo (1818) enquadra as palavras do português em cinco classes<sup>308</sup>: *substantivos*, *adjetivos*, *verbos*, *preposições* e *conjunções*. Podemos entender que ele ainda admite uma sexta classe, que denomina de *expressões complementares*, que seriam expressões introduzidas por preposições e que, por abreviação, às vezes podem ser representadas por uma única palavra, “que os Gramáticos chamam *Advérbio*” (COUTO E MELO, 1818, p. 62).

No fundo, o que acontece é que todos os gramáticos reconhecem as mesmas classes de palavras, ou seja, agrupam as palavras em conjuntos que podem ser reconhecidos em toda a tradição precedente. A diferença com relação à tradição e com relação aos gramáticos oitocentistas entre si resulta de diferentes critérios classificatórios que identificam classes principais e classes subalternas (ou subclasses). Por exemplo, nenhum gramático deixa de reconhecer que existem *pronomes*, embora alguns gramáticos considerem que a classe dos *pronomes* é uma classe principal enquanto outros a colocam como subclasse dos *nomes* (como faz Moraes Silva, por exemplo); alguns gramáticos consideram que os *artigos* constituem uma classe principal, enquanto outros colocam os *artigos* como subclasse dos *adjetivos* (como Soares Barbosa) ou como subclasse dos *pronomes* (como Epiphanio Dias). Mais do que diferenças na identificação das classes de palavras, então, estamos apenas diante de reorganizações da grade classificatória.

307 Epiphanio Dias (1881) vai considerar os *artigos*, definidos e indefinidos, como *pronomes*.

308 Ou, como diz Helena Santos (2010, p. 1029), “sistema de cinco + uma classes de palavras”.

Entrando no campo da sintaxe, vale dizer que apenas os gramáticos do início do século distinguem, explicitamente, *sintaxe* de *construção*, como vimos ao tratar da gramática de Soares Barbosa.

Manoel Dias de Souza (1804) divulga, pela primeira vez em Portugal, a distinção – já estabelecida (mas não publicada), em 1803, por Jerônimo Soares Barbosa (1862 [1822]) – entre *sintaxe* e *construção*, na senda de Dumarsais, Beauzée, Condillac e A. Court de Gebelin, muito embora observe ter-se proposto tratar das regras de *construção* do português e da sua *sintaxe*, “debaixo de hum mesmo Artigo” (Souza, 1804: parte I, artigo IV, capítulo III, 175), intitulado “Da sintaxe” (Souza, 1804: parte I, artigo IV, capítulo III, 155), em virtude da estreita conexão existente entre esses dois objectos. Seguem-no, nesse procedimento, Moraes Silva (1806), que tende para o estabelecimento dessa diferença, por sinonimizar *construção* com *colocação*, e Soares Ferreira (1819). Por seu turno, Couto e Melo (1818), tal como fizera, antes de si, por exemplo, Pedro da Fonseca, já identifica *sintaxe* com *construção*, o mesmo fazendo, depois de si, Bento de Oliveira, Caldas Aulete e Monteiro Leite. (SANTOS, 2010, p. 1030)

No segundo período, a distinção praticamente desaparece, embora o termo *construção* continue aparecendo, em algumas gramáticas, ao se tratar da ordem ou colocação (*construção direta* vs. *construção invertida*, por exemplo).

Praticamente todos os gramáticos reconhecem, na sintaxe, a *sintaxe de concordância* e a *sintaxe de regência* (ou determinação, ou complementação). Boa parte dos gramáticos mais antigos distingue uma *sintaxe regular* de uma *sintaxe irregular* ou *figurada* (para usar os termos de Bento de Oliveira), conforme o uso da tradição que remonta às *artes romanas*.

Só com A. Epiphanyo da Silva Dias a abordagem da *sintaxe* da língua portuguesa se configura em moldes substancialmente diferentes dos até aí adoptados, no âmbito de um processo de utilização de critérios de análise conformes a uma perspectivação da língua como objecto formal. O nosso autor organiza a análise da *sintaxe* do português em três partes: numa secção destinada à “ligação das palavras na oração”, aí tratando dos fenómenos de concordância – “do verbo com o sujeito”, “do adjectivo com a palavra a que esteja referido”, “dos pronomes que tenham formas diversas segundo o género e o número com os substantivos ou palavras substantivadas a que se refiram” – e de complementação; numa outra secção con-

sagrada à “ligação das orações”, apresentando a “coordenação” e a “subordinação” como “factos de forma”; e, ainda, numa secção final dedicada à “colocação” das “palavras” dentro de uma “oração”. No seio da obra gramatical publicada em 1870, reserva, ademais, um capítulo ao que chama de “ELEGANCIAS” (Dias, 1870: parte II, cap. IV, 153-158), aí tratando da elipse, do pleonasma, do anacolutu, de “partículas de realce” e do que designa por “peculiaridades” das construções sintácticas, aparecendo alguns desses itens, posteriormente, tratados no âmbito de um “apêndice” à *sintaxe*. (SANTOS, 2010, p. 1033)

Independentemente da filiação “filosófica” ou “científica”, quase todos os gramáticos que Helena Santos analisa comungam da posição de que o verbo *ser* é o único verbo verdadeiro (o verbo substantivo). A exceção está em Epiphanyo Dias e em Adolpho Coelho.

Epiphanyo Dias, que separa a *sintaxe* da *lógica*, abandona a ideia do verbo único, juntamente com a ideia de que a proposição teria exatamente três termos. A distinção entre *verbo substantivo* e *verbo adjetivo* desaparece em seu trabalho, em favor de uma proposta de tratamento formal do que ele chama de “centro ideal” da oração<sup>309</sup>, tratamento em que o verbo é visto como parte de um predicado.

Enfim, o quadro é o de uma área de estudos, por um lado, dividida em dois pela escolha dos fundamentos teóricos adotados e imersa numa confusão terminológica profunda e, por outro lado, concordante, além do que se poderia esperar, quanto às noções mais básicas de descrição gramatical e quanto às tarefas que se desejava que uma gramática cumprisse. A contradição evidente entre as oposições claras nos discursos teóricos e as semelhanças nas realizações práticas, nas análises efetivas apresentadas, no conjunto das noções e relações identificadas, permitem que possamos pensar que, no fundo, todos esses gramáticos se guiavam por uma mesma tradição e respeitavam os resultados por ela obtidos na descrição das línguas.

Com isso, encerro esta apresentação do pensamento gramatical em Portugal no século XIX. Passemos, então, para a gramática no Brasil.

309 Segundo Helena Santos, para Epiphanyo Dias, “a ‘oração’ constitui, antes, um ‘facto de forma’, observa que o *verbo* é ‘o centro ideal’ – mas não ‘material’ – à volta do qual se agrupam ‘os elementos’ que a formam (DIAS, 1870: parte I, 22, n1)” (SANTOS, 2010, p. 1039).

## O século XIX: a gramática no Brasil

Embora encontremos no Brasil estudos gramaticais desde o século XVI – como, por exemplo, a *Arte da gramática da língua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, gramática do tupi publicada em 1595, mas escrita, provavelmente, cerca de quarenta anos antes –, estudos gramaticais sobre a língua portuguesa só aparecem muito mais tarde.

Sem intenção de discutir periodizações – sempre eivadas de subjetividade –, vou adotar aqui a proposta de Ricardo Cavaliere (2001), que organiza os estudos gramaticais no Brasil em *período embrionário* (do descobrimento até 1802), *período racionalista* (de 1802 a 1881), *período científico* (de 1881 a 1941) e *período linguístico* (de 1941 até os nossos dias). Num estudo sobre os estudos gramaticais do século XIX, interessam-nos, portanto, os períodos *racionalista* e *científico*.

Segundo a periodização de Cavaliere, com o *Epitome da grammatica da lingua portugueza*, de Antonio de Moraes Silva – de que já falamos acima –, encerra-se o *período embrionário* dos estudos gramaticais no Brasil<sup>310</sup> e inicia-se o *período racionalista*, que vai de 1802 a 1881<sup>311</sup>. Em suas palavras:

A publicação do *Epitome da grammatica portugueza*, de Antonio Moraes Silva, pode situar uma nova vertente dos estudos gramaticais no Brasil com fulcro na tradição dos compêndios didáticos lusitanos, que, até então, seguiam as bases da gramática latina aplicadas ao vernáculo. Sem dúvida, trata-se de um momento coeso em nossa produção gramatical por seguir uma linha de estudos uniforme, com objeto bem definido: o ensino da norma literária na escola de nível elementar. Vislumbram-se, entretanto, nesse período, as primeiras manifestações do estudioso brasileiro sobre fatos da língua como expressão de uma nacionalidade emergente, sobretudo após a data expressiva da Independência.

Com notável presença do chamado “grupo maranhense”, formado, entre outros, por Antônio Gonçalves Dias, Odorico Mendes e Francisco Sotero Reis, a par de conhecidos vernaculistas, como Charles

310 Cavaliere diz, sobre o *período embrionário*: “Trata-se, a rigor, de um período pré-histórico, na medida em que os estudos filológicos em toda a sua extensão são esparsos e sem nenhum valor significativo como expressão do pensamento linguístico no Brasil” (CAVALIERE, 2001, p. 58).

311 Embora publicado em 1806, o *Epitome* terminou de ser escrito em 1802, conforme anotação de que já falamos, acrescentada no final da obra. Certamente, Cavaliere está usando o ano do término da escritura como marco, e não o ano da publicação em Lisboa.

Grivet, autor da *Grammatica analytica da língua portugueza*, publicada em 1865, o período racionalista deixou marcas profundas no ensaio português do século XIX, constituindo, sem dúvida, o primeiro modelo de produção gramatical que perdurou por mais de uma geração de estudiosos da língua vernácula. A principal crítica que se lhe pôe, decerto, reside na pouca ou mesmo nenhuma importância que então se dedicava ao estudo do português brasileiro, de tal sorte que nossas gramáticas mais se resumiam a copiar regras e dispositivos dos compêndios congêneres lusitanos. (CAVALIERE, 2001, p. 58)

O início do período racionalista coincide aproximadamente com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, fugindo das tropas de Napoleão Bonaparte. A chegada da família real trouxe mudanças importantes para o cenário cultural e educacional brasileiro. Entre outras coisas, criaram-se instituições de ensino superior e a Impressão Régia.

Sempre é preciso lembrar que a impressão de livros, jornais, folhetos etc. estava proibida no Brasil, de forma que todo material tipográfico vinha de Portugal. Apenas após a instalação da Impressão Régia, no Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1808, o Brasil passou a ter atividade tipográfica regular.

A educação, no Brasil, até meados do século XVIII, era dirigida pelos padres jesuítas (nas escolas, missões e seminários católicos). Já em 1564, os jesuítas fundaram, na Bahia, o primeiro colégio do Brasil, destinado à educação dos filhos de portugueses. Em 1759, no contexto das reformas praticadas pelo Marquês de Pombal, os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias. Os colégios dos jesuítas, então, foram substituídos pelas Aulas Régias, que proviam as crianças brasileiras de formação elementar de letras e humanidades, com classes de gramática latina, grego e retórica. Mais tarde, outras disciplinas foram acrescentadas, como filosofia, economia, desenho e línguas estrangeiras (inglês e francês, particularmente). Não havia, no entanto, instituições de ensino superior no Brasil. Os brasileiros interessados em fazer cursos universitários precisavam deslocar-se a Portugal.

Com a chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, as Aulas Régias se multiplicaram e foram criados alguns cursos superiores, de Medicina (na Bahia e no Rio de Janeiro) e Engenharia (na Academia Real Militar do Rio de Janeiro), por exemplo.

Quanto aos estudos gramaticais, é preciso que se passem alguns anos para que se comecem a publicar gramáticas no Brasil. As gramáticas portu-

guesas continuam sendo usadas e as gramáticas “brasileiras” que começam a aparecer seguem, de forma ortodoxa, as linhas propostas pelos gramáticos portugueses.

Embora também encontremos gramáticas que seguem o velho modelo greco-latino, as gramáticas do período racionalista são, basicamente, filosóficas, seguidoras do pensamento de Port-Royal, do pensamento gramatical francês dos séculos XVII e XVIII (Condillac, Beauzée, Guébelin, entre outros) e dos gramáticos portugueses do primeiro período oitocentista que acabamos de ver. A influência mais marcante, certamente, é do pensamento gramatical de Jerônimo Soares Barbosa.

No Brasil, publicaram-se várias gramáticas filosóficas. A linguista portuguesa Maria Helena Mira Mateus, num trabalho apresentado no XI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, em 1996 (MATEUS, 1996), menciona cinco: *Grammatica razoavel da língua portugueza*, escrita por Lourenço Trigo de Loureiro (1793-1870) e publicada em 1828 no Rio de Janeiro; *Compendio de grammatica philosophica da língua portugueza, para uso das Escolas de Primeiras Letras*, escrito pelo padre Antonio da Costa Duarte e publicado em 1829 no Maranhão; *Epitome da grammatica philosophica da língua portugueza*, escrito por Raimundo Câmara Bithencourt e publicado em 1862 no Rio de Janeiro<sup>312</sup>; *Grammatica analytica da língua portugueza*, escrita por Adriano Guinet e publicada em 1865 no Rio de Janeiro; e *Grammatica analytica da língua portugueza*, escrita por Alexandre José de Melo Moraes e publicada em 1869 no Rio de Janeiro. Além dessas, podemos citar ainda o *Breve compendio de grammatica portugueza* do Frei Joaquim do Amor Divino Caneca (1779-1825), publicado no Recife em 1875, em edição póstuma (escrita entre 1818 e 1819<sup>313</sup>), o *Compendio da grammatica da língua nacional* de Antonio Pereira Coruja (1806-1889), publicado no Rio de Janeiro em 1835, e a *Grammatica portugueza* de Francisco Sotero dos Reis (1800-1871), publicada em 1865 no Maranhão.

Publicada no intervalo de tempo abrangido pelo período racionalista da periodização de Cavaliere, temos ainda a *Grammatica portugueza* de Augusto Freire da Silva (1836-1917), publicada em São Paulo em 1875. Mas essa gramática traz um problema para a periodização. Leonor Fávero e Márcia Molina (2006,

312 Sobre alguns aspectos da gramática de Costa Duarte e da gramática de Bithencourt, ver Polachini (2016).

313 Cf. Fávero e Molina (2006, p. 73).

p. 101), que usam uma periodização diferente da periodização de Cavaliere, nos dizem que a gramática de Freire da Silva “foi editada pela primeira vez [...] aos moldes das gramáticas filosóficas, tendo sido premiada pelo governo geral em 1877 em sua segunda edição”. Não fica claro no trabalho de Fávero e Molina se o prêmio referido foi atribuído à primeira ou à segunda edição. Na página de rosto da nona edição, de 1906, a edição consultada pelas autoras<sup>314</sup>, encontramos a seguinte anotação: “Obra premiada pelo governo geral, em 1877, e quando ainda em segunda edição”. A anotação nos permite inferir que o prêmio foi atribuído à segunda edição da obra. Segundo ainda Fávero e Molina, Leite de Vasconcellos, no volume IV de seus *Opúsculos*, escrito em 1929, refere-se à primeira edição da gramática de Freire da Silva, trazendo 1879 como o ano de sua publicação. Independentemente da data correta da publicação dessas duas edições (ambas dentro dos limites temporais do período racionalista), o comentário que Leite de Vasconcellos faz sobre a gramática de Freire da Silva nos permite inferir que ela não era verdadeiramente uma gramática filosófica (ou Leite de Vasconcellos só teve acesso a alguma edição posterior da gramática de Freire da Silva e mencionou erradamente a data da primeira edição, à qual provavelmente não teve acesso): segundo Leite de Vasconcellos (1929, p. 893), “[o] trabalho do Dr. Freire é vazado aos moldes modernos, e encerra uma sistematização completa das matérias que fazem parte do estudo da filologia portuguesa”<sup>315</sup>.

Na verdade, no período racionalista, encontramos dois tipos de gramáticos no Brasil: os que faziam alguma investigação própria – teórica ou empírica – e os que se restringiam à mera reprodução das ideias gramaticais de autores portugueses.

Um exemplo do primeiro tipo de trabalho é o *Compendio da grammatica da língua nacional* de Antonio Pereira Coruja (1835), que recebe de Antenor Nascentes (1886-1972) a seguinte menção:

Coruja, que inaugurou a nossa gramaticografia, vai também inaugurar a dialetologia publicando em 1852 no tomo XV da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro a *Colleção de vocabulos e frases usados na provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, que saiu em 2ª edição, em Londres, em 1856, graças ao príncipe Luciano Bonaparte. (NASCENTES, 1939, *apud* FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 80)

314 A página de rosto está reproduzida em Fávero e Molina (2006, p. 100).

315 Ver Molina (2013, p. 14).

Um exemplo do segundo tipo de trabalho é o *Breve compendio de grammatica portugueza*, do Frei Caneca, que recebe de Fávero e Molina o seguinte comentário:

O *Breve Compendio* do Frei Caneca pouco ou nada apresenta de novo, limitando-se a seguir os que o antecederam, inserindo-se na voga das gramáticas filosóficas que marca toda a primeira metade do século XIX, mas tem o mérito de ser uma gramática pedagógica, escrita em linguagem fácil e acessível. (FÁVERO; MOLINA, 2006, p. 79)

Vale notar que por muito tempo a gramática de Coruja foi considerada a primeira gramática “brasileira”, por isso a afirmação de Nascentes de que ele “inaugurou nossa gramaticografia”, como vimos na citação acima. Sabe-se hoje que a primeira gramática escrita por um brasileiro e publicada no Brasil é a *Arte da grammatica portugueza*, escrita pelo padre Ignacio Felizardo Fortes (?-1856) e publicada no Rio de Janeiro em 1816. Segundo Kemmler (2013, p. 78), “Fortes afasta-se marcadamente de gramáticas de cariz ‘moderno’ que tiraram proveito dos frutos da *grammaire générale* francesa do século XVIII, de entre as quais é de destacar o compatriota Antônio de Moraes Silva”. Em outras palavras, a gramática do padre Ignacio Fortes seguia o modelo latino das *Artes* e sequer era uma gramática racional<sup>316</sup>.

No final do século XIX – para ser mais preciso, a partir da década de 1870 –, encontramos o final do período racionalista no Brasil e o início do período que Cavaliere (2001) chama de *científico*. O marco divisório desses dois períodos, para Cavaliere, é a publicação da *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro, em 1881 no Rio de Janeiro<sup>317</sup>.

Sobre esse novo período dos estudos gramaticais no Brasil, Cavaliere nos diz:

316 A pouca informação disponível sobre essa gramática pode ser encontrada em Kemmler (2013) e em Moraes (2012).

317 Reforçando minha desconfiança nas periodizações (inclusive nas que, por razões de ordem prática, utilizo), devo dizer que já em 1878 Manuel Pacheco da Silva Jr. (1842-1899) publicou, no Rio de Janeiro, a *Grammatica historica da lingua portugueza*. Leve-se em consideração o fato de que a gramática de Pacheco da Silva Jr. só é “histórica” em sua introdução e que a abordagem dos fatos gramaticais é absolutamente convencional. No entanto, em seu livro *Promptuario do escriptor portuguez*, Pacheco da Silva Jr. (1887, p. 13) diz: “fui o primeiro entre nós a levantar o brado em favor da grammatica historica e dos estudos philologicos”. Agradeço a Carlos Alberto Faraco por essa informação.



O primeiro texto sistêmico em que se interpretaram as novas tendências é, sem dúvida, a *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro, cuja primeira edição é de 1881. Nos dois decênios finais do novecentos, explode uma riquíssima produção linguística, entre teses de concursos, gramáticas históricas e descritivas, quase todas destinadas ao estudo anatômico da palavra. Citem-se, por constituírem exemplo emblemático, as teses *Archaismos e neologismos* e *Themas e raizes*, oferecidas pelo filólogo Fausto Barreto às bancas de seus dois concursos à cátedra do Colégio Pedro II. Barreto, um estudioso da história natural, convenceu-se de que era possível aplicar na língua os mesmos métodos de investigação utilizados na biologia, com ênfase marcante nos estudos etimológicos. (CAVALIERE, 2001, p. 60)

A primeira edição, em 1881, da Gramática Portuguesa, de Julio Ribeiro (1845-1890), inspirada na doutrina histórico-comparativa que dominou a linguística europeia a partir dos primeiros decênios do século XIX, inaugura uma nova fase nos estudos gramaticais brasileiros, denominada *gramática científica*. (CAVALIERE, 2014, p. 28)

Antes de seguir adiante, importa esclarecer o adjetivo “científico” usado na denominação do período que se inicia. O próprio Cavaliere toma o cuidado de dizer que

A denominação da gramática como “ciência”, por si só, não caracteriza um texto como do período científico, já que a variabilíssima concepção de ciência entre os gramáticos conferia ao termo um indesejável valor polissêmico. Sotero dos Reis, por exemplo, define a gramática geral como ciência, tendo em vista seus princípios universais: “a Grammatica Geral é uma sciencia porque tem por objeto a especulação razoada dos princípios imutaveis e geraes da palavra” (1871 [1866]: VI). (CAVALIERE, 2014, p. 29)

Em que sentido, então, podemos entender o termo “científico” neste contexto? E Cavaliere, um pouco mais à frente em seu livro de 2014, esclarece:

A nova vertente da *gramática científica*, cujo marco introdutório, como já comentamos, se vem atribuindo a Julio Ribeiro, constitui um natural efeito da intensa influência dos estudos histórico-comparativos desenvolvidos no Velho Mundo, sobretudo as teses evolucionistas difundidas por August Schleicher (1821-1868). O traço de modernidade que distingue a nova ordem reside na descrição da língua com foco sobre o fato concreto, ou, como se costumava

dizer, sobre a “matéria linguística”, em detrimento da especulação meramente conceitual. Em outros termos, rompia-se com o mentalismo severo da escola racionalista, para ingressar-se com entusiasmo no empirismo envolvente que as ciências naturais tanto fizeram disseminar já nas primeiras décadas do século XIX. (CAVALIERE, 2014, p. 30-31)

Ou seja, a gramática científica é “científica” porque repousa nos fundamentos de uma ciência da linguagem, construída, de alguma forma, paralelamente ao que se fazia nos estudos gramaticais.

Como já dissemos no início deste capítulo, a gramática escrita com base nas ideias da gramática geral francesa passa a ter, a seu lado, o estudo histórico-comparativo das línguas. Estudo que correspondia à concepção de ciência que vinha se contruindo desde o início do século XIX.

O padrão de cientificidade assumido repousava nas ciências naturais e no conhecimento de variedades de tipos de “coisas” que pediam explicações históricas.

Por exemplo, diante da diversidade observada nos seres vivos e na constatação de que alguns são mais semelhantes entre si do que outros, a questão central passa a ser a da origem da diversidade: conseqüentemente, a questão da origem da vida. Entende-se porque essa busca vai resultar nas propostas evolucionistas de Charles Darwin (1809-1882), que publica seu livro *A origem das espécies* em 1859. Não é de se estranhar, então, que diante da diversidade das línguas humanas, a questão da origem das línguas passasse a ser uma questão central.

Embora a questão da origem da linguagem já fosse uma questão presente no século XVIII, pelo menos, a questão não podia mais ser resolvida de forma puramente especulativa. Assim como a comparação das espécies entre si, seguindo uma metodologia científica, vai levar à conclusão de que as espécies não existem desde o início do mundo, mas formam um conjunto mutável que revela uma história, também a comparação entre as línguas existentes, com o auxílio de registros de línguas que não existem mais, e seguindo também uma metodologia científica, vai revelar um sistema complexo de relações de parentesco entre as línguas e, portanto, uma história.

As gramáticas filosóficas, ao apoiarem sua concepção de linguagem numa racionalidade que se supunha universal, não abriam espaço para a historicidade das línguas. O que vai se ver, então, é o surgimento de gramáticas que procuram ver as línguas humanas como organismos vivos, sujeitos a mudanças e portadores de uma história. É com base na concepção de ciência deste

período particular que podemos denominar as gramáticas que assumem essa nova concepção de linguagem de *gramáticas científicas*.

O início do período científico, então, corresponde ao momento em que esses estudos linguísticos paralelos aos estudos gramaticais, e ditos *científicos*, passam a influir decisivamente nos rumos dos estudos gramaticais, digamos, “tradicionalistas”. Vejamos como se pode caracterizar esse momento<sup>318</sup>.

Creio que a relação entre as gramáticas de um e de outro período fica esclarecida se as olharmos por dois vieses: o do discurso teórico dos gramáticos, por um lado, e o do efetivo tratamento dos fatos linguísticos, por outro. Começo com a comparação entre os discursos teóricos.

Vou usar aqui as duas gramáticas escritas por Ernesto Carneiro Ribeiro (1839-1920): a *Grammatica portugueza philosophica*, publicada em 1881 em Salvador, Bahia, e *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza*, publicada em 1890, também em Salvador. A primeira, como o próprio título revela, é uma gramática filosófica, enquanto a segunda é, pretensamente, uma gramática científica.

### *As duas gramáticas de Ernesto Carneiro Ribeiro*

Publicada em 1881, pela Imprensa Econômica, em Salvador, Bahia, a *Grammatica portugueza philosophica*, certamente já estava pronta em 1877. O principal argumento para essa certeza está no parecer do Conselho Superior de Instrução Pública da Bahia, datado de 14 de julho de 1877, onde se lê que “pensa a Comissão que a *Grammatica Portugueza Philosophica* do Sr. Dr. Ernesto Carneiro Ribeiro deve ser adoptada para o ensino d’esta materia, como um dos mais preciosos trabalhos feitos n’este genero de escriptos”<sup>319</sup>.

Para Carneiro Ribeiro,

GRAMMATICA é a sciencia de enunciar os nossos pensamentos segundo as regras estabelecidas pela razão e pelo bom uso; mais geralmente, porem, considerada, pode-se definir a grammatica a sciencia da linguagem.

318 Agradeço ao meu colega da UFPR, Márcio Renato Guimaraes (comunicação pessoal), pelo conjunto de informações que ampliaram consideravelmente meu entendimento sobre as condições que levaram ao surgimento dessa concepção de ciência baseada na busca da história de seus objetos privilegiados (história das espécies na biologia, história da diversidade dos terrenos na geologia etc.).

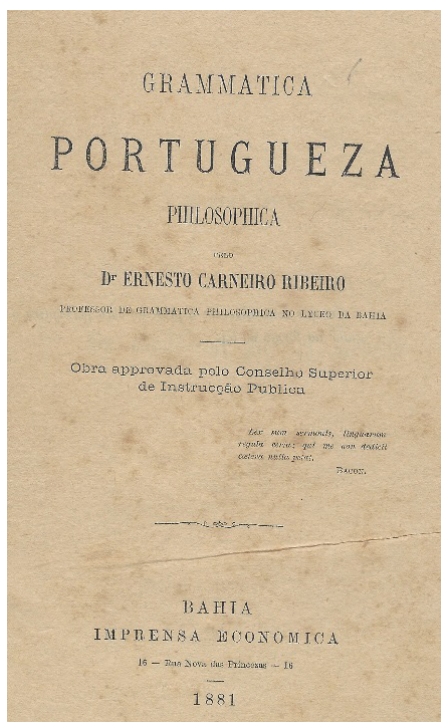
319 Esse parecer está reproduzido na edição de Carneiro Ribeiro (1881), seguindo a dedicatória e antecedendo a introdução.

[...]

A grammatica é ao mesmo tempo uma sciencia e uma arte: sciencia, porque ensina a conhecer os princípios geraes da linguagem, os elementos que a constituem; arte, porque expõe os preceitos, as regras relativas á mesma linguagem. (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 7)

Esta conceituação expõe claramente o que caracteriza uma gramática como “filosófica”: a ideia de que a linguagem é reflexo, exteriorização, do pensamento e que, portanto, seu estudo deve contemplar a lógica, entendida como o estudo do pensamento, da razão. O destaque a ser feito é que Carneiro Ribeiro, seguindo o costume dos gramáticos da época, associa a perspectiva filosófica a uma perspectiva normativista, ligada ao “bom uso”. Trata-se, portanto, de uma gramática prática, particular, baseada na gramática geral.

FIGURA 10 – FOLHA DE ROSTO DA GRAMMATICA PORTUGUEZA PHILOSOPHICA



Fonte: Carneiro Ribeiro (1881).

Carneiro Ribeiro abre sua *Grammatica portugueza philosophica* com uma pequena história dos estudos gramaticais em que cita desde Platão até seus

contemporâneos. E, nessa história, fala de Aristóteles, da *Eschola de Alexandria* (de Dionísio e Apolônio), dos renascentistas (fala de Fernão de Oliveira, João de Barros, de Pedro Ramos<sup>320</sup>, Vossio (1577-1649) e Vaugelas (1585-1650), entre outros), dos “trabalhos notáveis dos religiosos de Port-Royal”, dos enciclopedistas do século XVIII (Duclos, Dumarsais, Condillac, Beauzée, entre outros) e, surpreendentemente, ao chegar ao século XIX diz o seguinte:

[No século XVIII] e no seculo actual a sciencia grammatical, esclarecida pelo estudo da glótica, toma notavel incremento: as importantes obras de Adelung, Vater, Jones, Klaproth, Colebrooke, Barnouf, Bopp, Diez, Max Müller, Schlegel, Schleicher, Humboldt, Pott, Grimm, Benfey, Renan, Leo Meyer, A. Maury, alargando mais os fundamentos da sciencia da linguagem, assegurarão-lhe um futuro esplendido, trazendo-lhe novas luzes.

Nestes ultimos anos o Sr. Adolpho Coelho, tomando por ponto de partida a grammatica de Diez, seguindo as ideias de Bopp e dos modernos, entra numa ordem de estudos até então desconhecida em Portugal; resolve muitas questões attinentes á linguagem portugueza, firmando-se no poderoso auxilio do estudo da linguística. As suas *Questões da Lingoa Portuguesa* e a *Theoria da Conjugação* revelão fundo saber, e o amor que este moderno philologo dedica aos estudos glotticos, tão distinctamente considerados hoje no ensino publico da Allemanha, Inglaterra, dos Estados-Unidos, da Russia e Italia. (CARNEIRO RIBEIRO, 1881, p. 10-11)

O que nos revela duas coisas: que os gramáticos brasileiros (pelo menos Carneiro Ribeiro, mas certamente muitos outros) eram conhecedores do que acontecia no exterior e que, mesmo escrevendo gramáticas filosóficas, avaliavam positivamente a influência que a linguística histórico-comparativa poderia ter nos estudos gramaticais.

Embora ciente dos avanços prometidos pela nova abordagem, uma vez que professor titular da cadeira de *Gramática Filosófica* no Liceu Provincial da Bahia<sup>321</sup>,

320 Pierre de la Ramée (1515-1572), humanista francês. Usava o nome latino Petrus Ramus. Escreveu três gramáticas: uma do latim (1548), uma do grego (1560) e uma do francês (1562).

321 O Liceu Provincial da Bahia (criado em 1836 e posto em funcionamento em 1837), é a primeira escola pública de nível médio do Brasil (muita gente afirma que o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, é a primeira, mas sua fundação se dá em dezembro de 1837 e só começará a funcionar em 1838).

desde 1871<sup>322</sup>, Carneiro Ribeiro só poderia escrever uma gramática que fosse essencialmente “filosófica”.

Poucos anos depois da publicação da *Grammatica portugueza philosophica*, Carneiro Ribeiro publica uma nova gramática a que denomina *Serões grammaticaes ou nova grammatica portugueza* (1890), em que, no prólogo, diz, entre outras coisas:

O desenvolvimento que nestes ultimos annos têm tido os estudos grammaticaes, esclarecidos pela grammatica comparada, levou-nos a emprehender este nosso trabalho, que não é senão a grammatica portugueza a que damos uma feição historica, ampliando-lhe mais a base e enriquecendo-a de novas observações, que a longa pratica e o estudo da língua que, com tanto amor cultivamos, nos têm suggerido e ensinado.

Hoje todo o estudo da grammatica a que não acompanham as observações sobre a historia da lingua em sua evolução progressiva, como um organismo vivo, que se não pode subtrahir ás leis a que está sujeito tudo o que vive, é incompleto e repellido para o puro dominio dos estudos abstractos e metaphysicos, em nada consoantes á esphera em que deve girar e se deve manter toda a sciencia que aspira a uma utilidade pratica e real, e se harmoniza e concerta com os sellos que em todos os trabalhos scientificos vai imprimindo e gravando o seculo que atravessamos.

Neguem-se todos os meritos aos estudos positivos, tão ardentemente sustentados e pleiteados por Comte e Littré, e completados pela orientação que lhes dá a escola ingleza contemporanea, não se lhes poderá contestar o merito de ter tenaz e instantemente chamado a atenção dos espiritos do ermo sombrio e intricado das abstracções, vagas e ociosas, para o campo largo e fecundo da observação, aturada e reflectida, que fornece á sciencia o seu ponto de partida, sua base e *substratum*.

Todos os trabalhos grammaticaes de algum merecimento attestam esta nova tendencia no estudo da grammatica.

[...]

O grammatico não é já um logico, senão um naturalista.

Sob o primeiro aspecto, estudaram a grammatica os Gregos e os Romanos; sob o segundo, os grammaticos da Índia. (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. i-ii, grifos nossos)

322 Carneiro Ribeiro obteve essa cátedra em 1871, com uma tese intitulada *Origem e filiação da língua portuguesa*, trabalho em que já se vê a influência da abordagem histórico-comparativa que se fazia na Europa. Essa tese está recolhida em Carneiro Ribeiro (1957, p. 83-131).

Nesse trecho encontramos material riquíssimo sobre o modo como os gramáticos passaram a ver seus trabalhos a partir das influências do modelo histórico-comparativo; e sobre a natureza da oposição ideológica entre os gramáticos do período racionalista e os gramáticos do período científico.

Inicialmente, Carneiro Ribeiro abre o prólogo dizendo que foi seu contato com a gramática comparada a razão para que ele escrevesse a nova gramática, que não é mais do que a gramática anterior “a que damos uma feição histórica”.

Fica claro, também, que Carneiro Ribeiro está acompanhando uma tendência dos estudos gramaticais do seu tempo. Pode-se imaginar o apelo que essa tendência, com seu pressuposto de cientificidade, de empreendimento empírico, teria sobre um gramático com formação médica<sup>323</sup>. A ideia de que a língua é um ser vivo e que tem que ser surpreendida pelo gramático no seu dinamismo próprio (com olhar de *naturalista*) – parece-nos – está muito mais próxima do modo de pensar de um médico do que a ideia de gramática como um sistema lógico.

É importante destacar, também, o último parágrafo da citação. Carneiro Ribeiro opõe a gramática greco-latina à gramática da Índia: para ele, os gregos e romanos estudaram a língua de um ponto de vista lógico, enquanto os índios a estudaram do ponto de vista do naturalista. Ignorando o fato de que esta é uma simplificação brutal do quadro, o trecho revela que Carneiro Ribeiro era conhecedor (ou ao menos tinha notícia) da obra de Panini e dos estudos histórico-comparativos que se desenvolveram a partir da descoberta do sânscrito.

É notável, também, que no prólogo da nova gramática, Carneiro Ribeiro reduza substancialmente o escopo de sua história dos estudos gramaticais, ignorando tudo que se fez antes do século XIX. Sobre a história da gramática encontramos apenas a seguinte observação:

323 Ernesto Carneiro Ribeiro nasceu na ilha de Itaparica, Bahia, em 12 de setembro de 1839, filho de uma escrava liberta e de um português. Formou-se médico em 1864, na Faculdade de Medicina da Bahia, com a tese *Relação da medicina com as ciências filosóficas: legitimidade da psicologia*, trabalho em que alia a formação de médico a seus conhecimentos da gramática filosófica. Foi médico psiquiatra e candidatou-se a uma cadeira de professor na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1886, apresentando como tese de concurso o trabalho *Pertubações psychicas no domínio da hystéria*. Com clara vocação para o magistério, Carneiro Ribeiro, uma vez que não venceu o concurso, abandonou a medicina. Desde os tempos de estudante de medicina dedicou-se ao magistério da gramática e da língua francesa (foi professor de Rui Barbosa e, provavelmente, também do poeta Castro Alves e do escritor Euclides da Cunha, que estudaram em seu colégio). Faleceu em Salvador, no dia 13 de novembro de 1920, aos 81 anos.

Para o estudo da nossa lingua e de todas as linguas romanicas, foi a grammatica de Frederico Diez o ponto de partida de todos os trabalhos sobre o mesmo assumpto, a grammatica historica de Brachet<sup>324</sup>, em França, os estudos criteriosos de Adolpho Coelho, em Portugal, e no Brazil, os estudos de Pacheco Junior e a nova grammatica portugueza de João Ribeiro, são outros tantos exemplos de que em nossa lingua e nos idiomas novo-latinos essa é a direcção geral que, de alguns annos a esta parte, se vai dando ao estudo da grammatica, assentando-a não no dominio exclusivo do abstrato, senão no concreto e real, que lhe offerecem base ampla e segura. (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. ii)

Pelo viés do discurso teórico, podemos ver que mesmo para um gramático do final do período filosófico os dois tipos de gramática são claramente distintos e a tarefa atribuída aos gramáticos também: os gramáticos deixam de ser “lógicos” e passam a ser “naturalistas”.

O que precisamos ver, agora, é se esse discurso teórico se transforma em prática. Ou seja, de um ponto de vista prático, empírico, quais seriam as principais alterações que a gramática científica traria para os estudos gramaticais?

De novo, investigar as duas gramáticas de Carneiro Ribeiro pode ser interessante, já que a distância temporal entre as duas obras é bastante curta e a observação de alguma alteração nos procedimentos utilizados pelo autor pode ser atribuída à mudança de “paradigma”. Iniciemos pelos índices de matérias<sup>325</sup>.

#### QUADRO 9 – COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES DAS DUAS GRAMÁTICAS DE CARNEIRO RIBEIRO

GPP (1881)

*Introdução.* [Definição de Gramática. História da gramática. Espécies de gramática: geral, particular e comparada. Divisões da gramática.]

SG (1890)

*Prologo*

*Introdução.* (Grammatica em geral, diversas especies de grammatica; linguagem; grammatica geral, comparada ou historica e particular; grammatica philosophica e elemental ou descriptiva. Grammatica portugueza, seo objeto e divisões. Cf. índice remissivo, p. 371-373)

Continua

324 Friedrich Diez nasceu em 1794 e faleceu em 1876. Auguste Brachet nasceu em 1845 e faleceu em 1898.

325 GPP é a *Grammatica portugueza philosophica* e SG são os *Serões grammaticaes*. Os índices foram reconstruídos por mim, já que a GPP (ao menos o exemplar da primeira edição que possuo) não apresenta índices (socorri-me da segunda edição, em CARNEIRO RIBEIRO, 1957, p. 379-696) e os *Serões* (SG) só apresentam um índice final que fica a meio caminho entre uma tábua de matérias e um índice remissivo.



QUADRO 9 – COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES DAS DUAS GRAMÁTICAS DE CARNEIRO RIBEIRO

Continuação

Livro I - *Phonologia*

Cap. 1º - Do aparelho da voz. Estudo especial das diferentes especies de vozes ou vogaes portuguesas, configuração do tubo sonoro na pronunçiação dellas.

Cap. 2º - Da classificação das consoantes.

Cap. 3º - Das syllabas, suas especies, vocabulos e alterações que soffrem em seo material, denominadas figuras de dicção ou prosódicas. Da syllaba. Do metaplasmo.

Cap. 4º - Da quantidade e do acento.

Cap. 5º - Dos principaes vícios da pronunçiação.

Parte I: *Phonologia*

Cap. I - Vozes e articulações, vogaes e consoantes; alfabeto; diversas especies de vozes; grupos vocálicos; diphtongos e suas especies; grupos consonantes.

Cap. II - Articulações e suas varias classes; articulações explosivas e continuas. Fortes e doces; homorganicas e heterorganicas; syllaba, grupo syllabico; vocabulo.

Metaplasmos.

Cap. III - Quantidade e acento.

Cap. IV - Origem das letras portuguesas, permutas e suas leis.

Livro II - *Da Orthographia.*

Cap. 1º - Da orthographia. Dos differentes systemas orthographicos.

Cap. 2º - Da escriptura em geral e especialmente da escriptura alphabetica.

Cap. 3º - Regras relativas ao emprego da vogal y e observações sobre cada uma das consoantes.

Cap. 4º - Da divisão das syllabas nos vocabulos.

Cap. 5º - Principaes abreviações portuguesas.

Cap. 6º - Das letras capitaes representativas de numeros.

Cap. 7º - Da pontuação.

Cap. 8º - De outros signaes orthographicos.

Cap. 9º - Do emprego de maiusculas e minusculas.

Parte II - *Orthographia.*

Cap. I - Orthographia. Emprego da maiuscula.

Cap. II - Divisão das syllabas, abreviaturas, letras capitaes representativas de numeros.

Cap. III - Signaes orthographicos ou notações lexicas.

Livro III - *Lexicologia.*

Cap. 1º - Da lexicologia.

Cap. 2º - Das interjeições.

Cap. 3º - Dos substantivos.

Cap. 4º - Do pronome.

Cap. 5º - Dos adjectivos.

Parte III - *Lexicologia.*

Secção I - *Formação das palavras.*

Cap. I - Das palavras e seus elementos morphicos.

Cap. II - Vocabulos de origem popular e de origem erudita; duplas ou formas divergentes.

Cap. III - Vocabulos reunidos por uma analogia do sentido, por uma relação de contraste ou por mera semelhança phonica ou orthographica. Palavras de sentido proprio e de sentido translato.

Cap. IV - Constituição do lexico ou vocabulario portuguez.

Cap. V - Alterações das lingoas. Lingoa, idioma e dialectos; alterações lexicas: archaismos, neologismos e hybridismos.

Secção II - *Partes da oração.*

Cap. I - Classificação das palavras ou elementos grammaticaes. Interjeição.

Cap. II - Dos substantivos.

Cap. III - Dos pronomes.

Cap. IV - Dos adjectivos.

Continua

QUADRO 9 – COMPARAÇÃO DOS ÍNDICES DAS DUAS GRAMÁTICAS DE CARNEIRO RIBEIRO

Conclusão

Cap. 6º - Dos verbos.	Cap. IV – Dos verbos. <sup>326</sup>
Cap. 7º - Das preposições.	Cap. V – Das preposições.
Cap. 8º - Das Conjunções.	Cap. VI – Das conjunções.
Cap. 9º - Dos Advérbios.	Cap. VII – Dos advérbios.
Cap. 10º - Dos prefixos e suffixos.	Cap. VIII - Origens latinas das preposições, das conjunções e dos advérbios
	Cap. IX – Etymologia em geral e principios em que se fundamenta.
Livro IV – <i>Phraseologia</i> .	Parte IV – <i>Phraseologia ou Syntaxe</i> .
Cap. 1º - Generalidades.	Cap. I - <i>Phraseologia em geral; syntaxe e construcção; proposição ou oração, seus elementos logicos, complementos, apposto e formula vocativa ou compellativo. Divisão das orações, período e seus membros.</i>
Cap. 2º - Da Concordancia.	Cap. II – Concordancia.
	Cap. III - Observações sobre o emprego dos modos.
	Cap. IV - Correspondencia dos tempos.
	Cap. V - Do emprego do substantivo, do pronome, do artigo indicativo e de alguns outros determinativos. Desdobramento do substantivo synthetico ou vocábulo complexo <i>quem</i> .
Cap. 3º - Da Regencia.	Cap. VI - Syntaxe das partes invariaveis.
	Cap. VII - Regencia.
	Cap. VIII - Pontuação.
	Cap. IX - Alterações syntacticas.
	Cap. X - Construcção: ordem das palavras nas proposições e destas no período. Collocação dos pronomes empregados como complementos.
	Cap. XI - Diferença de estrutura entre as orações no latim popular e no latim classico ou litterario. Typos syntacticos divergentes.
	Cap. XII - Vicios de linguagem.
	Cap. XIII - Idiotismos, brasileirismos, provincianismos.
Cap. 4º - Das figuras de syntaxe.	Cap. XIV - Figuras de syntaxe.
Cap. 5º - Dos vícios de linguagem.	
Cap. 6º - Dos Tropos.	Cap. XV - Syntaxe e estylo.
	Observação complementar. [Atributos dos complementos directos, ou complementos directos superpostos; attributos superpostos dos verbos concetos absolutos ou intransltivos e de certas clausulas ou orações passivas]

Fonte: Carneiro Ribeiro (1881,1919).

326 Certamente por erro de impressão, o capítulo dos adjetivos e o capítulo dos verbos recebem, na primeira edição dos *Serões grammaticaes*, o mesmo número.

O que se percebe pela comparação dos índices, é que são trabalhos muito semelhantes. Além de algumas poucas alterações na organização dos assuntos na gramática, o que se vê é o acréscimo de alguns assuntos novos nos *Serões* – assuntos que estavam ausentes da *Grammatica philosophica*. Por exemplo, na parte dedicada à fonologia, a gramática de 1890 inclui um capítulo denominado “Origem das letras portuguesas, permutas e suas leis” (capítulo IV da Parte I), que vai fazer um apanhado, diacrônico, do processo de mudança que transformou os sons do latim nos sons do português<sup>327</sup>.

Sintomática, também, é a inclusão nos *Serões* de um capítulo sobre *idiosismos, brasileirismos e provincianismos* (cap. XIII da Parte IV), que revela alguma atenção do autor às variantes linguísticas brasileiras, embora sua posição seja ainda purista, como se pode ver na seguinte observação que faz:

O vulgo vae identificando a syntaxe do verbo *ter* com a do verbo *haver* neste sentido, dizendo erradamente: Na quinta de Carlos tem muitas fructas, em lugar de ha muitas fructas; na cidade tem muito lindos arrabaldes, em lugar de ha muito lindos arrabaldes. (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 352, sublinhado nosso)

Ou ainda,

Na syntaxe notam-se também brasileirismos, entre os quaes predominam as construcções em que são dispostos os pronomes complementos de modo contrario á ordem que sempre lhes deram os bons escriptores. Assim não é difficil encontrar as phrases seguintes: o homem cuja casa incendiou-se, em vez de o homem cuja casa se incendiou; quando elle encontrar-se comigo, eu lh'o direi, em vez de quando elle se encontrar comigo. (CARNEIRO RIBEIRO, 1890, p. 353-354)

Sobre esse segundo caso – da ordem que contraria os “bons escriptores” – Carneiro Ribeiro (1890, p. 354, grifo nosso) faz o seguinte comentário em nota:

\* Nos meos primeiros trabalhos grammaticaes ha essas faltas que confesso e reconheço. É este um brasileirismo tão arraigado no fallar e no escrever, que ainda aquelles que mais se esforçam por evital-o, uma ou outra vez o commettem fallando ou escrevendo.

327 Muito próximo do que fez Adolpho Coelho, como vimos anteriormente, embora sem mencionar as influências visigóticas ou árabes. Destaque-se o uso da noção de *letra*, designando, como na Antiguidade, o elemento híbrido [fonema + grafema].

Carneiro Ribeiro confessa que cometeu essas faltas e, embora ainda as considerando *faltas* (“erros”), revela a percepção de uma nova norma se constituindo: a norma brasileira. A polêmica sobre a redação do Código Civil Brasileiro, que envolveu Carneiro Ribeiro e Rui Barbosa entre os anos 1902 e 1905, revela a posição de Carneiro Ribeiro sobre a língua a ser descrita e analisada pelo gramático: nessa polêmica, Carneiro Ribeiro assume posição progressista sobre a identidade da “norma brasileira” frente à norma portuguesa usada na Europa e se opõe ao conservadorismo purista de Rui Barbosa.

Parece, então, que não basta o gramático assumir o olhar do naturalista, ele precisa ainda se desvestir de seus preconceitos. A perspectiva normativista, que considera a gramática um lugar de preservação da *boa linguagem*, da *linguagem correta*, quando presente no gramático, impede que ele seja um bom naturalista. Embora continue, no fundo, a ser um normativista (havia como não ser, na época e enquanto autor de gramáticas escolares?) pode-se reconhecer o naturalista latente em Carneiro Ribeiro.

Mas continuemos nossa investigação. Além dos poucos acréscimos de informações sobre a história da língua portuguesa e de alguns dados empíricos que evidenciam a nascente norma brasileira, em que mais os *Serões* se diferenciam da *Grammatica philosophica*?

Aparentemente, a *teoria gramatical* usada para envazar as regras, as análises, as classificações, se mantém exatamente a mesma. Vou abordar, para comparação, apenas dois pontos: os adjetivos e os pronomes<sup>328</sup>.

QUADRO 10 – OS ADJETIVOS NAS DUAS GRAMÁTICAS DE CARNEIRO RIBEIRO

GPP	SG
Adjectivos	Adjectivos
<p><i>Adjectivos</i> são palavras que exprimem seres indeterminados, designando-os por uma ideia precisa, mas accidental á natureza commum determinadamente indicada pelos appellativos. Os adjectivos pertencem á classe dos modificativos, a qual comprehende igualmente os verbos e os adverbios. Como signal de uma das categorias lógicas do espirito humano, é o adjectivo uma categoria grammatical essencial a todas as lingoas. [...]</p>	<p>ADJECTIVOS são palavras que indicam seres indeterminados, designando-os por uma ideia accidental á natuteza commum indicada pelo appellativo. Os adjectivos pertencem á classe dos modificativos, a qual comprehende igualmente os verbos e os adverbios. Ha duas classes de adjectivos: <i>qualificativos</i> ou <i>attributivos</i> e <i>determinativos</i> ou <i>artigos</i>.</p>

Continua

328 As citações sobre os adjetivos estão, na GPP, entre as páginas 205 e 207, e, em SG, nas páginas 130-131. As citações sobre os pronomes estão, na GPP, entre as páginas 172 e 175, e, em SG, entre as páginas 127 e 129.

QUADRO 10 – OS ADJETIVOS NAS DUAS GRAMÁTICAS DE CARNEIRO RIBEIRO

Conclusão

GPP	SG
Adjectivos	Adjectivos
<p>Na significação dos nomes ha só duas coisas que se podem modificar: são a <i>compreensão</i> e a <i>extensão</i>. D'ahí duas especies de adjectivos: <i>qualificativos</i> e <i>artigos</i> ou <i>determinativos</i>.</p> <p>Os primeiros são tambem chamados <i>adjectivos attributivos</i>, ou <i>adjectivos propriamente ditos</i>; os segundos chamão-se <i>prenomes</i>, <i>prepositivos</i>, <i>metaphysicos</i> ou <i>extensivos</i>.</p> <p>Os adjectivos <i>qualificativos</i> modificão a <i>compreensão</i> dos appellativos, sem determinar-lhes a <i>extensão</i>. Adjunctão á <i>compreensão</i> dos nomes appellativos uma ideia accessoria, que torna-se parte da natureza total enunciada pela reunião do nome e do adjectivo.</p> <p>Os adjectivos <i>determinativos</i> ou <i>artigos</i> modificão a <i>extensão</i> dos appellativos, sem nada ajuntar á <i>compreensão</i> destes.</p> <p>Esta segunda especie de adjectivos faz applicação da natureza commum indicada pelo nome aos individuos, a que pode ella convir nas circumstancias actuaes.</p> <p>Quando, por exemplo, dizemos <i>flôr</i>, o nome <i>flôr</i> indica a ideia geral de uma natureza commum a muitos individuos, a cada um dos quaes chamamos <i>flôr</i>.</p> <p>Se ao nome geral <i>flôr</i> accrescentamos o adjectivo qualificativo <i>cheirosa</i>, a palavra <i>flôr</i> ainda é geral e abstracta; mas ajuntamos á sua <i>compreensão</i> a qualidade accessoria <i>cheirosa</i>, que torna-se parcial na expressão total <i>flôr cheirosa</i>.</p> <p>Quando, porem, dizemos <i>esta flôr</i>, <i>uma flôr</i>, os adjectivos artigos <i>esta</i>, <i>uma</i>, fazem applicação da natureza commum exprimida pelo nome <i>flôr</i> a um individuo determinado, que mostramos ou apontamos, ou a um individuo que tiramos de um numero indefinido de individuos.</p> <p>São adjectivos qualificativos <i>bom</i>, <i>máo</i>, <i>justo</i>, <i>bello</i>, <i>branco</i>, <i>verde</i>, <i>rubro</i>, <i>doce</i>, <i>brando</i>, <i>duro</i>, <i>molle</i>, <i>humido</i>, <i>possivel</i>, <i>perfeito</i>, <i>infinito</i>, <i>necessario</i>, <i>util</i>, etc.</p> <p>Da segunda especie são: <i>o</i>, <i>a</i>, <i>os</i>, <i>as</i>, <i>um</i>, <i>algum</i>, <i>nenhum</i>, <i>todo</i>, <i>este</i>, <i>dois</i>, <i>três</i>, <i>primeiro</i>, <i>segundo</i>, <i>meo</i>, <i>teo</i>, <i>seo</i>, <i>que</i>, <i>muito</i>, <i>cada</i>, etc.</p>	<p>Adjectivos qualificativos são os que modificam a <i>compreensão</i> dos nomes appellativos sem lhes determinar a <i>extensão</i>; determinativos são os que determinam a <i>extensão</i> dos appellativos sem nada lhes ajuntar á <i>compreensão</i>.</p> <p>Os primeiros não fazem applicação aos individuos de natureza commum indicada pelo nome; essa applicação porem, fazem-na os segundos.</p> <p>São adjectivos qualificativos: <i>bom</i>, <i>máo</i>, <i>justo</i>, <i>bonito</i>, <i>bello</i>, <i>grande</i>, <i>honesto</i>, <i>molle</i>, <i>duro</i>, <i>quente</i>, <i>frio</i>, <i>doce</i>, <i>amargo</i>, <i>verde</i>, <i>branco</i>, <i>negro</i>, <i>util</i>, <i>necessário</i>, <i>possível</i>, <i>perfeito</i>, <i>infinito</i>, <i>eterno</i>.</p> <p>São determinativos ou artigos: <i>o</i>, <i>a</i>, <i>os</i>, <i>as</i>, <i>todo</i>, <i>nenhum</i>, <i>cada</i>, <i>um</i>, <i>uma</i>, <i>algum</i>, <i>dois</i>, <i>tres</i>, <i>quatro</i>, <i>primeiro</i>, <i>segundo</i>, <i>terceiro</i>, <i>este</i>, <i>esse</i>, <i>aquelle</i>, <i>meo</i>, <i>teo</i>, <i>seo</i>, <i>que</i>, <i>qual</i>, <i>cujo</i>, etc.</p>

Fonte: Carneiro Ribeiro (1881, 1919).

Como se pode ver, a *teoria* por detrás da noção de adjetivo é exatamente a mesma nos dois casos: a definição é igual, a classificação em dois tipos é igual (o critério classificatório é o mesmo) e os exemplos também. E, a meu ver, a teoria é muito mais bem explicada na GPP. O que talvez se poderia dizer é que Carneiro Ribeiro mascara o fato de que está apresentando a velha abordagem dos fenômenos linguísticos como se fosse nova pela supressão de passagens que indicariam a presença da lógica no raciocínio gramatical. Como exemplo óbvio, a mera supressão de “Como signal de uma das categorias lógicas do espirito humano, é o adjectivo uma categoria grammatical essencial a todas as lingoas” ao caracterizar os adjectivos como *modificativos*.

Vejamos, então, os pronomes.

QUADRO 11 – OS PRONOMES NAS DUAS GRAMÁTICAS DE CARNEIRO RIBEIRO

GPP	SG
Pronomes	Pronomes
<p><i>Pronomes</i> são palavras que indicão seres determinados designando-os pela ideia de sua pessoa.</p> <p>Os pronomes pertencem á mesma categoria á que pertencem os nomes ou substantivos: são individuos da mesma especie. Poderiamos, como Lemare, denominar-os <i>substantivos personativos</i>. Consideral-os na classe dos adjectivos, como Jeronymo Soares e outros grammaticos, é de todo desconhecer a natureza deste elemento grammatical.</p> <p>A maioria dos grammaticos, enganados por ventura pela etymologia do vocabulo pronome (<i>pro</i> e <i>nomem</i>), dizem ser este uma palavra que se põe em lugar do nome.</p> <p>Fácil é demonstrar o inexacto dessa definição. Com effeito, se assim fosse, seriam pronomes todas as palavras empregadas metaphoricamente, e grande numero de adjectivos.</p> <p>Assim nas phrases: <i>aquella cidade tem trinta mil almas; naquella aldeia contão-se tres mil fogos; codigo napoleonico; leis julianas; ordenações affonsinas; mez mariano</i>, as expressões <i>almas, fogos, napoleonico, julianas, affonsinas, mariano</i>, seriam pronomes, porque estão em lugar dos nomes <i>peessoas</i> ou <i>homens, famílias, de Napoleão, de Juliano, de D. Affonso, de Maria</i>.</p> <p>O mesmo se poderia dizer relativamente a todos os adjectivos possessivos e nacionaes.</p> <p>Foi Dumarsais o primeiro grammatico que reconheceo bem a natureza do pronome [...] “Os verdadeiros pronomes, diz Dumarsais, são as denominações precisas das peessoas grammaticas, isto é, das peessoas consideradas somente segundo uma certa ordem, que tem no discurso. Um falla; é d'elle que vem este discurso: <i>é a primeira pessoa; aquelle</i> ou <i>aquelles</i> a quem se dirige o discurso, são <i>a segunda pessoa</i>; enfim entende-se por <i>terceira pessoa</i> tudo o que faz a materia do discurso. Ora as palavras que não designão precisamente senão estes diferentes aspectos do espirito chamão-se <i>pronomes</i>, e são como outros tantos nomes proprios desses aspectos”. [...]</p> <p>Vê-se, portanto, que só merecem o nome de <i>pronomes</i> os que os grammaticos denominão <i>peessoas</i>, a que chamaremos simplesmente pronomes.</p> <p>A distincção dos pronomes em possessivos, demonstrativos, relativos e indefinidos é completamente falsa, e provem de não terem os grammaticos pela maior parte penetrado bem na natureza deste elemento grammatical, sobre o qual derão as noções mais inexactas, sendo neste ponto imitados por quasi todos que lhes forão succedendo.</p>	<p>PRONOMES são palavras que exprimem seres determinados designando-os pela ideia de sua pessoa.</p> <p>Os pronomes estão na mesma classe em que se acham os substantivos, ou antes são <i>substantivos personativos</i>, como lhes chamou Lemare. Na classe dos pronomes só collocamos os elementos grammaticas a que geralmente se dá a denominação de pronomes peessoas.</p> <p>Chamam-se <i>peessoas</i> (de <i>personas</i>) as varias situações ou os vários papeis dos seres relativamente ao acto da palavra. Em relação ao acto da palavra são estas as situações do ser: ou o ser representa a pessoa que falla, ou representa a pessoa a quem se falla, ou representa a pessoa de quem se falla.</p> <p>São, portanto, tres as peessoas: a primeira é a que falla; a segunda é aquella com quem se falla, e a terceira a de quem se falla.</p> <p>Os pronomes da primeira pessoa assim se declinam: No singular: Eu, mim, me, migo. No plural: Nós, nos, nosco.</p> <p>Os da segunda declinam-se assim: No singular: Tu, ti, te, tigo. No plural: Vós, vos, vosco.</p> <p>Os da terceira declinam-se: No singular: Elle, ella, o, a, si, se, sigo. No plural: Elles, ellas, os, as, si, se, sigo.</p> <p>Eu, tu, elle, ella, elles, ellas, nós, vós, correspondentes ao caso nominativo dos pronomes latinos, chamam-se <i>variações directas</i>, todas as mais variações pronominaes se chamam <i>obliquas</i>.</p> <p>As variações mim, ti, si andam sèmpre acompanhadas de uma preposição, que indica as relações que significam: De mim, para mim, por mim, de ti, para ti, por ti, de si, para si, por si.</p> <p>As variações migo, tigo, sigo, nosco, vosco vem sempre associadas com a preposição <i>com</i>: Comigo, comtigo, comsigo, comnosco, comvosco.</p> <p>Me, te, se, nos, vos empregam-se sem preposição.</p> <p>Usavam antigamente da variação <i>lhe</i>, já para indicar a singularidade, já para indicar a pluralidade: “Aos que tudo põem em fallar, quem faz que não ouve, os açama; quem lhe responde, os accende.” (Luc.) Eu faz o plural eus, quando empregado como mero substantivo: “Em mim ha dois eus, um conforme a carne e outro conforme o espirito.” (H. Pinto) [...]</p> <p>A grammatica tradicional estende a denominação de pronomes a outras palavras, algumas das quaes collocamos na classe dos nomes, outras nas do adjectivos: taes são isto, isso, aquillo, tudo, outrem, quem, ninguém, nada, que, o qual, cujo, meo, teo, seo; pensando assim divide esta categoria grammatical em pronomes <i>peessoas, possessivos, demonstrativos, relativos</i> ou <i>conjunctivos</i> e <i>indefinidos</i>.</p> <p>Para nós só merecem essa denominação os geralmente chamados <i>peessoas</i>, e a que chamamos simplesmente pronomes, pela razão de não admittirmos outros.</p>

Fonte: Carneiro Ribeiro (1881, 1919).

No caso dos pronomes, o quadro não é diferente do que vimos no caso dos adjetivos: a teoria de base é a mesma; a definição é igual; e a restrição do termo *pronome* apenas aos pronomes pessoais está nas duas obras. Embora não apareça na edição de 1890 dos *Serões grammaticaes*, a razão para recusar a definição de pronome como “palavra que se põe no lugar do nome”, presente na GPP, reaparece na terceira edição, de 1919, onde se lê:

O pronome tem por função principal e característica determinar o ser pela ideia precisa de uma relação com o acto da palavra.

Quando se procura determinar a natureza de alguma palavra, não é a seu valor ou sentido etymologico, que se deve principalmente mirar, senão á ideia que suggere ao espirito essa palavra, á sua função principal e característica, ao seu valor psychologico.

O pôr-se uma palavra em lugar de outra não é coisa que lhe pertença por essencia e naturalmente, senão de modo accidental. (CARNEIRO RIBEIRO, 1919, p. 299, grifo nosso)

A diferença mais clara entre os dois trabalhos, que aparece nos trechos transcritos acima, está na menção, na GPP, a Dumarsais, menção que desaparece nos *Serões*. As listas de declinações dos pronomes citadas nos trechos dos *Serões* também estão presentes na GPP, embora eu não as tenha transcrito aqui. Outra diferença importante entre os dois tratamentos dos pronomes – que eu não transcrevi – é a presença, nos *Serões*, de uma entrada denominada “Origens latinas”, que procura mostrar que os pronomes portugueses originam-se de pronomes latinos correspondentes.

Se olharmos exclusivamente para o tratamento dos pronomes, teremos que concordar com Carneiro Ribeiro quando ele diz, no prólogo dos *Serões grammaticaes*, que seu trabalho “não é senão a grammatica portugueza a que damos uma feição historica”. Feição bem rápida e superficial, podemos dizer.

Como a proximidade temporal entre as duas gramáticas de Carneiro Ribeiro pode ter sido responsável pela semelhança quase total entre elas (exceto pelo discurso teórico), creio que pode ser prudente resenhar outras gramáticas oitocentistas. Minha escolha recai sobre a *Grammatica portugueza*, de Julio Ribeiro (1845-1890)<sup>329</sup>, publicada em 1881, e considerada por Cavaliere, como vimos, o marco de início do período científico.

329 Julio Ribeiro (Julio Cesar Ribeiro Vaughan) nasceu em Sabará, Minas Gerais, filho de pai americano e mãe brasileira; mas construiu sua carreira de professor, gramático, jornalista e escritor em Campinas, no estado de São Paulo. Foi autor do bem conhecido romance naturalista *A carne*.

## A Grammatica portugueza, de Julio Ribeiro

A gramática de Julio Ribeiro se compõe de três partes: “Introdução”, “Parte Primeira: Lexeologia” e “Parte Segunda: Sintaxe”. A parte primeira é constituída por dois *livros*, e a parte segunda é constituída por quatro *livros*. Alguns dos livros são divididos, ainda, em *secções*.

Na “Introdução”, encontramos a definição de gramática:

Grammatica é a exposição methodica dos factos da linguagem<sup>330</sup>. A grammatica não faz leis e regras para a linguagem; expõe os factos dela, ordenados de modo que possam ser aprendidos com facilidade. O estudo da grammatica não tem por principal objeto a correcção da linguagem. Ouvindo bons oradores, conversando com pessoas instruidas, lendo artigos e livros bem escriptos, muita gente consegue fallar e escrever correctamente sem ter feito estudo especial de um curso de grammatica. Não se póde negar, todavia, que as regras do bom uso da linguagem, expostas como ellas o são nos compendios, facilitam muito tal aprendizagem; até mesmo o estudo dessas regras é o unico meio que têm de corrigir-se os que na puericia aprenderam mal a sua língua. (RIBEIRO, 1881, p. 1)

Note-se que ao lado da posição “naturalista” – que faz do gramático um observador dos fatos da língua, e da gramática um meio de expor esses fatos –, encontramos a posição “normativista”, que, embora de forma secundária, faz o gramático acreditar na existência “do bom uso da linguagem” e a considerar que há pessoas que falam “mal a sua língua”. Ribeiro (1881, p. 1) acredita que o estudo da gramática é útil, entre outras coisas, para que consigamos “expressir as nossas impressões, os nossos pensamentos” e “[s]erá então dever nosso usar da linguagem, não só com correcção, mas tambem de modo que agrade aos outros, que sobre elles exerça influencia”.

No restante da “Introdução” (que é bem curta, com apenas duas páginas), Ribeiro discute um pouco mais as razões para o estudo da gramática, define alguns termos, como *linguagem* e *palavra*, por exemplo, e distingue *gramática geral* de *gramática particular*. No contexto dessa última distinção, define a *grammatica portugueza* como “a exposição methodica dos factos da lingua portugueza” – uma gramática particular, portanto.

330 Ribeiro, em nota, atribui esta definição de gramática a William Dwight Whitney (*Essentials of English Grammar*, London, 1877, p. 4-5).



Na “Parte Primeira”, Ribeiro começa definindo *lexeologia* e estabelecendo suas partes:

10. A *lexeologia* considera as palavras isoladas, já em seus elementos materiaes ou sons, já em seus elementos morphicos ou fórmias.
11. A *lexeologia* compõe-se de duas partes: *phonologia* e *morphologia*. (RIBEIRO, 1881, p. 3)

Cada uma dessas partes da *lexeologia* – fonologia e morfologia – vai ser tratada em livros distintos: o livro primeiro trata dos *elementos materiaes das palavras*, isto é, da fonologia, e o livro segundo trata dos *elementos morphicos da palavra*, isto é, da morfologia.

O livro que trata de fonologia é dividido em três seções: “*phonetica*”, “*prosodia*” e “*orthographia*”.

O livro que trata de morfologia também é dividido em três seções: “*taxeonomia*”, “*kampenomia*” e “*etymologia*”. A *taxeonomia* trata da classificação das palavras<sup>331</sup>; a *kampenomia* trata dos paradigmas flexionais das palavras<sup>332</sup>; e a *etymologia* trata dos processos de derivação<sup>333</sup>.

Na *taxeonomia*, Ribeiro reconhece nove classes de palavras: *substantivo*, *artigo*, *adjectivo*, *pronome*, *verbo*, *preposição*, *conjuncção*, *adverbio* e *interjeição*. Exatamente as mesmas nove classes que encontramos na gramática de Caldas Aulete (1864), como vimos anteriormente (ver a seção “Visão geral da gramática em Portugal no século XIX”). Merece destaque a afirmação de que o agrupamento de palavras em classes tem como critério “os grupos de ideias de [que] se compõe o pensamento” (RIBEIRO, 1881, p. 51). Ou seja, trata-se de uma classificação de base nocional (ao menos na intenção).

Na *kampenomia*, ele trata dos sistemas flexionais das palavras variáveis: gênero, número e grau nos substantivos e nos adjetivos; gênero e número no artigo; gênero, número e pessoa nos pronomes; a conjugação dos verbos; e o grau nos advérbios.

Sua noção de *flexão* é quase convencional:

331 “*Taxeonomia* é a distribuição das palavras em grupos correspondentes aos grupos de ideias de [que] se compõe o pensamento.” (RIBEIRO, 1881, p. 51).

332 “*Kampenomia* é o conjuncto das leis que presidem á flexão das palavras.” (RIBEIRO, 1881, p. 73).

333 “*Etymologia* é o conjunto das leis que presidem á derivação das palavras nas diversas línguas.” (RIBEIRO, 1881, p. 142).

189. *Flexão* é a mudança que experimenta a palavra variável para representar as diversas gradações da idéia.
190. Distinguem-se na palavra variável dous elementos principaes: o *thema* e a *desinencia*.
- 1) *Thema* é a parte invariavel da palavra: *em provo, provas, prova-rei, provar, PROV* é o *thema*.
  - 2) *Desinencia* é a parte movel ou transformavel da palavra: nos exemplos acima O, AS, AREI, AR são *desinencias*.
- (RIBEIRO, 1881, p. 73)

Note-se que não é necessário que entendamos que Julio Ribeiro esteja propondo que o tema e as desinências sejam “partes” autônomas (equivalentes a *morfemas*). E sua definição de flexão é claro indicador dessa postura: ele mantém a posição tradicional de que a flexão consiste em “marcas” indicativas de ideias secundárias (ou “gradações”) acrescentadas à ideia principal de uma palavra. Por outro lado, o uso da palavra *elementos* pode indicar que a ideia de que a palavra pode ser dividida em partes já começa a tomar corpo<sup>334</sup>.

Na etymologia, Ribeiro não se restringe ao tratamento dos processos derivacionais entendidos como processos de formação de palavras no interior de uma mesma língua. Ele faz, na verdade, uma apresentação “evolucionista”, tratando a derivação interna como um caso especial de derivação geral das línguas.

Suas ideias, na etymologia, são interessantes o suficiente para que dediquemos algum espaço a elas. Ribeiro (1881, p. 142-143) diz:

Bem como as especies organicas que povôam o mundo, as linguas, verdadeiros organismos sociologicos, estão sujeitas á grande lei da lucta pela existencia, á lei da selecção. E é para notar-se que a evolução linguistica se effectua muito mais promptamente do que a evolução das especies: nenhuma língua parece ter vivido por mais de mil annos, ao passo que muitas especies parece terem-se perpetuado por milhares de seculos.  
É admiravel o seguinte confronto<sup>335</sup>:

334 É interessante observar que sua noção de desinência não é equivalente à noção de *morfema* (que só surgirá mais tarde), já que vários morfemas são considerados no interior de uma mesma desinência. Talvez, mais claramente, sua noção de desinência como elemento da palavra possa ser associada à noção de *posição* do modelo estruturalista.

335 Ribeiro (1881, p. 142, nota 1) atribui esse confronto a Émile Ferrière (*Le Darwinisme*, Paris, p. 121-223).

## A SELECÇÃO

### *nas especies*

- 1) As especies têm suas variedades, obra do meio ou de causas physiologicas.
- 2) As especies vivas descendem geralmente das especies mortas do mesmo paiz.
- 3) Uma especie em um paiz isolado passa por menos variações.
- 4) Variações produzidas pelo cruzamento com espécies distintas ou estrangeiras.
- 5) A superioridade das qualidades physicas que asseguram a victoria dos individuos de uma especie, causa da selecção.
- 6) A belleza da plumagem ou a melodia do canto, causa da selecção.
- 7) Lacunas numerosas nas espécies extinctas.
- 8) Probabilidade de duração de uma especie em o numero dos individuos que a compõem.
- 9) As especies extinctas não reaparecem mais.
- 10) Progreso nas especies pela divisão do trabalho physiologico.

### *nas linguas*

- 1) As linguas têm seus dialetos, obra do meio ou dos costumes.
- 2) As linguas vivas descendem geralmente das linguas mortas do mesmo paiz.
- 3) Uma lingua em um paiz isolado passa por menos variações.
- 4) Variações produzidas pela introdução de palavras novas, devidas ás relações exteriores, ás sciencias, á industria.
- 5) O genio litterario e a instrucção publica centralisada, causas de selecção.
- 6) A brevidade ou a euphonia, causa da selecção.
- 7) Lacunas numerosas nas línguas extinctas.
- 8) Probabilidades de duração de uma lingua em o numero dos individuos que a fallam.
- 9) As linguas extinctas não reaparecem mais.
- 10) Progreso nas linguas pela divisão do trabalho intellectual.

## CLASSIFICAÇÃO GENEALOGICA

### *nas especies*

- 1) Constancia de estrutura; orgams de alta importacia physiologica; orgams de importancia variada.
- 2) Vestigios de estrutura primordial: orgams rudimentares ou atrophiados: estrutura embryonaria.
- 3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.
- 4) Cadeia de affinidades nas especies vivas ou extinctas.

### *nas linguas*

- 1) Constancia de estrutura; radicaes de alta importancia; flexões de importancia variada.
- 2) Vestigios de estrutura primordial: letras rudimentarias ou atrophiadas: phase embryonaria.
- 3) Uniformidade de um conjunto de kharacteres.
- 4) Cadeia de affinidades nas línguas vivas ou extinctas.

Na continuidade, Ribeiro vai mostrar como a língua latina produziu as línguas neolatinas ou românicas, com particular atenção ao português. Vai tratar, também, dos processos derivacionais internos ao português.

Em sua etimologia, vamos encontrar, por exemplo, afirmações como as seguintes:

- Os substantivos portugueses derivam-se dos substantivos latinos em ablativo do singular, ex.: “*Filha, servo, idade, exercito, espécie*” vêm de “*Filia, servo, ætate, exercitu, specie*”.
- O artigo indefinido português, cujas formas são *um, uma, uns, umas*, vem do numeral latino *unus*.
- *Eu* é o abrandamento da forma romanica *eo*, em que se converteu o pronome latino *ego*. Em um documento gallego do século XIII já se lia “*E eo dê illis carta de meu seelu seelada*”. No celebre juramento de Luiz o Germanico, prestado em Strasburgo no ano de 842, já se vê *ego* transformado em *jeo* ou *ieo*: “*Si salvara IEO ciste meon frade Karlo*”.
- O Português é a língua romanica que tem conservado com mais fidelidade as formas da conjugação latina. (RIBEIRO, 1881, p. 146, 164, 169, 171)

Na “Parte Segunda” da *Grammatica portugueza*, no tratamento da sintaxe, Julio Ribeiro não traz nenhuma novidade especial. Sua sintaxe é convencional.

Diferentemente de Carneiro Ribeiro, Julio Ribeiro não tem em sua gramática nenhuma parte dedicada aos brasileirismos. O que encontramos são observações esparsas que versam sobre a pronúncia brasileira, como, por exemplo, na página 26, onde ele diz que a maioria dos brasileiros pronuncia “*cidadi - mosarabi - montis i vallis*”, enquanto “em Portugal diz-se ‘*cidádê - mosá-rabê - montês ê vallês*’ dando á voz terminal um som abafado, muito distinto de *i*”<sup>336</sup>, ou como vemos, na página 48, a afirmação: “Os portugueses pronunciam em final como o diphthongo *æe*: vem dahi a rima tão extranha aos ouvidos brasileiros, de *mãe* com *ninguem, tambem, etc.*”.

Encontramos uma única observação sobre uso vocabular específico do falar brasileiro: na página 61, ao tratar do uso de substantivos como pronome, Ribeiro diz que o “substantivo *gente* também se emprega neste sentido, sobretudo no dialecto brasileiro: ‘*Quando a GENTE está com GENTE... GENTE me deixe...*’”.

336 Schwa, provavelmente.

Ribeiro faz, também, algumas observações sobre características sintáticas do dialeto brasileiro. Na página 221, encontramos a seguinte afirmação:

Cumprir notar que, principalmente no Brasil, vai-se estabelecendo o uso de construir as sentenças interrogativas em ordem direita, deixando-se o seu sentido de pergunta a cargo somente da inflexão da voz, ex.: “TU *queres vir almoçar comigo?*”. (RIBEIRO, 1881, p. 221)

Ou quando, na página 228, trata dos usos das declinações dos pronomes:

- 1) O pronome, substantivo sujeito de um verbo no infinito dependente de um verbo no finito [...] põe-se em relação objectiva, ex.: “Eu vi-o *caminhar ás pressas — Deixa-o ir*”.

Esta syntaxe, commum a varias linguas romanicas, é tomada directamente do Latim, em o qual o sujeito do verbo no infinito vai para accusativo. É erro vulgar no Brazil usar-se em casos taes da relação subjectiva; diz-se, por exemplo, “Vi ELLE *caminhar ás pressas — Deixa ELLE ir*”.

[...]

Os pronomes substantivos em relação adverbial nunca podem servir de sujeitos, nem mesmo nas phrases infinitivas que vêm depois de uma preposição. Em taes casos usa-se da relação subjectiva, ex.: “*Esta laranja é para EU comer*”. No Brazil pecca-se contra este preceito dizendo-se “*Para MIM comer, etc.*”. (RIBEIRO, 1881, p. 228, sublinhados nossos)

Ou ainda:

Pôr em relação subjectiva o pronome substantivo que serve de objecto a um verbo é erro comezinho no Brazil, até mesmo entre os doutos: ouvem-se a cada passo as locuções incorrectas “*Eu vi elle — Espere eu*”. (RIBEIRO, 1881, p. 230)

Encontramos também casos que poderiam ser chamados de *regionalismos*, como faz Carneiro Ribeiro:

Os *caipiras*, fieis aos usos arkaicos da lingua, como sóe sel-o a gente do povo, exprimem-se de modo analogo ao dos francezes: põem claro um pronome que represente o sujeito neutro e impessoal dos

verbos impessoaes. Dizem: “ELLE chove muito lá — ELLE hai ainda algumas fruias — ELLE corre por ahi que o rei vem vindo<sup>[337]</sup>”.

Substituem tambem ter a haver e dizem: “TEM muita gente na igreja — Agora TEM muito peixe no tanque”. Este uso vai-se tornando geral no Brazil até mesmo entre as pessoas illustradas.

Empregam ainda *haver* como synonymo de existir, dizendo: “No tempo da revolução eu ainda não HAVIA — Quando eu me casei elle já HAVIA”. Só no imperfeito do indicativo é que usam deste verbo com esta accepção. (RIBEIRO, 1881, p. 257)

Outro caso de regionalismo pode ser encontrado na página 260, onde Ribeiro diz que: “Em algumas provincias do Brazil, como Bahia, Minas, não duplica-se, ex.: ‘NÃO posso, NÃO. NÃO dou, NÃO’”.

Embora não apresente uma seção dedicada aos brasileirismos e regionalismos, pode-se perceber que Julio Ribeiro tem consciência deles e os registra em sua gramática. De resto, o que predomina é a norma portuguesa. Inclusive a quase totalidade dos exemplos são retirados de autores portugueses, como Camões (principalmente de *Os Lusíadas*, que é fonte da maioria dos exemplos), Sá de Miranda, Bernardim Ribeiro, Eça de Queiroz e Guerra Junqueiro.

Enfim, o que podemos ver na gramática de Julio Ribeiro é um discurso inovador, com referências inéditas no âmbito dos estudos gramaticais – como a teoria da evolução de Darwin, por exemplo –, mas uma prática gramatical, teórica, que se destaca muito pouco da tradição. Nesse sentido, a gramática de Julio Ribeiro não me parece tão diferente dos *Serões grammaticaes* de Carneiro Ribeiro, e ambas não se distanciam o suficiente da teoria gramatical que há séculos vinha sustentando os estudos gramaticais. O que vemos é uma gramática tradicional com “uma feição histórica”, com acréscimos de informações sobre a história da língua que não resultam em mudanças substantivas na prática de descrição da língua portuguesa.

O olhar sobre as idiosincrasias do português brasileiro, apresentado na forma de um anedotário – tanto por Julio Ribeiro quanto por Carneiro Ribeiro –, não é o suficiente para que vejamos estes dois gramáticos numa posição de *naturalistas*, embora precisemos admitir que, mesmo incipiente e assistemático, esse olhar revela que alguma coisa está mudando nesse final do século XIX.

337 Sobre esse uso de pronome sujeito com verbo impessoal, Ribeiro faz uma nota em que diz ser também um uso presente em Portugal, conforme Garret (“que o põe na bocca da gente do povo”), e que deve ser, portanto, “um legado dos colonizadores”.

## *Discurso e prática nas gramáticas brasileiras do século XIX*

Olga Coelho, Stela Maris Danna e Bruna Polachini (2014, p. 135-137), ao analisar a presença de menções à norma brasileira do português em dez gramáticas oitocentistas publicadas no Brasil, nos dizem:

Notamos que as primeiras obras brasileiras, mais afeitas à orientação racionalista, tendem a não incorporar menções a peculiaridades locais, embora os autores, como vimos ao apresentar os trabalhos de Coruja e Sotero dos Reis, não as desconhecessem. É provável que não considerassem textos do gênero ‘gramática’ como apropriados ao tratamento de fenômenos atribuíveis a processos (particulares) de dialeção. A associação entre (bom) pensamento e (boa) linguagem reclamaria, do ponto de vista do método, quando os dados se mostrassem relevantes, a remissão aos textos ‘clássicos’ da língua e à literatura, e não à linguagem ‘vulgar’. Por outro lado, a orientação histórico-comparativa pressupunha a manipulação de dados e construía-se a partir da ideia de que as línguas estão em constante processo de mudança. Esses pressupostos favoreceram a maior presença de dados relativos aos usos brasileiros (generalizados, regionalizados, literários, de letrados e iletrados, bons ou ruins) nas obras publicadas a partir do trabalho inaugural de Julio Ribeiro, que foi, aliás, um dos autores mais atentos ao que se passava com a língua no país.  
[...]

Quanto à natureza dos fenômenos, a maior atenção ao domínio sintático veio acompanhada de valorização mais negativa dos usos. O mesmo se dá quando estão em jogo os fenômenos fonéticos. O domínio da palavra, seja na dimensão mais propriamente lexical, seja na dimensão morfológica, mostrou-se o menos propenso a censuras dos descritores. [...] [O]s dados lexicais são abundantes e denotam, sim, visão positiva sobre as distinções vocabulares identificadas.  
[...]

A quantidade de observações sobre o PB [português brasileiro] tem, considerados os textos em sua completude, uma posição marginal.

O reconhecimento de que o português brasileiro apresenta características que o distinguem do português europeu parece estar presente em quase todos os gramáticos brasileiros do século XIX<sup>338</sup>. Até mesmo Moraes

338 Considerando o corpus analisado pelas autoras, apenas Antonio Coruja e Sotero dos Reis não fazem menção a fenômenos típicos do português brasileiro em suas gramáticas. Coelho, Danna e Polachini (2014, p. 120, nota 6) dizem, no entanto, que Sotero dos Reis aponta, ao

Silva (1806, p. 92, nota b) aponta um “erro” no português falado nas colônias: “Eu lhe amo, lhe adoro; são erros das Colônias”. O volume dos dados próprios do português brasileiro cresce com o passar do tempo, embora nunca chegue a um número expressivo: Coelho, Danna e Polachini (2014, p. 122), que fizeram um levantamento detalhado, apontam que as gramáticas estudadas por elas tratam, ao todo, de apenas 78 fenômenos. Os fenômenos são assim distribuídos: 28 fenômenos sintáticos (como ausência de inversão da ordem sujeito/verbo nas interrogativas, pronome do caso reto em posição acusativa, a negação duplicada, oração iniciada por pronome átono, uso de relativas copiadoras e coisas assim); 21 fenômenos de ordem lexical (presença de vocábulos de origem tupi ou africana, neologismos etc.); 17 fenômenos fonéticos (pronúncia de vogais, pronúncia de ditongos nasais, levantamento de vogais, queda de fonemas etc.); e seis fenômenos morfológicos (uso de *gente/a gente* como pronome, diminutivos formados por reduplicação, gerúndios com diminutivo etc.).

Para chegar ao número 78, elas dizem que foram localizadas “6 referências gerais (sem especificação de dados ou de nível de articulação) ao PB” (COELHO; DANNA; POLACHINI, 2014, p. 122). Um exemplo dessas “referências” seriam observações como a que faz João Ribeiro na página 306 de sua *Grammatica portugueza*, na 3ª edição, de 1889, citado pelas autoras:

**4. O dialecto brasileiro** – o impropriamente chamado dialecto é constituído pela linguagem portugueza falada no Brazil. Distingue-se por diferenças notáveis de prosodia e de syntaxe, por um vocabulario novo de termos tupis-guaranis e africanos. A reacção litteraria de dous séculos nunca pôde obstar nem diminuir a dialectação do portuguez do Brazil. (RIBEIRO, 1889 *apud* COELHO; DANNA; POLACHINI, 2014, p. 134)<sup>339</sup>

comparar o falar de São Paulo com o do Maranhão, que “aquele seria um português alterado enquanto este estaria mais próximo do lusitano”.

339 Na 22ª edição da *Grammatica portugueza* – publicada em 1933 e agora subtitulada “curso superior” – João Ribeiro não faz referência a um “dialecto brasileiro”, embora traga algumas informações esparsas sobre características do português do Brasil. Por exemplo, na página 12, ele diz: “A *prosodia portugueza* normal não é seguida no Brasil, que tem prosodia nacional algo distincta da européa”; ou quando afirma, na página 419, que “todos os processos idiomáticos do portuguez continuam com intensa actividade no Brasil, em cuja linguagem os termos regionaes de multipla origem, as importações exóticas e os neologismos compõem um vocabulario consideravel”. Parece claro que João Ribeiro assume a unidade da língua portugueza e toma a norma européa como padrão a ser seguido: as inúmeras referências de apoio que faz às posições de Rui Barbosa no debate com Carneiro Ribeiro (na *Réplica*) conduzem a essa conclusão.



Em trabalho posterior, com o mesmo objetivo, Olga Coelho e Stela Maris Danna (2015) retomam as gramáticas oitocentistas – agora apenas as de orientação histórico-comparativa (as gramáticas “científicas”) – e refazem a análise das menções ao português brasileiro. Algumas de suas conclusões:

Ao contrário da *retórica* de maior apelo à história e à comparação no tratamento dos fatos linguísticos ‘positivos’, a postura em relação ao tratamento efetivo dos chamados ‘brasileirismos’ é preponderantemente estática e isolada (para poucos casos se buscam as raízes históricas ou o cotejo com dados de outras línguas).

Alguns dos autores demonstram preocupação em demarcar regiões ou grupos sociais em que seriam mais comuns certos usos – o que se alinha a ideias acerca de influência climático-geográficas e/ou étnicas que circulam entre intelectuais dessa época. A referência ao povo, à plebe, aos caipiras, a províncias específicas, no cotejo com os pressupostos gerais histórico-comparativos que animam as obras, fortalece a ideia de que tais falares são isolados e, por isso, mais conservadores do que aqueles vigentes na comunidade brasileira mais geral, que, pela instrução, teria superado (estaria superando?) esses estágios mais rudimentares.

[...]

O discurso de naturalidade e inevitabilidade da mudança e da variação (condicionadas por fatores extralinguísticos), assim, por vezes, convive com a atitude de corrigir os ‘maus’ e difundir os ‘bons’ usos (aqueles consagrados pela tradição literária). Esse é, de fato, um paradoxo mais ou menos recorrente na história da gramática no Brasil, talvez vinculado ao caráter instrutivo-pedagógico assumido historicamente por esses textos. (COELHO; DANNA, 2015, p. 230-231)

As conclusões de Coelho e Danna reforçam o que dissemos acima, quando falamos das gramáticas de Carneiro Ribeiro: o *gramático naturalista*, esquizofrenicamente, convive com o *gramático normativo*; o *gramático cientista*, observador idealmente “neutro” dos fenômenos, convive com o *gramático professor de língua materna*, responsável pela “correção gramatical” da fala e da escrita de seus alunos. Por um lado, o cientista, naturalista, reconhece as variações características do dialeto brasileiro; por outro lado, o professor, normativo, as desqualifica, para levar os alunos ao *bom uso* da língua.

Enfim, a perspectiva histórico-comparativa entra fortemente no *discurso* dos gramáticos do final do século XIX; a *prática* que podíamos esperar, no entanto, não é clara, para dizer o menos.

Quanto à *teoria gramatical* propriamente dita, o principal a dizer é que ela permanece mais ou menos onde estava: como já vimos no caso das gramáticas portuguesas, o que podemos ver nas gramáticas brasileiras são apenas poucas reorganizações nas classes de palavras, e a busca, nem sempre bem-sucedida, de abordagens didáticas mais eficientes – sempre na esteira do que se fazia em Portugal.

A gramática oitocentista, particularmente a da segunda metade do século, ampliou, talvez, o conjunto de fenômenos a serem estudados, mas não alterou nem o modo de estudar os fenômenos, nem a destinação que se supunha que as gramáticas deveriam ter: a teoria gramatical continua essencialmente a mesma, e a gramática, no fundo, continua sendo um lugar onde se registram, com finalidades pedagógicas, as boas práticas no uso da linguagem.

# Capítulo 8

---

## *A gramática no século XX*

### **A gramática brasileira do século XX: visão geral**

Chegamos, enfim, ao século XX.

A primeira metade deste século viu ainda o predomínio das gramáticas “científicas” feitas ao molde oitocentista. Como vimos, essas gramáticas, apesar do qualificativo, não diferem muito do que sempre se fez, desde Dionísio Trácio: ressalvadas as devidas exceções, por um lado, são essencialmente normativas (descrevem uma língua “artificial”, reconstruída a partir de textos clássicos, e consideram esses estados antigos das línguas como os únicos “corretos”) e utilizam na descrição o aparato teórico desenvolvido, basicamente, pelos primeiros gramáticos gregos e romanos; por outro lado – e é assim que o qualificativo “científicas” é justificado –, buscam incorporar o conhecimento sobre a linguagem construído, paralelamente, nos estudos histórico-comparativos, que circulam fora do âmbito propriamente gramatical.

Como vimos no capítulo anterior, no século XIX construiu-se um imenso acervo de conhecimentos sobre a história das línguas: desenvolveram-se grades tipológicas que mostravam como as diversas línguas relacionavam-se geneologicamente; estabeleceram-se métodos de reconstrução de estados anteriores – e não registrados – de grupos de línguas; formularam-se “leis” para a mudança histórica das línguas etc. Construiu-se, enfim, um primeiro paradigma “científico” (próximo da acepção moderna do termo) para o estudo das línguas naturais. No entanto, prevalecia a ideia de que “a mudança era uma degradação de um estado linguístico primitivamente íntegro” (ROBINS, 1979, p. 140), e essa ideia reforçou a tendência conservadora que sempre presidiu a

gramática desde os alexandrinos do século I a.C. Tendência conservadora que induzia os gramáticos a focar seus estudos em estados anteriores da língua – de tempos, preferencialmente, “clássicos” – e a considerar a língua contemporânea eivada de “erros”. O caráter normativo da gramática, então, não se altera. Mas passa a ser justificado “cientificamente” pela abordagem histórica.

A partir da segunda metade do século XX, no entanto, encontramos algumas alterações no quadro, entre as quais: (i) o estabelecimento da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), em 1959, que busca uniformizar as gramáticas por meio de uma uniformização da terminologia gramatical<sup>340</sup>; (ii) o aparecimento, nos estudos linguísticos, de teorias concorrentes do histórico-comparativismo oitocentista – particularmente o estruturalismo – que virão criar novos discursos fundacionais para as gramáticas (e novos tipos de “gramáticas científicas”); e (iii) o surgimento, a partir da década de 1970, de gramáticas inteiramente fundadas em teorias linguísticas contemporâneas, a que podemos chamar de *gramáticas de linguistas*.

Vamos abordar esses casos todos em separado.

## As gramáticas do período científico

A orientação básica dessas gramáticas se mantém praticamente a mesma que presidiu as últimas duas décadas do século XIX. Ricardo Cavaliere (2001), em sua proposta de periodização, considera que o *período científico* abrange o intervalo que medeia 1881 (publicação da *Grammatica portugueza* de Julio Ribeiro) e 1941 (publicação dos *Princípios de linguística geral*, de Mattoso Câmara Júnior). Para Cavaliere, com a publicação da obra de Mattoso, inicia-se o *período linguístico*.

No âmbito ainda do período científico, mas já no século XX, encontramos gramáticos como Eduardo Carlos Pereira (1855-1923), Manoel Said Ali (1861-1953), Otoniel Mota (1878-1951), Souza da Silveira (1883-1967), Antenor Nascentes (1886-1972), entre outros. Podemos incluir aqui gramáticos que, apesar de terem escrito gramáticas lançadas ainda no século XIX, publicaram novas edições no século XX. Talvez o caso mais curioso – e emblemático – seja o de Ernesto Carneiro Ribeiro, que, como vimos, tendo publicado em 1881 uma gra-

340 Embora dados geralmente como termos sinônimos, *nomenclatura* e *terminologia* parecem apresentar uma diferença crucial: uma *nomenclatura* é uma terminologia “oficializada” por uma área de conhecimentos qualquer.

mática filosófica, lançou em 1890, em primeira edição, uma gramática científica. Essa sua última gramática teve cinco edições e na terceira (“augmentada e cuidadosamente revista pelo Autor”), de 1919, ultrapassa em mais que o dobro o número de páginas da primeira. Nessa terceira edição, a fundamentação filológica é muito mais evidente em vários pontos: Carneiro Ribeiro acrescenta um capítulo com “leis” para a mudança fonética; acrescenta um capítulo sobre a história da língua portuguesa e outro sobre a classificação das línguas; acrescenta um capítulo sobre a variação de sentido das palavras (variação semântica, portanto); e introduz, ao lado da análise sintática de origem racionalista (que ele chama de *systema francez*), um outro modo de análise, que ele chama de *systema inglez*<sup>341</sup>.

A questão da “esquizofrenia” que assaltava os gramáticos – divididos entre o papel de cientista e o papel de professor de língua portuguesa – é resolvida pela separação da gramática em dois tipos de obras: o cientista escrevia *gramáticas históricas* e o professor escrevia *gramáticas expositivas* (*descritivas* ou *práticas*). As primeiras seriam responsáveis pela apresentação do percurso histórico percorrido pelos fatos linguísticos, desde uma origem arbitrada até o momento de sua escritura. Por exemplo, assumida a origem latina da língua portuguesa, cabia à gramática histórica do português mostrar como os fatos fonético-fonológicos, morfológicos, lexicais e sintáticos foram paulatinamente se alterando para que o latim de origem se tornasse o português contemporâneo. Às segundas, de caráter eminentemente pedagógico, cabia a tarefa de descrever “os bons usos” da língua contemporânea.

O interessante é que a mesma teoria gramatical – inaugurada pela Antiguidade greco-latina – parece servir de pano de fundo para esses dois tipos de gramática.

Não vou me aprofundar no estudo das gramáticas históricas. Devo dizer que muitas delas foram escritas, no Brasil e em Portugal.

Em Portugal, encontramos, entre outras, a *Syntaxe historica portugueza*, de Epiphanio Dias, publicada em 1918, e o *Compêndio de gramática histórica portuguesa – fonética e morfologia*, de José Joaquim Nunes, publicado em 1919. No Brasil, temos, entre outras, a *Gramática histórica da língua portuguesa*, de Manuel

341 Sobre os dois sistemas de análise sintática apresentados por Carneiro Ribeiro, ver Borges Neto (2010). Voltaremos aos dois sistemas no capítulo 10.

Said Ali, publicada em 1921/1922, e a *Gramática histórica da língua portuguesa*, de Ismael de Lima Coutinho, publicada em 1938.

Como curiosidade, vale notar que encontrei na biblioteca da Universidade Federal do Paraná um exemplar da primeira edição (e única, até onde sei) de um livro intitulado *Syntaxe e grammatica historica da lingua portugueza*, escrito por alguém que se assina P.S., ou seja, o padre Pedro Schneider (1866-1931)<sup>342</sup>. O livro foi publicado em Porto Alegre pela Casa Editora de Selbach & Mayer em 1909.

No “Prologo”, também assinado apenas com as iniciais P.S., o autor se revela professor de escola elementar, na medida em que diz que foi “a correção das redações escolares que me convenceu da necessidade d’uma syntaxe pratica, que servisse ao discípulo de guia seguro no manejo da lingua” e “[a] presentando este trabalho a meus collegas do magistério, peço o insigne favor de quererem apontar-me as lacunas e senões que se lhes depararem” (P.S., 1909). Ainda no “Prologo”, o padre Schneider reconhece a dificuldade de condensar a teoria que baseia sua abordagem e afirma que a apresentará “em sua integra”, ficando ao cargo do mestre escolher “o que julgar de maior proveito, pois não era possível truncal-a numa exposição methodica”.

Claramente um manual didático, a *Syntaxe* do padre Schneider se organiza pelas séries escolares: após uma breve introdução, chamada de “Noções preliminares”, em que são apresentadas as noções de *gramática, linguística, filologia, lexicologia* e *sintaxe*, o livro traz uma seção denominada “Terceiro Anno”, com duas partes: “Revisão do II anno” e “Syntaxe”. Em seguida vem a seção intitulada “Quarto Anno”, que vem dividida em quatro itens: “Resumo theorico da Introducção”, “Phonologia portugueza”, “Etymologia” e “Syntaxe”. Provavelmente, o livro era um manual que se destinava ao ensino de português nos terceiro e quarto anos do ginásio (mais ou menos equivalente aos oitavo e nono anos do fundamental nas escolas brasileiras atuais).

Sem deixar de apresentar a cada momento “resumos theoricos”, pode-se notar que a seção referente ao terceiro ano é muito mais “prática” do que a seção referente ao quarto ano. Naquela, a tônica está nos fenômenos linguísticos e

342 Jesuíta com formação na Europa (especializou-se em Camões e em filologia portuguesa) e atividade educacional no Rio Grande do Sul. Latinista, foi professor de português, literatura, grego, alemão, filologia e apologética. Provavelmente em 1893, publicou uma *Grammatica portugueza*, de que não consegui maiores informações. Outras informações podem ser encontradas em: [www.museupedrinho.com.br](http://www.museupedrinho.com.br) e no volume V da *História da inteligência brasileira*, de Wilson Martins. Agradeço a Mozer Anjos e a Pablo Jamilk Flores pela localização dessas fontes.

nas regras que os regulam; nesta, a tônica está na teoria que sustenta as análises. Por exemplo, a parte referente à sintaxe, na seção do quarto ano, é dividida em quatro *licções*: “Comparação da syntaxe latina com a portugueza”; “Historia da syntaxe”; “Syntaxe histórica das palavras variaveis e invariaveis”; e “Dialectos”<sup>343</sup>. Já na seção destinada ao terceiro ano, os assuntos vêm organizados em um resumo teórico seguido de regras de uso. Talvez seja interessante uma exemplificação. Vejamos, então, a parte referente aos *artigos* (que são entendidos como parte da classe dos Determinativos, seguindo a classificação de Soares Barbosa, entre outros).

### Os artigos.

Os termos *communis* admitem tres accepções, a saber: universal, particular e indefinida.

A accepção universal designa todos os individuos a que o termo se applica ou póde ser applicado.

A accepção particular indica só um individuo (ou certa classe) determinadamente.

A accepção indefinida indica um individuo (ou certa classe), mas indeterminadamente.

*Lei fundamental*: Para *designar* a accepção em que se emprega a palavra, servimo-nos dos artigos.

O **artigo definido** serve para marcar (*salientar*) a accepção universal e a particular.

O **artigo indefinido** indica a accepção indefinida.

Em outros termos: o artigo definido equivale a *todo* (*universal*) ou a *este, aquella, respectivo* (*particular*).

O artigo indefinido equivale a: *um qualquer, algum*.

Desta significação dos artigos se deduzem as seguintes

### Regras geraes:

A) para o Artigo definido

**Regra I.** Quando a accepção do termo já é tão clara que inutil sera designal-a, não se emprega artigo algum.

[...]

**Regra II.** Omitt-se o artigo nos ditos sentenciosos e em geral nas construcções a que queremos dar maior energia, rapidez, concisão e viveza.

(SCHNEIDER, 1909, p. 83, 85)<sup>344</sup>

343 Na lição sobre os dialetos, depois de apresentar a noção de *dialeto* e a classificação dos dialetos do português de Leite de Vasconcellos, o padre Schneider trata exclusivamente de o “portuguez fallado no Brazil”.

344 As regras são seguidas de exemplos, exceções e de normas particulares. Não incluo mais na citação porque, creio, o que está citado é suficiente para que se entenda a perspectiva do autor.

Logo após a apresentação – teórica – dos usos do artigo, Schneider apresenta uma série de exercícios em que se pede, por exemplo, que o aluno indique “as regras a que obedecem os seguintes exemplos” ou “explicar a função dos determinativos” num conjunto de orações (pequenos textos, na verdade).

Continuando com as curiosidades, gostaria também de mencionar o livro *Pontos de gramática histórica portuguesa*, de Rosário Farani Mansur Guérios, publicado em 1937, quando o professor Mansur Guérios<sup>345</sup> lecionava português no Ginásio Regente Feijó, em Ponta Grossa, Paraná, mas escrito ainda em 1936<sup>346</sup>.

Como a *Syntaxe* do padre Schneider, os *Pontos* de Mansur Guérios também constituem um manual didático para ser usado nas escolas – no caso, para a 4ª série.

Além do prefácio e de uma breve introdução (chamada “À guisa de introdução”), o livro se compõe de vinte pontos (numerados), como se fossem capítulos. Alguns exemplos: o Ponto n.º 1, com quatro páginas, trata das “três grandes partes” da ciência da linguagem: a filologia, a glotologia e a linguística:

**2. Filologia** é a ciência dos fatos literários e eruditos que se referem somente a uma determinada língua. “É o estudo científico, histórico e comparado da língua nacional em toda a sua amplitude, não só quanto à gramática (fonética, morfologia e sintaxe) e quanto à etimologia, semasiologia, etc., mas também como órgão da literatura e como manifestação do espírito nacional” (Carolina M. de Vasconcelos).

**3. Glotologia** é a ciência das línguas estudadas comparativamente através do tempo e do espaço.

OBS.: 1) Através do tempo – gramática histórica ou histórico-comparativa; através do espaço – dialetologia (geografia linguística).

345 Rosário Farani Mansur Guérios (1907-1987), formado em direito em 1935, foi professor de língua portuguesa em vários estabelecimentos de ensino fundamental e médio e, a partir de 1939, também na recém-criada Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Paraná (onde lecionou também filologia românica). Linguista autodidata (ele se dizia *indo-europeísta*), foi pioneiro nos estudos de línguas indígenas brasileiras (em 1935 publicou o trabalho *Novos rumos em tupinologia*, em que propunha a aplicação da metodologia da linguística histórico-comparativa às línguas indígenas, criando assim os estudos de tipologia dessas línguas). Foi professor de Aryon Rodrigues, a quem iniciou no estudo das línguas indígenas. Mais informações sobre a vida e a obra de Mansur Guérios pode ser encontrada em Castagnola (1966), Rodrigues (1986), Salum (1986) e na *Revista Letras* n.º 28 (1979), em número que comemora a outorga do título de professor emérito (da UFPR) ao professor Mansur Guérios (vários autores).

346 No final do prefácio, lê-se: “Aos 11 de maio, dia de N.ª. S.ª. Aparecida, de 1936, em Ponta Grossa (Paraná)”.



- 2) Há filologia portuguesa, italiana, clássica (grego e latim), etc., mas não há glotologia portuguesa, italiana, etc., se não glotologia românica, indo-européia, semítica, etc.

**4. Lingüística** é a ciência da origem e do desenvolvimento da linguagem humana.

OBS.: 1) Pode receber o nome particular de Paleolingüística ou Paleontologia linguística, quando estuda a linguagem do homem fóssil ou pré-histórico.

2) A Filologia está para a Glotologia e a Lingüística como, p. ex., a Floricultura (que é arte) está para a Botânica (que é ciência).

(GUÉRIOS, 1937, p. 15-16)<sup>347</sup>

O Ponto nº 1 segue com as definições de *linguagem*, *língua* e *gramática*, em seus múltiplos entendimentos.

O Ponto nº 2 trata da origem da língua portuguesa, abordando as variedades do latim (clássico, vulgar etc.), as línguas românicas e o indo-europeu. O Ponto nº 3 trata dos povos e línguas da Península Ibérica, da constituição do léxico português e, no último parágrafo (de número 41), de *particularidades do português do Brasil*.

Sobre essas “particularidades” do português brasileiro, Mansur Guérios aponta diferenças prosódicas, lexicais e sintáticas e diz que a fala brasileira (que ele ainda não considera verdadeiramente um dialeto) afasta-se cada vez mais do português europeu. É interessante a observação que ele faz ao final do parágrafo:

OBS.: Dessas expressões, algumas são condenadas aqui entre nós, pela escorrega linguagem das pessoas cultas.

Nunca se perca de vista que há sempre duas modalidades de linguagem – a das pessoas cultas (falada e escrita) e a das pessoas incultas (geralmente falada). Contudo não há entre ambas limites bem definidos, e é difícil, senão impossível, fazê-los, pois há ainda a considerar o dificultoso meio termo (a “burguesia”) entre a “aristocracia” e a “plebe”.

O português de Portugal possui dialetos bem característicos, o que não acontece no Brasil, onde há, por assim dizer, bruxoleios de dialetos. (GUÉRIOS, 1937, p. 32)

347 Além da numeração dos Pontos, o livro também tem todos os parágrafos numerados (seqüencialmente por todo o livro, do 1 ao 278). A página de rosto diz que o livro contém três apêndices: “Estudo elementar de fonética histórica tupi-portuguesa”, “Breve filosofia da evolução linguística” e “Breve crestomatia da língua portuguesa”. O exemplar que consultei não traz o primeiro apêndice.

Obviamente, não vou expor aqui todos os pontos incluídos no livro. Vou acrescentar apenas, como exemplo, parte do Ponto n.º 13, que trata da flexão de número.

**190. Nomes terminados -ão, no singular.** – Os nomes do singular em -ão podem originar-se principalmente das terminações latinas: 1.º) -*anu* (2.ª e 4.ª declinação); 2.º) -*one* (3.ª decl.); 3.º) -*ane* (3.ª decl.); e 4.º) -*udine* (3.ª decl.).

De acordo com as leis fonéticas, temos:

1.º) -*ANU* > -ão (ver § 121) (representado no port. arc. também por -*am*): *manu* > *mão*; *sanu* > *são* (adj.); *vanu* > *vão* (adj.); etc.

2.º) -*ONE* > \*-*õe* > -*õ* > -*ôo* > -*ão* (representados no port. arc. também por -*on*, -*om* e -*am*): *sermone* > \**sermõe* > *sermô* > *sermão* > *sermão*; \**coratione* > \**coraçõe* > *coraçõ* > *coraçõo* > *coraçã*; *ratione* > \**razõe* > *razõ* > *razã* > *razã*; etc.

3.º) -*ANE* > \*-*ãe* > -*ã* > -*ão* (representado às vezes no port. arc. por -*am*): *pane* > \**pãe* > *pã* > *pã*; *cane* > \**cãe* > *cã* > *cã*; etc.

4.º) -*UDINE* > -*õe* (ver § 115 a respeito do -*d-*, e § 121 no tocante ao -*n-*) > -*õ* > \*-*ôo* > -*ão*: *multitudine* > *multidõe* > *multidõ* > \**multidõo* > *multidã*; *gratitudine* > *gratidõe* > *gratidõ* > \**gratidõo* > *gratidã*; *certitudine* > *certidões* > *certidõ* > \**certidõo* > *certidã*; etc.

OBS.: 1) Segundo J.L. de Vasconcelos, “Lições de Filologia Portuguesa”, 1911, p. 143, nota 6, *pã* e *razõ*, p. ex., receberam o apóio da vogal -*o* porque “em certa época repugnaram ao ouvido as vogais -*ã* e -*õ* em fim de sílaba”. “Depois -*ôo* desenvolveu-se em -*ão*, ou por dissimilação, ou por confusão com a outra terminação -*ão*”.

2) Os nomes em -*õe* deram -*õ*, porque o plural -*ões* de -*udines* e de -*ones* (*multidões*, *razões*) provocou um mesmo singular; isto é, *multidõ* e *razõ*, donde com a vogal de apóio: *multidõo*, como *razõo* (ver obs. 1, acima). Cap. também a atual pronúncia popular *bão* em vez de *bom* (*bõ*).

**191. Plural dos nomes terminados em ão.** – Pelo que se expôs no § anterior, não é estranhável que todos os nomes acabados em -ão façam o plural ora em -ãos, ora em -ões, ora em -ães, de acôrdo com os plurais latinos:

1.º) -*ANUS* e -*ANOS*: *manus* > *mãos*; *sanos* > *sãos*; *vanos* > *vãos*; etc.

2.º) -*ONES*: *sermones* > *sermões*; \**corationes* > *corações*; *rationes* > *razões*; etc.

3.º) -*ANES* [:] *panes* > *pães*; *canes* > *cães*; etc.

4.º) -*UDINES*: *multitudines* > *multidões*; *gratitudines* > *gratidões*; *certitudines* > *certidões*; etc.

A terminação *-ões* tem-se generalizado e ficou sendo a empregada nos plurais modernos de palavras em *-ão*, mesmo de origem não latina.

A variedade que apresentam *aldeãos, aldeões e aldeães, foliões e foliães, vulcões e vulcães, vilãos, vilões e vilães*; etc. já vem de longe, do português arcaico, em que se confundiam os singulares em *-om* e *-am* de diversas procedências.

Ainda: *capitães, verões*, em vez de *capitãos, verãos*, do lat. *capitanos, veranos*.

OBS.: O principal fenômeno fonético do § acima foi a queda uniforme do *-n-* intervocálico (ver § 121), com nasalização da vogal precedente. Na ortografia arcaica, essa atenuação do *-n-* era indicada por uma forma menor do *n* superposto à vogal nasalada. Daí surgiu o sinal diacrítico chamado til.

(GUÉRIOS, 1937, p. 104-106)

Considerando que esses dois trabalhos (do padre Schneider e de Mansur Guérios) eram textos didáticos para serem usados nas séries finais do ginásio (por alunos de 13 ou 14 anos, portanto), pode-se avaliar o tipo de informação (e a profundidade dessas informações) a que nossos adolescentes eram submetidos nesse início do século XX (e deplorar – ou não – o currículo de nossas escolas atuais).

Encerro aqui as “curiosidades” e volto às gramáticas científicas do século XX.

Vejamos agora algumas diferenças entre as gramáticas históricas e as gramáticas expositivas. Vou me valer das duas gramáticas de Eduardo Carlos Pereira: a *Grammatica expositiva* (curso superior), de 1907<sup>348</sup>, e a *Grammatica historica*, de 1916.

Começemos com a *morphologia*.

Na *Grammatica historica*, Eduardo Carlos Pereira trata dos seguintes assuntos:

### **Morphologia**

Elementos morphologicos.

Estructura das palavras.

348 Na verdade, vou usar a 11ª edição, de 1921, que é a que tenho em minha biblioteca. Essa 11ª edição é “Melhorada e ampliada com uma Synthese e Critica das Reformas Orthographicas e um Appendice sobre Stylistica e Composição literária em prosa e verso”, conforme se lê na capa e na página de rosto. Suponho, acreditando no autor, que o restante se mantém essencialmente inalterado. Neste mesmo ano – 1907 – Eduardo Carlos Pereira publica uma versão de sua *Grammatica expositiva* para o curso elementar (“Adaptado ao 1º anno dos Gymnasios”).

Theoria das categorias grammaticae.  
As categorias grammaticae quanto á funcção.  
Analogia de funcções.  
As categorias grammaticae quanto á evolução.  
As categorias grammaticae quanto á flexão.  
Flexionismo.  
Flexão do substantivo.  
Flexão do adjectivo.  
Flexão do pronome.  
Flexão do verbo.  
**Etymologia**  
(PEREIRA, 1916, p. 586)

Na *Grammatica expositiva*, trata dos seguintes assuntos<sup>349</sup>:

**Morphologia**  
**Taxeonomia**  
Substantivo.  
Adjectivo.  
Pronome.  
Verbo.  
Adverbio.  
Preposição.  
Conjunção.  
Interjeição.  
Outras classes de palavras.  
Palavras quanto á analogia de suas funcções.  
Palavras quanto á analogia de suas fórmas.  
Palavras quanto á analogia e opposição de sentido.  
**Etymologia**  
Elementos morphicos da palavra.  
Derivação.  
Composição.  
(PEREIRA, 1921, p. 411-413)

O que imediatamente salta aos olhos é que os assuntos tratados são basicamente os mesmos: a classificação das palavras, sua estrutura e suas flexões. A teoria gramatical que sustenta ambas as gramáticas é, aparen-

349 Vou apresentar uma versão resumida dos itens do “Índice geral”, indicando só as entradas mais importantes.

temente, a mesma: a unidade de análise é a palavra; as palavras podem ser agrupadas em alguns conjuntos ou classes; as palavras podem ser variáveis (sujeitas à flexão) ou invariáveis; as alterações de forma que se percebem nas palavras variáveis – e que permitem que continuemos considerando as formas alteradas como formas de uma mesma palavra – são chamadas *flexões*; a estrutura das palavras é constituída por um *thema* (radical ou raiz), que “*é a parte central das palavras não só quanto á forma material, mas ainda quanto á idéa ou significação*” (PEREIRA, 1921, p. 164), e por *affixos*, que “*são syllabas que se agregam ao inicio ou ao final do thema para lhe modificarem o sentido*” (PEREIRA, 1921, p. 164-165); e assim por diante.

Encontramos ainda, na *Grammatica expositiva*, observações como a seguinte:

312. *Á Grammatica Historica* pertence o estudo da origem e evolução dos vocabulos no tempo e no espaço, e a determinação, por meio de um estudo historico-comparativo, das leis glotticas que presidiram a essa evolução. A *Grammatica Expositiva* estuda apenas, na Etymologia, os processos de DERIVAÇÃO e COMPOSIÇÃO. (PEREIRA, 1921, p. 164)

Ou como a seguinte:

**Obs.** – A palavra *raiz* pertence mais ao estudo da *grammatica historica*, e indica mais particularmente o elemento primordial e irreductivel da palavra, podendo não coincidir com o *thema*, p. ex.: *ferruginoso* = *ferr* + *ugin* + *oso*; o *thema* é FERRUGIN e a *raiz* FERR. O *thema* é, ás vezes, a expansão ou alongamento da raiz. (PEREIRA, 1921, p. 165)

O que nos permite concluir que os dois tipos de gramática tratam dos mesmos objetos por perspectivas distintas: a gramática histórica olha a língua de uma perspectiva diacrônica e a gramática expositiva, de uma perspectiva sincrônica. As diferenças que encontraremos entre elas, então, não vão estar na concepção teórica de língua adotada (suas partes, unidades de análise, classificações, relações entre os elementos etc.), mas apenas no que dizer respeito, estritamente, ao modo de abordagem, às perspectivas sincrônica ou diacrônica.

Pode parecer que a diferença entre os dois tipos de gramática seria pequena, então. Certamente não é. A perspectiva diacrônica, entre outras coisas, leva o gramático a esquecer os fenômenos linguísticos, em si e por si, e passa a vê-los como resultado de uma história evolutiva. A primeira consequência para uma gramática histórica do português é que ela passa a ser também, parcialmente, uma gramática do latim (e eventualmente incluir aspectos de outras línguas, como o suevo, o visigodo ou o árabe).

Enquanto uma gramática expositiva trata das classes de palavras, uma gramática histórica trata da origem das classes de palavras; enquanto a expositiva trata das flexões do substantivo, a histórica trata dos processos que levaram o sistema flexional do latim a transformar-se no sistema flexional do português.

Pode ser mais interessante ver o tratamento dado a casos mais específicos e concretos. Vamos investigar o que acontece, em cada uma das gramáticas, com o tratamento do *substantivo*.

Na *Grammatica expositiva*, o substantivo é definido como “a palavra com que nomeamos seres animados ou inanimados” (PEREIRA, 1921, p. 60) e distribuído em diversas subclasses: *concreto* e *abstracto*; *proprio* e *commum*; *primitivo* e *derivado*; *simples* e *composto*; *collectivo*.

Em seguida, encontramos o item referente à *flexão* do substantivo: “Os substantivos variam em sua terminação, isto é, mudam de *flexão*, para indicarem os accidentes de GENERO, NUMERO e GRAU” (PEREIRA, 1921, p. 63).

Na *Grammatica historica*, Eduardo Carlos Pereira não define *substantivo*. Depois de dizer que até o século XVIII as *categorias gramaticais*<sup>350</sup> correspondiam às “ideias geraes” de que trata a filosofia e que estudos mais recentes mostram que sua formação se deve não à universalidade da lógica, mas “a um processo lento da evolução linguística” (PEREIRA, 1916, p. 124-125), Pereira propõe que o estudo das categorias gramaticais deve ser feito a partir de sua função, evolução e flexão. Começamos com a função do substantivo.

183. *Função taxenómica*. O *substantivo* tem por função taxenómica indicar os seres *reaes* ou *ficcios*, que subsistem por si, como – *homem, alma, anjo, sereia*, e são, neste caso, *concretos*; e, por extensão, os seres *imaginarios* ou *abstractos*, que não subsistem por si, mas

350 É assim que Eduardo Carlos Pereira designa as classes de palavras.

existem como qualidades nos seres reaes, como *brancura*, *amizade*, *rapidez*. (PEREIRA, 1916, p. 125)

Quanto à evolução, ele diz:

[É] natural supor que o *substantivo*, como noção dos seres, apparecesse primeiro na lingua com o caracter de *adjetivo-substantivo*. De facto, não podendo as nossas faculdades intellectivas apprehender a substancia ou *substratum* dos seres, mas somente suas qualidades, que nos são dadas pela percepção externa localizada nos cinco sentidos corporaes, segue-se que só por meio dessas qualidades temos o conhecimento desses objectos ou seres. A percepção interna e a reflexão tão pouco nos fornecem o conhecimento directo da substancia. Ainda hoje os seres não são para nós mais do que a *synthese* das qualidades, que ferem os nossos sentidos ou o nosso senso intimo, e, consequentemente, o *substantivo* que nomeia os seres, é, em ultima analyse, a *synthese* dos adjectivos, que o constituem. (PEREIRA, 1916, p. 138-139)

Quanto à flexão do substantivo, encontramos o seguinte:

221. Os substantivos em portuguez, como em latim, flexionam-se em *genero*, *numero* e *grau*.

222. *Genero*. Ha em latim trez generos grammaticaes – *masculino*, *feminino* e *neutro*.

[...] O neutro foi rejeitado pelo portuguez e por suas coirmãs.

De ordinario os substantivos conservam em portuguez o genero etymologico, isto é, o genero que a palavra tinha em latim. Porém [...], já havia no seio do proprio latim clássico grande oscillação generica, oscillação aggravada pela confusão que sobre o ponto lavrava no latim popular. Não podia, pois, o portuguez escapar [...] á incerteza ou variação generica em sua evolução.

[...]

224. *Numero*. Ha em latim dois numeros – o *singular* e o *plural*.

[...]

225. *Origem do s como expoente do plural em portuguez*. – O plural de um substantivo em latim era multiplo: cada caso tinha sua forma especial de pluralidade. Obliterados os casos pelo ensurdecimento da syllaba final, sobreviveu, entretanto, o *accusativo*, como o caso *etymologico*, que nos deu o typo da forma plural, a flexão do plural dos nomes. Esta flexão é o *s* da desinencia, que caracterizava os *accusativos*

plurais das cinco declinações latinas: 1.ª decl. – *horas*; 2.ª decl. – *servos*; 3.ª decl. – *consules*; 4.ª decl. – *manus*; 5.ª decl. – *dies*.

Deste facto historico veio-nos o *s* como *expoente do plural em portuguez*. [...]

227. *Grau dos substantivos é a propriedade de se graduar pela sua flexão a proporção das idéas por elles expressadas.*

[...]

228. *Origem das flexões gradativas. Pauperrimo era o latim de flexões gradativas, e riquissimo é o portuguez.* Esta sua riqueza flexional desenvolveu-se, através do latim popular, de suffixos latinos, muitos dos quaes foram adquirindo ora sentido *augmentativo*, a que se ligava frequentes vezes idéa *pejorativa* ou *depreciativa*; ora sentido *diminutivo*, a que não raro se prendia idéa *affectiva* ou de *carinho*. (PEREIRA, 1916, p. 143-149, sublinhados nossos)

O leitor já terá percebido a distância que há entre os dois tipos de gramática: a segura e objetividade da gramática expositiva, repositório de definições, classificações e exemplificações, contra a história do percurso que permeou as formas latinas e as formas portuguesas correspondentes.

Penso que já é possível encerrar esta apresentação das gramáticas do período científico. A perspectiva historicista, fundamentada na linguística histórico-comparativa, dominou o pensamento dos gramáticos até as primeiras três ou quatro décadas do século XX. Sob forte reação dos gramáticos da época, a partir dos anos 1940, começam a surgir no cenário brasileiro alternativas teóricas – também “científicas”, mas não mais baseadas na linguística histórico-comparativa – que influenciaram alguns pesquisadores. Essas novas ideias vão desembocar numa alteração no modo de encarar a tarefa de escrever gramáticas e vão resultar num novo período para os estudos gramaticais, período que Cavaliere chama de *linguístico*. Antes de entrar no assunto, creio ser importante ver com alguma calma um evento que – me parece – é uma espécie de “último suspiro” das gramáticas científicas na tentativa de fazer frente ao desafio que as ideias novas traziam para a teoria gramatical vigente: a formulação de uma *Nomenclatura Gramatical Brasileira*, que reforçava o velho e excluía o novo.

É interessante observar que este foi o terceiro momento em que se tentou unificar os estudos gramaticais sobre a língua portuguesa.



A primeira tentativa foi a adoção de uma única gramática para todas as escolas. No final do século XVIII, o Marquês de Pombal<sup>351</sup> determinou que a gramática de Reis Lobato fosse usada no ensino do idioma em todo o território sob domínio português. A uniformização no ensino gramatical, obtida pela força, se manteve enquanto a exclusividade do uso da gramática de Lobato foi garantida pelo poder real.

A segunda tentativa – já no Brasil – usou uma nova estratégia: a pedido do ministro de Instrução Pública, em 1877, Fausto Carlos Barreto (1852-1915) estabeleceu um programa de exames para quem desejasse estudar no Colégio Pedro II. O programa de Fausto Barreto não foi imposto e nem mesmo recomendado pelas instituições responsáveis pelas escolas, mas o prestígio do Colégio Pedro II levou a sua adoção por grande parte das escolas brasileiras. É importante notar que, uma vez adotado um programa, que determinava os conteúdos a serem estudados para os exames, determinou-se simultaneamente um currículo e uma terminologia a ser ensinada. O programa de Fausto Barreto, de orientação claramente histórico-comparativa, passou a nortear a atividade didática dos professores de gramática e incentivou a produção de manuais baseados nele<sup>352</sup>.

A terceira tentativa foi a da Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que tentou uniformizar a terminologia gramatical a ser usada nas escolas. Por ser a proposta de unificação mais recente e por, ainda hoje, influenciar nossos gramáticos e nossos currículos escolares, vou dedicar algum espaço a ela.

## A NGB

Em meados do século XX, as autoridades educacionais brasileiras resolveram padronizar a terminologia das gramáticas escolares. O argumento era que os alunos que se transferiam de uma escola para outra teriam dificuldades para entender conceitos e análises gramaticais se as escolas usassem ter-

351 Na verdade, por meio de um decreto do rei D. José I. Mas todos sabemos que as coisas do reino, e o próprio Rei, eram conduzidas pelo Marquês de Pombal.

352 O movimento foi semelhante ao que aconteceu com os exames vestibulares para o ingresso nas universidades que, inicialmente, se destinavam a avaliar os estudantes para escolher os mais bem preparados para os estudos universitários e que acabaram por formatar todo o ensino médio (pelo menos). É semelhante, também, ao que está acontecendo com a avaliação dos programas de pós-graduação pela Capes: em vez de apenas avaliar os programas, está determinando a forma como os programas devem se conduzir (e tornando todos iguais).

minologias distintas. Ou que concursos que cobrassem conceitos gramaticais criariam dificuldades para os participantes, em função dos conhecimentos terminológicos aprendidos em distintas formações escolares. Criou-se, então, uma Nomenclatura Gramatical Brasileira (NGB), que estabeleceu uma lista de termos que deveriam ser usados na construção das gramáticas<sup>353</sup>.

Para chegar a essa lista de termos, o Ministério da Educação e Cultura, então dirigido por Clóvis Salgado, formou uma comissão de gramáticos que tinham por tarefa propor um “projeto de simplificação e unificação da nomenclatura gramatical, para uso dos estabelecimentos de ensino e da literatura didática”, como se lê na Portaria nº 152, de abril de 1957, do MEC. A comissão era constituída pelos professores Antenor Nascentes, Clóvis do Rego Monteiro, Celso Ferreira da Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima e Cândido Jucá (filho), todos professores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro (então, Distrito Federal). Em agosto de 1957, a Comissão entregou ao MEC um Anteprojeto que continha sua proposta. Cerca de um ano e meio depois, por meio da Portaria nº 36, de 28 de janeiro de 1959, o MEC vinha recomendar a adoção da Nomenclatura Gramatical Brasileira, que vinha anexada à portaria.

Curiosamente, a Nomenclatura que vinha anexada à portaria de 1959 não é a que consta do anteprojeto da comissão. Segundo depoimento de Antônio José Chediak, apresentado em palestra na Academia Brasileira de Letras em 1999 (reproduzido parcialmente em HENRIQUES, 2009, p. 29-37), o ministro Clóvis Salgado queria apenas uma lista de termos, sem os comentários, as definições e as notas que o anteprojeto continha, e o rejeitou. O anteprojeto teve que ser reformulado. A tarefa da reformulação coube ao próprio Antônio Chediak, que o apresentou em apenas uma semana, “magro, seco, sem comentários” (CHEDIAK *apud* HENRIQUES, 2009, p. 33).

Ainda segundo Chediak, a rejeição do anteprojeto teve duas razões principais: a expectativa do ministro de receber apenas uma lista de termos e a publicação de um livro de críticas ao anteprojeto – mesmo antes de seu recebimento pelo ministério – escrito por Cândido Jucá (filho), que, surpreendentemente, era membro da Comissão. As consequências: “[n]enhum dos membros

353 Em 1967, num movimento possivelmente inspirado pela NGB, Portugal estabeleceu uma Nomenclatura Gramatical Portuguesa (NGP), que não é igual à NGB. Em 2007, os portugueses publicaram uma revisão – radical – da nomenclatura anterior, que abrange termos oriundos de várias teorias linguísticas mais recentes e que – como se isso fosse possível – parece pretender uma terminologia ateórica (ou multiteórica, o que dá no mesmo).

da comissão aceitou ser o relator”, e o ministério foi obrigado a “designar uma assessoria para a comissão [e incumbir] um dos assessores a apresentar anteprojeto rigorosamente dentro das normas estabelecidas” (HENRIQUES, 2009, p. 32). Essa assessoria era constituída por Antônio José Chediak, Serafim da Silva Neto e Silvio Edmundo Elia, e coube a tarefa ao primeiro.

O resultado disso tudo<sup>354</sup> é que a NGB, que deveria servir a uma política educacional, foi influenciada por fatores políticos de outra ordem. E o que restou foi pouco mais do que uma mera lista de termos (como queria o ministro).

Embora alguns críticos da NGB tenham assumido um suposto ecletismo como seu principal defeito<sup>355</sup>, creio que o problema é muito mais profundo e passo a explorar essa minha crença a partir daqui.

Vou começar pela noção de terminologia.

O dicionário *Houaiss* traz três significados para o termo:

1. conjunto de termos específicos ou sistema de palavras us. numa disciplina particular (p.ex., a terminologia da botânica, da marinharia, da matemática); nomenclatura.
2. uso de palavras peculiares a um escritor, a uma região etc. (a t. de Guimarães Rosa).
3. estudo que tem por objeto a identificação e delimitação de conceitos próprios de uma arte, ciência, profissão etc., e a designação de cada um deles por um determinado vocábulo. (TERMINOLOGIA, 2011)

Se assumirmos as acepções do *Houaiss*, cabe perguntar: em qual deles se situa a NGB? Certamente, não na acepção 2, e não vou nem comentar esse caso.

Também não me parece corresponder à acepção 3: a NGB, em nenhum momento se ocupou da *identificação dos conceitos próprios da gramática* (o que levaria à nomeação, por termos, desses conceitos), já que essa tarefa exigiria a delimitação de uma teoria gramatical “padrão”, com seus conceitos identificados e delimitados e, apenas posteriormente, a associação de termos a esses conceitos. Um bom exemplo do que corresponderia à acepção 3 foi a mudança do estatuto de Plutão na ordem dos corpos celestes pela União Astronômica

354 Que vem mais bem detalhado e explicado em Henriques (2009, p. 29-39).

355 Cândido Jucá (filho), por exemplo, revela-se inconformado pelo fato de que as decisões da comissão eram tomadas, democraticamente, pela maioria de votos: se, por um lado, “essa foi, na aparência, uma decisão sábia”, por outro lado, “a eventualidade caprichosa dos votos” impediu “qualquer espírito de unidade” (JUCÁ, 1958 *apud* HENRIQUES, 2009, p. 41-42).

Internacional: a UAI estabeleceu os requisitos que um corpo celeste qualquer tem que preencher para ser identificado como planeta (estabeleceu o *conceito* de planeta). Plutão, que era um planeta, como Marte e Saturno, por exemplo, por não satisfazer os requisitos, desde 2006 passou a ser encaixado em nova categoria: a de planeta-anão. O interessante neste caso, é que primeiro o conceito de planeta foi definido e, depois, Plutão teve seu estatuto alterado (com a atribuição de um novo termo classificatório a ele, correspondendo a um novo conceito). No caso da NGB, a comissão, aparentemente, partiu de *termos* e não de *conceitos* e – também aparentemente – foi cortando e simplificando os termos que, na opinião da maioria de seus membros, por meio de votações, parecessem corresponder a um mesmo conceito. Certamente, um estudo da dimensão do previsto na acepção 3 não poderia ser feito em apenas três ou quatro meses, que foi o tempo que decorreu entre a nomeação da comissão e a entrega do Anteprojecto.

A NGB também não parece ser um conjunto de termos específicos *usados* nas gramáticas – o que a situaria na acepção 1. A NGB, na verdade, é o conjunto de termos que, na opinião da comissão, numa posição claramente normativa, *deveriam ser usados* nas gramáticas.

Essa posição normativa não é, necessariamente, um problema – muitas áreas da ciência a assumem. Talvez um caso claro disso esteja na alteração em 1998 dos nomes de algumas partes do corpo humano: o que conhecíamos por *rótula*, passou a se chamar *patela*; a *trompa de Eustáquio* passou a ser *tuba auditiva*; o *pomo de adão* passou a ser *proeminência laríngea*; o *aparelho digestivo* passou a ser *sistema digestório*; e assim por diante. Ao contrário do que aconteceu com os corpos celestes, não houve aqui o estabelecimento de novos conceitos<sup>356</sup>, mas apenas uma substituição de termos (promovida pela Federação Internacional de Associações de Anatomistas). No entanto, os anatomistas justificam, caso a caso, a mudança dos termos: o termo *rótula* significa “rodinha” em latim e *patela* descreve melhor esse osso, que parece mais um disco chato<sup>357</sup>; o termo *trompa de Eustáquio* trazia o nome do anatomista que primeiro a identificou e todos os nomes de pessoas foram retirados da nova nomenclatura; o termo *pomo de adão* foi substituído porque possuía conteúdo

356 Com exceção do caso de *aparelho digestivo*, em que há uma alteração do conceito de *aparelho*.

357 *Patela* provém da palavra latina *patēlla*, que designava “um prato pequeno usado nos sacrifícios” (PATELA, 2001).

religioso; e o *aparelho digestivo* se tornou sistema digestório porque o termo *sistema* passou a ser entendido como um conjunto de órgãos e o termo *aparelho* passou a ser usado para conjuntos de sistemas. E o sistema passou a ser *digestório* para estabelecer similaridade terminológica (com base na morfologia dos termos) com outros sistemas, como o circulatório e o respiratório. No caso da NGB, não houve apenas uma substituição de termos para conceitos ou objetos bem estabelecidos (os termos foram alterados, mas a ontologia subjacente se manteve); houve eliminação de termos (aparentemente, sem que se pensasse que essa eliminação poderia eliminar também o conceito correspondente) e houve a escolha de um termo (arbitrária? Por votação?) dentre termos só parcialmente correferenciais.

Enfim, ou o dicionário perdeu uma quarta acepção possível, ou a NGB não corresponde ao que o *Houaiss* define como *terminologia*.

O erro fundamental das autoridades educacionais e dos membros da comissão que estabeleceu a NGB é o de não ter compreendido que uma terminologia não existe abstratamente, mas é sempre resultado de uma perspectiva teórica particular sobre o objeto. E sempre traz consigo uma *ontologia*.

Creio que é mais fácil explicar isso em alguma outra área da ciência que não a gramática.

Todos sabemos do problema que é definir os limites das classes denotadas por algumas palavras de uso corrente, cotidiano. Tomemos a palavra *verdura*, por exemplo. Que coisas estão contidas na denotação do termo *verdura* em seu uso cotidiano? Se perguntarmos às pessoas em geral, vamos encontrar folhas (alface, repolho, couve), frutos (tomate, berinjela), raízes (cenoura) etc. Ora, para muita gente existem aí “erros classificatórios”: todos sabem, por exemplo, que os tomates são “frutas” e as cenouras são raízes. Mas todos sabem também que os tomates e as cenouras são vendidos nas barracas de verduras na feira (e não nas barracas de frutas), que não há barracas de raízes na feira e que as pessoas que vendem tomates e cenouras são *verdureiros*.

Enfim, simplificando a questão, podemos estabelecer a existência de dois tipos distintos de “terminologias”: as terminologias de uso cotidiano e as terminologias científicas.

As terminologias de uso cotidiano surgem das experiências que as pessoas têm com as coisas do mundo, possuem termos pouco precisos, vagos,

operam com semelhanças de família<sup>358</sup>, e as classes nomeadas constituem, geralmente, um tipo especial de classe que recebe o nome de *classe prototípica* (ou *conjunto prototípico*).

Num conjunto prototípico, nem todos os elementos têm o mesmo estatuto: existem alguns elementos mais centrais, mais *típicos* da classe, e uma franja de termos mais ou menos marginais, e nunca podemos saber exatamente quais são esses elementos, já que eles não precisam ser exatamente os mesmos para todas as pessoas, em todos os lugares ou em todos os tempos. São conjuntos relativamente vagos.

Ao contrário dos cidadãos comuns, no entanto, os cientistas criam *termos técnicos* que estabelecem conjuntos bem definidos e, portanto, não prototípicos. Os cientistas não podem se satisfazer com os termos de uso cotidiano. Sua atividade exige termos precisos, bem delimitados, e a inclusão ou não de determinada coisa na classe nomeada por algum termo não pode, idealmente, ser indeterminada (geralmente é feita a partir de propriedades necessárias e suficientes).

Os botânicos (quando fazem botânica e não quando vão à feira), por exemplo, usam termos precisos – não prototípicos – em lugar dos termos da vida cotidiana.

Nenhum botânico, por exemplo, usa o termo *fruta*. As “coisas” que chamamos frutas são designadas pelos botânicos como *frutos* (a maçã é um fruto), *infrutescências* (o morango e o abacaxi são infrutescências), *flores* (o figo é uma flor), *pedicelos tuberizados* (o caju é um pedicelo tuberizado; a castanha do caju é um fruto).

Ou seja, a inclusão ou não de uma determinada entidade do mundo na extensão de um determinado termo científico depende de propriedades específicas, bem determinadas, que são resultado de uma visada teórica sobre o objeto. Ser *fruto*, como a castanha de caju, ser *flor*, como o figo, ser *folha*, como a alface, não depende do uso que fazemos do objeto em nossa vida cotidiana, mas de sua função, de seu papel, na anatomia e na fisiologia, no funcionamento, enfim, de um ser complexo: o *vegetal* (as partes que com-

358 O termo *semelhança de família* (*Familienähnlichkeit*) foi proposto por Ludwig Wittgenstein em suas *Investigações filosóficas* (WITTGENSTEIN, 1953 /1975) para indicar a ideia de que os elementos de um conjunto (não formal) são conectados por uma série de similaridades que se intersecam sem que haja alguma similaridade comum a todos eles (não há propriedades necessárias).

põem os vegetais são: raiz, caule, folhas, flores e frutos, podendo haver ainda subclassificações).

Os botânicos estabelecem, primeiro, um modelo do organismo complexo, determinam suas partes (anatômicas) e, depois, dão nomes a essas partes, sempre a partir de características anatômicas ou do papel que exercem na fisiologia do ser complexo. Assim, ser *flor* ou ser *fruto*, por exemplo, depende do papel que a entidade exerce no sistema reprodutivo da planta. Os botânicos criaram uma terminologia a partir de uma *ontologia*, que é inseparável de uma teoria anatômico-fisiológica dos vegetais.

Não custa destacar que vivemos cercados de terminologias distintas e que, eventualmente, podemos confundi-las. O exemplo clássico é o do funcionário da livraria que colocou o livro *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, na estante de botânica. O fato é que, idealmente, usamos termos do uso cotidiano em nossas atividades do dia a dia e usamos os termos da terminologia científica quando fazemos ciência.

Se antes da NGB existia o “caos terminológico”, como dizem alguns, é porque provavelmente existiam posturas teóricas conflitantes e concorrentes<sup>359</sup>. A unificação terminológica acabou por ser, também, uma unificação teórica (pelo menos uma tentativa nessa direção).

É fácil ver isso já no anteprojeto.

O anteprojeto inicia estabelecendo que há apenas dois tipos de gramática: a *gramática normativa* e a *gramática histórica*. É interessante que apenas esses dois tipos tenham seus nomes registrados na terminologia: uma gramática com finalidades essencialmente didáticas (herdeira das *artes* latinas, que se propunham a ensinar a falar e escrever corretamente a língua) e uma gramática com finalidades essencialmente científicas, saída diretamente do historicismo oitocentista e, portanto, com uma noção de “ciência da linguagem” típica do século XIX.

359 Para não ser injusto, preciso reconhecer que havia, certamente, termos distintos para noções absolutamente idênticas (para entidades ontológicas idênticas) ou termos ambíguos, que designavam mais de uma entidade, e que uma padronização terminológica podia ser interessante nesses casos. É só pensar em termos usados por apenas um ou dois gramáticos, como *taxeonomia*, *kampenomia* e *etymologia*, usados por Julio Ribeiro (1881), para designar respectivamente, a classificação das palavras, os paradigmas flexionais e os processos derivacionais. Como *taxeonomia* e *classificação das palavras* são claramente sinônimos neste fim de século XIX, a navalha de Occam recomendaria que um deles fosse eliminado.

Provavelmente a comissão nem chegou a pensar numa gramática sincrônica, descritiva, sem fins prescritivos (que poderia ser chamada de gramática descritiva, expositiva, prática ou algo semelhante). Se pensou, os termos não foram acolhidos na terminologia. Certamente, gramáticas *racionais* ou *filosóficas* ficaram fora de qualquer cogitação.

A escolha teórica da comissão é evidente: o anteprojeto de nomenclatura atende prioritariamente à terminologia usada pelas gramáticas do período científico (à terminologia usada pelos gramáticos que compunham a comissão).

O anteprojeto vai adiante, estabelecendo que a gramática se divide em três partes: fonética, morfologia e sintaxe. Cada uma dessas partes merece, no anteprojeto, um desdobramento conceitual e terminológico. Vejamos.

A fonética se ocupa do material sonoro da linguagem.

Estuda:

- a) a classificação dos fonemas
- b) a reta acentuação dos vocábulos (*prosódia*);
- c) a exata pronúncia de seus sons (*ortoepia*);
- d) a maneira de representá-los na escrita (*ortografia*);
- e) a entoação;
- f) o ritmo.

(ANTEPROJETO *apud* HENRIQUES, 2009, p. 133)

Ora, estamos em 1957 e a confusão entre *som* e *fonema* não é mais admissível, embora seja possível encontrá-la em gramáticos do século XIX<sup>360</sup>.

Do mesmo modo, a representação escrita (de *sons* ou de *fonemas*?) ou *ortografia* fica deslocada numa parte da gramática chamada de *fonética* (e que se ocupa do material *sonoro* da língua). Aliás, a confusão entre escrita e fala aparece em mais de um lugar. Vejamos um só deles: ao distinguir *grupos consonantais de dígrafos*, o anteprojeto diz que grupo consonantal “*é o encontro de duas consoantes na mesma sílaba*” e dá como exemplo o *br* da palavra *brasa*, entre outros; e diz que dígrafo são “*reuniões de duas letras, com as quais se representam determinados fonemas, para alguns dos quais há carência de símbolos no alfabeto*”. O anteprojeto esquece casos como o de *x*, em palavras como *fixo*,

360 Nas gramáticas do século XIX, antes do termo *fonema* passar a designar uma abstração (uma *imagem acústica*, segundo Saussure, 1916/1970), encontramos conceituações como a seguinte, de Maximino Maciel (1918, p. 6): “Phonema é qualquer som laryngeo constitutivo do vocabulo e produzido pela acção physiologica das cordas gloticas ou vocaes”.



*nexo*, em que temos um único sinal gráfico representando um grupo consonantal. Pela nomenclatura proposta, não temos como nomear este caso, que é um encontro consonantal na fala, mas não na escrita (e referências a esse caso têm aparição quase nula nas gramáticas que seguem a NGB). Parece claro, então, que a ótica da comissão se guiava a partir da escrita e que essas questões envolvendo dígrafos e grupos consonantais eram mais questões de ortografia do que de fonética (embora estivessem enquadradas na parte do anteprojeto que tratava dos sons da língua)<sup>361</sup>.

Na parte destinada à morfologia, o anteprojeto começa pela listagem dos assuntos por ela tratados: a *classificação das palavras*, suas *flexões* e suas *estruturas e formação*.

Na classificação, encontramos as palavras agrupadas em dez classes: substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção, interjeição.

Ora, por que dez?

Segundo Cavaliere (2000, p. 254), no período científico

Encontra-se citação expressa de 11 classes gramaticais nos estudos morfológicos, sobretudo nas gramáticas de língua vernácula: *adjetivo, advérbio, artigo, conjunção, interjeição, numeral, particípio, preposição, pronome, substantivo, verbo*. Dentre elas podemos discriminar as que gozam de aceitabilidade em todas as descrições taxonômicas propostas, as quais denominaríamos de *classes consensuais*, e as que não gozam dessa aceitabilidade em todas as propostas, aqui denominadas *classes contingentes*. As consensuais são sete: *substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, pronome, preposição e conjunção*; quatro são as contingentes: *artigo, interjeição, numeral e particípio*.

Ou seja, o número das classes de palavras reconhecidas pelos gramáticos variava bastante. Todos admitiam sete (as consensuais). Julio Ribeiro (1881) admitia as sete consensuais e mais o artigo; Alfredo Gomes (1887/1924) admitia dez classes de palavras: além das sete consensuais, inclui o artigo, o particí-

361 Eu gostaria de saber qual o falante de português, diante de uma palavra como *brasa* ou *dragão*, não seria capaz de perceber que temos, no início das palavras, dois grafemas representando dois fonemas. Os casos de *lh*, *nh*, *rr* etc. – os dígrafos – são obviamente uma questão exclusivamente de ortografia e nada têm a ver com fonética. O caso do *x*, em *fixo*, é obviamente um caso de grupo consonantal, mas o fato de só haver, na escrita, uma única “consoante” e como nunca é clara a distinção entre fala e escrita, ele simplesmente é ignorado.

pio e a interjeição; Maximino Maciel (1918) admite apenas as sete consensuais; Eduardo Carlos Pereira (1907) admite oito classes: além das sete consensuais, a interjeição; Manoel Said Ali, em sua *Gramática secundária* (1923)<sup>362</sup> admite dez classes: além das sete consensuais, inclui artigo, numeral e interjeição; e assim por diante.

Enfim, a comissão optou pela lista de dez classes: *substantivo, artigo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*. Parece claro que a decisão não foi meramente terminológica, mas teórica. A opção por essas dez classes de palavras (reiterada na redação final da NGB) que formatou uma “lista-padrão”, tratada daí para a frente como a única classificação das palavras admitida no ensino (e nas gramáticas escolares, dicionários etc.), parece ter sido obtida a partir de algum posicionamento teórico não declarado.

Não se pode dizer que a lista das dez classes proposta fosse uma unanimidade entre os gramáticos do período. Em 1956 – portanto, praticamente em simultâneo com os trabalhos da comissão –, Francisco da Silveira Bueno (1898-1989), professor da USP, publica a 4ª edição<sup>363</sup> de sua *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*, onde se lê, à página 113, que as palavras, ou partes do discurso, dividem-se em: *nome*<sup>364</sup>, *pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção e interjeição*. A classificação das palavras de Silveira Bueno mostra que a lista de dez classes não era usada – pelo menos, não por todos os gramáticos – em São Paulo e mostra também que as sete classes *consensuais* de que nos fala Cavaliere não eram tão consensuais assim.

No interior das classes de palavras, a situação não é diferente. Vejamos uma delas – a classe dos *pronomes*.

Começemos com o que se encontra no anteprojeto:

Pronome

Divisão dos pronomes:

*peçoais (formas retas, oblíquas, reflexivas; pronomes de tratamento), possessivos, demonstrativos, indefinidos, relativos*

362 Embora não conste a data de publicação na 1ª edição, a publicação é de 1923.

363 A 1ª edição é de 1944 e foi publicada pela Editora Acadêmica (São Paulo). Não tive acesso a esta primeira edição.

364 Silveira Bueno admite duas subclasses para os nomes: nomes substantivos e nomes adjetivos.

Notas:

1) Os pronomes, vazios de conteúdo semântico, têm uma significação essencialmente ocasional, contida na sua própria expressão linguística, senão que fora dela, e determinada pelo conjunto da *situação*: *eu*, situação da pessoa que fala; *meu*, situação daquilo que pertence à pessoa que fala; *este*, situação de proximidade em relação à pessoa que fala; os *indefinidos* se aplicam sistematicamente à terceira pessoa do discurso, quando esta tem sentido vago e indeterminado; e, finalmente, os *relativos* reproduzem, numa oração, o sentido de um termo ou da totalidade de uma oração anterior, representando, em cada caso, a significação do seu antecedente.

A melhor doutrina é a que inclui os possessivos, demonstrativos, indefinidos e relativos numa classe única de PRONOMES.

2) Os pronomes indefinidos *quem*, *que*, *qual*, *quanto* – exatamente como os advérbios *onde* (de lugar), *quando* (de tempo), *como* (de modo) e *por que* (de causa) – podem figurar em orações interrogativas diretas, ou indiretas:

– Quem os acompanhará?

– Quantos ficarão?

– Como vais de saúde?

– Por que não estudaste a lição?

– Quero saber {*quem* os acompanhará./ *quantos* ficarão./ *como* vais de saúde./ *por que* não estudaste a lição.}

Não há razão para se chamar *interrogativos* a tais pronomes e advérbios. Com efeito, as orações em que eles aparecem é que são interrogativas, e somente a tais orações é que se ajusta essa designação.

3) Os pronomes ou se empregam isoladamente, fazendo as vezes de um substantivo; ou se juntam a um nome, como os adjetivos.

No primeiro caso, chamam-se *pronomes absolutos*; no segundo, pronomes *adjuntos*.

(ANTEPROJETO *apud* HENRIQUES, 2009, p. 139-140)

Aparentemente, a comissão usou as noções de dêixis e de anáfora como critério para o agrupamento de palavras na classe dos pronomes. Usou imperfeitamente, no entanto, já que deixou de incluir entre os pronomes palavras como *onde*, *quando*, *hoje* etc., que obviamente são dêiticos. Ecos de outras classificações deveriam estar agindo.

Uma evidência de que, mais do que o estabelecimento de uma terminologia, o objetivo da comissão – em alguns momentos, ao menos – era definir uma teoria gramatical está na afirmação final da nota 1 (“A melhor doutrina

é a que inclui os possessivos, demonstrativos, indefinidos e relativos numa classe única de PRONOMES”).

A nota 2, por sua vez, revela clareza por parte dos membros da comissão: tenta-se evitar uma confusão entre os dois níveis de análise – o morfológico e o sintático.

Já a nota 3 retoma distinção antiga (entre pronomes substantivos e adjetivos) e acrescenta dois novos termos para designá-la: pronomes *absolutos* e pronomes *adjuntos*<sup>365</sup>. Vale a pena destacar o uso do termo *nome* nesta nota 3 (no lugar de *substantivo*): *nome* não é um termo que conste da terminologia apresentada no anteprojeto (nem na NGB). Teríamos, então, que concluir que *nome* está aí como uma palavra que não pertence ao vocabulário técnico (à terminologia). Como esta palavra consta da terminologia gramatical desde a Antiguidade clássica (como tradução de *ónoma*, do grego, ou de *nōmem*, do latim), seu uso pela comissão é um sério deslize. O uso corrente – até os nossos dias – das expressões *nome próprio* e *nome comum*, *nome concreto* e *nome abstrato*, além da distinção clássica entre *nome substantivo* e *nome adjetivo* (fonte de longuíssimas discussões, desde a Idade Média até, pelo menos, o século XIX) e sua substituição sistemática pelos termos *substantivo* e *adjetivo*, tanto no anteprojeto como na NGB, deveriam ser razão suficiente para que o termo fosse evitado e substituído por um termo técnico (claro e autorizado pela nomenclatura proposta): no caso, obviamente, pelo termo *substantivo*.

A redação final, divulgada no Diário Oficial (em 11 de maio de 1959) – que constitui, na verdade, a NGB – traz o seguinte:

Pronome

1. Classificação do pronome:

    pessoal {reto/ oblíquo (reflexivo, não reflexivo)/ de tratamento}

    possessivo

    demonstrativo

    indefinido

    interrogativo

    relativo.

365 Novamente, como no caso da nota 2 do anteprojeto, para evitar confusão entre os níveis morfológico e sintático. É a função sintática do pronome que decide se ele é absoluto ou adjunto.

2. Flexão do pronome:

- a) gênero: masculino, feminino;
- b) número: singular, plural;
- c) pessoa: primeira, segunda, terceira.

3) Locução pronominal

Nota: os que fazem as vezes de substantivos chamam-se pronomes substantivos; os que acompanham o substantivo, pronomes adjetivos.

(NGB *apud* HENRIQUES, 2009, p. 159-160)

Liberada de toda reflexão e fundamentação teórica presente no anteprojeto, assim como da exemplificação, a NGB ficou, como queria o ministro, apenas uma lista de termos (e os dois novos termos – pronomes absolutos e pronomes adjuntos – desaparecem, em favor dos termos “clássicos” pronomes substantivos e pronomes adjetivos).

Quanto à terceira parte – a da sintaxe –, o anteprojeto dizia:

Estuda a sintaxe:

- a) a estrutura da oração e do período;
- b) o valor funcional das palavras como partes da oração;
- c) as relações de dependência das palavras e orações, e a colocação de umas e outras.

Divisão da sintaxe:

- a) *concordância (nominal, verbal)*;
- b) *regência*;
- c) *construção (ordem direta, ordem inversa)*.

Nota: No estudo da colocação das formas oblíquas átonas dos pronomes pessoais, será proscrita a denominação mesóclise. Tais formas se antepõem ao verbo (próclise), ou se lhes pospõem (ênclise); no futuro do presente e no futuro do passado (amar-te-ei, amar-te-ia), o pronome vem, com efeito, enclítico ao infinitivo, segundo nos ensina a história da língua.

(ANTEPROJETO *apud* HENRIQUES, 2009, p. 147)

Para comparação, a NGB traz somente o seguinte:

SINTAXE

A. Divisão da sintaxe:

- a) de concordância (nominal e verbal)
- b) de regência
- c) de colocação

Nota: Na colocação dos pronomes oblíquos, adotem-se as denominações de próclise, mesóclise e ênclise.  
(NGB *apud* HENRIQUES, 2009, p. 162)

No melhor espírito da ingerência do ministro Clóvis Salgado, atendida prontamente pelo redator Antônio José Chediak, retirou-se a parte referente ao objeto de estudo da sintaxe e a referência à história da língua portuguesa. Ao mesmo tempo, o termo *mesóclise*, explicitamente “proscrito” no anteprojeto, volta a aparecer (provavelmente, Chediak teria “votado” contra a exclusão do termo, se participasse da comissão que elaborou o anteprojeto).

Vou parar por aqui essa exposição dos bastidores da elaboração da NGB. Haveria muito mais o que dizer, mas creio que isso é suficiente para que se percebam duas coisas: i) que a NGB não foi o resultado (ao menos, completamente) de um estudo sério dos conceitos gramaticais, seguido do estabelecimento de uma terminologia adequada para eles; e ii) que foi produzida, em sua versão final, por uma única pessoa, que se sentiu à vontade para alterar decisões da comissão<sup>366</sup>.

O erro fundamental das autoridades educacionais, dos membros da comissão que escreveu o anteprojeto e do redator final da NGB é o de não terem compreendido – como já disse acima e repito aqui – que uma terminologia não existe abstratamente, mas sempre é resultado de uma perspectiva teórica particular sobre o objeto e reflete um conjunto de opções ontológicas. Em parte, a comissão, no anteprojeto, buscou estabelecer algumas linhas teóricas que delineassem a teoria que daria sustentação à terminologia proposta – tarefa certamente superior às forças de uma comissão com prazos limitados e com cerceamentos exteriores extremamente poderosos. A NGB, em sua versão final, ignora o esforço da comissão em primeiro uniformizar a teoria (estabelecer os conceitos)<sup>367</sup> para daí retirar a nomenclatura. E acaba sendo apenas uma lista de termos. E uma lista de termos não garante a uniformidade dos conceitos.

366 Embora acompanhe as decisões da comissão no geral. Não sabemos também o tipo de pressão que pode ter levado o professor Chediak a alterar (e às vezes contrariar) o anteprojeto.

367 Na verdade, a comissão foi errática e extremamente pontual na fundamentação da teoria de sustentação da terminologia proposta. Apesar disso, o esforço aplicado a esse delineamento da fundamentação teórica não deve ser desprezado, mas enaltecido.

Podemos ver isso se pensarmos, por exemplo, no termo *pronome*. O termo, que consta da NGB, denota uma classe de palavras, e as gramáticas devem apresentar algumas informações sobre essas palavras<sup>368</sup>.

Porém, como já vimos antes, a classe abrangida pelo termo *pronome* não é a mesma para todos os gramáticos: para Ernesto Carneiro Ribeiro (1881, p. 172-175), os pronomes “são palavras que indicão seres determinados designando-os pela ideia de sua pessoa” e “só merecem o nome de pronomes os que os grammaticos denominão pessoaes, a que chamaremos simplesmente pronomes”; para Celso Cunha e Lindley Cintra (1985, p. 268-269), “os pronomes desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais. Servem, pois: a) para representar um substantivo [...] b) para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado” e “há seis espécies de pronomes: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos”. As palavras abrangidas pelas duas noções de pronome são claramente distintas. Da mesma forma, também os conceitos associados ao termo *pronome* são claramente distintos nas duas gramáticas: para Carneiro Ribeiro os pronomes são designadores de pessoas do discurso enquanto para Cunha e Cintra são substitutos de elementos nominais (conceito explicitamente rejeitado por Carneiro Ribeiro).

Por outro lado, se olharmos o conceito de pronome de Carneiro Ribeiro e o conceito de pronome de Celso Cunha e Lindley Cintra à luz da NGB, veremos que Carneiro Ribeiro “desobedece”<sup>369</sup> à nomenclatura unificada. Cunha e Cintra, por sua vez, estão adequados à NGB. Apesar disso, o termo é usado nas duas gramáticas. Ou seja, a *unificação terminológica, em si, sem a unificação ontológica, não significa nada*.

Numa lista de termos, ou se está supondo uma teoria (uma ontologia) em que os termos fazem sentido, ou os termos, desligados dos conceitos, ficam vazios semanticamente e podem ser preenchidos de maneiras alternativas, “ao gosto do freguês”. Dessa forma, a tentativa de uniformizar a terminologia gramatical fracassa redondamente: cada gramático ficou livre para apresentar

368 Sobre os pronomes, é interessante ver o que diz Célia Regina Lopes (2009). Nesse texto – que se restringe aos pronomes pessoais – encontra-se uma boa discussão sobre o conjunto de palavras que estão no conjunto abrangido pelo termo em nossas gramáticas (em contraponto com as que deveriam estar).

369 Obviamente, Carneiro Ribeiro escreve suas gramáticas em tempos anteriores à NGB e, portanto, como nunca teve acesso a ela, não poderia obedecê-la.

sua teoria como vinha fazendo antes, desde que usasse os *termos* (e não necessariamente os *conceitos*) preconizados pela NGB. E a uniformização da teoria gramatical – que suspeito ser a real intenção por trás da iniciativa do ministério – não é obtida.

Por outro lado, se a NGB conseguisse, de fato, unificar a teoria gramatical que se deveria usar nas escolas e nos materiais didáticos, estaríamos diante de um crime intelectual: a impossibilidade de apresentar os desenvolvimentos dos estudos linguísticos nas escolas (ou ter que apresentá-los sempre em contraponto com a teoria “oficial”). Seria como ter que apresentar Darwin, na biologia, sempre acompanhado do criacionismo (como é do desejo de muitos). A possibilidade de que os estudos gramaticais pudessem servir como iniciação científica para os estudantes brasileiros – a única razão para que se estude gramática na escola, penso eu – estaria provavelmente perdida.

Apesar de a NGB não ter caráter mandatório (é apenas uma “recomendação” para as escolas fundamentais e médias)<sup>370</sup>, as escolas passaram a adotar exclusivamente gramáticas que seguiam suas determinações (e as editoras, com razão, não se interessaram mais em publicar gramáticas que assumiam outras terminologias – e outras teorias). Como ninguém escreve gramáticas para não as ver publicadas e utilizadas nas escolas, todas as gramáticas passaram a ser iguais.

Outra consequência da NGB é a dificuldade de se encontrarem nas bibliotecas (inclusive nas bibliotecas universitárias) edições de gramáticas nos 20 ou 30 anos que antecederam sua publicação e que tiveram reedições “adaptadas” a ela<sup>371</sup>. As bibliotecas, aparentemente, descartaram as edições mais antigas e simplesmente as substituíram no acervo pelas novas edições.

## Gramáticas do período linguístico

Segundo Cavaliere (2001, p. 61-62),

O ato de política educacional que maior repercussão provocou nos rumos dos estudos linguísticos no Brasil certamente está na orga-

370 A portaria do MEC que institui a NGB não impede que os gramáticos escrevam manuais escolares que sigam outras teorias e que tenham outras nomenclaturas, mas “recomenda” às escolas que os ignorem.

371 E isso é uma reclamação claramente pessoal, já que vivi a dificuldade de encontrar gramáticas dos anos 1940 e 1950 sem “adaptações” à NGB.



nização do curso de Letras da UDF, no final dos anos 1930, em cujo curriculum básico decidiu-se incluir a disciplina Linguística Geral<sup>372</sup>.

O primeiro docente da disciplina foi José Oiticica (José Rodrigues Leite e Oiticica – 1882-1957), sendo substituído, em 1938, por Joaquim Mattoso Câmara Júnior (1904-1970).

Oiticica tinha a formação “clássica” de filólogo e – suponho – suas aulas adotavam uma noção de “linguística geral” afinada com o programa histórico-comparativo. A demissão de Oiticica – suponho novamente – deveu-se à sua ligação ao movimento anarquista e à sua intensa atividade política, qualidades obviamente indesejadas pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, que vigorou de novembro de 1937 até o início de 1946, e, portanto, nada deve ter tido a ver com seu desempenho como docente ou com sua orientação em matéria gramatical.

Mattoso Câmara, por sua vez, era formado em arquitetura (1927) e em direito (1932), mas desde 1928 dedicava-se ao magistério da língua portuguesa e do latim. Sua formação acadêmica não era muito diferente da de Oiticica, embora sempre tenha demonstrado interesse pelas ideias estruturalistas que começavam a circular<sup>373</sup>.

As aulas de Mattoso Câmara foram transformadas em textos, publicados na forma de fascículos, na *Revista de Cultura*, nos anos 1939 e 1940. Reunidas em um só volume, Mattoso Câmara as publica, em 1941, com o título de *Princípios de linguística geral como fundamento para os estudos superiores da língua portuguesa*. Embora não se perceba claramente uma orientação estruturalista nesta primeira edição do livro, ele já era bastante inovador e não ficava preso à tradição historicista dominante no início do século XX: em

372 UDF = Universidade do Distrito Federal. O DF era, à época, a cidade do Rio de Janeiro. A UDF existiu entre 1935 e 1939, quando foi extinta. Nos anos 1950, criou-se uma nova universidade com o nome de UDF, que, com a mudança da capital para Brasília em 1960, passou a se chamar Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

373 Segundo Carlos Eduardo Falcão Uchôa (1975), em texto incluído nos *Dispersos*, em 1937 Mattoso Câmara frequentou um curso de filologia latina e neolatina ministrado pelo filólogo francês George Milliardet e, em 1938, traduziu para o português o livro *Language*, de Edward Sapir (só publicado em 1954, com o título *A linguagem. Introdução ao estudo da fala*). Uchôa (1975, p. vii -viii) fala ainda que Mattoso Câmara, “[e]m 1943, graças a uma bolsa de estudos concedida pela Fundação Rockefeller, participou de vários cursos de especialização em linguística nos Estados Unidos da América do Norte, como os de fundamentos da linguagem e línguas da África, tendo então sido aluno de renomados linguistas: Louis Gray e Roman Jakobson, entre outros”. Como diz Altman (1998, p. 106): “Mattoso era, ainda, um homem da transição”.

suas sucessivas reedições, sempre refundidas, a obra foi se tornando cada vez mais estruturalista. Eugênio Coseriu (*apud* Uchôa, 1975, p. xi), falando da segunda edição, de 1954, elogia o “*inteligente balanço entre a linguística tradicional e a estrutural*”.

A UDF, instituição inovadora, criada por Anísio Teixeira, foi fechada em 1939 pelo Estado Novo de Getúlio Vargas, e seu corpo docente foi incorporado à recém-criada Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil – que não manteve a disciplina de linguística geral, nem Mattoso Câmara no corpo docente<sup>374</sup>.

O desprezo pela linguística estrutural nas universidades brasileiras à época pode bem ser exemplificado pela marginalização de Mattoso Câmara no ambiente universitário. Segundo Altman (1998, p. 103), Mattoso Câmara, não incluído entre os docentes da Faculdade de Filosofia, afastou-se do ensino superior e, também, “de qualquer possibilidade de ascensão na carreira acadêmica”.

Cristina Altman (1998, p. 106) trata o período como de “embate entre Filologia e Linguística nas recém-criadas Faculdades de Filosofia”. Os gramáticos se perfilavam ao lado dos “filólogos” (embora boa parte deles não fizesse verdadeiramente filologia, a incorporação dos métodos e dos resultados do comparativismo nas gramáticas – herança do período científico – tornava meio automática a decisão sobre o lado a ser tomado) e, conseqüentemente, se opunham a toda e qualquer forma de tratamento da linguagem que assumisse o rótulo de “linguística”.

Apesar de toda a reação de filólogos e gramáticos, nos anos 1960 e 1970 o estruturalismo – particularmente o estruturalismo americano – conseguiu criar seu espaço nas universidades.

Talvez seja relevante aqui uma pequena incursão no quadro histórico envolvido nesta introdução do estruturalismo na universidade brasileira<sup>375</sup>.

Em dezembro de 1962, por sugestão de Darcy Ribeiro, então ministro da Educação, o Conselho Federal de Educação estabeleceu que toda escola

374 Altman (1998, p. 103) cita um depoimento anônimo que diz: “A Universidade do Distrito Federal teve vida muito curta. Foi fechada com tropas na frente. Era considerada subversiva, renovadora. O então Ministro da Educação – Gustavo Capanema – transferiu o acervo da UDF para a Faculdade Nacional de Filosofia, que deveria ser o padrão de todas as outras. Era a mentalidade centralizadora do Estado Novo. Todas as Universidades passaram a ser ‘nacionais’. O que quer que se tentasse criar, tinha que obedecer o padrão”.

375 Devo boa parte das informações que apresento ao professor Aryon D. Rodrigues (comunicação pessoal).

superior de letras deveria incluir obrigatoriamente o ensino de linguística nos seus currículos.

Darcy Ribeiro (1922-1997) tinha formação em antropologia, feita em universidades norte-americanas, e o fato de que em praticamente todas essas universidades havia um departamento de linguística, levou-o a incluir um departamento dedicado aos estudos linguísticos na Universidade de Brasília, de que foi fundador<sup>376</sup>. Como antropólogo, seus interesses maiores estavam voltados para o estudo das culturas indígenas, e, obviamente, seu objetivo era qualificar pessoas para o estudo de suas línguas. Isso fica claro no fato de ter convidado o linguista curitibano Aryon Dall'Igna Rodrigues (1925-2014) – já então o principal especialista em línguas indígenas no Brasil – para criar o departamento de linguística na recém-criada Universidade de Brasília (UnB).

Poucas escolas de letras tinham (ou tinham tido), à época, a linguística como disciplina<sup>377</sup> e, de forma geral, havia poucos docentes qualificados a ministrar essa nova disciplina<sup>378</sup>.

No início dos anos 60 do século XX, em muito poucos lugares fazia-se, paralelamente aos estudos de gramática, uma linguística que se assemelhasse minimamente à linguística europeia ou norte-americana. A disciplina “linguística” estava ausente na imensa maioria dos cursos de letras do Brasil e docentes capazes de conduzir a disciplina eram extremamente escassos. Havia estudos que poderiam se chamar de “linguística”: no Rio de Janeiro, a partir do trabalho de Joaquim Mattoso Câmara Júnior; em São Paulo, graças ao trabalho de Henrique Teodoro Maurer Jr.; na Bahia, com Nelson Rossi; no Paraná, a partir do trabalho de Rosário Farâni Mansur Guérios e de Aryon Rodrigues; e, talvez, em mais um ou dois lugares.

376 Darcy Ribeiro foi idealizador, criador e primeiro reitor da Universidade de Brasília.

377 Quase sempre, os cursos de linguística eram ministrados sob a capa de outras disciplinas. Isso ocorreu na Universidade do Paraná, em que Mansur Guérios e Aryon Rodrigues ministravam cursos de linguística na disciplina de língua portuguesa, e na Universidade de São Paulo, onde Henrique Teodoro Maurer Jr. falava da linguística contemporânea na disciplina de filologia românica. Perto de sua transferência para a Universidade de Brasília, Aryon Rodrigues conseguiu criar, no currículo de letras da Universidade do Paraná, uma disciplina de linguística, que era ministrada com orientação estruturalista. Ressalte-se, também, que em 1953 um grupo de professores da Universidade do Paraná criou o Círculo de Estudos Linguísticos de Curitiba e a *Revista Letras*, que publicava regularmente artigos estruturalistas. Sobre o Círculo, ver Borges Neto (1993, p. 21-24).

378 Em Altman (1998, p. 115) encontramos depoimento anônimo em que se diz: “À primeira vista, parecia ótimo. Mas naquele tempo já havia umas noventa Faculdades de Filosofia com curso de Letras. E onde estavam os noventa professores?”.

Antes de 1962, excetuando-se o caso da UDF, a disciplina linguística só foi lecionada por Mattoso Câmara Júnior, na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, e por Aryon Dal’Igna Rodrigues, em Curitiba, na Universidade Federal do Paraná. Carlos Eduardo Falcão Uchôa (1975, p. viii) nos conta essa história da seguinte maneira:

No ensino universitário, Mattoso Câmara principiou as suas atividades, em 1938, como professor de Lingüística e de Latim na antiga Universidade do Distrito Federal. No início de 1939, é extinta a Universidade do Distrito Federal e, em seu lugar, instalou-se no mesmo ano a Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, em cujo currículo de Letras não se incluía a Lingüística. Só a partir de 1948 é que Mattoso Câmara é convidado para professor regente de Lingüística na Faculdade Nacional de Filosofia, tornando-se, então, o pioneiro do ensino regular e ininterrupto de Lingüística no Brasil, tendo já, em 1942, sido responsável por um curso de extensão universitária, sobre Lingüística Geral, nesta mesma Faculdade. Durante muitos anos, este ficou sendo o único curso de Lingüística ministrado no Brasil, pois só em dezembro de 1962 o Conselho Federal de Educação estabeleceu que toda escola superior de Letras deveria incluir obrigatoriamente o ensino de Lingüística nos seus currículos, embora já em 1960 a Universidade do Paraná tenha passado a oferecer curso de Lingüística em sua programação e, no ano letivo de 1962, a então recém-criada Universidade de Brasília tenha igualmente colocado a Lingüística na sua organização curricular.

No início dos anos 1960, então, a Universidade Federal do Paraná destacava-se no cenário nacional por formar seus estudantes em contato com algumas teorias linguísticas europeias e norte-americanas, por ter criado, já em 1953, o Círculo Linguístico de Curitiba, nos moldes do Círculo Linguístico de Nova Iorque, por manter em circulação a *Revista Letras* (criada em 1953, como porta-voz do Círculo, e existente até hoje: a revista mais antiga da área em circulação, portanto), que publicava trabalhos dos principais linguistas e gramáticos brasileiros (entre os quais Mattoso Câmara Júnior), e por contar em seu corpo docente com o professor Aryon Dal’Igna Rodrigues, o primeiro doutor em linguística do Brasil, com título obtido em curso de doutoramento regular na Alemanha. Além disso, a Universidade Federal do Paraná não vivia o “clima de guerra” entre linguistas e filólogos (e/ou gramáticos) que se via

no Rio de Janeiro e em outros lugares. O olhar de Darcy Ribeiro, na tarefa de criar um departamento de linguística na Universidade de Brasília, não podia ignorar a universidade paranaense.

Mattoso Câmara – a escolha primeira –, por razões de ordem familiar, não pôde aceitar o convite de Darcy Ribeiro que, então, encarregou Aryon Rodrigues de criar, na Universidade de Brasília, o primeiro Departamento de Linguística de uma universidade brasileira.

Para resolver o problema da falta de professores de linguística para os cursos superiores de letras, o Departamento de Linguística da Universidade de Brasília criou um curso de especialização para a formação emergencial de docentes de linguística. O curso tinha como alvo professores universitários, de todas as áreas, que tivessem interesse em tornar-se professores de linguística. Para a realização desse curso, Aryon Rodrigues convidou o Summer Institute of Linguistics (SIL) para, por meio de um convênio, auxiliar a UnB na realização da tarefa. O SIL destacou alguns professores para permanecerem na UnB por algum tempo (*ao menos um Ph.D. por semestre*, segundo Altman) dando cursos de linguística.

Os linguistas do SIL, indigenistas na quase totalidade, seguiam a metodologia do estruturalismo americano, particularmente a *tagmêmica*, de Kenneth Pike (1912-2000). Outras formas de estruturalismo sequer foram cogitadas para esse curso de formação de novos professores de linguística: esses “estruturalismos” (como a glossemática, de Hjelmslev, por exemplo) – na maioria oriundos do estruturalismo europeu de corte saussuriano – eram considerados pouco adequados ao trabalho de descrição de línguas desconhecidas e ágrafas. O resultado é óbvio: a grande maioria das escolas superiores de letras passaram a ter professores de linguística com formação no estruturalismo americano.

Com a provável exceção da Universidade de São Paulo (USP), que mantém uma longa relação com as universidades francesas, a tradição estruturalista europeia teve pouca influência na linguística brasileira, nesses inícios<sup>379</sup>.

A situação nesses meados do século XX, então, repete o que já vimos em momentos anteriores: voltamos a ter uma situação de bifurcação dos estudos linguísticos.

379 Informações mais detalhadas podem ser encontradas em Altman (1998, p. 114-125).

Vimos que no século XIX, em Portugal e no Brasil, uma gramática, digamos, “normativa”, voltada ao “bom uso” da língua, competiu com gramáticas baseadas na linguística histórico-comparativa, que eram consideradas por seus autores como “mais científicas”. Os “racionalistas” do século XIX liam sobre o que se fazia nos estudos histórico-comparativos e passaram a incorporar em suas gramáticas aspectos do paradigma historicista. Essa incorporação alterou a concepção de gramática e levou à distinção entre uma gramática normativa, voltada para o ensino, e uma gramática histórica, supostamente como repositório da pesquisa sobre a história da língua portuguesa.

Em meados do século XX, temos uma situação parecida: ao mesmo tempo em que tomavam conhecimento do que se fazia no paradigma estruturalista, os gramáticos reagiam e reafirmavam suas posições – agora consideradas “tradicionalistas”. Nem por isso as tentativas de incorporar em suas gramáticas os resultados considerados interessantes das análises estruturalistas deixaram de aparecer. Vamos tratar aqui de uma dessas incorporações: a noção de *morfema*.

Essa noção (e o termo correspondente) surge em 1895 num trabalho do linguista polonês Jan Baudouin de Courtenay (1845-1929) como designador das partes significativas da palavra<sup>380</sup>. Com a noção de *morfema*, Baudouin de Courtenay procurava abranger todas as partes integrantes da palavra que poderiam ter significações “independentes”, como as raízes, os afixos e as desinências.

A noção era inovadora com relação à tradição gramatical, já que desde Aristóteles pensava-se que as palavras eram unidades atômicas e que, portanto, não apresentavam partes significativas. O termo parte da palavra grega *morphé*, que significa aproximadamente “forma”, em português, e é construído por analogia com o termo *fonema*.

Provavelmente, Baudouin de Courtenay não percebeu – como boa parte dos linguistas e, ousado dizer, a totalidade dos gramáticos, ainda hoje não percebe – que o reconhecimento de que a palavra não é a unidade morfológica, que tem partes significativas e que é o resultado de um arranjo particular de morfemas (que passam a ser as unidades morfológicas) tem duas implicações fortes: (i) não podemos mais falar de palavras variáveis e invariáveis, já que essa distinção perde o sentido; e (ii) a distinção entre flexão e derivação não pode mais ser naturalmente estabelecida na morfologia e precisa ser estipulada. Explico.

380 Cf. Baudouin de Courtenay (1895).

Se a unidade morfológica é o morfema e a palavra é um arranjo de morfemas, a forma *menina* passa a ser uma construção obtida pela justaposição de três morfemas – *menin+a+Ø* – em que o primeiro morfema indica a ideia central da palavra (às vezes chamada de *lexema*), o segundo morfema indica gênero (feminino) e o terceiro morfema indica número (singular); a forma *meninas*, por sua vez, também é obtida pela justaposição de três morfemas – *menin+a+s* – o primeiro é o *lexema*, o segundo indica o gênero feminino e o terceiro indica número (plural, agora). Ora, como se pode perceber, as formas *menina* e *meninas* são constituídas por diferentes conjuntos de morfemas e não temos mais nenhum jeito simples de dizer que se trata de *uma mesma palavra* (que se flexiona). Mesmo que se supusesse que é o *lexema* que permite a identificação das formas como alternâncias de uma mesma palavra, não teríamos como distinguir o que ocorre em, digamos, *menina*, do que acontece em palavras como *meninice*, que é composta também pela justaposição de três morfemas – *menin+ice+Ø* –, em que o primeiro morfema é o mesmo *lexema* *menin-*, o segundo é um morfema que indica comportamento (*meninice* = comportamento de menino) e o terceiro é o morfema que indica número (singular). Se fosse o *lexema* o elemento que define a unidade da palavra (isto é, que indica que estamos diante de uma mesma palavra), *meninice* teria que ser considerada a mesma palavra que *menino* ou *meninas*; se a unidade não é dada pelo *lexema*, eu devo considerar que *meninice*, *menino* e *meninas* são palavras diferentes, já que são conjuntos diferentes de morfemas. E, em consequência, não tenho mais critérios para distinguir flexão (alternâncias de uma mesma palavra) de derivação. A única saída é a estipulação: eu estipulo (decido arbitrariamente) que gênero e número são *morfemas flexionais* (e, portanto, são morfemas cujo papel é idêntico ao das desinências tradicionais: indicam variações de uma mesma palavra), enquanto *-ice* (e outras formas semelhantes) é um *morfema derivacional* (cuja presença indica que estamos diante de outra palavra). Essas estipulações retomam a distinção entre *desinência* e *afixo* da tradição gramatical e simplesmente esvaziam a noção de morfema de sua contribuição mais interessante: unificar essas noções tradicionais sob um mesmo conceito. Em suma, a noção de morfema, que aparentemente alteraria substancialmente o quadro dos estudos morfológicos, é manipulada nas gramáticas para que tudo permaneça como era antes.

Antes de seguir adiante, preciso fazer alguns esclarecimentos sobre a noção de morfema.

No que disse acima, pode parecer que estou tratando gênero como UM morfema. Isso não é verdadeiro. Gênero é um conjunto de morfemas – de dois morfemas, em princípio – que possuem significados distintos (um significa *masculino* e outro significa *feminino*, na perspectiva tradicional). Seria mais preciso dizer que *gênero* é uma posição sintática interna à palavra e que seu significado é uma oposição bipolar, discreta e não escalar, entre formas que indicam masculino e formas que indicam feminino. Em outras palavras, gênero é uma *classe* de morfemas (os morfemas de gênero).

Outro esclarecimento necessário diz respeito às várias formas que um determinado morfema (agora entendido como forma linguística atômica) pode apresentar, basicamente em função de seu ambiente sintático. Por exemplo, o morfema de plural dos substantivos apresenta alternâncias de forma em função de elementos fonológicos da raiz: *mesa/mesas*, *livro/livros*, *senhor/senhores*, *luz/luzes*, *papel/papéis*, *fóssil/fósseis*, *coração/corações*, *cão/cães*, *mão/mãos* etc. Ou seja, o plural é feito apenas com o acréscimo de *-s* à raiz, ou é feito com acréscimo de *-es* à raiz, ou é feito com alguma alteração nos elementos finais da raiz e assim por diante.

Essas alternâncias não foram tratadas por Baudouin de Courtenay, cuja noção de morfema, então, apresentava uma ambiguidade: às vezes era o menor signo linguístico (no sentido saussuriano do termo) e, às vezes, um conjunto de signos com o mesmo conteúdo semântico, mas com expressões diferentes.

Apenas nos anos 1940 essa ambiguidade vai ser resolvida: em 1942, Zellig Harris distingue *morpheme unit* de *morpheme alternants*, usando o primeiro termo para designar o menor signo linguístico e o segundo para designar as formas alternativas de manifestação do morfema. Em 1947, Charles Hockett vai substituir os termos de Harris, ao chamar o *morpheme unit* simplesmente de *morfema* e os *morpheme alternants* de *morfes*. Na sequência, o estruturalismo americano vai designar os morfes que manifestam um mesmo morfema de *alomorfes*<sup>381</sup>.

Seguindo a terminologia de Hockett, então, os vários *morfes* de plural em português, devem ser agrupados em um único *morfema* e, em consequência, são ditos *alomorfes*. Ou seja, (i) não há um morfema de número em português; (ii) a posição do número nos substantivos do português é sempre preenchida

381 Ver Harris (1942, p. 170) e Hockett (1947, p. 322). Ver também Mugdan (1990).



ou por um morfema de singular ou por um morfema de plural; (iii) o morfema de plural se manifesta por meio de vários morfemes que, enquanto manifestações de um mesmo morfema, são alomorfes entre si.

Uma terceira e última observação tem a ver com o  $\emptyset$  (ZERO). Como dizia meu primeiro professor de linguística (o professor Eurico Back), quando um motorista chega com seu carro a uma esquina, pode fazer (idealmente) uma de três coisas: sinaliza que vai virar à esquerda, sinaliza que vai virar à direita ou não sinaliza, se pretende continuar em frente. Podemos dizer, então, que a ausência de sinalização também pode ser significativa. O  $\emptyset$  é exatamente isso: uma ausência de sinal significativa. Quando as possibilidades de sinalização são poucas (constituem uma lista fechada), a ausência de sinal pode assumir um valor semântico (pode ser um *morfema*). No caso do gênero e do número – que só admitem duas possibilidades – facilmente uma dessas possibilidades pode ser assumida pelo  $\emptyset$ , a ausência de sinal. Em outras palavras, se eu acrescento um *-s* no final da palavra *mesa*, esta palavra está pluralizada; se não acrescento nada (o que é igual a dizer que acrescento  $\emptyset$ ), a palavra está no singular. Por isso, falei antes que gênero e número seriam *posições* e, quase como um sistema binário de zeros e uns, ou a posição está preenchida por um morfe com conteúdo fonológico (e é uma forma de feminino ou de plural) ou está vazia – o que é o mesmo que dizer que está preenchida pelo  $\emptyset$  – e é uma forma de masculino ou de singular. Desta forma, o morfema de singular e o morfema de masculino, nos substantivos e adjetivos em português seriam indicados por posições não preenchidas (ou preenchidas pelo  $\emptyset$ )<sup>382</sup>.

Encerro aqui estes esclarecimentos sobre a noção estruturalista de morfema. Espero ter mostrado que a morfologia estruturalista (americana) é bastante diferente da morfologia tradicional e que a incorporação de noções estruturalistas, sem os devidos cuidados e adaptações, cria “monstrinhos teóricos” inconsistentes.

Voltando ao nosso fio condutor, devo dizer que a gramática tradicional continuou existindo tal como nos dois mil anos anteriores. Reagindo ferozmente ao estruturalismo que começava a ser introduzido no Brasil ou incor-

382 Estou assumindo aqui uma análise morfológica que considera o /o/ terminal de *menino* como parte da raiz (*menin-* e *menino* seriam alomorfes de raiz) e não como morfema que indica masculino. Há várias razões que justificam essa posição – casos como *senhor/senhora*, por exemplo – embora o senso comum, cada vez mais, associe este /o/ terminal a um suposto morfema de masculino, o mais razoável, segundo Câmara Júnior (1970, p. 63), seria considerá-lo uma *vogal temática*.

porando uma ou outra noção estruturalista – quase sempre fora de lugar ou manipulada de forma a se tornar idêntica a alguma noção tradicional –, a gramática tradicional retoma seu curso.

Mas era de se esperar que surgissem *gramáticas estruturalistas* no Brasil, da mesma forma como surgiram gramáticas históricas a partir do contato entre os gramáticos e os linguistas histórico-comparativistas.

Timidamente, começaram a aparecer trabalhos de cunho estruturalista sobre aspectos gramaticais da língua portuguesa (talvez os mais importantes deles tenham sido os trabalhos de Mattoso Câmara, embora encontremos trabalhos importantes de Eunice Pontes, de José Rebouças Macambira e outros). Nenhum deles, no entanto, se apresentou como *gramática*, até 1972, quando surgiu a *Gramática construtural da língua portuguesa*, de Eurico Back e Geraldo Mattos. Creio que esta gramática merece que dediquemos algum espaço para sua apresentação, o que faremos na próxima seção.

A partir dos anos 1970, as ideias estruturalistas passaram a ter a concorrência das ideias gerativistas, de Noam Chomsky (1928-). Ainda não completamente consolidada no Brasil como alternativa à gramática tradicional<sup>383</sup>, a abordagem estruturalista rapidamente foi suplantada pela proposta de Chomsky. Embora já circulando nos Estados Unidos e na Europa há cerca de dez anos, a *Gramática gerativa e transformacional*, de Chomsky, aparecia no Brasil como uma grande novidade. Em consequência, muitos gramáticos rapidamente esqueceram o estruturalismo e passaram a introduzir em suas gramáticas noções, técnicas e procedimentos que tinham origem na proposta chomskiana.

É notável o que se vê, por exemplo, na *Nova gramática do português contemporâneo*, de Celso Cunha e Lindley Cintra (CUNHA; CINTRA, 1985) que, na análise da oração, incorpora termos (e noções) oriundas do gerativismo, como: *sintagma nominal* (SN), *determinante* (DET), *transformação ativa-passiva* etc. As noções e termos gerativistas, como era de se esperar, não são integrados organicamente ao corte tradicional da gramática de Cunha e Cintra: ficam enquistados em algumas poucas páginas da gramática. Por exemplo, apesar de usar árvores sintagmáticas e termos gerativistas, a análise apresentada é exatamente a análise tradicional; a noção de *determinante*, que não corresponde a

383 O estruturalismo era “coisa de linguista” e os gramáticos apenas pinçaram dele uma ou outra noção que incorporaram em suas gramáticas (no mais das vezes, um ou outro *termo*, apenas).

nenhuma categoria tradicional, é simplesmente “traduzida” por explicações como “O substantivo, núcleo de um sintagma nominal, admite a presença de DETERMINANTES (DET) – que são os artigos, os numerais e os pronomes adjetivos” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 120-121). Curiosamente, a classe dos substantivos é associada ao índice N (inicial de *noun* do inglês), sem qualquer outra explicação.

Outra tentativa de usar as ideias gerativistas numa gramática escolar pode ser encontrada na *Moderna gramática brasileira*, de Celso Pedro Luft. Mais à frente – em seção própria – analisaremos com mais vagar a gramática de Luft.

Enfim, a maior parte dessas tentativas de amálgama de teorias linguísticas ao quadro teórico da gramática tradicional fracassam redondamente, e eu acredito que por culpa da profunda incompreensão que esses gramáticos tinham das teorias que buscavam incorporar. Penso que o entendimento que os gramáticos tinham das teorias linguísticas abordadas era meramente superficial e que eles nunca conseguiram entender, de fato, que elas não diziam o mesmo que a teoria da gramática tradicional diz, nem que as unidades, relações e grades classificatórias propostas pela tradição (sua ontologia) não precisavam ser respeitadas como se fossem representações “objetivas” da realidade das línguas.

### A Gramática construtural da língua portuguesa<sup>384</sup>

A primeira observação a fazer é que a *Gramática construtural* não é uma tentativa de conciliar a teoria da gramática tradicional com qualquer teoria linguística moderna. Os autores tiveram o cuidado de construir uma teoria própria, de natureza estruturalista, a partir da qual escreveram uma gramática da língua portuguesa radicalmente original. Creio que é a única gramática verdadeiramente estruturalista escrita no Brasil.

Essa gramática foi escrita entre 1969 e 1971, e publicada em 1972. Seus autores foram Eurico Back (1923-2003) e Geraldo Mattos (1931-2014), ambos professores da então Universidade Católica do Paraná (hoje, PUCPR) e ambos com formação clássica e filológica.

384 Boa parte do material que apresento a seguir está publicado em Borges Neto (2013a, p. 15-38).

Eurico Back<sup>385</sup> obteve a livre-docência em linguística na UFPR, em 1964, com tese intitulada *Fonêmica diacrônica latino-portuguesa*, tese que seguia, basicamente, a orientação dos linguistas da primeira metade do século<sup>386</sup>.

Geraldo Mattos<sup>387</sup> obteve a livre-docência em filologia na UFPR, em 1967, com tese sobre as cantigas de Ayra Nunes, poeta trovador do século XIV, um trabalho tipicamente filológico.

O projeto de Back e Mattos foi financiado pela Universidade Católica do Paraná, que lhes concedeu uma pequena sala como sede do projeto e vinte horas semanais para a pesquisa, e teve quase toda a sua produção publicada pela editora FTD. Tanto a PUCPR quanto a FTD eram (são, ainda) mantidas pelos irmãos Maristas (Instituto dos Irmãos Maristas), o que os torna os principais apoiadores do projeto.

Back e Mattos, enquanto professores (de linguística e de língua portuguesa, respectivamente) na Universidade Católica, conseguiram agregar junto de si um grupo de jovens estudantes (posteriormente, todos, professores na PUCPR<sup>388</sup>) que ajudaram no desenvolvimento do projeto. Orlando Bogo, David Mandryk, Basílio Agostini, José Luiz da Veiga Mercer, Carlos Alberto Faraco e José Borges Neto encontravam-se entre eles<sup>389</sup>.

385 Eurico Back (nascido em Forquilha/SC em 1923, e falecido, também em Forquilha, em 2003) era um competetíssimo professor de português – com passagens pelo ensino oficial do Estado do Paraná (foi professor e diretor do Colégio Estadual do Paraná) e pelo Colégio Militar de Curitiba. Foi professor de linguística na Universidade Católica do Paraná e na Universidade Federal do Paraná (depois de aposentado na UFPR, lecionou linguística na UDESC, em Criciúma/SC). Participou, como aluno, da segunda turma do curso de especialização promovido pela UnB, ministrado por Aryon Rodrigues e por professores do SIL.

386 Na bibliografia de sua tese, autores ligados à filologia, como Meyer-Lübke, Antoine Meillet, Jules Marouzeau, Leite de Vasconcellos, Rodrigo de Sá Nogueira e José Joaquim Nunes, coexistem com estruturalistas como Nicolai Trubetzkoy, Eugenio Coseriu, Kenneth Pike, Bernard Bloch, George Trager e Mattoso Câmara.

387 Geraldo Mattos Gomes dos Santos (nascido em Teresópolis/RJ em 1931 e falecido em Curitiba/PR em 2014) era professor de português do Colégio Militar de Curitiba e professor de língua portuguesa na Universidade Católica do Paraná (a partir de 1979, lecionou linguística e língua portuguesa na UFPR). Foi esperantista de grande prestígio (membro da Academia Internacional de Esperanto), poeta e tradutor.

388 Com exceção de Orlando Bogo, todos os citados também lecionaram (ou lecionam) na UFPR.

389 Na *Revista Letras*, n. 87, de 2013, há um dossiê contendo quatro textos de revisão histórica do movimento construtural escritos por José Borges Neto, Ronaldo de Oliveira Batista, Carlos Alberto Faraco e Suzete de Paula Bornatto, além de uma apresentação, escrita por José Luiz da Veiga Mercer. Esses textos lançam luz sobre diferentes aspectos do movimento construtural: Borges Neto discute as condições históricas de seu surgimento e a recepção pela comunidade científica; Batista trata da retórica usada pelos autores na implantação e divulgação do movimento; Faraco, em depoimento pessoal, mostra como foi sua experiência de aluno sendo iniciado nas ideias do movimento construtural; e Bornatto trata da difusão das ideias construturais no campo do ensino de língua materna (ver BORGES NETO, 2013a; BATISTA, 2013b; FARACO, 2013; e BORNATTO, 2013).

A *Gramática construtural* baseia-se numa teoria linguística, de extração estruturalista, cuja fonte principal é a tagmêmica, de Kenneth Pike, enriquecida com reflexões oriundas do estruturalismo europeu (principalmente da Glossemática, de Louis Hjelmslev, que é sempre tratada por Back e Mattos como “Gramática Imanente”) e da gramática tradicional. Essa teoria ficou conhecida como *linguística construtural* (LC).

Encontramos, também, algumas referências à “gramática transformativa”, bem como a presença de alguns termos (como “competence” e “performance”, por exemplo), dela oriundos, nos textos de Back e Mattos. Posso garantir, no entanto, que a influência das ideias de Noam Chomsky na LC é praticamente nula. Os autores sempre leram Chomsky de segunda mão e nunca entenderam completamente suas ideias. Talvez – mas isso eu não posso garantir – o único contato dos nossos autores com as ideias da gramática gerativa, à época da escrita da gramática, tenha se dado por meio do texto de Mattoso Câmara em que se apresentam algumas das características da teoria de Chomsky (ver CÂMARA JÚNIOR, 1967), entendida como apenas mais uma proposta estruturalista. No fim de 1972, um dos alunos ligados ao projeto (José Borges Neto) foi orientado por Geraldo Mattos a frequentar um curso introdutório de gramática gerativa, que seria ministrado na UFSC nos meses de janeiro e fevereiro de 1973, como parte do VI Instituto Brasileiro de Linguística, promovido pela Abralin, com a alegação de que “precisamos saber mais sobre esta teoria”.

As origens da LC são descritas, nas palavras iniciais do volume I da *Gramática construtural* (como uma mensagem ao *Colega* – supostamente, outros professores de língua portuguesa ou de linguística), da seguinte maneira:

Alertados pelo prof. Rosário Farâni Mansur Guérios, em suas aulas na Faculdade, de que era necessário rever as posições da gramática portuguesa e reformular as conclusões de acordo com os princípios modernos da Linguística, pusemos mãos à obra; e, honestamente, sem esperança de poder concluí-la um dia. Sabíamos que pontos de vista diferentes condicionam resultados distintos de observação. O nosso maior problema inicial foi a escolha de um modelo de descrição linguística. A escolha deveria ser feita por um modelo, cujos postulados pudessemos considerar válidos.

Descartamos imediatamente a Lógica Filosófica: é consenso unânime não mais fundir ou confundir Análise Sintática com Análise Lógica; ninguém duvida de que o sinal linguístico é convencional e que significantes diferentes podem ter o mesmo significado. Abandonamos também a Gramática Transformativa, os Constituintes

Imediatos (a Sintagmática), a Gramática Imanente, por não concordarmos com os seus postulados. O nosso estudo inicial nos levou a considerar a Tagmêmica o melhor modelo. Entretanto, no correr de nossas pesquisas, nem ela nos podia socorrer em todos os instantes e a técnica de Pike e Longacre não resolvia todos os casos.

Chegamos a observar todos os elementos da nossa língua e o seu funcionamento. Raciocinando sobre a língua como instrumento de comunicação, partimos da Comunicação (1ª Parte) e estabelecemos como postulados as relações entre os elementos de um conjunto (Introdução da 3ª Parte). Surgiu diante de nossos olhos uma nova técnica de descrição lingüística, que denominamos Lingüística Construtural: o conceito básico é a construtura. Deu-nos a definição de linguagem como código de tríplice construtura. Entretanto, nem tudo é novidade: o conceito de relações inspirou-se na Gramática Imanente; as transformações provieram da Gramática Transformativa (embora na língua nem tudo seja transformação e nem toda transformação seja língua); o reconhecimento das funções pela coocorrência ou a sua comutação é resultado da Tagmêmica. Efetivamente, todos os grandes pesquisadores têm parte da verdade; mas nenhuma das técnicas anteriores permitiu o estudo científico completo de uma língua em todos os seus campos: o dos significantes, o semântico e o estilístico.

Esta obra é o resultado de muitos anos de estudos. Não pudemos colocar aqui todas as bases científicas; cremos, porém, que alicerces suficientemente fortes sustentem o nosso trabalho. Não pudemos também aludir a todas as implicações no ensino das línguas (cf. “Genética da Aprendizagem”) mas esperamos publicar ainda um livro de Lingüística Construtural com a teoria correspondente. (BACK; MATTOS, 1972)

O “livro de Lingüística Construtural” prometido saiu sob a forma de um manifesto (BACK; MATTOS, 1973) no primeiro número de uma revista especializada denominada *Construtura*, que teve 19 números publicados (entre 1973 e 1979). A “genética da aprendizagem” se constituiu numa teoria geral da aprendizagem que deu sustentação a uma série de livros didáticos, para todos os níveis do ensino, e a um livro de prática de ensino de língua portuguesa (MATTOS; BACK, 1974). Pretensamente baseada nas ideias de Piaget sobre a aprendizagem, essa teoria é, no entanto, mais fortemente baseada na perspectiva behaviorista. Apesar do interesse que o estudo dessas ideias possa vir a ter, não é minha intenção abordá-las aqui.

É interessante observar, desde já, que a proposta de Back e Mattos era vista por eles como mais uma “técnica” de descrição linguística, mais adequada à descrição do português do que as “técnicas” alternativas (tagmêmica, glossemática, gramática transformacional etc.).

Passemos a uma descrição da *Gramática construtural*.

A gramática consiste em dois volumes (468 páginas e 428 páginas, respectivamente).

O primeiro volume é dividido em duas partes: “Comunicação” e “Léxica”. Na parte reservada à “Comunicação” (42 páginas), os autores apresentam sua concepção de comunicação e delineiam-se as bases comunicativas da teoria construtural. A “Léxica” reúne o que poderíamos chamar de *estudo do significante*. Nesta parte da gramática encontram-se estudos sobre o que tradicionalmente é denominado fonologia, morfologia e sintaxe. O termo *léxica* foi forjado justamente para evitar confusões com as partes tradicionais das gramáticas, já que as distinções entre fonologia, morfologia e sintaxe são borradas pela teoria construtural e novas distinções são propostas.

O processo comunicativo, na visão dos autores, sempre envolve uma *solicitação* por parte de um emissor e uma *satisfação* por parte de um receptor. O conjunto solicitação/satisfação vai constituir a *cláusula*, que é a unidade de análise<sup>390</sup>. A solicitação que interessa para o estudo é apenas a solicitação exteriorizada linguisticamente<sup>391</sup>. A satisfação nem sempre é manifestada linguisticamente (pode ser manifestada por uma ação ou por um simples acolhimento). Podemos, então, ter cláusulas constituídas por dois enunciados (um correspondendo à solicitação e o outro correspondendo à satisfação, como no caso de uma pergunta e sua resposta) ou constituídas por apenas um enunciado, que corresponde à solicitação (como no caso de uma ordem ou de uma afirmação, cujas satisfações podem ser, respectivamente, um comportamento ou o registro de um conhecimento).

390 A “cláusula” é um nível de análise original. Sua presença na teoria, bem como a consideração de que este nível é a unidade de análise, é uma das divergências entre a LC e a tagmêmica. Outra divergência está no escopo dado às noções de fonologia, morfologia e sintaxe, que, além de serem redefinidas, estão presentes em todos os níveis de análise (da cláusula ao morfema).

391 Podemos ter solicitações constituídas por gestos (uma movimentação da mão que pede determinado objeto seja entregue ao falante, por exemplo) acompanhadas de satisfações constituídas por comportamentos (a entrega do objeto solicitado). Embora interessantes de um ponto de vista semiótico, essas “cláusulas não linguísticas” são simplesmente ignoradas pela LC (não sei se, para Back e Mattos, ficariam fora do escopo da linguística, mas suponho que não).

Na parte dedicada à “Léxica”, encontramos análises detalhadas de todos os níveis linguísticos reconhecidos pelos autores, que se iniciam pela cláusula.

A cláusula, como vimos, é constituída por um ou dois enunciados. O enunciado do emissor é obrigatório, enquanto o enunciado do receptor pode estar presente ou não. Curiosamente, os autores lançam mão de uma metáfora para a exposição de suas ideias: a metáfora do sistema solar. Num sistema solar, o sol é obrigatório, mas os planetas não são (podemos ter um sol – uma estrela – não acompanhado de planetas). Na cláusula, o enunciado do emissor é obrigatório, mas o enunciado do receptor não é. O enunciado do emissor – obrigatório – é chamado de *sol da cláusula* e o enunciado do receptor – facultativo – é um *planeta*. Os sistemas constituídos por um sol e um conjunto de planetas (que pode ser um conjunto vazio) recebem o nome de *estrutura*. Ou seja, uma *estrutura* é um conjunto de elementos em que um deles é obrigatório e os outros são facultativos.

A cláusula também é, simultaneamente, um alinhamento de sílabas, em ordem fixa, mas independentes entre si. Alinhamentos de elementos independentes recebem o nome de *construção*.

Assim, a cláusula possui uma *estrutura* (enunciados coesos por uma *relação de dependência* – o planeta depende do sol, mas o sol não depende do planeta) e uma *construção* (um alinhamento de sílabas independentes entre si): a cláusula, porque é simultaneamente uma estrutura e uma construção, é uma *construtura*<sup>392</sup>.

Os constituintes imediatos da cláusula (o enunciado do emissor e o enunciado do receptor, se houver) são chamados de *períodos*. Os períodos são conjuntos de *sentenças* em relação de dependência: são *estruturas*, então. As sentenças são conjuntos estruturais de *locuções*. As locuções são conjuntos estruturais de *vocábulos*. E os vocábulos são conjuntos estruturais de *morfemas*. Esses são os níveis linguísticos.

Em todos os níveis, há um elemento obrigatório – um sol – e elementos facultativos – planetas (há estrutura, portanto). E todos os níveis se manifes-

392 Segundo Geraldo Mattos (comunicação pessoal), o termo foi proposto por ele e o primeiro comentário de Eurico Back foi que o termo “era muito feio”. Apesar da “feitura” do termo, ele acabou sendo adotado.



tam materialmente como alinhamentos de sílabas (construção). Logo, todos os níveis são *construturas*<sup>393</sup>.

Creio ser interessante exemplificar essas ideias ao menos em um dos níveis de análise. Vejamos a construtura da *sentença*.

Por um lado, a sentença é um alinhamento de sílabas. Por exemplo, a sentença “a professora deu o livro ao menino” corresponde, grosso modo, ao seguinte alinhamento de sílabas: /a.pro.fe.”so.ra.”dew.o.”li.vro.aw.me.”ni.no/<sup>394</sup>. Não é difícil perceber que as sílabas são independentes entre si: a segunda sílaba, “pro”, por exemplo, não prevê a existência da sílaba “a” precedente (ou de qualquer outra sílaba precedente), nem da sílaba “fe” seguinte. Nossa sentença, então, é uma construção.

Por outro lado, a sentença é uma estrutura de locuções. Uma das locuções da sentença será o sol e as outras serão planetas. O sol da sentença é uma *locução verbal* (locução cujo sol é um *verbo*) e os planetas são as locuções *complementos*. O sol da sentença é também chamado de *predicado*. Também é fácil perceber a centralidade do verbo na sentença: se o verbo é *ouvir*, por exemplo, a presença de uma locução que indique alguém que ouve e outra locução que indique alguém (ou algo) que é ouvido já estão previstos na estrutura da sentença.

Numa sentença como

O menino	ouviu	aquele homem.
1	2	3

o sol é “ouviu” e os planetas são “o menino” e “aquele homem”.

O predicado é assinalado com o número 2<sup>395</sup>. O sujeito (ou o *complemento subjetivo*) é assinalado com o número 1 e, nas palavras dos autores, “o sujeito é um planeta; portanto, não é de estranhar que haja sentenças sem o sujeito” (BACK; MATTOS, 1972, p. 188). A posição assinalada com o número 3 é a posição do *complemento objetivo* (ou *objeto*).

Além do *predicado* (posição 2), os autores reconhecem os seguintes complementos nas sentenças do português: *sujeito* (posição 1), *objeto* (posição 3),

393 Com exceção do *morfema*, que só possui construção.

394 As aspas duplas antecedem a última sílaba forte da locução; as aspas triplas antecedem a última sílaba forte da sentença.

395 Provavelmente, porque é o segundo elemento na ordem SVO, que seria a ordem “neutra” em português.

*dativo* (posição 4), *genitivo* (posição 5), *nominativo* (posição 6), *acusativo* (posição 7) e *ablativo* (posição 8).

Sem entrar em muitos detalhes, vale a pena justificar alguns desses complementos.

O dativo (4) é quase o objeto indireto da análise sintática tradicional<sup>396</sup>. Veja-se o exemplo abaixo:

A professora	deu	ao menino	o livro de ciências.
1	2	4	3

A determinação do valor sintático dos complementos, até onde é possível, é feita por meio de comutações. Por exemplo, será complemento dativo a locução que se deixa substituir por “*lhe/lhes*”<sup>397</sup>.

O genitivo (5) é um complemento manifestado por locução iniciada por preposição que não se deixa substituir por locução mínima (de um só vocábulo). Enquanto o dativo pode ser substituído por “*lhe*” (cf. “A professora deu-*lhe* o livro de ciências”), o genitivo recusa qualquer substituição. Como no exemplo abaixo:

O policial	acusou-	o	do crime.
1	2	3	5

A única possibilidade de substituição da locução “do crime” seria a substituição de “o crime” por “*ele*”, resultando em “*dele*” (= *de ele*), que não é uma locução mínima.

O nominativo (6) é um complemento manifestado por uma locução adjetiva (locução que tem um adjetivo como sol). Como no exemplo:

Meu amigo	é	estudioso.
1	2	6

396 Os autores evitam falar em objeto direto e indireto porque (i) existem, na gramática tradicional, objetos diretos preposicionados e objetos indiretos sem preposição; e (ii) alguns objetos precedidos de preposição ocuparão a posição 3, outros ocuparão a posição 4 ou a posição 5.

397 O complemento objetivo (posição 3) pode ser substituído por uma das formas *o*, *a*, *os*, *as*.

O acusativo (7) é um complemento que mais ou menos equivale a um predicado secundário (na terminologia atual). Por exemplo (note-se que a posição 1 – posição do *sujeito* – não está preenchida no primeiro e no terceiro exemplos):

Viu- a séria.  
2 3 7

Os moradores consideravam o engenheiro seu legítimo representante.  
1 2 3 7

Achei os doces gostosos<sup>398</sup>.  
2 3 7

Finalmente, o ablativo (8) é um complemento manifestado por uma locução adverbial, por locução adjetiva facultativa ou por locução substantiva facultativa que não se deixa substituir por nenhuma outra classe de locução. Nos exemplos:

Meu irmão vai ao cinema.  
1 2 8

Meu pai está aqui.  
1 2 8

Os ablativos recebem ainda uma subclassificação (12 subclasses) e podem coocorrer numa mesma sentença<sup>399</sup>. Num exemplo:

Mário foi ontem com os amigos de carro para a praia  
1 2 8T 8M 8I 8L

398 No sentido “Achei gostosos os doces”.

399 Não vou tentar expor essa subclassificação. Os interessados podem procurar na *Gramática construtural* (v. I, p. 237 ss.).

Os índices indicam a subclassificação dos ablativos: 8T seria um ablativo de tempo; 8M seria um ablativo de medida; 8I seria um ablativo de instrumento; e 8L seria um ablativo de lugar. Embora, aparentemente, os tipos de ablativos sejam nomeados por razões semânticas, sua identificação vai se fazer sempre a partir de critérios formais (a comutação, na maior parte dos casos). Por exemplo, a identificação do ablativo de lugar (8L) é feita da seguinte forma:

O complemento *ablativo de lugar* é um complemento que pode ser substituído por um dos advérbios de lugar. Os advérbios de lugar são: *aqui, ali, fora, dentro, onde* (advérbio subjuntivo interrogativo), *longe, perto, cá* (“este lugar”), *aí*. (BACK; MATTOS, 1972, p. 239)

Para os autores, há duas classes de sentenças na língua portuguesa: *orações e frases*. A distinção básica está no preenchimento da posição 2 (predicado) com locuções verbais finitas no caso das orações e com locuções verbais de gerúndio (que os autores chamam de *subjuntivo*), de infinitivo (que os autores chamam de *descritivo pessoal*), ou de particípio (que os autores chamam de *narrativo*) no caso das frases. Vimos acima apenas casos de orações.

Como todas as sentenças possuem estrutura (são sistemas coesos de sol e planetas) e construção (materializam-se em alinhamentos de sílabas), as sentenças são construturas.

Fatores prosódicos podem determinar pontos dessa classificação. Por exemplo, se a sentença *A professora deu ao menino o livro de ciências* for pronunciada com pausa entre a locução substantiva “a professora” e a locução verbal “deu” e com elevação de tom no final da primeira (o que representaríamos na escrita como “a professora, [ela] deu ao menino o livro de ciências”), a locução “a professora” não mais seria classificada como um constituinte da sentença (o sujeito), mas classificada como constituinte do período (seria uma sentença do tipo *frase*, portanto, denominada *suplemento de condição*, e analisada no nível do período). O sujeito da sentença seria o “ela”, se explícito, ou teríamos um caso de posição não preenchida (ausência do planeta). Nesse caso, diz-se que a locução “a professora” foi *promovida* a sentença. O processo de *promoção* é o inverso do processo de *subordinação*: na promoção, elemento de nível inferior ocupa posição de nível superior (um vocábulo isolado como resposta a uma pergunta, seria um vocábulo promovido a período) e, na subordinação, ele-

mento de nível superior ocupa posição de nível inferior (uma sentença pode ocupar o lugar de locução na estrutura de outra sentença).

O termo *fonologia* vai ser usado para designar o estudo do alinhamento de sílabas na cláusula, os elementos que constituem as sílabas (os fonemas) e a prosódia que recai sobre as sílabas. A sílaba é uma estrutura de fonemas, em que há um sol, denominado *vogal*, e planetas, denominados *consoantes*. Pode haver sílaba sem consoantes, mas não pode haver sílaba sem vogal.

É interessante notar que a distinção entre *vogal* e *consoante* não é definida foneticamente, mas funcionalmente. Ao falar dos sons da fala, numa perspectiva fonética, Back e Mattos distinguem *vocoides* de *contoides*, que são tratados a partir do comportamento dos órgãos da fala (posição da língua, posição dos lábios, presença/ausência de vibração das pregas vocais etc.). As *vogais* são os sons da fala que podem ser únicos em uma sílaba, independentemente de serem *vocoides* ou *contoides*. Ou seja, será vogal o som da fala (*vocoide* ou *contoide*) que aparecer como sol na estrutura da sílaba. Isso significa que a distinção entre vogal e consoante não é fonética (nem fonêmica), mas ligada à posição que o som ocupa na sílaba (sintática, no fundo). Por exemplo, o *vocoide* [i] será vogal na primeira sílaba de /'di.a/ (“dia”) e será consoante na primeira sílaba de /'dia.bo/ (“diabo”), em que o *vocoide* [a] é a vogal.

Fonemas, sílabas e elementos prosódicos são significantes que não têm significado, por si sós. São apenas elementos constituintes de uma articulação superior que – essa sim – é significativa. Em outras palavras, são *significantes mediatos*.

A língua possui uma dupla articulação de significantes, uma de significantes mediatos (não-significativos) e outra de significantes imediatos (significativos)

A 1ª: cláusula – sílabas – fonemas – fonias.

A 2ª: cláusula – períodos – sentenças – locuções – vocábulos – morfemas. (BACK; MATTOS, 1972, p. 95)<sup>400</sup>

400 As *fonias* são traços, como *labial*, *surdo* etc., que constituem os sons da fala. O *fonema* é definido como “um conjunto de *fonias constantes*”, *fonias* que sempre estão presentes em qualquer alocuto do fonema. É interessante notar que essa definição de fonema como conjunto de *fonias constantes* coloca a LC em confronto com a posição saussuriana que entende o fonema como um conjunto de traços opositivos. Pode-se notar aqui uma certa preferência de Back e Mattos por uma abordagem mais “substancialista” do que por uma abordagem formal.

O termo *morfologia* vai ser usado para designar as possibilidades de *arranjo*. O arranjo tem a ver com o número de vezes em que a forma é empregada e pode ser *simples*, *composto* ou *aglomerado*.

Por exemplo, uma cláusula é *simples* “quando o diálogo é um conjunto de uma só cláusula” (BACK; MATTOS, 1972, p. 95).

Será *composta* quando se repete dentro do mesmo tipo de articulação e é assinalada por vocábulos conetivos, como *e*, *ou* e *mas*. Se não houver conetivo explícito, a natureza composta da cláusula será identificada pela possibilidade de inserir um conetivo.

Sequências de cláusulas num diálogo que não possam ser ligadas por conetivo são cláusulas *aglomeradas*.

Embora todas essas noções sejam introduzidas quando do estudo da cláusula – a unidade de análise linguística –, seu entendimento talvez seja mais fácil se olharmos seu funcionamento no nível da sentença.

A *fonologia da sentença* estuda o alinhamento de sílabas e a prosódia.

Na medida em que a sentença é constituinte do período e o período é constituinte da cláusula, a sentença também é um alinhamento de sílabas. Se a cláusula for constituída por um único período e o período constituído por uma única sentença, o alinhamento de sílabas da sentença coincidirá com o do período e com o da cláusula. Por isso, o tratamento fonológico da sentença não difere substancialmente do tratamento fonológico da cláusula.

A prosódia da sentença, no entanto, difere tanto da prosódia do período como da da cláusula. Segundo Back e Mattos, enquanto o período pode apresentar prosódias específicas conforme seja uma pergunta, uma ordem ou uma afirmação, a prosódia da sentença está ligada apenas a uma intensidade especial que recai sobre sua última sílaba forte. Para Back e Mattos (1972, p. 173), a “sentença é uma cadeia fônica assinalada pela intensidade 3 = /”/ sobre sua última sílaba forte”. Por exemplo<sup>401</sup>:

Pedro beijou Marina.	=	/pe.dro.bei.jow.ma.”ri.na/
Ele trabalha aqui.	=	/e.le.tra.ba.La:.”ki/
Aqui, ele trabalha.	=	/a.”ki.e.le.tra.”ba.La/

401 Estou usando os símbolos fonêmicos apresentados na *Gramática construtural*.

Na medida em que “Pedro beijou Marina” e “Ele trabalha aqui” são sentenças que coincidem com períodos (e com cláusulas), é preciso entender que as marcas prosódicas das sentenças têm que ser relativizadas. Não é difícil de entender, no entanto, que nessas duas sentenças, a última sílaba forte tem intensidade superior à das outras sílabas.

No terceiro caso, o de “Aqui, ele trabalha”, a situação é diferente. Estamos diante de um período com duas sentenças e cada uma delas apresenta intensidade 3 em sua última sílaba forte. Não creio que seja difícil de perceber que neste terceiro caso temos duas sílabas assinaladas com intensidade maior: a segunda sílaba de “aqui” e a segunda sílaba de “trabalha”. A vírgula que separa “aqui” de “ele trabalha” é um recurso gráfico que procura recuperar essas intensidades (e pausas eventuais). O recurso gráfico, no entanto, me parece pouco eficiente, já que em muitos casos os professores de português, que não entendem o que está acontecendo, vivem implicando com seu uso pelos alunos, dizendo que “não se separa sujeito de predicado com vírgula”. Notem-se os exemplos abaixo,

Pedro beijou Marina	=	/pe.dro.bei.jow.ma.”ri.na/
Pedro, beijou Marina <sup>402</sup>	=	/”pe.dro.bei.jow.ma.”ri.na/

No primeiro exemplo temos apenas uma sentença, enquanto no segundo temos duas sentenças e “Pedro” não é sujeito (tanto que pode ser repetido, como sujeito, na segunda sentença – “Pedro, (Pedro) beijou Marina” – ou substituído por um pronome – “Pedro, (ele) beijou Marina”). A vírgula, portanto, não está separando sujeito de predicado, mas separando uma sentença planeta (a frase “Pedro”, que é um *suplemento de condição*) da sentença sol (“beijou Marina”, que não tem a posição de sujeito preenchida).

A *morfologia da sentença* vai estudar as possibilidades de arranjo das sentenças, distinguindo sentenças *simples*, *compostas por coordenação* e *compostas por aposição*.

Como as noções de sentença simples (“Pedro beijou Marina”) e sentenças compostas por coordenação (“Pedro beijou Marina e Marina retribuiu o

402 “Pedro, beijou Marina” equivale a “Pedro, (ele) beijou Marina”. Algumas teorias linguísticas chamam “Pedro”, nesse caso, de *tópico* (e porque não possuem níveis superiores à sentença, consideram-no constituinte dela).

beijo”) são noções bem conhecidas, vou expor com mais detalhes o que Back e Mattos entendem por *sentenças compostas por aposição*.

Como em todos os outros casos, a identificação é feita a partir de características formais (prosódicas, no caso). Segundo Back e Mattos (1972, p. 177-178):

A sentença aposta mantém o contorno melódico igual à sentença antecedente, apenas todos os tons inferiores em um grau. Assim, se a sentença antecedente é /2 ---- 3/, a aposta é /1 ---- 2/.  
Distingue-se da coordenada pela prosódia e por não ter conetivo.

Um dos exemplos que eles apresentam é emprestado de Machado de Assis: “Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro [...]”. As sentenças sublinhadas constituem um caso de sentença composta por aposição. A proposta fica, talvez, mais clara num gráfico<sup>403</sup>:

2	3	1	2	
Uma noite destas,		vindo da cidade para o Engenho Novo,		encontrei ...
S		=S		
Suplemento de Condição (SC)			Base (B)	
Período Assertivo (PA)				

O suplemento de condição (SC) é composto por aposição: as duas sentenças, que são frases e não orações – “uma noite destas” e “vindo da cidade para o Engenho Novo” –, constituem uma única sentença (composta por aposição) que fará parte, como SC, do PA.

O que é necessário destacar aqui é que, embora vários termos usados por Back e Mattos pertençam ao vocabulário técnico das gramáticas tradicionais (e até mesmo estejam contemplados na NGB), seus significados são, na maioria das vezes, ligados a noções próprias da teoria construtural e, em consequência, não podem ser confundidos com os termos tradicionais homônimos (tra-

403 Adaptado de Back e Mattos (1972, p. 178). O período é uma estrutura cujos elementos são sentenças. O sol do período é a base e os planetas são chamados *suplementos*. São reconhecidos pelos autores seis tipos de suplementos: de apelo (SA), de condição (SC), de declaração (SD), de extensão (SE), de relato (SR), e de sequência (SS). Para mais detalhes, ver Back e Mattos (1972, p. 141-158).



ta-se de outra ontologia). O uso do termo *morfologia* na teoria construtural é um exemplo claro disso.

Certamente haveria mais o que ver sobre a construtura das sentenças e de todos os outros níveis de análise. Seria interessante, talvez, um levantamento das “técnicas” formais usadas para identificar os constituintes imediatos de cada nível. Mas não pretendemos fazer aqui uma obra de introdução à linguística construtural. Vamos, então, passar rapidamente pelos outros dois grandes assuntos da *Gramática construtural*: a semântica e a estilística.

Depois de utilizar cerca de 450 páginas do primeiro volume da gramática para expor a léxica (o estudo dos significantes), no segundo volume os autores tratam de semântica e estilística. A parte destinada à semântica ocupa cerca de 250 páginas, restando cerca de 165 para a estilística.

Começemos com a semântica.

A concepção de significado que norteia a semântica proposta na *Gramática construtural* é essencialmente idêntica à da tagmêmica: dado um texto, procura-se associá-lo a uma situação no mundo; pela comparação de textos e situações determinam-se a presença e a ausência de correspondências (i.e., coisas que estão no texto e na situação, coisas que estão no texto e não na situação e coisas que estão na situação, mas não no texto). Com a repetição desse procedimento, podemos, supostamente, determinar, com boa aproximação, o significado de um texto<sup>404</sup>.

Embora localize o significado na relação entre expressões e estados de coisas no mundo, essa concepção de significado não é referencial, no sentido clássico do termo; é, antes, “culturalista”, como podemos ver no seguinte trecho:

Como a linguagem é instrumento de cultura e o texto se associa a uma situação da cultura, segue-se a necessidade de estudar a linguagem, surpreendendo um diálogo de dois nativos dentro do ambiente que lhes é próprio, para facilitar ao linguista o trabalho de associar textos e situações e de compará-los, por fim. (BACK; MATTOS, 1972, p. 478)

O mecanismo de análise semântica das expressões, como no caso da sintaxe, baseia-se fortemente no entendimento que os autores têm do processo comunicativo. Nas palavras dos autores:

404 Quem passou pela experiência de identificar estruturas morfológicas por meio das “calabas” de Kenneth Pike sabe do que estou falando. Ver, por exemplo, Elson e Pickett (1973).

A linguagem se executa dentro da cláusula. Um emissor projeta um contexto (texto e mensagem) para um receptor: o contexto parte do emissor, que é a *origem*, e atinge o receptor, que é o *destino* do contexto. O emissor e o receptor representam os *limites* de um contexto.

[...]

Entre um ponto de partida (origem) e um ponto de chegada (destino), evidentemente movimentam-se uma *carga*: a carga parte da origem (emissor) e alcança um destino (receptor). A carga desloca-se entre dois limites (origem e destino).

[...]

Uma carga que se movimenta entre uma origem e um destino determina o aparecimento de um *trajeto*. [...] Trajeto é uma mensagem constituída por uma carga e dois limites. (BACK; MATTOS, 1972, p. 533-534)

A noção de *trajeto semântico* será a noção básica para a análise semântica de todos os níveis de análise (cláusula, período, sentença, locução, vocábulo e morfema).

Tomemos a sentença “A fada transformou a moça de borralheira em princesa”.

A estrutura sintática dessa sentença é:

A fada	transformou	a moça	de borralheira	em princesa
1	2	3	8X <sup>405</sup>	8Y

Do ponto de vista do significado, temos nesta sentença uma carga (a moça) que sai de uma origem (borralheira) e chega a um destino (princesa). Temos, portanto, um trajeto.

O complemento sujeito (1) é denominado *assistente*<sup>405</sup>. A locução verbal (sol da sentença), do ponto de vista da semântica, é denominada *fato*.

Como elemento central da sentença, é o fato que “organiza” o trajeto. Ele contém em si todo o trajeto e requisita complementos que manifestem os

405 Desprezo a subclassificação dos complementos ablativos.

406 O ocupante do sujeito, se houver, sempre está presente no trajeto, mas às vezes é origem (Pedro entregou o livro ao menino), às vezes é destino (Pedro recebeu o livro do menino), às vezes é carga (Pedro foi a São Paulo) e, às vezes, como no caso, é um agente que desencadeia o trajeto. Por isso, os autores identificam o sujeito com um papel semântico genérico a que denominam *assistente*.

elementos desse trajeto. Assim, “transformar”, que é o fato da nossa sentença, “contém em si e sugere: um transformador (assistente), um transformado (carga), um estado anterior (origem) e um estado posterior (destino)” (BACK; MATTOS, 1972, p. 554)<sup>407</sup>.

O exemplo acima teria a seguinte análise semântica<sup>408</sup>:

A fada	transformou	a moça	de borralheira	em princesa
A	F	C	O	D

Os constituintes da sentença (sol e complementos) podem manifestar mais de um elemento do trajeto. Por exemplo, na sentença “Maria corou”, na medida em que “corar” é passar de uma cor para outra, o fato acumula (e impede sua manifestação por complementos) a origem e o destino; da mesma forma, “Maria” é assistente (por ser complemento sujeito) e carga. A análise semântica da sentença ficaria como abaixo:

Maria	corou
A(C)	F(OD)

Em todos os outros níveis de análise, os autores procuram identificar o trajeto semântico (com razoável grau de consistência, podemos dizer). Por exemplo, o vocábulo “acasalar” é entendido como “levar de unidades a casal” e o vocábulo “acertar” é entendido como “levar de errado a certo”. O vocábulo “mortal” é entendido como “que tem a morte como destino” e “sapateiro” como “aquele que conserta sapatos”. É preciso ter em mente que todos os outros níveis de análise, que não a própria cláusula, são obtidos a partir dela e que só nela é que têm existência.

Finalmente, a última parte da *Gramática construtural* é dedicada à estilística.

Para os autores, a estilística é o estudo dos procedimentos adotados pelos falantes para carregar de significado elementos da linguagem que, normalmente, não são significativos. Reproduzo aqui, resumidamente, um exemplo da *Gramática* (p. 721 e seguintes).

407 O que me parece um bom modo de justificar semanticamente a noção tradicional de *regência* e a decisão de considerar que a locução verbal é o sol da sentença.

408 Onde A = assistente; F = fato; C = carga; O = origem; D = destino.

Alguém assiste a uma cena, tem uma situação à sua frente e deseja comunicá-la a um ouvinte. Vira-se para o ouvinte e diz: /o.'kak.to.tõ."bow.a.tra.ve."sa.do.na."ru.a/ (o cacto tombou atravessado na rua).

A associação entre o texto do emissor e a situação permite que sejam identificados dois tipos de elementos: (a) *elementos pares* (elementos do texto que possuem correspondente na situação e vice-versa), como o cacto e a rua, por exemplo; e (b) *elementos ímpares* (elementos do texto sem correspondente na situação e elementos da situação sem correspondente no texto), como, por exemplo, as sílabas /kak/ e /bow/ no texto e o ruído da queda na situação.

Para os autores, o processo estilístico consiste, basicamente, em tornar pares elementos ímpares.

Considerando a natureza do texto – o período “O cacto tombou atravessado na rua” é parte de um poema de Manuel Bandeira –, podemos perceber que sua escolha pelo emissor permite que a sequência de sílabas /o.'kak.to.tõ."bow/, inicialmente ímpar, possa ser associada ao ruído que a queda do cacto deve ter feito na situação, ruído que era também um elemento ímpar (da situação). Da mesma forma, a presença de um pé quaternário no final da sentença /a.tra.ve."sa.do.na."ru.a/ pode ser associada à posição final do cacto, que toma a rua de lado a lado (o ritmo é um elemento ímpar do texto e a posição final do cacto na rua é um elemento ímpar da situação). O gênio do poeta estaria justamente no talento de tornar pares elementos ímpares.

O restante da parte destinada à estilística explora as possibilidades de aproveitamento estilístico de elementos ímpares em todos os níveis de análise.

Com isso, encerro essa apresentação da *Gramática construtural da língua portuguesa*. Quero acrescentar apenas que toda a teoria apresentada na gramática vem acompanhada de abundante exemplificação, retirada na maior parte de poetas e prosadores brasileiros e portugueses.

O evidente pioneirismo de Eurico Back e Geraldo Mattos em escrever uma “gramática” fora da tradição greco-latina – a *Gramática construtural* é a primeira das gramáticas que foram posteriormente denominadas “gramáticas de linguistas” – bem como a ousadia em propor não só uma gramática mas toda uma teoria (ou uma “técnica”) linguística original não foram bem recebidos pela comunidade acadêmica.

Os linguistas, que estavam, nesse início dos anos 1970, começando a ler os trabalhos de Noam Chomsky, transferiram à *Gramática construtural* as críticas que os gerativistas faziam aos estruturalistas americanos. A origem estruturalista e sua auto caracterização como uma “técnica descritiva”, acredito terem sido fatores importantes para a reação da comunidade.

Segundo Anthony Naro (1976, p. 95-96, sublinhados nossos),

O único grupo que, até agora, ousou fazer inovações dentro de uma orientação teórica foi o grupo liderado por Geraldo Mattos e Eurico Back, professores da Universidade Católica do Paraná em Curitiba (1972, 1973). Tendo como ponto de partida o enfoque tagmêmico, começaram fazendo ligeiras modificações e terminaram com um modelo que lhes pareceu suficientemente diferente da tagmêmica a ponto de merecer a nova denominação de “gramática construtural”. [...] Na realidade, a gramática construtural em nada ultrapassa suas origens estruturais, consistindo apenas de um método essencialmente taxonômico de descrição lingüística (mais do que de explicação) estreitamente baseada na análise de constituintes imediatos. [...] mas em geral é conservada a maioria dos erros característicos do estruturalismo, inclusive a concepção behaviorista básica que considera a língua como uma reação a um estímulo. Os autores, aliás, não parecem estar completamente familiarizados com, ou melhor, não parecem compreender as principais correntes da lingüística moderna, como se depreende de seu comentário sobre a “maior insistência na *performance* do que na *competence* dada pelo transformacionalismo” (1973, p. 114; as palavras-chave aparecem em inglês no texto) como também sobre o “desprezo da semântica” pelo estruturalismo (p. 113). A primeira dessas observações representa exatamente o oposto da verdade, enquanto a segunda não é menos surpreendente diante do fato de que todo o trabalho de semântica realizado no Brasil tem sido estritamente estrutural. Será possível que notícias do trabalho realizado em São Paulo não tenham chegado ao estado limítrofe do Paraná?

Mesmo que as verdadeiras realizações do construturalismo não sejam grandes e que a escola tenha a oferecer poucos avanços teóricos, o nascimento desse tipo de movimento no Brasil é de grande importância por duas razões: primeiro, o fato de que finalmente os lingüistas brasileiros tenham, pelo menos em um caso, ousado trilhar um caminho original pode ajudar a criar um ambiente que leve à indagação crítica e ao desenvolvimento intelectual. Em segundo lugar, temos o fato de que a principal obra daquela escola, os dois volumes da *Gramática construtural da língua portuguesa*, representa

uma contribuição importante à lingüística do português. Abundantemente documentada, suas principais características residem numa franca adesão ao uso real como base de descrição no lugar de alguma norma imaginada ou desejada, e no uso explícito da argumentação com exemplos e contra-exemplos a fim de estabelecer as análises ou classificações (ver também Back 1973 para uma argumentação explícita em fonêmica taxonômica). Este segundo ponto é especialmente importante em vista da tendência corrente no Brasil, já anteriormente por nós observada, de substituir a argumentação lingüística por um formalismo estéril.

Naro exemplifica bem o tipo de reação que a comunidade teve diante das propostas de Back e Mattos, embora a ressalva que faz sobre os méritos da “ousadia” e sobre a contribuição descritiva da *Gramática* não seja comum. A opinião mais comum sobre a gramática construtural no seio da comunidade científica da época é representada pela seguinte afirmação que encontramos em Altman, feita, certamente, por alguém que frequentou o curso de especialização da UnB na mesma época que Back<sup>409</sup>:

Eurico Back fez o curso e ficou famoso por ter sido o único capaz de ler Bloomfield de ponta a ponta. Não havia traduções e nem todos podiam ler em inglês. Mais tarde, Back reinventou a lingüística. Fez uma cópia da Tagmêmica e da psicolingüística behaviorista de Bloomfield. O ‘construturalismo’ nasceu dessas leituras. (DP agosto de 1992). (ALTMAN, 1998, p. 117, sublinhado nosso)

É interessante, também, o tipo de leitura que Cristina Altman faz do movimento construturalista, assumindo uma perspectiva historiográfica. Em suas palavras:

Num certo sentido, o construturalismo de Back & Mattos foi visto, neste contexto, como exceção a esta atitude que Naro considerou típica<sup>410</sup>. A fugaz, mas forte, repercussão do modelo construtural na primeira metade da década de setenta poderia ser eventualmente objeto de um estudo de caso mais aprofundado, sobretudo do ponto

409 Como já dissemos acima, Altman não identifica os autores dos “depoimentos pessoais” (DP).

410 “[O] pesquisador escolhe [...] um embasamento teórico para aplicá-lo ao estudo de determinada área da gramática portuguesa, sem dar-se ao trabalho de indagar sobre a adequação do próprio arcabouço teórico” (NARO, 1976, p. 95).

de vista da correlação entre as novas idéias que estavam surgindo face ao clima dominante de opinião da época. Nas páginas finais do manifesto de 1973 (construtura, 1:1, 112-115), Back e Mattos dispõem, em forma de lista, o que consideram as principais características do construturalismo (em oposição aos então chamados ‘estruturalismo’ e ‘transformacionalismo’). Dentre elas: o método, que deve ser dedutivo; a metalinguagem; o reconhecimento de níveis de análise superiores à sentença (diálogo, cláusula, período, sentença); uma nova divisão entre os componentes da Gramática (Fonologia, Morfologia e Sintaxe); a inclusão da Fonética, Vocabulário, Semântica e Estilística na Lingüística e o estabelecimento de universais lingüísticos.

As características citadas dificilmente poderiam ser consideradas originais, mesmo no estágio em que se encontravam as propostas estruturalistas e/ou transformacionalistas em evidência na época. Embora se lhes tenham reconhecido o mérito da tentativa (v. Naro 1976), o modelo, enquanto tal, foi rejeitado pelo restante da comunidade acadêmica que o percebeu fortemente vinculado a princípios estruturalistas (tagmêmicos), incompatíveis com o novo ideal de cientificidade gerativista (chomskiano) que começava a entrar em evidência.

Seja como for, o fato é que o movimento foi proposto como original. Nascido no Paraná, longe, portanto, dos principais eixos de divulgação – Rio e São Paulo – mesmo assim conseguiu criar seus próprios meios de divulgação, o que parece reforçar a hipótese de que o sucesso na aceitação de um conjunto de idéias parece depender mais da capacidade dos seus organizadores de constituírem grupos e obterem *commitment*, do que do valor intrínseco dessas mesmas idéias. Ainda que a apresentação e aplicação das proposições do modelo tenham se limitado, na minha amostra, aos dois artigos de Mattos na RBL (Mattos 1974: 22-39 e 1976: 59-76), é preciso lembrar que o construturalismo teve repercussão suficiente para manter um periódico durante vários anos, publicar uma gramática e também ser alvo de críticas (cf. Istre 1975), principal índice do seu efêmero sucesso. (ALTMAN, 1998, p. 281-282)

Uma das características da *Gramática construtural* contribuiu muito para que a comunidade dos linguistas a ignorasse: a terminologia. Cientes de que o empréstimo de termos de outras teorias traz consigo o risco de que as noções associadas aos termos (a ontologia) venham junto, Back e Mattos procuraram criar termos novos para noções novas e procuraram definir cuidadosamente os novos usos de termos emprestados. Com isso, o esforço para compreender

o que era dito aumentou enormemente. Se associarmos a percepção de que se tratava “apenas” de outra proposta estruturalista com a dificuldade de entender o que a teoria propunha, temos um obstáculo imenso para a boa vontade dos linguistas em aceitar a proposta (mesmo para simplesmente lê-la).

Da mesma forma, um discurso de ruptura agressivo por parte dos autores contribuiu para que a má vontade com relação à proposta se disseminasse.

Provavelmente, outro empecilho para a divulgação da *Gramática construtural* no meio universitário brasileiro foi o fato de que a grande maioria das publicações saiu pela editora FTD, editora majoritariamente voltada para as escolas de ensino fundamental e médio e com pouca inserção nas universidades.

Não obstante, sem muito medo de errar, posso dizer que a *Gramática construtural* veiculava uma teoria linguística inovadora, no contexto das teorias estruturalistas (uma “técnica de descrição” inovadora se comparada com outras técnicas existentes à época)<sup>411</sup>.

Enfim, mais do que uma causa singular, um conjunto de fatores internos e externos à proposta de Back e Mattos determinou o baixo impacto obtido entre os linguistas. Fatores “sociológicos” limitaram, certamente, o interesse da comunidade: o fato de ser produzida fora dos grandes centros de produção acadêmica (Rio de Janeiro e São Paulo) e ter sua publicação feita por uma editora com pouco acesso aos meios universitários; o fato de ter sido divulgada pelos autores numa postura discursiva “agressiva”, provocativa. Por outro lado, fatores internos, como a dificuldade de acesso às propostas em virtude do hermetismo terminológico e a fácil e clara identificação com as propostas estruturalistas diminuíram muito o interesse dos linguistas em investir esforços no entendimento das propostas teóricas apresentadas.

Alguns comentaristas atribuem esse baixo impacto basicamente à concorrência com o gerativismo, que começava a ser implantado no Brasil. É o caso de Paulino Vandresen (2001, sublinhado nosso), que afirma:

411 É o que se depreende da afirmação de Naro (1976) de que a *Gramática construtural* “representa uma contribuição importante à lingüística do português”. Por outro lado, a afirmação de que “a gramática construtural em nada ultrapassa suas origens estruturais, consistindo apenas de um método essencialmente taxonômico de descrição lingüística (mais do que de explicação) estreitamente baseada na análise de constituintes imediatos” mostra que Naro (1976) a avalia *fora* do contexto estruturalista que é seu nicho próprio.



Em termos de teorias lingüísticas, nos primeiros anos, predominou o estruturalismo, seguindo modelos americanos como Bloomfield, Sapir e Pike, ou europeus como a Escola de Praga, Martinet, Pottier etc. Tivemos até um modelo teórico próprio, batizado como “lingüística construtural”, proposto por Eurico Back e Geraldo Mattos, de Curitiba, divulgado na revista *Construtura*, e que teve como resultado de suas pesquisas uma *Gramática Construtural da Língua Portuguesa* (2 volumes), publicada em 1972 pela editora FTD, de São Paulo. A proposta construtural surgiu no momento da implantação dos cursos de pós-graduação, e não resistiu à concorrência do modelo gerativista que dominou a década de 70, graças aos novos doutores que retornavam do exterior.

Esse, certamente, é um fator a ser levado em conta – como já fizemos, antes – e acredito que seja um fator com bastante peso, mas não creio – como devo ter deixado claro – que seja o único fator determinante do baixo interesse da comunidade pela *Gramática construtural*.

Landon Lockett, professor da Universidade do Texas (Austin), escreveu uma resenha da *Gramática construtural* em 1974 (LOCKETT, 1974)<sup>412</sup> e o foco de suas críticas está centrado nas dificuldades que a inovação terminológica traz para a leitura (e para a conseqüente compreensão das ideias) e para a falta de justificativas para as inovações teóricas. É preciso destacar que Lockett não avalia a LC à luz do gerativismo, mas sempre a considera no conjunto dos modelos descritivos estruturalistas.

É importante destacar também que a proposta de Back e Mattos se apresentou sempre como um projeto destinado não só a “revolucionar” o tratamento dos fatos lingüísticos, olhando-os a partir de uma técnica descritiva nova, mas como um projeto que, no fundo, tinha sempre o olhar do professor de português, interessado em obter renovação do ensino do português como língua materna (ao menos em questões ligadas à descrição dos fatos lingüísticos).

### *Celso Pedro Luft e sua Moderna gramática brasileira*

Nos anos 1970, começam a aparecer no cenário acadêmico brasileiro as primeiras apresentações e as primeiras “pequenas análises” lingüísticas do quadro teórico denominado *gramática gerativa e transformacional*, criado por

412 É a única resenha da *Gramática construtural* feita no exterior que consegui localizar.

Noam Chomsky nos anos 1950. Rapidamente, a adesão ao modelo chomskiano faz com que a comunidade abandone as propostas estruturalistas, que acabam suplantadas pela maneira gerativista de abordar as línguas.

Novamente, os gramáticos tradicionais tentam incorporar em seus trabalhos noções e resultados do gerativismo, como haviam feito com o modelo estruturalista e com o modelo histórico-comparativo no século XIX.

Havendo publicado uma *Gramática resumida* em 1960 (com 2ª edição em 1963), Celso Pedro Luft<sup>413</sup>, ao revisar seu texto para uma terceira edição, propõe, em 1976, o que se pode considerar uma gramática completamente nova, que recebe, também, um título novo: *Moderna gramática brasileira*. No prefácio desta nova gramática encontramos o seguinte:

Esta era para ser simplesmente uma nova edição da *Gramática Resumida*. A terceira.

Depois da segunda (1963), ao passar dos anos, no meu exemplar para revisão de notas, correções e acréscimos foram se acumulando sobre o texto original. A Linguística moderna, com seus avanços, ia revirando a Gramática de alto a baixo. Primeiro a Fonologia, depois a Morfologia e a Sintaxe. Saussure, Trubetzkoy, Hjelmslev, Bloomfield, Hockett, Nida, Fries, Pike – foram imprimindo marcas indeléveis nas folhas já amareladas da minha Gramática. Por fim Chomsky – o furacão do seu Transformacionalismo varreu a Sintaxe.

[...]

Era um outro livro, embora fundado no primeiro: a mesma Nomenclatura Gramatical, com seu esqueleto orientando os termos. Pensei ser útil a professores e alunos mantendo nomes familiares, sem deixar de aplicar novas teorias gramaticais que iluminassem melhor a realidade idiomática. Aqui e ali algum termo novo, inevitável: sintagma, morfema, alomorfe, arquifonema, fone.

[...]

Pode-se criticar ao texto certa heterogeneidade teórica. Mas o ecletismo é consciente e intencional da minha parte. Não me quero preso a nenhuma teoria particular, não vejo proveito em renunciar ao que de positivo tenha carreado esta ou aquela escola. Isso pode naturalmente ser criticado por especialistas, que dirão haver aqui mistura de águas. Eu, folgo em dizer – parafraseando um linguista americano – que procuro deitar as redes onde me palpita haver peixe. (LUFT, 1979, p. xiii-xiv)

413 Celso Pedro Luft (1921-1995) foi gramático, filólogo e dicionarista. Atuou como professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Em primeiro lugar, quero dizer que a *Moderna gramática brasileira*, de Celso Luft, pode, e deve, ser criticada por seu ecletismo teórico.

Já na introdução encontramos a insólita coexistência entre a teoria da comunicação – com seus conceitos de *emissor*, *receptor*, *código* etc. – e as dicotomias clássicas *langue/parole* e *competence/performance*, respectivamente de Saussure e Chomsky. Luft tenta uma articulação entre esses três conjuntos de conceitos – em princípio, incompatíveis – da seguinte forma:

Assim, em comunicação, há *código* e *mensagem*; em linguagem: *língua* e *fala*. E, levado em conta o domínio individual do sistema coletivo por parte de cada falante, distingue-se ainda entre *competência* e *desempenho*, entre o saber e o atuar linguísticos, o saber-falar e o falar. (LUFT, 1979, p. 2)

A falta de uma teoria de referência – própria, como é o caso da *Gramática construtural* que vimos antes, ou emprestada de outros autores – é fonte de equívocos claros. Nesse amálgama de Saussure, Chomsky e teoria da comunicação, o que podemos ver é incompreensão do papel teórico que esses conjuntos de conceitos exercem em suas proposições originais. Achar que a *competência* chomskiana é o domínio individual de um sistema coletivo – a *língua* saussuriana – e que *código* é a *língua* saussuriana em uso comunicativo é não ter entendido, de fato, nenhum desses conceitos.

Para Celso Luft achar que uma postura sincrética é possível na ciência – ao menos achar que é possível na gramática – é preciso não ter compreensão de como funcionam as teorias científicas. Aparentemente, Celso Luft continua sendo um gramático “tradicional” que, desconhecendo a base teórica que sustenta sua teoria de base, quer mostrar conhecimento das teorias linguísticas mais recentes e acha que pode – impunemente – importar noções dessas teorias para sua gramática.

A *Moderna gramática brasileira* está organizada em uma introdução e quatro partes: “Sintaxe”, “Morfologia”, “Fonologia” e “Ortografia”.

Na primeira parte (“Sintaxe”), encontramos – já nas primeiras páginas – a distinção entre *frase*, *período* e *oração*, feita em moldes claramente tradicionais:

O termo mais abrangente é *frase* – a menor unidade autônoma da comunicação. Autonomia no plano significativo – uma intenção co-

municativa definida – e no plano significante – uma linha completa de entoação.

Se a frase tem pelo menos um verbo, e portanto uma oração, damos-lhe o nome de *período*. Todo período é uma frase, mas não vale o inverso: há frases sem verbo, portanto não períodos.

*Oração* é a unidade marcada por um verbo. Em geral, apresenta também um (nome) substantivo, a que se refere e com o qual concorda o verbo, constituindo a estrutura binária [Sujeito + Predicado].

A diferença entre oração e período é que este pode ser constituído de mais de uma oração. As duas entidades se confundem na frase de um só verbo: *período simples* = *oração absoluta*. (LUFT, 1979, p. 11)

Depois de definir oração, Luft vai se ocupar dos *padrões oracionais*, que são “moldes formais subjacentes”. Esses moldes são estabelecidos como cadeias de sintagmas. Em suas palavras:

*Sintagma* é qualquer constituinte imediato da oração, exercendo função de sujeito, complemento, predicativo, adjunto adverbial. Tanto pode ser uma palavra só como mais de uma palavra:

o aluno	—	está lendo	—	a história	—	com muita atenção
ele	—	lê	—	aquilo	—	atentamente
SS	—	SV	—	SS	—	SP/SAdv

Para melhor compreender os padrões oracionais, tenha-se em conta a existência de quatro posições ou casas sintáticas:

(1)	—	(2)	—	(3)	—	(4)
sujeito		Verbo		complementos		adjuntos adverbiais

Entre os “complementos”, contam-se os objetos (direto e indireto) e o predicativo. Ao lado do objeto indireto inclui o “complemento” adverbial, exigido, como aquele, por determinados verbos que se complementam com locativos: *ir, chegar, voltar a um lugar, entrar em ... , sair de ...*. Há assim várias posições 3: 3a objeto direto, 3b objeto indireto, 3c locativos (“compl.” adv. de lugar), e existem até construções com 2 locativos (*descer de ... a ... , voltar de ... para ...*). A casa 4, dos adjuntos adverbiais, não influi no padrão frasal; este é determinado, essencialmente, pelo verbo ou pela chamada “predicação verbal”. (LUFT, 1979, p. 13-14)

A forma de estabelecer os padrões oracionais (ou frasais) – como cadeias de símbolos – lembra bastante os “padrões oracionais” propostos pelo estruturalista americano Zellig Harris. Os índices atribuídos aos constituintes ime-

diatos da oração lembram os nomes dos sintagmas (“phrases”) da gramática gerativa, mas são, de modo geral, apenas projeções das classes (e subclasses) de palavras da gramática tradicional. Confira-se: *SS*: sintagma substantivo; *SAdj*: sintagma adjetivo; *SAdv*: sintagma adverbial; *SP*: sintagma preposicional (preposição + *SS*); *V<sub>lig</sub>*: verbo de ligação; *V<sub>i</sub>*: verbo intransitivo; *V<sub>tdi</sub>*: verbo transitivo direto e indireto etc. A “inovação” com relação à gramática tradicional consiste apenas em admitir um nível de articulação intermediário entre *palavra* e *oração* – o sintagma –, nível que inexistia na gramática tradicional, mas que já é previsto no estruturalismo (na teoria dos constituintes imediatos).

A estrutura que Luft atribui aos dois exemplos em que apresenta os padrões oracionais – as quatro “posições ou casas sintáticas” – nos permite concluir que ele pretende fazer a análise sintática tradicional mesclada com uma terminologia “moderna”.

Luft apresenta uma lista de 30 padrões oracionais, sempre na forma de um “molde formal” acompanhado de exemplos (de um a quatro exemplos, conforme o caso). Alguns dos exemplos<sup>414</sup>:

(1)        *SS*<sub>1</sub>        –        *V<sub>lig</sub>*        –        *SS*<sub>2</sub>  
               o menino                é                um gênio  
               Roberto                está                um homem

(12)    *SS*<sub>1</sub>        –        *V<sub>tdi</sub>*        –        *SS*<sub>2</sub>        –        *SP*  
               Leo                recebeu                um presente                de seu pai

(22)    *SS*<sub>1</sub>        –        *V<sub>i-pred</sub>*        –        *SAdj*  
               o trem                saiu                atrasado

(30)    *V<sub>i</sub>*  
               Chove.

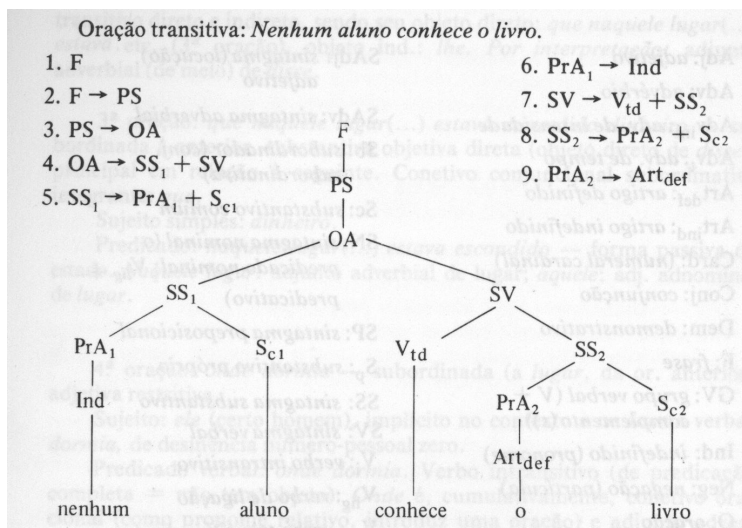
O interessante é que os três itens seguintes à lista dos moldes formais (numerados como 1.4, 1.5 e 1.6) tratam – de forma absolutamente tradicional – de *colocação*, *regência* e *concordância*.

414 O número de cada exemplo corresponde ao seu lugar na lista de padrões oracionais de Luft.

O item numerado 1.7 se intitula “Análise sintática”, que, para Luft (1979, p. 22), “examina a estrutura do período e das orações que o integram; decompõe o período em orações e cada oração em seus elementos (termos)”. Luft, explicitamente, usa a NGB para nomear os termos da oração<sup>415</sup>: vai falar de *termos essenciais, integrantes e acessórios, de sujeito e predicado, de sujeito indeterminado e inexistente, de complemento verbal, adjunto adnominal, aposto* etc. E as definições dos termos são absolutamente convencionais: “Sujeito é o ser de quem se diz alguma coisa”, “Complemento nominal é o termo que, regido de preposição, ‘completa’ a significação transitiva de um nome (substantivo, adjetivo, advérbio)” e “Adjunto nominal é o termo referido a um substantivo com as funções de determinar, qualificar, explicar”.

O mais surpreendente, no entanto, é a “representação gráfica das estruturas oracionais” (LUFT, 1979, p. 49). Encontramos, para representar as estruturas, parentetizações (como [Pedro disse [que Paulo é muito inteligente]]) e árvores sintagmáticas (denominadas *diagramas-em-árvore* por Luft), conforme Figura 11<sup>416</sup>.

FIGURA 11 – EXEMPLO DE ANÁLISE SINTÁTICA



Fonte: Luft (1979, p. 68).

415 A NGB é citada a cada momento.

416 As abreviaturas usadas nas análises da Figura 11 têm as seguintes correspondências: F: frase; PS: período simples; OA: oração absoluta; SS: sintagma substantivo; SV: sintagma verbal; PrA: pronome adjetivo; S: substantivo comum; Ind: indefinido; V<sub>td</sub>: verbo transitivo direto; Art<sub>def</sub>: artigo definido.

Como se pode ver na Figura 11, trata-se simplesmente da análise sintática tradicional representada graficamente de forma não tradicional. Nada há de gramática gerativa nesta análise, com exceção do que é mais exterior e de-simportante nela: a forma de representação. Como se pode ver no exemplo, há um conjunto de regras de reescritura que inicia pelo axioma F; F (de *frase*) se reescreve PS (de *período simples*); PS se reescreve OA (de *oração absoluta*); OA se reescreve  $SS_1 + SV$  (sintagma substantivo<sub>1</sub> + sintagma verbal);  $SS_1$  se reescreve  $PrA_1 + S_{ci}$  (pronome adjetivo<sub>1</sub> + substantivo comum<sub>1</sub>); e assim por diante. A derivação da sentença por meio das regras de reescritura permite a representação em árvore. Repito, no entanto, que o que temos sob essa forma de apresentação de regras e representações é a mais pura e legítima análise sintática tradicional.

Não vou mais aborrecer o leitor com comentários sobre o restante da gramática de Celso Luft. O leitor já deve estar esperando que eu diga que a morfologia e a fonologia dele também são completamente tradicionais e, para não o desapontar, eu direi: a morfologia e a fonologia da *Moderna gramática brasileira*, de Celso Pedro Luft, nada têm das teorias linguísticas mais modernas e são, portanto, absolutamente tradicionais. Embora diga que apresenta uma abordagem da língua assentada nas modernas teorias linguísticas (que ele não leu ou, se leu, não entendeu), Luft apresenta, quase que exclusivamente, o mesmo que as outras gramáticas escolares – entremeado, no entanto, de *formas de representação* oriundas de outra visada teórica.

Compreendo a intenção pedagógica de Luft na elaboração de sua gramática. E posso perfeitamente supor que, nas escolas, os estudantes poderão entender melhor a análise sintática tradicional se vista por meio dessas árvores sintagmáticas. Noções como a de *subordinação*, por exemplo, quando visualizadas nas árvores, ficam infinitamente mais fáceis de entender do que nas apresentações em lista da prática tradicional. O que não posso compreender – nem concordar – é que a postura eclética, desinformada e desinformante que preside a gramática de Celso Luft possa ser defendida como metodologia gramatical. Se o peixe for a teoria subjacente da gramática tradicional, “deitar as redes onde pode haver peixe” pode ser um meio de não deixar que outros pesquem alguma coisa<sup>417</sup>.

417 No final dos anos 70 do século XX, tive um aluno de mestrado que já tinha sido aluno de Luft e que o chamava – num equívoco óbvio – de “mestre chomskiano”. Esse aluno não “pescava” nada de teoria linguística.

## Conclusão

No século XX, como já dissemos no início do capítulo, o surgimento das novas abordagens teóricas na linguística – estruturalismo, gerativismo, funcionalismo – trouxe alguma alteração no quadro que vinha desde o século anterior. Por um lado, as novas teorias linguísticas trouxeram algumas inovações que levaram os gramáticos a rever alguns pontos em suas gramáticas e, até mesmo, levaram ao surgimento de gramáticas que, em princípio, pouco ou nada tinham a ver com os estudos linguísticos tradicionais. Por outro lado, os jovens em idade escolar continuaram a sofrer com manuais didáticos, dicionários e gramáticas de referência produzidos de uma forma absolutamente conservadora.

A NGB engessou completamente o estudo gramatical e tornou as gramáticas – particularmente as que almejavam sua utilização nas escolas – praticamente idênticas entre si.

Ao mesmo tempo, a partir dos anos 1960, iniciou-se uma discussão sobre o currículo escolar de língua portuguesa que tinha como meta uma completa reformulação dos conteúdos ensinados e dos métodos de ensino. Diante do evidente fracasso do ensino de português nas escolas, que resultava (e ainda resulta) em estudantes incapazes de produzir textos minimamente compreensíveis e mesmo de compreender textos escritos relativamente simples, a tônica passou a ser a demonização do estudo das estruturas gramaticais e sua substituição pelas atividades ligadas à leitura e à redação.

Muito se escreveu sobre o assunto e as opiniões não foram unânimes. No entanto, praticamente ninguém defendeu o ensino de gramática na escola, pelo menos não do jeito como vinha sendo feito até então.

Em meados dos anos 1980, por exemplo, podemos encontrar, entre outras, as seguintes obras: *O texto da sala de aula: leitura & produção*, organizado por João Wanderley Geraldi e publicado em 1984<sup>418</sup>; *Língua e liberdade*, de Celso Pedro Luft, publicado em 1985; e *Ensino da gramática. Opressão? Liberdade?*, de Evanildo Bechara, publicado em 1985.

418 Este livro é composto de 11 artigos, todos, com exceção do último, de João Wanderley Geraldi, já publicados anteriormente (entre 1975 e 1984) em outros lugares. Os autores dos textos são: Milton José de Almeida, Carlos Alberto Faraco, Ester Gebara, Jonas de Araújo Romualdo, Tânia Maria Alkmin, Sírío Possenti, João Wanderley Geraldi, Lilian Lopes Martins da Silva, Maria Nilma Goes da Fonseca e Percival Leme Brito.



O debate pode ser exemplificado por algumas das opiniões dos autores das obras de nossa pequena lista. Começo por alguns trechos extraídos de “As sete pragas do ensino de português”, de Carlos Alberto Faraco (1984, p. 17-23), texto constante do livro organizado por João Wanderley Geraldi e já publicado anteriormente (FARACO, 1975, p. 5-12). Ao tratar da quarta praga (*Gramática-confusão*), Faraco (1984, p. 20) diz:

O ponto nevrálgico do ensino de português tem sido o estudo da teoria gramatical. Vale dizer, o aluno é capaz de passar onze anos sem manter contacto direto com a língua em si. O que lhe oferecemos é apenas a meta-língua (conceitos, regras, exceções...), na ilusória certeza de estarmos ensinando a língua. Ocupamos a maior parte do tempo com falatórios sobre a língua (em vez de ensiná-la) e com exercícios de aplicação dessa teoria toda (em vez de exercícios de domínio de língua).

Na discussão da quinta praga (*Conteúdos programáticos inúteis*), encontramos Faraco (1984, p. 21) afirmando coisas como “o ensino da língua foi desviado para o ensino da teoria gramatical” ou “Como o que tem sido ensinado é o conteúdo das referidas gramáticas [gramáticas tradicionais] e este não resiste a uma crítica, o conteúdo programático da disciplina está totalmente defasado”. Faraco (1984, p. 21) discute ainda a insistência “no domínio ativo de formas arcaicas (Vós, algumas regências, “mesóclises” esdrúxulas...)”, o que, em sua opinião, tem uma séria consequência:

Consequência: Cria-se no indivíduo uma falsa idéia sobre a língua (Quantas coisas realmente importantes ficam de fora!) e sobre o estudo da língua (pensa-se que estudar a língua é só aprender essa matalotagem de coisas inúteis!). Daí, decorre o desprezo pela língua e a incapacidade de aprimorar o domínio do instrumento lingüístico. Decorrem daí, também, essas monstruosidades que são as provas de português dos concursos para ingresso em organizações públicas e particulares, dos exames supletivos e dos vestibulares (sem esquecer, é claro, das provas nas escolas...)! (FARACO, 1984, p. 21-22)

Celso Pedro Luft (1985, p. 9-10), nas primeiras páginas de seu livro *Língua e liberdade*, diz:

O que me preocupa profundamente é a *maneira de se ensinar a língua materna*, as noções falsas de língua e gramática, a obsessão gramaticalista, a distorcida visão de que ensinar uma língua seja ensinar a escrever “certo”, o esquecimento a que se relega a prática da língua, e, mais que tudo: a postura *opressora* e repressiva, alienada e alienante desse ensino, como em geral de todo o nosso ensino em qualquer nível e disciplina.

Na página 97, Luft (1985) diz: “Não é exagero dizer, talvez chocando a muitos, que *ensinar Gramática em sala de aula é inútil, se não prejudicial*, dados os métodos com que isso vem sendo feito”. Diz ainda:

Um mínimo de bom-senso nos diz que a meta das aulas de Português é conseguir que os alunos, baseados em seu conhecimento intuitivo da língua, desenvolvam e aprimorem sua capacidade comunicativa. (LUFT, 1985, p. 103-104)

Evanildo Bechara, por sua vez, faz um diagnóstico bastante conservador das razões do fracasso da escola. Em suas palavras:

A nosso ver, uma análise mesmo superficial permite apontar três ordens de crises independentes, mas estreitamente relacionadas, que acabam desaguando na ação da escola. Recebendo o aluno já possuidor de um saber lingüístico prévio limitado à oralidade, a escola não o leva a desenvolver esse potencial – enriquecendo a sua expressão oral e permitindo-lhe criar, paralelamente, as condições necessárias para uma tradução cabal, efetiva e eficiente, expressiva e coerente (falando ou escrevendo) de suas idéias, pensamentos e emoções.

A primeira crise é na ordem institucional, na própria sociedade, que, de uns tempos para cá, seguindo as pegadas de uma tendência mundial do pós-guerra, privilegiou o coloquial, o espontâneo e o expressivo, renovando, consideravelmente, a língua popular e o *argot*. Este movimento, positivo em sua essência, trouxe, pela incompreensão e modismo de muitos, uma conseqüência nefasta, à medida que o privilegiamento da oralidade estimulou o desprestígio da tradição escrita culta, já que se defendeu [...] que o verdadeiro bom estilo é aquele que se aproxima da espontaneidade popular, ou, então, aquele que se despe da artificialidade do estilo cultivado.  
[...]

A segunda crise é na universidade, já que a lingüística ainda não conseguiu constituir-se definitivamente, desdobrando-se em diversas lingüísticas que discutem seu objeto, suas tarefas e suas metodologias. Apresentadas ora paralela ora conflitivamente, a verdade é que as teorias lingüísticas ainda não chegaram a consolidar um corpo de doutrina capaz de permitir uma descrição funcional-integral do saber elocucional, do saber idiomático e do saber “expressivo”. A terceira crise é na escola, na medida em que, não se fazendo as distinções necessárias entre gramática geral, gramática descritiva e gramática normativa, a atenção do professor se volta para os dois primeiros tipos de gramática, desprezando justamente a gramática normativa que deveria ser o objeto central de sua preocupação e, em conseqüência, despreza toda uma série de atividades que permitiriam levar o educando à educação lingüística necessária ao uso efetivo do seu potencial idiomático. (BECHARA, 1985, p. 5-7)

Sem desconsiderar as diferenças entre os três autores (que não são pequenas), podemos ver, em suas opiniões, que a questão não é a existência das gramáticas, nem a sua presença nas atividades escolares, mas a maneira pela qual se ensina português em nossas escolas. O problema está, segundo eles, na escolha dos conteúdos gramaticais a serem apresentados (segundo Faraco e Luft) e na substituição, na escola, das atividades *com a língua* pelo ensino, quase exclusivo, de teoria gramatical (segundo todos os três).

Claramente, as soluções propostas para a resolução do problema são bastante distintas. Para Bechara, aparentemente, a insistência num estudo de gramática normativa, que ensine o “certo” e elimine o “erro”, a apresentação de modelos de língua extraídos da literatura “canônica” e a busca da aproximação, ao menos na escrita dos alunos, de uma forma de linguagem mais elaborada, “cultura”, literária, com certa marginalização conseqüente de formas “populares” de linguagem, seriam movimentos capazes de reconduzir a escola ao bom caminho.

Celso Pedro Luft – paradoxalmente o mais radical dos três, já que era principalmente um gramático – propõe a eliminação sumária dos estudos de gramática na escola. Em suas palavras:

O estudo da Gramática é indispensável para dominar a língua? Não. Indispensável é aprender a língua, que contém a gramática. Indispensável é aprender a *dominar o meio de comunicação*.

Saber, de forma consciente, explícita, as regras de funcionamento desse meio não é indispensável; a imensa maioria dos falantes as ignora totalmente, e até os estudiosos apenas sabem delas uma parcela ínfima.

Podemos nos mover sem saber que músculos, nervos, ossos estão em funcionamento; sem saber as regras de locomoção. Muito pianista toca de ouvido, sem conhecer notas nem acordes nem harmonização; sem saber explicitamente as regras da música.

Importante é se habilitarem as pessoas a falar claro, escrever claro, de modo eficiente, utilizar com desembaraço e prazer seu bem pessoal mais íntimo: a língua. Isso é que importa estudar, praticar, desenvolver; não regras de Gramática. (LUFT, 1985, p. 19)

Carlos Alberto Faraco, um jovem linguista (e não um gramático), com vinte e poucos anos quando escreveu o texto, apresenta uma lista de pontos que precisariam ser eliminados da escola para o bom funcionamento do ensino de português. Suas *sete pragas* são: *leitura não-compreensiva, textos “chatos”, redações-tortura, gramática-confusão, conteúdos programáticos inúteis, estratégias inadequadas e literatura-biografia*<sup>419</sup>. Sua posição quanto à presença do estudo da gramática na sala de aula é explícita: é contra (como Luft). Percebe-se, no entanto, que sua posição contrária se dirige, especificamente, à gramática tradicional – e, aparentemente, não contra a reflexão gramatical, teoricamente informada e consistente. A *praga*, então, não é exatamente a gramática, mas a gramática confusa, incompleta, inconsistente, que é capaz de dizer num momento “que o sujeito é elemento essencial da oração” e logo adiante assumir que “essencial já não significa mais essencial, porque há orações sem sujeito” (FARACO, 1984, p. 20).

O debate sobre a presença e o papel dos estudos gramaticais na escola ainda não se encerrou. Encontramos, ainda no século XX e no começo do século XXI, livros que tratam do assunto e que se posicionam frente a ele. Por exemplo: em 1996, Sírio Possenti publica *Por que (não) ensinar gramática na escola*; Mário Perini publica, em 1997, *Sofrendo a gramática*; Marcos Bagno publica

419 Boa parte das questões que Faraco levanta já foram objeto de humor na *Grammatica Portuguesa pelo Methodo Confuso*, paródia assinada por Mendes Fradique e publicada em 1928, em primeira edição. Mendes Fradique (numa alusão óbvia ao personagem Fradique Mendes de Eça de Queirós) é pseudônimo do médico, escritor, pintor, caricaturista e humorista capixaba José Madeira de Freitas (1893-1944). Além da *Grammatica*, escreveu também *Feira Livre: antologia das letras nacionais pelo método confuso*, obra publicada em 1923, e a *História do Brasil pelo Método Confuso*, obra publicada em 1927.

em 2000 a *Dramática da língua portuguesa*; e Luiz Carlos de Assis Rocha publica, em 2002 (com 2ª edição em 2007), *Gramática: nunca mais*.

Mas este livro não trata de ensino do português nem do papel que a gramática tem, poderia ter ou não, nesse ensino. Interessam-me aqui as consequências que essa discussão teve sobre a produção de gramáticas nesse final do século XX e no século XXI.

Por um lado, gramáticas tipicamente tradicionais continuaram a ser produzidas ou reeditadas – de certa forma, ignorando o debate. Por outro lado, começaram a surgir textos que propunham uma reformulação, não do ensino, mas das próprias gramáticas.

O texto mais emblemático desse movimento me parece ser o *Para uma nova gramática do português*, de Mario Perini, publicado em 1985.

Como diz Perini (1985, p. 5-6) no início do prefácio:

Este livro surgiu do reconhecimento da necessidade de se elaborar uma nova gramática do português. Enquanto a “crítica da gramática tradicional” vai pouco a pouco conquistando um lugar nos cursos de Letras, sente-se agudamente a falta de alternativas viáveis: se a gramática tradicional é inadequada, o que colocar em seu lugar? O lingüista, ao criticar a gramática tradicional, freqüentemente se choca com a objeção irrespondível: é indispensável continuar trabalhando com uma gramática cujas deficiências são evidentes, pois não existe outra que se possa utilizar.

Não que não haja descontentamento em todas as áreas interessadas: os professores sentem que a doutrina gramatical é ultrapassada, incoerente e muitas vezes simplista até a ingenuidade; os alunos tendem a desencantar-se de uma disciplina que só tem a oferecer-lhes um conjunto de afirmações aparentemente gratuitas e sem grande relação com fatos observáveis. Na sala de aula, às vezes o único refúgio são as atitudes autoritárias, quando o professor não se sente em condições de liderar discussões verdadeiramente racionais sobre gramática.

Ora, não se pode esperar do professor de Português, por mais bem formado que seja, que vá elaborando sua gramática à medida em que se desenvolve o curso; ele é um profissional do ensino, e não um lingüista: não tem o treinamento (nem o tempo) para levar a efeito pesquisa tão longa e complexa. A responsabilidade deve cair, sem dúvida, sobre os pesquisadores da universidade, das áreas de Lingüística e de Língua Portuguesa: a esses cabe a obrigação de criar a nova gramática.

Não dá para saber a influência que essas palavras de Perini exerceram no meio universitário, mas é possível perceber que, a partir do final do século XX e por toda a pequena parte do século XXI que já vivemos, a maior parte das gramáticas produzidas tem sua origem nas universidades e tem linguistas como autores<sup>420</sup>.

No próximo capítulo, vamos abordar o que se convencionou chamar de *gramáticas de linguistas*.

420 Talvez não seja necessária uma nova gramática, como quer Perini. Uma alteração drástica no modo de apresentar os conteúdos gramaticais pode ser suficiente (ver BORGES NETO, 2013b, por exemplo, e mesmo PERINI, 2010, 2016).

# Capítulo 9

---

## *A gramática no século XXI*

O fim do século XX e os primeiros anos do século XXI veem surgir, ao lado de trabalhos de orientação tradicional e de reedições de gramáticas mais antigas, uma série de gramáticas com novas orientações teóricas. Estou pensando aqui em trabalhos coletivos como a *Gramática do português falado*, com oito volumes, escrita por uma extensa equipe de linguistas (CASTILHO, 1990, 1993; ILARI, 1992; CASTILHO; BASÍLIO, 1996; KATO, 1996; KOCH, 1996; NEVES, 1999; ABAURRE; RODRIGUES, 2002)<sup>421</sup> e na *Gramática do português culto falado no Brasil*, também escrita coletivamente por uma equipe de linguistas, e coordenada por Ataliba Teixeira de Castilho<sup>422</sup> (2013-2016); penso também em trabalhos individuais como a *Gramática descritiva do português*, de Mario Perini (1995), a *Gramática de usos do português*, escrita por Maria Helena de Moura Neves (2000), a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba de Castilho (2010), a *Gramática do português brasileiro*, de Mário Perini (2010), a *Gramática pedagógica do português*

421 As entradas indicam os organizadores e as datas de publicação.

422 Esta gramática tem duas publicações: a primeira, com três volumes (JUBRAN; KOCH, 2006; ILARI; NEVES, 2008; KATO; NASCIMENTO, 2009) e a segunda com sete volumes (v. I – *A construção do texto falado*, organizado por Clélia Spinardi Jubran; v. II – *A construção da sentença*, organizado por Mary Kato e Milton do Nascimento; v. III – *Palavras de classe aberta*, organizado por Rodolfo Ilari; v. IV – *Palavras de classe fechada*, organizado por Rodolfo Ilari; v. V – *A construção das orações complexas*, organizado por Maria Helena de Moura Neves; v. VI – *A construção morfológica da palavra*, organizado por Angela Rodrigues e Ieda Maria Alves; e v. VII – *A construção fonológica da palavra*, organizado por Maria Bernadete Abaurre).

brasileiro, de Marcos Bagno (2012), e a *Gramática descritiva do português brasileiro*, de Mário Perini (2016)<sup>423</sup>.

Ao contrário da maior parte da tradição que vimos acompanhando nesses mais de vinte séculos de história da gramática, essas gramáticas não têm caráter normativo, nem ficam totalmente presas na teia teórica criada pelos primeiros gramáticos da Antiguidade clássica. Abertas para os descobrimentos da moderna teoria linguística, mesclam perspectivas teóricas com a finalidade de melhor descrever e explicar os fenômenos linguísticos do português contemporâneo.

Essas gramáticas, em virtude de sua fundamentação teórica ser buscada nas teorias linguísticas surgidas a partir da metade do século XX e serem escritas por linguistas ligados ao ensino de graduação e pós-graduação nas universidades, podem receber a denominação de *gramáticas de linguistas*.

Paralelamente, encontramos gramáticas que não se afastam muito da tradição greco-latina, como a *Gramática Houaiss da língua portuguesa*, de José Carlos de Azeredo (2008), a *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (2004), e a *Gramática da Língua portuguesa padrão*, de Amini Haury (2014).

Considerando a distância que separa as gramáticas de linguistas – na forma, no conteúdo e nos objetivos – das gramáticas que vimos estudando, podemos dizer que estamos diante de uma nova concepção de gramática<sup>424</sup>.

Seria um novo gênero textual? Vamos pensar um pouco sobre essa questão.

Os gêneros textuais são manifestações linguísticas que possuem funções sociais mais ou menos bem definidas. Cada gênero textual pode ser reconhecido por um conjunto de características comuns que envolvem a estrutura, as intenções comunicativas e o uso em situações específicas.

Desde a Antiguidade, as gramáticas (*téchnai*, *artes* ou *Institutiones*) variaram muito pouco nos objetivos, na forma e nos lugares de uso. De forma geral, sempre foram manuais didáticos, destinados ao ensino de uma língua

423 É preciso destacar, embora não vá me ocupar delas, as seguintes gramáticas, escritas e publicadas em Portugal, que podem ser consideradas como “gramáticas de linguistas”: a *Gramática da língua portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus e um extenso grupo de colaboradoras (2003), e a *Gramática do português*, em dois volumes, organizada por Eduardo Buzaglo Paiva Raposo, Maria Fernanda Bacelar do Nascimento, Maria Antónia Coelho da Mota, Luísa Segura e Amália Mendes (Fundação Calouste Goubenkian, 2013).

424 Vieira (2015) opõe um *paradigma tradicional de gramatização* (PTG) às *gramáticas brasileiras contemporâneas do português* (GBCP), que, segundo ele, estabelecem um novo paradigma de gramatização. São exatamente essas GBCP que estou chamando de *gramáticas de linguistas*.



“correta” – da leitura “correta” do texto escrito, da interpretação “correta” do conteúdo semântico dos textos, da formulação “correta” de palavras, orações e textos. Procuravam apresentar essa língua “correta” pelo estudo da estrutura e das características semânticas das palavras e das orações e procuravam evitar os “erros” – vícios de linguagem – chamando a atenção dos alunos para eles. Seu lugar privilegiado de uso, obviamente, era o ambiente escolar. As gramáticas, pelo menos desde a Antiguidade tardia, se organizaram em três (ou quatro) partes: uma *fonologia*, que estudava a “correta” pronúncia das palavras e seu “correto” registro escrito; uma *morfologia*, que estudava a estrutura das palavras e seus paradigmas flexivos; uma *sintaxe*, que estudava a organização das palavras em orações; e, em muitos casos, uma parte dedicada à linguagem figurada e aos vícios de linguagem.

Diante desse quadro, parece clara a possibilidade de considerarmos que as gramáticas constituem, pelas dezenas de séculos em que existem, um gênero textual.

Mas o quadro que apresentamos acima precisa ser relativizado. Se olharmos para as gramáticas dos especulativos da Baixa Idade Média, se olharmos para as gramáticas francesas dos séculos XVII e XVIII (Port-Royal, Condillac etc.), se olharmos para as gramáticas históricas do século XIX, veremos “gramáticas” que não se ocupam primordialmente do certo e do errado, mas se caracterizam como verdadeiros tratados sobre a natureza das línguas e sua estrutura.

Podemos supor, então, que o termo *gramática* pode ser usado (e, de fato, foi realmente usado) em dois sentidos: de um lado, livros para serem usados no ensino da língua “correta” e, de outro lado, livros que investigam a natureza e a estrutura das línguas. O que nos deixaria, provavelmente, com dois gêneros textuais distintos.

Quando olhamos para as gramáticas dos linguistas, o que vemos, de modo geral, são resultados de investigações sobre a natureza e a estrutura das línguas. Como as gramáticas modistas, como a *Grammaire* de Port-Royal, como as gramáticas históricas, as gramáticas dos linguistas pertencem a esse segundo conjunto de obras que, tradicionalmente, também recebem o nome de *gramática*.

Ficamos, assim, diante de uma questão: as gramáticas dos linguistas pertencem ao mesmo gênero textual que as gramáticas escolares? Em outras palavras, trata-se de um mesmo, e único, gênero textual?

No caso de uma resposta positiva, ficamos com o problema de considerar que a gramática de Marcos Bagno (2011), a de Perini (2016) e a de Ataliba Castilho (2010), de um lado, e a gramática de Cegalla (2005), a de Napoleão Mendes de Almeida (1979), a de Cipro Neto e Infante (1998) e a de Celso Cunha e Lindley Cintra (1985), de outro lado, são exemplos de um mesmo gênero textual – apesar das imensas diferenças que separam os dois grupos.

Se a resposta à pergunta for negativa, teremos que dizer que a *Grammatica expositiva* e a *Grammatica historica*, ambas de Eduardo Carlos Pereira, pertencem a gêneros distintos.

Não sei qual a melhor solução: compartimentar cada vez mais o conjunto de “gramáticas”, criando subgrupos, ou ampliar a caracterização do gênero textual “gramática” para incluir todas<sup>425</sup>.

Dizer que as gramáticas dos linguistas são diferentes das gramáticas anteriores não basta: a *Gramática especulativa* de Tomás de Erfurt é diferente da *Grammaire* de Port-Royal; a gramática de João de Barros é diferente da gramática de Fernão de Oliveira; e a gramática de Cegalla é diferente da gramática de Cunha e Cintra. Se procurarmos semelhanças, encontraremos semelhanças; se procurarmos diferenças, encontraremos diferenças.

O que nos resta, então, é o exame de algumas gramáticas dos linguistas de modo que semelhanças e diferenças fiquem mais claras.

Abrindo um parêntese, sugiro a leitura de dois livros: *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*, organizado por Maria Helena de Moura Neves e Vânia Cristina Casseb-Galvão (2014), e *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*, organizado por Carlos Alberto Faraco e Francisco Eduardo Vieira (2016).

No primeiro desses dois livros, encontramos a perspectiva dos autores de gramáticas diante da questão “Eu defino minha gramática como...” que lhes foi proposta. Evanildo Bechara, Maria Helena Mira Mateus, Mário Perini, Maria Helena de Moura Neves, José Carlos Azeredo, Ataliba Teixeira de Castilho e Marcos Bagno responderam à questão.

425 Rolf Kemmler, investigador da UTAD, Portugal, distingue *gramática de tratado*: a *Nova gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra, seria uma gramática; a *Nova gramática do português brasileiro*, de Ataliba de Castilho, seria um tratado. Informação recebida em comunicação pessoal. Os exemplos são meus.

No segundo livro, encontramos resenhas feitas por leitores (claramente, leitores altamente especializados, todos linguistas que lecionam no ensino superior, no Brasil, em Portugal, na Holanda ou na Itália) das gramáticas comentadas pelos autores no primeiro livro<sup>426</sup>. Os “leitores” foram Xoán Carlos Lagares, Fernando Venâncio, Roberto Mulinacci, Ana Maria Stahl Zilles, Marcelo Alessandro Limeira dos Anjos, Ana Lima, Maria Filomena Gonçalves e José Borges Neto. Cada leitor comentou uma das gramáticas.

Esses dois livros facilitam em muito minha tarefa, na medida em que me dispensam de maiores comentários sobre as gramáticas do século XXI (sobre parte delas, ao menos).

No que segue, vou examinar o comportamento de apenas duas dessas gramáticas, observando sua destinação (seu objetivo principal) e, em linhas bem gerais, sua forma de organização (embora faça também alguns comentários incidentais sobre outras gramáticas).

Talvez a gramática mais distante da tradição seja a *Gramática descritiva do português brasileiro*, de Mário Perini (2016)<sup>427</sup>.

O ponto de ruptura fundamental está no modo de encarar o papel da gramática no contexto escolar.

No capítulo 2 da *Gramática descritiva*, intitulado “Para que estudar gramática?”, Perini discorre sobre a necessidade de darmos formação científica aos alunos de nossas escolas, o que ele chama de *alfabetização científica*. A ausência desse processo de iniciação à ciência – gerador do que Perini chama de *analfabetismo científico* – tem como uma das causas uma incompreensão generalizada sobre o que é ciência. Em suas palavras:

Acho que um dos problemas é a falta de noção clara do que vem a ser exatamente a ciência. Em particular, muitos estudantes (e alguns professores) não sabem que *a ciência não é um corpo de conhecimentos e resultados; é um método de obter esses conhecimentos e resultados*. Ou seja, conhecer e decorar uma grande lista de resul-

426 Com duas exceções: a *Gramática da língua portuguesa*, de Maria Helena Mira Mateus *et al.* (2003), presente no primeiro livro, não é comentada no segundo e a *Gramática da língua portuguesa padrão* de Amini Haury (2014), que não estava entre as gramáticas apresentadas pelos autores no primeiro livro, foi incluída, e comentada, no segundo.

427 E sua versão imediatamente anterior, a *Gramática do português brasileiro* (PERINI, 2010). A maior parte das questões que abordarei aqui já estavam na gramática de 2010 e, portanto, vou reproduzir aqui várias coisas que já disse na resenha que fiz dessa gramática em Borges Neto (2016).

tados da ciência não tem nada a ver com a alfabetização científica.  
(PERINI, 2016, p. 49)

Assim, o processo de iniciação ao pensamento científico não deve se concentrar em conhecimentos e resultados, mas em instrumentar o estudante para que ele obtenha seus próprios conhecimentos e resultados (ao menos, que seja capaz de reconstruir o caminho que levou alguém outro aos conhecimentos e resultados da ciência). Em outras palavras, a iniciação científica deve levar o aluno a ser um “pequeno cientista”, capaz de observar fenômenos, criar hipóteses e testá-las, seguindo os métodos que os verdadeiros cientistas utilizam.

Perini assume que a *gramática é uma disciplina científica*, isto é, uma área de estudos sistemáticos que se ocupa da descrição das estruturas e do funcionamento interno das línguas. Como já afirmei anteriormente, uma espécie de anatomia e fisiologia das línguas. À gramática interessa o estudo das partes de que se compõem as expressões linguísticas e dos modos de articulação dessas partes; interessa também o estudo dos mecanismos de atribuição de significados às expressões. Ou seja, o foco central da gramática, segundo Perini, está no que normalmente se denomina *fonologia, morfologia, sintaxe e semântica*.

O autor não segue nenhuma linha teórica particular para construir as descrições/explicações que apresenta em sua gramática. Sem se afastar muito das propostas tradicionais, seleciona grupos de fenômenos e os trata, de maneira mais ou menos informal, como objeto de observação. Algumas descrições apresentadas são idênticas às da gramática escolar enquanto outras baseiam-se em teorias linguísticas modernas (como, por exemplo, o estruturalismo americano ou a gramática gerativa). A atenção é centrada nos fenômenos, e as descrições/explicações, de modo geral pouco complexas teoricamente, pretendem levar o leitor a reflexões sobre a gramática da língua portuguesa falada.

O linguista assume, também, que a escola trata a gramática de forma claramente anticientífica. Como ele mesmo diz: “Nas aulas de gramática, aprendemos que *sempre é um advérbio; não é um advérbio; gravemente é um advérbio. Mas nunca perguntamos: por que essas palavras são advérbios?*” (PERINI, 2016, p. 50). Decoramos classificações que, no mais das vezes, remontam ao século XIX (pelo menos) e quase nunca somos incentivados a colocar em dúvida os critérios classificatórios – geralmente obscuros – que regeram a classificação:

“A aula de gramática típica não comporta perguntas embaraçosas, referentes a como e por quês que não constam do livro adotado” (PERINI, 2016, p. 50).

Ele compara o professor de gramática a um professor de matemática que ensinasse a multiplicação aos alunos por meio de uma lista de contas –  $3 \times 4 = 12$ ,  $31 \times 6 = 186$ ,  $14 \times 11 = 154$  etc. – mas nunca explicasse como se faz uma multiplicação, “o ensino se resumia à memorização de contas individuais”. E completa:

Os alunos mencionados acima, portanto, passaram um ano tendo aulas de matemática, fazendo provas de matemática, mas saíram do curso tão analfabetos em matemática quanto eram no primeiro dia. O método utilizado garantiu que os alunos continuariam analfabetos. (PERINI, 2016, p. 50)

A *Gramática descritiva* de Perini, portanto, não é uma gramática que pretende auxiliar o trabalho de letramento (Perini, aliás, recusa explicitamente que sua gramática – ou qualquer gramática – possa ter essa função). Não se trata de uma gramática prescritiva, que busca fixar e oferecer aos alunos uma suposta norma culta. Trata-se de uma gramática escrita com a finalidade de promover junto aos alunos uma reflexão científica sobre os fatos da língua. Como diz Perini (2016, p. 56-57, sublinhado nosso):

É minha tese que a gramática *pode* contribuir para a alfabetização científica, se a tratarmos da maneira adequada. E a maneira adequada nos é indicada pelas demais disciplinas científicas: não basta aprender ciência, é essencial também *fazer* um pouco de ciência. Isso faz da disciplina científica não apenas uma fonte de informações sobre o mundo, mas um campo de treino do pensamento independente, da observação isenta e cuidadosa, do respeito aos fatos – habilidades preciosas, cada vez mais necessárias, mas que brilham pela ausência no ensino tradicional de gramática. [...] São elas que compõem o que chamo aqui “alfabetização científica”.

Ou seja, o objetivo que Perini pretende atingir com sua gramática é a alfabetização científica dos estudantes, usando um objeto de fácil acesso, que prescinde de laboratórios custosos. A opção de Perini pela língua falada tem pelo menos duas vantagens: por um lado, cada sala de aula do país conta com cerca de 30 ou 40 informantes, falantes nativos, capazes de produzir e avaliar

os dados; e, por outro lado, abre a perspectiva de que a tal “língua padrão” exigida pelas gramáticas normativas (considerada a única língua “correta”) – irreal, em boa parte – possa ser discutida pelos estudantes.

A presença de variedades não padrão ou de variedades regionais na sala de aula seria, certamente, um elemento vantajoso, na medida em que permitiria a discussão das variedades do português, os preconceitos linguísticos, os valores sociais associados às variedades, as diferenças entre fala e escrita e assim por diante.

Em suma, a finalidade pretendida por Perini com sua gramática não é a pretendida pelos primeiros gramáticos gregos e latinos, reforçada por cerca de dois mil anos de publicações de gramáticas prescritivas. Nem é a de fazer diretamente um libelo contra as “normas” irreais dos autores de gramáticas escolares tradicionais, como parece ser, em boa parte, a *Gramática pedagógica do português brasileiro*, de Marcos Bagno (2011). Também não é a de apresentar uma descrição do português brasileiro (PB) a partir de uma teoria linguística inovadora, como faz Ataliba Castilho (2010) com sua *Nova gramática do português brasileiro*. Por mais interessantes, oportunas e úteis que sejam as gramáticas de Bagno e Castilho, seus objetivos não são os objetivos de Perini. A finalidade da gramática de Perini é a formação científica dos alunos. Trata-se de uma gramática pedagógica, mas não diretamente voltada para a língua falada no Brasil; trata-se de uma gramática pedagógica que usa os dados da língua falada, mas que é voltada a uma questão mais geral, que extrapola os limites de uma única matéria do currículo escolar. Trata-se, enfim, de uma gramática que pretende ensinar os estudantes a pensar sobre a língua.

Certamente, o leitor deve estar pensando: mas essa “gramática” do Perini não é, de fato, uma gramática. E creio que começa a entender o nosso problema com as gramáticas dos linguistas.

Aproveito a menção acima para dizer alguma coisa sobre a gramática de Marcos Bagno, relacionada a seus objetivos.

Como Perini – mas não da mesma forma que ele –, Bagno considera que existe espaço nas escolas para uma reflexão sobre a língua. Em suas palavras:

Além da leitura e da escrita, também existe espaço em sala de aula para a *reflexão sobre a língua e a linguagem*. Essa reflexão deve ser feita primordialmente por meio das chamadas *atividades epi-*

*linguísticas* (Franchi 2006), aquelas que não recorrem à nomenclatura técnica (à *metalinguagem*), de modo a permitir o percurso *uso* → *reflexão* → *uso*. Isso, logo de saída, implica que tais atividades só podem ser feitas a partir de *textos autênticos, falados e escritos*, dos quais se possa apreender o funcionamento da língua na construção dos sentidos. O enfoque deve ser, portanto, essencialmente *semântico-pragmático-discursivo*: as reflexões sobre os aspectos especificamente *morfossintáticos* precisam ser lançadas contra esse pano de fundo semântico-pragmático-discursivo, de modo a conscientizar o aprendiz de que os recursos gramaticais disponíveis na língua são ativados essencialmente para a *produção de sentido e a interação social*. (BAGNO, 2011, p. 19-20)

O que se pode ver é que o que opõe Perini a Bagno parecem ser concepções diferentes de língua e de gramática. Perini, mais conservador, assume língua como sistema e gramática como a representação desse sistema e do seu funcionamento (sua “anatomia” e “fisiologia”, como dissemos acima); Bagno (2011, p. 79) assume uma posição discursiva, em que “o sistema e o uso, a gramática e o discurso, o linguístico e o social compõem um todo indissociável”. Obviamente, essas posições filosóficas e ideológicas iniciais vão determinar a forma e o conteúdo das duas gramáticas.

Vejamos o tratamento dado às classes de palavras.

O tratamento na gramática de Perini começa pela distinção entre *classe* e *função*. Em suas palavras: “As *funções* se definem no contexto em que ocorrem; as *classes* se definem fora de contexto” (PERINI, 2016, p. 400). Ou seja, a palavra *gato*, por exemplo, pertenceria a uma suposta *classe* dos substantivos, mas sua *função* só poderá ser determinada quando inserida numa oração, porque sempre poderá assumir várias funções.

A partir dessa distinção, Perini propõe uma caracterização das classes baseada no *potencial funcional* das palavras, isto é, no conjunto de funções que uma palavra pode exercer nas orações. Para ele, “Uma *classe* é o conjunto das formas que têm o mesmo potencial funcional” (PERINI, 2016, p. 291). Assim, cada palavra sempre pertencerá a uma, e apenas uma, classe, a depender de seu potencial funcional.

Essa noção de classe, evidentemente, subverte completamente as classes de palavras da gramática tradicional. Examinemos melhor.

Em “Meu amigo me telefonou ontem”, *amigo* é o núcleo do SN sujeito e, na terminologia tradicional, um substantivo. Mas em “Vou consultar um médico amigo”, *amigo* passa a ser um modificador do substantivo *médico* e, na terminologia tradicional, é um adjetivo. Segundo Perini, o potencial funcional de *amigo* seria maior do que o de *barulho*, por exemplo, que pode ser núcleo de SN e não pode ser modificador. A palavra *sufocante*, que pode ser modificador num SN (“esse calor sufocante”, por exemplo), mas não pode ser núcleo de SN, tem, por sua vez, potencial funcional distinto dos de *amigo* e *barulho*.

Perini usa traços para representar as funções: [R] para indicar a função referencial e [Q] para indicar a função de modificador. Assim, a palavra *amigo* teria como potencial funcional [+R, +Q], isto é, pode designar uma “coisa” (um “referente”) e pode ser modificadora de uma palavra referencial, enquanto *barulho* seria [+R, -Q], ou seja, não pode modificar uma expressão referencial, e *sufocante* seria [-R, +Q], isto é, seria uma palavra apenas modificadora. A velha classe dos *nomes*, da gramática tradicional, na perspectiva do potencial funcional, se vê dividida em três classes distintas: *barulho* seria um substantivo “puro”, *amigo* seria substantivo e adjetivo e *sufocante* seria apenas adjetivo.

O mais interessante é que Perini vai mostrar que não podemos pensar em classificações e subclassificações numa hierarquia, porque não estamos diante de divisões em grupos e posteriores subdivisões dos grupos: o que temos, na verdade, é *uma rede de subclassificações cruzadas*. Nas palavras de Perini (2016, p. 410):

Por exemplo, a classe das palavras [+Q] não se divide em [+class] e [-class]; isso porque, embora todas as palavras [-Q] sejam também [-class], há palavras [+Q] que são [+class] (*mecânico*) e palavras [+Q] que são [-class] (*amigo*). Ou seja, em princípio cada traço define um recorte independente do definido pelos outros traços.

Isso de certa forma é reconhecido na análise tradicional – mas, tipicamente, de maneira pouco explícita e sistemática. Assim, sabemos que os substantivos podem ser masculinos e femininos, e também próprios e comuns. Mas não se pode dizer que próprios e comuns são subclasses dos masculinos, por exemplo, porque há palavras



masculinas próprias, masculinas comuns, femininas próprias e femininas comuns.<sup>428</sup>

Perini ainda apresenta uma série de outros traços representativos de funções – [± art], [± qual] e [± próprio], entre outros – que permitiriam o estabelecimento de classes, cada vez mais especializadas funcionalmente.

O traço [± art] separa as palavras que podem “ocorrer com artigo, e nada mais, no SN” (PERINI, 2016, p. 406, grifo nosso), como é o caso de *Haiti*, que pode coocorrer com artigo (cf. *O Haiti* é um país da América Central), de palavras que não coocorrem com artigo ou requisitam a presença de outras informações no SN para permitir a presença do artigo, como é o caso de *Portugal* (cf. *Portugal/ \*O Portugal/ O Portugal de meus avós/ Meu Portugal / O meu Portugal* vai jogar contra a Alemanha).

O traço [± próprio], por sua vez, separa os nomes próprios dos nomes comuns.

Num certo momento, Perini se dá conta da complexidade da tarefa classificatória. Em suas palavras:

E agora temos seis palavras e seis classes. Uma boa notícia: *Brasil, Peru, Canadá e Japão* funcionam (quanto a esses seis traços) da mesma maneira que *Haiti*. Mas não podemos deixar de pensar: Onde é que isso vai parar? Será que vamos chegar a ter uma classe para

428 Os traços [± class] e [± qual] estão ligados à propriedade de atribuir uma qualidade à denotação de uma expressão R (como em “Meu carro tem um defeito mecânico”, em que *mecânico* atribui uma qualidade ao defeito – que não é *elétrico*, por exemplo) ou a estabelecer um “tipo”, uma “classe” dentre as que a denotação R pode apresentar (como em “Contratamos uma engenheira *mecânica*”, em que *mecânica* não está atribuindo uma qualidade à engenheira, mas está dizendo o “tipo” de engenheira que foi contratada – que não é *engenheira química*, por exemplo). Um outro exemplo (que não é de Perini) poderia ser o da palavra “romântica”. Podemos falar de *poesia romântica*, *poesia parnasiana*, *poesia simbolista* ou *poesia modernista*, indicando formas de poesia relacionadas com períodos literários; por outro lado, podemos falar também de *poesia romântica* – que trata de relações amorosas – de *poesia confessional*, *poesia bucólica* etc., sempre a partir da temática abordada. Dizer que um determinado poema é exemplo de *poesia romântica* tanto pode significar que o poema trata emotivamente de relações amorosas (adolescentes) quanto significar que o poema é representativo de determinada época (início do século XIX, por exemplo). Também podemos ter expressões como *poesia romântica romântica*, em que denotamos o conjunto de obras de caráter amoroso do período do Romantismo (em oposição à *poesia romântica modernista*, por exemplo). Pois bem. Se *romântico* indica o período em que o poema foi escrito, será um *classificador* – [+class, – qual]; se indica a temática amorosa do poema, será um *qualificador* – [–class, +qual]. Dessa forma, a palavra *romântico*, isolada, será [±class, ±qual], na medida em que pode exercer as duas funções.

cada palavra? E se for isso, como é que a gente consegue aprender uma língua? (PERINI, 2016, p. 410)

Sua proposta – não para solucionar o problema que identifica, mas para permitir um tratamento minimamente eficiente – seria o reconhecimento de algumas regularidades interessantes:

(i) um sistema de acarretamentos do tipo: “se uma palavra é [-R], é também necessariamente [-art]” ou “se a palavra é [-R], é também [-próprio]”, ou ainda, “se a palavra é [-Q], também será, necessariamente [-class] e [-qual]”;

(ii) há uma hierarquia de importância entre os vários traços: dizer *o Portugal vai ganhar a copa* é menos grave do que dizer *o sufocante me atrapalhou*, o que indica que o traço [ $\pm$  art] é menos importante para a comunicação do que o traço [ $\pm$  R];

(iii) a suposição de que existe uma relação entre o comportamento gramatical de uma palavra e seu significado.

Vamos ver com mais detalhes esse terceiro ponto.

Segundo Perini (2016, p. 411-412),

Quando aprendemos uma palavra nova, não começamos por seus traços gramaticais, mas pelo significado: *barulho* é o nome de uma coisa. Daí já se pode retirar bastante informação sobre como essa palavra vai funcionar nas sentenças da língua. Por exemplo, vai ser [+R] e isso quer dizer que podemos utilizá-la como núcleo de um SN (*esse barulho, o barulho do motor*), mas não como núcleo de uma oração (ou de um sintagma verbal): \**a Gabi barulho o dia inteiro*. Por outro lado, essa relação entre significado e comportamento gramatical não é infalível, e o significado de uma palavra não nos diz se ela vai ser [+art] ou [-art]: afinal, *Portugal* e *Haiti* são ambos nomes de países, ambos masculinos, logo por que será que só *Haiti* aceita artigo? Essa é uma idiosincrasia que tem que ser aprendida individualmente. Há muitos pontos em que a semântica não permite prever o comportamento gramatical, e esses precisam ser mapeados individualmente na gramática e no léxico.

Finalmente, tudo indica que quando se aprende uma língua a atenção se dirige primariamente aos traços classificatórios, e não às classes propriamente ditas. Cada vez que uma criança ouve uma palavra em contexto, ela formula uma hipótese, e essa hipótese se expressa em traços – a palavra é armazenada de acordo com sua composição em traços, e não em uma “gaveta” exclusiva. Isso

permite que a classificação vá se fazendo progressivamente, com o acréscimo de novos traços classificatórios.

Enfim, em linhas gerais, esse é o fundamento da classificação de palavras de Perini: as palavras apresentam traços que refletem suas potencialidades funcionais e são classificadas a partir dos traços compartilhados.

E para Marcos Bagno, como se dá a classificação das palavras?

Como Perini, Bagno não se contenta com a classificação tradicional. Para começar, ele abandona a distinção entre léxico e gramática – e, em consequência, entre morfologia e sintaxe. Em suas palavras:

A linguagem, portanto, é uma *nebulosa*, no sentido astronômico do termo, onde *léxico*, *gramática*, *discurso* e *semântica* circulam, colidem, se fundem, fazem surgir novas estrelas e planetas, onde cometas brilham repentinamente para logo desaparecer, nos ininterruptos processos de criação, destruição e recriação de mundos que é o nosso universo mental, que só ganha forma e conteúdo nas trocas incessantes com outros universos mentais, com outras nebulosas. [...] É justamente por causa desse caráter nebuloso da língua que *as classificações gramaticais não podem ser tomadas como fixas e definitivas*. Teorias linguísticas contemporâneas tentam mostrar que as palavras navegam pela nebulosa da língua sem respeitar fronteiras rígidas, sem se encaixar de uma vez por todas nessa ou naquela classe. E que as classes gramaticais não são compartimentos fechados mas, sim, domínios conceituais com um centro mais definido e bordas extremamente fluidas, por onde as palavras podem entrar e sair sem dificuldade. (BAGNO, 2011, p. 436)

Os assuntos que seriam próprios da morfologia e da sintaxe tradicionais, Bagno vai tratar numa parte de sua gramática que recebe o nome de “Lexicogramática”<sup>429</sup>.

No entanto, ele assume uma classificação “básica” das palavras: suas *classes de palavras*<sup>430</sup> são apresentadas no seguinte quadro:

429 O termo *lexicogramática* é emprestado por Bagno de M.A.K. Halliday (1925-2018), linguista inglês, criador da *linguística sistêmico-funcional* (cf. BAGNO, 2011, p. 436).

430 Bagno prefere o termo *classes gramaticais*. Provavelmente, essa escolha se deve a alguma percepção, não explicitada, de que as classes de que fala não são, necessariamente, classes de palavras.

QUADRO 12 – CLASSES GRAMATICAIS DE BAGNO

1. VERBOS	5. MOSTRATIVOS
2. NOMES	5.1. artigo
2.1. substantivos	5.2. não-pessoa
2.2. adjetivos	5.3. demonstrativos
3. VERBINOMINAIS	6. QUANTIFICADORES
3.1. infinitivo	6.1. definidos
3.2. particípio	6.2. indefinidos
3.3. gerúndio	7. ADVÉRBIOS
4. ÍNDICES PESSOAIS	8. PREPOSIÇÕES
	9. CONJUNÇÕES

Fonte: Bagno (2011, p. 504).

Obviamente, esse conjunto de classes de palavras não é exatamente igual ao das gramáticas tradicionais, menos porque faltam algumas – como os pronomes e os numerais, por exemplo – e sobram outras – como os índices pessoais e os mostrativos – e mais porque são classes de uma natureza diferente: são *classes prototípicas* e, portanto, são *classes instáveis*.

A noção de *classe prototípica* (ou *conjunto prototípico*), de que já falamos anteriormente quando tratamos da NGB<sup>431</sup>, surgiu para dar conta das *classificações naturais*, aquelas feitas no uso cotidiano da linguagem, e servem para explicar o agrupamento de elementos em classes feito a partir das experiências que temos com as coisas. Por exemplo, no uso cotidiano, termos como *fruta*, *legume* ou *ave* designam conjuntos de coisas e servem adequadamente aos propósitos da comunicação. Os limites desses conjuntos, no entanto, não são bem estabelecidos. O caso de *legume* é exemplar. Que coisas estão contidas na denotação do termo *legume* em seu uso cotidiano? Se perguntarmos às pessoas em geral, vamos encontrar aproximadamente as mesmas coisas que encontramos

431 Mas que não custa repetir, considerando que a questão vai e volta repetidamente. E porque, como se verá adiante, Marcos Bagno justifica suas classes gramaticais prototípicas usando, incorretamente, termos da biologia. Por exemplo, ele diz que “*é provável que ninguém cite o tomate ou a abóbora*” se pedirmos exemplos de frutas, “apesar de serem frutas”. Como vimos, considerar que tomate e abóbora são *frutas* é um equívoco, é ficar a meio termo entre a terminologia do cotidiano e a terminologia técnica da botânica. Bagno parece supor que há uma classificação “correta” para pinguins, tomates e abóboras, mas nunca diz que classificação é essa, nem de onde ela vem.

associadas ao termo *verdura*: folhas (alface), frutos (tomate), raízes (cenoura) etc. O que não vamos encontrar, entretanto, são os frutos das *plantas leguminosas* (frutos que se desenvolvem dentro de um carpelo ou vagem<sup>432</sup>): feijão, soja, ervilha etc., que vão ser classificados em outro grupo, o dos *grãos*. Ainda, o termo *vagem*, de uso cotidiano, é substituído por *carpelo*, na botânica, já que para algumas pessoas *vagem* pode significar apenas o carpelo em que se desenvolvem os frutos do feijão, da soja ou da ervilha, mas não o do amendoim.

No conjunto das *frutas*, vamos encontrar maçã, banana, abacaxi, morango e caju, por exemplo. Ou seja, coisas que se comem doces, habitualmente. Tomates e pepinos, por exemplo, que se comem salgados, em saladas, não serão reconhecidos como frutas, mas como verduras ou legumes. Enfim, esses conjuntos do uso cotidiano são construídos a partir de critérios que têm a ver com nossas experiências com os objetos e não com propriedades intrínsecas a eles (na melhor das hipóteses, com propriedades de forma, aparência, como no caso de considerar que o golfinho é um peixe e que o cavalo-marinho não é<sup>433</sup>). Como as experiências que as pessoas têm com os objetos são variáveis, a colocação de um certo objeto numa ou noutra classe também poderá variar – as classes são *instáveis* (alguns indivíduos incluem os pinguins na classe das aves e outros não; alguns não os incluem em determinadas fases de suas vidas e incluem em outras).

Esses conjuntos são, também, *prototípicos*, isto é, são definidos a partir de alguns elementos cujo uso pelas pessoas é razoavelmente estável, e ampliado com outros elementos por *semelhança de família*. Nas palavras de Bagno (2011, p. 437):

Por exemplo, se pedirmos a um grupo de pessoas que desenhem uma *ave*, dificilmente alguma delas vai desenhar um pinguim, embora o pinguim seja classificado como *ave*. É porque, em nosso arquivo mental, se cristalizou um *protótipo* de *ave* que corresponde à maioria das aves existentes: penas, bico, asas, capacidade de voar etc. Da mesma forma, se pedirmos exemplos de *fruta*, é provável que ninguém cite o tomate ou a abóbora que, apesar de serem frutas, fazemos com eles usos muito mais parecidos com o que normalmente classificamos como legumes. Por outro lado, o abacaxi e a

432 O termo *legumem*, em latim – de onde veio *legume* em português –, significa exatamente *vagem*.

433 Para os zoólogos, o golfinho é um mamífero e, portanto, não é um peixe; o cavalo-marinho é um peixe.

jaca, que não são propriamente frutas, mas infrutescências, podem ser citados como tais.

Por isso, se pedirmos também exemplos de *adjetivo*, as pessoas não vão elencar palavras como *cabeça*, *aranha*, *senhora*, *cheguei* e *dez*, embora elas sejam amplamente usadas como qualificativos em ocorrências como *filme cabeça*, *papo aranha*, *uma senhora casa*, *um vestido cheguei*, *esse garoto é dez...*

Assim, as classes gramaticais de Bagno são prototípicas e são instáveis.

Antes de ir adiante, gostaria de fazer um comentário sobre essa suposta natureza prototípica das classes de palavras.

A noção de classe prototípica não foi feita para servir aos propósitos da ciência. Foi criada por psicólogos<sup>434</sup> como instrumento para entender os sistemas classificatórios dos cidadãos comuns (as classificações ingênuas ou populares). Ao contrário dos cidadãos comuns, os cientistas criam *termos técnicos* que estabelecem conjuntos estáveis e não prototípicos. Os biólogos, por exemplo, criaram termos – precisos, não prototípicos – para substituir esses termos ingênuos da vida cotidiana.

A terminologia científica deve evitar a vagueza e, portanto, as classificações prototípicas. A *língua* (ou qualquer de seus falantes) pode ter classificações prototípicas; a *metalíngua*, não. O uso de classificações prototípicas na linguística me parece apenas um recurso que vai ser usado quando não se sabe como os elementos podem ser classificados (quando não se tem uma teoria da linguagem, sólida e bem determinada, que resulte numa ontologia também sólida e bem determinada) e o resultado é normalmente a reprodução de alguma classificação preexistente, quase sempre com características de classificação natural, como é o caso da classificação tradicional.

Encerrado o comentário. Volto à questão das classes de palavras em Perini e Bagno.

Claramente, todos os dois assumem que as classes de palavras são prototípicas (Bagno, explicitamente; Perini, não<sup>435</sup>). Talvez, a diferença entre eles esteja em que Perini tenta desenvolver uma espécie de procedimento que

434 Ver Rosch (1973, 1974, 1975) e Rosch *et al.* (1976).

435 Mas é o que se depreende da afirmação, citada antes: “Cada vez que uma criança ouve uma palavra em contexto, ela formula uma hipótese, e essa hipótese se expressa em traços [...] Isso permite que a classificação vá se fazendo progressivamente, com o acréscimo de novos traços classificatórios” (PERINI, 2016, p. 212).

mostra como essas classes prototípicas podem ser construídas pelos falantes no processo de aquisição da linguagem e Bagno apenas assume sua natureza prototípica. O fato de tentar montar um esquema construcional para classes prototípicas, ou seja, tentar tratar classes prototípicas da língua, *sem usar essa noção na metalíngua*, permite que Perini mais facilmente se depare com as dificuldades da tarefa.

Há uma notável semelhança entre os dois gramáticos, também, quanto à necessidade de distinguir, e simultaneamente relacionar, *classe* e *função*. Como vimos anteriormente, para Perini uma classe é um conjunto de palavras com o mesmo potencial funcional. Para Bagno (2011, p. 438), é preciso examinar “as classes gramaticais sempre junto com suas funções sintáticas”. Em suas palavras:

O caso clássico é o do *substantivo* e do *sujeito*, que são apresentados independentemente um do outro, quando seria extremamente mais proveitoso mostrar, logo de saída, os papéis que um *substantivo* pode exercer. (BAGNO, 2011, p. 438)

A preocupação de Bagno parece ser mais didática do que científica. Ele distingue classe de função<sup>436</sup>, mas o relacionamento proposto é, aparentemente, apenas temporal: classes e funções deveriam ser estudadas simultaneamente.

Por outro lado, a relação entre classe e função, para Perini, é *constitutiva*: a noção de classe resulta das funções que a palavra pode exercer<sup>437</sup>.

É notável a aproximação que se pode ver entre a classificação final das palavras apresentada pelos dois gramáticos e a classificação constante das gramáticas tradicionais.

Para Bagno, no fundo, trata-se apenas de uma reclassificação dos elementos já identificados pelos gramáticos gregos da Antiguidade. Descontando a natureza prototípica das classes<sup>438</sup>, os *nomes* de Bagno são os *nomes* da gramática tradicional; a classe dos *verbinominais* de Bagno reúne os elementos que Antonio de Nebrija classificou como *participios*, *gerúndios* e *nomes participiais*

436 Cf. parágrafo 10.8 da *Gramática pedagógica* (BAGNO, 2011, p. 462-466), que se intitula “Pronome não é classe, é função”. Nesse parágrafo, Bagno argumenta que o termo *pronome* nomeia uma função que pode ser exercida por palavras de diversas classes.

437 As funções são mais básicas; as classes são derivadas das funções.

438 Embora seja possível entender as classes de palavras da gramática tradicional como classes prototípicas também. Eu, pessoalmente, acho que são (é só ver o papel que têm os exemplos “típicos” na apresentação das classes pelas gramáticas).

*infinitivos*; a classe dos índices pessoais contém, basicamente, os *pronomes pessoais* de primeira e segunda pessoas; a classe dos *mostrativos* reúne *artigos*<sup>439</sup>, *pronomes demonstrativos* e *pronomes de terceira pessoa*; a classe dos *quantificadores* reúne *numerais* e *pronomes indefinidos*; sem falar nos *advérbios*, *preposições* e *conjunções*, que, com pequenas variações, são os mesmos que encontramos sob o mesmo termo nas gramáticas tradicionais.

Perini parece admitir apenas quatro classes de palavras: *nominais*, *verbos*, *conectivos* e *adverbiais*. Acredito que essas quatro classes sejam, na verdade, *superclasses*, já que englobam, quase todas, uma série de classes “menores”, definidas pelo potencial funcional.

Os *nominais*, por exemplo, são definidos pela possibilidade de ser constituinte imediato do SN. Como diz Perini (2016, p. 422): “Essa definição nasce da hipótese de que ser ou não constituinte imediato de um SN é um traço gramaticalmente importante”. Por esse critério delimitativo incluiríamos entre os *nominais* as palavras que vimos antes: *amigo*, *barulho*, *sufocante* e *mecânico*. Mas não consideraríamos *nominal* as palavras *de*, *então*, *certamente*, *quando* e *agora*. O importante é que os estudantes não precisam decorar listas de *nominais*. De posse do critério, poderiam decidir, em cada caso, se uma dada palavra é um *nominal* ou não.

Perini aponta para o fato de que a classe dos *nominais* é heterogênea e admite subclasses. Na apresentação dos tipos principais de *nominais*, Perini (2016, p. 428) afirma que “aqui tenho que seguir em parte a tradição, de modo que a subclassificação abaixo deve ser encarada como um convite à pesquisa, mais do que um resultado de pesquisa”. Os subtipos de *nominais* listados por Perini (com a ressalva de que se trata apenas de “alguns tipos principais”) são: *nomes* (subclasse que inclui os substantivos e os adjetivos da gramática tradicional), *pronomes*, *artigos*, *predeterminante*<sup>440</sup>, *quantificadores* e *possessivos*. Os critérios que caracterizam e distinguem as subclasses são, novamente, essencialmente sintáticos: por exemplo, a ordem (“Os artigos se caracterizam por ocuparem a primeira posição no SN” [PERINI, 2016, p. 430]) e a presença/ausência de elementos coocorrentes (“Os pronomes só ocorrem como núcleo

439 Só os *artigos definidos*, conforme fez a tradição gramatical até, pelo menos, o século XIX. Ver a *Arte* de Donato (século IV), por exemplo.

440 No singular mesmo, já que Perini considera que só existe no português brasileiro falado o *predeterminante todo* (com suas flexões). Ele considera que o *predeterminante ambos* parece ser exclusivo da escrita.



do SN” [PERINI, 2016, p. 429]<sup>441</sup>). Mesmo quando outros critérios interferem, sempre serão completados com informações de ordem ou de contexto gramatical. O caso dos possessivos é exemplar: Perini (2016, p. 434) afirma que as “palavras *meu, seu e nosso* são chamadas **possessivos**, tirando esse nome de seu significado típico” – uma caracterização de natureza semântico-nocional – para acrescentar logo depois que a “posição normal do possessivo é antes do quantificador”; e na página seguinte: “O possessivo coocorre livremente com o artigo *o*, sem diferença de significado”.

Enfim, o que se pode ver é que os dois gramáticos abordam a questão da classificação das palavras de formas distintas, apesar de apresentarem pontos de contato claros, e se afastam substancialmente do tratamento tradicional. Eu diria que Bagno e Perini dão tratamentos muito mais inteligentes e interessantes à questão da classificação das palavras – cada um de seu próprio jeito. Mas o “fantasma” da classificação tradicional não é afastado por nenhum dos dois.

Bagno (2011, p. 438-439) diz o seguinte:

*as classes gramaticais não existem* como dados da natureza, que podemos apreender pelos nossos sentidos feito uma pedra, a água, o ar, o som, uma folha, um inseto, um peixe, uma célula etc. As classes gramaticais são tentativas de apreender e categorizar aquilo que, de fato, é fluido e nebuloso. As classificações são portanto arbitrárias e artificiais, necessárias para apreendermos de modo mais sistemático o fenômeno linguístico, mas não são “coisas em si”, não têm “existência” fora da teoria que as elaborou. E a depender justamente da teoria, essas classes podem ser 2, 12, 15, 66 ou 150. Nós, por exemplo, vamos propor, no próximo capítulo, 9 classes, com alguns nomes diferentes dos da TGP [*Tradição Gramatical do Português*] e uma distribuição bem pouco tradicional dos membros de cada uma.

Se as classificações são *artificiais e arbitrárias* e só têm existência na *teoria que as elaborou*, não se entende por que Bagno fica a todo momento fazendo menção às classes da gramática tradicional e por que as usa como base empírica para sua própria classificação. É como se ele dissesse: “os gramáticos gregos identificaram *nomes* (substantivos e adjetivos) na linguagem, mas o tratamento que deram aos nomes não é adequado. Vou, então, propor um novo tratamento

441 Para Perini, apenas os pronomes pessoais da gramática tradicional estão incluídos na classe dos *pronomes*.

(dos mesmos *nomes* já identificados e classificados)”. Parece claro que Bagno toma como objeto de seus estudos a gramática greco-latina naturalizada. O que era um recorte teórico para os gramáticos tradicionais passou a ser um recorte empírico, suscetível de nova teorização. Bagno não está simplesmente classificando palavras, está (re)classificando *nomes*, *verbos*, *preposições*, *advérbios* etc. da gramática tradicional.

Perini tem clareza quanto ao fato de que sua classificação não chegará aos mesmos resultados que a classificação tradicional, que resulta de uma descrição (e uma teoria) específica, que não é a sua:

E é preciso também reconhecer que mesmo nessa versão resumida há classes em número muito maior do que as mais ou menos dez que encontramos nas descrições tradicionais, e que algumas têm um número muito reduzido de membros. (PERINI, 2016, p. 413-414)

E também, como Bagno, não deixa de voltar à classificação tradicional. Ao referir-se aos nominais, ele diz:

Há muita coisa a pesquisar no que diz respeito à definição de nominal; certamente não se trata de um grupo homogêneo, mas por outro lado podem ser contrastados com bastante clareza com as outras classes de palavras da língua. Esse grupo inclui todos os itens tradicionalmente chamados “substantivos”, assim como os chamados “adjetivos”. Os “artigos” e “pronomes demonstrativos” da gramática tradicional também são nominais. (PERINI, 2016, p. 423)

A menção a “substantivos”, “adjetivos”, “artigos” etc., mesmo quando identificados como classes da gramática tradicional, mostra que a classificação tradicional tem um papel importante na sustentação da gramática de Perini.

Mesmo que não se possa afirmar que Perini e Bagno fundamentem seus trabalhos na classificação das palavras feita pela gramática tradicional, chama a atenção o uso que fazem dela. Em ambas as gramáticas, os termos tradicionais são usados para fazer referência a conjuntos específicos de palavras. Todos os dois gramáticos assumem que há grupos de palavras que podem ser chamados de *pronomes*, *substantivos*, *conjunções* ou *verbos*, porque foram assim chamados na teoria greco-latina. Os termos que designam esses grupos podem ser tomados como uma espécie de *abreviação atórica*, como um recurso prá-

tico e econômico de referir-se a cada um dos grupos de palavras. É esse uso dos resultados (noções, classificações) da gramática tradicional como ponto de partida em outras teorias, mais novas, mais consistentes, mais “científicas”, que eu venho chamando de *uso protocolar*. Ou seja, tanto Perini quanto Bagno usam protocolarmente a gramática tradicional.

Sempre se poderia dizer que esse é um procedimento normal, eticamente correto na pesquisa científica: toma-se uma teoria mais antiga e, a partir dela, propõe-se uma teoria nova. O problema não está em tomar uma teoria da linguagem como ponto de partida; está em assumir as noções teóricas, relações e classificações como se fossem representações fiéis do objeto empírico. Bagno, por exemplo, tem clareza de que as classes não são dados da natureza, mas parece usar as classes tradicionais como se fossem: não se consegue ver, em seu trabalho, uma crítica ao sistema classificatório das gramáticas tradicionais, mas apenas uma reorganização das classes – que, com poucas exceções, se mantêm intactas no interior do novo sistema de classificação. E o mesmo ocorre no trabalho de Perini.

Na *Gramática pedagógica* de Bagno, encontramos a seguinte afirmação, que merece ser comentada:

Fruto de intuições geniais, sem dúvida, e de grandes sacadas dos filósofos, a nomenclatura grega está, como qualquer produto intelectual humano, profundamente enraizada no ambiente cultural, religioso, social, econômico, político e ideológico existente nos momentos históricos e nos lugares específicos em que ela foi produzida. É fundamental, portanto, expulsar o fantasma que tantas pessoas teimam em invocar quando se referem à nomenclatura gramatical tradicional e à quimérica necessidade de ensiná-la tal e qual aos alunos na escola, sem submetê-la a crítica, como se fosse um conjunto de dogmas religiosos, cujo descumprimento leva ao inferno e à perdição da alma. (BAGNO, 2011, p. 417)

A posição de Bagno não é nova. Muitos acreditam que os gregos criaram apenas uma *nomenclatura*<sup>442</sup>. Como já disse acima, o que os gregos criaram foi uma *teoria* para a língua grega. A nomenclatura de que fala Bagno é apenas a terminologia utilizada pelos gramáticos gregos e latinos para nomear os ele-

442 Por exemplo, Robins (1979, p. 31).

mentos, as classificações, operações e relações que sua teoria permitia ver nos fenômenos linguísticos. As nomenclaturas sempre refletem uma *ontologia* que o olhar teórico constituiu.

Concordo inteiramente com Bagno quando ele diz que os produtos intelectuais humanos refletem um pensamento próprio de uma cultura num certo momento histórico. Uma nomenclatura reflete uma ontologia (uma decisão sobre o que existe no objeto sob exame). Se a nomenclatura (e a ontologia que a sustenta) representa um certo modo de pensar a linguagem, próprio dos gregos que viveram no intervalo temporal que vai, mais ou menos, do século IV a.C. até o século III d.C., sua importação pelas teorias contemporâneas implica que o pensamento grego que gerou a teoria, a ontologia e a nomenclatura acaba por vir junto (queiramos ou não). É preciso concordar também que não faz sentido ensinar em nossas escolas essa nomenclatura (e a teoria/ontologia que ela representa). Faz menos sentido, ainda, se a teoria vier “escondida” debaixo da nomenclatura grega, *traduzida e atualizada*.

Quando Bagno fala que é necessário criticar a nomenclatura ao ensiná-la aos alunos, uma pergunta se impõe: *Como é que se critica uma nomenclatura?* Certamente, não será discutindo os *termos* (no estilo: prefiro o termo A e não o termo B, como parece ter acontecido, ao menos em parte, na criação da NGB). Parece claro para mim que criticar a nomenclatura gramatical grega só pode significar *criticar as noções que estão por trás dos termos* (a ontologia, portanto). O que se critica não é a terminologia, mas as noções teóricas denotadas pelos termos, ou seja, a teoria que ela representa. É possível manter uma nomenclatura e alterar as noções denotadas, assim como é possível alterar a nomenclatura e manter inalteradas as noções originalmente denotadas<sup>443</sup>. Suponho que o que Bagno está dizendo é que não se pode ensinar a *teoria* da gramática greco-latina sem a necessária crítica, que não se dirige aos termos, mas às noções teóricas nomeadas por eles.

O que merece ser debatido, ainda, é o que se esconde por detrás dessa consideração de que os gregos criaram apenas uma terminologia. Penso que poderia ser a suposição de que os termos da gramática greco-latina são apenas

443 É possível dizer o mesmo com outras palavras e é possível dizer algo drasticamente diferente com exatamente as mesmas palavras (cf. o conto “Pierre Menard, autor de Quijote”, do livro *Ficciones*, de Jorge Luís Borges [BORGES, 1989, p. 444-450]). Sobre esse conto e uma possível relação com a gramática, ver Borges Neto (2014).

rótulos que nos permitem abordar conjuntos de fenômenos empíricos, que são da língua e não resultam de uma elaboração teórica particular desenvolvida por gregos e latinos. Acho que essa suposição é o primeiro passo para a naturalização da teoria tradicional.

Um último ponto merece ainda consideração, mesmo que rápida.

A gramática de Bagno se intitula *Gramática pedagógica do português brasileiro* e a gramática de Perini se intitula *Gramática descritiva do português brasileiro*. Se olharmos para os títulos, vemos que o que poderia diferenciá-las é a caracterização de uma como *pedagógica* e da outra como *descritiva*. Supondo que a escolha desses termos para constituir os títulos possa ter uma motivação real, quero sugerir que os títulos deveriam ser trocados. A proposta de Perini é de escrever uma gramática que ensine os estudantes a observar os fenômenos linguísticos, propor e testar hipóteses sobre a natureza e o funcionamento dos fenômenos observados e todos os resultados que apresenta são quase sempre acompanhados de observações sobre a provisoriidade da solução e a necessidade de estudos mais aprofundados. Trata-se, obviamente, de uma gramática *pedagógica*. Não mais destinada à pedagogia da língua, mas à pedagogia do processo de reflexão sobre os fatos da linguagem e da construção de propostas teóricas. A gramática de Bagno é quase sempre um conjunto de produtos, de resultados da investigação sobre a linguagem. É uma gramática cheia de certezas, seja sobre a origem galega do português, seja sobre a natureza das classes gramaticais, seja sobre os preconceitos linguísticos, suas origens e suas consequências. Trata-se então de uma gramática eminentemente *descritiva*. Não apenas descritiva quanto à análise que o autor considera adequada aos fenômenos, mas também descritiva quanto às soluções que outros já propuseram para as questões levantadas.

Quero concluir este capítulo dizendo que as gramáticas dos linguistas trazem, por um lado, novas ideias sobre os tratamentos possíveis dos fenômenos linguísticos, fazendo reanálises mais bem fundamentadas que as da gramática tradicional, mas, por outro lado, ainda estão excessivamente presas à tradição, na medida em que não conseguem se libertar de suas noções e classificações, seja porque as têm naturalizadas, seja porque as assumem protocolarmente.

Uma das questões que os antropólogos enfrentam quando estudam outras culturas é o risco de procurar equivalentes dos fenômenos de sua própria

cultura e de seus valores culturais. Os antropólogos tomam certos cuidados para que a diversidade cultural seja respeitada e para que as outras culturas, que não a sua, sejam descritas “objetivamente”, tanto quanto possível, e não pela superposição dos valores culturais próprios da cultura do pesquisador.

Talvez a naturalização (e o uso protocolar) da gramática tradicional seja inevitável, mas a consciência desse risco diminui muito o “estrago” que pode vir daí.

# Capítulo 10

---

## *Os três grandes módulos da gramática*

Neste último capítulo, vou fazer um breve apanhado de cada um dos três módulos principais da gramática tradicional: *fonologia*, *morfologia* e *sintaxe*.

Obviamente, os termos *fonologia*, *morfologia* e *sintaxe* não aparecem em todas as gramáticas nesses mais de dois mil anos de história, mas os assuntos que reconhecemos pertencer a cada um desses módulos – pelo menos desde a Antiguidade tardia – sempre estão presentes<sup>444</sup>.

### **Fonologia**

Antes de começar minha análise, cabe uma advertência.

Certamente houve estudos das características sonoras da fala humana desde a Grécia antiga. Como vimos, Aristóteles já separava os sons da fala em vogais e consoantes e reconhecia propriedades de vários desses sons. Consta inclusive, segundo Diógenes Laércio, que Diógenes da Babilônia teria escrito uma *téchnē* sobre os sons da fala (*Téchnē perí phōnēs*).

Minha questão, neste capítulo, se concentra em como o sistema sonoro da língua é apresentado *nas gramáticas*, ou seja, como as gramáticas tratam o que estamos chamando – anacronicamente, com certeza – de *fonologia*.

Ao olharmos a história dos estudos dos sistemas sonoros nas gramáticas, podemos ver que há estudos que tratam os sistemas sonoros de forma

444 Não vou incluir as *gramáticas dos linguistas* nesses percursos (exceto por alguns comentários incidentais no item referente à morfologia). Elas acabam por ser tão diferentes entre si e tão diferentes do *mainstream* que sua inclusão exigiria um esforço interpretativo que não tenho condições de fazer no momento.

integrada com os sistemas de escrita – algo como “fonologia + ortografia” – e há estudos que tratam os dois sistemas de forma independente – algo como “fonologia” e “ortografia”.

Também podemos ver, usando outro critério, que há estudos, de fonologia e de ortografia, que se debruçam apenas sobre uma única língua, e há estudos que consideram (comparam) fonologia e ortografia de línguas distintas.

Com esses dois critérios opositivos, podemos pensar em quatro tipos de fonologia:

- (i) fonologia e ortografia integradas, de uma única língua;
- (ii) fonologia e ortografia integradas, tendo como objeto duas ou mais línguas;
- (iii) fonologia e ortografia autônomas, de uma única língua;
- (iv) fonologia e ortografia autônomas, tendo como objeto duas ou mais línguas.

Creio que esses quatro tipos de abordagem dos sistemas fônicos e gráficos das línguas podem ser encontrados na história da gramática.

O tipo mais antigo é o que trata a fonologia e a ortografia de forma integrada e tem como objeto uma única língua. É o sistema da gramática grega, da gramática latina e de parte das gramáticas medievais<sup>445</sup>.

Como vimos, a questão para os gramáticos gregos não era a pronúncia das palavras de sua língua – que era a única língua reconhecida como tal –, mas a leitura em voz alta de textos escritos. Isto é, a questão central era a necessidade de transformar, corretamente, os sinais gráficos em elementos sonoros. Além disso, a noção de *letra* (*gramma*) incluía tanto a face gráfica quanto a face sonora (fonema + grafema).

Essa forma de abordagem dos fenômenos fonológicos dos gramáticos gregos foi adotada pelos gramáticos latinos e aplicada às *letras* (*litterae*) do latim. Assim, também as gramáticas latinas estudavam o sistema sonoro do latim de forma integrada ao estudo do sistema gráfico. Até onde eu sei, não há nada que se aproxime de um estudo comparativo entre os dois conjuntos de sistemas: sonoro/gráfico do grego e sonoro/gráfico do latim. Provavelmente, isso se dá pela autonomia das duas línguas: grego é grego, latim é latim.

445 É preciso recordar que as gramáticas especulativas não trataram de fonologia ou de ortografia.



No caso das línguas vernáculas, há uma mudança na situação: a questão é que castelhano e português (e francês e italiano e...) eram e não eram latim.

Com as gramáticas renascentistas – século XVI –, o quadro se altera sensivelmente: o fato de que os sistemas de escrita usados para o castelhano, por Antonio de Nebrija, e para o português, por Fernão de Oliveira e por João de Barros, usavam o alfabeto latino<sup>446</sup> colocou novos problemas. O uso de um sistema gráfico construído para o latim sendo usado como representação dos sistemas sonoros do castelhano ou do português, que eram diferentes do sistema sonoro do latim, demandou adaptações relativamente severas no estabelecimento da pronúncia das letras: desaparecimento de sinais gráficos, criação de novos sinais gráficos, sinais dobrados, diacríticos etc. passaram a ser uma necessidade. A ideia de *letra* como uma unidade híbrida, fonema + grafema, se manteve no período.

Os renascentistas passaram a fazer o segundo tipo de fonologia: fonologia e ortografia integradas, tendo como objeto a comparação de duas línguas. A comparação entre a pronúncia associada aos sinais gráficos pelos falantes de latim e a pronúncia associada aos mesmos sinais gráficos pelos falantes de castelhano e português passou a ser uma questão importante.

Essa comparação teve o mérito de forçar um estudo mais profundo e detalhado dos sistemas sonoros das línguas vernáculas, como se pode ver nos trabalhos de Nebrija e de Fernão de Oliveira.

Nos dois séculos seguintes – século XVII e XVIII – o quadro não se altera substancialmente. A discussão da necessidade de sinais gráficos adicionais ao alfabeto latino para a adequada representação dos sistemas sonoros das línguas vernáculas aparece em muitas gramáticas. Por exemplo, os Senhores de Port-Royal, ao tratar da fonologia do francês, dizem coisas como:

Além disso, o *u*, pronunciado *ou* como o faziam os Latinos e como o fazem ainda hoje os Italianos e os Espanhóis, tem um som bastante diferente do *u*, como o pronunciavam os Gregos e como o pronunciavam os Franceses. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 10)

446 Na verdade, nenhum gramático renascentista *propôs* que o alfabeto a ser usado nas línguas vernáculas fosse o alfabeto latino; eles apenas *reconheceram* que era isso que acontecia. O que ocorreu foi uma transição lenta e gradual do latim ao castelhano, ao galego e ao português e uma conservação (por inércia, talvez) muito mais resistente do sistema de escrita.

Com o passar do tempo, e com a diminuição do prestígio do latim, a comparação entre os dois sistemas sonoros – por exemplo, latim e português – tende a desaparecer, mas a preocupação com a “correta” pronúncia dos sinais gráficos permanece. Aparentemente, então, os estudos fonológicos parecem retornar ao primeiro tipo (fonologia e ortografia integradas de uma única língua).

É interessante notar que a preocupação com o sistema sonoro é pouco relevante em boa parte das gramáticas portuguesas do século XVIII. Jeronymo Contador de Argote, por exemplo, em 1725, tem um capítulo sobre ortografia no final de sua gramática – denominado “Tratado breve da orthografia da lingua portuguesa” – em que faz algumas poucas observações sobre o sistema sonoro do português<sup>447</sup>; Reis Lobato, em 1770, apenas apresenta as letras do alfabeto<sup>448</sup>.

A partir da segunda metade do século XVIII, e no século XIX, em função do predomínio de uma concepção de ortografia etimológica, a ortografia começa a se destacar da fonologia propriamente dita.

Como vimos, nesse período ocorreu um grande debate em Portugal a respeito da natureza que deveria ter a ortografia: se de pronúncia ou se etimológica.

Se a ortografia de pronúncia tivesse prevalecido, teríamos, idealmente, uma situação de pareamento fonema/grafema na relação de um para um<sup>449</sup>. A ideia de *letra* como elemento híbrido fonema + grafema e o modelo greco-latino de fazer fonologia e ortografia de forma integrada poderiam ser mantidos. Como prevaleceu a ortografia etimológica, o estudo do sistema sonoro da língua e o estudo do sistema gráfico, que passou a sofrer interferência forte de considerações da história das línguas, passaram a receber abordagens relativamente autônomas. A ideia de letra como elemento híbrido de som e sinal gráfico fica mais difícil de manter: como sustentar essa ideia diante de sinais gráficos que não correspondem a nenhum som ou de sons que podem ser representados por mais de um sinal gráfico?

447 Argote diz que as letras têm *nome, figura e poder*. A letra F, por exemplo, tem um *nome* – “efe” – uma *figura*, que é o sinal gráfico que a representa, e um *poder*, que é o som a que se associa.

448 Ele diz coisas como “A *letra* é a *compreensão de hum som, que se não póde dividir na pronúnciação, como v. gr. A, B*” (LOBATO, 1770, p. 4).

449 Considerando as pronúncias regionais, por exemplo, esse pareamento ideal dificilmente poderia ser obtido.

É interessante notar que essa situação de relativa autonomia de fonologia e ortografia, na medida em que incorpora elementos da história dos sistemas sonoro e gráfico da língua, pode ser considerada representante do quarto tipo de fonologia, que caracterizamos como *fonologia e ortografia autônomas tendo como objeto duas ou mais línguas*. As gramáticas da segunda metade do século XIX e do início do século XX, por exemplo, baseiam-se fortemente nas ideias da linguística histórico-comparativa e tanto a fonologia quanto os estudos ortográficos do período levam em consideração a evolução histórica dos dois sistemas (e de sua relação), incluindo aspectos do latim e do grego e de algumas outras línguas que conduziram a língua portuguesa ao estado a que chegou.

No final do século XIX, Aniceto dos Reis Gonçalves Viana (1840-1914) descreve, em bases científicas, a fonética do português falado em Lisboa e em 1885, com a colaboração de Guilherme Augusto de Vasconcelos Abreu (1842-1907), propõe um sistema ortográfico, num texto denominado “Bases da ortografia portuguesa”<sup>450</sup>.

O sistema ortográfico de Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu não é nem de pronúncia, nem etimológico, mas, partindo de considerações de ambas as posições, pretende ser simples, uniforme e sistemático<sup>451</sup>. Segundo Kemmler (2001, p. 268):

Influenciados pela linguística histórico-comparativa, os autores reconhecem que, visto que a língua é um facto social, nenhuma pessoa pode unilateralmente introduzir nem mudanças linguísticas nem ortográficas, pois esta última seria “[...] o sistema de escrita pelo qual é representada a língua dum povo ou duma nação num certo estado de evolução glotológica” (Viana/Abreu 1885: 5). Partindo igualmente do pressuposto de que a ortografia deve ser igual para todos os falantes da língua, esta, segundo os nossos ortógrafos, só poderia basear-se na “filiação histórica” (Viana/Abreu 1885: 5). Esta atitude assenta nos seguintes princípios:

- a) não é admissível que uma das variantes do diassistema se imponha sobre outras variantes;

450 Como se pode ver, no fim do século XIX encontramos estudos fonético-fonológicos, científicos, conduzidos independentemente da ortografia (e produzidos *fora* do contexto das gramáticas). Encontramos, também, propostas de ortografia que não se baseiam diretamente na fonologia.

451 Sobre esse momento de passagem de um sistema ortográfico etimológico para um sistema simplificado, ver Gonçalves (1992); para um estudo mais abrangente das alterações no sistema ortográfico em Portugal, ver Kemmler (2001).

- b) a fonografia não é capaz de unificar as variadas pronúncias, especialmente estando disponível somente o inventário grafemático convencional.

É precisamente no último aspecto, nomeadamente quando os autores reconhecem que é indispensável uma acentuação gráfica “subordinada às leis de acentuação na língua falada” (Viana/Abreu 1885: 5) quando se trata de dar informações sobre onde fica a sílaba tónica da palavra, que se torna evidente que estão a tentar nortear-se pela pronúncia. No mesmo instante, é natural que a adesão à representação gráfica do elemento histórico em detrimento do elemento fónico possa ser explicada pela intenção dos reformadores de se distanciarem dum projecto dificilmente realizável, como a implantação de um sistema no qual a fonografia estivesse a servir de critério prevalecente (isto é, de projectos como aquele da Comissão do Porto). Assim, Gonçalves Viana e Vasconcelos Abreu não chamam o seu sistema ortográfico nem sónico (etc.) nem etimológico, mas simplesmente “Ortografia Portuguesa”, devendo esta ser “uniforme e cientificamente sistemática” (Viana/Abreu 1885: 4). Visto que este sistema se encontra situado a meio caminho entre a mera etimologia e a mera fonografia, verifica-se que estamos perante as primeiras manifestações da ‘Ortografia Simplificada’, sistema que chegaria a dominar até aos nossos dias.

Em Portugal, a questão ortográfica só estará resolvida em 1911, com a publicação do *Relatório das bases da reforma ortográfica*, que, com força de lei, estabelece uma ortografia oficial para o país.

Em Kemmler (2001, p. 289-290) ainda se lê:

Ainda antes da reforma portuguesa, em 25 de Abril de 1907, a Academia Brasileira de Letras votara no Rio de Janeiro uma reforma ortográfica proposta por José Medeiros e Albuquerque. Já na época da reforma era previsível que iria ser necessário tentar estabelecer as bases para uma ortografia unificada luso-brasileira. Esta ainda hoje não foi definitivamente alcançada, mas houve várias tentativas de acordos ortográficos, a última em 1990<sup>452</sup>; tentativas através das quais os académicos tentaram eliminar as divergências linguístico-ideológicas existentes em ambos os lados.

452 1990 é a data em que se iniciam as tratativas para que se chegasse ao Acordo de 2009.

A última dessas tentativas de unificação foi o Acordo Ortográfico de 2009, já em vigor no Brasil, em Portugal e na maior parte dos países de língua portuguesa. Cabe dizer que esse Acordo não é, de fato, uma “reforma ortográfica” e admite formas distintas de escrita para as palavras, a depender da pronúncia que recebem no Brasil, em Portugal ou em qualquer dos outros países que o assinaram. Dessa forma, na medida em que, em Portugal, a palavra *facto* é pronunciada com o “c” (/’fak.to/), essa forma é aceita pelo Acordo, mesmo que não pertença, por exemplo, ao vocabulário ortográfico brasileiro.

No Brasil do século XIX a solução da questão ortográfica não foi diferente. Ao mesmo tempo em que prevaleceu uma ortografia etimológica, à imitação da portuguesa, apareceram propostas de ortografias fonéticas, como, por exemplo, a de José Joaquim Leão (1829-1883), conhecido como *Qorpo Santo*. Já na Reforma de 1907, que normatizou a ortografia no Brasil, restou uma “ortografia simplificada”, nos moldes da portuguesa, embora não igual a ela.

Portanto, seja pela adoção de uma ortografia etimológica, seja pela adoção de uma ortografia simplificada, as condições para a completa autonomia dos dois estudos – ortografia e fonologia – estão dadas no final do século XIX.

No entanto, não há, ainda, como abandonar completamente a letra (e, portanto, a ortografia) como base para os estudos fonológicos: sem a estabilidade e a concretude da noção de *letra*, a fonologia se perde na variação quase ilimitada dos sons. O desenvolvimento dos estudos fonéticos, com o crescente detalhamento descritivo da base sonora das línguas, coloca os gramáticos e os linguistas diante de uma imensidão de fenômenos fonéticos distintos que só podem ser agrupados a partir das noções ortográficas (da noção de *letra*, particularmente).

A completa independência entre a fonologia e a ortografia, portanto, só vai acontecer no início do século XX, com o surgimento da distinção entre *fonética* e *fonologia*<sup>453</sup>. A noção de *fonema* vai garantir a base estável para que os sons possam ser classificados e agrupados de forma consistente, papel que era tradicionalmente exercido pela ortografia (pelas letras, mais propriamente). Com a noção de *fonema*, a ortografia deixou de ser necessária para os estudos fonológicos e só então os dois tipos de estudo puderam se tornar verdadeiramente autônomos. E praticamente todas as gramáticas passam a incorporar a

453 Agora no sentido atual dos termos.

noção de fonema em seus estudos de fonologia, iniciando o aparecimento, nas gramáticas, do terceiro tipo de fonologia (fonologia e ortografia autônomas, tendo como objeto uma única língua)<sup>454</sup>.

Paralelamente à noção de fonema, que só pode ser aplicada a sistemas sonoros de línguas particulares, a reunião de todas as intervenções que se foram fazendo nos vários alfabetos para dar conta das peculiaridades dos diversos sistemas sonoros, das mais diferentes línguas, permitiu a criação de um “alfabeto”, de caráter puramente fonético, de certa maneira semelhante ao que se propunha nas ortografias de pronúncia (um símbolo, um som), mas declaradamente desvinculado de qualquer sistema ortográfico particular: o Alfabeto Fonético Internacional (IPA, na sigla em inglês), criado pela Associação Fonética Internacional.

## Morfologia

Por um lado, a morfologia é o módulo mais conservador das gramáticas; por outro lado, é o módulo em que mais se encontram pequenas mudanças. O aparente paradoxo da afirmação pode ser resolvido se pensarmos nos assuntos que são tratados pela morfologia.

Desde Dionísio Trácio – desde o século I a.C., portanto –, a “morfologia” é a parte da gramática em que se estudam as palavras isoladas, sua classificação, sua estrutura e suas relações estruturais e semânticas com outras palavras. Para simplificar, a morfologia estuda as classes de palavras, os sistemas flexionais e os processos derivacionais.

Começemos com as classes de palavras.

Dionísio Trácio estabeleceu uma lista de oito delas: *nome, verbo, participio, artigo, pronome, preposição, advérbio e conjunção*. Estabeleceu, também, os *atributos* (propriedades secundárias) de cada uma.

Nos dois mil anos seguintes, o que vemos nas gramáticas são variações da classificação de Dionísio. Os latinos ignoram o artigo (que não correspondia a nada em latim) e introduzem a interjeição; os renascentistas reincorporam o artigo e mantêm a interjeição; Nebrija, particularmente, além das classes de Dionísio, considera o gerúndio e o infinitivo como novas classes e rejeita a interjeição; a gramática de Port-Royal mantém as oito classes de Dionísio

454 No entanto, ver Borges Neto (2018).

e volta a acrescentar a interjeição; essa mesma lista de classes predomina no Portugal setecentista; no século XIX, como vimos<sup>455</sup>, há uma grande variação nas gramáticas portuguesas: o número de classes oscila entre cinco e dez; nas gramáticas científicas brasileiras, do século XIX e começo do século XX, segundo Cavaliere, todos os gramáticos admitiam sete classes “consensuais” (*substantivo, adjetivo, advérbio, verbo, pronome, preposição e conjunção*) e havia variação na presença/ausência de outras quatro classes, ditas por Cavaliere, “contingentes” (*artigo, interjeição, numeral e participio*)<sup>456</sup>.

Uma classificação interessante pode ser encontrada em Julio Ribeiro (1881): ele apresenta, inicialmente, uma classificação de natureza nocional que separa as palavras em apenas três classes; em seguida, apresenta uma classificação – mais tradicional – que organiza as palavras em oito classes. Em suas palavras:

119. *Taxeonomia* é a distribuição das palavras em grupos correspondentes aos grupos de idéias de <que> se compõe o pensamento:

120. O pensamento é constituído por tres ordens de idéias:

- 1) as que representam os objectos, ou as cousas sobre que exerce-se a comparação ou juizo;
- 2) as que representam a existencia da comparação, ou a relação;
- 3) as que representam a natureza da relação;

Ha, conseguintemente tres classes de palavras, ou tres partes do discurso:

- 1) palavras que exprimem idéias de objectos ou cousas: chamam-se *nomes*;
- 2) palavras que exprimem idéias de simples existencia de relações: chamam-se *verbos*;
- 3) palavras que exprimem idéias de natureza de relações: chamam-se *particulas*.

[...]

121. As partes do discurso tambem podem ser distribuidas em oito categorias, a saber: Substantivo, Artigo, Adjectivo, Pronome, Verbo, Preposição, Conjunção e Adverbio.

[...]

122. Existe perfeito accordo entre ambas as classificações: na categoria do nome incluem-se o substantivo, o artigo, o adjectivo e o pronome; na do verbo comprehende-se o verbo, na da particula

455 Cf., neste livro, o capítulo 7 (seção: “Visão geral da gramática em Portugal no século XIX”).

456 Cf., neste livro, o capítulo 8 (seção: “A NGB”).

filiam-se a preposição, a conjunção e o adverbio. (RIBEIRO, 1881, p. 51-52, sublinhados nossos)

Ou seja, embora presente duas classificações – ambas obtidas por critérios tradicionais: a primeira, aristotélica; a segunda, alexandrina –, Ribeiro acaba por recuperar, em linhas gerais, o processo de obtenção da classificação tradicional<sup>457</sup>.

Enfim, o que se vê é um conjunto de reorganizações das oito classes de Dionísio, com o acréscimo das interjeições de Prisciano, em que algumas subclasses são elevadas à posição de classe, algumas classes são reduzidas à posição de subclasse e algumas classes (e/ou subclasses) são fundidas.

Apesar de toda a variação, o “universo” das palavras abordadas pela classificação é exatamente o mesmo e, no limite, seus conjuntos se mantêm íntegros, mudando apenas a posição no esquema classificatório.

As gramáticas dos linguistas, no fim do século XX e começo do século XXI, não alteram substancialmente o quadro: o que vemos são essencialmente reorganizações que alteram o esquema classificatório de agrupamentos de palavras (classes e subclasses) já identificados pela teoria tradicional. Surgem novas denominações (*mostrativos, quantificadores* etc.), mas a classificação tradicional pode ser, sempre, recuperada. As novidades estão na alteração da natureza das classes – que podem ser prototípicas, como propõe Bagno – e no processo de sua constituição – que pode se dar por meio de traços sintático-semânticos, como propõe Perini<sup>458</sup>.

A classificação das palavras, nesses mais de dois mil anos, muda bastante, mas permanece mais ou menos igual.

Passemos, então, à questão da estrutura das palavras.

457 Só não chega à classificação de Dionísio, ou à classificação de Prisciano, porque (i) separa o nome em substantivo e adjetivo e (ii) ao contrário de Dionísio, não reconhece o estatuto de classe do particípio (que, para Ribeiro, é membro do paradigma do verbo); e, ao contrário de Prisciano, não reconhece a classe das interjeições (que, para Ribeiro, são gritos involuntários e não representam ideias: “*é mais som do que palavra*”).

458 Posso estar errado, mas suponho que nenhum gramático, em toda a história, se oporia ao processo de delimitação das classes por meio de traços: cada traço corresponde a uma propriedade, e o conjunto das propriedades é a *compreensão* da classe. Da mesma forma, não creio que a prototipicidade causasse grande polêmica: é só pensarmos nas muitas funções do *que* ou nas *palavras de difícil classificação*, da primeira versão da nomenclatura gramatical portuguesa (NGP).



Até o século XIX, as gramáticas apresentavam as palavras como unidades atômicas, sem estrutura interna, então. O modelo de análise morfológica era o que Hockett (1954) chamou de *palavra-e-paradigma*.

As palavras eram separadas em dois conjuntos: *palavras variáveis* e *palavras invariáveis*. As palavras variáveis podiam se apresentar sob várias formas, conforme sua ideia central incluísse informações secundárias, de natureza semântica ou de natureza sintática. Por um lado, uma palavra podia variar a partir de informações semânticas, como na variação de número<sup>459</sup>, por exemplo, e, por outro lado, uma palavra podia variar a partir de informações sintáticas, como na variação de caso<sup>460</sup>, por exemplo. O conjunto das variações de uma palavra constituía seu paradigma. As formas do paradigma se relacionavam por *flexão*. As variações de caso, denominadas *declinação*, no entanto, tiveram um estatuto ambíguo durante boa parte da história.

Para os especulativos medievais, se tomarmos Tomás de Erfurt como exemplo, a variação de caso se inclui entre as formas acidentais do nome, juntamente com gênero e número (cf. BECCARI, 2017, p. 186-187).

Para os renascentistas, o estatuto dos Casos é ambíguo. Por exemplo, Antonio de Nebrija, em sua gramática de 1492, num único capítulo (capítulo VI), trata de palavras simples e compostas (o acidente que os antigos denominavam *figura*), de gênero, de número e da declinação dos nomes. O interessante é que Nebrija considera o número no interior da declinação. Em suas palavras:

Declinación del nombre no tiene la lengua castellana, salvo del número de uno al número de muchos: pero la significación de los casos distingue por preposiciones. Así que puédense reducir todos los nombres a tres formas de declinación: La primera de los que acaban el singular en -a, añadiendo 's', como "la tierra", "las tierras"; [...] los que tienen acento agudo en la última sílaba, [...] reciben esta terminación -es, como "alvalá", "alvalaes"; [...] La segunda, de los que acaban el número de uno en o, y añadiendo 's', envían el número de muchos en 'os', como "el cielo", "los cielos". La tercera, de los que acaban el número de uno en d, e, i, l, n, r, s, j, z; [...]. (NEBRIJA, 2006, p. 74, sublinhado nosso)

459 Na oposição singular/plural: *mesa/mesas, menino/meninos*.

460 Um nome com terminação de *nominativo* seria sujeito, um nome com terminação de *acusativo* seria objeto, e assim por diante.

Apesar de dizer que o castelhano não declina o nome a não ser em número, Nebrija reconhece cinco casos (os casos latinos, com exceção do ablativo), sempre identificados por preposições.

Para João de Barros, em sua gramática de 1540, os casos dos nomes entram numa lista de variações em que encontramos o gênero e o número (ver BARROS, 1971, p. 311).

Na gramática de Port-Royal, já no século XVII, encontramos os casos tratados no capítulo VI, que segue imediatamente a discussão sobre os números (capítulo IV) e os gêneros (capítulo V). Encontramos, também, a seguinte observação:

Se as coisas sempre fossem consideradas separadamente umas das outras, não se teriam dado aos nomes senão as duas modificações que acabamos de assinalar, isto é, a do número para todos os tipos de nome e a do gênero para os adjetivos: como, porém, as palavras são muitas vezes consideradas nas diversas relações que têm umas com as outras, uma das invenções utilizadas em algumas línguas para marcar essas relações foi a de dar diversas terminações aos nomes, fato ao qual denominaram *casos*, do latim *cadere*, “cair”, como sendo as diversas quedas de uma mesma palavra. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 43)

Ou seja, os casos continuam sendo considerados variação de uma mesma palavra (como o número e o gênero), mas variação que se relaciona com a sintaxe, mais do que com a morfologia (ou a semântica).

Reis Lobato, já no século XVIII, ainda nos diz que “*O nome, tanto Substantivo, como Adjectivo tem Casos, Números, e Genero*” (cf. ASSUNÇÃO, 2000, p. 154).

Se passarmos ao século XIX, praticamente não vamos mais encontrar referência aos casos. Em Soares Barbosa (1822), por exemplo, encontramos afirmações como a seguinte:

[S]ubstantivos, adjectivos, e verbo, são *declinaveis*, isto é, variaveis em suas terminações segundo as diferentes relações de genero, numero, e pessoas, com que representam os objectos, que exprimem. (BARBOSA, 1822, p. 112 [340])

Onde se pode ver o uso de *declinável* como sinônimo de *variável*. Isso deve significar que a antiga *declinação por casos* não está mais sendo usada e que o

termo *declinação* pode ser usado para referir a *flexão* de gênero e número dos nomes e a *conjugação* dos verbos<sup>461</sup>.

Nas gramáticas científicas do XIX, o termo *caso* desaparece.

Na gramática de Julio Ribeiro (1881, p. 73), por exemplo, o termo *flexão* é definido como “a mudança que experimenta a palavra variável para representar as diversas gradações da idéia”, o que inclui a conjugação verbal<sup>462</sup>. E não há nenhuma referência aos casos ou a declinações.

No século XX, a NGB estabelece o termo *flexão* para designar a variação das palavras no interior do paradigma. Assim, toda palavra variável apresenta flexão<sup>463</sup>. O termo *conjugação* é reservado para os conjuntos flexionais alternativos das três possibilidades de tema: verbos em -ar, -er e -ir (as três conjugações verbais), em que o termo *conjugação* parece ser equivalente a *tipo de paradigma verbal*.

De todo modo, qualquer que seja o nome escolhido, mantém-se até o século XX a ideia de que há palavras variáveis e invariáveis e que as terminações diferentes das palavras variáveis indicam alterações nas informações “secundárias” das palavras, mas não alteram a própria palavra. Dito de outro modo, *flexão* é sempre variação de uma mesma palavra.

Quando a alteração na forma da palavra resulta em nova palavra, estamos diante de um caso de *derivação*. Como já dissemos antes, a flexão é a variação intraparadigmática (é interna ao paradigma); a derivação é interparadigmática (nos remete de uma palavra a outra e, conseqüentemente, de um paradigma a outro).

É preciso ter claro que no pensamento tradicional a palavra não tem partes. Não há nada que se aproxime da noção de *morfema*. Os gramáticos falam em *terminações* e isso não implica que reconheçam partes nas palavras: as variantes *correu* e *corria* têm terminações diferentes, mas são membros do paradigma de uma mesma palavra – o verbo *correr* (ou como se dizia até o século XVIII, o verbo *corro*). E as terminações (ou *desinências*) não são vistas como “pedacinhos” que se agregam a uma base, são marcas características que cada

461 O termo *flexão* não é usado por Soares Barbosa.

462 Na página seguinte, Julio Ribeiro (1881, p. 74) diz: “São palavras sujeitas à flexão o nome e o verbo”.

463 Só não têm flexão as preposições, as conjunções e as interjeições. Os advérbios apresentam flexão de grau.

membro de um paradigma apresenta para indicar seu uso próprio, o papel a que se sujeita, o lugar que lhe cabe no paradigma.

O destaque das desinências na apresentação dos paradigmas é apenas um recurso de economia, já que muitas palavras compartilham de um mesmo esquema paradigmático. Por exemplo, os verbos regulares da primeira conjugação em português – *cantar*, *falar*, *atirar* e *babar* – têm formas parcialmente semelhantes no presente do indicativo:

QUADRO 13 – VERBOS REGULARES DA 1ª CONJUGAÇÃO

Cantar	Falar	Atirar	Babar	Desinências
Eu canto	Eu falo	Eu atiro	Eu babo	<b>-o</b>
Tu cantas	Tu falas	Tu atiras	Tu babas	<b>-as</b>
Ele canta	Ele fala	Ele atira	Ele baba	<b>-a</b>
Nós cantamos	Nós falamos	Nós atiramos	Nós babamos	<b>-amos</b>
Vós cantais	Vós falais	Vós atirais	Vós babais	<b>-ais</b>
Eles cantam	Eles falam	Eles atiram	Eles babam	<b>-am</b>

Fonte: O autor (2022).

Como as desinências são exatamente as mesmas, o gramático não precisa ficar repetindo a lista para cada verbo. Estabelecida a subclasse dos verbos que compartilham as terminações (verbos regulares da primeira conjugação), seu paradigma flexional pode ser apresentado simplesmente pelas desinências destacadas.

É óbvio que, mais cedo ou mais tarde, esse recurso de economia na representação acabaria por levar os gramáticos a entender as palavras não mais como expressões atômicas, mas como expressões constituídas de duas partes: um radical (ou *thema*) e uma desinência. É isso que vemos, por exemplo, em Julio Ribeiro (1881, p. 73), que diz:

Distinguem-se na palavra variavel dous elementos principaes: o *thema* e a *desinencia*.

- 1) *Thema* é a parte invariável da palavra: em *provo*, *provas*, *provarei*, *provar*, *prov é* o *thema*.
- 2) *Desinencia* é a parte movel ou transformavel da palavra: nos exemplos acima o, as, arei, ar são desinencias.

O *thema* chama-se também *radical*; e a *desinencia*, *terminação*.

A NGB vai determinar que devem ser usados, para descrever a estrutura das palavras, os termos: *raiz*, *radical*, *tema*, *afixo* (*prefixo*, *sufixo*), *desinência* (*nominal*, *verbal*), *vogal temática*, *vogal* e *consoante de ligação*. De certa forma, a ideia de que a palavra tem partes (tem *estrutura*) fica, então, reconhecida oficialmente.

O significado de tais termos pode ser visto, por exemplo, na *Moderna gramática expositiva da língua portuguesa*, de Artur de Almeida Tôrres, publicada em 1959, já de acordo com a NGB<sup>464</sup>:

#### ESTRUTURA DAS PALAVRAS

Os elementos de estrutura das palavras são: *raiz*, *radical* ou *tema*, *afixos* e *desinência*.

#### RAIZ

*Raiz* é o elemento primário, irredutível e significativo do vocábulo. É bem difícil, em muitos casos, o reconhecimento das raízes, em virtude das profundas modificações que elas sofrem no curso de sua evolução histórica.

#### RADICAL ou TEMA

*Radical* é o elemento principal da palavra, que não sofre variação<sup>465</sup>. Assim, em *patriotismo* a raiz é *pat*, o radical é *patriot* (elemento invariável ou inflexivo), e *ismo* o sufixo.

[...]

A raiz é geralmente monossilábica e está sujeita a alterações fonéticas. Assim, *cap* (capital) alterou-se em *cab* (cabeça) e em *cip* (occipital).

O radical pode ser constituído pela raiz pura ou alongada. O termo *raiz* deve ser reservado à gramática histórica.

#### AFIXO

Ao radical se juntam elementos significativos secundários, denominados *afixos*.

Quando o afixo vem antes do radical, chama-se *prefixo*, e quando vem depois, *sufixo*.

464 Esta gramática teve duas edições em 1959, as duas de acordo com a NGB: a primeira em março (antes da publicação da NGB, o que mostra que os “vazamentos de informações” já aconteciam) e a segunda em julho. A justificativa do autor para a segunda edição foram “imperfeições e lacunas” da primeira edição, causadas pela pressa em apresentar uma gramática que representasse o modelo de gramática delimitado pela NGB (sempre é bom lembrar que a publicação da NGB se dá no Diário Oficial de 11 de maio de 1959). Ver Tôrres (1959, 2ª ed.). Todas as citações são dessa segunda edição.

465 Em nota, Tôrres (1959, p. 46) diz que: “*Radical* ou *tema* são vocábulos geralmente empregados como sinônimos”. Diz ainda que a NGB usa o termo *tema* para designar, nos verbos, o radical acrescido da vogal característica de cada uma das conjugações: “Em *mandar*, *vender* e *partir* os radicais são: *mand*, *vend* e *part*; os temas serão *mand+a*, *vend+e*, *part+i*”.

[...]

#### DESINÊNCIA

*Desinência* é o elemento final do vocábulo, indicativo de flexão.

A desinência pode ser *nominal* (de gênero, de número, de grau) ou *verbal* (de modo, de tempo, de pessoa).

Distingue-se a desinência do sufixo porque êste forma vocábulos novos, ao passo que aquela apenas exprime os acidentes gramaticais já mencionados. (TÔRRES, 1959, p. 46-47)

Como se pode ver, a palavra agora tem partes significativas (“elementos”), embora de naturezas distintas: a noção de *raiz* é essencialmente histórica e não pode ser, verdadeiramente, uma parte da palavra de um ponto de vista sincrônico (no mais das vezes, a raiz remete a outras línguas que não o português – ao latim, de modo geral); o *radical* é o núcleo da palavra e contém sua “ideia” principal (o significado lexical); os *afixos* são partes que se juntam ao radical para a obtenção de novas palavras (são *derivacionais*, então); e as *desinências* são as variações na terminação de uma mesma palavra (são *flexionais*, então)<sup>466</sup>.

Mais ou menos na mesma época, Bechara (1969<sup>467</sup>), de forma muito mais clara, já trata as desinências como *elementos mórficos*, como *morfemas*, portanto.

É notável que estejamos numa situação, digamos, *intermediária* entre dois modelos de morfologia. De um lado, o modelo proposto pela NGB (representado pelas palavras de Tôrres) mantém um pé no velho modelo palavra-e-paradigma, em que uma palavra se manifesta por meio de um conjunto de formas distintas que constituem seu paradigma, e por outro lado, afronta o princípio de que a palavra não tem partes. A situação é potencialmente confusa: as desinências são *partes* autônomas da palavra ou apenas *variações de terminação* de uma mesma palavra?

Creio que há duas continuações possíveis para esse estado intermediário entre modelos de morfologia contraditórios: ou se parte para um entendimento de que as palavras são estruturas constituídas de partes autônomas – morfemas – ou se passa a *estipular* que coisas são, de fato, partes e que coisas são apenas “flexões”<sup>468</sup>.

466 Note-se que a formulação que Tôrres dá à noção de *desinência* não permite que, claramente, decidamos se ele as está considerando *partes* das palavras ou apenas *variações* em suas terminações.

467 Lembrar que a primeira edição da gramática de Bechara é de 1961.

468 Obviamente, há uma terceira possibilidade, que não estou considerando aqui: o simples retorno à situação anterior à NGB.

A decisão não é simples. O peso da tradição é imenso.

Vejamos como se comportam Celso Cunha e Lindley Cintra em sua *Nova gramática do português contemporâneo*, publicada em primeira edição em 1985.

Nas palavras dos autores:

Existem, no entanto, unidades de som e conteúdo menores que as palavras. Assim, em *ruas* temos de reconhecer a existência de duas unidades significativas: *rua* e *-s*. O primeiro elemento – *rua* – também se emprega como palavra isolada ou serve para formar outras palavras isoladas: *arruaça*, *arruamento*, etc. Já a forma plural *-s*, que vai aparecer no final de muitas outras palavras (*ermas*, *céus*, *violetas*, *roxas*, etc.), nunca poderá realizar-se como palavra individual, autônoma.

A essas unidades significativas mínimas dá-se o nome de MORFEMA.

[...]

Quando, na análise da palavra *ruas*, distinguimos dois MORFEMAS, observamos que um deles – *rua* – forma por si só um vocábulo, enquanto o morfema *-s* não tem existência autônoma, aparecendo sempre ligado a um morfema anterior. Os lingüistas costumam chamar MORFEMAS LIVRES os que podem figurar sozinhos como vocábulos, e MORFEMAS PRESOS aqueles que não se encontram nunca isolados, com autonomia vocabular.

Quanto à natureza da significação, os morfemas classificam-se em LEXICAIS e GRAMATICAIS.

Os morfemas lexicais têm significação *externa*, porque referente a fatos do mundo extralingüístico [...]

Já a significação dos morfemas gramaticais é *interna*, pois deriva das relações e categorias levadas em conta pela língua.

[...]

Estabelecida a distinção entre morfema lexical e morfema gramatical, podemos relacionar cada um deles com as CLASSES DE PALAVRAS.

São morfemas lexicais os substantivos, os adjetivos, os verbos e os advérbios de modo. São morfemas gramaticais os artigos, os pronomes, os numerais, as preposições, as conjunções e os demais advérbios, bem como as formas indicadoras de número, gênero, tempo, modo ou aspecto verbal.

As classes de palavras podem ser também agrupadas em variáveis e invariáveis, de acordo com a possibilidade ou a impossibilidade de se combinarem com os morfemas flexionais ou desinências.

[...]

Ao que chamamos até agora MORFEMA LEXICAL dá-se tradicionalmente o nome de RADICAL. É o radical que irmana as palavras da mesma família e lhes transmite uma base comum de significação.

A ele se agregam, como vimos, OS MORFEMAS GRAMATICAIS, que podem ser uma DESINÊNCIA (OU MORFEMA FLEXIONAL), UM AFIJO (OU MORFEMA DERIVACIONAL) OU uma VOGAL TEMÁTICA. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 75-78)

Celso Cunha e Lindley Cintra constroem uma sequência de definições que parecem levar, racionalmente, à distinção entre desinência e afixo. Ao mesmo tempo vão construindo um modelo morfológico em que a palavra não é uma unidade atômica, mas uma estrutura de morfemas. Os morfemas que constituem as palavras são classificados em livres e presos, lexicais e gramaticais<sup>469</sup>; os morfemas gramaticais ainda são divididos em desinências e afixos. Cada morfema tem suas propriedades retiradas desses vários critérios classificatórios: por exemplo, *rua* é um morfema lexical livre; o artigo *o* é um morfema gramatical livre; o morfema de gênero *-a* é um morfema gramatical preso; *sobre* é um morfema gramatical livre (cf. “sobre a mesa” e “sobrecarga”).

Interessam-nos aqui os morfemas gramaticais, que serão classificados como desinências ou como afixos<sup>470</sup>. Concretamente, a questão passa a ser, então, como distinguir um morfema flexional (desinência) de um morfema derivacional (sufixo). O mais interessante é que Cunha e Cintra (1985, p. 80) dizem que “[e]sta distinção entre sufixo e desinência, nem sempre observada pelos linguistas modernos, pertence à análise mórfica tradicional”, mostrando-se cientes de estarem assumindo uma posição intermediária entre a morfologia tradicional e uma morfologia pretensamente moderna: os linguistas modernos não observam a distinção porque ela, provavelmente, não faz sentido nos modelos que entendem morfemas como unidade de análise.

Sobre os afixos, em geral, eles dizem: “Os AFIJOS, OU MORFEMAS DERIVACIONAIS, são elementos que modificam geralmente de maneira precisa o sentido do radical a que se agregam” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 79). Ou seja, conceituam os

469 A distinção entre morfemas *lexicais* e *gramaticais* é curiosa: será que o morfema de número nos substantivos não corresponde a nada no mundo extralingüístico?

470 Estou ignorando as vogais temáticas, Cunha e Cintra (1985, p. 81) dizem: “Não há acordo entre os lingüistas quanto à inclusão das vogais temáticas entre os morfemas. Parece-nos que, assim como as desinências, elas fazem parte dos morfemas gramaticais categóricos, pois também distribuem os radicais em classes. Por si mesmas nada significam, mas poder-se-ia dizer que, no caso, a função é a significação”. Ora, as desinências são elementos significativos e sua função classificatória é secundária. As vogais temáticas não têm significado, logo, por definição, não podem ser morfemas. Dizer que a *função é a significação* é apenas um recurso para manter as vogais temáticas no conjunto dos morfemas, sem atentar para a necessária consistência do sistema classificatório.



afixos de forma extremamente vaga, já que as desinências fazem o mesmo: ou alguém acha que o morfema de gênero *-a* não modifica de maneira precisa o sentido do radical?

Por exemplo: qual é o radical da palavra *senhor*? Suponho que uma resposta adequada seria dizer que é simplesmente *senhor*, e que o masculino é obtido pelo acréscimo do morfema zero (ou desinência-zero)<sup>471</sup> e o feminino pelo acréscimo do *-a*. Essa proposta é possível para Cunha e Cintra, já que para o número, eles admitem o morfema zero como indicação do singular: “O singular caracteriza-se pela ausência de qualquer desinência, ou melhor, pela desinência-zero, pois a falta, no caso, é um sinal particularizante” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 78). Assim, o acréscimo do *-a* altera, de forma precisa, o sentido do radical *senhor* (e não passa a ser um afixo, como deveria, segundo a classificação dos autores).

Sobre as desinências (ou morfemas flexionais), Cunha e Cintra apenas dizem que servem como indicadores de *gênero* e *número* de substantivos, adjetivos e certos pronomes, e indicadores de *número* e *pessoa* dos verbos (cf. p. 78), sem acrescentar alguma proposta de distinção baseada em critérios gramaticais.

Por um lado, apenas recuperam os resultados da classificação tradicional; por outro lado, nos deixam com uma exceção curiosa: por que *modo* e *tempo* não fariam parte das desinências dos verbos, como fazem na tradição gramatical?

Na *Gramática da língua portuguesa*, que teve sua primeira edição em 1972, Celso Cunha (1983, p. 92) nos diz que:

Os *sufixos*, como as desinências, unem-se à parte final do radical. Mas, enquanto estas caracterizam apenas o gênero, o número ou a pessoa da palavra, os sufixos podem ter dois valores distintos:

- a) um flexional, quando exprimem a categoria de tempo e modo, ou caracterizam uma forma nominal do verbo;
- b) outro derivacional, quando alteram substancialmente o sentido ou a classe do radical a que se juntam.

471 Seguindo este raciocínio, poderíamos dizer que o masculino nos substantivos é sempre o morfema  $\emptyset$  e que o desaparecimento do *-o* final do radical nas formas femininas de palavras como *menino*, por exemplo, é resultado de um processo morfofonêmico (ver CÂMARA JÚNIOR, 1970, p. 63).

O que nos deixa com uma classificação tripartite dos elementos pospostos ao radical: *desinências*, que são todas flexionais; *sufixos* com valor flexional; e *sufixos* com valor derivacional.

Provavelmente diante da implausibilidade da solução<sup>472</sup>, essa classificação tripartite proposta por Celso Cunha (1983) desaparece em Cunha e Cintra (1985). O trecho equivalente fica assim:

OS SUFIXOS, como as desinências, unem-se à parte final do radical. Mas, enquanto estas caracterizam apenas o gênero, o número ou a pessoa da palavra, sem alterar o sentido lexical ou a classe, os sufixos transformam substancialmente o radical a que se juntam. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 79)

Se em Cunha (1983) tínhamos uma caracterização “exótica” dos morfemas verbais de modo e tempo, em Cunha e Cintra (1985) ficamos sem nenhuma caracterização, já que não há nenhuma outra solução para o estatuto desses morfemas em toda a gramática.

Aparentemente, como veremos, a divisão tripartite continua influenciando a análise dos morfemas de modo e tempo na gramática de Cunha e Cintra (1985), embora desapareça qualquer menção a ela.

Inicialmente, eles incluem modo e tempo entre as *flexões* do verbo, como se pode ver no seguinte trecho:

#### FLEXÕES DO VERBO

O verbo apresenta as variações de NÚMERO, de PESSOA, de MODO, de TEMPO, de ASPECTO e de VOZ. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 367)

Cunha e Cintra, ao apresentar a *estrutura do verbo*, continuam tratando os morfemas de modo e tempo da mesma maneira como os tratariam se fossem considerados desinências tradicionais (embora deem a eles outra denominação): como formas participantes de uma *terminação*.

472 Já que todas as formas verbais que contêm informações de modo e tempo (quase todas, não?) ficariam num limbo entre serem consideradas variações de uma mesma palavra ou palavras derivadas.

## ESTRUTURA DO VERBO

1. Examinemos os seguintes tempos do indicativo do verbo *cantar*:

PRESENTE	PRETÉRITO IMPERFEITO	PRETÉRITO MAIS-QUE-PERFEITO
canto	cantava	cantara
cantas	cantavas	cantaras
canta	cantava	cantara
cantamos	cantávamos	cantáramos
cantais	cantáveis	cantáreis
cantam	cantavam	cantaram

Verificamos que todas as suas formas se irmanam pelo RADICAL *cant-*, a parte invariável que lhes dá a base comum de significação.

Verificamos também que a esse RADICAL VERBAL se junta, em cada forma, uma TERMINAÇÃO, da qual participa pelo menos um dos seguintes elementos:

a) a VOGAL TEMÁTICA *-a-*, característica dos verbos da 1.<sup>a</sup> conjugação:

Canta    cant-**a**-va    cant-**a**-ra

b) o SUFIXO TEMPORAL (OU MODO-TEMPORAL), que indica o tempo e o modo:

cant-**a-va**    cant-**a-ra**

c) a DESINÊNCIA PESSOAL (OU NÚMERO-PESSOAL), que identifica a pessoa e o número:

cant-**o**    cant-**a-va-s**    cant-**á-ra-mos**

2. Todo o mecanismo da formação dos tempos simples repousa na combinação harmônica desses três elementos flexivos com um determinado radical verbal. (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 376)

Parece claro que a análise morfológica utilizada é exatamente a de Cunha (1983), em que o sufixo modo-temporal é considerado um elemento flexivo. O fato de que a análise não é explicitada torna a situação muito pior, porque mais obscura.

Se considerarmos que em Cunha e Cintra (1985, p. 84) encontramos a afirmação de que “[t]anto os sufixos como os prefixos formam novas palavras, que conservam de regra uma relação de sentido com o radical derivante”, temos uma situação de clara contradição: há pelo menos um sufixo que não forma novas palavras – o sufixo modo-temporal. A falta de clareza teórica é a tônica.

Ganha um doce aquele que descobrir se os morfemas de modo e tempo são, para Cunha e Cintra, *desinências* – e, em consequência, fazem variar uma

mesma palavra – ou *sufixos* – e, em consequência, por serem morfemas derivacionais, formam novas palavras.

Cunha e Cintra (1985, p. 80) têm consciência de que estão diante de dois modelos morfológicos distintos e afirmam:

Esta distinção entre sufixo e desinência, nem sempre observada pelos linguistas modernos, pertence à análise mórfica tradicional.

Poderíamos simplificar a classificação desses morfemas gramaticais: 1º) considerando-os apenas sob o aspecto formal, caso em que a denominação de sufixo, com abarcá-la, dispensaria a de desinência; 2º) distinguindo-os pelo aspecto funcional: as desinências identificar-se-iam com os morfemas flexionais, e os sufixos seriam somente morfemas derivacionais.

Nesta última hipótese, as características de tempo e modo e, por extensão, as das formas nominais do verbo ficariam incluídas nas desinências.

Se optassem pela alternativa “formal” (a de número 1), abandonariam o modelo morfológico palavra-e-paradigma e adotariam o modelo estruturalista item-e-arranjo; se optassem pela alternativa “funcional” (a de número 2), assumiriam integralmente o modelo palavra-e-paradigma. Sua opção, no entanto, foi a de misturar os dois modelos morfológicos, conseguindo um resultado inconsistente.

Enfim. Estar nesse estado intermediário entre um modelo morfológico palavra-e-paradigma, que considera que a palavra não tem partes, e um modelo morfológico que incorpora a noção de morfema – com um pé aqui e outro acolá – pode levar a essa confusão absoluta que encontramos na gramática de Celso Cunha e Lindley Cintra.

Embora a análise não seja exatamente a mesma, em Bechara (2004) encontramos o mesmo estado intermediário.

Bechara (2004, p. 334) assume a noção de *morfema*, que define com as seguintes palavras: “Chama-se morfema a unidade mínima significativa ou dotada de significado que integra a palavra”. Em sua classificação dos tipos de morfema, uma das possibilidades é a dos *morfemas aditivos*, que acrescentam material fonológico ao radical<sup>473</sup>. Entre os morfemas aditivos, Bechara coloca *prefixos*, *sufixos* e *desinências*.

473 Os outros tipos são: *morfemas subtrativos*, que subtraem material fonológico (*irmão/irmã*, por exemplo) e *morfemas modificativos*, que substituem um material fonológico por outro (*avô/avó*, por exemplo).

Ainda segundo Bechara, as palavras podem apresentar alguns tipos básicos de estrutura, de que veremos só três: (i) palavras como *mar, sol, ar, é, hoje, lápis*, “que não se podem dividir em formas menores significativas porque só possuem um elemento mórfico chamado *radical*” (BECHARA, 2004, p. 337); (ii) palavras como *aluno, alunas, trabalhávamos*, em que “segue-se ao radical um ou mais elementos de significação interna ou puramente gramatical” (BECHARA, 2004, p. 337)<sup>474</sup>; e (iii) palavras como *casarão, livrinho, cantor, casamento, folhagem, alemão, fertilizar, chuveirar*, em que “junta-se ao final da base um elemento mórfico chamado *sufixo* que não tem curso independente na língua (e por isso se chama *forma presa*) para formar uma palavra nova” (BECHARA, 2004, p. 338).

Para que o raciocínio fique completo, precisamos dizer duas coisas: (i) que Bechara associa o radical com uma *significação externa* (“relacionada com o mundo em que vivemos”) e as desinências com uma *significação interna* (ou gramatical)<sup>475</sup> e (ii) que Bechara distingue *palavra léxica* de *palavra gramatical*.

Assim, por exemplo, a palavra *mar* é uma palavra léxica porque se refere a um objeto do mundo (tem uma significação lexical, externa); a palavra *mares*, no entanto, tem a mesma significação lexical que *mar* (é a mesma palavra léxica), mas é outra palavra gramatical. Ou seja, *mar* e *mares* são duas palavras gramaticais e apenas uma palavra léxica.

O exemplo de Bechara é o verso de Bilac: *Cheguei. Chegaste. Vinhas fatigada*. Bechara se pergunta sobre quantas palavras existem no verso e diz:

Responderemos que há quatro ou três palavras conforme o conceito por que tomemos o termo *palavra*. Serão quatro se entendermos *cheguei, chegaste* como palavras de significação gramatical diferentes, já que expressam uma o pretérito perfeito do indicativo na 1.<sup>a</sup> pessoa do singular (*eu cheguei*) e a outra o pretérito perfeito do indicativo na 2.<sup>a</sup> pessoa do singular (*tu chegaste*). Tais significações se dizem “gramaticais” porque decorrem de classificações estabelecidas na gramática da língua portuguesa. Assim, *cheguei* e *chegaste* são contadas como duas *palavras gramaticais*.

Diremos que só há no referido verso três palavras se entendermos *cheguei, chegaste* como palavras de uma só significação lexical, já que ambas têm em comum o significado lexical ‘atingir o final de movimento de ida ou vinda’, um significado dado pela língua,

474 Esses elementos de significação interna são as *desinências*.

475 Exatamente como fazem Cunha e Cintra (1985).

mas que se situa fora da gramática, pois se trata de uma realidade do mundo em que vivemos. Assim, *chequei* e *chegaste* são duas formas, duas “flexões” de uma mesma *palavra léxica*, o verbo “chegar”. (BECHARA, 2004, p. 333-334)

Algumas observações.

Em primeiro lugar, é interessante notar que a noção de *palavra léxica* corresponde à noção de *palavra* no modelo morfológico *palavra-e-paradigma*, enquanto a noção de *palavra gramatical* vai recobrir as variantes que constituem o paradigma. E tudo pode funcionar como já funcionava: a *palavra/palavra léxica* é um conjunto de variantes e os elementos do *paradigma/palavras gramaticais* se relacionam por flexão. Poderíamos dizer que Bechara apenas muda o nome do modelo morfológico: de *palavra-e-paradigma* passamos a ter *palavra léxica-e-palavras gramaticais*.

Em segundo lugar, é preciso ter claro que a noção de morfema assumida por Bechara aparentemente se inscreve num modelo morfológico parcialmente distinto do modelo adotado por Cunha e Cintra: enquanto Cunha e Cintra parecem assumir, paralelamente ao modelo *palavra-e-paradigma*, um modelo morfológico *item-e-arranjo*, Bechara parece assumir um modelo morfológico *item-e-processo*. Explico.

Num modelo *item-e-arranjo*, as palavras apresentam uma estrutura que pode ser organizada em *posições*, num tipo de organização que lembra a organização posicional dos nomes de números na aritmética. Na aritmética, o último algarismo à direita indica a unidade, o penúltimo indica a dezena, o antepenúltimo indica a centena e assim por diante. No modelo *item-e-arranjo*, os substantivos, por exemplo, numa brutal simplificação do sistema, apresentam uma estrutura em que a primeira posição à esquerda é reservada ao radical, a segunda posição é reservada ao gênero e a terceira, ao número<sup>476</sup>. Essa estrutura pode ser representada por um arranjo com a seguinte forma: substantivo = radical + gênero + número. Em princípio, um certo número de substantivos deveria seguir essa estrutura (cada substantivo seria o resultado de um preenchimento particular das três posições). Podemos ver isso num quadro como o seguinte:

476 Estou ignorando os afixos.

QUADRO 14 – ESTRUTURA DO SUBSTANTIVO (ITEM-E-ARRANJO)

<i>Radical</i>	<i>Gênero</i>	<i>Número</i>
menino	∅	∅
aluno	-a	-s
primo		
tio		
gato		
senhor		
professor		
⋮		

Fonte: O autor (2022).

A coluna dos radicais é, em princípio, *aberta*, ou seja, tem um número ilimitado de elementos e sempre pode receber mais algum em acréscimo. As colunas do gênero e do número, ao contrário, são *fechadas*, isto é, não podem receber mais elementos. O conjunto dos substantivos, então, seria obtido por um procedimento que consiste em escolher uma das formas de cada coluna, segundo a ordem do arranjo: *menino*, *meninos*, *meninas*, *tio*, *tias*, *primos*, *gata*, *gatos*, *professora*, *senhor*, *senhora* etc.

O primeiro elemento das colunas do gênero e do número indica apenas que o singular e o masculino não são marcados por nenhum material fonológico: são posições vazias (posições preenchidas por ∅).

É exatamente isso que Cunha e Cintra dizem quando falam da desinência nominal de singular. Repito a citação: “O singular caracteriza-se pela ausência de qualquer desinência, ou melhor, pela desinência-zero, pois a falta, no caso, é um sinal particularizante” (CUNHA; CINTRA, 1985, p. 78).

Em outras palavras, Cunha e Cintra estão numa espécie de intersecção entre o modelo palavra-e-paradigma e o modelo item-e-arranjo. Apenas numa morfologia item-e-arranjo, em que temos um arranjo de posições e possíveis itens a ocuparem essas posições, é que podemos falar de posições vazias (e em ∅). Nos modelos palavra-e-paradigma e item-e-processo, como não há posições, não há também ∅ (não há nada que possa ser deixado vazio).

Por outro lado, quando Bechara (2004, p. 337) diz que palavras como *mar*, *sol*, *ar*, entre outras não apresentam partes significativas menores “porque só possuem um elemento mórfico chamado *radical*”, não parece estar seguindo o modelo item-e-arranjo. Estaria seguindo o modelo morfológico item-e-processo?

No modelo item-e-processo, há itens (morfemas) com um significado básico. Esses itens “básicos” podem sofrer *processos*. Por exemplo, podemos assumir que em português há um *processo de pluralização*, que toma uma expressão básica – como *mar* – e devolve, como resultado do processo, a expressão pluralizada – como *mares*; ou toma a expressão básica *menino* e a pluraliza como *meninos*. O resultado da pluralização de uma forma básica pode ser o acréscimo de um ‘s’ ao radical, o acréscimo de ‘es’ ao radical, ou algumas outras transformações da forma (que, certamente, deverão ser estabelecidas e justificadas a partir de propriedades específicas da forma básica). Um *morfema* de plural pode admitir uma série de *alomorfes*, então.

Quando Bechara diz que os morfemas podem ser *aditivos*, *subtrativos* e *modificativos*, não parece estar pensando em arranjos de morfemas; parece mais estar pensando em processos (de adição, subtração ou modificação) que os radicais – básicos – podem sofrer.

Parece, então, que Bechara está numa intersecção entre o modelo palavra-e-paradigma e o modelo item-e-processo.

Mas o problema é mais complexo. Na página 347, Bechara abre um parágrafo denominado *Morfema zero* onde diz:

Consiste o morfema zero na ausência de uma marca de oposição gramatical em referência a outro termo marcado. Só haverá morfema zero se a noção por ele expressa for inerente à classe gramatical em que ele ocorra.

Assim, no par *alto/alta*, a oposição de gênero aparece marcada nos dois termos mediante *-o* e *-a*, já no par *alto/altos*, a noção de número plural, inerente à classe dos nomes, se acha marcada pelo pluralizador *-s*, enquanto a noção de singular está marcada pela ausência de uma marca. É esta ausência que tem o significado do valor do singular, e assim podemos considerá-la um verdadeiro morfema, a que chamaremos morfema zero ( $\emptyset$ ). (BECHARA, 2004, p. 347)

Essas afirmações de Bechara o colocam novamente como um seguidor do modelo item-e-arranjo (de forma muito menos clara que Cunha e Cintra, no entanto)<sup>477</sup>. Dizer que só existe morfema zero “se a noção por ele expres-

477 A noção de morfema zero é estranha ao modelo item-e-processo. Nesse modelo, *menino* seria uma forma básica, e um processo de formação do feminino (se um processo com esta natureza fosse necessário) criaria a forma *menina*.



sa for inerente à classe gramatical em que ele ocorra” parece significar o mesmo que dizer que o morfema zero precisa ser uma das possibilidades de preenchimento de uma posição obrigatória na estrutura das palavras de uma classe particular.

A questão central, no entanto, é a razão que o leva a dizer que em *mar*, *sol*, *ar* etc. só há o radical. Se existe a oposição entre *mar* e *mares*, *sol* e *sóis* e se a oposição entre singular e plural é inerente à classe dos substantivos, por que *mar* só apresenta um elemento mórfico? Obviamente, se o modelo item-e-arranjo estiver sendo seguido, como *mares*, *mar* apresenta dois morfemas: o radical e o morfema zero de singular.

Outra possibilidade é considerarmos que o morfema zero só é possível para os adjetivos (seria *inerente* apenas para os adjetivos). Mas isso nos deixaria com o problema de justificar que a morfologia dos substantivos é diferente da morfologia dos adjetivos (e dos artigos, pelo menos) e com a impossibilidade de reunirmos as duas classes numa única grande classe dos *nomes*. Ou de justificar que a variação em gênero e número dos adjetivos é exclusivamente dada por concordância, o que nos impediria de estabelecer uma estrutura de morfemas para os adjetivos.

Mas não creio que deva seguir adiante nessa investigação. Espero que duas coisas tenham ficado claras: que mesmo os gramáticos mais respeitados, como Celso Cunha, Lindley Cintra e Evanildo Bechara, acabam por cair na armadilha da naturalização da gramática tradicional e a trazem para dentro de suas “inovações” teóricas no estudo da língua portuguesa e que este estágio intermediário entre gramática tradicional e teorias linguísticas contemporâneas cria imensos riscos de aparecerem soluções incoerentes e inconsistentes (ou, pelo menos, mal explicadas).

## Sintaxe

Há dois tipos de relações que caem sob o rótulo de *sintaxe*: as relações formais ligadas à concatenação de palavras na construção de orações e as relações lógicas, de coerência e coesão, que transformam uma cadeia de palavras numa expressão de sentido completo. Seguindo o raciocínio de Colombat, Fournier e Puech (2017), podemos dizer que os primeiros trabalhos, na Antiguidade, a usar a designação de *sintaxe* – Apolônio Díscolo (século II) e Prisciano (século VI), por exemplo – concentraram-se nas relações formais.

Para Platão, o enunciado não é a associação de um *hypokeímenon* e de um *kategorēma*, de um sujeito e de um predicado, mas aquela de um nome e de um verbo, que representa um agente e uma ação. Sobre essa base, nome e verbo, o enunciado é fundado. Ou seja, a análise não é lógica, mas semântico-referencial: nome e verbo remetem diretamente à realidade e, como nela reconhecemos certo número de características tanto referenciais quanto morfológicas (referência ao gênero e ao número, à pessoa, ao tempo), pudemos durante longo tempo nos sujeitar a essa combinação, um esquema que chamamos de “morfológico-semântico”, e isso ainda mais nas línguas clássicas que eram ricas de indicadores morfológicos. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 126)

Esse tipo de sintaxe observa de forma privilegiada relações formais de *concordância* e *regência* entre os constituintes das orações. As relações entre os constituintes acabam por ser entendidas como marcas formais (*casos*, por exemplo) que os constituintes apresentam.

Isso pode explicar a ausência da noção de função, notável nas primeiras sintaxes ocidentais: tanto para Apolônio Díscolo quanto para Prisciano, a sintaxe é constituída pela combinatória das partes do discurso entre elas segundo suas marcas. Isso é o que conduziu os comentadores a se questionar sobre a existência mesma de uma sintaxe na antiguidade (Swiggers e Wouters, 2003).

Essa limitação para uma morfossintaxe vai permanecer constante nas gramáticas pedagógicas. (COLOMBAT; FOURNIER; PUECH, 2017, p. 127)

Os especulativos, na Baixa Idade Média, com as noções de *suppositum* e *appositum*<sup>478</sup>, tentaram dar um caráter lógico à análise das orações. No entanto, a análise se dá por pares de expressões e a análise global do enunciado inexistente.

Como dizem Colombat, Fournier e Puech (2017, p. 129), “será preciso esperar de fato a análise de Port-Royal em sujeito/cópula/atributo para que se instale uma análise ‘lógica’ da proposição”.

Essa sintaxe tripartite de Port-Royal será dominante até pouco mais da metade do século XIX, em Portugal e no Brasil.

478 Mais próximas das noções de *sujeito* e *predicado* do que das noções de *nome* e *verbo*.

Como vimos antes, nos últimos 30 ou 40 anos do século XIX, a forte influência da linguística histórico-comparativa trouxe algumas inovações no tratamento da fonologia e da morfologia pelas gramáticas. Na sintaxe, o impacto causado pela importação dessas ideias oriundas da linguística que se fazia paralelamente foi menor.

Se olharmos a parte dedicada à sintaxe na *Grammatica portugueza* de Julio Ribeiro (1881), vamos (re)encontrar o velho esquema morfológico-semântico de que nos falam Colombat, Fournier e Puech.

Ribeiro distingue *syntaxe lexica* de *syntaxe logica*. E podíamos pensar que ele está opondo a sintaxe como estudo das relações entre as palavras a partir das marcas morfológicas (sintaxe léxica) de uma sintaxe que se ocupa da estrutura lógica dos enunciados (sintaxe lógica). Mas não é o que acontece. Vejamos alguns trechos de sua gramática<sup>479</sup>:

325. A *syntaxe* considera as palavras como relacionadas umas com outras na construção de sentenças, e considera as sentenças no que diz respeito á sua estructura, quer sejam simples, quer se componham de membros ou de clausulas. (RIBEIRO, 1881, p. 193)

340. A *syntaxe lexica* considera as palavras como relacionadas umas com outras na construção de sentenças. (RIBEIRO, 1881, p. 195)

356. A *syntaxe logica* considera as sentenças no que diz respeito á sua estrutura, quer sejam ellas simples, quer sejam compostas. (RIBEIRO, 1881, p. 200)

As relações que podem se dar entre as palavras, na sintaxe léxica, são cinco: *relação subjectiva*, *relação predicativa*, *relação attributiva*, *relação objectiva* e *relação adverbial*. Essas relações são basicamente definidas para pares de expressões (em parte dos casos, pares de palavras): por exemplo<sup>480</sup>,

*Relação subjectiva* é a relação em que o sujeito de uma sentença está para com o seu predicado [1881, § 342].

479 Os números correspondem aos parágrafos, que são numerados sequencialmente em toda a *Grammatica portugueza* (RIBEIRO, 1881).

480 As definições das relações encontram-se em Ribeiro (1881), entre as páginas 196 e 198. Como a gramática apresenta parágrafos numerados, indico os parágrafos onde se encontram as definições.

*Relação predicativa* é a relação em que o predicado de uma sentença está para com o seu sujeito [1881, § 343].

*Relação atributiva* é a relação em que a palavra que representa alguma qualidade, alguma circunstância da cousa de que se falla, está para com a palavra que representa tal cousa, isso sem que haja asserção, sem que se faça uso do verbo para mostrar a conexão entre ambas existentes [1881, § 344].

*Relação objectiva* é a relação em que está para com um verbo de acção transitiva o objecto a que se dirige, ou sobre que se exerce essa acção [1881, § 345].

*Relação adverbial* é a relação em que está para com um substantivo, adjectivo, verbo ou adverbio a palavra que modifica a natureza das relações entre elles existentes [1881, § 346].

Nos casos em que se poderia pensar que Ribeiro está admitindo constituintes intermediários entre a sentença e as palavras<sup>481</sup> – os casos do sujeito, do predicado e do objeto – entra em jogo um novo conjunto de noções que retificam esse pensamento.

347. O sujeito de uma sentença é simples, composto ou complexo:

- 1) é *simples* quando consta de um só substantivo, de um pronome ou de um infinito de verbo, ex.: “CESAR conquistou as Gallias” [...].
- 2) é *composto* quando consta de dous ou de mais substantivos, pronomes ou infinitos de verbos, ex.: “CESAR E POMPEU foram rivaes” [...].
- 3) é *complexo* quando consta de uma clausula substantiva, de uma frase, ou de uma citação qualquer, ex.: “QUE ELLE O DISSE é certo” [...].

348. Chama-se *sujeito ampliado* o sujeito a que se liga um adjuncto attributivo, ex.: “O general morreu — Affonso, REI DE HESPAHNA, casou-se — A carta QUE ME ESCREVESTE chegou hoje”.

O sujeito, si é um infinito de verbo, póde ser ampliado pelo objecto ou por um adjuncto adverbial, ex.: “Perdoar INJURIAS é dever do sabio — Brincar COM FOGO é perigoso”. (RIBEIRO, 1881, p. 199)

Note-se que Ribeiro não está pensando em constituintes intermediários. Em “O general morreu”, o sujeito é *general*, ampliado pelo adjuncto atributivo

481 Alguma coisa próxima da noção de *sintagma* (nominal, verbal etc.).

o; em “A carta que me escreveste chegou hoje”, o sujeito é *carta*, duplamente ampliado pelos adjuntos atributivos *a* e *que me escreveste*.

É interessante notar, também, que a noção de *sujeito complexo* envolve subordinação. O que já não ocorre com a noção de *predicado complexo*, como vemos no trecho seguinte:

349. O predicado de uma sentença é simples ou complexo:

- 1) é *simples* quando expresso por um só verbo, ex.: “*A virtude FLORESCE — O homem MORRE*”.
- 2) é *complexo* quando expresso por um verbo de predicação incompleta acompanhado por seu complemento. (RIBEIRO, 1881, p. 199)

Inicialmente, parece que a noção de *predicado complexo* espelha no verbo a noção de *sujeito ampliado*, e não a de *sujeito complexo*. Olhando os exemplos e a definição com mais cuidado, percebemos que os elementos que tornam *complexo* o predicado são *complementos*, enquanto os elementos que tornam *complexo* o sujeito, a julgar pelos exemplos apresentados, não precisam ser complementos (o exemplo que citamos – “que elle o disse é certo” – é um caso de *oração subordinada subjetiva*, que certamente não seria um complemento do sujeito. Todos os outros exemplos apresentados por Ribeiro são de orações, frases e cláusulas substantivadas que exercem a função de sujeito<sup>482</sup>: “‘POR TODA A PARTE’ é uma frase usada por Luiz de Camões” e “O ‘AMAE-VOS UNS AOS OUTROS’ do Evangelho derribou os templos pagãos”<sup>483</sup> [Ribeiro, 1881, p. 199]).

Por outro lado, Ribeiro (1881, p. 200) também tem a noção de *predicado ampliado*, que define da seguinte forma:

Chama-se *predicado ampliado* o predicado a que se liga um objecto ou um adjuncto adverbial.

- 1) Ampliação do predicado por meio de um objecto: “*Moysés feriu A PEDRA — Deus chamou á luz DIA*”.
- 2) Ampliação do predicado por meio de um adjuncto adverbial: “*O menino anda DEPRESSA — Cheguei HONTEM*”.

482 Ribeiro não parece ter a ideia de *função*, exatamente como se esperaria numa sintaxe de carácter morfológico-semântico.

483 Esse último exemplo é particularmente interessante, já que o *sujeito* é uma oração subordinada (“*amae-vos uns aos outros*”) ampliada por dois adjuntos atributivos – “o” e “do Evangelho”.

- 3) Pode-se combinar estes dous modos de ampliação em uma só sentença, ex.: “Dá-ME O LIVRO — Comi HONTEM TRÊS MAÇÃS”.

Como os objetos são *complementos* do verbo de predicação incompleta, não fica fácil entender qual é, de fato, a distinção que Ribeiro faz entre predicado complexo e predicado ampliado<sup>484</sup>. O que se afirma com bastante segurança é que o *predicado* é apenas o *verbo*.

Em síntese, a sintaxe de Julio Ribeiro é, em certo sentido, mais “antiga” do que a sintaxe das gramáticas filosóficas que o precederam, que faziam uma sintaxe lógica aos moldes de Port-Royal (o modelo português era Jerônimo Soares Barbosa). Podemos ver, também, que a imprecisão das noções – “praga” que acompanha continuamente as gramáticas do português – está presente.

Passo então a uma análise da sintaxe nas duas gramáticas de Ernesto Carneiro Ribeiro – a *Grammatica philosophica*, de 1881, e os *Serões grammaticaes*, de 1890 – de que já falamos.

Insisto em falar de Carneiro Ribeiro porque ele é claramente um homem da transição, alguém que em poucos anos passou de defensor de uma gramática filosófica a defensor de uma gramática científica.

Segundo o levantamento de Ednei Leal (2014), os capítulos dedicados à sintaxe são os que mais se assemelham nas duas gramáticas. Mas isso no que diz respeito às primeiras edições de cada uma das gramáticas.

Os *Serões grammaticaes* tiveram quatro edições: 1890, 1915, 1919, 1954(?). A partir da segunda edição (de 1915), de forma absolutamente inusitada, Carneiro Ribeiro apresenta, simultaneamente, a análise sintática de oito períodos, de complexidade crescente, em dois sistemas alternativos<sup>485</sup>. A cada período seguem-se, na ordem, a análise pelo *systema francez* e a análise pelo *systema inglez*.

Essas análises seguem uma apresentação geral da estrutura sintática do português, curiosamente feita apenas no sistema francês – que, obviamente, era a escolha pessoal de Carneiro Ribeiro (e é o único sistema de análise apresentado na 1ª edição) – e acompanhada de algumas poucas referências a gramáticos ingleses<sup>486</sup> e da apresentação de um ou outro termo alternativo ao

484 Uma suposição: o predicado que contém complementos do verbo é *complexo e ampliado*; o predicado que contém apenas adjuntos adverbiais é *simples e ampliado*.

485 Uso a terceira edição, de 1919, para apresentar e discutir os dois sistemas de análise.

486 Carneiro Ribeiro (1919, p. 509) cita, por exemplo, “*Sweet, Bain e Whitney*”; na página 505, fala em “Os gramáticos ingleses e allemães”.

sistema francês. Por exemplo, na página 504 (da 3ª edição), ao definir *proposição*, Carneiro Ribeiro diz: “**Proposição** ou **oração**, a que os grammaticos inglezes chamam tambem **sentença** (*sentence*), outra coisa não é que a enunciação de um juízo”<sup>487</sup>.

Vejamos como esses dois sistemas de análise são tratados. Vou comentar apenas as análises referentes a dois dos oito períodos apresentados: o primeiro período – “A mentira é detestável” – e o segundo – “A sêde do ouro suplanta em alguns espiritos o sentimento da honra”.

Segundo Carneiro Ribeiro (1919, p. 535, 536), os franceses dão a esses períodos a seguinte análise:

<b>A mentira é detestável.</b>
<i>Systema francez</i>
<i>Proposição absoluta</i> ou <b>independente</b> . <b>Sujeito</b> – <i>a mentira (simples e incompleto)</i> ; <b>Verbo</b> ou <b>cópula</b> – <i>é</i> ; <b>Atributo</b> ou <b>predicado</b> – <i>detestável (simples e incompleto)</i> .

<b>A sêde do ouro suplanta em alguns espiritos o sentimento da honra.</b>
<i>Systema francez</i>
<i>Proposição absoluta</i> ou <b>independente</b> . <b>Sujeito</b> – <i>a sêde do ouro (simples e complexo)</i> ; <i>do ouro</i> – <b>complemento indirecto, determinativo</b> de <i>sêde</i> (palavra fundamental do <i>sujeito</i> ); <b>verbo</b> – <i>suplanta</i> (verbo <i>concreto</i> ou <i>attributivo</i> , que encerra em seu <i>radical</i> a parte fundamental do <i>attributo</i> ); <b>complemento directo</b> – <i>o sentimento da honra</i> ; <b>complemento indirecto, circumstantial</b> – <i>em alguns espiritos</i> ; a expressão <i>da honra</i> é <b>complemento determinativo</b> de <i>sentimento</i> (palavra fundamental do <i>complemento directo</i> ); <b>attributo</b> ou <b>predicado</b> – <i>suplanta em alguns espiritos o sentimento da honra (é simples e complexo)</i> .

A análise pelo sistema dos gramáticos ingleses seria a seguinte:

<b>A mentira é detestável</b>
<i>Systema inglez</i>
Sentença <b>simples</b> . <b>Sujeito</b> – <i>a mentira (simples e acompanhado de seu adjunto attributivo – a)</i> ; <b>Predicado</b> – <i>é detestável (simples e complexo)</i> .

487 Na 1ª edição, a conceituação de *proposição*, *oração* (e *sentença*) é exatamente a mesma, exceto pela referência aos “grammaticos inglezes”.

*A sêde do ouro suplanta em alguns espiritos o sentimento da honra.*

*Systema inglez*

*Sentença simples.*

**Sujeito** – *a sêde do ouro (ampliado)*; **predicado** – *suplanta em alguns espiritos o sentimento da honra (complexo)*; a expressão *do ouro* é **adjuncto atributivo** do substantivo *sêde* (palavra fundamental do *sujeito*); **objecto directo** – *o sentimento da honra*; **adjuncto adverbial** (modificativo da extensão do *predicado*) – *em alguns espiritos*; a expressão *da honra* figura de **adjuncto atributivo** do substantivo *sentimento* (palavra fundamental do *objecto directo*).

Na observação da análise destes dois períodos já podemos ver que os dois sistemas não são meras alternativas terminológicas de uma mesma análise, mas de duas análises baseadas em teorias sintáticas distintas<sup>488</sup>.

A análise francesa considera que as expressões analisadas são *proposições*, enquanto a análise inglesa as trata como *sentenças*. Desde os estoicos, que estabeleceram a diferença semântica entre as duas noções, *proposição* é algo que pode ser dito verdadeiro ou falso enquanto *sentença* é o veículo linguístico da proposição (que pode veicular também coisas que não são proposições, como perguntas, comandos etc.). A análise francesa, portanto, revela a *estrutura lógica* da expressão, enquanto a análise inglesa revela sua *estrutura gramatical*. Em outras palavras, em princípio, os franceses estão preocupados com as relações entre as ideias veiculadas pela expressão (com o *juízo*), enquanto os ingleses analisam a própria expressão, enquanto objeto linguístico.

*Logicamente* considerada, compõe-se a proposição de tres partes ou membros: **sujeito**, **verbo** e **atributo** ou **predicado**; considerada, porém, *grammaticalmente*, consta de tantas partes, quantas são as palavras que encerra.

Os dois termos da *proposição*, o *sujeito* e o *atributo*, reunidos, constituem o que em linguagem logica se denomina *materia da proposição*; o verbo constitue a sua *forma*. (CARNEIRO RIBEIRO, 1919, p. 504)

488 Às vezes parece que Carneiro Ribeiro trata dos dois sistemas como variantes notacionais (pelo menos, como dois sistemas comensuráveis). Ao dizer que o sujeito da segunda sentença é *ampliado*, insere a seguinte nota: “A maior parte dos grammaticos ingleses denominam *ampliado* os sujeitos a que nós chamamos *complexos*” (CARNEIRO RIBEIRO, 1919, p. 536, nota 1). Destaque-se que Carneiro Ribeiro opõe o termo usado pelos gramáticos ingleses ao termo “que nós” usamos, o que reforça a ideia de que ele se considerava um seguidor do sistema francês (ou, talvez, que o sistema francês era o mais utilizado no Brasil).



Os grammaticos inglezes e allemães, porém, admittem apenas dois elementos essenciaes: **sujeito** e **predicado**, considerando o **verbo**, que contem a affirmação, incluído na mesma palavra com o **predicado**. Assim, em vez de admittirem os tres elementos dos grammaticos francezes **sujeito**, **verbo** e **attributo** ou **predicado**, admittem dois termos essenciaes: o **sujeito**, que exprime o objecto de que fallamos, e o **predicado**, que contem o que affirmamos do sujeito. (CARNEIRO RIBEIRO, 1919, p. 505)

Na análise francesa, a proposição é *absoluta* ou *independente*, o que quer dizer que não precisa de outras “para a integridade do pensamento que enuncia” (CARNEIRO RIBEIRO, 1919, p. 520); na análise inglesa, a sentença é *simples*, o que quer dizer que consta de um só *sujeito* e de um só *predicado*.

Mesmo quando os recortes feitos no período parecem coincidir, eles não são teoricamente iguais. Por exemplo, no segundo período, tanto a análise francesa quanto a inglesa reconhecem uma grande divisão da proposição/sentença em duas partes:

{(A sede do ouro)/(suplanta em alguns espiritos o sentimento da honra)}

Na análise francesa, o primeiro segmento é o sujeito (que por apresentar o complemento indireto determinativo *do ouro* é classificado como complexo) e o segundo segmento é o atributo (ou o predicado). Aparentemente, a análise inglesa faz uma classificação idêntica dos dois segmentos: o primeiro é o sujeito e o segundo é o predicado. Mas essa primeira impressão é falsa: ser *predicado* (ou atributo), no sentido que o termo assume na análise francesa, é ser uma propriedade que o verbo substantivo (o verbo *ser*) afirma existir no sujeito, e portanto o predicado (ou atributo) possui uma forma lógica que pode ser representada da seguinte maneira: “é *suplantadora do sentimento da honra em alguns espiritos*”; *suplantar*, por ser um verbo concreto ou atributivo, contém em si um verbo substantivo (*suplantar* = ser *suplantador*), que precisa ser exposto no processo de análise. A análise inglesa não supõe a existência desse verbo substantivo.

Olhando para o primeiro período – *A mentira é detestável* –, é interessante observar a diferença de classificação do *atributo*, na análise francesa, em relação ao *predicado*, na análise inglesa. Na análise francesa, o atributo é dito simples e incompleto; na análise inglesa, o predicado é dito simples e complexo.

Ora, sujeitos e atributos *simples* são aqueles que significam uma ideia unitária (“É **simples** o *sujeito* quando indica unidade de ideia”; “Diz-se **simples** o atributo, quando indica uma só maneira de ser do *sujeito*” [CARNEIRO RIBEIRO, 1919, p. 306]) – sujeitos e atributos simples se opõem a sujeitos e atributos *compostos*. Desta forma, para Carneiro Ribeiro, tanto o atributo (da análise francesa) quanto o predicado (da análise inglesa) indicariam uma só maneira de ser do sujeito (atribuiriam uma única propriedade ao sujeito).

Por outro lado, sujeitos e atributos *complexos* são aqueles modificados por algum *accessorio*. Sujeitos e atributos complexos se opõem a sujeitos e atributos *incomplexos*. Um atributo, então, é

**complexo**, quando um ou mais *accessorios* o modificam: É **um homem leal á sua patria e ao seu rei**; é **applicavel esta droga á destruição das formigas**.

É **incomplexo**, quando nenhum *accessorio* o modifica: *Aquella campina é aprazível*; *este sitio é pittoresco*. (CARNEIRO RIBEIRO, 1919, p. 507)

É fácil de entender, então, por que o *atributo* (da análise francesa) é classificado como **incomplexo**; fica difícil de entender, no entanto, a razão da classificação do *predicado* (da análise inglesa) como **complexo**. Certamente, os termos *complexo* e *incomplexo*, que cabem bem na análise francesa, não são adequados à análise inglesa, porque a análise é, de fato, outra. Não gostaríamos de concluir que Carneiro Ribeiro classifica o predicado da análise inglesa, “é detestável”, como complexo apenas porque consta de duas palavras. Não seria razoável, também, supor aí a existência de um verbo substantivo modificado por um adjetivo, porque isso nos remeteria novamente à análise francesa. Observando as três primeiras edições da gramática e constatando que a análise permanece inalterada, descartamos, também, a existência de algum erro de impressão no caso.

Mas por que essa apresentação das duas análises é importante? Porque mostra claramente que, nesses inícios do século XX, duas teorias sintáticas distintas circulavam entre os gramáticos brasileiros: uma, mais antiga, que Carneiro Ribeiro chamou de *francesa*, e outra, mais moderna, que chamou de *inglesa*. Não posso afirmar com um mínimo de segurança, mas me parece que Carneiro Ribeiro não compreendia completamente a distância teórica que separava as duas.

De resto, a sintaxe de Carneiro Ribeiro – no melhor esquema morfológico-semântico – vai discutir basicamente *concordância* (que ele chama também de *relação de identidade*) e *regência* (que ele chama também de *relação de determinação*).

Volto, então, à NGB. No início de sua terceira parte, dedicada à sintaxe, encontramos:

- A. Divisão da sintaxe:
  - a) de concordância {nominal, verbal}
  - b) de regência
  - c) de colocação
- B. Análise sintática

A disposição dos termos (não podemos esquecer que se trata de mera nomenclatura) nos leva a entender que estudar sintaxe é estudar concordância, regência e colocação. Em outras palavras, o que se “recomenda” é um olhar morfológico-semântico sobre os fenômenos sintáticos.

Além disso – e esta questão me incomoda há muitos anos –, a análise sintática, embora envolva em algum grau questões de concordância, regência e colocação, *não é* uma análise das expressões em termos dessas relações. A análise sintática que se “recomenda” na NGB, e que se fez (e se faz) em nossas escolas, é, no fundo, uma análise das expressões em constituintes etiquetados<sup>489</sup>. Tomamos um período e o classificamos (simples ou composto); dividimos o período em orações e classificamos cada uma delas (absoluta, principal, coordenada ou subordinada); dividimos as orações em partes (ou termos) e classificamos as partes identificadas (termos essenciais, integrantes ou acessórios). Feita a análise nestes termos, usamos seu resultado para estabelecer regras (normalmente, regras gerais) de concordância, regência e colocação entre os constituintes identificados.

Esse destaque dado às relações de concordância, regência e colocação (essencialmente morfológicas em latim; parcialmente morfológicas e parcialmente posicionais em português) são indicadores de que, como os antigos gramáticos, estamos diante de uma sintaxe de caráter morfológico-semântico. Na melhor das hipóteses, estamos diante de uma concepção de sintaxe que ainda

489 Ver, por exemplo, Borges Neto e Mercer (1993).

não se decidiu entre uma abordagem essencialmente morfossemântica e uma abordagem “lógica” da estrutura das orações e dos períodos, se considerarmos a presença da análise sintática na proposta<sup>490</sup>.

Em resumo, parece que os estudos sintáticos de nossas gramáticas ficaram parados no tempo: de modo geral, são conduzidos da mesma forma como eram na Antiguidade greco-latina. Ou, no máximo, num “esquema misto” em que essa falsa sintaxe coexiste com uma visão um pouco mais moderna (século XVIII ou XIX) de análise das estruturas.

490 Não podemos esquecer que, até recentemente, a análise sintática recebia o nome de *análise lógica* em nossas escolas.

---

## Palavras finais

Eis aqui, então, minha narrativa sobre os mais de dois milênios de estudos gramaticais. Uma narrativa cheia de lacunas, incompleta e provavelmente cheia também de erros de interpretação. Mas que espero possa ser útil para que outras narrativas possam surgir e eventualmente corrigir os enganos que cometi.

Espero que tenha ficado claro o percurso percorrido pelos estudos gramaticais, um percurso de notável continuidade. Tentei explicar essa continuidade por meio das noções de *naturalização* e de *uso protocolar*, que espero poderem ser úteis na compreensão dos processos de desenvolvimento dos estudos gramaticais e dos estudos linguísticos em geral.

A palavra que melhor exprime minha intenção com este trabalho é justamente *compreensão*. Não tenho, nem nunca tive, a intenção de ser normativo quanto ao desenvolvimento da ciência da linguagem. Não quero dizer que usar protocolarmente a gramática greco-romana, ou naturalizá-la, é bom ou ruim. Não aconselho ou desaconselho o gramático ou o linguista a fazer ou não fazer coisa alguma. Minha perspectiva é, de certa forma, apenas descritiva. Se estou certo em minha avaliação, a naturalização e o uso protocolar da teoria gramatical são  *fatos*  que podem ser identificados na história dos estudos linguísticos em geral. Fatos que explicam muitas coisas que de outro modo ficariam a pedir explicações. Se, às vezes, pareço normativo, é porque a naturalização e o uso protocolar, desde que assumidos inconscientemente, levam a riscos desnecessários de acabar por dizer bobagens, de criar teorias inconsistentes, sincréticas, “monstrinhos teóricos”, como costume dizer. Fazer ciência é uma atividade séria, e a existência dos “monstrinhos teóricos” só a desacredita.

---

## Referências

- ABAURRE, M. B. Fernão de Oliveira: as “reflexões fonológicas” de um autor do século XVI. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (org.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009. p. 59-69.
- ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (org.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009.
- ABAURRE, M. B.; RODRIGUES, A. C. S. (org.). *Gramática do português falado: novos estudos descritivos*. Campinas: Editora da Unicamp: Fapesp, 2002. v. VIII.
- ABREU, M. de A. Diferentes formas de ler. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO (INTERCOM), XXIV, 2001. Disponível em: <http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaio/Marcia/marcia.htm>.
- AGOSTINHO DE HIPONA. *Confissões*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 9-316. (Coleção Os Pensadores, VI.).
- ALLAN, K. *The Western Classical Tradition in Linguistics*. London: Equinox, 2007.
- ALMEIDA, N. M. de. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 1979.
- ALTMAN, C. *A pesquisa lingüística no Brasil: 1968-1988*. São Paulo: Humanitas, 1998.
- ALVES, F. F. de V. *Compêndio de analyse moderna: lexicologica e syntactica*. Belém: J. B. dos Santos & C.ª, 1895.
- ANSELMO DE CANTUÁRIA. *O gramático*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. p. 177-203. (Coleção Os Pensadores, VII.).
- APOLÔNIO DÍSCOLO. *Sintaxis*. Tradução e edição: V. B. Botas. Madrid: Gredos, 1987.
- ARGOTE, J. C. *Regras da lingua portugueza, espelho da lingua latina*. 1725. Disponível em: [http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/antigas\\_gramaticas/Argote\\_1725.pdf](http://people.ufpr.br/~borges/publicacoes/antigas_gramaticas/Argote_1725.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

ARISTÓTELES. *Categorias*. Tradução: Silvestre Pinheiro Ferreira. Lisboa: Guimarães & Cia, 1982.

\_\_\_\_\_. *Tratados de lógica (Órganon)*. Madrid: Gredos, 1988. 2 v.

\_\_\_\_\_. Da interpretação. In: \_\_\_\_\_. *Órganon*. Tradução: Edson Bini. Bauru: Edipro, 2005. p. 81-110.

\_\_\_\_\_. *Poética*. Tradução, textos adicionais e notas: Edson Bini. São Paulo: Edipro, 2011.

ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. Tradução: Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Obra original publicada em 1660.)

ARNAULD, A. *La Logique ou l'art de penser*. Paris, 1662. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k8716187q?rk=64378;0>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ASSUNÇÃO, C. Epítome de Grammatica da lingua portugueza de António Morais Silva. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, n. 3, p. 177-190, 1999a.

\_\_\_\_\_. Morais Silva: um gramático inovador. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DOS LUSITANISTAS, 6., 1999, Rio de Janeiro. *Actas...* Rio de Janeiro, 1999b.

\_\_\_\_\_. *A arte da Grammatica da lingua portugueza de António José dos Reis Lobato: estudo, edição crítica, manuscritos e textos subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 2000.

ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G. Prefácio e estudo introdutório. In: ROBOREDO, A de. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição fac-similar. Edição: C. Assunção e G. Fernandes. Vila Real: CEL/UTAD, 2007, p. vii-cii. (Obra original publicada em 1619.)

AUBENQUE, P.; BERNHARDT, J.; CHÂTELET, F. *A filosofia pagã*. 2. ed. Tradução: M. J. Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

AULETE, F. J. C. *Grammatica nacional (curso elementar)*. Lisboa: A. M. Pereira, 1864.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução: E. P. Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

AZEREDO, J. C. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. São Paulo: Publifolha: Instituto Antônio Houaiss, 2008.

BACK, E. São fonemas as vogais nasais do português?. *Construtura*, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 297-317, 1973.

BACK, E.; MATTOS, G. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1972. 2 v.

\_\_\_\_\_. *Linguística construtural: manifesto*. *Construtura*, v. 1, n. 1, p. 1-129, 1973.

BAGNO, M. *Dramática da língua portuguesa*. São Paulo: Loyola, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2011.
- \_\_\_\_\_. Uma gramática propositiva. In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (ed.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 91-111.
- BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portugueza ou principios da grammatica geral applicados á nossa linguagem*. Lisboa: Typographia da Academia, 1822.
- \_\_\_\_\_. *Gramática filosófica da língua portuguesa*. Edição anastática, comentário e notas críticas de: Amadeu Torres. Braga: Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2005.
- BARROS, J. de. *Gramática da língua portuguesa: cartinha, gramática, diálogo em louvor da nossa linguagem e diálogo da viciosa vergonha*. Reprodução fac-similar. Leitura, introdução e anotações por: Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971. (Obra original publicada em 1540.)
- BASSETTO, B. F.; MURACHCO, H. G. Prefácio e nota prévia. In: ARNAULD, A.; LANCELOT, C. *Gramática de Port-Royal*. Tradução: Bruno Fregni Bassetto e Henrique Graciano Murachco. São Paulo: Martins Fontes, 1992. p. ix-xxxii.
- BASSO, R. M.; GONÇALVES, R. T. *História concisa da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- BATISTA, R. de O. Línguas indígenas em gramáticas missionárias do Brasil Colonial. *Historiografia da Lingüística Brasileira* [Boletim do CEDOCH], São Paulo, n. 7, p. 13-39, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Introdução à historiografia da linguística*. São Paulo: Cortez, 2013a.
- \_\_\_\_\_. Uma técnica, um grupo e uma retórica: a gramática construtural na história da linguística brasileira. *Revista Letras*, Curitiba, n. 87, p. 39-66, 2013b.
- BAUDOUIN DE COURTNEY, J. *Versuch einer Theorie phonestischer Alternationen: Ein Capitel aus der Psychophonetik*. Strassburg: Trübner, 1895. (Obra original publicada em polonês em 1893-1894.)<sup>1</sup>
- BEAUZÉE, N. *Grammaire générale ou Exposition raisonnée des éléments nécessaires du langage pour servir de fondement à l'étude de toutes les langues*. Paris: J. Barbou, 1767.
- BECCARI, A. J. *Uma abordagem da Gramática especulativa de Thomas de Erfurt: antecedentes históricos, metalinguagem, classes do nome e do pronome, sintaxe*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/14224>. Acesso em: 10 jun. 2020.

1 Há uma versão para o inglês em Stankiewicz (1972, p. 144-212), com o título *An Attempt at a Theory of Phonetic Alternations*.



\_\_\_\_\_. *Uma tradução da Grammatica speculativa, de Tomás de Erfurt, para o português*. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2013. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/30657>. Acesso em: 10 jun. 2020.

\_\_\_\_\_. *Tratado sobre os modos de significar ou gramática especulativa, de Tomás de Erfurt*. Curitiba: Editora UFPR, 2017.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa: curso médio*. 15. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969. (Obra original publicada em 1961.)

\_\_\_\_\_. *Ensino da gramática: Opressão? Liberdade?*. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BLANK, D.; ATHERTON, C. Contribuição estoica à gramática tradicional. In: INWOOD, B. (ed.). *Os estoicos*. Tradução: P. T. Ferreira e R. Fiker. São Paulo: Odysseus, 2006. p. 343-362.

BLOOMFIELD, L. On the Sound-System of Central Algonquian. *Language*, Washington, v. 1, n. 4, p. 130-156, dez. 1925.

\_\_\_\_\_. A Set of Postulates for the Science of Language. *Language*, Washington, v. 2, n. 3, p. 153-164, set. 1926.

\_\_\_\_\_. On Some Rules of Pānini. *Journal of the American Oriental Society*, Michigan, v. 47, p. 61-70, 1927.

BORGES, J. L. *Obras completas: 1923-1972*. Buenos Aires: Emecé, 1989.

BORGES NETO, J. Linguística no Brasil: mera importação de modelos estrangeiros?. *ABRALIN - Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, n. 8, p. 77-82, 1986.

\_\_\_\_\_. Nietzsche e a história: considerações sobre “Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida”. *História: Questões & Debates*, Curitiba, v. 10, n. 18/19, p. 349-362, 1989.

\_\_\_\_\_. O círculo de estudos linguísticos de Curitiba: uma breve nota sobre um movimento pioneiro. *Revista Letras*, Curitiba, v. 41/42, p. 21-25, 1993.

\_\_\_\_\_. *Ensaio de filosofia da linguística*. São Paulo: Parábola, 2004.

\_\_\_\_\_. A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira. In: ABAURRE, M. B.; C. PFEIFFER; AVELAR, J. (org.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009. p. 43-51.

\_\_\_\_\_. A *analyse logica* de Carneiro Ribeiro em seus *Serões Grammaticaes* (1890). In: ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.; LOUREIRO, M. (ed.). *Ideias linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*. Münster: Nodus Publikationen, 2010. p. 649-656.

\_\_\_\_. Morfologia: conceitos e métodos. In: LIMA, M. A. F.; ALVES FILHO, F.; COSTA, C. S. C. (org.). *Colóquios linguísticos e literários: enfoques epistemológicos, metodológicos e descritivos*. Teresina: Edufpi, 2011. p. 53-72.

\_\_\_\_. Gramática tradicional e linguística contemporânea: continuidade ou ruptura?. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 87-98, 2012a.

\_\_\_\_. Flexão e derivação: será que os tratamentos dados a esta distinção não adotam uma perspectiva “enviesada”? *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 54, n. 2, p. 307-317, jul./dez. 2012b.

\_\_\_\_. A linguística construtural: um capítulo da história da linguística no Brasil. *Revista Letras*, Curitiba, n. 87, p. 15-38, jan./jul. 2013a.

\_\_\_\_. Ensinar gramática na escola? *ReVEL*, edição especial, v. 11, n. 7, p. 68-83, nov. 2013b. Disponível em: <http://www.revel.inf.br/files/e5c43b98325ed8dae986eca642e5c3d2.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2019.

\_\_\_\_. E se Pierre Menard escrevesse uma gramática?. *Versalete*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 320-331, 2014a.

\_\_\_\_. A manutenção da perspectiva clássica sobre a linguagem como empecilho para os estudos morfológicos. *Studia Iberytyczne*, Cracóvia, n. 13, p. 273-284, 2014b.

\_\_\_\_. Gramática do português brasileiro. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (ed.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016. p. 267-291.

\_\_\_\_. A fonologia nas gramáticas escolares: um estudo de história crítica. In: COELHO, O. (org.). *Historiografia linguística no Brasil (1993-2018): memória, estudos*. Campinas: Pontes, 2018. p. 199-218.

BORGES NETO, J.; MERCER, J. L. Nos bastidores da análise sintática tradicional. *Letras*, Santa Maria, n. 5, p. 86-100, 1993.

BORNATTO, S. de P. A construtura a caminho da escola. *Revista Letras*, Curitiba, n. 87, p. 75-89, jan./jun. 2013.

BOTAS, V. B. Introducción. In: APOLONIO DISCOLO. *Sintaxis*. Madrid: Gredos, 1987. p. 9-70.

BROCHARD, V. *Os cétricos gregos*. Tradução: Jaimir Conte. São Paulo: Odysseus, 2009.

BRUNDSCHWIG, J. Remarques sur la théorie stoïcienne du nom propre. *Histoire, Épistémologie, Langage*, v. 6, n. 1, p. 3-19, 1984.

\_\_\_\_. *Estudos e exercícios de filosofia grega*. Organização: Cláudio William Veloso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2009.

- BUENO, F. da S. *Gramática normativa da língua portuguesa: curso superior*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1956.
- BUESCU, M. L. C. *Babel ou a ruptura do signo: a gramática e os gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.
- CAGLIARI, L. C. A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa. *Estudos Linguísticos: Anais de Seminários do GEL*, v. X, n. 1, p. 93-97, 1985. Disponível em: [http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1305123033\\_20.cagliari\\_luiz.pdf](http://www.gel.hospedagemdesites.ws/arquivo/anais/1305123033_20.cagliari_luiz.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.
- CALVO FERNÁNDEZ, V. *Grammatica proverbiandi: la enseñanza escolar del latin en la Baja Edad Media española*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1995.
- CÂMARA JÚNIOR, J. M. O estruturalismo lingüístico. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, v. 15-16, p. 5-43, 1967.
- \_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística descritiva*. Petrópolis: Vozes, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Dispersos*. Editor: Carlos E. F. Uchôa. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975.
- CAMUS, A. *A peste*. Tradução: Graciliano Ramos. Rio de Janeiro: Opera Mundi, 1971.
- CANECA, J. do A. D. *Breve compendio de grammatica portugueza*. Recife: Typographia Mercantil, 1875.
- CARNEIRO RIBEIRO, E. *Grammatica portugueza philosophica*. Salvador: Imprensa Economica, 1881.
- \_\_\_\_\_. *Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza*. Salvador: Imprensa Popular, 1890.
- \_\_\_\_\_. *Serões grammaticaes ou Nova grammatica portugueza*. 3. ed. Salvador: Livraria Catilina, 1919.
- \_\_\_\_\_. *Estudos gramaticais e filológicos*. Editor: D. I. Sousa. Salvador: Livraria Progresso, 1957. v. 3.
- CARREIRO, J. B. *Antero de Quental: subsídios para a sua biografia*. 2. ed. Braga: Instituto Cultural de Ponta Delgada; São Paulo: Livraria Editora Pax, 1981.
- CARVALHO, R. de. *História do ensino em Portugal desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Calouste Gulbenkian, 1986.
- CASTAGNOLA, L. Rosário Farâni Mansur Guérios: uma vida dedicada à ciência da linguagem. *Revista Letras*, Curitiba, v. 15, p. 113-132, 1966.
- CASTILHO, A. T. de (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp: Fapesp, 1990. v. I: A ordem.

\_\_\_\_ (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp: Fapesp, 1993. v. III: As abordagens.

\_\_\_\_. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_ (coord.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013-2016. 7 v.

\_\_\_\_. Sobre a nova gramática do português brasileiro. In: NEVES, M. H.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (ed.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 86-111.

CASTILHO, A. T. de; BASÍLIO, M. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp: Fapesp, 1996. v. IV: Estudos descritivos.

CAVALIERE, R. *Fonologia e morfologia na gramática científica brasileira*. Niterói: EdUFF, 2000.

\_\_\_\_. Uma proposta de periodização dos estudos linguísticos no Brasil. *Alfa*, São Paulo, 45, p. 49-69, 2001.

\_\_\_\_. *A gramática no Brasil: ideias, percursos e parâmetros*. Rio de Janeiro: Lexikon, 2014.

CECATO, C. *Comentários gramaticais de Aulo Gélío: uma proposta de tradução*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2005. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/7417>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CEGALLA, D. P. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. 46. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

CHAPANSKI, G. *Uma tradução da Tékhne Grammatiké, de Dionísio Trácio, para o português*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2003. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/24818>. Acesso em: 10 jun. 2020.

CHÂTELET, F. Do mito ao pensamento racional. In: AUBENQUE, P.; BERNHARDT, J.; CHÂTELET, F. (ed.). *História da filosofia: ideias, doutrinas*. Tradução: M. J. Almeida. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p. 17-21. v. 1: A filosofia pagã (do século VI a.C. ao século III d.C.)

CIPRO NETO, P.; INFANTE, U. *Gramática da língua portuguesa*. São Paulo: Scipione, 1998.

COELHO, F. A. *A língua portuguesa: phonologia, etymologia, morphologia e syntaxe*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1868.

\_\_\_\_. *Curso de litteratura nacional (para uso dos lyceus)*. 2. ed. Porto: Magalhães & Moniz, 1887. v. I: A língua portuguesa: noções de glottologia geral e especial portuguesa.

- \_\_\_\_\_. *Noções elementares de grammatica portugueza*. Porto: Lemos e C<sup>a</sup>, Tip. de Arthur José de Sousa & Irmão, 1891.
- COELHO, O. F.; DANNA, S. M. História da língua portuguesa e historiografia linguística no Brasil em cinco gramáticas do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 215-235, 2015.
- COELHO, O. F.; DANNA, S. M.; POLACHINI, B. S. O português do Brasil em gramáticas brasileiras do século XIX. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 46, p. 115-141, 2014.
- COELHO, S. C. *A grammatica philosophica da lingua portugueza*: edição crítica, estudo e notas. Vila Real: CEL/UTAD, 2013.
- COELHO, S. C.; KEMMLER, R. A Grammatica philosophica da lingua portugueza de Jerónimo Soares Barbosa e as suas edições. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 53, p. 9-34, 2017.
- COELHO, S. C.; FONTES, S. Neglected Voices: Women and Language in the Portuguese Tradition. In: BENNETT, K. et al. "A Host of Tongues..." *Multilingualism, Lingua Franca and Translation in the Early Modern Period*: book of abstracts. Vila Real: CEL/UTAD; Lisboa: CETAPS: CHAM, 2018. p. 38-40.
- COLOMBAT, B.; FOURNIER, J.-M.; PUECH, C. *Uma história das ideias linguísticas*. Tradução: Jacqueline Léon e Marli Quadros Leite. São Paulo: Contexto, 2017.
- CONDILLAC, E. *Cours d'étude pour l'instruction du Prince de Parme*. Parma: L'Imprimerie Royale, 1775. Tome premier: Grammaire.
- CONTO, L. de. *Gramática na Antiguidade tardia*: Prisciano e sua Institutio de nomine et pronomine et verbo. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012. Disponível em <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/32154>.
- COSERIU, E. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Tradução: Maria Christina da Motta Maia. Rio de Janeiro: EDUFF: Presença, 1991. (Obra original publicada em 1975.)
- COUTO E MELO, J. C. *Gramática filosófica da linguagem portugueza*. Lisboa: Impressão Régia, 1818.
- CUNHA, C. F. *Gramática do português contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Gramática da língua portuguesa*. 9. ed. Rio de Janeiro: FAE: MEC, 1983. (Obra original publicada em 1972.)
- CUNHA, C. F.; CINTRA, L. F. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- CURD, M.; COVER, J. A. *Philosophy of Science: The Central Issues*. New York: W. W. Norton, 1998.
- DASCAL, M. (org.). *Fundamentos metodológicos da linguística*. São Paulo: Global, 1978. v. 1.

DASCAL, M.; BORGES NETO, J. De que trata a linguística, afinal?. *Histoire, Épistémologie, Langage*, Paris, t. xiii, fasc. 1, p. 13-50, 1991.

DEZOTTI, L. C. Donato, arte menor (tradução). *Letras Clássicas*, São Paulo, n. 11, p. 181-204, 2007.

DIAS, A. E. da S. *Grammatica practica da lingua portugueza para uso dos alumnos do primeiro anno do curso dos lyceus*. Porto: Typographia do Jornal do Porto, 1870.

\_\_\_\_\_. *Grammatica portugueza elementar*. Porto: Magalhães & Moniz, 1881.

\_\_\_\_\_. *Grammatica portugueza elementar*. 12. ed. Lisboa: A. Ferreira Machado & Cª, 1905.

ELSON, B.; PICKETT, V. *Introdução à morfologia e à sintaxe*. Tradução: Aryon Rodrigues, Danielle Rodrigues, Marita Porto, Marta Coelho e Vicente Pereira de Souza. Petrópolis: Vozes, 1973.

ENGLER, M. R. A experiência pré-platônica da teoria. *Peri*, Florianópolis, v. 5, n. 2, p. 123-145, 2013.

F.C. [Francisca de Chantal Álvares]. *Breve compendio da gramatica portugueza, para o uso das meninas que se educão no Mosteiro da Vizitação de Lisboa*. Lisboa: Officina de Antonio Rodrigues Galhardo, 1786. Disponível em: <https://digital.iai.spk-berlin.de/viewer/image/834662868/1/>. Acesso em: 28 maio 2020.

FARACO, C. A. As sete pragas do ensino de português. *Construtura*, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 5-12, 1975.

\_\_\_\_\_. As sete pragas do ensino de português. In: GERALDI, J. W. (ed.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoeste, 1984. p. 17-23.

\_\_\_\_\_. O período é uma construtura. *Revista Letras*, Curitiba, n. 87, p. 67-73, jan./jun. 2013.

\_\_\_\_\_. *História sociopolítica da língua portuguesa*. São Paulo: Parábola, 2016.

FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (ed.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola. 2016.

FÁVERO, L. L. *As concepções lingüísticas no séc. XVIII: a gramática portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

FÁVERO, L. L.; MOLINA, M. A. G. *As concepções lingüísticas no século XIX: as gramáticas no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERNANDES, G. *Amaro de Roboredo, um pioneiro nos estudos lingüísticos e na didáctica de línguas*. Tese (Doutorado) – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real, 2002a.

\_\_\_\_\_. A primeira gramática latina escrita em português. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 6, n. 1-2, p. 481-495, 2002b.

\_\_\_\_\_. *A Janua Linguarum* dos jesuítas irlandeses (Salamanca, 1611) e a *Porta de Linguas* de Amaro de Roboredo (Lisboa, 1623). *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, n. 42, p. 165-181, 2004a.

\_\_\_\_\_. A edição *princeps* da *Minerva* (León, 1562) de Sánchez, o Brocense. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 8, n. 1-2, p. 251-265, 2004b.

\_\_\_\_\_. *A Arte de grammatica* (1610), de Pedro Sánchez. *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, n. 44, p. 137-145, 2005a.

\_\_\_\_\_. Ideias pedagógico-didáticas de Amaro de Roboredo. In: GONÇALVES, M. et al. (org.). *Gramática e Humanismo: actas do colóquio de homenagem a Amadeu Torres*. Braga: Aletheia, 2005b. p. 331-346. v. 1.

\_\_\_\_\_. *A Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) I. *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, n. 46, p. 133-144, 2006.

\_\_\_\_\_. *A Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) II. *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, n. 47, p. 99-118, 2007a.

\_\_\_\_\_. *A Minerva seu de Causis Linguae Latinae* (Salamanca, 1587), de Francisco Sánchez de las Brozas (1523-1600) III. *Boletim de Estudos Clássicos*, Coimbra, n. 48, p. 119-125, 2007b.

\_\_\_\_\_. Reglas para enformarmos os menãos en latin (Ms. séc. XIV). In: ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G.; LOUREIRO, M. (ed.). *Ideias linguísticas na Península Ibérica (séc. XIV a séc. XIX)*. Münster: Nodus Publikationen, 2010. p. 223-236. 2 v.

\_\_\_\_\_. Estudos linguísticos medievais em Portugal. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 16, n. 1, p. 123-136, 2012a.

\_\_\_\_\_. Textos gramaticais latino-portugueses na Idade Média. In: BATTANER, E.; CALVO, V.; PEÑA, P. (ed.). *Historiografía lingüística: líneas actuales de investigación*. Münster: Nodus Publikationen, 2012b. p. 324-337.

\_\_\_\_\_. Gramática especulativa medieval em Portugal: os *Notabilia alcobacenses*. In: CALERO, M. L.; SILLER, J. P.; ATIENZA, M. M.; GARCIA, C. (ed.). *Métodos y resultados actuales en historiografía de la lingüística*. Münster: Nodus Publikationen, 2014. p. 183-192.

FERNANDES, M. *Livro vermelho dos pensamentos de Millôr*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nórdica, 1974.

FERREIRA, F. S. *Elementos de grammatica portugueza, ordenados segundo a doutrina dos melho-res grammaticos, para aplanar á mocidade o estudo da sua lingua*. Lisboa: Imprensa Régia, 1819.

FONSECA, M. do C. *Historiografia linguística portuguesa e missionária*. Lisboa: Edições Colibri, 2006.

FORTES, F. da S. A classificação das partes orationis em Prisciano: reflexões sobre significado e uso no interior da metalinguagem antiga. In: MAGALHÃES, J. S.; TRAVAGLIA, L. C. (org.). *Múltiplas perspectivas em linguística*. Uberlândia: Edufu, 2008.

\_\_\_\_\_. *Sintaxe greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo*. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2012.

FOUCAULT, M. La Grammaire générale de Port-Royal. *Langages*, Paris, n. 7, p. 7-15, set. 1967.

FRANCHI, C. *Mas o que é mesmo “Gramática”?*. São Paulo: Parábola, 2006.

GÂNDAVO, P. de M. *Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa*. Ed. Fac-similar. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. (Obra original publicada em 1574.)

GAZZINELLI, G. G. *A vida cética de Pirro*. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

GERALDI, J. W. (ed.). *O texto na sala de aula: leitura e produção*. Cascavel: Assoeste, 1984.

GILSON, E. *A filosofia na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

GOMES, A. *Grammatica portugueza*. 13. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1924. (Obra original publicada em 1887.)

GONÇALVES, C. A. *Iniciação aos estudos morfológicos: flexão e derivação em português*. São Paulo: Contexto, 2011.

GONÇALVES, M. F. *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: ICALP, 1992.

GRAGG, G. B. Babylonian Grammatical Texts. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 19-21.

GUÉRIOS, R. F. M. *Pontos de gramática histórica portuguesa*. São Paulo: Saraiva & Cia., 1937.

HARRIS, R.; TAYLOR, T. J. *Landmarks in Linguistic Thought: The Western tradition from Socrates to Saussure*. 2. ed. New York: Routledge, 1997.

HARRIS, S. Z. Morpheme Alternants in Linguistic Analysis. *Language*, Washington, v. 18, n. 3, p. 169-180, 1942.

HAUY, A. B. *Gramática da língua portuguesa padrão*. São Paulo: Edusp, 2014.

HENRIQUES, C. C. *Nomenclatura gramatical brasileira: 50 anos depois*. São Paulo: Parábola, 2009.

HOCKETT, C. F. Problems of Morphemic Analysis. *Language*, Washington, v. 23, n. 4, p. 321-343, 1947.

\_\_\_\_\_. Two Models of Grammatical Description. *Word*, v. 10, n. 2-3, p. 210-234, 1954.<sup>2</sup>

HOUSEHOLDER, F. W. *The Syntax of Apollonius Dyscolus*. Amsterdam: John Benjamins, 1981.

2 Reeditado em JOOS, M. (ed.). *Readings in Linguistics I*, 1957, p. 386-399.



\_\_\_\_\_. Plato and his Predecessors. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995a. p. 90-93.

\_\_\_\_\_. Aristotle and the Stoics on Language. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995b. p. 93-99.

\_\_\_\_\_. Donsysius Thrax, the Technai, and Sextus Empiricus. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995c. p. 99-103.

\_\_\_\_\_. Apollonius Dyscolus and Herodian. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995d. p. 111-115.

HOVDHAUGEN, E. Roman Ars Grammatica, including Priscian. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 115-118.

HUNTER, R. L. *A comédia nova da Grécia e de Roma*. Tradução: Rodrigo Tadeu Gonçalves, Guilherme Gontijo Flores e equipe. Curitiba: Editora UFPR, 2010.

ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992. v. II: Níveis de análise.

ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. v. II: Classes de palavras e processos de construção.

JUBRAN, C.; KOCH, I. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006. v. I: Construção do texto falado.

KASTER, R. A. *Guardians of Language: The Grammarian and Society in Late Antiquity*. Berkeley: University of California Press, 1988.

KATO, M. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp: FAPESP, 1996. v. V: Convergências.

KATO, M.; NASCIMENTO, M. do (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2009. v. III: A construção da sentença.

KEMMLER, R. Para uma história da ortografia portuguesa: o texto metaortográfico e a sua periodização do século XVI até à reforma ortográfica de 1911. *Lusorama*, Frankfurt, n. 47-48, p. 128-319, 2001.

\_\_\_\_\_. Um manual de ensino primário esquecido em finais do Antigo Regime: a Eschola Popular das Primeiras Letras, de Jerónimo Soares Barbosa (1796). *Diacrítica*, Braga, v. 25, n. 1, p. 203-228, 2011.

\_\_\_\_. Caetano Maldonado da Gama, D. Jerónimo Contador de Argote e as duas edições das Regras da língua portuguesa, espelho da língua latina (1721, 1725). *Limite*, n. 6, p. 75-101, 2012a.

\_\_\_\_. Dicionário Bibliográfico Português (1858-1958): contributos e limitações para a disciplina da historiografia linguística portuguesa. In: PETROV, P.; SOUZA, P. Q.; SAMARTIM, R. L.-I.; FEIJÓ, E. J. (ed.). *Avanços em ciências da linguagem*. Santiago de Compostela: Através Editora, 2012b. p. 93-116.

\_\_\_\_. A evolução das ideias ortográficas de Jerónimo Soares Barbosa: da *Eschola popular* (1796) à *Grammatica philosophica da lingua portuguesa* (1822). In: COSTA, A.; FLORES, C.; ALEXANDRE, N. (ed.). *Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística: textos selecionados*, XXVII. Actas, 2012c. p. 297-318. CD-ROM.

\_\_\_\_. A primeira gramática da língua portuguesa impressa no Brasil: a *Arte de grammatica portugueza* (1816), de Inácio Felizardo Fortes. *Confluência*, Rio de Janeiro, n. 45, p. 61-82, 2013.

KEMMLER, R.; ASSUNÇÃO, C.; FERNANDES, G. Subsídios para o estudo das gramáticas filosóficas de Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816). *Domínios de Linguagem*, v. 3, n. 2, p. 202-223, 2009. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/domíniosdelinguagem/issue/view/618>. Acesso em: 15 ago. 2019.

\_\_\_\_. A primeira gramática portuguesa para o ensino feminino em Portugal (Lisboa, 1786). *Diacrítica*, Braga, v. 24, n. 1, p. 373-393, 2010.

KERFERD, G. B. *O movimento sofista*. Tradução: M. Oliva. São Paulo: Loyola, 2003.

KIPARSKY, P. Paninian Linguistics. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 59-65.

KOCH, I. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp: FAPESP, 1996. v. VI: Desenvolvimentos.

KOERNER, E. F. K. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Seleção e edição de textos: Rolf Kemmler e Cristina Altman. Vila Real: CEL/UTAD, 2014.

KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995.

KOSSARIK, M. A doutrina linguística de Amaro de Roboredo. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE LINGUÍSTICA, 12., 1997, Lisboa. *Actas...* Lisboa: APL, 1997. p. 429-443. v. II: Linguística histórica, história da linguística.

\_\_\_\_\_. Introdução e notas. In: ROBOREDO, A. de. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição fac-similar. Edição, introdução e notas: Marina Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. (Obra original publicada em 1619.)

KUHN, T. *A estrutura das revoluções científicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

KUKENHEIM, L. *Contributions à l'histoire de la Grammaire italienne, espagnole et française à l'époque de la Renaissance*. Amsterdam: N. V. Noord-Hollandsche Uitgevers-Maatschappij, 1932.

LAHUD, M. Da família jansenista. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, v. 22, p. 173-181, jan./jun. 1992.

LALLOT, J. La Description des temps du verbe chez trois grammairiens grecs (Apollonius, Stephanos, Planude). *Histoire, Épistémologie, Langage*, t. VII, fasc. 1, 1985.

\_\_\_\_\_. *La grammaire de Denys le Thrace*: traducción anotée. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1989.

LAW, V. Late Latin Grammars in the Earlier Middle Ages: a Typological History. *Historiographia Linguistica*, Amsterdam, v. 13, n. 2/3, p. 365-380, 1986.

LAW, V.; SLUITER, I. (ed.). *Dionysius Thrax and the Techné Grammatiké*. Münster: Nodus Publikationen, 1998.

LEAL, E. *Pressupostos epistemológicos na "phraseologia" dos Serões Grammaticaes de Ernesto Carneiro Ribeiro*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

LEÃO, D. N. de. *Ortografia e origem da língua portuguesa*. Introdução, notas e leitura: Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983. (Obra original publicada em 1576.)

LEITE, F. J. M. *Nova grammatica portugueza para uso dos lyceus e das escolhas normaes conforme os programmas officiaes*. Porto: Clavel & C.<sup>a</sup> A. J. da Silva Teixeira, 1882.

\_\_\_\_\_. *Grammatica portugueza dos lyceus, em que se contém toda a doutrina exigida pelo ultimo programma official, organizado pelo Conselho Superior d'Instrução Publica*. Porto: Eduardo da Costa Santos, 1887.

LEITE, M. de Q. *O nascimento da gramática portuguesa: uso e norma*. São Paulo: Paulistana: Humanitas, 2007.

\_\_\_\_\_. A construção da norma linguística na gramática do século XVIII. *Alfa*, São Paulo, v. 55, n. 2, p. 665-684, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/alfa/v55n2/14.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2019.

LEROY, M. *As grandes correntes da lingüística moderna*. São Paulo: Cultrix, 1971.

LIBERA, A. de. *A filosofia medieval*. Tradução: N. N. Campanário e Y. Teixeira da Silva. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LOBATO, A. J. dos R. *Arte da grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Regia Officina Typografica, 1770.

LOCKETT, L. Review of *Gramática construtural da língua portuguesa* by Eurico Back; Geraldo Mattos. *Hispania*, v. 57, n. 2, p. 392-393, maio 1974. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/339869>. Acesso em: 20 jul. 2009.

LOPES, C. R. Pronomes pessoais. In: VIEIRA, S. R.; BRANDÃO, S. F. (org.). *Ensino de gramática: descrição e uso*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 103-119.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

\_\_\_\_\_. *Língua e liberdade: por uma nova concepção da língua materna e seu ensino*. Porto Alegre: L&PM, 1985.

LUHTALA, A. Early Medieval Grammar. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 121-129.

LYONS, J. *Introdução à linguística teórica*. Tradução: R. V. Mattos e Silva e H. Pimentel. São Paulo: Nacional: Edusp, 1979.

MACIEL, M. *Grammatica descriptiva*. 7. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1918. (Obra original publicada em 1894.)

MARÇALO, M. J. O que é a palavra? Reflexões sobre a herança gramatical greco-latina. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, n. 10-11, p. 53-68, 2008-2009.

MARTINHO, M. Dionísio da Trácia, ARTE (tradução). *Letras Clássicas*, São Paulo, n. 11, p. 153-179, 2007.

MATEUS, M. H. M. *Factos prosódicos nas gramáticas portuguesas*. 1996. Disponível em: [http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/1996-mhmateus-prosodia\\_nas\\_gramaticas.pdf](http://www.iltec.pt/pdf/wpapers/1996-mhmateus-prosodia_nas_gramaticas.pdf). Acesso em: 28 jan. 2012.

MATEUS, M. H. M. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5. ed. revista e aumentada. Lisboa: Caminho, 2003. (Obra original publicada em 1983.)

MATTOS, G.; BACK, E. *Prática de ensino da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1974.

MATTOS E SILVA, R. V. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 1989.

\_\_\_\_\_. *Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004.

MENDES FRADIQUE. *Grammatica portugueza pelo methodo confuso*. 3. ed. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida-UFES; Rio de Janeiro: Rocco, 1984. (Obra original publicada em 1928.)

MOLINA, M. A. A constituição do saber gramatical: Brasil, século XIX e as gramáticas de Alfredo Gomes e Augusto Freire da Silva. *Cadernos do CNFL*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 9, p. 9-18, 2013.

MORAES SILVA, A. *Epitome de grammatica da lingua portugueza*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1806.

MORAES, J. V. *Arte de grammatica portugueza* (1816), de Ignacio Felizardo Fortes: a construção teórica sobre figuras da syntaxe e as figuras da dicção. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, São Paulo v. 15, n. 1, p. 185-205, 2012. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/cpgl/article/view/9425/5750>. Acesso em: 22 ago. 2019.

MOREAU, D. *Deux Cartésiens: la polémique entre Antoine Arnauld et Nicolas Malebranche*. Paris: Vrin, 1999.

MORIN, Y. C. The Phonological Status of Nasal Vowels in Sixteenth-Century French. In: SAMPSON, R.; AYRES-BENNET, W. (ed.). *Interpreting the History of French*. Amsterdam: Rodopi, 2002. p. 95-129.

MOUNIN, G. *História da linguística: das origens ao século XX*. Tradução: F. J. Hopffer Rêgo. Porto: Edições Despertar, [19--].

MOURA, T. M. *As ideias linguísticas portuguesas no século XVIII*. Vila Real: CEL/UTAD, 2012.

MUGDAN, J. On the History of Linguistic Terminology. In: NIEDEREHE, H.-J.; KOERNER, E. F. K. (ed.). *History and Historiography of Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins, 1990. p. 49-61.

NARO, A. J. (org.). *Tendências atuais da lingüística e da filologia no Brasil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

NEBRIJA, A. de. *Introductiones latinae*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 1999. (Obra original publicada em 1481.)

\_\_\_\_\_. *Gramática de la lengua castellana*. Barcelona: Linkgua ediciones, 2006. (Obra original publicada em 1492.)

\_\_\_\_\_. *Gramática sobre la lengua castellana*. Edición, estudio y notas: Carmen Lozano. Madrid: Real Academia Española; Barcelona: Galaxia Gutenberg-Círculo de Lectores, 2011. (Obra original publicada em 1492.)

NEGRÃO, E. V.; MÜLLER, A. L.; NUNES-PEMBERTON, G.; FOLTRAN, M. J. Adjetivos. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. de M. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 371-396. v. II: Classes de palavras e processos de construção.

NEURATH, O. Propositiones protocolares. In: AYER, A. J. (org.). *El positivismo lógico*. Tradução: L. Aldama, U. Frisch, C. N. Molina, F. M. Torner e R. Ruiz Harrel. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. p. 205-214. (Obra original publicada em 1932.)

NEVES, M. H. de M. *A vertente grega da gramática tradicional*. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da UnB, 1987.

\_\_\_\_ (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Editora da Unicamp: Humanitas, 1999. v. VII: Novos estudos.

\_\_\_\_. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

\_\_\_\_. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

\_\_\_\_. *Guia de uso do português: confrontando regras e usos*. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

\_\_\_\_. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na língua portuguesa*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_. Defino minha obra gramatical como... In: NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (ed.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014. p. 68-79.

NEVES, M. H. de M.; CASSEB-GALVÃO, V. C. (ed.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra, os autores*. São Paulo: Parábola, 2014.

NIETZSCHE, F. Da utilidade e dos inconvenientes da história para a vida. In: \_\_\_\_\_. *Considerações intempestivas*. Tradução: Lemos de Azevedo. Portugal: Editorial Presença; Brasil: Martins Fontes, 1976. p. 101-205. (Obra original publicada em 1874.)

OLIVEIRA, B. J. de. *Nova grammatica portugueza compilada de nossos melhores auctores*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1862.

OLIVEIRA, F. de. *A gramática da linguagem portuguesa*. Introdução, leitura actualizada e notas: Maria Leonor Carvalhão Buescu. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1975. (Obra original publicada em 1536.)

\_\_\_\_. *Gramática da linguagem portuguesa*. Edição crítica, semidiplomática e anastática: Amadeu Torres e Carlos Assunção. Vila Real: CEL/UTAD, 2007. (Obra original publicada em 1536.)

PATELA. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

PERCIVAL, W. K. The Grammatical Tradition and the Rise of Vernacular. In: SEBEOK, T. A. (ed.). *Current Trends in Linguistics*. The Hague: Mouton, 1975. p. 231-275. v. 13: *Historigraphy of Linguistics*.

PEREIRA, E. C. *Grammatica expositiva: curso elementar*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1910. Primeira edição publicada em 1907.

\_\_\_\_\_. *Grammatica historica*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1916.

\_\_\_\_\_. *Grammatica expositiva: curso superior*. 11. ed. São Paulo: Secção de Obras d"O Estado de São Paulo", 1921. (Obra original publicada em 1907.)

PEREIRA, M. A. *Quintiliano gramático: o papel do mestre de gramática na Institutio Oratoria*. São Paulo: Humanitas, 2000.

PERINI, M. A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.

\_\_\_\_\_. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Ática, 1995.

\_\_\_\_\_. *Sofrendo a gramática*. São Paulo: Ática, 1997.

\_\_\_\_\_. *Modern Portuguese: A Reference Grammar*. New Haven, CT: Yale University Press, 2002.

\_\_\_\_\_. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2010.

\_\_\_\_\_. *Gramática descritiva do português brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2016.

PLATÃO. *Diálogos*. Tradução: Edson Bini. Bauru: Edipro, 2007-2010. 6 v.

POLACHINI, B. Análise de textos e metatextos gramaticais: Costa Duarte (1829, 1853, 1859, 1877) e Bithencourt (1862) sobre o verbo substantivo. *Cadernos de Pós-Graduação em Letras*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 17-30, 2016.

POSSENTI, S. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas: ALB: Mercado de Letras, 1996.

\_\_\_\_\_. *Os limites do discurso*. Curitiba: Criar Edições, 2002.

PREZOTTO, J. *Dissoi Lógoi: sofística e linguagem*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26210>. Acesso em: 26 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. *Sexto Empírico: Contra os gramáticos*. Introdução, tradução e notas. Tese (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/43360>. Acesso em: 26 ago. 2019.

PRISCIANO DE CESAREIA. *Ars Prisciani: Prisciani institutionum grammaticarum*. Edição: Martin Hertz; Recensão: Heinrich Keil. Leipzig, 1855-1859. Livro XVIII. In: *Corpus Grammaticorum Latinorum* (CGL). Disponível em: [http://www.mlat.uzh.ch/MLS/xanfang.php?tabelle=Priscianus\\_Caesarensis\\_cps13&corpus=13&allow\\_download=0&lang=0](http://www.mlat.uzh.ch/MLS/xanfang.php?tabelle=Priscianus_Caesarensis_cps13&corpus=13&allow_download=0&lang=0). Acesso em: 8 jun. 2020.

P.S. [Pedro Schneider]. *Syntaxe e grammatica historica da lingua portugueza*. Porto Alegre: Casa Editora de Selbach & Mayer, 1909.

QUINE, W. von O. *Ontological Relativity and Other Essays*. New York: Columbia University Press, 1969.

RADEMAKER, C. S. Gerardus Joannes Vossius (1577-1649) and the Study of Latin Grammar. In: NOORDEGRAAF, J.; VERSTEEGH, K.; KOERNER, E. F. K. (ed.). *The History of Linguistics in the Low Countries*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 109-128.

RAGI CORDEIRO, R. H. *Quatro séculos de gramaticografia quéchua: emergência e desenvolvimento da categoria de caso nominal em perspectiva historiográfica*. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Filosofia, Artes e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RAJAGOPALAN, K. A “dadidade” dos ditos dados na/da pragmática. In: GONÇALVES, A. V.; GÓIS, M. L. (ed.). *Ciências da linguagem: o fazer científico*. Campinas: Mercado de Letras, 2014. p. 67-103. v. 2.

REY, C. “E muet” et “Schwa” au XVIIIe siècle. *Schwa(s)-Vèmes Journées d’Etudes Linguistiques de Nantes (JEL’2007)*, France, p. 9-14, jun. 2007. Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/hal-00434313/document>. Acesso em: 9 ago. 2019.

RIBEIRO, Julio. *Grammatica Portugueza*. São Paulo: Typ. de Jorge Seckler, 1881.

RIBEIRO, João. *Grammatica Portugueza: 3º anno*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria Clássica de Alves & C., 1889.

\_\_\_\_\_. *Grammatica portugueza: curso superior*. 22. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

ROBINS, R. H. *Pequena história da linguística*. Tradução: L. M. Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Livro Técnico; Brasília: INL-MEC, 1979.

ROBOREDO, A. de. *Methodo grammatical para todas as linguas*. Edição fac-similar. Edição, introdução e notas: Marina Kossarik. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. (Obra original publicada em 1619.)

ROCHA, L. C. A. *Gramática nunca mais: o ensino da língua padrão sem o estudo da gramática*. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

RODRIGUES, A. D. O pioneirismo linguístico de Mansur Guérios. *ABRALIN – Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, Curitiba, n. 8, p. 125-129, 1986.

RODRÍGUEZ DE CARACENA, J. *Hic incipiunt notabilia que fecit cunctis*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, 1427. Cód. Alc. 79, ff. 5r-93v.



ROSA, M. C. Uma Arte pera apreender a leer quinhentista. In: MASSINI-CAGLIARI, G. et al. (org.). *Descrição do português: linguística histórica e historiografia linguística*. Araraquara: Unesp, FCL, Laboratório Editorial; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2002, p. 141-157.

\_\_\_\_\_. A arte da língua de Angola (1697) e a gramática latina de Manuel Álvares (1572). *Eutomia*, Recife, v. 1, n. 6, dez. 2010.

\_\_\_\_\_. *Uma língua africana no Brasil colônia de seiscentos: o quimundo ou língua de Angola na Arte de Pedro Dias*, S. J. Rio de Janeiro: FAPERJ: 7Letras, 2013.

ROSCH, E. Natural Categories. *Cognitive Psychology*, Cambridge, MA, v. 4, n. 3, p. 328-350, 1973.

\_\_\_\_\_. Linguistic Relativity. In: SILVESTEIN, A. (ed.). *Human Communication: Theoretical Explorations*. New York: Halsted Press, 1974. p. 95-121.

\_\_\_\_\_. Universals and cultural specifics in human categorization. In: BRISLIN, R.; BOCHNER, S.; LONNER, W. (ed.). *Cross Cultural Perspectives on Learning*. New York: Halsted Press, 1975. p. 177-206.

\_\_\_\_\_. Human Categorization. In: WARREN, N. (ed.). *Advances in Cross-Cultural Psychology I*. London: Academic Press, 1977. p. 1-49.

\_\_\_\_\_. Principles of Categorization. In: ROSCH, E.; LLOYD, B. B. (ed.). *Cognition and Categorization*. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1978. p. 27-48. Disponível em: [https://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4610/9778\\_083247.pdf](https://commonweb.unifr.ch/artsdean/pub/gestens/f/as/files/4610/9778_083247.pdf). Acesso em: 28 maio 2020.

ROSCH, E.; MERVIS, C.; GRAY, W.; JOHNSON, D.; BOYES-BRAEM, P. Basic Objects in Natural Categories. *Cognitive Psychology*, Cambridge, MA, v. 8, n. 3, p. 382-439, 1976.

RUSSELL, B. On Denoting. *Mind*, v. 14, n. 56, p. 479-493, 1905.

\_\_\_\_\_. Da denotação. In: RUSSELL, B. *Lógica e conhecimento*; MOORE, G. E. *Princípios éticos*. Tradução: Pablo Ruben Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1974. p. 9-20. (Coleção Os Pensadores, XLII).

RYLE, G. *Categorias*. Tradução: B. Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 29-41. (Coleção Os Pensadores, v. LII.) (Obra original publicada em 1937.)

SABELLICO, M. C. *Coronica geral de Marco Antonio Cocio Sabelico: Des ho começo do mundo ate nosso tempo, tresladada de latim em lingoagê portugues por Dona Lianor filha do Marques de Vila real Dom Fernando. Dirigida aa muyto alta e muyto poderosa senhora Dona Catherina Raynha de Portugal. Molher do muyto alto e muyto poderoso senhor Dom Joam terceyro Rey de Portugal deste nome: e quinto decimo no conto dos reys dele. Coymbra: Por Ioam de Barreira e Ioam Aluares, 1550. v. I.*

\_\_\_\_\_. *Coronica geral da eneyda següda de Marco Antonio Cocio Sabelico: Des ho começo do mundo ate nosso tempo, tresladada de latim em lingoagê portugues por Dona Lianor*

filha do Marques de Vila Real Dom Fernando. Dirigida aa muyto alta e muyto poderosa senhora Dona Catherina Raynha de Portugal. Molher do muyto alto e muyto poderoso senhor Dom Joam terceyro Rey de Portugal deste nome: e quinto decimo no conto dos reys dele. Coymbra: por Ioam Barreira e João Aluares, empremidores del Rey, na mesma universidade, 1553. v. II.

SAID ALI, M. *Grammatica secundária da língua portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1923.

SALUM, I. N. A obra linguística do prof. dr. Rosário Farani Mansur Guérios. *ABRALIN – Boletim da Associação Brasileira de Linguística*, Curitiba, n. 8, p. 131-143, 1986.

SAN PEDRO, B. de. *Arte del Romance castellano dispuesta segun sus principios generales i el uso de los mejores autores*. Valencia: Imprenta de Benito Monfort, 1769. Disponível em: <http://bivaldi.gva.es/es/consulta/registro.cmd?id=2373>. Acesso em: 26 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. *Arte del Romance Castellano*. Estudo, notas e edição fac-similar: Eulalia Hernández Sánchez e Maria Isabel López Martínez. Murcia: Servicio de Publicaciones, 2001. (Obra original publicada em 1769.)

SÁNCHEZ DE LAS BROZAS, F. *Minerva o de causis linguae latinae*. Libro I, Capítulo segundo. Tradução e edição: E. Sánchez Salor e C. Chaparro Gómez. Cáceres: Institución Cultural El Brocense, 1995. Disponível em: [https://iessapostol.educarex.es/latin/minerva/I\\_2es.html](https://iessapostol.educarex.es/latin/minerva/I_2es.html). Acesso em: 14 ago. 2019.

SÁNCHEZ, P. *Arte de grammatica pera em breve saber latim*. Edição fac-similar. Vila Real: CEL/UTAD, 2008. (Obra original publicada em 1610.)

SANTOS, M. H. *As ideias linguísticas portuguesas na centúria de oitocentos*. Braga: Fundação Calouste Gulbenkian: Fundação para a Ciência e a Tecnologia/MCT, 2010. 2 v.

SANTOS, Z. C. Para a história da educação feminina em Portugal no século XVIII: a fundação e os programas pedagógicos das visitandinas. In: RIBEIRO, J. M.; SILVA, F. R.; OSWALD, H.; CRUZ, M. (org.). *Estudos em homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2004. v. 3. p. 985-1001. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/5030.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2019.

SARAIVA, A. J. *História da cultura em Portugal*. Lisboa, 1950. v. I.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução: A. Chelini, J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1970. (Obra original publicada em 1916.)

SEXTO EMPÍRICO. *Contra os retóricos*. Edição bilíngue. Tradução, apresentação e comentários: Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto de Brito. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

\_\_\_\_\_. *Contra os gramáticos*. Edição bilíngue. Tradução: Rafael Huguenin e Rodrigo Pinto de Brito. Apresentação: A. P. G. El-Jaick, F. da S. Fortes. Comentários: A. L. Dinucci; A. P.

- G. El-Jaick; F. da S. Fortes; R. Huguenin; R. P. de Brito; V. D. Moreira Jr. São Paulo: Editora Unesp, 2015.
- SILVA, T. C. *Fonética e fonologia do português: roteiro de estudos e guia de exercícios*. São Paulo: Contexto, 1999.
- SILVA JUNIOR, M. P. da. *Grammatica historica da lingua portugueza*. Rio de Janeiro: Typ. A vapor, 1878.
- \_\_\_\_\_. *Promptuario do escriptor portuguez*. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo, 1887.
- SOUZA, M. D. *Grammatica portugueza ordenada segundo a doutrina dos mais celebres grammaticos conhecidos, assim nacionaes como estrangeiros*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1804.
- STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY. Palo Alto, 1995-2022. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/>. Acesso em: 14 ago. 2019.
- STANKIEWICZ, E. A *Baudouin de Courtenay Anthology: The Beginnings of Structural Linguistics*. Bloomington: Indiana University Press, 1972.
- TAYLOR, D. J. Varro and Early Latin Language Science. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995a. p. 103-107.
- \_\_\_\_\_. Roman Language Science in the Early Empire. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995b. p. 107-110.
- TERMINOLOGIA. In: HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Tradução: Celso Cunha. Lisboa: Sá da Costa, 1982.
- THOMAS, R. *Letramento e oralidade na Grécia antiga*. Tradução: Raul Fiker. São Paulo: Odysseus, 2005.
- THUROT, J-F. *Tableau des progrès de la science grammaticale* (Discours préliminaire à l'Hermès de James Harris). Ed. A. Joly. Paris: Éditions Ducros, 1970. Publicação original em 1796.
- TORRES, A. *Gramática e linguística: ensaios e outros estudos*. Braga: UCP/Faculdade de Filosofia, 1998.
- TÔRRES, A. de A. *Moderna gramática expositiva*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.
- TRINDADE, P. de C. *As estruturas mentais de um português do século XVIII: Jerônimo Soares Barbosa*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1989.

UCHÔA, C. E. F. Os estudos e a carreira de Joaquim Mattoso Câmara Jr. In: CÂMARA JÚNIOR. *Dispensos*. 2. ed. Editor: Carlos E. F. Uchôa. Rio de Janeiro: FGV, 1975. p. vii-xx.

VALENZA, G. M. *Os argumentos de analogistas e anomalistas na obra De lingua latina de Varrão*: tradução e análise de excertos. Monografia (Bacharelado em Estudos Linguísticos) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2006.

\_\_\_\_\_. *De Lingva Latina, de Marco Terêncio Varrão*: tradução dos livros VIII, IX e X. Dissertação (Mestrado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/26349>. Acesso em: 26 ago. 2019.

VANDRESEN, P. *A linguística no Brasil*. Campinas, 2001. Disponível em <http://www.comciencia.br/reportagens/linguagem/ling15.htm>. Acesso em: 14 jun. 2013.

VASCONCELLOS, J. L. *Opúsculos*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1929. v. IV, parte II: Filologia.

VENÂNCIO, F. Gramática pedagógica do português brasileiro: apontamentos portugueses. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (ed.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016. p. 93-111.

VERDELHO, T. O Calepino em Portugal e a obra lexicográfica de Amaro de Robredo. *Revista Portuguesa de Filologia*, n. 23, p. 125-149, 2000.

\_\_\_\_\_. O dicionário de Morais Silva e o início da lexicografia moderna. In: HEAD, B. F.; TEIXEIRA, J.; LEMOS, A. S.; BARROS, A. L. de; PEREIRA, A. (org.). *História da língua e história da gramática: actas do encontro*. Braga: Universidade do Minho/ILCH, 2003. p. 473-490.

VIEIRA, F. E. *Gramáticas brasileiras contemporâneas do português: movimentos de ruptura e linhas de continuidade com o paradigma tradicional de gramatização*. Tese (Doutorado em Linguística) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

\_\_\_\_\_. Gramatização brasileira contemporânea do português: novos paradigmas?. In: FARACO, C. A.; VIEIRA, F. E. (ed.). *Gramáticas brasileiras: com a palavra, os leitores*. São Paulo: Parábola, 2016. p. 19-69.

VOLPE, A. S. Século XVII: gramáticas de Amaro de Robredo e de Port-Royal. *Verbum*, São Paulo, v. 4, n. 9, p. 69-78, jul. 2015.

VYGOTSKY, L. S. *Thought and Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 1962.

WANG, W. S.-Y.; ASHER, R. E. Chinese Linguistic Tradition. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 41-45.

WEEDWOOD, B. *História concisa da linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

WHITNEY, W. D. *Essentials of English Grammar*. London, 1877.

\_\_\_\_\_. *A vida da linguagem*. Tradução: Márcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010. (Obra original publicada em 1875.)

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português: fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*. Tradução: Antonio Houaiss. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores, v. XLVI.) (Obra original publicada em 1953.)

ZAMORA, J. C. Renaissance Linguistics in Spain. In: KOERNER, E. F. K.; ASHER, R. E. (ed.). *Concise History of the Language Sciences: From Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon, 1995. p. 157-161.

ZWARTJES, O. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil, 1550-1800*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.


ZWARTJES, O.; HOVDHAUGEN, E.; SCHRADER-KNIFFKI, M. (ed.). *Missionary Linguistics V/ Linguística Misionera V*. Amsterdam: J. Benjamins, 2004.



---

Livro disponibilizado no site da Editora UFPR em dezembro de 2024.





Apesar de toda a insistência dos linguistas sobre a inadequação descritiva e explicativa da gramática escolar, desde pelo menos o final dos anos sessenta do século XX, e apesar de toda a bateria de propostas pedagógicas de ensino de português como língua materna que excluem o ensino da gramática na escola, a gramática continua tendo lugar de destaque no contexto do ensino de português. [...]

A proposta deste livro se justifica pela necessidade de termos uma exposição, em suas linhas gerais, da teoria que sustenta a gramática escolar, assim como de sua história, que venha a dar suporte ao professor de português (e ao estudante de Letras) que, por desconhecer outras teorias ou por, deliberadamente, optar por conduzir sua reflexão linguística a partir dos balizamentos propostos na gramática escolar, pretenda usá-la como guia para a reflexão metalinguística na escola (ou nos cursos de Letras). Da mesma forma, este livro pode ser de muita utilidade para aqueles que, convencidos de que a gramática escolar não é uma boa teoria das línguas naturais, pretendam refutá-la.

série  
**PESQUISA**

e-ISBN 978-85-8480-262-3